

John Owen



CONTRA O ARMINIANISMO

E seu ídolo pelagiano, o livre-arbítrio



CONTRA O ARMINIANISMO
E seu ídolo pelagiano, o livre-arbítrio

John Owen

Traduzido do original em Inglês

ΘΕΟΜΑΧΙΑ ΑΥΤΕΞΟΥΣΙΑΣΤΙΚΗ

OR

A DISPLAY OF ARMINIANISM:

BEING

A DISCOVERY OF THE OLD PELAGIAN IDOL FREE-WILL, WITH THE NEW
GODDESS CONTINGENCY,

ADVANCING THEMSELVES INTO THE THRONE OF THE GOD OF HEAVEN, TO THE PREJUDICE OF
HIS GRACE, PROVIDENCE, AND SUPREME DOMINION OVER THE CHILDREN OF MEN;

WHEREIN

THE MAIN ERRORS BY WHICH THEY ARE FALLEN OFF FROM THE RECEIVED DOCTRINE OF ALL
THE REFORMED CHURCHES, WITH THEIR OPPOSITION IN DIVERS PARTICULARS TO THE
DOCTRINE ESTABLISHED IN THE CHURCH OF ENGLAND, ARE DISCOVERED AND LAID OPEN OUT
OF THEIR OWN WRITINGS AND CONFESSIONS, AND CONFUTED BY THE WORD OF GOD.

Via: CCEL.org • Monergism.com

Tradução por Camila Almeida e Amanda Ramalho • Revisão e Capa por William Teixeira

1ª Edição: Junho de 2015

Salvo indicação em contrário, as citações bíblicas usadas nesta tradução são da versão Almeida
Corrigida Fiel | ACF • Copyright © 1994, 1995, 2007, 2011 Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil.

Traduzido e publicado em Português pelo website oEstandarteDeCristo.com, com a permissão do
site CCEL.org, sob a licença Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0
International Public License.

Você está autorizado e incentivado a reproduzir e/ou distribuir este material em qualquer formato,
desde que informe o autor, as fontes originais e o tradutor, e que também não altere o seu conteúdo
nem o utilize para quaisquer fins comerciais.

THEOMACHIA AUTEXOUSIASTIKĒ

Ou

UMA EXPOSIÇÃO DO ARMINIANISMO:

COMO SENDO

Uma Descoberta Do Antigo Ídolo Pelagiano Do Livre-Arbítrio, Com A Nova Divindade, A Contingência, Erguendo-Se Ao Trono Celestial De Deus, Em Desonra À Sua Graça, Providência, e Supremo Domínio Sobre os Filhos dos Homens;

ONDE

Os Principais Erros Pelos Quais Eles Se Negam A Receber a Doutrina de Todas as Igrejas Reformadas, Com a Sua Oposição Em Muitos Particulares À Doutrina Estabelecida Na Igreja Da Inglaterra, São Descobertos E Revelados A Partir de Seus Próprios Escritos E Confissões, E Refutados Pela Palavra De Deus.

“Apresentai a vossa demanda, diz o Senhor; trazei as vossas firmes razões, diz o Rei de Jacó.” (Isaías 41:21)

“Ai daquele que contende com o seu Criador! o caco entre outros cacos de barro! Porventura dirá o barro ao que o formou: Que fazes? ou a tua obra: Não tens mãos?” (Isaías 45:9)

Sumário

Prefácio Para A Presente Edição Em Português.....	6
Notas De Tradução.....	12
Reflexões Sobre A Vida E Pensamento De John Owen, Por John Piper	13
Nota Prévia	36
Aos Excelentíssimos Lordes E Senhores Do Comitê Pela Religião	41
Para O Leitor Cristão	46
Capítulo 1 • Sobre Os Dois Principais Fins Almejados Pelos Arminianos, Por Suas Inovações Na Doutrina Recebida Das Igrejas Reformadas.	48
Capítulo 2 • Sobre A Eternidade E Imutabilidade Dos Decretos Do Deus Todo-Poderoso, Negadas E Atacadas Pelos Arminianos.	52
Capítulo 3 • Sobre A Presciência Ou Pré-Conhecimento De Deus, E Como Isso É Questionado E Atacado Pelos Arminianos.....	61
Capítulo 4 • Sobre A Providência De Deus Em Governar O Mundo Diversamente, E Como Ele É Rejeitado Desta Preeminência Pelo Ídolo Arminiano Do Livre-Arbítrio	70
Capítulo 5 • Se A Vontade E O Propósito De Deus Podem Ser Resistidos, E Se Ele Será Frustrado Em Suas Intenções.....	84
Capítulo 6 • Como Toda A Doutrina Da Predestinação É Corrompida Pelos Arminianos.....	94
Capítulo 7 • Sobre O Pecado Original E A Corrupção Da Natureza	111
Capítulo 8 • Sobre O Estado De Adão Antes Da Queda, Ou Sobre A Justiça Original	124
Capítulo 9 • Sobre A Morte De Cristo, E Sobre A Eficácia De Seus Méritos	130
Capítulo 10 • Sobre A Causa Da Fé, Da Graça E Da Justiça.....	144
Capítulo 11 • A Salvação Pode Ser Obtida Sem O Conhecimento Ou A Fé Em Jesus Cristo? .	154
Capítulo 12 • Sobre O Livre-Arbítrio, Sua Natureza E Poder	161
Capítulo 13 • Sobre O Poder Do Livre-Arbítrio Em Preparar-Nos Para A Nossa Conversão A Deus.....	171
Capítulo 14 • Sobre A Nossa Conversão A Deus	178
Índice De Citações	186
Índice De Nomes.....	189

Apêndices	191
A Soberania De Deus Na Salvação Dos Homens, Por Jonathan Edwards	192
O Que É Calvinismo?	209
Um Ensaio Sobre O Calvinismo, Patrick Hues Mell	210
Uma Defesa Do Calvinismo, Por C. H. Spurgeon.....	223
Contra O Arminianismo E Seu Ídolo Dourado, O Livre-Arbítrio, Por A. Toplady	235
O Mito Do Livre-Arbítrio, Por Walter Chantry	253
Objecções À Soberania De Deus Respondidas, Por A. W. Pink	258
Eleição Particular, Por C. H. Spurgeon	268
As Doutrinas Da Graça Não Levam Ao Pecado, Por C. H. Spurgeon	281
Eleição E Santidade, Por C. H. Spurgeon.....	296
Uma Carta De George Whitefield A John Wesley Sobre A Doutrina Da Eleição.....	311
Referências Da Biografia E Dos Apêndices:	329

Prefácio

Muito nos alegramos no Senhor por nos conceder fazer mais esta publicação tão solene e importante para nós, e por meio dela reafirmar nossa luta. Lutamos pela causa de Deus e da verdade. Trabalhamos e anelamos para sermos constantes no amor e firmes na doutrina. Estas duas coisas, ao mesmo tempo. Portanto, esta publicação não foi idealizada como uma luta contra a carne e o sangue, mas contra o erro e a mentira. Não odiamos as pessoas daqueles a quem nos opomos, muito pelo contrário, as amamos e por isso combatemos os seus graves erros, buscando convencer-lhes a se voltarem daqueles para a verdade das Sagradas Escrituras, como nós mesmos fizemos em um passado recente. Amar de verdade é falar a verdade.

Ao contrário do que alguns pensam, nesta obra, Owen trata de um assunto da maior relevância para a Fé Cristã. Algumas pessoas dizem que é tolice perder tempo com discussões a respeito de Calvinismo e Arminianismo, pois estas questões não são importantes; o que é importante mesmo é a salvação das almas e a pregação do Evangelho. As pessoas que são desta opinião claramente demonstram profunda ignorância tanto quanto à discussão em si, quanto ao ensino das Escrituras, e o que é o mais terrível: mostram-se falsamente zelosas por Deus e por Sua glória, posto que negligenciam em grande medida, a verdade de Deus e a precisão bíblica. É somente a verdade que capacita qualquer alma a glorificar a Deus. Quando falamos de Calvinismo e Arminianismo, não estamos falando das próprias ideias que foram desenvolvidas pelo homem João Calvino ou pelo homem Jacó Armínio, como se isso fosse um debate entre doutrinas de homens, estamos falando sobre qual é o *verdadeiro ensino das Escrituras Sagradas sobre Deus e a salvação dos homens*. Em outras palavras, estamos buscando responder às perguntas: *Quem é Deus? Como um homem pode ser salvo?*

Ora, posto que isso seja assim, quem se atreveria a dizer que essa disputa não é importante, ou que ela não tem nada a ver com o que realmente é o mais importante — como eles *geralmente* dizem —, a salvação dos homens? É como se alguém dissesse que mexer ou remover os alicerces de uma casa não afetará em nada tal casa. Portanto, ninguém trate este assunto como algo de pequena importância, pois nada menos que a glória de Deus e a salvação dos homens estão em questão.

Parece ser um dos nossos fardos, viver em uma geração que é marcada pela falta de compromisso com a sua própria fé, com o conjunto de doutrinas que ela mesma professa ser a verdade do Deus das Escrituras Sagradas. De fato, poucos estão dispostos a lutar por aquilo que creem, ou a pagar o alto preço de agir em coerência com aquilo que afirmam crer, ou a suportar as dolorosíssimas consequências da constância na luta pela verdade.

Não era assim com Owen, ele sabia no que cria, e mais ainda, em Quem cria, e estava completamente disposto e animado pela graça de Deus a lutar pela glória de Cristo e por Sua Igreja. *A Display Of Arminianism* (1642) foi a primeira obra publicada daquele que mais tarde ficaria conhecido como o Príncipe dos Teólogos Puritanos, o maior teólogo do século XVII, e um dos maiores de todos os tempos. Owen escreveu a presente obra quando William Laud, um inimigo da verdade foi elevado à Sé de Canterbury, e, então, o Arminianismo despontou fortemente em seu âmbito e todos os cargos eclesiásticos à disposição da Coroa foram concedidos àqueles que se inclinassem às perspectivas Arminianas. Os seguintes trechos desta obra nos dão uma ideia do que levou Owen a escrevê-la:

Leitor, tu não podes ser tal como um estrangeiro em nosso Israel, de modo a ser necessário que eu te familiarize com a primeira sementeira e disseminação desses joios no campo da igreja, muito menos que eu declare que divisões e pensamentos do coração, que disputas abertas e amargas, e que perda da paz eclesiástica, foram despertadas entre nós por causa deles. Eu estou disposto a te advertir somente a respeito de algumas poucas coisas, relativas a este meu esforço particular:

Primeiro, nunca houve tantos erros prodigiosos introduzidos na igreja, com uma mão tão elevada e tão pouca oposição, como entre nós, desde que a nação dos Cristãos foi conhecida no mundo...

O fato de nossa igreja ter ultimamente transferido seu governo para as mãos de homens contaminados com esse veneno, o Arminianismo, ou tê-los apoiado com poderosos argumentos de louvor e promoção, os levou a prevalecerem rapidamente lançando a pobre Verdade sem defesa para um canto. Chegou a hora, então, de todos os amantes das veredas antigas se oporem a esta inovação que está prevalecendo por tais meios indignos, antes que a nossa brecha se torne tão grande quanto o mar, e não haja ninguém que a cure.

Minha intenção neste fraco esforço (que é apenas a comunicação não digerida de poucas horas não sequenciais de estudo, muito por causa destes dias malignos e furiosos constantemente interromperem a sequência dos meus estudos) é apenas agitar os tais que, tendo mais tempo livre e maiores habilidades, ainda assim não querem mover um dedo para ajudar a vindicar a verdade oprimida.

[...]

Agora, o que é a paz na igreja sem a verdade? Toda a conformidade com qualquer outra coisa que se oponha à verdade é apenas o acordo entre Herodes e Pilatos, para tentar destruir a Cristo e Seu reino. Também não é esta ou aquela verdade particular, mas todo o conselho de Deus revelado a nós, sem acrescentar ou diminuir, cujo rece-

bimento é necessário para tornar a nossa paz firme e estável. Não deve haver nenhuma indecisão entre Jeová e Baal, Cristo e Anticristo... Uma igreja não pode envolver em sua comunhão Agostinho e Pelágio, Calvino e Armínio.... O vínculo sagrado da paz rodeia apenas a unidade daquele Espírito que conduz a toda a verdade.

Oh! como carecemos, nestes tempos maus, desta coragem e deste amor por Cristo e por Sua verdade! Onde estão os homens, “os amantes das veredas antigas” que “vindicarão a verdade” em nossos dias?

Nos últimos dois séculos, embora os ortodoxos não tenham, de forma geral, conseguido preservar e anunciar fielmente a verdade bíblica das Doutrinas da Graça; por outro lado, os Pelagianos, os Semi-Pelagianos, os Arminianos e os Molinistas, têm sido duplamente bem-sucedidos não somente ao preservarem a mentira de suas Doutrinas Pelagianas do Livre-Arbítrio, mas também ao haverem sido capazes de desenvolver e potencializar o alcance e perniciosidade de muitos de seus falsos ensinamentos; neste empreendimento eles foram ajudados pelos liberais, secularistas, etc. Eles prometeram avivamento, mas na verdade promoveram a maior secularização das igrejas jamais vista. O resultado disto é que hoje a mais terrível ignorância prevalece entre aqueles mesmos que, em sua grande maioria, já não podem mais ser chamados de evangélicos, pois sequer sabem o que o verdadeiro Evangelho realmente significa. Pergunte a um dos evangélicos modernos o que significa a doutrina da justificação pela fé, e você ouvirá as explicações mais absurdas e grosseiras; em suma, você ouvirá qualquer coisa menos a explicação bíblica do verdadeiro caráter desta doutrina fundamental da Fé Cristã.

Neste triste cenário, o Arminianismo que outrora foi considerado uma heresia intolerável no Cristianismo, agora tem muitos de seus ensinamentos amplamente disseminados no meio dito evangélico, de modo que a maioria dos que se dizem evangélicos atualmente creem em muitos dos falsos ensinamentos Arminianos.

Não é meu propósito aqui fazer uma explicação detalhada sobre como os defensores do livre-arbítrio perverteram o verdadeiro Evangelho de nosso Senhor Jesus Cristo, mas direi somente algumas poucas palavras sobre como eles perverteram o claro ensinamento bíblico da justificação pela fé somente, sem as obras da lei. “O homem não é justificado pelas obras da lei, mas pela fé em Jesus Cristo, temos também crido em Jesus Cristo, para sermos justificados pela fé em Cristo, e não pelas obras da lei; porquanto pelas obras da lei nenhuma carne será justificada... E é evidente que pela lei ninguém será justificado diante de Deus, porque o justo viverá pela fé” (Gálatas 2:16; 3:11; Romanos 2:20).

Certa vez, vi um Arminiano dizer que eles, os Arminianos, é que eram os verdadeiros Reformados, pois a sua doutrina é a que mais se alinha aos Solas ou Pilares da Reforma Protes-

tante. Ora, das duas, uma: ou ele não sabe no que ele mesmo crê ou não sabe o que Lutero, e quase todos os outros Reformadores juntamente com quase todos os Puritanos pretendiam dizer, quando proclamaram fiel e firmemente: Sola Fide! Sola Gratia! A verdade é que a doutrina dos Arminianos se alinha muito mais às doutrinas humanistas de Erasmo de Roterdã, e até mesmo à doutrina Papista do Concílio de Trento, doutrinas estas as quais justamente os Solas se opunham! Os Cinco Solas necessariamente conduzem às Doutrinas da Livre e Soberana Graça de Deus, e à negação de tudo que se opõe a estas.

Os Arminianos, geralmente, dizem que a salvação é pela fé, e dizem também que esta fé salvífica é uma obra humana em cooperação com a graça Divina. Ora, se a salvação é pela fé e a fé é uma obra humana, não há como fugir de salvação pelas obras. Os termos sinergismo e salvação pelas obras são sinônimos. Muitos deles alegam que a doutrina da graça preveniente (a “graça que vem antes”) e não a do livre-arbítrio seja a principal doutrina que defendem e que ela foi primeiramente defendida por Agostinho. Isso não negamos em absoluto, o que negamos é a sua vã suposição que Agostinho quis dizer com essa doutrina o mesmo que eles afirmam! Por diversas vezes eles falam como nós, mas não pensam como nós. A graça preveniente que eles afirmam e defendem é praticamente a mesma que os Papistas¹ afirmaram. A doutrina da graça preveniente ou universal é somente uma capa para cobrir seu ídolo libertador e salvador, o livre-arbítrio!

Se não é assim, se estou sendo “desonesto”, me responda Arminiano: No final das contas os homens serão salvos porque receberam a graça preveniente de Deus, ou porque usaram seu próprio livre-arbítrio e praticaram as obras humanas da fé e da perseverança? Use tantos sofismas e astúcias quanto quiser para responder a esta pergunta, mas a sua resposta deve ser simples e clara: sem que o homem use seu livre-arbítrio e pratique a obra humana da fé, a salvação é impossível e Deus não pode fazer mais nada!

[1] A expressão “graça preveniente” aparece na Sexta Sessão do Concílio de Trento: “O Sínodo, ademais, declara que, nos adultos, o começo da dita Justificação deve ser derivado da graça preveniente de Deus, através de Jesus Cristo, o que significa dizer que, desde sua Vocação pela qual, sem quaisquer méritos, existindo por parte deles, eles são chamados; que eles, que por pecados foram alienados de Deus, podem ser dispostos através de Seu despertamento e graça de assistência, converter-se a si mesmos a sua própria justifica o, por livremente assentir e cooperar com esta dita graça”. Concílio de Trento, Capítulo 5: Sobre a necessidade, nos adultos, de prepara o para justifica o, e de onde ela procede. Disponível em: <http://socrates58.blogspot.com.br/2006/08/did-council-of-trent-teach-that-man-is.html>. Acesso em: abril 2012. Citado por Heber Carlos de Campos. In: A Graça Preveniente Na Tradi o Arminiana/Wesleyana (Parte 1). Fides Reformata XVII, N  1 (2012): 25-43.

Sejamos sinceros, esta doutrina diabólica Papista de justifica o pelas obras (embora disfarçada sobre expressões como: “sem quaisquer méritos, existindo por parte deles), não poderia muito bem sair (e saiu!) da boca de um Arminiano? Os Papistas rejeitam abertamente, o Sola Fide, a justifica o pela graça somente, sem as obras da lei, já os Arminianos não têm essa mesma “sinceridade” e “coragem”, embora, na prática, a rejei o seja a mesma.

A Escritura Sagrada, por sua vez, declara que a fé salvífica é um dom gracioso de Deus, é uma obra de Deus e não do homem (João 6:29; Filipenses 1:29), é um fruto e obra do Espírito de Cristo e não um fruto do livre-arbítrio em cooperação com uma suposta “graça” (Gálatas 5:22; 1 Coríntios 2:9-12). A ideia de salvação pelo livre-arbítrio é completamente oposta ao claro ensinamento bíblico de salvação pela graça somente, mediante a fé somente, e isso não vem do homem ou das obras do homem em qualquer sentido, mas de Deus somente (Efésios 2:1-9; Romanos 6:23). Quando a Bíblia fala de salvação, ela nunca confunde graça com obras, ela é muito clara em dizer que “se é por graça, já não é pelas obras; de outra maneira, a graça já não é graça. Se, porém, é pelas obras, já não é mais graça; de outra maneira a obra já não é obra” (Romanos 11:6). Em matéria de salvação, se temos 99,99% de graça e 0,01% de obras humanas, simplesmente “a graça já não é graça”. Eles confundem fé com obras e graça com livre-arbítrio, e o resultado disto é um abismo de incoerência bíblica e auto-contradição!

Martinho Lutero² em sua obra clássica, “A Escravidão da Vontade”, no Capítulo 1, postula o seu Argumento 5 com a sentença: “A doutrina da salvação pela fé prova que o ‘livre-arbítrio’ é falso”, e este quinto argumento é resumido (ou talvez parafraseado) pela frase com a qual é concluído: “A doutrina da salvação pela fé é completamente contrária a qualquer ideia de ‘livre-arbítrio’”. Esta última frase resume o pensamento de todo o livro e o verdadeiro pensamento da Reforma Protestante! Afastar-se deste pensamento bíblico foi uma tragédia para a Igreja, como hoje em dia claramente se vê.

Paro por aqui, não multiplicarei argumentos para provar que a doutrina do livre-arbítrio é falsa e anti-evangélica. Isso fará John Owen, fortalecido pelo Senhor e pela força do Seu poder, a seguir.

Quero apenas concluir este prefácio com as solenes palavras do Príncipe dos Pregadores, em seu sermão de número 2007, Retendo Firmemente a Fé. É uma das mais comoventes exortações à luta pela fé e pela verdade da “obra substitutiva do Senhor Jesus Cristo”, do “Pacto Eterno”, das “Doutrinas da Graça”, em suma: “do Evangelho”.

“Eu estou aberto à convicção”, disse um homem que conhecia seu fundamento, “Eu estou aberto à convicção, mas gostaria de ver o homem que poderia me convencer”. Estou nesta mesma condição no que diz respeito ao Evangelho do meu Senhor Jesus.

[2] LUTERO, Martinho. Nascido Escravo. 2ª Ed. São José dos Campos: Editora Fiel, 2007. pp 26-27. Disponível em: <http://www.ministeriofiel.com.br/ebooks/detalhes/48/Nascido_Escravo>. Acesso em: junho 2015. Recomendamos altamente a leitura deste livro que é disponibilizado gratuitamente pela Editora Fiel. Ou então você poderá ouvi-lo no You Tube, na inigualável narração de Josemar Bessa.

Estou aberto à convicção, mas eu nunca verei o homem que pode convencer-me a afastar-me de minha experiência, de minha convicção, de minha consciência, de minha esperança, de meu tudo”.

Antes que eu pudesse renunciar à minha fé na obra substitutiva do Senhor Jesus Cristo e minha confiança no Pacto Eterno, em tudo bem ordenado e seguro, eu deveria ter que ser reduzido ao pó e cada átomo separado deveria ser transformado. Suponha que as Doutrinas da Graça fossem obliteradas e nossa esperança pudesse ser removida, o que eles nos dariam no lugar delas — tanto para esta vida ou para a próxima? Eu nunca vi nada proposto no lugar do Evangelho que fosse digno de considerar por um segundo. E você?...

[...] O que seria de nós se nossos pais não a tivessem defendido? Se Confessores, Reformadores, Mártires e Pactuantes tivessem sido indiferentes ao nome de e à fé em Jesus, onde estariam as Igrejas de hoje?

Aqui está o dia para o homem — onde está o homem para o dia? Nós, que temos o Evangelho passado para nós pelas mãos do mártir não nos atrevemos a brincar com ele, nem sentarmos e ouvi-lo negado por traidores que fingem amá-lo, mas que interiormente abominam cada linha dele [...].

A fé que eu sustento carrega sobre ela a marca do sangue de meus ancestrais. Devo negar a fé deles, pelo que eles deixaram a sua terra natal, para peregrinar aqui? Vamos jogar fora o tesouro que foi entregue a nós através das grades das prisões, ou veio para nos carbonizado com as chamas de Smithfield?

Deus nos conceda fidelidade para o bem das almas ao nosso redor! Como o mundo será salvo se a Igreja for falsa ao seu Senhor? Como moveremos as massas se o nosso fundamento for removido? Se o nosso Evangelho for incerto, o que resta, senão o aumento da miséria e do desespero?

Permaneçam firmes, meus amados, em nome de Deus! Eu, o vosso irmão em Cristo, vos suplico para que permaneçam na Verdade de Deus. Ajam varonilmente, sejam fortes. O Senhor vos sustente por causa de Jesus. Amém.

Publicamos esta obra na esperança de que através dela o Senhor abençoe a muitos dos Seus amados e, sobretudo, seja glorificado. Amém!

William Teixeira, EC
11 de junho de 2015.

Notas de Tradução

Esta foi sem dúvida a tradução mais difícil que já fizemos. De forma geral, as obras dos Puritanos não são fáceis de traduzir, esta foi especialmente assim. Levamos aproximadamente um ano para finalizar esta tradução. Tivemos algumas dificuldades em construir as frases e sentenças, e vertê-las para nosso idioma. Buscamos sempre manter a semântica, a lógica, a literalidade e a clareza da argumentação do Príncipe dos Teólogos Puritanos.

Como um dos propósitos do autor era refutar os Arminianos pela Palavra de Deus após expô-los “a partir de seus próprios escritos e confissões”, Owen fez a maioria das citações dos escritos e confissões Remonstrantes a partir dos originais em Latim, isso principalmente nas notas. E como nós não temos conhecimento deste idioma e nem conhecemos alguém que pudesse traduzir as citações das notas, então resolvemos simplesmente transliterar as notas assim como aparecem na obra original. Caso encontremos alguém que consiga traduzir as notas em Latim, ou que possa promover as traduções das mesmas por algum meio, planejamos futuramente fazer uma nova edição e publicação desta obra.

Também transliteramos as abreviações das referências às obras e aos nomes feitas pelo autor e por isso acrescentamos no final dos capítulos as seções “Índice de Citações” e “Índice de Nomes” para que o leitor possa consultar e ver a que se referem as abreviações. Aconselhamos ainda que, quem puder, acesse a obra original no site CCEL.org, pois estas listas encontram-se com links que facilitam a localização e verificação da correspondência que há entre a abreviatura e a obra a que essa se refere.

Buscamos fazer uma tradução o mais fiel possível. Embora nossos talentos de tradução ainda não estejam muito trabalhados, cremos ter feito um trabalho de tradução razoável, todavia, não nós, mas a graça de Deus em nós.

Desejamos ardentemente que esta obra — e cremos que este também era o anelo do autor ao escrevê-la — edifique a sua alma, e, acima de tudo, glorifique a Deus.

Sola Gratia!
Soli Deo Gloria!
Editores EC.

O Principal Propósito de Minha Vida: Mortificação e Plena Santidade Reflexões Sobre a Vida e Pensamento de John Owen

Por John Piper

[Conferência de Bethlehem para Pastores • 25 de janeiro de 1994]

Introdução

Houve seis palestrantes na Conferência de Bethlehem para Pastores antes deste ano. Metade deles disseram que John Owen é o escritor Cristão mais influente em suas vidas. Isso é surpreendente para um homem que morreu há 311 anos, e que escreveu de uma forma tão difícil de ler que ele mesmo concebeu o seu trabalho como extremamente difícil em sua própria geração.

Por exemplo, seu livro *A Morte da Morte na Morte de Cristo*, é, provavelmente, o seu livro mais famoso e mais influente. Foi publicado em 1647, quando Owen tinha 31 anos. É o livro mais completo e provavelmente o mais persuasivo já escrito sobre o “L” em TULIP: expiação limitada.

O ponto do livro é que quando Paulo diz: “Cristo amou a igreja, e a si mesmo se entregou por ela” (Efésios 5:25), ele intenciona que Cristo realmente fez algo decisivo e único pela igreja quando Ele morreu por ela, algo que é particular e soberano, e diferente do que Ele faz pelas pessoas que experimentam o Seu julgamento final e ira. O livro argumenta que o amor especial que Cristo tem por Sua noiva é algo mais maravilhoso do que o amor geral que Ele tem por Seus inimigos. É uma aliança de amor. Ele busca, alcança, domina, perdoa, transforma e supera toda resistência em Seus amados. *A Morte da Morte* é um grande e poderoso livro, ele me sustentou por muitas noites, cerca de 12 anos atrás, quando eu estava tentando decidir o que eu realmente cria sobre o terceiro ponto do Calvinismo.

Mas, eu estou me adiantando. O ponto que eu estava construindo é que é incrível que Owen tenha um impacto tão notável hoje, quando ele morreu há 311 anos e sendo a sua forma de escrita extremamente difícil. E mesmo ele sabe que seu trabalho é difícil. No prefácio (“Ao Leitor”) de *A Morte da Morte*, Owen faz o que nenhum bom agente de *marketing* permitiria hoje. Ele começa assim: “LEITOR... Se tu és, como muitos nesta era de fingimento, um contemplador de indícios ou título, e vens aos livros como Cato ao teatro, para sair novamente — tu já tiveste o teu entretenimento; despedido!” (X, 149)¹.

A Influência De Owen Sobre Teólogos Contemporâneos Proeminentes

No entanto, J. I. Packer, Roger Nicole e Sinclair Ferguson não aceitaram a despedida de Owen. Eles permaneceram. E eles aprenderam. E hoje os três dizem que nenhum escritor Cristão teve um impacto maior sobre eles do que John Owen.

J.I. Packer

Packer diz que Owen é o herói de seu livro, “*Quest for Godliness*” (Busca Pela Piedade), um livro sobre A Visão Puritana da Vida Cristã. Isso diz muito, pois para Packer os Puritanos são as sequóias na floresta da Teologia². E John Owen é “o maior entre os teólogos Puritanos”. Em outras palavras, ele é a mais alta das sequóias. “Pela consistência, profundidade, solidez e majestade em expor a partir da Escritura, os caminhos de Deus para com a humanidade pecadora, não há ninguém que o alcance”³.

Mas Packer tem uma razão muito pessoal para amar John Owen. Eu o ouvi contar a história da crise em que ele entrou logo após a sua conversão. Ele estava em perigo em seus tempos de estudante de desesperar-se sob um ensino perfeccionista que não levava o pecado interior a sério. A descoberta de John Owen o trouxe de volta à realidade. “Basta dizer então”, Packer relembra, “que sem Owen eu poderia muito bem ter saído de meu juízo ou ficado atolado em fanatismo místico”⁴.

Então Packer praticamente diz que deve sua vida, e não apenas a sua teologia a John Owen. Não é surpreendente, então, que Packer diria sobre o estilo de Owen que, embora trabalhoso e difícil “a recompensa a ser colhida a partir do estudo de Owen faz todo o trabalho empregado valer a pena”⁵.

Roger Nicole

Roger Nicole, que ensinou no *Gordon-Conwell Seminary* por mais de 40 anos disse quando ele esteve aqui em 1989 que John Owen é o maior teólogo que já escreveu em idioma Inglês. Ele até fez uma pausa e disse, ainda maior do que o grande Jonathan Edwards. Isso realmente me chamou a atenção, porque eu tenho certeza que Nicole leu mais desses dois grandes nomes do que a maioria dos teólogos e pastores leram.

Sinclair Ferguson

Sinclair Ferguson, que esteve aqui em 1990, escreveu um livro inteiro sobre Owen, “*John Owen on the Christian Life*” (John Owen Sobre a Vida Cristã), e nos diz sobre a sua dívida que começou, se você pode acreditar, quando ele ainda era um adolescente:

Meu interesse pessoal [em Owen] como professor e teólogo começou no final de minha adolescência, quando comecei a ler alguns dos seus escritos. Como os outros, antes e depois, descobri que eles lidavam com as questões que a literatura evangélica contemporânea raramente, ou nunca, tocava. A exposição penetrante de Owen abriu áreas de necessidade em meu próprio coração, mas também de forma correspondente a profundas garantias da graça em Jesus Cristo... Desde aqueles primeiros encontros com as suas *Obras*, permaneci em dívida com ele... Ter conhecido o ministério pastoral de John Owen durante estes anos (ainda que de forma escrita) tem sido um rico privilégio; ter conhecido o Deus de Owen é um privilégio ainda maior⁶.

Outros

É claro que a magnitude da influência de John Owen vai muito além desses três. Para Ambrose Barnes ele foi “o Calvino da Inglaterra”. Para Anthony Wood, ele foi “o Atlas e Patriarca da Independência”⁷. Charles Bridges, em *The Christian Ministry* (O Ministério Cristão), 1830, disse:

“Em verdade, sobre o todo: pela exposição luminosa e poderosa defesa da doutrina bíblica; pela resoluta aplicação de obrigação prática; pela hábil anatomia do auto-engano do coração, e por um detalhado e sábio tratamento dos exercícios diversificados do coração do Cristão, ele é, provavelmente, sem paralelo”⁸.

Se Nicole e Bridges estão certos, a saber, que John Owen é inigualável no mundo da língua Inglesa, então Jonathan Edwards não estava muito atrás, e Edwards presta respeito a Owen não apenas citando-o substancialmente em *Religious Affections* (Afeições Religiosas), mas também através de registro em seu “Catálogo” de leituras de recomendação de Hallyburton aos seus alunos na Universidade de St. Andrews, que os escritos de John Owen devem ser avaliados acima de todos os escritos humanos para uma verdadeira visão do mistério do evangelho⁹.

Uma das razões pelas quais eu permaneci ao longo destes tributos por tanto tempo é que eu quero que você se sinta atraído não apenas a Owen, mas ao valor de ter alguns grandes heróis no ministério. Não há muitos ao nosso redor, hoje. E Deus quer que nós tenhamos heróis. Hebreus 13:7: “Lembra-vos dos vossos pastores, que vos falaram a palavra de Deus, a fé dos quais imitai, atentando para a sua maneira de viver”. Parece-me que os líderes Cristãos de hoje que mais se aproximam de serem heróis são aqueles que tiveram grandes heróis. Espero que você tenha um ou dois, vivos ou mortos. Talvez Owen se tornará um deles.

Uma Visão Geral Da Vida De Owen

Muitas pessoas — inclusive pastores e teólogos — não conhecem muito sobre John Owen. Uma das razões é que seus escritos não são populares hoje¹⁰. Mas outra razão é que não se sabe muito sobre ele, pelo menos não muito sobre sua vida pessoal. Peter Toon, em sua biografia de 1971 diz: “Nenhum dos diários de Owen foi preservado, e ...as cartas existentes em que ele desvela a sua alma são pouquíssimas, e as reações pessoais registradas por outros em relação a ele são breves e escassas¹¹ [...]. Temos que confiar em algumas cartas e poucas observações de outros para procurar entendê-lo como homem. E estas são insuficientes para sondar as profundezas de seu caráter. Assim Owen deve permanecer oculto, pois estava por trás de um véu... seus pensamentos secretos permanecem propriamente seus”¹².

Acho que isso pode ser um pouco mal entendido, porque quando você lê as obras mais práticas de Owen o homem brilha através de uma forma que eu acho que revela as profundezas do seu coração. Mas ainda assim os detalhes de sua vida pessoal são frustrantemente poucos. Você verá isso e compartilhará a minha frustração no que se segue.

Owen nasceu na Inglaterra em 1616, no mesmo ano em que William Shakespeare morreu e quatro anos antes dos peregrinos partirem para a Nova Inglaterra. Isso aconteceu praticamente no meio do grande século Puritano (cerca de 1560-1660).

O Puritanismo era cordialmente um movimento espiritual, apaixonadamente preocupado com Deus e a piedade. Tudo começou na Inglaterra com William Tyndale, o tradutor da Bíblia, contemporâneo de Lutero, uma geração antes da palavra “puritano” ser cunhada, e preservada até os últimos anos do século XVII, algumas décadas depois de “puritano” ter caído fora de uso [...]. Puritanismo era essencialmente um movimento para reforma da igreja, a renovação pastoral e evangelização e reavivamento espiritual [...]. O objetivo Puritano era completar o que reforma da Inglaterra começara: terminar de remodelar a adoração Anglicana, introduzir uma disciplina eclesiástica eficaz nas paróquias Anglicanas, estabelecer a justiça nos campos políticos, nacionais e socioeconômicos, e converter todos os Ingleses a uma fé evangélica vigorosa¹³.

Owen nasceu no meio deste movimento e se tornou o seu maior pastor-teólogo, enquanto o movimento terminou quase simultaneamente com a sua morte, em 1683¹⁴. Seu pai era um pastor em Stadham, cinco milhas ao norte de Oxford. Ele tinha três irmãos e uma irmã. Em todas as suas obras ele não menciona a sua mãe ou seus irmãos. Há uma breve referência ao seu pai, ele diz: “Eu fui criado desde a minha infância sob os cuidados de meu pai, que era um Não-conformista por todos os seus dias, e um árduo trabalhador na vinha do Senhor”¹⁵.

Aos 10 anos ele foi enviado para a escola primária dirigida por Edward Sylvester em Oxford,

onde ele se preparou para a universidade. Ele ingressou em Queens College, Oxford aos 12, obteve o seu Bacharelado em Artes aos 16 e seu M. A. [Mestre em Artes – N. R.] três anos depois, aos 19. Podemos obter uma prova de como era o menino a partir da observação de Peter Toon, que o zelo de Owen pelo conhecimento era tão grande neste momento que “muitas vezes ele se permitia apenas quatro horas de sono por noite. Sua saúde foi afetada, e mais tarde na vida, quando ele esteve muitas vezes em um leito de enfermidade, ele lamentou aquelas horas de descanso que ele perdera na juventude”¹⁶.

Owen começou seu trabalho para o B. D. [Bacharel em Divindade/Teologia – N. R.] mas não podia suportar o Arminianismo da alta igreja e o formalismo de Oxford por mais tempo e saiu para se tornar um tutor pessoal e capelão de algumas famílias abastadas perto de Londres.

Em 1642 a guerra Civil começou entre o Parlamento e o Rei Charles (entre a religião da alta igreja de William Laud e a religião Puritana dos Presbiterianos e Independentes na Câmara dos Comuns). Owen foi simpático com o Parlamento contra o rei e Laud, e por isso ele foi expulso de sua capelania e mudou-se para Londres, onde cinco grandes acontecimentos de sua vida aconteceram nos próximos quatro anos, que marcaram o restante de sua vida.

Cinco Eventos Que Marcaram O Restante De Sua Vida

A. Conversão

O primeiro é a sua conversão, ou a sua certeza de salvação e aprofundamento de sua comunhão pessoal com Deus. É notável que isso aconteceu de uma maneira quase idêntica à conversão de Charles Spurgeon, dois séculos depois. Em 6 de janeiro de 1850 Spurgeon foi impulsionado, devido uma tempestade de neve, a uma capela Metodista Primitiva, onde um leigo estava no lugar do pastor e tomou o texto de Isaías 45:22: “Olhai para mim, e sereis salvos, vós, todos os termos da terra”, Spurgeon olhou e foi salvo¹⁷.

Owen foi um Calvinista convicto com grande conhecimento doutrinário, mas faltava-lhe o senso da realidade de sua própria salvação. Esse senso de realidade pessoal em tudo o que ele escreveu faria toda a diferença no mundo para Owen nos anos vindouros. Então, o que aconteceu em um Domingo, em 1642, é muito importante.

Quando Owen tinha 26 anos, ele foi com seu primo ouvir o famoso Presbiteriano, Edmund Calamy na Igreja de St. Mary's Aldermanbury. Mas ocorreu que Calamy não pôde pregar e um pregador do país tomou o seu lugar. O primo de Owen queria ir embora. Mas algo

segurou Owen em seu lugar. O simples pregador tomou como seu texto Mateus 8:26, “Por que temeis, homens de pouca fé?”. Esta foi uma palavra e tempo designados por Deus para o despertar de Owen. Suas dúvidas, temores e preocupações quanto à possibilidade de que ele realmente nasceu de novo pelo Espírito Santo foram embora. Ele sentiu-se liberto e adotado como Filho de Deus. Quando você lê as penetrantes obras práticas de Owen sobre a obra do Espírito e da natureza da verdadeira comunhão com Deus, é difícil duvidar da realidade do que Deus fez naquele Domingo, em 1642¹⁸.

B. Casamento

O segundo evento crucial naqueles primeiros anos em Londres foi o casamento de Owen com uma jovem mulher chamada Mary Rooke. Ele foi casado com ela por 31 anos, de 1644 a 1675. Nós não sabemos praticamente nada sobre ela. Mas conhecemos um fato absolutamente impressionante que deve ter colorido todo o ministério de Owen pelo restante de sua vida (ele morreu oito anos depois da morte dela). Nós sabemos que ela deu à luz a 11 filhos, e todos, exceto um, morreram quando ainda eram crianças, e uma filha morreu quando era uma jovem adulta. Em outras palavras Owen experimentou a morte de onze filhos e de sua esposa! Ou seja, uma criança nascia e morria, em média, a cada três anos da vida adulta de Owen¹⁹.

Nós não temos uma referência à Mary ou aos filhos ou à sua dor em todos os seus livros. Mas apenas saber que o homem andou no vale da sombra da morte a maior parte de sua vida, dá-me uma pista para a profundidade do lidar com Deus que encontramos em suas obras. Deus tem suas formas incompreensíveis e dolorosas de nos fazer o tipo de pastores e teólogos que Ele quer que sejamos.

C. Primeiro Livro

O terceiro evento nestes primeiros anos em Londres é a publicação de seu primeiro livro. Ele havia lido cuidadosamente sobre a recente controvérsia na Holanda entre os Remonstrantes (a quem ele chamou de Arminianos) e os Calvinistas. A Remonstrância foi escrita em 1610 e a resposta Calvinista foi o Sínodo de Dort, em 1618. Apesar de todas as suas diferenças Owen diz que a Alta Igreja Inglesa de William Laud e os Remonstrantes holandeses eram essencialmente um só em sua rejeição da predestinação, que para Owen havia se tornado absolutamente crucial, especialmente desde que ele tão plenamente atribuía a sua conversão a Deus.

Assim, ele publicou seu primeiro livro em abril 1643 com o título polêmico, semelhante a prefácio: *Uma exposição do Arminianismo: sendo uma descoberta do antigo ídolo Pelagia-*

no, livre-arbítrio, com a nova deusa, a contingência, elevando-se ao trono de Deus no céu, em detrimento de Sua graça, providência e domínio supremo sobre os filhos dos homens. Isto é importante não só porque define sua diretriz como um Calvinista, mas como um escritor público, polêmico, cuja vida inteira seria engajada em escrever até o último mês de sua vida, em 1683.

D. Tornando-se um Pastor

O quarto evento crucial nestes anos foi Owen tornar-se um pastor de uma pequena paróquia em Fordham, Essex, em 16 de julho de 1643. Ele não permaneceu por muito tempo na igreja. Mas eu menciono isso porque isso define o rumo de sua vida como um pastor. Ele sempre foi essencialmente um pastor, mesmo quando envolvido com a administração na Universidade de Oxford e mesmo quando envolvido com os acontecimentos políticos de sua época. Ele era tudo, menos um acadêmico de clausura. Todos os seus escritos foram feitos em meio a pressão dos deveres pastorais. Há pontos em sua vida onde isto parece absolutamente incrível, que ele pudesse continuar estudando e escrevendo com o tipo de envolvimento que ele teve.

E. Discursando ao Parlamento

O quinto evento destes primeiros anos em Londres foi o convite em 1646 para falar ao Parlamento. Naqueles dias, havia dias de jejum durante o ano, quando o governo solicitava que certos pastores pregassem para a Câmara dos Comuns. Foi uma grande honra. Esta mensagem catapultou Owen em assuntos políticos pelos próximos 14 anos.

Owen chamou a atenção de Oliver Cromwell, o líder (“Protetor”) governamental na ausência de um rei, e Cromwell tem a fama de ter dito a Owen: “Senhor, você é uma pessoa com quem eu devo estar familiarizado”, ao que Owen respondeu, “isso será muito mais para meu proveito do que seu”²⁰.

Bem, talvez sim e talvez não. Com essa familiaridade Owen foi lançado no tumulto da guerra Civil. Cromwell fez dele o seu capelão e o levou para a Irlanda e para a Escócia, para pregar às suas tropas, avaliar a situação religiosa nestes países e para dar a justificação teológica para a política de Cromwell.

Fecundidade Em Meio À Pressão

O que começou a me surpreender, enquanto eu aprendia quão grandemente pública e administrativa era a vida de Owen, foi como ele era capaz de continuar estudando e escrevendo, apesar de tudo, e em parte por causa de tudo isso.

Em Oxford, Owen era responsável pelos serviços de adoração, porque *Christ Church* era uma catedral, bem como uma faculdade, e ele era o pregador. Ele era o responsável pela escolha dos alunos, pela nomeação de capelães, pelo suprimento das instalações de tutorial, pela administração da disciplina, pela fiscalização dos bens, pela cobrança de aluguéis e dízimos, e pela doação de subsistência e cuidados aos indigentes do hospital da igreja. Mas todo o seu objetivo em todos os seus deveres, como diz Peter Toon, era “estabelecer toda a vida da Faculdade sobre a Palavra de Deus”²¹.

Sua vida era simplesmente inundada pela pressão. Eu não posso imaginar que tipo de vida familiar ele tinha, e durante o tempo que seus filhos estavam morrendo (sabemos que, pelo menos, dois filhos morreram na praga de 1655). Quando ele terminou seu mandato como vice-chanceler, disse em seu discurso de encerramento:

Os labores têm sido inumeráveis; além de submeter-me a enorme despesa, muitas vezes, quando trazido à para a beira da morte em vossa consideração, eu tenho odiado estes membros e este corpo débil que estiveram prontos para abandonarem a minha mente; as reprovações da plebe foram ignoradas; a inveja dos outros tem sido superada: nestas circunstâncias eu desejo-lhes toda a prosperidade e despeço-me de vocês²².

Apesar de toda a pressão administrativa e até mesmo da hostilidade por causa de seu compromisso com a piedade e com a causa Puritana, ele estava constantemente estudando e escrevendo, provavelmente, tarde da noite, em vez de dormir. É assim que ele preocupava-se com a fidelidade doutrinária às Escrituras. Peter Toon lista 22 obras publicadas durante esses anos. Por exemplo, ele publicou sua defesa da Perseverança dos Santos em 1654. Ele viu um homem chamado John Goodwin espalhando erro sobre esta doutrina e sentiu-se constrangido, em todas as suas outras atribuições, a responder-lhe com 666 páginas! Isso preenche todo o volume 11 em suas *Obras*. E ele não estava escrevendo vaidades que desapareceriam durante a noite. Um biógrafo disse que este livro é “a vindicação mais magistral da perseverança dos santos escrita em língua Inglesa”²³.

Durante esses anos administrativos ele também escreveu *Sobre a Mortificação do Pecado nos Crentes* (1656), *Sobre a Comunhão com Deus* (1657), *Sobre a Tentação: Sua Natureza e Poder* (1658). O que é mui notável sobre esses livros é que eles são o que eu chamaria de intensamente pessoais e em muitas passagens, dulcíssimos. Assim, ele não estava apenas travando batalhas doutrinárias, ele estava lutando contra o pecado e a tentação. E ele não estava apenas lutando, ele estava tentando estimular os alunos à comunhão sincera com Deus.

Ele foi dispensado de suas funções da Reitoria em 1660 (tendo entregado a Vice-Chance-

laria em 1657). Cromwell morreu em 1658. A monarquia com Charles II estava de volta. O Ato de Uniformidade que retirou 2.000 ministros Puritanos de seus púlpitos era iminente (1662). Os dias que viriam para Owen agora não eram os grandes, políticos, acadêmicos dias dos últimos 14 anos. Agora, ele foi de 1660 até sua morte, em 1693, uma espécie de pastor fugitivo em Londres.

Durante esses anos, ele se tornou o que alguns têm chamado de “Atlas e Patriarca da Independência”. Ele começou seu ministério como um Puritano de convicções Presbiterianas. Mas ele convenceu-se de que a forma congregacional de governo é mais bíblica. Ele foi o principal porta-voz desta ala da Não-conformidade, e escreveu extensivamente para defender o ponto de vista²⁴.

Porém, ainda mais importante, ele foi o principal porta-voz da *tolerância* de ambas as formas Presbiterianas e Episcopais. Mesmo enquanto estava em Oxford, ele tinha a autoridade para esmagar o culto Anglicano, mas ele permitiu que um grupo de Episcopais cultuassem em quartos em frente aos seus aposentos²⁵. Ele escreveu numerosos tratados e livros para pedir tolerância dentro da Ortodoxia. Por exemplo, em 1667, ele escreveu (em *Indulgência e Tolerância Consideradas*):

Parece que somos uns dos primeiros que alguma vez, em qualquer lugar do mundo, desde a fundação do mesmo, pensamos em arruinar e destruir pessoas de nossa mesma religião, meramente devido a escolha de algumas formas peculiares de culto nesta religião²⁶.

Suas ideias sobre tolerância foram tão significativas que tiveram uma grande influência sobre William Penn, o Quaker e fundador da Pensilvânia, que era um aluno de Owen. E é significativo para mim como um Batista, que em 1669 ele escreveu, com vários outros pastores, uma carta de preocupação para o governador e Congregacionalistas de Massachusetts suplicando-lhes para não perseguirem os Batistas²⁷.

Ministério Pastoral

Durante estes 23 anos após 1660 Owen foi um pastor. Por causa da situação política, ele nem sempre foi capaz de ficar em um lugar e estar com seu povo, mas ele parecia carregá-los em seu coração, mesmo quando ele estava se mudando. Perto do fim de sua vida, ele escreveu ao seu rebanho: “Embora eu esteja ausente de vocês no corpo, estou em mente, afeição e espírito presente com vocês, e das vossas assembleias, porque eu espero que vocês serão a minha coroa e alegria no dia do Senhor”²⁸.

Não somente isso, ele ativamente aconselhou e fez planos para o cuidado deles em sua ausência. Ele aconselhou-os em uma carta com palavras que são incrivelmente relevantes para esforços de cuidados pastorais em nossas igrejas hoje:

Rogo-vos que ouçam uma palavra de aconselhamento caso a perseguição aumente, o que deve ocorrer por um tempo. Eu desejaria, pelo fato de que vocês não têm presbíteros regentes, e seus mestres não podem andar publicamente com segurança, que vocês apontassem alguns dentre vós, que possam continuamente, conforme as ocasiões admitam, ir de casa em casa e aplicarem-se peculiarmente aos fracos, aos tentados, aos temerosos, aqueles que estão prontos para desfalecer, ou a parar, e encoraja-los no Senhor. Para esse propósito, escolha aqueles que são dotados de um espírito de coragem e força; e que eles saibam que são felizes aqueles que Cristo honrará com Sua bendita obra. E eu desejo que sejam as pessoas deste número, os que são homens fiéis, e conheçam a condição da igreja; por meio disso, vocês saberão qual é o quadro dos membros da igreja, o que será uma ótima diretriz para vocês, mesmo em suas orações²⁹.

Em circunstâncias normais, Owen acreditava e ensinava que: “O primeiro e principal dever de um pastor é alimentar o rebanho pela diligente pregação da palavra”³⁰. Ele apontou para Jeremias 3:15 e o propósito de Deus: “dar-vos-ei pastores segundo o meu coração, os quais vos apascentarão com ciência e com inteligência”. Ele mostrou que o cuidado de pregar o evangelho foi confiado a Pedro, e através dele, a todos os verdadeiros pastores da igreja sob o nome de “apascentar” (João 21:15-16). Ele citou Atos 6 e a decisão apostólica para libertarem-se de todas as incumbências, para que eles pudessem se entregar inteiramente à palavra e à oração. Ele se referiu a 1 Timóteo 5:17 que é o dever do pastor “trabalhar na palavra e na doutrina”, e a Atos 20:28, onde os supervisores do rebanho devem apascentá-los com a palavra.

Depois, ele diz: “Não é necessário apenas que ele pregue agora e, em seguida, em seu descanso, mas que ele deixe de lado todas as outras ocupações, embora lícitas, todas as demais funções dentro da igreja, de forma que as participações tão constantes nelas os desviem deste trabalho, para que ele se entregue àquele. Sem isso, nenhum homem será capaz de dar uma explicação confortável de seu ofício pastoral no último dia” [31]. Eu acho que seria justo dizer que esta é a forma pela qual Owen cumpriu seu ofício durante estes anos, sempre que a situação política o permitiu.

Owen e Bunyan

Não está claro para mim por que alguns Puritanos neste momento estavam na prisão e outros, como Owen não estavam. Parte da explicação foi que aqueles pregavam abertamente. Parte disso era que Owen foi uma figura nacional que possui ligações com as classes mais altas. Parte disso era que a perseguição não foi nacionalmente uniforme, mas alguns oficiais locais foram mais rigorosos do que outros.

Todavia, seja qual for a explicação, é notável o relacionamento que John Owen teve nestes anos com John Bunyan, que passou muitos deles na prisão. Uma história diz que o rei Charles II perguntou a Owen uma vez por que ele preocupava-se em ouvir um latoeiro ignorante como Bunyan pregar. Owen respondeu: “Sua majestade, se eu possuísse as habilidades do latoeiro para a pregação, eu ficaria feliz em renunciar a todo o meu conhecimento”³².

Uma das melhores ilustrações de Deus escondendo um sorriso no rosto por trás de uma providência carrancuda é a história de como Owen falhou em ajudar Bunyan a sair da prisão. Repetidamente quando Bunyan estava na prisão Owen se esforçou pela sua libertação por todas as cordas que ele pudesse puxar. Mas não adiantou. Mas quando John Bunyan saiu em 1676, trouxe com ele um manuscrito “cujo valor e importância dificilmente podem ser compreendidos”³³. Na verdade Owen encontrou-se com Bunyan e o recomendou à sua própria editora, Nathaniel Ponder. A parceria foi bem-sucedida e o livro que, depois da Bíblia, foi o que provavelmente fez mais bem, foi lançado ao mundo, tudo porque Owen falhou em suas boas tentativas de libertar Bunyan, e porque ele conseguiu encontrar um editor para ele. A lição: “Não julgue o Senhor com débil entendimento, mas confie nEle por Sua graça, por trás de uma providência carrancuda, Ele esconde um sorriso no rosto”.

Morte

Owen morreu em 24 de agosto de 1683. Ele foi sepultado em 4 de setembro, em Bunhill Fields, em Londres, onde cinco anos depois, um latoeiro e “Imortal Sonhador da Prisão de Bedford” seria enterrado com ele. Foi apropriado que os dois se deitassem juntos, depois que o gigante Congregacional havia se esforçado por tanto tempo na causa da tolerância para com os humildes Batistas na Inglaterra e na Nova Inglaterra.

Seu Pleno E Abrangente Objetivo Na Vida: Santidade

O que eu gostaria de tentar fazer agora é chegar perto do coração do que fez este homem notável e do que o fez grande. Penso que o Senhor quer que sejamos inspirados por este homem em alguns profundos aspectos pessoais e espirituais. Essa parece ser a maneira como ele tocou a maioria das pessoas, como J.I. Packer e Sinclair Ferguson.

Acho que as palavras dele que mais se aproximam de mostrar-nos o coração e objetivo de sua vida são encontradas no prefácio do pequeno livro: *Sobre a Mortificação do Pecado nos Crentes*, que foi baseado em sermões que ele pregou para os alunos e comunidade acadêmica em Oxford:

Espero que eu possa reconhecer em sinceridade que o desejo do meu coração para

Deus, e o principal desígnio da minha vida [...] são, que a mortificação e a santidade universal sejam promovidas no meu e nos corações e caminhos dos outros, para a glória de Deus, de forma que assim o Evangelho de nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo possa ser adornado em todas as coisas³⁴.

Isso foi em 1656. Owen tinha 40 anos. Vinte e cinco anos depois, ele ainda estava tocando a mesma nota por meio de suas pregações e escritos. Em 1681 ele publicou *A Graça e o Dever de Pensar Espiritualmente*, Sinclair Ferguson está provavelmente certo quando diz: “Tudo o que ele escreveu para seus contemporâneos têm um objetivo prático e pastoral em vista: a promoção da verdadeira vida Cristã”³⁵, em outras palavras, a mortificação do pecado e progresso da santidade.

Este era o seu fardo, não somente em relação às igrejas, mas também à Universidade, quando ele estava ali. Peter Toon diz: “A ênfase especial de Owen era insistir que todo o currículo escolar fosse submerso em pregação, catequese e oração. Ele queria que os graduados de Oxford não apenas fossem proficientes em Artes e Ciências, mas também anelassem por piedade”³⁶.

Mesmo em suas mensagens políticas — os sermões ao Parlamento — o tema era repetidamente a santidade. Ele baseou isso no padrão do Antigo Testamento, que “o povo de Israel esteve no auge de suas riquezas, quando os seus líderes eram piedosos”³⁷. Então, a questão-chave para ele era que a legislatura fosse composta de pessoas santas.

Ele preocupava-se que a propagação do evangelho e o ser adornado com santidade não fosse apenas uma obrigação para sua terra natal Inglesa. Quando ele voltou para a Irlanda em 1650, onde ele havia visto as forças Inglesas, sob Cromwell, dizimarem a Irlanda, ele pregou no Parlamento e clamou por um outro tipo de guerra:

“Como é que Jesus Cristo é na Irlanda apenas como um leão que mancha Suas vestes com o sangue de seus inimigos; e ninguém o apreende como um Cordeiro aspergido com seu próprio sangue por Seus amigos [...] isso é lidar justamente com o Senhor Jesus? Convocá-IO para a batalha e depois afastar a Sua coroa? Deus tem sido fiel em fazer grandes coisas por vocês; sejam fiéis nesta única coisa: façam o seu máximo pela pregação do Evangelho na Irlanda”³⁸.

A partir de seus escritos e do testemunho de outros, parece justo dizer que o objetivo da santidade pessoal em toda a vida, e a mortificação de todo pecado conhecido, foi o trabalho não somente de seus ensinamentos, mas de sua própria vida pessoal.

David Clarkson, seu associado pastoral nos anos finais do ministério de Owen, dirigiu o seu funeral. Nele, ele disse:

Uma grande luz se apagou; alguém eminente por causa de sua santidade, conhecimento, talentos e habilidades; um pastor, um erudito, um santo de primeira grandeza; a santidade concedeu um brilho Divino às suas outras realizações, ela brilhou em todo o seu curso, e foi difundida através de toda a sua conversação³⁹.

John Stoughton disse que “Sua piedade se igualou à sua erudição”⁴⁰. Thomas Chalmers da Escócia comentou em *Sobre a Natureza, Poder, Engano e Prevalência de Pecado Interior nos Crentes*, “É muitíssimo importante ser instruído sobre este assunto por alguém que alcançou tais elevadas realizações em santidade, e cujo conhecimento profundo e experimental com a vida espiritual tão bem o capacite a expor a sua natureza e operações”⁴¹.

Por que Deveríamos Ouvir a John Owen

A razão pela qual esta questão é tão urgente para nós hoje não é apenas que há uma santidade, sem a qual não veremos o Senhor (Hebreus 12:14), mas por que parece haver uma escassez de líderes políticos e eclesiásticos hoje que façam da busca por santidade algo tão central como a busca pelo crescimento da igreja ou do sucesso político. O Presidente dos Estados Unidos comunicou claramente que ele não cria que sua santidade pessoal fosse um fator significativo em sua liderança desta nação. A forma arrogante como muitos líderes eclesiásticos tratam o decoro sexual é um eco da mesma doença. John Owen teria ficado chocado tanto com o cenário nacional quanto com o eclesiástico.

John Owen é um bom conselheiro e modelo para nós neste assunto de santidade porque ele não era um eremita. Muitas vezes pensamos que algumas pessoas buscam a obtêm o luxo monástico justamente por ficarem fora da confusão da vida pública e se tornarem pessoas santas. Não era assim com os Puritanos da época de Owen. J.I. Packer disse que o Puritanismo foi “um monasticismo reformado, fora do claustro e longe dos votos monásticos”⁴². Isto é especialmente verdadeiro sobre Owen.

Seu contemporâneo, Richard Baxter, chamou Owen “o grande executor”⁴³. Ele viveu uma vida pública. Ele estava envolvido na administração acadêmica; ele estava mergulhado na política; ele estava envolvido com os líderes militares do país; ele estava envolvido em controvérsias sobre todos os tipos de assuntos, desde a autenticidade dos pontos vogais Hebraicos e a Epístola de Inácio, até às leis nacionais de tolerância e a natureza da justificação; ele foi procurado por milhares de ministros congregacionais independentes para ser o porta-voz deles a nível nacional; ele estava o tempo todo pastoreando pessoas, e não se esqueça, perdia um filho para a morte, de três em três anos.

E todos nós sabemos que uma vida como esta é cheia de crítica que pode quebrantar o espírito e fazer a busca pela santidade pessoal duplamente difícil. Quando seus adversários

não podiam superá-lo em sua argumentação, eles recorriam ao ataque de seu caráter. Ele foi chamado de “o grande sino do tempo de perturbação e sedição... uma pessoa que teria disputado com o próprio Maomé tanto pela ousadia quanto pela impostura... uma víbora, tão inchada com veneno que deveria ou explodir ou cuspir seu veneno”⁴⁴.

E ainda mais doloroso e desanimador é a crítica de amigos. Certa vez, ele recebeu uma carta de John Eliot, o missionário para os índios na América, que o feriu mais profundamente, disse ele, do que qualquer um de seus adversários.

O que eu recebi de você... marcou mais profundamente, e deixou a maior impressão sobre minha mente, do que todos os ultrajes virulentos e falsas acusações que encontrei da parte de meus adversários abertos [...]. Que eu deveria agora ser tido como alguém que feriu a *santificação* nas igrejas, é uma das mais tristes carrancas nas frentes nubladas da Divina providência⁴⁵.

Adicione a isso os encargos diários de viver em um mundo pré-tecnológico, sem as conveniências modernas, e passando por duas grandes pragas, uma das quais, em 1665, matou 70 mil das 500 mil pessoas que viviam em Londres⁴⁶, adicione os 20 anos vivendo fora da proteção da lei — então saberemos que a santidade de John Owen não foi exercitada no conforto da paz, do lazer ou da segurança. Quando um homem como este, nestas circunstâncias é lembrado e exaltado por séculos por causa de sua santidade pessoal, devemos ouvir.

Como Ele Buscou Por Santidade?

1 - Owen humilhou-se sob a poderosa mão de Deus.

Embora ele fosse um dos homens mais influentes e conhecidos de seu tempo, a sua visão de seu próprio lugar na economia de Deus era sóbria e humilde. Dois dias antes de morrer, ele escreveu em uma carta a Charles Fleetwood: “Eu estou deixando o navio da Igreja em uma tempestade, mas enquanto o grande Piloto está nele a perda de um pobre remador será desprezível”⁴⁷.

Packer diz que “Owen, embora fosse um homem orgulhoso por natureza, foi quebrantado na e pela sua conversão, e, posteriormente, ele se manteve rebaixado pela contemplação de sua recorrente pecaminosidade inata”⁴⁸. Isto foi o que Owen escreveu ilustra isso:

Manter nossas almas em constante estado de luto e auto-humilhação é a parte mais necessária de nossa sabedoria... e isso está tão longe de ter alguma incompatibilidade

com aquelas consolações e alegrias, que o evangelho propõe a nós como crentes, antes esta é única maneira de permiti-las na alma de uma forma devida⁴⁹.

No que diz respeito à sua imensa erudição e o tremendo discernimento que ele tinha para as coisas de Deus, ele pareceu ter uma atitude muito humilde para com os seus feitos, porque ele tinha subido o suficiente para ver sobre o primeiro cume da revelação dos mistérios infinitos de Deus.

Não tenho a pretensão de procurar a fundo ou nas profundidades de qualquer parte deste “grande mistério da piedade, Deus manifestado em carne”. Eles são completamente insondáveis, até o limite das mentes mais iluminadas, nesta vida. O que compreenderemos mais sobre eles no outro mundo, só Deus sabe⁵⁰.

Esta humildade abriu a alma de Owen para maiores visões de Cristo nas Escrituras. E ele acreditava de todo o coração na verdade de 2 Coríntios 3:18, que ao contemplar a glória de Cristo “somos transformados de glória em glória na mesma imagem”⁵¹. E isso não é nada mais do que santidade.

2 - Owen cresceu no conhecimento de Deus, obedecendo o que ele já conhecia.

Em outras palavras Owen reconheceu que a santidade não era meramente o objetivo de toda a verdadeira aprendizagem; ela também é o meio do mais verdadeiro aprendizado. O conhecimento elevava a santidade ainda mais em sua vida: a santidade era o objetivo de sua vida e, em grande medida, o conhecimento era o meio de chegar a ela.

As verdadeiras noções das santas verdades evangélicas não viverão, pelo menos não florescerão, onde elas estão separadas de uma santa conversação (= vida). Assim como nós aprendemos tudo para praticar [!!!], assim nós aprendemos muito pela prática... e somente aqui podemos chegar à segurança de que o que sabemos e aprendemos é de fato a verdade [cf. João 7:17] [...]. E nisto eles serão levados continuamente a níveis mais profundos do conhecimento. Pois a mente do homem é capaz de receber suprimentos contínuos no aumento da luz e conhecimento... se... eles são melhorados até seu fim próprio em obediência a Deus. Mas sem isso a mente rapidamente se encherá com noções, de modo que nenhum córego pode descer nela, a partir da fonte da verdade⁵².

Assim, Owen manteve os córegos da fonte da verdade abertos, por fazer da obediência pessoal o efeito de tudo o que ele aprendia, e os meios para mais.

3 - Owen apaixonadamente buscou uma comunhão pessoal com Deus.

É incrível que Owen foi capaz de continuar a escrever livros e panfletos edificantes e densos sob as pressões de sua vida. A chave era a sua comunhão pessoal com Deus. Andrew Thomson, um de seus biógrafos, escreveu:

É interessante encontrar a ampla evidência que [a sua obra sobre Mortificação] proporciona, isso em meio ao ruído da controvérsia teológica, as atividades desgastantes e desconcertantes de uma posição pública elevada, e os desanimadores abatimentos de uma universidade, no entanto, ele ainda vive perto de Deus e, como Jacó em meio às pedras do deserto, mantendo comunhão secreta com o eterno e invisível⁵³.

Packer diz que os Puritanos diferem dos evangélicos hoje porque com eles:

“[...] A comunhão com Deus era uma coisa *grandiosa*, para os evangélicos de hoje é uma coisa relativamente *pequena*. Os Puritanos estavam preocupados com a comunhão com Deus de uma forma que nós não estamos. A medida da nossa despreocupação é o pouco que falamos sobre isso. Quando os Cristãos se encontram, eles conversam entre si, sobre a sua obra Cristã e interesses Cristãos, seus conhecidos Cristãos, o estado das igrejas, e os problemas da teologia, mas raramente sobre a sua experiência diária com Deus”⁵⁴.

Mas Deus estava cuidando para que Owen e os sofredores Puritanos de sua época vivessem mais perto dEle e procurassem pela comunhão com Deus mais intensamente do que nós. Escrevendo uma carta durante uma enfermidade, em 1674, ele disse a um amigo: “Cristo é o nosso melhor amigo, e dentro em breve será o nosso único amigo. Oro a Deus de todo o meu coração para que eu possa estar cansado de todo o mais, mas converse e tenha comunhão com Ele”⁵⁵. Deus estava usando a doença e todas as outras pressões da vida de Owen para levá-lo a comunhão com Deus e não para longe dela.

Mas Owen também era muito intencional sobre a sua comunhão com Deus. Ele disse: “A amizade é mais conservada e mantida por visitas, e estas, mais livres e menos ocasionadas por negócios urgentes⁵⁶ [...]”. Em outras palavras, em meio a todos os seus labores acadêmicos, políticos e eclesiásticos, ele fez muitas visitas ao seu Amigo, Jesus Cristo.

E quando ele ia, ele não apenas ia com petições de coisas ou mesmo por libertação em suas muitas dificuldades. Ele ia ver seu glorioso Amigo e contemplar a Sua grandeza. O último livro que escreveu, e que ele o estava finalizando quando morreu é chamado de *Meditações sobre a Glória de Cristo*. Isso diz muito sobre o foco e os êxitos da vida de Owen. Neste livro ele disse:

A revelação... de Cristo... merece os mais sérios de nossos pensamentos, o melhor

de nossas meditações e nossa maior diligência neles [...]. Que melhor preparação pode haver para [nosso futuro gozo da glória de Cristo] do que uma contemplação anterior constante dessa glória, na revelação que é feita no Evangelho⁵⁷.

A contemplação que Owen tem em mente é composta de pelo menos duas coisas: por um lado, há o que ele chamou de seus “pensamentos mais sérios” e “melhores meditações” ou em outro lugar “meditações assíduas”, e, por outro lado havia a oração incessante. Os dois são ilustrados em sua obra sobre Hebreus.

Um de seus maiores empreendimentos foi o seu comentário de sete volumes sobre Hebreus. Quando ele o finalizou, perto do fim de sua vida, ele disse: “Agora meu trabalho está feito, é hora de eu morrer”⁵⁸. Como ele o fez? Temos um vislumbre a partir do prefácio:

Agora devo dizer, que, após toda a minha pesquisa e leitura, oração e meditação assíduas têm sido o meu único recurso, e de longe o meio mais útil de luz e assistência. Por estes os meus pensamentos foram libertados de muitos emaranhados⁵⁹.

Seu objetivo em tudo o que ele fazia era entender a mente de Cristo e refleti-la em seu comportamento. Isto significa que a busca da santidade sempre esteve ligada a uma busca do conhecimento verdadeiro de Deus. É por isso que a oração, e o estudo, e a meditação sempre andavam juntos.

Eu suponho... isto pode ser fixado como um princípio comum do Cristianismo; a saber, que a oração constante e fervorosa pela assistência Divina do Espírito Santo, é um tal meio indispensável para alcançar... o conhecimento da mente de Deus, na Escritura, de modo que sem isso, todos os outros não [trarão benefício]⁶⁰.

Owen nos dá um vislumbre da luta que todos nós temos a este respeito, antes que alguém pense que ele estava acima da batalha. Ele escreveu a John Eliot, na Nova Inglaterra,

Eu reconheço diante de você que tenho um espírito seco e estéril, e eu sinceramente peço suas orações para que o Santo Ser, apesar de todas as minhas provocações pecaminosas, me guie do alto⁶¹.

Em outras palavras, as orações de outros eram essenciais, não apenas as suas próprias.

A principal fonte de tudo o que Owen pregou e escreveu foi esta: “meditação assídua” na Escritura e oração. O que nos leva ao quarto caminho pelo qual Owen alcançou tal santidade em sua vida imensamente ocupada e produtiva.

4 - Owen era autêntico em recomendar em público apenas o que ele havia experimentado em privado.

Um grande obstáculo à santidade no ministério da palavra é que estamos propensos a pregar e escrever sem nos esforçarmos para tornar reais, as coisas que dizemos às nossas próprias almas. Ao longo dos anos as palavras começam a vir facilmente, e descobrimos que podemos falar de mistérios sem permanecermos em reverência; podemos falar de pureza sem nos sentirmos puros; podemos falar de zelo sem paixão espiritual; podemos falar sobre a santidade de Deus, sem tremor; podemos falar sobre o pecado sem tristeza; podemos falar sobre o céu, sem ansiedade. E o resultado disso é um terrível endurecimento da vida espiritual.

Palavras vinham fácil a Owen, mas ele se opôs a esta terrível doença da inautenticidade e garantiu o seu crescimento em santidade. Ele começou com a premissa: “Nossa felicidade não consiste em conhecer as coisas do evangelho, mas em praticá-las”⁶². Fazer, não apenas conhecer, era o objetivo de todos os seus estudos.

Como um meio para esse fazer autêntico, ele se esforçou para experimentar cada verdade que ele pregava. Ele disse:

Eu me mantenho no dever de consciência e na honra, de nem sequer imaginar que eu alcancei um bom conhecimento de qualquer artigo da verdade, muito menos para publicá-lo, a não ser que através do Espírito Santo, eu tenha como que provado desta verdade, em seu sentido espiritual, para que eu possa, de coração, ser capaz de dizer com o salmista: “Cri, por isso falei” [Salmos 116:10]”⁶³.

Assim, por exemplo, sua Exposição do Salmo 130 (320 páginas sobre oito versos) é o desvelar não somente do Salmo, mas de seu próprio coração. Andrew Thomson diz,

Quando Owen... expunha o livro de Deus, ele desvelava ao mesmo tempo o livro de seu próprio coração e de sua própria história, e produzia um livro que... é rico em pensamentos dourados, e marcado pela viva experiência de “quem falou o que conhecia, e testemunhou do que ele tinha visto”⁶⁴.

O mesmo biógrafo disse sobre Owen, em A Graça e Dever de Pensar Espiritualmente (1681) que ele “primeiro o pregou ao seu coração, e depois a uma congregação particular, e que nos revela as eminências quase intocadas e inexploradas sobre Owen, que caminhava nos últimos anos de sua peregrinação”⁶⁵.

Esta era a convicção que controlava Owen:

Um homem só prega bem um sermão aos outros, se ele o pregou antes à sua própria alma. E aquele que não se alimenta e prospera na digestão do alimento que ele fornece aos outros, escassamente o fará saboroso para eles; sim, ele não sabe, mas a comida que ele tem fornecido pode ser veneno, a menos que ele realmente prove da mesma. Se a palavra não habitar com poder em nós, não sairá de nós com poder⁶⁶.

Foi esta convicção que sustentou Owen em sua vida pública imensamente ocupada com controvérsia e conflito. Sempre que ele se comprometeu a defender a verdade, ele procurou em primeiro lugar aplicar profundamente esta verdade ao seu coração e obter uma real experiência espiritual da mesma, de modo que não houvesse artificialidade no debate e nenhum mero posicionamento ou manipulação. Ele se firmou na batalha, porque ele veio a experimentar a verdade ao nível pessoal dos frutos da santidade e sabia que Deus estava nela. Aqui está a maneira como ele colocou isso no Prefácio de *O Mistério do Evangelho Vindicado* (1655):

Quando o coração é, de fato, lançado no molde da doutrina que a mente abraça, quando a evidência e a necessidade da verdade permanecem em nós, quando o sentido das palavras não está apenas em nossas cabeças, mas o sentido da questão habita em nossos corações, quando temos comunhão com Deus na doutrina que defendemos, então seremos supridos pela graça de Deus contra todos os assaltos dos homens⁶⁷.

Essa, eu penso, foi a chave para a vida e o ministério de Owen, tão conhecidos pela santidade: “quando temos comunhão com Deus na doutrina que defendemos, então seremos supridos pela graça de Deus contra todos os assaltos dos homens”.

A última coisa que Owen estava fazendo no fim de sua vida era estar em comunhão com Cristo, em uma obra que foi mais tarde publicada sob o título *Meditações sobre a Glória de Cristo*. Seu amigo William Payne estava ajudando a editar a obra. Perto do fim, Owen disse: “Oh, irmão Payne, o tão desejado dia é chegado por fim, no qual eu verei a glória de outra maneira, além do que eu já vi ou fui capaz de ver neste mundo”⁶⁸.

Mas Owen viu mais glória do que a maioria de nós vê, e é por isso que ele foi conhecido por sua santidade, porque Paulo nos ensinou claramente e Owen cria que “todos nós, com rosto descoberto, refletindo como um espelho a glória do Senhor, somos transformados de glória em glória na mesma imagem, como pelo Espírito do Senhor” (2 Coríntios 3:18).

Lição Extraída da Vida de Owen

A principal lição que eu tiro deste estudo sobre a vida e pensamento de Owen é que em

todos os nossos empreendimentos e projetos a meta principal para a Sua glória deve ser santidade ao Senhor. O meio indispensável desta santidade é o cultivo de comunhão pessoal autêntica e profunda com Deus. O pleno significado disto deixo para que ele ensine você, enquanto você lê as suas obras⁶⁹.

Notas:

- [1] Neste artigo todas as referências às obras de John Owen serão extraídas das *Obras de John Owen*, ed. William Goold, 23 volumes (Edinburgh: Banner of Truth Trust, 1965, esta edição foi originalmente publicada em 1850-1853). Os últimos sete volumes são a exposição da Epístola aos Hebreus. O numeral romano se referirá ao volume desta coleção, e o número arábico à página.
- [2] J.I. Packer. *Uma Busca Por Piedade: A Visão Puritana da Vida Cristã* (Wheaton: Crossway Books, 1990), p. 11.
- [3] *Uma Busca Pela Piedade*, p. 81.
- [4] *Uma Busca Pela Piedade*. p. 12. A história é contada mais detalhadamente em John Owen, *o Pecado e a Tentação*, abreviado e editado por James M. Houston (Portland: Multnomah Press, 1983), Introdução, pp 25-26..
- [5] *Uma Busca Pela Piedade*, p. 147.
- [6] Sinclair B. Ferguson. *John Owen Sobre a Vida Cristã* (Edinburgh: Banner of Truth, 1987), pp. 10-11.
- [7] Peter Toon. *Estadista de Deus: A Vida e Obra de John Owen*, (Exeter, Devon: Paternoster Press, 1971), p. 173.
- [8] Charles Bridge. *O Ministério Cristão*, (Edinburgh: The Banner of Truth, 1967, publicado originalmente em 1830), p. 41.
- [9] Jonathan Edwards, *Afeições Religiosas*, ed. por John E. Smith (New Haven: Yale University Press, 1959), p. 69 As citações de Owen em Edwards estão nas pp. 250f, 372f.
- [10] The Banner of Truth tem causado um pequeno renascimento do interesse pela publicação de suas obras completas, em 23 volumes (7 delas são o enorme *Comentário de Hebreus*) mais uma ou duas brochuras.
- [11] *Estadista de Deus*. p. 7.
- [12] *Estadista de Deus*. p. 177.
- [13] *Uma Busca Pela Piedade*. p. 28.
- [14] J.I. Packer diz que o Puritanismo desenvolveu-se sob Elizabeth, James e Charles, e floresceu no intervalo entre estes reinados [de 1640 e 1650], antes que murchasse no túnel escuro da perseguição entre 1660 (Restauração) e 1689 (Tolerância). *Uma Busca pela Piedade*. pp. 28f.

- [15] Obras, XII, p. 224.
- [16] Estadista de Deus. p. 6.
- [17] Charles Spurgeon. C.H. Spurgeon: Autobiografia, vol. I, (Edinburgh: The Banner of Truth Trust: 1962), p. 87.
- [18] Estadista de Deus. p. 12f.
- [19] Andrew Thomson escreveu: “Quase toda a informação que chegou a nós em relação a esta união [com Mary], a partir de biografias anteriores equivale a isso: que a senhora deu à luz a onze filhos, todos os quais, exceto uma filha, morreram no início da infância. Esta única filha se tornou a esposa de um cavalheiro galês, mas a união se mostrando infeliz, ela voltou para a sua parentela e para a casa de seu pai, “e logo depois morreu de tuberculose”. Obras I, 33. “Quando ela morreu, em 1676 Owen permanecia viúvo há cerca de 18 meses e se casou com Dorothy D'Oyley. Sua aflição era muito grande em relação aos seus filhos, nenhum dos quais ele fruiu muito enquanto vivos, e viu todos eles saindo do palco antes dele”. Obras I, p. 95.
- [20] A Enciclopédia Religiosa. ed. por Philip Schaff, (The Christian Literature Co, 1888) 3 vols. vol. 3, p. 1711.
- [21] Estadista de Deus. p. 54.
- [22] Estadista de Deus. p. 77F.
- [23] Obras. I, p. 57.
- [24] Um discurso a respeito do Amor Evangélico, Paz e Unidade na Igreja (1672); Uma Investigação sobre a Natureza Original e Comunhão de Igrejas Evangélicas (1681); e o texto clássico, Verdadeira Natureza de uma Igreja Evangélica (1689, postumamente)
- [25] Obras. I, p. 51.
- [26] Estadista de Deus. p. 132.
- [27] Estadista de Deus. p. 162 Veja a carta em Peter Toon, ed. A Correspondência de John Owen (1616-1683), (Cambridge: James Clarke and Co. Ltd., 1970), pp 145-146.
- [28] Estadista de Deus. p. 157.
- [29] A Correspondência de John Owen. p. 171.
- [30] Obras. XVI, 74.
- [31] Obras. XVI, 74-75.
- [32] Estadista de Deus. p. 162.
- [33] Estadista de Deus. p. 161.
- [34] Estadista de Deus. p. 55.
- [35] John Owen sobre a Vida Cristã. p. 11. Grifo do autor. Veja abaixo a nota 52.
- [36] Estadista de Deus. p. 78.
- [37] Estadista de Deus. p. 120.
- [38] Estadista de Deus. p. 41.
- [39] Estadista de Deus. p. 173.
- [40] A Enciclopédia Religiosa. vol. 2, p. 1712.

- [41] Obras, I, p. 84.
- [42] Uma Busca Pela Piedade. p. 28.
- [43] Estadista de Deus. p. 95.
- [44] Obras. I, p. 89.
- [45] A Correspondência de John Owen. p. 154.
- [46] Estadista de Deus. p. 131.
- [47] A Correspondência de John Owen. p. 174.
- [48] Uma Busca Pela Piedade. p. 193.
- [49] Obras. VII, p. 532.
- [50] Obras. I, p. 44; cf. VI, pp. 64, 68.
- [51] Estadista de Deus. p. 175; Works, I, p. 275.
- [52] Obras. I, p. 64-65.
- [53] Obras. I, p. 64-65.
- [54] Uma Busca Pela Piedade. p. 215.
- [55] Estadista de Deus. p. 153.
- [56] Obras. VII, 197f.
- [57] Obras. I, p. 275.
- [58] Estadista de Deus. p. 168.
- [59] Obras. I, p. 85.
- [60] Obras. IV, p. 203.
- [61] Toon, ed., A Correspondência de John Owen. p. 154.
- [62] Obras. XIV, p. 311.
- [63] Obras. X, p. 488.
- [64] Obras. I, p. 84.
- [65] Obras. I, p. 99-c.
- [66] Obras. XVI, p. 76. Veja também sobre a Justificação, p. 76.
- [67] Obras. I, pp. 63-64.
- [68] Estadista de Deus. p. 171.
- [69] Como recomendação para uma leitura inicial de Owen, eu gostaria de sugerir a seguinte lista, sob o fundamento de serem especialmente influentes doutrinariamente ou especialmente inspiradores praticamente.

Doutrinariamente eu desejo sugerir:

A Morte da Morte na Morte de Cristo (1647)
A Doutrina da Perseverança dos Santos (1654)
Um Discurso sobre o Espírito Santo (1674)
Verdadeira Natureza da Igreja Evangélica (1689)

Praticamente, eu sugiro:

Sobre a Mortificação do Pecado nos Crentes (1656)

Sobre a Tentação: Sua Natureza e Poder (1658)

A Natureza, Poder, Engano e Prevalência do Pecado Interior (1667)

A Graça e o Dever de Pensar Espiritualmente (1681)

Meditações e Discursos sobre a Glória de Cristo (1684)

Contra O Arminianismo E Seu Ídolo Pelagiano, O Livre-Arbítrio

Por John Owen

Nota Prévia

A relação do homem com seu Criador tem chamado a atenção de mentes sinceras e atenciosas, desde os dias do patriarca de Uz até as mais recentes controvérsias dos tempos modernos. A entrada do pecado no mundo complicou vastamente essa relação; de modo que, considerada em seus vários atributos, ela envolve alguns dos problemas mais difíceis com que o intelecto humano já tentou lidar. A medida em que o próprio intelecto foi enfraquecido e obscurecido pela corrupção de nossa natureza, nos tornamos menos capazes de penetrar nos mistérios profundos do dever e destino humanos. Se o homem peca agora como essencialmente afetado com a mácula do pecado original, e envolvido nas responsabilidades do primeiro pecador, ou pecados totalmente por sua conta e por seu próprio ato livre, sob o viés de nenhuma conexão com Adão, excetua que ligação obtém-se entre o exemplo, por um lado e a imitação, por outro? Se, supormos um esquema de graça salvífica, a graça seria simplesmente um auxílio Divino e externo à vontade do homem, já operando livremente na direção do que é bom, e assim estabelecendo uma reivindicação meritória de Deus para a concessão de tais auxílios, ou uma influência sobrenatural que cria no homem a própria liberdade em si da querer e fazer o que é bom? e se admitirmos o último ponto de vista, da graça Divina como concedida pela soberania de Deus, e, portanto, de acordo com um propósito Divino, ela pode ser conciliada com a responsabilidade humana? — Estas são perguntas que produziram o intenso encontro de inteligência perspicaz e conflitante entre Pelágio e Agostinho, no passado.

Em meados do século IX, essas questões novamente assumiram proeminência notável na história da especulação teológica. Gottschalc, um monge de Orbais, distinguiu-se por sua defesa das doutrinas de Agostinho. Foi a doutrina da predestinação, principalmente no que ele insistiu; e a controvérsia em suas mãos assumiu esta modificação peculiar, que não apenas a aplicação da graciosa influência, mas a referência à expiação, foi exibida como sob o limite e regulação da soberania e propósito Divinos. Não que a este respeito ele estivesse em desacordo com Agostinho, mas a questão parece ter sido especial e formalmente debatida nas discussões desta época. Sua visão da predestinação abraçou um elemento que pode ser considerada um avanço da doutrina Agostiniana; pois de acordo com ele, a predestinação era dupla, compreendendo a punição dos reprovados, bem como a salvação dos eleitos; mas enquanto ele sustentou a predestinação dos homens para o castigo do

seu pecado, ele estava longe de sustentar, como seus adversários alegaram, que eles eram predestinados para a prática de pecado. Concílio guerreou com concílio no caso de Gottschalc. O próprio Gottschalc expirou por meio de uma morte na prisão a sua antecipação audaciosa dos direitos de julgamento privado e livre investigação em uma era sombria.

O próximo renascimento da mesma controvérsia em substância, embora sob certas modificações, ocorreu após a Reforma. É notável que, neste período a discussão sobre essas questões de peso surgiu quase simultaneamente em três diferentes partes da Europa, e em três escolas de teologia, entre as quais havia uma grande diversidade. Os grilhões da ignorância medieval foram despedaçados pela inteligência despertada da Europa; e se excetuarmos a controvérsia entre o Protestantismo e o Papado, sobre o que a Reforma articulou-se, nenhum ponto poderia mais naturalmente ocupar a mente, na infância de sua liberdade, do que a compatibilidade do propósito Divino com a responsabilidade humana; na solução do problema que a natureza da redenção parecia depender, a especulação humana em todas as eras girou em torno deste ponto, pelo encanto do próprio mistério que ele trazia consigo. Quando um interdito ainda estava em investigação teológica, Tomistas e Scotistas discutiam em sua forma metafísica, e sob uma nuvem de sutilezas escolásticas, para que os ciúmes de uma igreja dominante fossem despertados. Mas agora, quando uma medida de liberdade intelectual fora adquirida, e a disputa entre o livre-arbítrio de um lado, e graça eficaz por outro, envolveu uma questão prática entre Roma e Genebra, a questão recebeu um tratamento quase que exclusivamente teológico.

Em primeiro lugar, talvez, na ordem do tempo, essa discussão foi reavivada na Polônia, e em conexão com as heresias de Fausto Socino. A Divindade de Cristo, a natureza da expiação, e a corrupção da natureza humana, são todas as doutrinas essencialmente ligadas. É porque Cristo é Divino, que uma adequada satisfação foi realizada em Seus sofrimentos, para as reivindicações da justiça Divina; e tal expiação é indispensável para a nossa salvação, posto que o homem, porque está morto no pecado, não tem poder para alcançar a salvação por qualquer mérito próprio. A negação da depravação total de nossa natureza parece ser essencial para o sistema Unitariano; de forma que há um terreno comum entre os sistemas de Pelágio e de Socino. Não é espantoso que esta medida de identidade desenvolva consequências que afetam a doutrina dos propósitos Divinos e da predestinação, embora esteja além dos nossos limites rastrear tanto a evolução necessária ou histórica dessas consequências. Spanheim, em seu *“Elenchus Controversiarum”* [Lista de Controvérsias], p. 237, atribui a origem da controvérsia Arminiana na Holanda a certos emissários, Ostorodius e Voidovius, expedidos pelos Socinianos Poloneses para os Países Baixos, com o objetivo de propagar os princípios de sua seita. Seus princípios, quanto à Trindade e à expiação não firmaram nenhuma raiz nesses países; mas Spanheim afirma que foi o contrário em relação a determinadas opiniões de Socino, “quæ ille recoxit ex Pelagii disci-

plinâ” [que aderiria aos ensinamentos de Pelágio], quanto à predestinação, livre-arbítrio e a base da justificação diante de Deus.

Por volta do mesmo período, a Igreja de Roma foi abalada até seu centro pela mesma controvérsia. Os Jesuítas sempre tiveram inclinações Pelagianas, e no Concílio de Trento, a influência deles foi triunfante, e, tanto quanto seus decretos estereotiparam o credo Romanista, selaram o destino da autoridade decadente de Agostinho. Louis Molina, em 1588, fez uma tentativa, em suas palestras sobre “*A Concórdia entre a Graça e Livre-Arbítrio*” para unir as teorias conflitantes. Os Jesuítas consideraram a sua tentativa de não pequeno favor. Uma longa controvérsia surgiu, em que o Molinismo — que por um lado era visto como um desvio e por outro como compromisso com os princípios fundamentais do sistema Agostiniano — foi efetivamente atacado pela piedade de Jansen, a erudição de Arnauld e o gênio de Pascal, até que a bula *Unigenitus* garantiu um permanente triunfo para o Jesuitismo, pela condenação autoritativa das doutrinas de Agostinho, como declarado na coleção de extratos de seus escritos que Jansen publicou sob o título “*Augustinus*”.

Mas, foi na Holanda que a controvérsia sobre esta questão surgiu, de forma a ter principal influência sobre a teologia Britânica, e reduzido as questões em causa à forma em que são discutidas por Owen em seu “*Display of Arminianism*” (Demonstração do Arminianismo). Com a morte de um eminente teólogo chamado Junius, Armínio foi chamado para a cadeira vaga na Universidade de Leyden. Gomar, um professor na mesma universidade, e do Presbitério de Amsterdam, se opôs à sua nomeação com base em seus princípios errôneos. Ao dar uma garantia de que ele não ensinaria nada em desacordo com a Confissão e Catecismo Belgas, ele foi autorizado a entrar em seu ofício como professor em 1603. Gomar e ele caíram novamente em uma disputa sobre o assunto da predestinação — o que resultou na origem de prolongados problemas e controvérsias na Igreja da Holanda. Gomar e seu partido foram apoiados pela maioria do clero na Igreja. Armínio dependia do apoio político do estado. O primeiro procurou um sínodo nacional para se pronunciar sobre a polêmica em vigor. Este último, tendo a atenção do Estado, planejou impedi-lo. Cenas tempestuosas se seguiram, entre as quais Armínio morreu, e Episcopius se tornou o líder dos Remonstrantes, como seus seguidores foram chamados, por causa de um protesto que apresentaram, em 1610, aos Estados da Holanda e da Frísia Ocidental. Os Remonstrantes recrutaram soldados para sustentar a sua causa, e as províncias ressoavam com os preparativos militares. Enfim, aproveitando a confusão, Maurício, o líder da casa de Orange, por uma série de movimentos ousados e irresponsáveis, apoderou-se do governo dos Estados. Em deferência a Gomar e a seu partido, ele convocou um sínodo geral em 13 de novembro de 1618. As doutrinas de Armínio foram condenadas e cinco artigos foram elaborados e publicados como o julgamento do sínodo sobre os pontos em disputa. O primeiro afirma a eleição pela graça, em oposição à eleição sobre o fundamento da excelência prevista; no

segundo, Deus é declarado ter desejado que Cristo eficazmente resgatasse todos aqueles, e aqueles somente, que desde a eternidade foram escolhidos para a salvação; o terceiro e o quarto referem-se à impotência moral do homem, e à obra do Espírito na conversão; e o quinto afirma a doutrina da perseverança dos santos. A Igreja de França aderiu a estes artigos entre os seus próprios padrões. A Igreja de Genebra mui cordialmente consentiu com eles.

Quatro deputados Ingleses, os doutores Carleton, Hall, Davenant e Ward, juntamente com o Dr. Balcanquhal, da Escócia, pelo comando de Tiago VI, dirigiram-se para a Holanda, e tomaram o seu lugar no *Sínodo de Dort*, de acordo com um pedido da Igreja Holandesa, a ser favorecida com a contribuição e auxílio de alguns delegados das Igrejas Britânicas. Os trabalhos do *Sínodo de Dort* tiveram a sanção desses teólogos Britânicos. Sem dúvida, pode ser considerado que os *Trinta e Nove Artigos da Igreja da Inglaterra* não eram Arminianos; mas devido à elevação de Laud à Sé de Canterbury, o Arminianismo despontou fortemente em seu âmbito. A proibição real foi emitida contra toda a discussão dos pontos controvertidos no púlpito. Todos os cargos eclesiásticos à disposição da Coroa foram concedidos àqueles que se inclinassem às perspectivas Arminianas. “O fato de nossa igreja”, diz Owen, na nota ao leitor prefixada a seguir no tratado “ter ultimamente transferido seu governo para as mãos de homens contaminados com esse veneno, o Arminianismo, ou tê-los apoiado com poderosos argumentos de louvor e promoção, os levou a prevalecerem rapidamente lançando a pobre Verdade sem defesa para um canto”. Não seria, no entanto, justo nem correto se a instrução desses fatos deixasse a impressão de que o Arminianismo progrediu apenas com a ajuda do favor e prelatício reais. Ele foi abraçado e apoiado por alguns autores a quem nenhuns motivos sinistros podem ser imputados; e a causa nunca encontrou um advogado mais competente que John Goodwin, cujo nome, por suas publicações contra o interesse real, foi associado com aquele de Milton nas ações judiciais intentadas contra ambos na Restauração.

Neste contexto, Owen sentiu que era seu dever se opor às inovações na doutrina recebida pela igreja, pela publicação de uma obra em que os pontos de vista dos Arminianos fossem exibidos em todos os principais temas da controvérsia, com a exceção de três pontos, relativos à graça universal, justificação e a perseverança dos santos. Ele fundamenta suas afirmações sobre os princípios Arminianos por citações copiosas das obras dos Remonstrantes Holandeses; e os contrasta, no fim de cada capítulo com passagens das Escrituras. Alguns podem alegrar que a sentença de algum autor, separada do contexto, pode transmitir um significado que seja essencialmente modificado por Owen. Porém algumas destas citações são acomodadas por Owen de tal forma a apresentar uma declaração completa de uma opinião particular, ao invés de aparecer na forma parentética e incidental em que se apresentam nas obras originais, como meras porções de uma frase. Nós não sentimos

que seja necessário interferir com eles nesta formatação; pois, até onde podemos julgar, nosso autor evidencia perfeita integridade em todas as citações a que recorre, e as pequenas alterações feitas ocasionalmente nelas nunca sobrepõem um brilho desonesto ou mal colocado sobre os pontos de vista dos autores de quem as passagens são selecionadas.

Pode-se questionar se Owen suficientemente discrimina a doutrina de Armínio do pleno desenvolvimento que o seu sistema, após sua morte, recebeu nas mãos de seus seguidores. Às vezes, por outro lado, as opiniões que possuem as características distintivas do Pelagianismo são confundidas com o Arminianismo, estritamente chamado. Nosso autor, talvez, pode ser justificado pelo fato de que era o seu objetivo exibir o Arminianismo como atual e comum em sua época; e suas citações parecem provar que sua Demonstração dele não estava muito longe da verdade, embora, a partir do refinamento da distinção moderna, em alguns pontos, muitos Arminianos dificilmente subscreveriam algumas das afirmações como uma representação correta do seu credo, e um autor Calvinista está sob tentação óbvia de ir até visões Arminianas em que ele pode estimar as suas consequências legítimas na extravagância da teoria Pelagiana. O estilo é simples; algo de Polonês aparece na composição; e, ocasionalmente, um grau de ornamento e gracejo é empregado (como quando ele introduz a questão do livre-arbítrio, no capítulo 12), o que é raro em Owen, que talvez regozijava-se na rejeição erudita da elegância literária. Poderia ser desejado que ele se elevasse acima dos maus comportamentos da época em tais discussões, manifestando menos aspereza de temperamento e dicção na refutação das opiniões que ele combate nesta obra. Esta foi a primeira publicação de Owen (1642), e imediatamente fez-lhe notável. A subsistência em Fordham, Essex lhe foi conferida pelo Comitê da Religião, a quem a obra é dedicada.

— Editor.

Aos Excelentíssimos Lordes E Senhores Do Comitê Pela Religião¹

Os muitos e amplos testemunhos de reverência zelosa com a *providência* de Deus, bem como o cuidado afetuoso pelos *privilégios* dos homens, os quais foram dados por esta honrosa assembleia do Parlamento, encorajam os adoradores de Um, não menos que os amantes do outro, a reivindicarem isso também a partir das violações dos homens. E como não foi, sem dúvida, sem disposição Divina que aqueles que tentam roubar a Deus de Sua providência, devem ser os principais agentes em roubar os homens de seus privilégios; assim, esperamos que a mesma mão que tudo governa, que os dispôs para serem gloriosos instrumentos proclame novamente o Seu direito e supremo domínio sobre os corações dos homens, cujos corações Ele preparou com coragem e constância para estabelecerem os homens em seus direitos invioláveis, pela redução de uma doce harmonia entre a *terrível* soberania e uma liberdade *bem moderada*. Agora, o primeiro destes sendo demandado ao vosso cuidado especial, venho a vós com uma nota de denúncia contra um grande número de pessoas deste reino que perversamente violaram o nosso direito na providência de Deus, e têm tentado introduzir o estranho poder de um ídolo antigo, com grande prejuízo a todos os verdadeiros súditos e servos do Altíssimo. Minha acusação, eu a faço boa pela evidência do fato, unido às próprias confissões deles. E porque, para renunciarem à imputação de intrusão violenta no domínio de outro, eles estabelecem algum clamor e finjam algum direito a isso, mostrarei brevemente como é contrário aos termos expressos da grandiosa Carta do Céu ter qualquer tal poder introduzido entre os homens. Vosso conhecido amor à verdade e ao Evangelho de Cristo torna totalmente desnecessário que eu vos desperte para todos os motivos quanto a prestarem atenção à denúncia, e que forneçam um remédio oportuno para este mal crescente; especialmente desde que a experiência tem tão claramente nos ensinado aqui, na Inglaterra, que não somente a felicidade eterna, mas também a temporal depende do florescimento da verdade do Evangelho de Cristo.

A Justiça e a Religião sempre foram concebidas como as principais colunas e defensoras de qualquer estado ou comunidade; como dois pilares de um edifício, os quais, um não pode ficar de pé sem o outro, nem todo o edifício, sem os dois. Como falou o filósofo da lógica e da retórica, elas são *artes ἀντίστροφαι*, que auxiliam mutuamente uma à outra, e ambas visam a mesma finalidade, embora de maneiras diferentes; de forma que elas, sem repugnância, concordam e docemente caem uma sobre a outra, para a regulação e direção de cada pessoa em uma comunidade, para fazê-la completamente feliz e abençoada, e onde ambas estão assim unidas, ali, e somente ali, há garantida a bênção pela qual Ezequias se regozijou — a *verdade* e a *paz*. Um acordo sem a verdade não é paz, mas um pacto com a morte, uma aliança com o inferno, uma conspiração contra o reino de Cristo, uma rebelião agressiva contra o Deus do Céu; e sem justiça, grandes comunidades são apenas grandes hordas de salteadores. Agora, o resultado de uma delas é a paz civil; o da outra, a paz

eclesiástica: esta mistura em que há as duas é uma grande simpatia, uma ligação estrita, tendo em si uma dependência mútua.

Existe alguma perturbação no estado? Isso normalmente está envolvido com cismas e facções na igreja; e as divisões da igreja são também muitas vezes as próprias subversões da comunidade. Assim, sempre tem sido, desde aquela infeliz diferença entre Caim e Abel; que não era relativa aos limites e fronteiras de sua herança, nem qual deles seria o herdeiro do mundo inteiro, mas sobre os ditames da religião, a oferta dos seus sacrifícios. Também, este fogo de discórdia tem sido mais agitado desde que o Príncipe da Paz, por meio de Seu Evangelho, enviou a espada entre nós; pois a pregação dEle, encontrando-se com as fortalezas de Satanás e da corrupção depravada da natureza humana, deve necessariamente ocasionar um grande tremor da terra. Mas, principalmente, a *distraída Cristandade* tem encontrado problemas terríveis nesta discórdia, uma vez que os orgulhosos prelados Romanistas têm procurado estabelecer os seus erros que conduzem ao inferno, ao inventar e manter odiosas censuras destrutivas contra tudo o que se opõe a eles; o que, primeiro, causa cismas e distrações na igreja, e depois, ajudadas pela cegueira e crueldade dos potentados ambiciosos, têm ocasionado guerras de nação contra nação. Testemunhem a invasão espanhola de 88², e a guerra de um povo entre eles mesmos, como nas recentes guerras civis da França, onde, depois de diversos massacres horríveis, muitos escolheram morrer como soldados, em vez de como mártires.

E, oh, que esta verdade, no dia de hoje, possa não ser escrita com o sangue da quase expirante Irlanda! Sim, ela finalmente desceu para a dissensão entre partidos privados, — testemunhou o terrível assassinato de Diazius, cujo cérebro foi cortado com um machado por seu próprio irmão, Alphonsus³, por abandonar a religião Romana; que degradação no Estado, que indisposições, ódios e exasperações da mente entre os homens particulares, têm ocorrido devido a algumas diferenças inferiores, todos nós neste dia nos lamentamos ao contemplar. “*Tantum religio potuit suadere malorum!*”. Mui preocupante, então, é para nós que estimulemos a obediência ao preceito de nosso Salvador, de buscarmos primeiro o reino de Deus, para que sejamos participantes das boas coisas que compõem a promessa anexa.

Houvesse apenas este argumento para buscar a paz da igreja, porque disso depende a paz da comunidade, seria suficiente para estimular o nosso melhor empenho para a consecução do mesmo. Agora, o que é a paz na igreja sem a verdade? Toda a conformidade com qualquer outra coisa que se oponha à verdade é apenas o acordo entre Herodes e Pilatos, para tentar destruir a Cristo e Seu reino. Também não é esta ou aquela verdade particular, mas todo o conselho de Deus revelado a nós, sem acrescentar ou diminuir, cujo recebimento é necessário para tornar a nossa paz firme e estável. Não deve haver nenhuma indecisão

entre Jeová e Baal, Cristo e Anticristo; tão bom quanto possam ser todos Filisteus, e adoradores de Dagon, a ponto de falarem em parte da linguagem de Asdode e em parte na Língua dos judeus. Disto, portanto, tem havido o aumento de todas as nossas misérias, de todas as nossas desavenças, enquanto os homens facciosos esforçam-se todos os dias para recomendarem-se àqueles que sentam-se no alto do templo de Deus, através da introdução de novos erros papais-arminianos, cujo patrocínio eles têm maliciosamente realizado. Quem pensaria que nossa igreja alguma vez teria entretido estes Belgas Semi-Pelagianos, que lançaram pó sobre o rosto e levantaram as cinzas de todas aquelas grandes e piedosas almas que Deus magnificou, ao utilizar como Seus instrumentos para reformar Sua Igreja; alguma vez toda a tropa de Arminianos fez algo semelhante, apesar de incharem quase até explodir?

Que benefício já veio a esta igreja, pela tentativa de provar que a parte principal *nos diversos níveis de nossa salvação* deve ser atribuída a nós mesmos, em vez de a Deus? — Esta é a principal e a soma de todas as controvérsias entre eles e nós. E não deve a introdução e fomento de uma doutrina tão oposta à verdade que nossa igreja têm tranquilamente apreciado desde a primeira Reforma, necessariamente trazer junto com ela cismas e dissensões, enquanto permanecem alguns que amam a verdade, ou estimam o Evangelho acima de suas posições? Nem tampouco qualquer um engane as vossas sabedorias, afirmando que estas diferenças que existem, neste dia atribulado, entre os Arminianos e os teólogos ortodoxos da Igreja Reformada são de natureza inferior. Disponham-se em apenas lançar um olhar sobre os seguintes casos, e vocês os encontrarão cortando a própria raiz do Cristianismo. Considerem seriamente a negação deles daquele artigo fundamental sobre o pecado original. Esse é apenas um pequeno desvio teológico? — Ora, qual é a necessidade do Evangelho, qual é a necessidade do próprio Cristo, se nossa natureza não for culpada, depravada, corrompida? Nem é todo o restante de menor importância.

Certamente estas não são coisas “*in quibus possimus dissentire salvâ pace ac charitate*”, como Agostinho fala: “Sobre as quais nós podemos ser diferentes, sem perda da paz ou da caridade”. Uma igreja não pode envolver em sua comunhão Agostinho e Pelágio, Calvino e Armínio. Tenho aqui apenas lhe dado uma prova, que vocês possam julgar o restante a partir dos frutos deles, — “*mors in olla, mors in olla*” [Há morte na panela, há morte na panela!]; sua doutrina da *apostasia final dos eleitos*, dos verdadeiros crentes, de uma hesitação vacilante a respeito de nossa graça presente e glória futura, com diversas outras, eu totalmente omiti. Aqueles que a quem citei são suficientes para fazer seus cúmplices incapazes de comunhão com nossa Igreja. O vínculo sagrado da paz rodeia apenas a unidade daquele Espírito que conduz à toda a verdade. Não devemos oferecer a mão direita de companheirismo, mas sim proclamar πόλεμον ἱερὸν, “uma guerra santa”⁴, a esses inimigos da providência de Deus, do mérito de Cristo, e da poderosa operação do Espírito Santo.

Nem tampouco que alguém objete que todos os Arminianos não professam abertamente todos esses erros que eu recitei. Que os nossos, então, mostrem em que eles diferem de seus mestres⁵. Vemos suas próprias confissões; conhecemos as suas astúcias, βάθη καὶ μεθοδεῖας τοῦ Σατανᾶ, “as profundezas e ofícios de Satanás”; conhecemos aquelas diversas formas que eles têm de introduzir e insinuar suas heterodoxias na mente dos homens. Com alguns, eles aparecem apenas não apreciar a nossa doutrina da reprovação; com outros, reivindicam uma consentida liberdade da vontade, mas ainda assim, na maioria das vezes — como a serpente, onde quer que ela imiscua sua cabeça, ela contorcerá seu corpo inteiro, picará e tudo o mais —, conceda apenas a menor admissão, e todo o veneno será injetado. Qual era a intenção dos mantenedores dessas afirmações estranhas entre nós, eu não sei — se a eficácia do erro prevaleceu realmente com eles ou não, ou se isso seria para melhor concordar com o Papado, e, assim, atrair-nos de volta para o Egito. Mas isso eu ouvi, que foi afirmado conscientemente, em um antigo parlamento, que a introdução do Arminianismo entre nós foi a questão de uma consulta espanhola. É uma história estranha que o erudito Zanchius⁶ nos conta, que, após a morte do cardeal de Lorraine, foi encontrado em seu estudo uma nota dos nomes dos diversos médicos e ministros alemães, sendo Luteranos, aos quais foi dada uma pensão anual, pela atribuição do cardeal, para que eles pudessem se preparar para oporem-se aos Calvinistas; e assim, por incentivar a dissensão, reduzir o povo novamente ao Papado. Se houver alguém entre nós, que, em tais miseráveis motivos insignificantes, ganhariam para trair o Evangelho de Cristo, que Deus conceda o arrependimento, antes que seja tarde demais! No entanto, sobre que fundamento, com que intenções, para que fins, seja quem for, esse joio foi semeado entre nós por homens invejosos. A esperança de toda a erudição piedosa no reino é que, por vosso cuidado efetivo e diligência, alguns meios sejam encontrados para arrancá-los.

Agora, que o Deus todo-poderoso aumente e preencha toda a vossa honrosa sociedade com sabedoria, zelo, conhecimento e todas as outras graças Cristãs necessárias para a vossa grandiosa vocação e ofícios; esta é a oração diária, do vosso servo, mui humilde e devotado,

John Owen.

Notas:

[1] Este comitê foi nomeado pela Câmara dos Lordes em 12 de março de 1640. Este, por vezes, é chamado de Comitê de Adaptação, e consistia de dez condes, dez bispos, e dez

barões. Para preparar os temas de discussão, alguns bispos e vários sacerdotes de diferentes convicções eram nomeados em um sub-comitê. O dever do comitê era o de examinar todas as inovações na doutrina e disciplina, introduzidas ilegalmente na igreja desde a Reforma. Veja *Neal's History*, vol. ii. 395. — Nota do Editor da obra traduzida.

[2] Ele faz alusão à tentativa de invasão da Inglaterra pela Armada Espanhola em 1588. Na França, as guerras civis por causa da religião foram encerradas em cerca de 1628, quando os Protestantes asseguraram a confirmação do Édito de Nantes, mas perderam a posse das cidades que tinham sido dadas em garantia pela fiel observância do mesmo. — Nota do Editor da obra traduzida.

[3] *Sleid. Com.*

[4] *Greg. Naz.*

[5] Profitentur Remonst. hasce ad promotionem causæ suæ artes adhibere, ut apud vulgus non ulterius progrediantur quam de articulis vulgo notis, ut pro ingeniorum diversitate quosdam lacte diu alant, alios solidiore cibo, etc. — *Festus Hom. præstat ad specimen Con. Bel.*

[6] *Hieron. Zanch. ad Holderum. Res. Miscel.*

Para o Leitor Cristão

Leitor, tu não podes ser tal como um estrangeiro em nosso Israel, de modo a ser necessário que eu te familiarize com a primeira sementeira e disseminação desses joios no campo da igreja, muito menos que eu declare que divisões e pensamentos do coração, que disputas abertas e amargas, e que perda da paz eclesiástica, foram despertadas entre nós por causa deles. Eu estou disposto a te advertir somente a respeito de algumas poucas coisas, relativas a este meu esforço particular:

Primeiro, nunca houve tantos erros prodigiosos introduzidos na igreja, com uma mão tão elevada e tão pouca oposição, como entre nós, desde que a nação dos Cristãos foi conhecida no mundo. A principal causa eu considero aquela que *Æneas Sylvius* deu sobre o porquê de antes continuar a manter o Papa acima dos concílios do que os concílios acima do Papa, a saber, porque os Papas concediam arcebispados, bispados e etc., mas os concílios apelavam formalmente “*in forma pauperis*” [de forma pobre], e, portanto, mal podiam obter um advogado para pleitear a sua causa. O fato de nossa igreja ter ultimamente transferido seu governo para as mãos de homens contaminados com esse veneno, o Arminianismo, ou tê-los apoiado com poderosos argumentos de louvor e promoção, os levou a prevalecerem rapidamente lançando a pobre Verdade sem defesa para um canto. Chegou a hora, então, de todos os amantes das veredas antigas se oporem a esta inovação que está prevalecendo por tais meios indignos, antes que a nossa brecha se torne tão grande quanto o mar, e não haja ninguém que a cure.

Minha intenção neste fraco esforço (que é apenas a comunicação não digerida de poucas horas não sequenciais de estudo, muito por causa destes dias malignos e furiosos constantemente interromperem a sequência dos meus estudos) é apenas agitar os tais que, tendo mais tempo livre e maiores habilidades, ainda assim não querem mover um dedo para ajudar a vindicar a verdade oprimida.

Enquanto isso, eu espero que este desvelamento possa não ser inútil, especialmente para os tais que, carecendo ou de vontade ou de habilidades para lerem os discursos maiores, podem ainda ser seduzidos pelas palavras deles, que são mais suaves do que o azeite, para provarem o veneno de víbora que está em seus lábios. Satanás tem βάθη καὶ μεθοδείας, profundidades onde se esconder, e métodos de como abordar suas mentiras; e nunca fez qualquer um de seus emissários empregar seus talentos recebidos com mais habilidade e diligência do que nossos Arminianos, esforçando-se intensamente, em primeiro lugar, para incutir alguns erros que são mais plausíveis, com a intenção, principalmente, de introduzir os que são mais palpáveis, sabendo que se aqueles forem por um tempo suprimidos até que estes sejam bem digeridos, eles seguirão por conta própria. Por isso, tenho me esfor-

çado para desvelar a exibição de alguns de seus erros fundamentais, geralmente não discutidos, sobre os quais toda a sua inconsistente superestrutura é erguida, em que aparecerá como, sob um pretexto mui vão de piedade adicional, eles têm prevaricado contra os próprios fundamentos do Cristianismo; em que,

Primeiro, eu não observei o mesmo método ao lidar com cada controvérsia particular, mas segui diversas maneiras como pareceu mais conveniente para evidenciar a verdade e demonstrar as heresias deles.

Em segundo lugar, em alguns dos erros deles, eu não toquei em absoluto, — como os relativos à graça universal, à justificação, à apostasia final dos verdadeiros crentes —, porque não estavam dentro do limite de meu método proposto, como você pode ver no capítulo 1, onde você tem a soma de todo o discurso.

Em terceiro lugar, eu dei alguns exemplos da oposição deles quanto à doutrina acolhida pela Igreja da Inglaterra, contida em diversos dos *Trinta e Nove Artigos*; o que não nos deu mais justa causa de queixa contra a iniquidade destes tempos nos quais temos recentemente caído! Se um pobre Puritano tivesse ofendido metade de tantos cânones, como eles se opuseram aos artigos, ele teria perdido o seu sustento, se não colocado a sua vida em risco. Quisera eu ouvir qualquer outra razão provável pela qual diversos prelados foram tão zelosos pela disciplina e tão negligentes quanto à doutrina da igreja, senão porque uma foi reformada pela palavra de Deus, e a outra permanece como nós a encontrávamos nos tempos do Papado.

Em quarto lugar, eu, propositadamente, não ocupei-me em responder a qualquer dos argumentos deles, referente àquele labor de um projeto adicional, mesmo quanto à esclarecimento sobre a nossa doutrina da reprovação e da administração da providência de Deus para com os réprobos, e sobre todas as suas ações, a partir do que eles lançam sobre isso caluniosas difamações; mas concernente a isso, eu temo que os desânimos destes dias miseráveis não me deixarão nada além de um desejo que tão necessária obra possa encontrar uma caneta mais capacitada.

John Owen.

Capítulo 1

Sobre Os Dois Principais Fins Almejados Pelos Arminianos, Por Suas Inovações Na Doutrina Recebida Das Igrejas Reformadas

A alma do homem, devido à corrupção da natureza, não somente está obscurecida [Efésios 4:18; João 1:5; 1 Coríntios 2:14] com uma névoa de ignorância, pela qual ela é incapacitada de compreender a verdade Divina, mas também está armada com um preconceito e oposição contra algumas porções dela¹, que são ou muito elevadas ou muito contrárias a alguns falsos princípios que ela formou para si mesma. Como um desejo de autossuficiência foi a primeira causa desta enfermidade, assim, um conceito dele é que com isso, ele ainda permanece enfraquecido; a alma não pleiteia por mais nada além do que uma independência de qualquer poder supremo, que possa tanto ajudar, atrapalhar ou controlá-la em suas ações. É dessa raiz amarga que surgiram todas aquelas heresias² e contendas miseráveis que têm perturbado a Igreja, no que diz respeito ao poder do homem de operar a sua própria felicidade, e sua isenção da onipotente providência do Deus Todo-Poderoso. Todas as disputas acirradas da razão carnal contra a Palavra de Deus, vêm, finalmente, a este assunto: A primeira, e principal parte, na disposição das coisas deste mundo, deve ser atribuída a Deus ou ao homem? Os homens em sua maioria têm vindicado esta preeminência para si mesmos³, por exclamações de que isto deve ser assim, ou então que Deus é injusto, e os Seus caminhos tortuosos. Nunca quaisquer homens, “*postquam Christiana gens esse cæpit*”, mais ansiosamente esforçam-se na edificação desta Babel do que os Arminianos, os modernos e cegos patronos da autossuficiência humana. As inovações que os Arminianos buscam fazer na doutrina já recebida pelas Igrejas Reformadas visam e tendem a um desses dois fins:

Primeiro, isentarem-se da jurisdição de Deus: libertarem-se do domínio supremo de Sua providência toda-poderosa; não viver e nem mover-se nEle, mas ter um poder absoluto independente em todas as suas ações, de forma que o evento de todas as coisas em que eles têm algum interesse possa ter uma relação equivalente a nada, a não ser a probabilidade, contingência e suas próprias vontades — uma tentativa sacrílega mui nefasta! Para este fim,

Primeiramente, eles negam a eternidade e imutabilidade dos decretos de Deus; pois estes sendo estabelecidos, eles temem que eles sejam mantidos dentro dos limites de fazer qualquer coisa, apenas os quais o Seu conselho lhes determinou que fosse feito. Se os propósitos da Força de Israel forem eternos e imutáveis, o ídolo deles, o livre-arbítrio, deve

ser limitado, e a independência deles é prejudicada; de forma que, eles, antes, afirmam que Seus decretos são temporários e mutáveis, sim, que Ele realmente os altera de acordo com as várias mudanças que Ele vê em nós. O quão bárbaro este conceito é, quão contrário à pura natureza de Deus, quão destrutivo aos Seus atributos, mostrarei no segundo capítulo.

Em segundo lugar, eles questionam a presciência ou pré-conhecimento de Deus; pois se conhecidas a Deus são todas as Suas obras, desde o início, se Ele certamente conhecia de antemão todas as coisas que virão a ocorrer mais tarde, isso parece lançar uma infalibilidade do evento sobre todas as ações deles, que usurpa o grande território de sua nova deusa, a contingência; não, isso completamente destronaria a rainha do céu, e induziria uma espécie de necessidade de fazermos tudo, e nada, senão o que Deus conhece de antemão. Ora, que negar esta presciência é destrutivo para a própria essência da Deidade, e evidente ateísmo, será declarado no terceiro capítulo.

Em terceiro lugar, depor a providência deste Rei das nações que tudo governa, negando Seu efetivo poder em transformar os corações, governar os pensamentos, determinar as vontades, e dispor as ações dos homens, desta forma, não atribuindo nada a Ele, senão um poder e influência gerais, a serem limitados e utilizados de acordo com a inclinação e vontade de cada agente particular; assim tornando o Deus todo-poderoso em um desejador de que muitas coisas fossem diferentes do que são, e um espectador ocioso da maioria das coisas que são feitas no mundo. A falsidade destas afirmações será provada no quarto capítulo.

Em quarto lugar, eles negam a irresistibilidade e poder incontável da vontade de Deus, afirmando que, muitas vezes, Ele deseja seriamente e intenciona aquilo que não Ele pode cumprir, e assim é frustrado em Seu objetivo; não, ao passo que Ele deseja, e realmente intenciona salvar todos os homens, está totalmente no próprio poder deles se Ele salvará qualquer um ou não; caso contrário, o ídolo deles, o livre-arbítrio, seria apenas uma pobre divindade, se Deus pudesse, como e quando Ele quisesse, interrompê-lo e resisti-lo em seu domínio. Em relação a isso, veja o quinto capítulo. *“His gradibus itur in cœlum”* [Com estes passos, vamos para o céu]. A natureza corrupta ainda está disposta, de forma tão nefasta, como Adão, a tentar ser como Deus, ou a pensar tolamente que Ele é completamente semelhante a nós (Salmos 50); esta é uma das inconveniências que levam todos os homens a fugir, aqueles que não aprenderam a submeter as suas frágeis vontades à vontade onipotente de Deus, e levar cativos os seus entendimentos à obediência da fé [Veja o quinto capítulo].

Em segundo lugar, a segunda finalidade a que a nova doutrina dos Arminianos almeja é limpar a natureza humana da severa imputação de ser pecaminosa, corrompida, sábia para

fazer o mal, mas incapaz de fazer o bem; e assim eles reivindicam para si mesmos um poder e capacidade de fazer todo o bem que Deus pode justamente exigir ser feito por eles no estado em que estão — de tornarem-se a si mesmos diferentes dos outros que não farão tão bom uso dos dons de suas naturezas; de forma que a primeira e principal parte na obra da salvação deles pode ser atribuída a eles mesmos —; um esforço orgulhoso e Luciferiano! Para esta finalidade,

Primeiro, eles negam a doutrina da predestinação, pela qual Deus afirma ter escolhido certos homens, antes da fundação do mundo, para que eles fossem santos e obtivessem a vida eterna pelos méritos de Cristo, para louvor de Sua gloriosa graça. Para eles não há nenhuma predestinação que seja a fonte e a causa da graça ou glória, determinando pessoas, de acordo com a boa vontade de Deus, em quem elas serão concedidas, pois esta doutrina faria a graça especial de Deus ser a única causa de todo o bem que há nos eleitos mais do que nos réprobos; faria com que a fé fosse uma obra e dom de Deus, com diversas outras coisas, que mostrariam que o ídolo deles não é nada, e não possui nenhum valor. Quanto a essa corrupta heresia que eles têm substituído no lugar da doutrina da predestinação, veja o sexto capítulo.

Em segundo lugar, eles negam o pecado original e seu demérito; o qual, sendo corretamente entendido, seria fácil demonstrar que, apesar de todo o esforço do ferreiro, do carpinteiro e do pintor, ainda assim o ídolo deles é em sua própria natureza, apenas um bloco de inutilidade; isso desvelará não somente a impotência que há em nossa natureza quanto ao fazermos o bem, mas também mostrará de onde nós a possuímos. Veja o sétimo capítulo.

Em terceiro lugar, se eles acusam a nossa natureza humana com uma repugnância à lei de Deus, eles sustentam que isso também havia em Adão quando ele foi criado, e assim, vem do próprio Deus. Veja o oitavo capítulo.

Em quarto lugar, eles negam a eficácia do mérito da morte de Cristo, ou seja, eles negam tanto que Deus pretendia com a Sua morte resgatar a Sua igreja, como também negam que Ele pretendia adquirir para Si um povo santo; e também negam que Cristo por Sua morte mereceu e adquiriu para nós a graça, a fé, ou justiça, e poder para obedecer a Deus, cumprindo a condição da Nova Aliança. Não, isso seria claramente o estabelecimento de uma arca para quebrar o pescoço de Dagon; pois, “que louvor”, eles dizem, “pode ser devido a nós mesmos por crermos, se o sangue de Cristo obteve que Deus nos concedesse a fé?”. *“Increpet te Deus, O Satan!”* [Deus te repreenda, ó Satanás]. Veja os capítulos nove e dez.

Em quinto lugar, se Cristo alegará tal participação na salvação de Seu povo, a saber,

aqueles que creem nEle, eles consentirão que alguém tenha a salvação completa sem Ele, aqueles que nunca ouviram falar tanto quanto do relato de um Salvador; e, na verdade, em nada eles erguem o seu ídolo mais perto do trono de Deus do que nesta blasfêmia. Capítulo onze.

Em sexto lugar, tendo assim roubado a Deus, a Cristo e Sua graça, eles adornam o seu ídolo livre-arbítrio com muitas propriedades gloriosas, que de modo algum são devidas a ele, isso é discutido no capítulo doze, onde você encontrará como “*movet cornicula risum, furtivis nudata coloribus*”.

Em sétimo lugar, eles não somente pleiteiam para a recém-criada divindade deles, um poder salvador, mas também afirmam que ele é muito ativo e operante na grande obra da salvação de nossas almas:

Primeiramente, em preparar-nos adequadamente para a graça de Deus, e assim nos dispormos a partir de nós mesmos a fazermos o que é requerido de nós. Capítulo treze.

E depois, na operação eficaz de nossa conversão a Deus. Capítulo quatorze.

E assim, finalmente, com muito esforço e labor, eles estabeleceram um altar para o seu ídolo no templo sagrado, à direita do altar de Deus, e sobre ele oferecem sacrifícios ao seu próprio artefato e artifício; no mínimo, “*nec Deo, nec libero arbitrio, sed dividatu*”, — nem tudo a Deus, nem tudo ao livre-arbítrio, mas deixe que o sacrifício de louvor, por todas as boas coisas, seja dividido entre eles.

Notas:

[1] John vi. 42, vii. 52. “*Natura sic apparet vitiata ut hoc majoris vitii sit, non videre.*” — Aug.

[2] Pelag. Semipelag. Scholastic.

[3] “*In hac causa non judicant secundum æquitatem, sed secundum affectum commodi sui.*” — Lutero, o Serv. Arb.

Capítulo 2

Sobre A Eternidade E Imutabilidade Dos Decretos Do Deus Todo-Poderoso, Negadas E Atacadas Pelos Arminianos

Sempre acreditou-se entre os Cristãos, e isso sobre fundamentos infalíveis, como mostrarei a seguir, que todos os decretos de Deus são tanto internos quanto eternos, atos de Sua própria vontade, e, portanto, imutáveis e irrevogáveis. Decretos mutáveis e resoluções ocasionais são mui contrários à pura natureza do Deus Todo-Poderoso. Tais princípios como estes, evidentes e claros por sua própria luz, nunca foram questionados por qualquer um, antes que os Arminianos começassem κινεῖν ἀκίνητα, a professar deleitarem-se com sua oposição às noções comuns da razão a respeito de Deus e de Sua essência, para que pudessem se exaltar até o Seu trono. Atribuir a mínima mutabilidade à essência Divina, com o que todos os atributos e os livres e internos atos de Deus são um e a mesma coisa, sempre foram considerados ὑπερβολὴ ἀφεότητος, “ateísmo transcendente”, no mais alto nível¹. Agora, seja este crime de que natureza for, não é nenhuma imputação injusta acusar os Arminianos dele, porque eles mesmos se confessam culpados, e gloriam-se neste delito.

Primeiro, eles minam e derrubam a eternidade dos propósitos de Deus, afirmando que, na ordem dos decretos Divinos, *há alguns que precedem cada ato da criatura, e, novamente, alguns que os seguem*; assim diz Corvinus², o mais famoso desta seita. Agora, todos os atos de toda criatura sendo apenas de ontem, temporários, como eles mesmos, certamente, aqueles decretos de Deus não podem ser eternos, os quais os seguem em ordem de tempo; e ainda assim, eles forçam isso, especialmente no que diz respeito às ações humanas, como uma verdade segura, inquestionável. “É certo que Deus quer ou determina muitas coisas que Ele não faria, não seguindo o ato da vontade do homem após isso”, diz o seu grande mestre, Armínio³. Semelhantemente afirma, com pequena adição (como tais homens sempre fazem, “*proficere in pejus*”), seu genuíno aluno, Nicolaas Grevinchovius⁴: “eu suponho”, diz ele, “que Deus deseja muitas coisas que Ele nem faria nem justamente poderia querer e designar, sem alguma ação precedente da criatura”. E aqui observe, que nestas passagens eles não falam sobre obras externas de Deus, sobre aquelas ações que exteriormente são dEle — como infligir castigos, conferir dádivas e outros tais atos exteriores de Sua providência, cuja administração confessamos ser várias, e diversamente aplicadas a várias ocasiões —, mas sobre os propósitos internos da vontade de Deus, os Seus decretos e intenções, que não têm nenhuma presente influência sobre, ou relação a, qualquer ação da criatura; sim, eles negam que, com relação a muitas coisas, Deus tenha alguma resolução determinada em absoluto, ou qualquer propósito além do que uma afeição natural em

relação a eles. “Deus realiza ou omite aquilo em relação a que, em Sua própria natureza e Sua própria inclinação, Ele é afetado, já que Ele encontra o homem cumprindo ou não cumprindo aquela ordem que Ele nomeou”, diz Corvinus⁵. Certamente estes homens não se importam com que indignidades eles lançam sobre o Deus do céu, para que eles possam manter os pretendidos dotes de suas próprias vontades; pois, tal poder absoluto que eles aqui atribuem a si mesmos, que o próprio Deus não pode determinar algo até que, como eles citam estranhamente, Ele seja bem afetado, anteriormente, por uma ocorrência presente, Ele esteja certo do cumprimento deles. Agora, essa imputação, que eles lançam sobre os decretos de Deus em geral, que eles são temporários, eles levam à origem deste assunto sobre esse particular que muito se encontra no caminho deles, o decreto da eleição. Quanto a este, eles nos dizem claramente, que é falso⁶ que a eleição esteja confirmada desde a eternidade. Assim os Remonstrantes em sua *Apologia*, apesar de São Paulo nos dizer que isso é o “propósito de Deus” (Romanos 9:11), e que nós fomos “escolhidos antes da fundação do mundo” (Efésios 1:4). Também não é qualquer coisa a que os Arminianos não consentem, a saber, que há um decreto anterior a isso, o que pode-se dizer ser desde a eternidade, pois, vendo que São Paulo nos ensina que a eleição nada é, senão o propósito de Deus salvar-nos, afirmar que Deus eternamente decretou que Ele nos elegeria é a mesma coisa que dizer que Deus propôs que no tempo Ele proporia nos salvar. Tais resoluções podem ser apropriadas para as próprias cabeças bárbaras deles, mas não devem ser atribuídas ao único Deus sábio.

Em segundo lugar, como que eles afirmam que os decretos de Deus são temporários e têm um início, assim também expiram e têm um fim, ao estarem sujeitos a alterações e variabilidade. “Alguns atos da vontade de Deus cessarão em um determinado momento”, diz Episcopius⁷. O quê? Dizer que algo entra em Sua mente de forma a mudar a Sua vontade? “Sim”, diz Armínio⁸, “Ele gostaria que todos os homens fossem salvos; mas, compelido pela malícia contumaz e incorrigível de alguns, Ele quererá que eles se percam”. Embora esta seja alguma recompensa, negando a Deus um poder para fazer o que quer, eles concedem que Ele se contenta em fazer o que Ele puder, e não muito se queixe de Sua difícil condição. Certamente, apenas por esse favor, Ele é devedor aos Arminianos. Ladrões concedem o que não é propriamente seu. Tendo roubado a Deus de Seu poder, eles O deixarão tanta benevolência como que Ele não seja incomodado por isso, ainda que Ele seja, por vezes, compelido ao que Ele é muito relutante em fazer. Como eles e os seus companheiros, os Jesuítas⁹, exclamam sobre o pobre Calvino, por vezes, usar a dura palavra sobre *compulsão*, descrevendo a obra eficaz e poderosa da providência de Deus nas ações dos homens; mas eles podem fixar o mesmo termo na vontade de Deus, e nenhum mal é feito! Certamente Ele um dia defenderá a Sua própria causa contra eles. Mas ainda não os culpem, “*si violandum est jus, regnandi causâ violandum est*”. É para fazerem de si mesmos absolutos que eles assim laçam fora o jugo do Todo-Poderoso, e isso, tanto sobre as coisas desta

vida quanto da que está por vir. Eles ficam muito conturbados que seja dito que¹⁰ todos nós trazemos conosco ao mundo uma pré-ordenação imutável da vida e da morte eterna; pois tal afirmação poderia completamente derrubar o principal fundamento da heresia deles, a saber, que os homens podem esvaziar e frustrar a sua eleição, como eles juntamente a negam em sua Apologia¹¹. Não, é um sonho, diz o Dr. Jackson¹², pensar sobre os decretos de Deus a respeito das coisas que estão por vir a partir de atos irrevogavelmente consumados; o que impediria que Welsingius estabelecesse uma verdade, a saber¹³: “que os eleitos podem se tornar reprovados, e os réprobos podem se tornar eleitos”. Agora, estes ditos particulares é toda a doutrina deles sobre os decretos de Deus, na medida em que eles têm alguma referência às ações dos homens, mais exatamente em conformidade, como:

Primeiro¹⁴, a distinção deles em peremptórias e não-peremptórias (termos mais usados nas citações dos tribunais litigiosos do que como expressões do propósito de Deus na Sagrada Escritura), não é, como por eles aplicada, compatível com a imutabilidade dos propósitos eternos de Deus. Πρόσκαιροι, dizem eles, ou crentes temporários, são eleitos (embora não peremptoriamente) com tal ato da vontade de Deus como tendo uma co-existência de todas as formas proporcionais, tanto em sua origem, continuação e fim, com o seu esmorecer da fé; o que, às vezes, como a abóboreira de Jonas, é apenas “*filia unius noctis*” — de madrugada floresce e cresce; à tarde corta-se e seca [Salmos 90:6]. Um homem em Cristo pela fé, ou realmente crente (cujo fazê-lo está, como eles costumam dizer, no próprio poder de cada um)¹⁵, é na opinião deles, o objeto apropriado da eleição; da eleição, eu digo, não-peremptória, que é um ato pendente, esperando a perseverança final e a consumação de sua fé; e, portanto, imutável, porque o homem cumpriu o seu caminho, Deus não tem motivo para mudar o Seu propósito de coroá-lo com a recompensa. Assim também (como eles ensinam), um homem de acordo com a sua infidelidade, seja presente e removível, ou obstinada e final, é o único objeto de reprovação; que, no último caso, é peremptória e absoluta, na primeira, condicional e alterável. Estas são as qualidades da fé e da incredulidade em que a eleição e reprovação deles ocorrem¹⁶. Agora, que um homem fiel, eleito de Deus segundo a sua justiça presente, apostate [*apostatize*] totalmente da graça (como afirmar que há qualquer promessa de Deus implicando a sua perseverança é com eles, para derrubar toda a religião), e deixe o réprobo descrente depor sua incredulidade e converter-se ao Senhor; conformemente a esta mudança de suas condições, são as alterações do propósito do Todo-Poderoso relativos a seu estado eterno. Mais uma vez; suponha que estes dois, por meio de cursos alternativos (como a doutrina da apostasia sustenta que eles podem), retornem cada um à sua antiga condição, os decretos de Deus em relação aos mesmos devem ser novamente mudados; pois é injusto com Ele não eleja aquele que crê, ainda que seja, apenas por uma hora, ou não reprovar os incrédulos. Agora, que imutabilidade podemos fixar nestes decretos, visto que está no poder do homem torna-los tão inconstantes como Euripo; fazendo também ser possível que todos os membros da igreja

de Cristo, cujos nomes estão escritos no Céu, dentro de uma hora estejam inscritos no livro negro da condenação?

Em segundo lugar, como esses decretos não-peremptórios são mutáveis, assim eles fazem os decretos peremptórios de Deus serem temporais. “Impenitência final”, eles dizem, “é a única causa, e finalmente o pecador não-penitente é o único objeto, da reprovação, peremptória e irrevogável”. Assim como o poeta considerou que ninguém era feliz¹⁷, assim eles pensam que nenhum homem seja eleito, ou um réprobo, antes de sua morte. Agora, essa denominação ele recebe a partir dos decretos de Deus relativos à sua condição eterna, que devem, necessariamente, ser decretados em primeiro lugar. A relação que há entre o ato de reprovação e a pessoa reprovada implica na co-existência da denominação. Quando Deus reprova um homem, ele torna-se então um réprobo; o que se não for antes que ele tenha realmente cumprido a medida de sua iniquidade, e o selado com o talento da impenitência final em sua morte, o decreto de Deus deve ser temporal, o justo Juiz de todo o mundo, tendo até então suspensa sua determinação, fica à espera da última resolução deste mutável Proteus. Não, que os decretos de Deus relativos às condições eternas dos homens estão em Seu julgamento temporal, e não começando até que eles morram, é evidente a partir de todo o curso da doutrina deles, especialmente quando eles se esforçam para provar que, se houvesse tal determinação, Deus não pode ameaçar castigos ou promessas de recompensa. “Quem”¹⁸, dizem eles, “pode ameaçar punição para aquele a quem, por um decreto peremptório, terá que ser livre da punição?”. Parece que Ele não pode ter determinado salvar qualquer um a quem Ele ameaça punir se eles pecarem, o que é evidente que Ele o faz por toda a sua vida neste mundo; o que faz de Deus não somente mutável, mas completamente o priva de Sua presciência, e faz com que a forma de Seu decreto ocorra assim: “Se o homem quiser crer, eu determinarei que ele será salvo; se ele não quiser, eu determino que ele será condenado”, ou seja, “Eu devo deixá-lo, entretimentos, fazer o que ele quiser, para que Eu possa lidar com ele no final”.

Em terceiro lugar, eles afirmam que nenhum decreto do Deus Todo-Poderoso a respeito dos homens é tão inalterável¹⁹, mas que, antes, todos aqueles que estão agora em descanso ou miséria poderiam ter tido porções contrárias; que aqueles que são condenados, como Faraó, Judas e etc., poderiam ter sido salvos; e aqueles que são salvos, como a santa virgem, Pedro, João, poderiam ter sido condenados: o que inflige uma forte acusação a respeito da mutabilidade do Deus todo-poderoso, que conhece os que são Seus. Vários outros casos desta natureza, eu produziria, pelo que seria mais evidente que estes inovadores na religião Cristã, de fato, derrubam a eternidade e imutabilidade dos decretos de Deus; mas estes são suficientes para qualquer homem exigente. E acrescentarei, no fim, um antídoto contra esse veneno, mostrando brevemente o que a Escritura e a razão correta nos ensinam a respeito destes segredos do Altíssimo.

Em primeiro lugar, “Conhecidas são a Deus”, diz São Tiago, “desde o princípio do mundo, todas as suas obras” (Atos 15:18); a partir do que, até agora tem sido concluído que tudo o que Deus faz acontecer no tempo, Ele decretou desde toda a eternidade assim fazer. Todas as Suas obras são desde o princípio conhecidas a Ele. Considere isso particularmente no decreto da eleição, essa fonte de todas as bênçãos espirituais, que um sentido salvífico e seguro do mesmo (2 Pedro 1:10) sendo alcançado, pode efetuar uma alegria espiritual no Senhor (1 Coríntios 15:31). Tais coisas são ensinadas em todas as passagens, como a poder elevar-nos à consideração disso a partir de um ato eterno, em caráter irrevogável e imutavelmente estabelecido: “Como também nos elegeru nele antes da fundação do mundo” (Efésios 1:4); Seu “propósito, segundo a eleição”, antes de nascermos, deve ficar firme (Romanos 9:11); pois, quanto à estabilidade irreversível deste ato de Sua vontade, Ele pôs o selo de Seu conhecimento infalível (2 Timóteo 2:19). Seu propósito a respeito de nossa salvação pela graça, não pelas obras, existiu “antes dos tempos dos séculos” (2 Timóteo 1:9), um propósito eterno, procedente de uma tal vontade como a que ninguém pode resistir, juntou-se com um tal conhecimento a respeito disto de modo que as coisas passadas, presentes e futuras estão expostas e evidentes, deve necessariamente ser também, como as leis do Medos e Persas, permanente e imutável.

Em segundo lugar, os decretos²⁰ de Deus, sendo conformes à Sua natureza e essência, exigem a eternidade e imutabilidade como suas propriedades inseparáveis. Deus, e Ele somente, nunca foi, nem nunca poderá ser, o que agora Ele não é. A possibilidade passiva para qualquer coisa, que é a fonte de toda a mudança, não pode ter lugar nAquele que é “*actus simplex*” e puramente livre de toda a composição; em Quem São Tiago afirma que “não há mudança nem sombra de variação” (Tiago 1:17), com Ele, ou seja, em Sua vontade e propósitos; Ele afirmou sobre Si mesmo, por Seu profeta: “Porque eu, o Senhor, não mudo; por isso vós, ó filhos de Jacó, não sois consumidos” (Malaquias 3:6), aqui Ele confirma não mudar Seus gratiosos propósitos, porque Ele é o Senhor. Os atos eternos de Sua vontade, não muito diferentes de Sua essência imutável, devem necessariamente ser imutáveis.

Em terceiro lugar, tudo o que Deus determinou, de acordo com o conselho da Sua sabedoria e beneplácito de Sua vontade, para ser realizado, para o louvor da Sua glória, permanece firme e imutável; pois “a Força de Israel não mente nem se arrepende; porquanto não é um homem para que se arrependa” (1 Samuel 15:29). “Que anuncio o fim desde o princípio, e desde a antiguidade as coisas que ainda não sucederam; que digo: O meu conselho será firme, e farei toda a minha vontade” (Isaías 46:10). A certa e infalível execução da vontade Divina é estendida a determinados eventos contingentes (Isaías 48:14). Sim, é uma coisa comum para o Senhor o confirmar a certeza das coisas que ainda estão por vir a partir de Seu próprio decreto; como “O Senhor dos Exércitos jurou, dizendo: Como pensei, assim

sucedará, e como determinei, assim se efetuará. Quebrantarei a Assíria na minha terra” (Isaías 14:24-25). “Este é o propósito que foi determinado sobre toda a terra; e esta é a mão que está estendida sobre todas as nações. Porque o Senhor dos Exércitos o determinou” [vv. 26-27]; isto seria uma espécie débil de raciocínio, se o Seu propósito pudesse ser alterado. Não, “se ele resolveu alguma coisa, quem então o desviará? O que a sua alma quiser, isso fará” (Jó 23:13). “Porque o Senhor dos Exércitos o determinou; quem o invalidará?” (Isaías 14:27). Assim, o propósito de Deus e imutabilidade do Seu conselho (Hebreus 6:17) são seguros e firmes desde a eternidade, e não dependem da inconstância variável dos homens mortais. Nós devemos assentir que isso seja assim, a menos que nós pretendamos colocar a impotência contra onipotência, e armar o barro contra o Oleiro.

Em quarto lugar, se a determinação de Deus a respeito de qualquer coisa deve ter uma origem temporal, é necessário que seja, ou porque Ele, então, percebeu alguma bondade nisso, do que antes Ele era ignorante, ou porque algum acidente fixou a real bondade a alguns estados de coisas que não tinham sido a partir dEle; nenhum destes pode-se afirmar, sem cometer um blasfêmia abominável, visto que Ele conhece o fim desde o princípio, todas as coisas desde a eternidade, sendo sempre o mesmo, a Fonte de toda bondade, da qual, outras coisas participam naquela medida que Lhe agrada comunicá-la a eles. Adicione a isso a onipotência de Deus: “Na tua mão há força e potência, e não há quem te possa resistir” (2 Crônicas 20:6); o que não permitirá que qualquer um de Seus propósitos seja frustrado. Em todas as nossas intenções — se o defeito não está no erro de nossos entendimentos, o que pode ser corrigido através de uma melhor informação —, quando não conseguimos fazer o que deveríamos, nós faremos o que pudermos, pois a alteração do nosso propósito acontece quando falta-nos poder para cumpri-lo; mas esta impotência não pode ser atribuída ao Deus todo-poderoso, que está “nos céus; e fez tudo o que Lhe agradou” (Salmos 115:3). De forma que, a imutabilidade da natureza de Deus, Sua onipotência, a infalibilidade do Seu conhecimento, a Sua imunidade ao erro em todos os Seus conselhos, de fato mostram que Ele nunca falha em realizar qualquer coisa que Ele propôs para a manifestação da Sua glória.

Para concluir o todo deste discurso, em que eu não desvelei a metade do veneno contido na doutrina Arminiana a respeito dos decretos de Deus, eu irei, brevemente, apresentar-lhe a oposição que há nesta questão entre a Palavra de Deus e os patronos do livre-arbítrio:

Sola Scriptura	Livre-Arbítrio
“Como também nos elegeu nele antes da fundação do mundo” (Efésios 1:4).	“É falso dizer que a eleição é estabelecida desde a eternidade” (Apologia Pró-Confissão Remonstrante).

“Que nos salvou, e chamou com uma santa vocação; não segundo as nossas obras, mas segundo o seu próprio propósito e graça que nos foi dada em Cristo Jesus antes dos tempos dos séculos” (2 Timóteo 1:9).	“É certo que Deus determina diversas coisas que Ele não faria, se um ato do homem não ocorrer antes” (Jacó Armínio).
“Conhecidas são a Deus, desde o princípio do mundo, todas as suas obras” (Atos 15:18).	“Alguns decretos de Deus precedem todos os atos da vontade da criatura, e alguns a seguem” (Johannes Arnoldus Corvinus).
“Que anuncio o fim desde o princípio, e desde a antiguidade as coisas que ainda não sucederam; que digo: O meu conselho será firme, e farei toda a minha vontade” (Isaías 46:10).	“Os homens podem fazer esvaziar e frustrar a sua eleição” (Apologia Pró-Confissão Remonstrante).
“Porque, não tendo eles ainda nascido, nem tendo feito bem ou mal (para que o propósito de Deus, segundo a eleição, ficasse firme, não por causa das obras, mas por aquele que chama)” (Romanos 9:11).	“Não é de admirar se os homens, às vezes, de eleitos tornam-se reprovados, e de reprovados, eleitos” (Isaac Welsingius).
“Todavia o fundamento de Deus fica firme, tendo este selo: O Senhor conhece os que são seus” (2 Timóteo 2:19).	“Eleição é incerta e revogável, e quem nega isso derruba o Evangelho” (Nikolaas Grevinchovius).
“O conselho do Senhor permanece para sempre; os intentos do seu coração de geração em geração” (Salmos 33:11).	“Muitos decretos de Deus cessarão em um determinado momento” (Simon Episcopius).
“O meu conselho será firme, e farei toda a minha vontade” (Isaías 46:10).	“Deus quer que todos os homens sejam salvos, mas, compelido com a malícia obstinada de alguns, Ele muda o Seu propósito, e terá que eles perecerão (Jacó Armínio).
“Porque eu, o Senhor, não mudo” (Malaquias 3:6).	“Assim como os homens podem converterem-se de crentes em incrédulos, assim a determinação de Deus a respeito deles muda” (Confissão Remonstrante).

“Toda a boa dádiva e todo o dom perfeito vem do alto, descendo do Pai das luzes, em quem não há mudança nem sombra de variação” (Tiago 1:17; Êxodo 3:13-14; Salmos 102:27; 2 Timóteo 2:13; 1 Samuel 15:29; Isaías 14:27; Jó 23:13; Salmos 115:3).

“Todos os decretos de Deus não são peremptórios, mas alguns condicionais e mutáveis” (Sermão em Oxford).

Notas:

[1] *Phil. lib. quod sit Deus immutabilis.*

[2] “In ordine volitorum divinatorum, quædam sunt quæ omnem actum creaturæ præcedunt, quædam quæ sequuntur.” — *Corv. ad Molin., cap. v. sect. 1, p. 67.*

[3] “Certum est Deum quædam velle, quæ non vellet nisi aliqua volitio humana antecederet.” — *Armin., Antip., p. 211.*

[4] “Multa tamen arbitror Deum velle, quæ non vellet, adeoque nec juste velle posset, nisi aliqua actio creaturæ præcederet.” — *Ad Ames., p. 24.*

[5] “Deus facit vel non facit id ad quod, ex se et natura sua ac inclinatione propria est affectus, prout homo cum isto ordine conspirat, vel non conspirat.” — *Corv. ad Molin., cap. v. ad sect. 3.*

[6] “Falsum est quod electio facta est ab æterno.” — *Apol. Rem., cap. xviii. p. 190.*

[7] “Volitiones aliquæ Dei cessant certo quodam tempore.” — *Episcop. Disp. de Vol. Dei., thes. 7.*

[8] “Deus vult omnes salvos fieri, sed compulsus pertinaci et incorrigibili malitia quorundam, vult illos jacturam facere salutis.” — *Armin. Antip. fol. 195.*

[9] *Bell. Amiss. Grat.; Armin. Antip. Apol. Rem.*

[10] “(Docent) unumquemque invariabilem vitæ, ac mortis προταγήν una cum ipso ortu, in lucem hanc nobiscum adferre.” — *Filii Armin. in Epist. Ded. ad Examen Lib. Perk.*

[11] “Possunt homines electionem suam irritam et frustraneam reddere.” — *Apol Rem., cap. ix. p. 105.*

[12] *Jackson, of the Divine Essence.*

[13] “Non mirum videri debet quod aliquando ex electis reprobi et ex reprobis electi fiant.” — *Welsin, de Of. Ch. Hom.*

[14] “Omnia Dei decreta, non sunt peremptoria, sed quædam conditionata ac mutabilia.” — *Concio. ad Cler. Oxon. ann. 1641, Rem. Decla. Sent. in Synod., alibi passim.* “Electio sicut et justificatio, et incerta et revocabilis, utramque vero conditionatam qui negaverit, ipsum quoque evangelium negabit.” — *Grevinch, ad Ames., pp. 136, 137.*

[15] “Ad gloriam participandam pro isto tempore quo credunt electi sunt.” — *Apol. Rem.*, p. 190.

[16] “Decreta hypothetica possunt mutari, quia conditio respectu hominis vel præstatur vel non præstatur, atque ita existit vel non existit. Et quum extitit aliquandiu, sæpe existere desinit, et rursus postquam aliquandiu desiit, existere incipit.” — *Corv. ad Molin.*, cap. v. sec. 10.

[17] “Dicique beatus — Ante obitum nemo,” etc. — *Ovid.*

[18] “Quis enim comminetur pœnam ei, quem peremptorio decreto a pœna immunem esse vult?” — *Apol. Rem.*, cap. xvii. p. 187.

[19] Autor de “*God’s Love to Mankind*” [O Amor de Deus pela Humanidade] p. 4, [um tratado escrito por Hoard. Davenant, professor de teologia em Cambridge, e posteriormente bispo de Salisbury, escrito em resposta às suas, “*Animadversions* [Críticas]” sobre isso. Dr Hill, em suas *Lectures on Divinity* [Conferências sobre a Divindade], declara que esta obra de Davenant é “uma das defesas mais habilidosas sobre o sistema Calvinista da predestinação.” — Nota do Editor da obra traduzida.

[20] “Quicquid operatur, operatur ut est.”

Capítulo 3

Sobre A Presciência Ou Pré-Conhecimento De Deus, E Como Isso É Questionado E Atacado Pelos Arminianos

A presciência ou pré-conhecimento de Deus não foi, até agora, em termos expressos, negada pelos Arminianos, mas apenas questionada e atacada por consequência, na medida em que eles negam a certeza e imutabilidade de Seus decretos, no que isso se baseia. Não é a um pré-conhecimento, no todo ou em parte, a que eles se opõem, mas apenas sobre as coisas livres e contingentes, e isso apenas para completar o anteriormente arruinado erro deles, de que os propósitos de Deus acerca de tais coisas são temporais e mutáveis; cujo obstáculo sendo uma vez removido, o caminho está aberto quanto a atribuir a presidência de todas as ações humanas à onipotente contingência, e seu pai, o livre-arbítrio. Agora, nós chamamos de contingente aquilo que — no que diz respeito à sua causa próxima e imediata, antes que isso ocorra —, pode ou não ser feito; seria como dizer que um homem fará tal coisa amanhã, ou em qualquer momento daqui por diante, que ele pode escolher se ele fará ou não. Coisas como estas são livres e mutáveis, em relação aos homens, suas causas imediatas e secundárias; mas se nós, como devemos fazer¹, olhamos para Aquele que previu e ordenou a ocorrência delas ou a sua omissão, deve ser dito dessas que elas necessariamente ocorrerão ou serão omitidas. Isso não poderia ocorrer, senão como ocorreu. Os Cristãos, até então, sim, e até mesmo pagãos², em todas as coisas dessa natureza, têm geralmente, sobre as suas ocorrências, refletido sobre Deus como Alguém cuja determinação foi passada sobre elas desde a eternidade, e Quem as conhecia muito antes de ocorrerem; como a morte de homens pela queda de uma casa, que poderiam, em relação à liberdade de suas próprias vontades, não estarem ali. Ou se um homem cair nas mãos dos ladrões, nós logo concluímos que isso foi da vontade de Deus. Isso deve ser assim; Ele conheceu isso de antemão.

Teólogos, buscando fazer distinções³, atribuem a Deus um duplo conhecimento; um, intuitivo ou intelectivo, pelo que Ele pré-conhece e vê todas as coisas que são possíveis, ou seja, todas as coisas que podem ser feitas por Sua onipotência, sem qualquer relação à existência futura delas, se devem ocorrer ou não. Sim, coisas infinitas, cuja real existência eterna nunca fora contemplada, são, portanto, abertas e claras a Ele; pois, não havia ali força e poder na mão dEle para criar um outro mundo? Não haviam conselhos no estoque de Sua sabedoria para criá-los de outra maneira, ou para não tê-lo criado de modo algum? Diremos que a Sua providência estende-se, em todos os sentidos, ao máximo da Sua atividade? ou que Ele não pode produzir inúmeras coisas no mundo que Ele não o faz

agora? Sim ele pode tudo isso, e tudo o mais que for possível e factível quanto ao Seu poder infinito, Ele prevê e conhece, “*scientiâ*”, como eles dizem, “*simplicis intelligentiæ*”, por meio de Seu conhecimento essencial.

Fora⁴ deste amplo e infinito âmbito de coisas possíveis, Deus por Seus decretos determina livremente o que deve ocorrer e os torna futuros, os quais antes eram apenas possíveis. Após este decreto, como eles comumente falam, segue, ou juntamente com isso, como⁵ outros mais exatamente apresentam, aquela presciência de Deus, que eles chamam de “*visionis*”, “*visão*”⁶, pelo que Ele infalivelmente vê todas as coisas em suas causas próprias, o como e o quando elas ocorrerão. Agora, estes dois tipos de conhecimento diferem⁷, na medida em que por um Deus conhece o que é possível de ocorrer; pelo outro, apenas o que é impossível que não venha a ocorrer. As coisas são possíveis no que diz respeito ao poder de Deus, futuras no que diz respeito ao Seu decreto. Assim, que (se assim eu posso dizer) a medida do primeiro tipo de ciência é a onipotência de Deus, o que Ele pode fazer; do segundo, o Seu propósito, o que certamente Ele fará, ou permitirá que seja feito. Com esta presciência, então, Deus prevê tudo e nada mais do que Ele decretou de venha a acontecer.

Para cada coisa que venha a ser realizada, e sob Ele⁸, Deus tem preparado diversos e variados tipos de causas, diversamente operatórias na produção de seus efeitos, algumas das quais se diz que operam necessariamente, sendo a instituição de Sua natureza fazer o que elas fazem, e não de outro modo; assim, o sol produz luz e o fogo, calor. E, no entanto, em algum sentido, seus efeitos e produtos podem ser dito ser contingentes e livres, na medida em que a anuência de Deus, a causa primeira, é necessária para o seu funcionamento, Aquele que faz todas as coisas mui livremente, de acordo com o conselho da Sua vontade. Assim, o sol parou no tempo de Josué, e o fogo não queimou os três jovens; mas, comumente esses agentes trabalhando “*necessitate naturæ*”, os seus efeitos devem ser ditos necessários. Em segundo lugar, há algumas coisas Deus equipou de causas livres e contingentes, as quais, aplicam-se à operação, em particular, de acordo com a eleição, escolhendo fazer isso, em vez de aquilo; como anjos e homens, em suas ações livres e deliberadas, fizeram coisas que não deveriam ter feito; ou então, elas produzem efeitos κατὰ τὸ συμβεβηκός, meramente por acaso, e a operação de tais coisas nós dizemos ser casual; como se um machado de um homem que estava cortando uma árvore, viesse a sair de seu cabo, e atingir, e matar outro homem a quem ele nunca viu. Agora, nada em qualquer uma destas formas vem a acontecer, a não ser que Deus o tenha determinado, no que diz respeito tanto à substância quanto à forma⁹, mesmo assim, como é conforme às suas causas — algumas, necessariamente, algumas livremente, algumas casualmente ou de forma contingente, mas também, como tendo um futuro determinado a partir de Seu decreto, Deus infalivelmente prevê que assim ocorrerá. Mas, ainda que Ele

assim o faça em relação às coisas livres e contingentes é muito questionado pelos Arminianos em termos expressos, e negado por consequência, não obstante Jerônimo afirme¹⁰ que fazer isto é destrutivo para a própria essência da Divindade.

Em primeiro lugar, a doutrina deles sobre a mutabilidade dos decretos de Deus, em cuja firmeza se fundamenta a infalibilidade da presciência, completamente a derruba. Deus assim conhecendo de antemão, somente o que Ele assim decretou que venha a acontecer; se isso não for firmemente estabelecido, apenas de forma que o que virá a acontecer pode e seja frequentemente alterado, de acordo com as diversas inclinações das vontades dos homens, o que eu mostrei anteriormente que eles afirmam, Ele pode ter, na melhor das hipóteses, apenas um pré-conhecimento conjectural do que ainda está por vir, não fundamentado em Seu próprio propósito imutável, mas sobre uma suposição relacionada à livre inclinação das vontades dos homens. Por exemplo¹¹, Deus quer que todos os homens sejam salvos. Este ato de Sua vontade, de acordo com a doutrina Arminiana, é o Seu decreto condicional para salvar todos os homens, se eles vierem a crer. Bem, entre estes está Judas, como igual¹² participante no benefício deste decreto assim como Pedro. Deus, então, quer que ele seja salvo, e, para isso permite-lhe todos aqueles meios que são necessários para gerar fé nele, e são de todas as maneiras suficientes para o efeito, e de fato produzem esse efeito em outros; o que Deus pode prever, então, senão que Judas, bem como Pedro, viria a crer? Se Ele houvesse intencionado que Judas viesse a crer, ele não teria determinado nada contrário a isso. Que ele venha, então, e faça a sua parte. Ora, ele se demonstra tão obstinadamente malicioso¹³, que mesmo Deus, com toda a Sua onipotência, como eles falam, por qualquer forma que venha a Ele — o que não deve ser feito por qualquer eficácia irresistível —, não pode mudar o seu coração obstinado. Bem, então, Ele determina, de acordo com a exigência de Sua justiça que ele será condenado por sua impenitência, e prevê isso conformemente. Mas agora, vamos supor que este verme, mesmo em seu último momento, caísse em si e se voltasse para o Senhor, o que no conceito deles ele pode, apesar de sua anterior reprovação (a qual, como¹⁴ eles o estabelecem, parece um grande ato de misericórdia)¹⁵, Deus deve manter as regras da Sua justiça, e eleger ou determinar salvá-lo; pelo que o malicioso foi duas ou três vezes enganado em sua expectativa.

Em segundo lugar¹⁶, eles afirmam que Deus é dito corretamente esperar e desejar diversas coisas que ainda não aconteceram. “Nós consentimos”, diz Corvinus, “que há desejos em Deus que nunca são cumpridos”. Agora, com certeza, desejar o que certamente nunca virá a acontecer não é um ato regulamentado pela sabedoria ou conselho; e, portanto, eles devem consentir, antes, que Ele não conheceu, mas talvez isso possa existir. “Deus deseja e solicita algumas boas coisas, que ainda assim não ocorrerão”¹⁷, dizem eles, em sua *Confissão*; de onde uma dessas duas coisas é necessária consequência: ou, em primeiro lugar, há uma grande quantidade de imperfeição em Sua natureza, ao desejar e esperar o

que Ele sabe que nunca ocorrerá; ou então, que Ele não conheceu, mas isso poderia sobrepujar a Sua presciência. Sim, e eles dizem expressamente¹⁸: “Que a esperança e expectativa de Deus é frustrada pelo homem”, e confessam, em segundo lugar, “que a força de seu argumento mais forte reside no fato de que Deus espera e solicita obediência de Israel”. Em segundo lugar, que Ele se queixa que a Sua expectativa é frustrada, o que, sendo tomado adequadamente, e como eles o instam, não pode consistir com Sua presciência eterna; pois eles não estimam a resposta usual de teólogos, que a esperança, expectativa e tais semelhantes sentimentos, que incluem nelas alguma imperfeição, são atribuídas a Deus por ἀνθρωποπάθειαν [Antropopatismo], no que diz respeito àquela analogia, Suas ações sustentam-se tanto quanto as nossas, como agimos, tendo tais sentimentos.

Em terceiro lugar¹⁹, eles ensinam que Deus não determinou nada a respeito de tais coisas como essas em questão. “Quanto à declaração de que Deus tenha determinado futuros contingentes quanto a qualquer parte (refiro-me a questões como o livre-arbítrio da criatura), eu abomino, odeio e amaldiçoo, como falso, absurdo e que nos conduz adiante, até a blasfêmia”, diz Armínio. Determiná-las quanto a qualquer parte é determinar e ordenar se ocorrerão, ou se não ocorrerão; como, por exemplo, se Davi deve ou não deve subir amanhã contra os Filisteus, e prevalecer. Agora, a infalibilidade do pré-conhecimento de Deus sobre tais coisas depende da certeza do Seu decreto e determinação, se não há tal coisa como determinação, a presciência de Deus cai por terra.

Em quarto lugar²⁰, veja o que, positivamente, eles escrevem a respeito desta eterna presciência de Deus: Em primeiro lugar, eles a chamam de uma questão incômoda; em segundo lugar, eles tornam algo discutível, se há ou não qualquer tal coisa; e embora, possivelmente, seja atribuída a Deus, ainda assim, em terceiro lugar, eles não encontram nenhum motivo para adorá-LO; em quarto lugar, eles dizem que — ou melhor, buscam minar toda a presciência de Deus —, por causa das dificuldades que a atendem esta pode ser dificilmente conciliada com a liberdade do homem, com ameaças e promessas de Deus; sim, em quinto lugar, como diz Episcopius: a doutrina da presciência baseada nos decretos de Deus parece antes ter sido inventada para atormentar pobres mortais do que para existir em qualquer momento na religião. Pode ser alegado que esta é apenas a opinião de um doutor. É verdade, são palavras de um homem; mas a coisa em si é tolerada por toda a seita. Como, em primeiro lugar, na ampla declaração prolixa de suas opiniões, eles não falam uma palavra sobre isso; e sendo cobrados, por esta omissão, pelos professores de Leyden, eles defenderam a si mesmos com tanta frieza em sua *Apologia*, que alguns homens eruditos, a partir disso, concluem²¹ que certamente, em seus julgamentos mais secretos, todos os Arminianos concordam com Fausto Socino em atribuir a Deus apenas um pré-conhecimento conjectural. E um grande profeta deles próprios afirma claramente²²: “Que Deus, segundo Sua maneira, muitas vezes teme, ou seja, suspeita, e isso não sem motivo,

e prudentemente conjectura, que este ou aquele mal possa surgir”, Vorstius. E os principais patriarcas deles²³: “Que Deus, muitas vezes deseja aquilo que Ele não previu que venha a ocorrer”, Armínio, Corvinus. Agora, se este tipo de ateísmo é tolerável entre os Cristãos ou não, que julguem todos os homens que têm os sentidos exercitados na Palavra de Deus; a qual, eu tenho certeza, nos ensina outra lição. Pois,

Primeiro, é estabelecido como uma base sólida, que “Conhecidas são a Deus, desde o princípio do mundo, todas as suas obras” (Atos 15:18). Cada coisa, então, que em algum aspecto pode ser chamado de Sua obra, é conhecida a Ele desde toda a eternidade. Agora, o que no mundo, se é que podemos falar como Ele nos ensinou, podem ser dispensados desta denominação? Nem mesmo as ações pecaminosas em si mesmas podem; mas, não como se Deus tivesse praticado tais ações pecaminosas, mas, no sentido em Ele as usa para algum outro propósito, como, por exemplo, punir a outros. “Eis”, disse Natã a Davi, em o nome do Senhor, “que suscitarei da tua própria casa o mal sobre ti, e tomarei tuas mulheres perante os teus olhos, e as darei a teu próximo, o qual se deitará com tuas mulheres perante este sol. Porque tu o fizeste em oculto, mas eu farei este negócio perante todo o Israel e perante o sol” (2 Samuel 12:11-12). Assim, também, quando ladrões ímpios haviam horivelmente roubado a Jó de todos os seus bens, o santo homem conclui: “Nu saí do ventre de minha mãe e nu tornarei para lá; o Senhor o deu, e o Senhor o tomou: bendito seja o nome do Senhor” (Jó 1:21). Agora, se a obra da providência de Deus é tão poderosa e eficaz, mesmo em e sobre as ações nas quais o Diabo e os homens mais maliciosamente praticam o mal, como fez Absalão, no caso de Davi, e o Sabeus e os ladrões Caldeus, no caso de Jó, isso pode ser dito ser Sua obra, e dEle pode ser dito como tendo “feito isso” (eu sinto a liberdade de usar a mesma expressão que a Escritura usa), assim, certamente nada no mundo, em algum aspecto ou outro, é independente de Sua mão que dispõe de tudo; sim, o próprio Judas ao trair o nosso Salvador não fez nada, senão “tudo o que a Tua mão e o teu conselho tinham anteriormente determinado que se havia de fazer”²⁴ (Atos 4:28), isto é dito em relação ao próprio evento. E se essas ações, não obstante estes dois obstáculos — primeiro, que elas eram contingentes, praticadas por agentes livres, operadas de acordo com a eleição e escolha; e segundo, que elas eram pecaminosas e ímpias nos agentes —, dependiam ainda do propósito e determinado conselho de Deus, então, com certeza Deus tem uma participação na operação dos atos de toda criatura. Mas as Suas obras, como é evidenciado anteriormente, são todas de acordo com Seu próprio decreto, ou “o conselho da Sua vontade” (Efésios 1:11).

Em segundo lugar, o modo como Deus tem conhecimento sobre as coisas, evidentemente demonstra que nada que existe, ou possa existir, pode estar escondido dEle²⁵; o isto não por discurso e por coleta de uma coisa fora de outra, conclusões fora de princípios, mas por completo e ao mesmo tempo, evidentemente, de forma clara, e distintamente, tanto no

que diz respeito τοῦ ὅτι, e τοῦ διότι. Por meio de um puríssimo ato de Sua própria essência, Ele discerne todas as coisas, porque “não há criatura alguma encoberta diante dele; antes todas as coisas estão nuas e patentes aos olhos daquele com quem temos de tratar” (Hebreus 4:13). De modo que essas coisas a respeito das quais tratamos²⁶, Ele conhece de três maneiras: Em primeiro lugar, em Si mesmo e em Seu próprio decreto, como a primeira causa; em relação ao qual elas podem ser ditas necessárias, no que se refere à certeza de sua ocorrência. Em segundo lugar, nas suas causas imediatas, em que a sua contingência propriamente consiste. Em terceiro lugar, na própria natureza delas como futuras, mas para o Seu conhecimento infinito, sempre presentes.

Em terceiro lugar, a Escritura²⁷ está cheia de expressões para este fim, a saber, testemunhar “que Deus conhece todos os segredos e revela as coisas ocultas; Ele sonda os rins e o coração; Ele sabe o número das estrelas, e das aves do céu, sobre os lírios do campo, a queda de pardais, o número de cabelos de nossa cabeça”. Algumas passagens são mui notáveis, como a do Salmista: “de longe entendes o meu pensamento” [Salmos 139:2], antes mesmo de alguma vez eles adentrem a nossa mente, antes de seu primeiro pensamento surgir. E ainda muitas ações que são mui contingente dependem desses pensamentos conhecidos diante de Deus desde a eternidade; ou melhor, isso quebra o próprio pescoço da deusa contingência, pois essas coisas em que o seu maior poder supostamente consiste são diretamente atribuídas a Deus, coisas tais como as nossas palavras, “a resposta da língua” (Provérbios 16:1); e o direcionamento de uma flecha, disparada por acaso, a um alvo não almejado (1 Reis 22:34). Certamente Deus deve prever de antemão o evento desta ação contingente; Ele deve conhecer o homem que assim disparou, de quem Ele havia determinado que sua flecha seria a morte de um rei. Deus faz os homens pobres e homens ricos (Provérbios 22:2); Ele a um abate, e a outro exalta (Salmos 75:7). Quantas contingências fez γοργὸν ὄμμα τοῦ δεσπότης, Seu olho penetrante executou ao longo da previsão da coroação de Ester para a libertação do Seu povo! Em suma: “Conhecidas são a Deus... todas as suas obras”. Agora, o que se pode imaginar ser mais contingente do que a morte de um homem pela queda de um machado que escapou de sua mão, o qual não intencionava tal coisa? No entanto, isso Deus assume como Sua própria obra (compare Deuteronômio 19:5 com Êxodo 21:13); e tão certamente foi por Ele conhecido de antemão.

Em quarto lugar, apenas considere as profecias na Escritura, especialmente as que dizem respeito ao nosso Salvador, quantas ações livres e contingentes concorrem para o cumprimento das mesmas; como Isaías 7:14, 9:6; 53; Gênesis 3:15, e etc. Semelhante pode ser dito de outras predições; como a da devastação de Jerusalém pelos babilônios, que, embora, no que diz respeito a presciência de Deus, era certa de acontecer, ainda assim eles fizeram isso mui livremente, não apenas seguindo os conselhos de suas próprias vontades, mas também através de adivinhação, ou de lançar sortes, para direcionarem a si mesmos

(Ezequiel 21:21). Ainda assim, Aquele que formou o olho vê todas estas coisas (Salmos 94:9).

Várias outras razões e testemunhos podem ser citados para confirmar a nossa doutrina da eterna presciência de Deus; a qual, não obstante a blasfêmia Episcopius, de que esta não serve para nada, senão para atormentar pobres mortais, nós acreditamos ser uma boa parte do fundamento de toda aquela consolação que Deus tem o prazer de nos proporcionar neste vale de lágrimas. Em meio a todas as nossas aflições e tentações, sob cuja pressão estaríamos mais fracos e em desespero, não é um pequeno conforto ter certeza de que não sofremos, nem podemos sofrer nada, senão o que a Sua mão e conselho conduziu para nós, e que todas as coisas estão nuas e patentes diante de Seus olhos, e cujo fim e comunicação Ele conhece desde o princípio; isto é um forte motivo para a paciência, uma âncora segura da esperança, um firme fundamento de consolação.

Agora, para expor à sua vista como as declarações dos adoradores da grande deusa da contingência são opostos à esta santa verdade, observe esta breve antítese:

Sola Scriptura	Livre-Arbítrio
“Conhecidas são a Deus, desde o princípio do mundo, todas as suas obras” (Atos 15:18).	“Deus às vezes teme e prudentemente conjectura, que esse ou aquele mal possa surgir” (Konrad Vorstius).
“E não há criatura alguma encoberta diante dele; antes todas as coisas estão nuas e patentes aos olhos daquele com quem temos de tratar” (Hebreus 4:13).	“Deus nem sempre prevê o evento a que nós intencionamos” (Johannes Arnoldus Corvinus: Ad Molinæum).
“O que formou o olho, não verá?” (Salmos 94:9). “Como aquele que entrar com o seu próximo no bosque, para cortar lenha, e, pondo força na sua mão com o machado para cortar a árvore, o ferro saltar do cabo e ferir o seu próximo e este morrer” (Deuteronômio 19:5); “Deus lho entregou nas mãos, ordenar-te-ei um lugar para onde fugirá” (Êxodo 21:13).	“Contingências futuras não são determinadas quanto a qualquer parte” (Jacó Armínio). Ou seja, Deus não determinou, e assim, conseqüentemente, não previu de antemão, se elas ocorrerão ou não.
“Não andeis, pois, inquietos, dizendo: Que comeremos, ou que beberemos, ou com que nos vestiremos? Porque todas estas coisas os gentios procuram. Decerto	“Deus espera e tem expectativa de coisas que nunca acontecerão” (Remonstrância).

vosso Pai celestial bem sabe que necessitais de todas estas coisas” (Mateus 6:31-32).	
“Retire a presciência de Deus e você derruba a Sua Divindade” (Jerônimo).	“A doutrina da presciência parece ser inventada somente para irritar e atormentar pobres homens mortais” (Simon Episcopus).

Notas:

[1] Tiago 4:13–15.

[2] Διὸς δ' ἐτελείετο βουλή, *Hom*; — “A vontade de Deus será feita.”

[3] “Quæcunque possunt per creaturam fieri, vel cogitari, vel dici, et etiam quæcunque ipse facere potest, omnia cognoscit Deus, etiamsi neque sunt, neque erunt, neque fuerunt, scientiâ simplicis intelligentiæ.” — *Aquin*, p. q. 14, a. 9, c. Ex verbis apostoli, Rom. iv., “Qui vocat ea quæ non sunt tanquam ea quæ sunt.” Sic scholastici omnes. *Fer. Scholast. Orthod. Speci. cap. iii.*, alii passim. Vid. *Hieron. Zanch. de Scientia Dei, lib. diatrib. iii., cap. 2, q. 5.*

[4] Vid. *Sam. Rhætorfort. Exercit. de Grat., ex. i. cap. 4.*

[5] “Res ipsæ nullo naturæ momento possibles esse dicendæ sunt priusquam a Deo intelliguntur, scientiâ quæ dicitur simplicis intelligentiæ, ita etiam scientiâ quæ dicitur visionis, et fertur in res futuras, nullo naturæ momento, posterior statuenda videtur, ista futuritione, rerum; cum scientia,” etc. — *Dr Twiss. ad Errat. Vind. Grat.*

[6] “Scientia visionis dicitur, quia ea quæ videntur, apud nos habent esse distinctum extra videntem.” — *Aq. p. q. 14, a. 9, c.*

[7] “In eo differt præscientia intuitionis, ab ea, quæ approbationis est, quod illa præsciat, quod evenire possibile est; hoc vero quod impossibile est non evenire.” — *Ferrius. Orthod. Scholast. Speci. cap. xxiii.* Cæterum posterior ista scientia non proprie dicitur a Ferrio scientia approbationis, illa enim est, qua Deus dicitur nosse quæ amat et approbat; ab utraque altera distincta. Matt. vii. 23; Rom. xi. 2; 2 Tim. ii. 19. “Quamvis infinitorum numerorum, nullus sit numerus, non tamen est incomprehensibilis ei, cujus scientiæ non est numerus.” — *Aug. de Civit. Dei, lib. xii. cap. 18.*

[8] “Quibusdam effectibus præparavit causas necessarias, ut necessario eveniret, quibusdam vero causas contingentes ut evenirent contingenter, secundum conditionem proximarum causarum.” — *Aquin. p. q. 28, a. 4, in Cor. Zanch. de Natur. Dei, lib. v., qu. 4, thes.*

[9] “Res et modos rerum” — *Aquin.*

[10] “Cui præscientiam tollis, aufers divinitatem.” — *Hieron. ad Pelag., lib.*

- [11] “Deus ita omnium salutem ex æquo vult, ut illam ex æquo optet et desideret.” — *Corv. ad Molin., cap. xxxi. sect. 1.*
- [12] “Talis gratia omnibus datur quæ sufficiat ad fidem generandam.” — *Idem, ibid, sect. 15.*
- [13] “Pertinaci quorundam malitia compulsus.” — *Armin., ubi sup.*
- [14] “Reprobatio populi Judaici fuit actio temporaria et quæ bono ipsorum Judæorum si modo sanabiles adhuc essent, animumque advertere vellent, servire poterat, utque ei fini serviret a Deo facta erat.” — *Apol. Rem., cap. xx. p. 221.*
- [15] “Injustum est apud Deum vel non credentem eligere, vel credentem non eligere.” — *Apol. Rem.*
- [16] “Concedimus in Deo desideria, quæ nunquam implentur.” — *Corv. ad Molin., cap. v. sect. 2.*
- [17] “Bona quædam Deus optat et desiderat.” — *Confes. Rem., cap. ii. sect. 9.*
- [18] “Dei spes et expectatio est ab hominibus elusa.” — *Rem. Scrip. Syn. in cap. v., Isa. v. 1.* “In eo vis argumenti est, quod Deus ab Israele obedientiam et sperarit, et expectarit.” — *Idem, ibid.* “Quod Deus de elusa spe sua conqueratur.” — *Idem, ubi supra.*
- [19] “Deum futura contingentia, decreto suo determinasse ad alterutram partem (intellige quæ a libera creaturæ voluntate patrantur), falsum, absurdum, et multiplicis blasphemie prævium abominor et exæcor.” — *Armin. Declarat. Senten.*
- [20] “Disquiri permittimus:— 1. Operosam illam quæstionem, de scientia futurorum contingentium absoluta et conditionata; 2. Etsi non negemus Deo illam scientiam attribui posse; 3. Tamen an necessarium saluti sit ad hoc ut Deus recte colatur examinari permittimus; 4. Tum merito facessere debent a scholis et ecclesiis, intricatæ et spinosæ istæ quæstiones quæ de ea agitari solent, — quomodo illa cum libertate arbitrii, cum seriis Dei comminationibus, aliisque actionibus, consistere possit: quæ omnia crucem potius miseris mortalibus fixerunt, quam ad religionem cultumque divinum, momenti aliquid inquisitoribus suis attulerunt.” — *Episcopus, Disput. iv. sect. 10.; Rem. Apol., pp. 43, 44.*
- [21] *Ames. Antisynod, p. 10.*
- [22] “Deus suo modo aliquando metuit, hoc est, merito suspicatur et prudenter conjicit, hoc vel illud malum oriturum.” — *Vorsti. de Deo, p. 451.*
- [23] “Deus non semper ex præscientia finem intendit.” — *Armin., Antip., p. 667; Corv. ad Molin., cap. v. sect. 5.*
- [24] “Cum et pater tradiderit filium suum, et ipse Christus corpus suum: et Judas dominum suum: cur in hac traditione Deus est pius, et homo reus, nisi quia in re una quam fecerunt, causa non fuit una propter quam fecerunt.” — *Aug., Epist. xlviii.*
- [25] “Deus non particulatim, vel singillatim omnia videt, velut alternanter concepta, hinc illuc, inde huc, sed omnia videt simul.” — *Aug., lib. xv. de Trinit., cap. 14.* “In scientia divina nullus est discursus, sed omnia perfecte intelligit.” — *Tho., p. q. 14, a. 7. c.*
- [26] *Tilen. Syntag. de Attrib. Dei, thes. 22; Zanch. de Nat. Dei.* Unumquodque quod est, dum est, necesse est, ut sit.
- [27] Salmos 44:21; Jó 11:11; Daniel 2:47; Salmos 7:9; 26:2, 147:4; Lucas 12:27; Mateus 10:29-30; Salmos 139:2.

Capítulo 4

Sobre A Providência De Deus Em Governar O Mundo Diversamente, E Como Ele É Rejeitado Desta Preeminência Pelo Ídolo Arminiano Do Livre-Arbítrio

Venho agora tratar que há, *bellum ἄσπονδον*, guerra implacável e ódio imortal no ídolo Pelagiano, e um sentimento absolutamente destrutivo, contra a providência de Deus. Por isso, a esta noção, a Cristandade até aqui assentiu, e isso, em tal sentido, como os Arminianos o mantêm, não podem mais coexistir juntos mais do fogo e água, luz e trevas, Cristo e Belial, e aquele que se uni-los aram com um boi e um jumento; eles devem ser amarrados juntos no mesmo jugo “*quo ille mortua iungebat corpora vivis*”, como o tirano que amarrou corpos mortos com homens vivos. Este estranho atrevimento do barro contra o oleiro, não por meio motivo de descontentamento, a ponto de dizer: “Por que me fizeste assim?”, mas, pelo caminho da emulação: “Eu não serei assim, eu subirei ao Céu, para os lados do teu trono”, era até então desconhecido para o mais refinado Paganismo¹. Como aqueles da contingência, assim eles, com um maior erro, fizeram uma deusa da providência, porque, como eles simulam, ela ajudou Latona a gerar a ilha de Delos; insinuando que Latona, ou a natureza, apesar de grande e excelente com tipos diversos de efeitos, ainda assim nada poderia produzir sem o auxílio intercessor da providência Divina: cuja mitologia deles parece conter um ataque mais doce à verdade Divina do que qualquer que possamos esperar das altaneiras fantasias daqueles², que são inclináveis a crer que Deus sustenta todas as coisas somente porque Ele não as destrói, e por nenhum outro motivo. Agora, que os seus orgulhosos erros contrários a Deus possam ser melhor expostos, de acordo com o meu antigo método, mostrarei claramente o que a Escritura nos ensina a respeito desta providência, com o que é agradável à razão reta e Cristã, não o que é ditado por afeições desordenadas.

Providência é uma palavra que, em sua significação própria, parece compreender todas as ações de Deus que aparentemente são dEle, que têm alguma relação com Suas criaturas, todas as Suas obras que não são *ad intra*, essencialmente pertencentes a Divindade. Ora, porque Deus “faz todas as coisas, segundo o conselho da sua vontade” (Efésios 1:11); pois tudo o que Ele faz agora Lhe agradou desde o início (Salmos 115:3); considerando também, que conhecidas diante de Deus são todas as Suas obras desde a eternidade; logo, três coisas a respeito de Sua providência são consideráveis: 1. Seu *decreto ou propósito*³, pelo que Ele dispõe e ordena todas as coisas, e as designa para determinados fins, os quais Ele pré-ordenou. 2. Sua *presciência*, pelo que Ele certamente pré-conhece todas as coisas que acontecerão. 3. Sua *operação temporal*, ou obra no tempo, “Meu Pai trabalha até agora”

(João 5:17); pelo que Ele realmente executa toda a Sua boa vontade. O primeiro e o segundo destes foram os temas dos capítulos anteriores; este último somente agora será considerado.

A providência, então, nós podemos conceber como um ato inefável ou obra do Deus todo-poderoso, pela qual Ele nutre, sustenta e governa o mundo, ou todas as coisas por Ele criadas, movendo-as, conformemente àquelas naturezas com que Ele as dotou, como um todo, no início, para aqueles fins que Ele determinou. Para confirmar isso, primeiramente, provarei essa posição, que o mundo inteiro é cuidado por Deus, e por Ele governado, e assim, todos os homens, bons ou maus, todas as coisas em particular, sejam elas tão pequenas e insignificantes aos nossos olhos. Em segundo lugar, mostrarei a maneira como Deus opera tudo, em todas as coisas, e de acordo com a diversidade das causas secundárias que Ele criou; das quais algumas são necessárias, algumas livres, outras contingentes, que produzem os seus efeitos *nec πάντως, nec ἐπὶ τὸ πολὺ, sed κατὰ συμβεβηκός*, meramente por acaso.

A providência de Deus no governo do mundo é abundantemente feita conhecida a nós, tanto por Suas obras e por Sua palavra. Darei alguns exemplos de ambos os tipos: 1. Em geral, que o Todo-Poderoso *Δημιουργός*, e Criador de todo este universo, nenhum fim que Ele poderia propor a Si mesmo na criação de todas as coisas é de todo impossível, visto que Ele não carece de qualquer poder, bondade, vontade ou sabedoria, para ordenar e dispor das obras de Suas próprias mãos. 2. Tome uma instância em particular em um acidente relativo, o conhecimento do qual, de uma maneira ou outra, em algum grau ou outro, espalhou-se por todo o mundo, refiro-me àquela destruição quase universal de todos pelo dilúvio, pelo que todo mundo foi quase reduzido à sua confusão primitiva. Há ali alguma outra coisa, senão a chance de apreciar a providência Divina? Houve ali qualquer circunstância sobre isso que não revelou a Deus e Sua providência? Para não falar daquelas revelações, pela qual Deus predisse que Ele traria aquele dilúvio, que chance, que sorte, poderia recolher um número tão pequeno de indivíduos de todos os tipos, de forma que todas as espécies pudessem ser preservadas? Que mão guiou aquela pobre arca, desviando-a das rochas e concedeu-lhe um lugar de repouso sobre as montanhas? Certamente, a própria leitura dessa história (Gênesis 7-8), que confirma a tradição universal de toda a humanidade, seria suficiente para atemorizar o coração obstinado de um ateu.

A Palavra de Deus não menos relaciona isso completamente do que às Suas obras o declaram (Salmos 19). “Meu Pai trabalha até agora”, disse o Salvador (João 5:17). Mas Deus não terminou a Sua obra no sétimo dia, e em seguida, não “descansou... de toda a sua obra”? (Gênesis 2:2). Na verdade, a partir de Sua obra da criação por Sua onipotência; mas a Sua obra de governo por Sua providência ainda não conhece fim. Sim, e diversas

coisas particulares Ele faz além do curso normal, somente para dar a conhecer “que se manifestem nele as obras de Deus” (João 9:3). Assim como Ele criou todas as coisas com a Sua sabedoria, assim Ele as mantém em excelente ordem por Sua providência, como é amplamente declarado naquele precioso Salmo 104; e isso não é limitado a quaisquer lugares particulares ou coisas, mas “os olhos do Senhor estão em todo lugar, contemplando os maus e os bons” (Provérbios 15:3); de modo que “esconder-se-ia alguém em esconderijos, de modo que eu não o veja?” (Jeremias 23:24; Atos 17:24; Jó 5:10-11; Êxodo 4:11). E tudo isso Ele diz aos homens “para que se saiba desde o nascente do sol, e desde o poente, que fora de mim não há outro; eu sou o Senhor, e não há outro. Eu formo a luz, e crio as trevas; eu faço a paz, e crio o mal; eu, o Senhor, faço todas estas coisas” (Isaías 45:6-7). Nestas e inumeráveis passagens semelhantes o Senhor declara que não há nada que Ele fez que com a boa mão de Sua providência Ele não governa e sustenta.

Agora, essa extensão geral de Sua providência comum a todos de modo nenhum impede que Ele possa exercer certos atos especiais da mesma a alguns em particular; quanto mais por aqueles que são atraídos a Ele e provam a Sua bondade. Refiro-me à Sua Igreja aqui na terra, e aqueles de quem ela consiste: “Pois, que nação há tão grande, que tenha deuses tão chegados como o Senhor nosso Deus, todas as vezes que o invocamos?” (Deuteronômio 4:7). No governo desta, Ele revela eminentemente a Sua glória, e exerce o Seu poder. Una aqui as Suas obras com a Sua palavra, o que Ele fez com o que Ele prometeu fazer para a conservação de Sua igreja e povo, e você encontrará comunicações admiráveis de uma providência mui especial. Deus, prometeu que “as portas do inferno não prevalecerão contra ela”, contra Sua Igreja (Mateus 16:18). Ele prometeu permanecer com os Seus discípulos (Mateus 28:20); suprimindo-lhes de todas as coisas necessárias (Mateus 6:33); desejando que lancem sobre Ele toda a sua ansiedade, porque Ele tem cuidado deles (1 Pedro 5:7), proibindo que alguém toque nos Seus ungidos (Salmos 105:15), e isso porque eles são para Ele como “a menina dos Seus olhos” (Zacarias 2:8). Agora, essa providência especial relaciona-se a uma finalidade sobrenatural, para que essa providência, e essa somente, seja concedida.

Embora os homens ímpios estejam excluídos deste cuidado especial e governo, eles não estão isentos do domínio da Sua mão todo-poderosa. Aquele que os criou “para o dia do mal” (Provérbios 16:4), e proveu um lugar próprio para eles irem (Atos 1:25), neste mundo não permite com que eles vivam sem a iminência de Sua providência todo-poderosa; porém, Deus suporta as suas iniquidades com grande longanimidade e “muita paciência” (Romanos 9:22), defendendo-os, muitas vezes, de injúrias de um outro (Gênesis 4:5), concedendo-lhes muitas bênçãos temporais (Mateus 5:45), dispondo todas as suas obras para a glória de Seu grande nome (Provérbios 21:1-2), Ele declara que eles também vivem, e se movem, e têm a sua existência nEle, e estão sob o governo de Sua providência. Não, não há a menor coisa neste mundo em que o Seu cuidado e conhecimento não alcance. Caso

a Sua sabedoria não sustentasse, ordenasse, e dispusesse de todas as coisas por Ele criadas, estas iriam apenas à ruína e ao acaso. Jerônimo⁴, foi ofensivo à Sua providência, e lançou uma mancha em Sua perfeição absoluta, cuidando que havia isentado a Sua majestade de ser contaminada com o conhecimento e cuidado dos menores répteis e insetos, a cada momento; e Agostinho é a expressão do contrário: “Quem”, diz ele, “dispôs os vários membros da pulga e do mosquito, Quem lhes deu ordem, vida e movimento?”⁵, etc., — ainda mais conforme as sagradas Escrituras conforme Salmos 104:20-21; Salmos 145:15 e Mateus 6:26,30. Ele apascenta as aves e veste a erva do campo (Jó 39:1-2; Jonas 4:6-7). Evidentemente, não há qualquer problema em afirmar que Deus tome conhecimento de tudo o que Ele criou. Será que Ele usa esse grande poder para produzir a menor das Suas criaturas, algo que está muito além da atividade conjunta de homens e anjos, para nenhuma finalidade em absoluto? Sem dúvida, mesmo aquelas criaturas também devem ter um propósito bem estabelecido, para a manifestação da Sua glória. “Não se vendem dois passarinhos por um ceitil? E nenhum deles cairá em terra sem a vontade de vosso Pai. E até mesmo os cabelos da vossa cabeça estão todos contados” (Mateus 10:29-30); Ele veste os lírios e a erva do campo, que serão lançadas no forno (Lucas 12:27-28). Contemple o Seu conhecimento e cuidado com eles! Mais uma vez, Ele usou rãs e piolhos para castigar os egípcios (Êxodo 8); com uma abóboreira e um verme disciplinou o Seu servo Jonas (Capítulo 4); sim, Ele chama os gafanhotos de Seu “terrível exército” [Joel 1:6 — KJV]; e Deus não conhecerá e cuidará do número de Seus soldados, a ordenação de Sua terrível hoste?

Está suficientemente comprovado que Deus por Sua providência governa e dispõe de todas as coisas criadas por Ele; a maneira como Ele opera tudo em todos, como Ele ordena as obras de Suas próprias mãos, será considerado agora no que este governo e o dispor de Suas criaturas principalmente consistem. E aqui quatro coisas, principalmente, serão observadas: Em primeiro lugar, a sustentação, preservação, e manutenção de todas as coisas por Seu poder; pois Ele sustenta “todas as coisas pela palavra do seu poder” (Hebreus 1:3). Em segundo lugar, a Sua obra em conjunto com todas as coisas, por uma influência de causalidade nos próprios agentes: “Senhor... tu és o que fizeste em nós todas as nossas obras” (Isaías 26:12). Em terceiro lugar, a Sua poderosa regulação de todos os eventos, tanto necessários, quanto livres e contingentes, e Seu dispor deles para determinados fins, para a manifestação da Sua glória. Assim, José diz aos seus irmãos: “Vós bem intentastes mal contra mim; porém Deus o intentou para bem” (Gênesis 50:20). Em quarto lugar, o Seu determinar e restringir causas secundárias a determinados efeitos: “Como ribeiros de águas assim é o coração do rei na mão do SENHOR, que o inclina a todo o seu querer” (Provérbios 21:1).

Em primeiro lugar, a Sua sustentação ou manutenção de todas as coisas é a Sua poderosa

continuação da existência, força natural, e faculdades deles, as quais foram concedidas a eles em sua criação: “Porque nele vivemos, e nos movemos, e existimos” (Atos 17:28). Assim afirmar que Deus nem opera tudo neles de Si mesmo, a menos que haja qualquer cooperação deles, não somente seria dizer que todas as coisas derivam sua existência de suas próprias naturezas, mas também isso seria contrário àquela bênção geral que Ele espalhou sobre a face de todo o mundo no início, “Frutificai e multiplicai-vos” (Gênesis 1:22). Nem mesmo podemos afirmar que Deus deixa suas criaturas à uma auto-subsistência; Ele, não apenas deixa de destruí-los⁶; o que faria dEle um mero espectador ocioso da maioria das coisas no mundo, e negaria que Ele “trabalha até agora”, como disse nosso Salvador, pois isto seria dizer que as diversas coisas aqui abaixo possuem uma existência absoluta, não derivada dEle. A primeira destas afirmações é uma blasfêmia, e esta última é impossível.

Em segundo lugar, por Deus estar trabalhando em conjunto com todas as causas secundárias para a produção de seus efeitos, pontualmente parte ou porção na obra é atribuída a Ele. Este poder das causas inferiores, parece além do alcance dos mortais; nem é de alguma forma necessária uma compreensão exata das causas secundárias, para que façamos tudo necessitar de Seu poder para a sua existência, e de Sua ajuda para a sua operação.

Em terceiro lugar, o Seu supremo domínio exercita-se em dispor de todas as coisas a certos e determinados fins para a Sua própria glória, e é principalmente discernido à medida que abrange todas as coisas que são mais contingentes, tornando-as de alguma forma necessárias, na medida em que são certamente dispostas para algumas finalidades propostas. Entre o nascimento e a morte de um homem, quantas coisas meramente contingentes acontecem! Quantas chances! Quantas doenças! Em sua própria natureza totalmente evitáveis, e, no que diz respeito ao evento, apenas para alguns provam ser mortais; no entanto, certo é quanto a um homem que “os seus dias estão determinados, contigo está o número dos seus meses; e tu lhe puseste limites, e não passará além deles” (Jó 14:5). E, muitas vezes, por coisas puramente contingentes e acidentais, Ele executa os Seus propósitos: concede recompensas, inflige punições e cumpre os Seus juízos; como quando Ele salva um homem de ser morto pelo ferro de um machado que se desprende do cabo, enquanto um homem cortava uma árvore pelo caminho. Mas em nada isso é mais evidente do que na antiga prática de lançar sortes, uma coisa tão casual e acidental quanto se pode imaginar, algo meramente acidental. No entanto, Deus os dirige para que declarem Seu propósito, livrando a verdade de dúvidas, e manifestando o Seu poder: “A sorte se lança no regaço, mas do Senhor procede toda a determinação” (Provérbios 16:33). Como você pode ver nos exemplos de Acã (Josué 6:16-18); Saulo (1 Samuel 10:20-21); Jônatas (1 Samuel 14:41-42); Jonas (Capítulo 1:7); Matias (Atos 1:26). E ainda assim, este ato regulador da providência de Deus (como nenhum outro decreto ou ato Seu) não rouba as coisas

contingentes de sua própria natureza; pois, não pode Aquele que efetivamente faz o que ocorrerá, faça também aquelas as coisas que sucederão contingentemente?

Em quarto lugar, a predeterminação Divina quanto às causas secundárias (que eu não nomeei por último, como se fosse o último ato da providência de Deus sobre Suas criaturas, pois na verdade esse é o primeiro que relaciona-se à operação deles) é aquela Sua operação, de acordo com o Seu propósito eterno, pelo que, apesar de alguns agentes, como as vontades dos homens, serem causas mui livres e indefinidas, ou senhores ilimitados de suas próprias ações, no que diz respeito ao seu princípio interno de funcionamento (ou seja, a sua própria natureza), contudo, todos estão relacionados ao Seu decreto, e por meio de Sua obra poderosa, determinados para este ou aquele efeito em particular. Não que eles sejam obrigados a fazer isso, ou impedidos de fazer aquilo, mas são inclinados e dispostos a fazer isto ou aquilo, de acordo com a sua forma adequada de agir, ou seja, mui livremente, pois, verdadeiramente, esses testemunhos estão claros em todas as passagens das Escrituras, sobre o estímulo das vontades e mentes dos homens, pendendo-os e inclinando-os para diversas coisas, sobre o governo dos pensamentos secretos e ações do coração, como não podem, por quaisquer meios ser referidos a uma mera permissão, com um governo de ações externas, ou uma influência geral, pelo que eles teriam poder para fazer isso ou aquilo, ou qualquer outra coisa; onde, como alguns supõem, toda a Sua providência consiste.

Vamos agora, conjuntamente, aplicar estes diversos atos dos agentes livres, trabalhando de acordo com a escolha, ou relação, como são as vontades dos homens, e isso abrirá o caminho para obtermos uma visão das heterodoxias Arminianas, referente a este artigo da fé Cristã. E aqui duas coisas devem ser pressupostas: Em primeiro lugar, que eles não são privados de sua própria radical ou original liberdade interna, e, em segundo lugar, que eles não são livres da influência motriz e governo da providência de Deus. A primeira destas pontuações não poderia conduzir a nenhuma conclusão correta quanto à recompensas e punições; o outro, como eu disse antes, é prejudicial para a majestade e o poder de Deus.

Agostinho⁷ julgava Cícero digno de culpa especial, mesmo entre os Pagãos, por assim tentar fazer os homens livres, os quais ele fez um sacrilégio, negando-lhes que fossem objetos de uma providência, este erro grosseiro foi diretamente sustentado por Damasceno⁸, um erudito Cristão, ao ensinar que, “aquelas coisas sobre as quais temos qualquer poder, não dependendo da providência, mas de nossa própria vontade”; uma opinião mais adequada para um porco do rebanho de Epicuro do que para um estudioso na escola de Cristo. E ainda este erro enorme e orgulhoso é agora, embora em outros termos, firmemente sustentado, porque, o que eles fazem senão atribuir uma absoluta liberdade independente à vontade do homem, que teria em seu poder qualquer circunstância, todas as

condições que existam, que pertencem à operação, de modo que todas as coisas requeridas da parte de Deus, ou não, para o desempenho de uma ação que está sendo realizada, permanece unicamente no poder da vontade de um homem se ele fará isso ou não? A suprema e manifesta liberdade Divina, unida com um tal absoluto poder incontrolável e domínio sobre todas as suas ações, isentaria e libertaria a vontade do homem, não apenas de toda a produção de tais e tais efeitos, mas também de qualquer obra ou influência eficazes da providência de Deus na vontade em si mesma, a ponto de sustentar, ajudar ou cooperar com ela em fazer ou dispor qualquer coisa. E, portanto, os autores desta liberdade imaginária sabiamente formam uma cooperação imaginária da providência de Deus, em conformidade a isso, ou seja, uma influência geral e indiferente, sempre esperando e na expectativa da vontade do homem para determinar-se a este ou aquele efeito, bom ou mau. Deus está, por assim dizer, sempre disponível para fazer aquela pequena parte que Ele tem em nossas ações, quando quisermos usá-IO, ou, se quisermos deixá-IO sozinho, Ele de modo nenhum nos move ao desempenho de qualquer coisa. Agora, Deus nos livre que possamos dar o nosso consentimento à escolha de um tal capitão, sob cuja liderança poderíamos descer de novo para o Paganismo, para a edificação de um tal ídolo no trono do Todo-Poderoso. Não, sem dúvida, sejamos mais indulgentes com as nossas vontades, e asseguremos a elas toda a liberdade, que é condizente à natureza criada, para fazer todas as coisas livremente, segundo a eleição e conselho anterior, sendo livre de toda necessidade natural e compulsão exterior; mas para tudo isso, não tenhamos a pretensão de negar assistência eficaz de Deus, a Sua poderosa influência especial nas vontades e ações de Suas criaturas, direcionando-as a uma realização voluntária do que Ele determinou. A isto os Arminianos se opõem em nome de seu querido livre-arbítrio, buscando criar nos corações dos homens uma arrogância de seu próprio poder e uma independência absoluta da providência de Deus; pois,

Primeiramente, eles negam que Deus (em Quem vivemos, e nos movemos, e existimos) faça qualquer coisa por Sua providência: “pelo qual a criatura seja estimulada, ou ajudada de alguma de suas ações”⁹. Ou seja, Deus inteiramente deixa um homem na mão de Seu próprio conselho, com a eliminação de seu próprio poder absoluto independente, sem absolutamente qualquer relação com a Sua providência; a partir do que, como eles fazem, eles podem muito bem concluir: “que as coisas que Deus demanda que sejam feitas por nós, livremente,” (como são todas as ações humanas) “Ele mesmo não pode querer ou efetuar de forma poderosíssima e eficaz além da forma de quiser ou desejar”¹⁰, como Vorstius fala; ora, isso é nada mais do que um homem poderia fazer em relação a outro, talvez muito menos do que um anjo. Eu posso querer ou desejar que outro homem fizesse o que eu tenho uma ideia que ele deveria fazer; mas, na verdade, descrever a providência de Deus por tais expressões parece-me uma blasfêmia intolerável. Mas, assim isso deve ser; sem tais ajudas como estas, Dagon não pode preservar sua cabeça, nem o ídolo do incontrolável livre-arbítrio pode aproveitar o seu domínio.

A partir disso, Corvinus¹¹ consentirá que o assassinato de um homem devido à soltura do ferro de um machado, embora contingente, pode-se dizer que ocorre de acordo com o conselho e determinação da vontade de Deus; mas em nenhuns termos Ele concordará que isso seja aplicado às ações em que o conselho e a liberdade da vontade do homem existam, não obstante eles também tenham dependência de qualquer poder superior — pelo que ele absolutamente exclui a providência de Deus de ter qualquer soberania no que diz respeito às ações humanas, o que é claramente sacudir o jugo do Seu domínio, e tornar os homens senhores soberanos dentro de si mesmos, de modo que eles podem muito bem atribuir a Deus (como eles o fazem¹²) apenas uma ilusória expectativa das coisas contingentes que estão ainda por vir, não havendo ato Seu próprio na produção de tais efeitos sobre a qual Ele possa fundamentar qualquer certeza; apenas, Ele pode conjecturar, de acordo com o Seu palpite quanto às inclinações dos homens. E, de fato, esta é a Helena por causa do desfrute de quem, nestes trinta anos, eles têm mantido guerra contra os exércitos do Deus vivo; todo o esforço deles sendo provado, não obstante o desempenho de todas as coisas, da parte de Deus, necessárias para a produção de qualquer ação¹³, ainda assim a vontade do homem permanece absolutamente livre, sim, em relação ao evento, bem como o seu modo de funcionamento, para fazê-lo ou não fazê-lo. Ou seja, apesar do decreto de Deus e de Sua presciência de que isso assim ocorrerá, tal ação será realizada; não obstante a Sua cooperação com a vontade do homem (na medida em que os homens consentirão a Ele) para a realização disso, e embora Ele determinou por meio desse ato do homem a execução de alguns de Seus próprios julgamentos¹⁴; ainda assim, não há nenhum tipo de necessidade, senão que Ele possa muito bem omitir-se de fazê-lo, o que é uma só coisa, como se eles dissessem: “Com a nossa língua prevaleceremos; são nossos os lábios; quem é senhor sobre nós? Reivindiquemos a nós mesmos uma liberdade de fazer o que e como quisermos, embora para isso nós destronemos a Deus”. E, de fato, se nós observarmos, encontraremos que eles minam e derrubam a real providência de Deus, na raiz e em vários ramos da mesma; pois,

Em primeiro lugar, quanto à Sua conservação ou sustentação de todas as coisas, eles afirmam¹⁵ ser muito provável que este não seja senão um ato negativo de Sua vontade, pelo qual Ele quer ou determina não destruir as coisas por Ele criadas; e quando nós citamos passagens das Escrituras que afirmam que isso é um ato do Seu poder, eles dizem que essas são estupidamente mencionadas. De modo que, realmente, deixe a Bíblia afirmar o que for (no conceito deles), Deus não faz mais do sustentar e defender todas as Suas criaturas do que eu faço a uma casa quando eu não a incendeio, ou a um verme quando eu não piso sobre ele.

Em segundo lugar, quanto à cooperação de Deus com causas inferiores em todos os atos

e obra deles, eles afirmam que esta é apenas¹⁶ uma influência geral, igual sobre todos e cada um, a qual eles podem usar ou não usar ao seu bel prazer, e no uso, a determinam a este ou aquele efeito, seja ele bom ou mau (assim diz Corvinus), como parecer melhor para eles. Em uma palavra, em relação à vontade do homem¹⁷ isso nada mais é do que a permissão de que este desempenhe a sua própria parte livremente, de acordo com a sua inclinação; como eles falam conjuntamente em sua confissão. Observe também que eles representam essa influência de Sua providência como sendo não no agente, a vontade do homem, pelo que esta seja ajudada ou habilitada a fazer qualquer coisa (não, eles parece alegar uma autossuficiência)¹⁸, mas apenas um auxílio no próprio ato de sua produção, como se eu ajudasse um homem a erguer um cepo, isso talvez se tornasse para ele tanto mais leve, mas ele não fosse feito nem um pouquinho mais forte; o que remove a obra apropriada da providência, consistindo em um auxílio interno.

Em terceiro lugar, quanto a Deus determinando ou circunscrevendo a vontade do homem a fazer isto ou aquilo em particular, eles absolutamente negam isso, pois o consideram como uma coisa destrutiva à sua adorada liberdade¹⁹. “Isso não é de maneira alguma coerente com ela”, dizem eles, em sua *Apologia*. Assim também diz Armínio: “A providência de Deus não determina a vontade do homem a nada que seja contrária a esta”²⁰. Ou seja: “Deus não determinou o que você fará, nem por qualquer meio anulará as suas vontades, de fazer essa coisa em vez daquela, de fazer isso ou omitir aquilo”. É Assim, pois, a soma de seus esforços é provar que a vontade do homem é tão absolutamente livre, independente e incontrolável, que Deus não determina, ou melhor, com todo o Seu poder não consegue determinar segura e infalivelmente a realização desta ou daquela ação particular, para assim alcançar Seus próprios propósitos, para atingir os Seus próprios fins. Em verdade, esta me parece a tentativa mais lamentável que Cristãos alguma vez já intentaram; em relação à qual, se pudessem obtiver sucesso conforme a grandeza do empreendimento, a providência de Deus, na estima dos homens, seria quase que completamente abolida do mundo. “*Tantæ molis erat*”. A nova deusa da contingência não poderia ser erguida até que o Deus do Céu fosse totalmente despojado de Seu domínio sobre os filhos dos homens, e no lugar dEste, o ídolo nativo da autossuficiência fosse estabelecido, e o mundo fosse persuadido a adorá-lo. Mas, para que a construção não seja erguida mais alto, que todos os homens observem como a palavra de Deus derruba a torre da Babilônia.

Primeiro, então, em inúmeras passagens é pontual que a providência de Deus não apenas domina sobre os conselhos dos homens e suas resoluções mais secretas (a partir do que o profeta declara que Ele sabe que o caminho do homem não é de si mesmo, não é “do homem que caminha o dirigir os seus passos” (Jeremias 10:23); e Salomão diz que “o coração do homem planeja o seu caminho, mas o Senhor lhe dirige os passos” (Provérbios 16:9). Davi, também, tendo estabelecido este fundamento declara que “o Senhor desfaz o

conselho dos gentios, quebranta os intentos dos povos”, mas, “o conselho do Senhor permanece para sempre; os intentos do seu coração de geração em geração” (Salmos 33:10-11), agindo em conformidade com a sua própria angústia, ele orou para que o Senhor tornasse “em loucura o conselho de Aitofel”²¹ (2 Samuel 15:31), o que o Senhor também o fez, trabalhando no coração de Absalão para que desse atenção ao conselho de Husai.

Em segundo lugar, a operação de Sua providência também é eficaz mesmo nos corações e vontades dos homens para incliná-los para onde Ele quiser, e para determiná-los a isso ou aquilo em particular, de acordo com o que Lhe apraz: “Do homem são as preparações do coração, mas do SENHOR a resposta da língua” (Provérbios 16:1), nisto Jacó confiou e considerou quando orou para que o Senhor concedesse aos seus filhos que encontrassem graça e misericórdia diante do homem que então ele imaginava ser algum egípcio pagão (Gênesis 43:14); desde evento somos obrigados a consentir, ou que o bom e velho homem acreditava que estava na mão de Deus inclinar e inalteravelmente conduzir e estabelecer o coração de José para favorecer seus irmãos, ou então a sua oração seria sem sentido, algo como isto: “Exercei, ó Senhor, uma influência tão geral da Tua providência, de forma que o coração daquele homem se incline para o bem em relação aos meus filhos, ou, que ele seja deixado à sua própria liberdade”. Isso seria uma petição estranha! Contudo, não posso conceber como isso pode ser aperfeiçoado por alguém que crê na doutrina Arminiana. Salomão afirma que, “como ribeiros de águas assim é o coração do rei na mão do SENHOR, que o inclina a todo o seu querer” (Provérbios 21:1). Se o coração de um rei, que tem em si mesmo uma liberdade natural como todos os outros homens, porém um maior liberdade em relação aos outros homens em razão de seu estado e condição sobre eles, está, ainda assim, na mão do Senhor, de modo que Ele sempre o inclina para onde Lhe agrada, então certamente outros homens não são exceção à regra da mesma providência; este é o sentido claro das palavras, e esta é a tese que sustentamos diretamente em oposição ao ídolo Arminiano, o absoluto e independente livre-arbítrio. Desta forma, Daniel, também, reprovando o tirano da Babilônia, afirma sobre ele, “a Deus, em cuja mão está a tua vida, e de quem são todos os teus caminhos, a ele não glorificaste” (5:23). Não só a respiração e a vida, mas também todos os seus caminhos, suas ações, seus pensamentos e suas palavras, estavam na mão de Deus.

Sim, em terceiro lugar, às vezes, os santos de Deus, como eu mencionei antes, oram para que Deus se agrade em assim dirigir os seus corações, e dobrar as suas vontades, e totalmente incliná-los a alguém ou a determinada coisa, e isso, sem qualquer prejuízo à sua verdadeira e própria liberdade. Sendo assim, no Salmo 119:36, Davi pede: “Inclina o meu coração aos teus testemunhos, e não à cobiça”. Esta oração dele também pode ser a nossa, e podemos pedir com fé confiando no poder e na promessa de Deus, que Ele, em Cristo, realizará as nossas petições (João 14:14). Agora, eu desejo que todo o Cristão resolva, se, por estas e semelhantes petições, ele intenciona desejar que seja meramente indiferente a

qualquer bem, a ponto de entrega-lo à sua própria escolha, se ele o fará ou não, visto que isso é tudo que os Arminianos Lhe permitirão; ou melhor, que Ele poderosamente incline o seu coração e alma aos Seus testemunhos, e opere nele um apego real a todos os caminhos de Deus, não desejando mais liberdade, porém, apenas o suficiente para apegar-se aos testemunhos de Deus de bom grado. Não, certamente os servos de Deus oram juntamente com Salomão, e clamam ao Senhor que esteja com eles e os incline a “si o nosso coração, para andar em todos os seus caminhos, e para guardar os seus mandamentos, e os seus estatutos, e os seus juízos...” (1 Reis 8:57-58); e com Davi: “Cria em mim, ó Deus, um coração puro, e renova em mim um espírito reto” (Salmos 51:10), quando, de acordo com as promessas de Deus, eles Lhe suplicam que ponha o Seu temor em seus corações (Jeremias 32:40), que una o coração deles ao temor do Seu nome (Salmos 86:11), que opere neles tanto o querer quanto o efetuar, uma real obediência à Sua lei. Será que estes servos de Deus não podem almejar nada, senão apenas uma influência geral, que lhes permita igualmente fazer ou não fazer o que eles tão sinceramente anelam?

Em quarto lugar, a certeza de diversas promessas e ameaças do Deus todo-poderoso dependem de Seu poderoso determinar e inclinar as vontades e os corações dos homens no caminho que Lhe aprouver; assim, para os que O temem, Ele promete que eles acharão graça diante dos olhos dos homens (Provérbios 3:4). Agora, se, não obstante a poderosa operação de Deus em seus corações, permanece absolutamente nas mãos de homens se eles favorecerão os que O temem ou não, está totalmente no poder deles se Deus será fiel ou não em Suas promessas. Certamente, quando Jacó lutou com Deus na força de tal promessa (Gênesis 32:12), ele pouco pensou em qualquer questionamento sobre saber se estava no poder de Deus realizá-lo. Sim, e o evento mostrou que não deveria haver tal questionamento (Gênesis 33); porque o Senhor inclinou o coração de seu irmão Esaú, como Ele faz com as outras pessoas quando Ele se apieda dos Seus servos, quando, em qualquer momento eles os tenham levado cativos (Salmos 106:46). Veja também, a mesma poderosa operação necessária para a execução de Seus julgamentos (Jó 12:17, 20:21, etc). Em suma, não há profecia nem previsão em toda a Escritura, nem nenhuma promessa para a igreja ou fiéis, para cuja realização as ações livres e a cooperação dos homens são necessárias, mas evidentemente declaram que Deus dispõe dos corações dos homens, domina as suas vontades, inclina os seus afetos, e determina-os livremente a escolher e fazer o que Ele em Sua boa vontade decretou que deve ser realizado; tais foram as profecias de libertação do cativo babilônico por Ciro (Isaías 45); da conversão dos gentios; da estabilidade da igreja (Mateus 16); da destruição de Jerusalém pelos Romanos (Mateus 24); com inúmeros outros. Acrescentarei apenas alguns poucos motivos para a conclusão deste longo discurso.

Esta opinião, de que Deus nada exerce, senão uma influência geral quanto às ações dos homens, sem mover eficazmente as suas vontades a isso ou aquilo em particular,

Primeiro, consente uma bondade à *entidade*, ou ser, a diversas coisas, das quais Deus não é o autor, como aquelas ações especiais que os homens fazem sem a Sua cooperação especial; o que é uma blasfêmia. O apóstolo afirma que “dEle são todas as coisas”.

Em segundo lugar, isso nega que Deus é o autor de toda a bondade moral, pois, uma ação é boa na medida em que é uma tal ação em particular²²; de forma que qualquer uma que é assim, de acordo com esta opinião, deve ser atribuída apenas à vontade de homem. A influência geral de Deus não o move mais à oração do que as más conversações tendem à corrupção dos bons costumes.

Em terceiro lugar, isso fará com que todos os decretos de Deus, cuja execução dependa da instrumentalidade humana, sejam totalmente incertos, e Sua presciência dos eventos seja falível e fácil de ser frustrada; de modo que não é possível esperar qualquer reconciliação entre estas seguintes e outras afirmações semelhantes:

Sola Scriptura	Livre Arbítrio
“Porque nele vivemos, e nos movemos, e existimos” (Atos 17:28); “Sustentando todas as coisas pela palavra do seu poder” (Hebreus 1:3).	“A sustentação Divina de todas as coisas não é um ato afirmativo de Seu poder, mas um ato negativo de Sua vontade” — “Pelo que Ele não as destruía” (Apologia Pró-Confissão Remonstrante).
“Tu és o que fizeste em nós todas as nossas obras” (Isaías 26:12); “Meu Pai trabalha até agora” (João 5:17).	“Deus, por Sua influência concede nada à criatura que lhe permita ser estimulada ou auxiliada em suas ações” (Johannes Arnoldus Corvinus).
“Do homem são as preparações do coração, mas do SENHOR a resposta da língua” (Provérbios 16:1); “Como rios de águas assim é o coração do rei na mão do SENHOR, que o inclina a todo o seu querer” (Provérbios 21:1).	“Aqueles coisas que Deus quer que nós mesmos façamos livremente, Ele não pode mais efetivamente operar ou querer, além da forma de desejar” (Konrad Vorstius).
“Inclina o meu coração aos teus testemunhos, e não à cobiça” (Salmos 119:36); “une o meu coração ao temor do teu nome” (Salmos 86:11); “a Deus, em cuja mão está a tua vida, e de quem são	“A providência de Deus não determina o livre-arbítrio do homem a este ou aquele particular, ou a algo que lhe contradiga” (Jacó Armínio).

todos os teus caminhos, a ele não glorificaste” (Daniel 5:23).	
Veja Mateus 27:1 e compare com Atos 2:23; 4:27-28; Lucas 24:27; João 19:31-36.	“A vontade do homem deve ser livre de todo o tipo de necessidade interior e exterior em suas ações” (Remonstrância).
Quanto à necessidade de outros eventos, veja Êxodo 21:17; Jó 14:5; Mateus 19:7, e etc.	Ou seja, Deus não pode estabelecer tal necessidade em qualquer coisa, de forma que esta venha infalivelmente a ocorrer como Ele intenciona. Veja o contrário nas passagens citadas.

Notas:

[1] “Θεία πάντων ἀρχὴ δὶ ἧς ἅπαντα καὶ ἔστι καὶ διαμένει.” — *Theophrastus, apud Picum. Vid. Senecam de Provid. et Plotinum.*

[2] “An actus divinæ providentiæ omnium rerum conservatrix, sit affirmativus potentiæ, an tantum negativus voluntatis, quo nolit res creatas perdere.” — *Apol. Rem., cap. vi.*

[3] “Providentia seu ratio ordinis ad finem duo præcipue continet: principium decernens seu ipsam rationem ordinis in mente divina, ipsi Deo coæternum, et principium exequens, quo suo modo, per debita media, ipsa in ordine et numero disponit.” — *Thom.*

[4] “Majestatem Dei dedecet scire per momenta singula, quot nascantur culices, quæ pulicum et muscarum in terra multitudo.” — *Hieron, in cap. i., Hab.*

[5] “Quis disposuit membra pulicis ac culicis, ut habeant ordinem suum, habeant vitam suam, habeant motum suum,” etc. “Qui fecit in cœlo angelum, ipse fecit in terra vermiculum, sed angelum in cœlo pro habitatione cœlesti, vermiculum in terra pro habitatione terrestri, nunquid angelum fecit repere in cœno, aut vermiculum in cœlo,” etc. — *Aug., tom. viii., in Ps. cxlviii.*

[6] *Apol. Rem., cap. vi.*

[7] “Qui sic homines voluit esse liberos ut fecit sacrilegos.” — *Aug.*

[8] Τὰ ἐφ’ ὑμῖν οὐ τῆς προνοίας ἀλλὰ τοῦ ἡμετέρου αὐτεξουσίου. — *Damascen.*

[9] “Deus influxu suo nihil confert creaturæ, quo ad agendum incitetur ac adjuvetur.” — *Corv. ad Molin., cap. iii. sect. 15, p. 35.*

[10] “Quæ Deus libere prorsus et contingenter a nobis fieri vult, ea potentius aut efficacius quam per modum voti aut desiderii, velle non potest.” — *Vorst. Parasc., p. 4.*

[11] “Deinde etsi in isto casu destinatum aliquod consilium ac voluntas Dei determinata consideranda esset, tamen in omnibus actionibus et in iis quidem quæ ex deliberato

hominum consilio et libera voluntate et male quidem fiunt, ita se rem habere inde concludi non possit, puta, quia hic nullum consilium et arbitrii libertas locum habent.” — *Corv. ad Molin., cap. iii. sect. 14, p. 33.*

[12] “Respectu contingentiae quam res habent in se, tum in divina scientia Deo expectatio tribuitur.” — *Rem. Defen. Sent. in Act. Syn., p. 107.*

[13] “Potentia voluntatis, ab omni interna et externa necessitate immunis debet manere.” — *Rem. Confes., cap. vi. sect. 3. Vid. plura. Apol. Rem., cap. vi. p. 69, a.*

[14] “In arbitrio creaturae semper est vel influere in actum vel influxum suum suspendere, et vel sic, vel aliter influere.” — *Corv. ad Molin., cap. iii. sect. 15.*

[15] “An conservatio ista sit vis sive actus petentiae an actus merus voluntatis negativus, quo vult res creatas non destruere aut annihilare, — posterius non sine magna veri specie affirmatur: locus ad Heb. i. 3 inepte adducitur.” — *Apol. Rem., cap. vi. sect. 1, p. 68, a.*

[16] “Curandum diligenter, ut Deo quidem universalis, homini vero particularis influxus in actus tribuatur, quo universalem Dei influxum, ad particularem actum determinet.” — *Corv. ad Molin., cap. iii. sect. 5.*

[17] “Ita concurrit Deus in agendo, cum hominis voluntate, ut istam pro genio suo agere et libere suas partes obire sinat.” — *Rem. Confes., cap. vi. sect. 3.*

[18] “Influxus divinus est in ipsum actum non in voluntatem.” — *Armin. Antip., alii passim.*

[19] “Determinatio cum libertate vera nullo modo consistere potest.” — *Apol. Rem., cap. vii. fol. 82.*

[20] “Providentia divina non determinat voluntatem liberam ad unam contradictionis vel contrarietatis partem.” — *Armin. Artic. Perpen.*

[21] “Dominus dissipavit consilium quod dederat Achitophel agendo in corde Absolon, ut tale consilium repudiaret, et aliud quod ei non expediebat eligeret.” — *Aug. de Grat., et Lib. Arbit., cap. xx.*

[22] “Qui aliquid boni a Deo non effici affirmat, ille Deum esse negat: si namque vel tantillum boni a Deo non est: jam non omnis boni effector est eoque nec Deus.” — *Bucer. in cap. ix. ad Rom.*

Capítulo 5

Se A Vontade E O Propósito De Deus Podem Ser Resistidos, E Se Ele Será Frustrado Em Suas Intenções

No passado o altar de Acaz foi levantado à destra do altar de Deus, já o ídolo Arminiano, foi levantado em uma oposição direta, exaltado a um grau de igualdade com o poder e a vontade do Altíssimo. Agora, eu apresentarei para vocês, mais uma vez o Espírito de Deus contendendo com a imaginação imponente dos pobres mortais, sobre um privilégio transcendente de grandeza, glória e poder: por terem tornado os Seus decretos mutáveis, Sua presciência falível, e quase completamente O despojado de Sua providência, como a soma e comunicação de todos os seus esforços, eles afirmam que a Sua vontade pode ser resistida, que Ele pode falhar em Suas intenções, ser frustrado de Seus propósitos, que Ele pode e de fato propõe coisas como as que Ele nem realiza, nem pode a qualquer momento realizar, e que, pelo fato da execução de tais atos de Sua vontade poderem, por acaso, chocarem-se contra a liberdade da vontade dos homens. Isto, se não for uma expressão de orgulho espiritual acima de tudo o que jamais o Diabo tentou nos céus, os teólogos não conseguem explicar bem este pecado dele. Agora, porque aqui pode aparecer alguma dificuldade nessa matéria, em razão das diversas acepções da vontade de Deus, especialmente no que diz respeito àquilo pelo que se afirma que a Sua lei e Seus preceitos são a Sua vontade, o que, infelizmente! todos nós também resistimos ou transgredimos, muitas vezes, desvelarei uma distinção da vontade de Deus, que deixará claro a que os Arminianos se opõem, quanto ao que os consideramos dignos de tão severa acusação.

“Divinum velle est ejus esse”, dizem os escolásticos¹: “A vontade de Deus nada é, senão o desejo de Deus”, não diferindo de Sua essência *“secundem rem”*, na coisa em si, mas apenas *“secundem rationem”*, em que implica uma relação com a coisa desejada. A essência de Deus, então, sendo um mui absoluto, puro simples ato ou substância, a Sua vontade, consequentemente, pode ser, apenas simplesmente uma; do que não devemos fazer nem divisão, nem distinção. Se aquilo pelo que isso é significado fosse tomado sempre correta e estritamente como a eterna vontade de Deus, as distinções desta, que normalmente são dadas são antes distinções de significação da palavra do que da coisa em si.

No sentido já mencionado acima, estas distinções não são apenas toleráveis, mas simplesmente necessárias, porque sem elas é absolutamente impossível conciliar algumas passagens da Escritura aparentemente incompatíveis. No capítulo 22 de Gênesis, versículo 2, Deus ordena a Abraão que tome o seu único filho, Isaque, e o ofereça em holocausto na

terra de Moriá. Aqui as palavras de Deus são declarativas de uma vontade de Deus em relação a Abraão, que sabia que deveria ocorrer, e pouco cogitou, senão que isso deveria ser realizado; mas ainda assim, quando na verdade ele dirigiu-se ao seu dever, em obediência à vontade de Deus, ele recebe uma oposição (v. 12), para que ele não coloque a mão sobre a criança para sacrificá-lo. O evento claramente manifesta que era a vontade de Deus que Isaque não fosse sacrificado; e, no entanto, em razão de Sua ordem, Abraão parece antes obrigado a crer que era mui agradável a Deus que ele cumprisse o que lhe havia sido prescrito. Se a vontade de Deus na Escritura for compreendida, apenas como uma aceitação, aqui há uma clara contradição. Assim, Deus ordena a Faraó que deixe o Seu povo ir. Poderia Faraó pensar de outra forma, ou melhor, não era ele obrigado a crer que era a vontade de Deus que ele deveria deixar os israelitas irem na primeira audiência da mensagem? No entanto, Deus afirma que Ele endureceria o coração de Faraó, para que ele não permitisse que os filhos de Israel partissem até que Ele mostrasse os Seus sinais e maravilhas na terra do Egito. Para conciliar estas e outras passagens semelhantes da Escritura, tanto os pais antigos quanto os escolásticos, juntamente com os teólogos modernos, afirmam que a vontade de Deus pode ser dita diversa ou múltipla, no que diz respeito às diversas formas através das quais Ele deseja que essas coisas sejam feitas como Ele quer, como também em outros aspectos, e ainda, tomado em sua significação própria, é simplesmente uma e a mesma coisa. A comum distinção da vontade secreta e revelada de Deus é tal como a que as demais podem ser reduzidas, e, portanto, eu escolhi insistir nesta distinção.

A vontade secreta de Deus é o Seu eterno, imutável propósito concernente a todas as coisas que Ele fez, a serem operadas por certos meios para seus fins designados. A respeito disto, é afirmado: “O meu conselho será firme, e farei toda a minha vontade” (Isaías 46:10). A isso, alguns chamam de a absoluta e eficaz vontade de Deus, a vontade de Seu beneplácito, sempre cumprida; e de fato esta é a única própria, eterna, constante e imutável vontade de Deus, cuja ordem não pode ser quebrada, nem a sua lei transgredida, posto que nEle não há nem mudança nem sombra de variação.

A vontade revelada de Deus não contém Seu propósito e decreto, mas nosso dever, não o que Ele fará de acordo com a Sua boa vontade, mas o que nós devemos fazer, se quisermos agradá-Lo. E esta, que consiste em Sua Palavra, Seus preceitos e promessas, que pertencem a nós e a nossos filhos, de forma que possamos fazer a vontade de Deus. Agora isso, de fato, é antes, *θελητόν* do que *τὸ θέλημα*, aquilo que Deus quer, em vez de Sua vontade, por assim dizer; nós chamamos de a vontade de um homem o que ele determinou que será feito: “Porquanto a vontade daquele que me enviou é esta: Que todo aquele que vê o Filho, e crê nele, tenha a vida eterna”, diz o nosso Salvador (João 6:40) ou seja, isto é aquela Sua vontade designada. Por isso, é chamada de “*voluntas signi*”, ou o sinal da Sua

vontade, metaforicamente chamado apenas Sua vontade, diz Aquino²; pois, na medida em que nossos comandos são os sinais de nossas vontades, o mesmo se diz dos preceitos de Deus. Esta é a regra da nossa obediência, e cuja transgressão se constitui numa ação pecaminosa, pois ἡ ἀμαρτία ἐστὶν ἡ ἀνομία, “pecado é a transgressão da lei”, como essa lei é dada ao transgressor para ser obedecida. Agora, Deus não nos impôs a observação de Seu decreto e intenção eternos; os quais, como é absolutamente impossível para nós os transgredirmos ou frustrarmos, assim nós seríamos irrepreensíveis se pudéssemos. Um mestre exige de seu servo que faça o que Ele ordena, e não que realize o que ele pretende, isto o mestre talvez nunca revele ao servo; ou melhor, os comandos dos superiores nem sempre são sinais de como os comandantes desejam ter as coisas ordenadas e efetivamente realizadas (como, via de regra, acontece com todos os preceitos), mas apenas que aqueles que são sujeitos a este comando devem ser obrigados à obediência, na medida em que o sentido disto se estender. “*Et hoc clarum est in praeceptis divinis*”, diz Durand³, etc., “E isso é claro nos comandos de Deus”, pelo que somos obrigados a fazer o que Ele ordena; e, no entanto, nem sempre é o Seu prazer que a coisa em si, no que refere ao evento, seja cumprida, como já vimos antes nos exemplos de Faraó e Abraão.

Agora, a vontade de Deus na primeira acepção é dita ser oculta ou secreta, não porque seja assim sempre, pois ela é em alguns particulares revelada e conhecida a nós, de duas maneiras:

Em primeiro lugar, por Sua Palavra; como por exemplo onde Deus afirma que os mortos ressuscitarão. Não duvidamos que eles ressuscitarão, e que é a vontade absoluta de Deus que eles devam fazê-lo. Em segundo lugar, pelos efeitos; pois, quando alguma coisa acontece, nós podemos lançar o evento sobre a vontade de Deus como a sua causa, e olhar para o evento como uma revelação de Seu propósito. Os filhos de Jacó pouco imaginavam que era a vontade de Deus que eles enviassem o seu irmão para o Egito; no entanto, depois José lhes diz claramente que não foi eles, mas Deus, Quem o enviou para lá (Gênesis 45:5). Mas isso é dito ser secreto por duas causas: Primeiro, porque na maioria das vezes é secreto. Não há nada em diversas comunicações declarativas da determinação de Deus, senão somente o evento, que, ao mesmo tempo em que é o futuro, está escondido daqueles que têm faculdades para julgar coisas passadas e presentes, mas não para discernir as coisas vindouras. Daí, São Tiago nos ordena não sermos muito peremptórios em nossas determinações, dizendo que faremos isto ou aquilo, sem saber como Deus lidará conosco a respeito do desempenho dessas coisas. Em segundo lugar, é dito ser secreto, em referência à sua causa, que na sua maior parte está além de nosso conhecimento: “O teu caminho é no mar, e as tuas veredas nas águas grandes, e os teus passos não são conhecidos” [Salmos 77:19].

Evidencia-se, então, que a vontade secreta e a vontade revelada de Deus são diferentes

em aspectos diversos, mas principalmente no que diz respeito aos seus atos e seus objetos. Primeiro, com relação aos seus atos, a vontade secreta de Deus é o Seu decreto e determinação eternos a respeito de qualquer coisa a ser feita no seu tempo determinado; Sua vontade revelada é um ato pelo qual Ele declara amar ou aprovar algo, seja isso alguma vez feito ou não. Em segundo lugar, elas são diferentes em relação a seus objetos. O objeto do propósito e decreto de Deus é o que é bom em qualquer tipo, com referência à sua existência real, pois isso deve ser infalivelmente realizado; mas o objeto de Sua vontade revelada é somente aquilo que é moralmente bom (eu falo sobre isso, na medida em que isso é aprovado ou ordenado), concordando com a Lei e o Evangelho, e isso considerado apenas na medida em que é bom; pois, se for alguma vez realmente realizado ou não é acidental em relação ao objeto da vontade revelada de Deus.

Agora, sobre estas duas diferenças, a primeira é perpétua, no que diz respeito aos seus vários atos; mas não é assim com a última. Elas são muitas vezes coincidentes em relação a seus objetos. Por exemplo, Deus nos ordena a crer; aqui Sua vontade revelada é que devemos assim fazê-lo: portanto, Ele intenciona que nós o façamos; e, portanto, gera fé em nossos corações para que possamos crer. Aqui a Sua vontade secreta e revelada são coincidentes; a última, sendo Seu preceito de que devemos crer; e a primeira, o Seu propósito que creremos. Neste caso, eu digo, o objeto de um e do outro é o mesmo, mesmo quanto ao que devemos fazer, e o que Ele fará.

E isso na medida em que Ele fez “em nós todas as nossas obras” (Isaías 26:12). Elas são as nossas próprias obras, cujas obras Ele faz em nós. Seu ato em nós e por nós é frequentemente o nosso dever para com Ele. Ele nos ordena, pela Sua vontade revelada, a andarmos nos Seus estatutos, e a guardarmos as Suas leis; com isso, Ele também promete que Ele assim realizará todas as coisas, de alguma forma que estas sejam realizadas: Ezequiel 36:26-27: “E dar-vos-ei um coração novo, e porei dentro de vós um espírito novo; e tirarei da vossa carne o coração de pedra, e vos darei um coração de carne. E porei dentro de vós o meu Espírito, e farei que andeis nos meus estatutos, e guardeis os meus juízos, e os observeis”. Assim a mesma obediência do povo de Deus é aqui o objeto de Sua vontade, considerada em qualquer aceitação. E ainda assim o preceito de Deus não está aqui, como alguns homens eruditos supõem, declarando a intenção de Deus, pois, então isso deveria ser assim em relação a todos quantos este preceito se dirige; o que, evidentemente não acontece, pois muitos são ordenados a crer aos quais Deus nunca concede a fé. Isso ainda assim deve ser visto como uma mera declaração de nosso dever, aqui a sua coincidência com a intenção é um caso particular. Existe uma grande diferença entre: “Faça tal coisa”, e “Você fará isso”. Se a ordem de Deus para Judas crer significasse tanto quanto: “É o Meu propósito e intenção que Judas venha a crer”, seria necessário contradizer a vontade de Deus pela qual Ele determinou que Judas, por sua infidelidade, fosse para o

seu “próprio lugar”. Seus preceitos, então, devem todos ser cumpridos por nós em toda obediência, mas não significa que é a Sua vontade que nós efetivamente cumpriremos as Suas ordens. Abraão não era obrigado a crer que era a intenção de Deus que Isaque fosse sacrificado, mas que isso era o seu dever. Não havia nenhuma obrigação que Faraó pensasse que era o propósito de Deus que as pessoas saíssem na primeira convocação; ele não tinha nenhum conhecimento daquilo, mas havia uma ordem a ser crida, de forma que se fosse do agrado de Deus, ele deveria deixá-los ir. A partir disso, diversas coisas proveitosas nestas controvérsias podem ser reunidas:

Em primeiro lugar, que Deus pode ordenar muitas coisas por Sua Palavra as quais Ele nunca decretou que devessem ser realmente realizadas; porque, em tais coisas, as Suas palavras não são uma revelação de Seu decreto e propósito eternos, mas apenas uma declaração de alguma coisa a respeito da qual Ele se agrada que seja realizada por nós ou não. No caso anteriormente citado, ordenou que Faraó deixasse o povo ir, e lançou pragas por ele se recusar a obedecer o Seu comando. Por isso não podemos compreender que Deus intencionava a obediência e conversão de Faraó por esse Seu preceito, senão seria frustrado da Sua intenção — pois a Escritura é evidente e clara ao declarar que Deus propôs, pela desobediência dele, realizar um fim muito diferente, até mesmo uma manifestação de Sua glória como meio de Sua punição — mas, apenas aquela obediência aos Seus mandamentos é agradável a Deus; como está escrito em 1 Samuel 15:22.

Em segundo lugar, esta a vontade de Deus, em relação a qual nossa obediência é requerida, é a vontade revelada de Deus, contida em Sua palavra; cuja conformidade com o Seu decreto é de tal ordem, que, a partir disso, podemos aprender três coisas tendentes à execução da mesma: A primeira, que é a condição da Palavra de Deus, e a dispensação dessa, imediatamente, convencer à fé e obediência. Em segundo lugar, que é o nosso dever, por todos os meios, aspirar pelo desempenho de todas as coisas por Ele ordenadas, e nossa culpa se não o fizemos. Em terceiro lugar, que Deus, por estes meios, realizará o Seu decreto eterno de salvar os Seus eleitos; e que Ele quer a salvação dos outros, no sentido de que Ele os convoca a desempenhar a condição dos mesmos. Agora, a nossa obediência deve ser assim regulada por esta vontade revelada de Deus, de forma que podemos pecar, quer por omissão contra Seus preceitos ou comissão contra Suas proibições; embora, por nós assim omitirmos ou cometermos qualquer coisa, a vontade ou propósito secreto de Deus se cumpra. Tivesse Abraão desobedecido o preceito de Deus, quando lhe foi ordenado que sacrificasse seu filho Isaque, embora a vontade de Deus fosse realizada, visto que Ele nunca intencionou isso, ainda assim, Abraão teria pecado gravemente contra a vontade revelada de Deus, a regra de seu dever. A santidade de nossas ações consiste na conformidade aos Seus preceitos, e não aos Seus propósitos. Por este motivo Gregório⁴ afirma: “Que muitos cumprem a vontade de Deus” (ou seja, as Suas intenções) “quando pensam

em mudá-la” (por transgredir os Seus mandamentos); “e por resistirem imprudentemente, cumprem o propósito de Deus”. E para mostrar quão meramente nós, em nossas ações, estamos ligados a esta regra de nosso dever, Agostinho⁵ mostra como um homem pode fazer o bem em uma coisa pouco inclinada à vontade secreta de Deus, e o mal naquilo que a cumpre, o que ele ilustra com o exemplo de um pai doente, tendo dois filhos, um maligno, que deseja a morte de seu pai, o outro piedoso que ora por sua vida. Mas a vontade de Deus é que o pai venha a morrer, concordando com o desejo do filho ímpio; e ainda assim, foi o filho piedoso quem cumpriu o seu dever, e fez o que é agradável a Deus.

Em terceiro lugar, para voltar desta digressão não desnecessária, o que temos agora em discussão é a vontade secreta de Deus, a qual desvelamos anteriormente; e é quanto a isso que nós acusamos os Arminianos por afirmar que ela pode ser resistida, ou seja, que Deus pode falhar em Seus propósitos, e ser ineficaz quanto ao que Ele solenemente intencionou, ou ser frustrado de Seu objetivo e finalidade: como se, quando Ele determinada-mente resolveu a fé e a salvação de qualquer homem, está no poder daquele homem anular a Sua determinação, e não crer, e não ser salvo. Agora, é apenas em casos dessa natureza, em que nossos próprios livres-arbítrios têm uma participação, que eles assim limitam e delimitam o poder do Altíssimo. Em outras coisas, eles consentem que a onipotência de Deus não em nenhum grau menor que os outros compreendem; mas neste caso eles são peremptórios e firmes, sem qualquer disfarce ou tergiversação: pois, enquanto há uma questão proposta pelo apóstolo, Romanos 9:19: “Porquanto, quem tem resistido à sua vontade?”, a qual ninguém pode ou tem resistido, como ele mesmo garante nos versículos seguintes, afirma Corvinus: “Esta é apenas uma objeção sobre os judeus, rejeitados pelo apóstolo”⁶, o que é muito parecido com uma resposta que jovens alunos costumam dar a alguma questão difícil em Aristóteles, quando não conseguem pensar em uma melhor: “*Loquitur ex aliorum sententia*”, pois não há nenhum sinal de tal rejeição pelo apóstolo em todo discurso seguinte; sim, e não é com os judeus que São Paulo disputa aqui, mas com irmãos mais fracos a respeito dos judeus, o que se manifesta desde o primeiro versículo do capítulo seguinte, onde distingue entre “irmãos”, a quem, e “Israel” de quem ele falou. Em segundo lugar, ele fala sobre os judeus em todo o tratado na terceira pessoa, mas sobre o opositor na segunda. Em terceiro lugar, isso é tomado por um princípio confessado entre São Paulo e o objetor, como ele o chama, que os judeus foram rejeitados, o que certamente eles mesmos não reconhecem prontamente. Assim, pois, Corvinus rejeita, como uma objeção aos judeus, um princípio admitido por São Paulo e outros Cristãos de sua época. Com semelhante confiança, o mesmo autor afirma: “Que eles nada duvidam de que muitas coisas não são feitas, as quais Deus gostaria que fossem feitas”⁷. Vorstius vai mais longe, ensinando “que não apenas muitas coisas não são feitas, as quais Ele gostaria de ter feito, mas também que muitas coisas são feitas, as quais Ele não gostaria de fazer”⁸. Ele não quer dizer a nossa transgressão da Sua lei, mas sobre Deus falhando em Seu propósito,

como Corvinus o esclarece, reconhecendo que a execução da vontade de Deus é anulada ou prejudicada pelo homem, a isto Episcopius subscreve⁹. Como, por exemplo, Deus propõe e intenciona a conversão de um pecador — suponha que esta fosse Maria Madalena —, pode esta Sua intenção ser eliminada e Sua vontade resistida? “Sim”, dizem os Arminianos, “pois Deus converte pecadores por Sua graça”, “Mas nós podemos resistir a Deus quando Ele quer converter-nos por Sua graça”¹⁰, dizem seis deles juntamente em sua reunião em Hague [Collatio Hagiensis]. “Mas alguém pode aqui objetar”, dizem eles, “que assim Deus falha em Sua intenção, não atingindo a finalidade que Ele intenciona. Nós respondemos: isso nós garantimos”. Aqui, “isso” se refere à salvação dos homens; dizem eles ainda que: “estão certos de que Deus intenciona isso para muitos que nunca a obterão”¹¹, este fim Ele não pode alcançar.

E aqui, me parece, eles colocam Deus em uma condição mui infeliz, afirmando que são muitas vezes condenados aqueles a quem Ele gostaria de ter salvado, embora Ele anele a salvação deles com um desejo mui veemente e afeição natural¹², penso eu, tal como os corvos têm pelo bem de seus filhotes, pois há nEle tais desejos os quais nunca são cumpridos¹³, porque os Arminianos não são regulados pela sabedoria e pela justiça, eles claramente afirmam isto; pois, apesar de Deus possuir um poder infinito, talvez, haja a possibilidade dEle fazer, e ainda assim, Deus não será capaz de realizar isso.

Agora, permita que de qualquer homem de boa índole, a qual esteve um pouco conturbado pelo pobre Júpiter em Homero, de luto pela morte de seu filho Sarpédon, o que ele não podia evitar, ou tendo estado afligido pela tristeza de um pai aflito, incapaz de remover a maldade e inevitável ruína de um filho único, caia uma lágrima por achar-se o Deus do Céu em uma condição limitada, visto que Ele gostaria que todos e cada um dos homens do mundo inteiro viessem para o Céu, escapassem dos tormentos do inferno, e isso com um sério propósito e intenção, afeto veemente e ardente desejo natural que ocorra desta forma, ainda assim, incapaz em Si mesmo e somente em Si de salvar alguém, deve ser forçado a ver Seu desejo frustrado, abandonar a Sua afeição, mudar o Seu propósito, e ver a maior parte deles perecer eternamente¹⁴, sim, *apesar dEle ter fornecido um meio suficiente para que todos eles escapassem, com um propósito e intenção de que eles pudessem fazê-lo.*

Em resumo, toda a sua doutrina sobre este ponto é estabelecida por Corvinus, *cap. III, contra Moulin*, na terceira seção; onde, em primeiro lugar, ele concorda sobre a distinção da vontade de Deus naquela pela qual *Ele quer que façamos algo, e aquela pela qual Ele mesmo deseja fazer algo*. A primeira não é nada além de Sua lei e Seus preceitos; os quais nós afirmamos que podem ser ditos ser resistíveis, na medida em que são transgredidos. A última, ele diz, se ela relaciona-se a qualquer ato do homem, pode ser considerada como anterior a esse ato, ou sucedente ao mesmo; se o precede, então ela pode ser resistida,

caso o homem não coopere. Agora, esta é a vontade de Deus, pela qual Ele mesmo intenciona fazer qualquer coisa; a suma desta distinção é esta: “A vontade de Deus em relação ao futuro, sendo sobre qualquer coisa, pode ser considerada enquanto ela ocorre antes da real existência da coisa em si, e, nesse sentido, pode ser impedida ou resistida; mas enquanto ela é considerada como sucedendo qualquer ato do homem, é sempre cumprida”, pelo que a última parte, esforçando-se para acalmar a dureza da primeira, ele mesmo incorre em inexplicável falta de sentido, afirmando que esse ato da vontade de Deus pelo qual Ele intenciona que os homens façam qualquer coisa, não pode ser prejudicado após o homem o terem feito, ou seja, Deus irresistivelmente determinou que eles o façam, desde que eles o façam! Em seu discurso seguinte, ele também, claramente consente que não há nenhum ato da vontade de Deus em relação à salvação dos homens que não possa ser anulado e completamente frustrado, mas apenas aquele decreto geral segundo o qual Ele estabeleceu uma ligação inseparável entre fé e salvação, ou pelo qual Ele designou a fé em Cristo como o meio de alcançar a bem-aventurança, o que é apenas um ato imanente da vontade de Deus, não produzindo qualquer efeito externo; de modo que cada ato daquela que tem um fluxo externo de cooperação humana pode ser frustrado e pode cair por terra.

Que estes seguintes casos declarem em que isso está em oposição direta está à Palavra de Deus:

Em primeiro lugar, “Mas o nosso Deus está nos céus”, diz o Salmista, “fez tudo o que Lhe agradou” (Salmos 115:3). Não apenas parte, mas tudo, tudo o que Ele quis que viesse a ocorrer, por quaisquer meios. “O Altíssimo tem domínio sobre o reino dos homens, e o dá a quem quer” (Daniel 4:17). A transposição de reinos não ocorre sem a mistura de diversas ações livres e voluntárias dos homens, e ainda assim, nessa grande obra Deus faz tudo o que Lhe apraz. Sim, diante dEle “todos os moradores da terra são reputados em nada, e segundo a sua vontade ele opera com o exército do céu e os moradores da terra; não há quem possa estorvar a sua mão, e Lhe diga: Que fazes?” (v. 35). “O meu conselho será firme”, diz Ele, “e farei toda a minha vontade” (Isaías 46:10); “porque assim o disse, e assim o farei vir” (v. 11). Não, tão certo é que Ele realiza todos os Seus desígnios, que Ele o confirma com juramento: “O Senhor dos Exércitos jurou, dizendo: Como pensei, assim sucederá, e como determinei, assim se efetuará” (Isaías 14:24). E, de fato seria uma coisa muito estranha, que Deus intencionasse o que Ele previu que nunca ocorrerá. Mas, eu confesso este argumento não instará contra os Arminianos, os quais questionam esta presciência; mas, ainda assim, eles também poderiam observar a partir da Escritura que a falha dos conselhos e das intenções dos homens ímpios é uma coisa a respeito das quais é dito que Deus “nos céus se rirá” (Salmos 2:4). Ele os ameaça dizendo: “Tomai juntamente conselho, e ele será frustrado; dizei uma palavra, e ela não subsistirá” (Isaías 8:10). Veja também o

Isaías 29:7-8. E, eles serão habilitados a recriminar, e lançar semelhante calúnia sobre o Deus do céu? Não, certamente. Disse Agostinho: “Tomemos cuidado para que nós não sejamos compelidos a crer que o Deus todo-poderoso gostaria que fosse feita qualquer coisa que não acontecerá”¹⁵. Esta verdade, com a qual também os escolásticos têm universalmente consentido, é mostrada por Alvarez, *Disputatio xxii. pro.* 3. E esses poucos exemplos manifestarão a oposição Arminiana à Palavra de Deus neste particular:

Sola Scriptura	Livre-Arbítrio
“Mas o nosso Deus está nos céus; fez tudo o que lhe agradou” (Salmos 115:3).	“Nós em nada duvidamos que muitas coisas que Deus quer, ou que Lhe agradaria ter feito, ainda assim, nunca acontecerão” (Johannes Arnoldus Corvinus). “Consentimos que alguns dos desejos de Deus nunca são cumpridos” (Idem.).
“Farei toda a minha vontade” (Isaías 46:10); “não há quem possa estorvar a sua mão, e lhe diga: Que fazes?” (Daniel 4:35).	“Está no poder do homem impedir a execução da vontade de Deus” (Idem.).
“Porque assim o disse, e assim o farei vir; eu o formei, e também o farei” (Isaías 46:11).	“É ridículo imaginar que Deus não seriamente quer qualquer coisa, senão apenas o que ocorre” (Simon Episcopus).
“Como pensei, assim sucederá, e como determinei, assim se efetuará” (Isaías 14:24).	“Pode-se objetar que Deus falha em sua finalidade: a isso nós prontamente consentimos” (Sínodo Remonstrante).

Notas:

[1] *Aquin., p. q. 19, ar. ad. 1.*

[2] *Aquin., q. g. 19, a. 11, c.*

[3] *Durand, Dist. c. 48, q. 3.*

[4] “Multi voluntatem Dei faciunt, cum illam nituntur vitare, et resistendo imprudenter obsequuntur divino consilio.” — *Greg. Moral., lib. vi. cap. 11.*

[5] *Aug. Enchirid. ad Lauren., cap. ci.*

- [6] “Ea sententia non continet apostoli verba, sed Judæorum objectionem ab apostolo rejectam.” — *Corv. ad Molin., cap. iii. per. 19.*
- [7] “Multa non fieri quæ Deus fieri vult, vel non dubitamus.” — *Ibid, cap. v. p. 5.*
- [8] “Multa fiunt quæ Deus fieri non vult: nec semper fiunt quæ ipse fieri vult.” — *Vorst. de Deo, p. 64.*
- [9] “Ab homine esse agnoscimus, quod voluntatis (divinæ) executio sæpe suspendatur.” — *Corv., ubi sup. parag. 12; Episcop. Disput. Pri. de Volun. Dei, corol. 5.*
- [10] “Possumus Deo resistere, cum nos vult per gratiam suam convertere.” — *Rem. Coll. Hag., p. 193.* “Objiciet quis, ergo illum suum finem Deus non est assecutus, respondemus, nos hoc concedere.” — *Rem. Defens. Sent. in Synod., p. 256.*
- [11] “Nobis certum est, Deum multorum salutem intendere, in quibus eam non assequitur.” — *Grevinch, ad Ames., p. 271.*
- [12] “Vehemens est in Deo affectus ad homini benefaciendum.” — *Corv. ad Molin., cap. v. sect. 8.*
- [13] “Esse in Deo desideria quæ non implentur concedimus.” — *Idem, sect. 9.* “Non decet ut Deus infinita sua potentia utatur ad id efficiendum, quo desiderio suo naturali fertur.” — *Armin. Antip., p. 584.*
- [14] “Deus eo fine et intentione remedium præparavit, ut omnes ejus actu fierent participes, quamvis id non actu evenit.” — *Apol. Rem., cap. vii. fol. 86.*
- [15] “Ne credere cogamur aliquid omnipotentem Deum voluisse factumque non esse.” — *Aug. En., cap. ciii.*

Capítulo 6

Como Toda A Doutrina Da Predestinação É Corrompida Pelos Arminianos

A causa de todas essas contendas, com as quais os Arminianos e seus cúmplices têm incomodado a igreja de Cristo, vem a seguir à nossa consideração. A predestinação eterna do Deus Todo-Poderoso, esta fonte de todas as bênçãos espirituais, de todos os efeitos do amor de Deus derivados a nós por meio de Cristo, a demolição desta rocha da nossa salvação tem sido o principal esforço de todos os patronos da autossuficiência humana; assim, de forma a reivindicarem para si mesmos um poder e habilidade independente de fazerem o bem, de fazerem-se diferentes dos outros, de alcançarem a felicidade eterna, sem andar um passo sem ser a partir deles mesmos. E esta é a sua primeira tentativa, para atingir o seu segundo propósito final, a construção de uma torre alta a partir da qual eles se empilharam até o céu, cuja fundação nada é, senão a areia de seu livre-arbítrio e esforços próprios. Quase de repente (o que eles fizeram de fato) removeram a predestinação Divina, nome e substância, tem sido uma tentativa observada como notória, e não susceptível de atingir o menor sucesso entre os homens que professam crer no Evangelho de Cristo; portanto, padecendo que o nome permanecesse, eles aboliram a coisa em si, e substituíram um outro muito diferente disso no seu lugar, que qualquer um pode ver que eles ficaram com uma Lia de olhos tenros em vez de Raquel, e abraçam uma nuvem em vez da Deidade. A verdadeira doutrina em si tem sido tão excelentemente anunciada por diversos teólogos eruditos, assim libertos de todas as acusações, de forma que eu somente, de forma breve e claramente, o demonstrarei, e isso com especial referência ao artigo XVII da nossa igreja, onde isso é claramente declarado; mostrando, além disso — que é a minha intenção principal — como isso é contrariado, oposto, e subvertido pelos Arminianos. A predestinação, no sentido usual [em que] é tomada, é uma parte da providência de Deus em relação às Suas criaturas, distinguida disso por uma restrição dupla:

Primeiro, em relação aos seus objetos; pois, enquanto o decreto da providência compreende Suas intenções para com todas as obras das Suas mãos, a predestinação atenta apenas para as criaturas racionais.

Em segundo lugar, a respeito de suas finalidades; pois, enquanto a Sua providência se dirige a todas as criaturas, em geral, para aqueles variados fins para os quais longamente elas existem, sejam eles proporcionais à sua natureza ou excedendo a esfera de sua atividade natural, a predestinação é exercida apenas em dirigir criaturas racionais para fins sobrenaturais: o que, em linhas gerais, é o conselho, decreto ou propósito do Deus Todo-Poderoso

sobre o fim último e sobrenatural de Suas criaturas racionais, para que seja cumprido para o louvor da Sua glória. Mas isso também deve receber uma restrição dupla antes de chegarmos precisamente ao que nós almejamos aqui: e esta novamente se refere aos objetos ou suas finalidades.

O objeto da predestinação são todas as criaturas racionais. Agora, estes são ou anjos ou homens. Dos anjos não tratarei. Em segundo lugar, a finalidade fornecida pela predestinação para eles ou é a felicidade eterna ou a miséria eterna. Falo apenas sobre a primeira, o ato da predestinação de Deus transmitindo aos homens a felicidade eterna e, neste sentido restrito, isso não difere em absoluto da eleição, e podemos usá-los como sinônimos, [como] termos de mesma importância; embora, por alguns afirmarem que Deus predestinou à fé àqueles que Ele escolheu, eles parecem ser distinguidos como os decretos da finalidade e os meios conducentes para isso, dos quais o primeiro é a eleição, intencionando a finalidade, e a seguir, ocorre a predestinação, proporcionando os meios. Mas esta distinção exata não aparece diretamente na Escritura.

Esta eleição é apresentada na Palavra de Deus como o gracioso decreto imutável do Deus Todo-Poderoso, pelo que, antes da fundação do mundo, a partir de Seu próprio prazer, Ele escolheu certos homens, determinando libertá-los do pecado e da miséria, conferir-lhes a graça e a fé, dar-lhes a Cristo, trazê-los à bem-aventurança eterna, para o louvor da Sua gloriosa graça; ou, como isso é expresso em nossos artigos da igreja: “A predestinação à vida é o eterno propósito de Deus, pelo qual (antes de lançados os fundamentos do mundo) Ele tem constantemente decretado por seu conselho, a nós oculto, livrar da maldição e condenação os que elegeu em Cristo de entre todos os homens, e conduzi-los por Cristo à salvação eterna, como vasos feitos para honra. Portanto, os que se acham dotados de um tão excelente benefício de Deus, são chamados, segundo o propósito de Deus...” e etc. [Os Trinta e Nove Artigos da Religião, Artigo XVII: Predestinação e Eleição. Fonte: IgrejaAnglicana.com.br — N. do R.]

Agora, para evitar prolixidade, anexarei apenas essas observações como as que possam esclarecer o sentido e confirmar a veracidade do artigo pelas Escrituras, e mostrar brevemente como isso é subvertido pelos Arminianos em todos os detalhes do mesmo:

Em primeiro lugar, o artigo, em conformidade com as Escrituras, afirma que este é um decreto eterno, feito antes da fundação do mundo; de modo que por ele, nós necessariamente fomos escolhidos antes de nascermos, antes de termos feito o bem ou o mal. As palavras do artigo são claras, e assim também é a Escritura: “Como também nos elegeu nele antes da fundação do mundo” (Efésios 1:4); “porque, não tendo eles ainda nascido, nem tendo feito bem ou mal” e etc. [Romanos 9:11-12]; “Que nos salvou, e chamou com uma santa

vocação; não segundo as nossas obras, mas segundo o seu próprio propósito e graça que nos foi dada em Cristo Jesus antes dos tempos dos séculos” [2 Timóteo 1:9]. Agora, a partir disso, sem dúvida, segue-se que nada de bom em nós pode ser a causa da nossa eleição, pois qualquer causa deve, em ordem, preceder o seu efeito; mas todas as coisas de que nós, por qualquer meio, somos participantes, na medida em que são nossas, são temporárias, e por isso, não podem ser a causa do que é eterno. Coisas com esta qualificação devem relacionarem-se apenas à vontade e prazer de Deus; cuja referência quebraria o pescoço da eleição Arminiana. Portanto, para evitar uma ruína tão fatal, eles negam o princípio, a saber, que a eleição é eterna¹.

Assim falam os Remonstrantes em sua *Apologia*²: “A eleição completa não se refere a ninguém, senão àquele que está morrendo; pois esta eleição peremptória decreta todo o cumprimento e consumação da salvação, e, portanto, requer no objeto o curso acabado de fé e obediência”, diz Grevinchovius; e com sítio anula completamente a o que é fazer a eleição de Deus nada, senão um ato de sua justiça, aprovação de nossa obediência, e tal ato como é incidente a qualquer homem fraco, que não sabe o que acontecerá na próxima hora que ainda está por vir. E é essa pós-destinação que nos é proposta na Escritura como fonte insondável do amor de Deus para com todos nós em Cristo? “Sim”³, dizem eles, “nós não reconhecemos nenhuma outra predestinação que é revelada no Evangelho além daquela pela qual Deus decreta salvar aqueles que devem perseverar na fé”, ou seja, a determinação de Deus sobre a sua salvação está pendente, até que Ele encontre pela experiência que eles perseverarão em obediência. Mas, pergunto-me por que — considerando que a eleição é reconhecidamente uma das maiores expressões da infinita bondade, amor e misericórdia de Deus por nós —, se ela segue a nossa obediência, nós não a temos, como todas as outras bênçãos e misericórdias prometidas a nós. Não é porque tais proposições como estas: “Creia, Pedro, e persevere na fé até o fim, e eu vou escolher-te antes da fundação do mundo”, são mais aptas para os escritos dos Arminianos do que para a Palavra de Deus? Nem seremos seus rivais em tal eleição, a partir de onde nenhum fruto⁴, nenhum efeito e nenhum consolo podem ser derivados a qualquer mortal, enquanto ele vive neste mundo.

Em segundo lugar, o artigo afirma que ela é constante, ou seja, um decreto imutável; também em conformidade com as Escrituras, ensinando sobre um propósito único, contudo algo pré-conhecido, uma boa vontade, um decreto de Deus, a respeito da ordenação infalível dos Seus eleitos à glória; apesar de este decreto poder ser considerado como dois atos — um relativo ao meio, o outro relacionado à finalidade, mas ambos unem-se na “imutabilidade do conselho de Deus” (Hebreus 6:17). “Todavia o fundamento de Deus fica firme, tendo este selo: O Senhor conhece os que são seus” [2 Timóteo 2:19]; “Porque os dons e a vocação de Deus são sem arrependimento” [Romanos 11:29].

Agora, o que dizem os nossos Arminianos sobre isso? Ora, eles têm inventado toda uma multidão de noções e termos para obscurecer a doutrina. “Eleição”, dizem eles⁵, “é legal ou evangélica, geral ou particular, completa ou incompleta, revogável ou irrevogável, peremptória ou não peremptória”, com não sei mais quantas distinções de um único ato eterno do Deus Todo-Poderoso, a respeito das quais não há nem “*vola nec vestigium*,” sinal ou vestígio em toda a Bíblia, ou qualquer autor aprovado. E a estas trêmulas divisões, eles acomodam a sua doutrina, ou melhor, eles propositadamente as inventam para fazer seus erros ininteligíveis. Ainda assim, agradavelmente eles assim ditam: “Há uma eleição completa que não pertence a ninguém, senão àqueles que estão morrendo; e há outra, incompleta, comum a todos os que creem: como as boas coisas da salvação estão incompletas, as quais continuam enquanto a fé é continuada, e são revogadas quando essa [fé] é negada, assim, a eleição é incompleta nesta vida, e revogável”⁶.

Mais uma vez dizem eles em sua confissão: “Há três ordens de crentes e arrependidos na Escritura, os quais alguns são neófitos, outros permaneceram por um tempo, e alguns perseveraram. As duas primeiras classes são de escolhidos *verè*, verdadeiramente, porém não *absolutè prorsus*, absolutamente, mas apenas por um tempo, desde que eles permaneçam como estão; a terceira [classe] são [dos] escolhidos final e peremptoriamente: pois este ato de Deus ou é continuado ou interrompido, à medida que nós cumprimos a condição”⁷. Mas de onde os Arminianos aprenderam esta doutrina? Nenhuma palavra desta afirmação foi extraída a partir da Palavra da Verdade; nem nenhuma menção de qualquer eleição inconstante, nem nenhum discurso sobre fé, senão como a consequência de um eterno decreto irrevogável da predestinação: “creram todos quantos estavam ordenados para a vida eterna” (Atos 13:48). Sem distinção de homens meio ou inteiramente eleitos, onde é afirmado que é impossível que o eleito seja enganado (Mateus 24:24); que ninguém arrebataria as ovelhas de Cristo das mãos de Seu pai (João 10:28-29). O que eles querem mais? O propósito da eleição de Deus está selado (2 Timóteo 2:19), e, portanto, não pode ser revogado; deve permanecer firme (Romanos 9:11), apesar de toda a oposição. Nem a razão nos permite pensar qualquer ato imanente de Deus como incompleto ou revogável, por causa da mera Aliança que Ele tem com Sua própria natureza. Entretanto a razão, a Bíblia e o próprio Deus devem ceder lugar tais absurdos, se eles estiverem no caminho dos Arminianos quando estes estiverem trazendo o seu ídolo com brados e preparando seu trono, pela alegação de que a causa de sua predestinação está neles mesmos.

Em terceiro lugar, o artigo evidencia que o objeto desta predestinação é alguns homens particulares, escolhidos dentre a humanidade; ou seja, este é um ato de Deus concernente a alguns homens em particular, tomando-os, por assim dizer, dentre o meio de seus irmãos, e projetando-os a alguma finalidade e propósito especial. A Escritura também transborda em afirmar esta verdade, chamando os que são assim escolhidos de “poucos”, (Mateus

20:16), o que deve denotar algumas determinadas pessoas; e o “remanescente segundo a eleição”, (Romanos 9:5); aqueles a quem “o Senhor sabe que são Seus” (2 Timóteo 2:19); homens “ordenados para a vida eterna” (Atos 13:48); “Nós” (Romanos 8:39); aqueles que estão “inscritos no livro da vida do Cordeiro” (Apocalipse 21:27). Todas estas passagens, e diversas outras, provam claramente que o número dos eleitos é certo, não só materialmente, como eles dizem⁸, que eles são tantos, mas formalmente também, de forma que essas pessoas particulares, e nenhum outro, são aquelas, que não podem ser alteradas. Não, a mesma natureza da própria coisa em si demonstrativamente assim o evidencia, que eu me pergunto se isso pode, eventualmente, ser concebido sob qualquer outra noção. Apreender sobre uma eleição de homens não circunscritos com a circunstância de pessoas determinadas é uma abstração pretenciosa e Platônica, como parece estranho que alguém se atreva a professar entender que deve haver uma predestinação, e nenhum predestinado; uma eleição, e nenhum eleito; uma escolha entre muitos, mas ninguém a ser deixado ou tomado; um decreto para salvar os homens, e ainda assim a salvação não ser destinada a homem nenhum, mas seja somente “re aut spe”, em realidade ou em expectativa. Em uma palavra, que deve haver um propósito de Deus para trazer os homens para a glória, permanecendo inviolável, embora nunca qualquer pessoa atinja o fim proposto, é como um enigma como o que nenhum Édipo pode desvendar.

Agora, tal eleição e tal predestinação, os Arminianos têm substituído no lugar do decreto eterno de Deus. “Nós negamos”⁹, dizem eles, “que a eleição de Deus se estende a quaisquer pessoas singulares como pessoas particulares”, ou seja, que quaisquer pessoas particulares, como Pedro, Paulo, João, são por isso eleitos. Não; como, então? Porque¹⁰, “Deus designou, sem diferença, dispensar o meio da fé; e como Ele vê essas pessoas crerem ou não crerem no uso desses meios, assim, longamente, Ele determina sobre eles”, como diz Corvinus. Pois bem, então, [segundo os Arminianos], Deus não escolhe nenhum homem em particular para a salvação, senão a quem Ele vê crendo por seu próprio poder, com a ajuda apenas dos meios, como os que são oferecidos aos outros que nunca creem; e como ele assim faz a si mesmo diferente dos outros pelo bom uso de suas próprias habilidades, assim também ele pode ser reduzido novamente à mesma situação, e depois de sua eleição, que diz respeito não à sua pessoa, mas apenas à sua qualificação, muito desvanecente. Mas este é o decreto da eleição de Deus? “Sim”, eles dizem; e apresentam uma triste queixa que qualquer outra doutrina seja ensinada na igreja. “É intrusivo”, dizem os verdadeiros filhos nascidos de Armínio “para a igreja como uma doutrina mui sagrada, que Deus, por intermédio de um decreto imutável absoluto, desde toda a eternidade, segundo o Seu próprio prazer, escolheu certas pessoas, e aqueles poucos em comparação, sem nenhum respeito tido a partir de sua fé e obediência, e os predestinou para a vida eterna”¹¹. Mas a que tão grande exceção esta doutrina é responsável, que impiedade ela inclui, que ela não deva ser considerada santíssima? Não, não é apenas a questão, mas os próprios termos dela contidos na Escritura? Porventura ela não diz que os eleitos são poucos, e que eles

são escolhidos antes da fundação do mundo, sem qualquer consideração à sua obediência ou qualquer coisa que eles tenham feito, mas por mera graciosa boa vontade de Deus, para que o Seu livre propósito, segundo a eleição, permaneça firme, mesmo porque assim aprouve a Ele; e isto para que eles fossem santos, isto é, cressem e fossem santificados, de modo que eles vêm a Cristo, e por Ele são preservados para a vida eterna? Sim, isto é o que lhes irrita: “Nenhuma tal vontade pode ser atribuída a Deus, pela qual Ele assim deseja que qualquer um seja salvo como que a partir disso a sua salvação seja segura e infalível”¹², diz o pai desses filhos.

Bem, então, que a definição de Agostinho seja completamente rejeitada: “Que a predestinação é uma preparação de tais benefícios em que alguns são certamente libertados e resgatados a partir do pecado e trazidos para a glória”¹³, e que seja rejeitada também a declaração de São Paulo: “Porque (por este motivo) nada nos poderá separar do amor de Deus, que está em Cristo Jesus nosso Senhor” [Romanos 8:38-39]. O que é esta eleição em seu julgamento? “Nada senão um decreto pelo qual Deus destinou salvar os que creem em Cristo”, diz Corvinus¹⁴, “sejam eles quem forem; ou um propósito geral de Deus, no qual Ele ordenou a fé em Cristo para ser o meio de salvação. Sim, mas isso pertence a Judas, bem como a Pedro. Este decreto diz respeito igualmente àqueles que são condenados como aos que são salvos”. Salvação, sob a condição de fé em Cristo, também foi proposta a eles; mas foram eleitos Judas e toda a sua companhia? Como vieram, então, a ser enganados e a perecer? Que qualquer um dos eleitos de Deus vá para o inferno é ainda uma afirmação estranha no Cristianismo. Não obstante este decreto, ninguém pode acreditar, ou todos os que o fazem podem cair, e por isso mesmo ninguém é salvo de modo algum. Este é um tipo estranho de predestinação: ou todos podem crer, perseverar na fé e serem salvos; o que é um tipo mais estranho de eleição.

Nós, pobres almas, pensávamos até então que poderíamos ter crido, de acordo as Escrituras, que alguns por esse propósito foram de uma maneira peculiar feitos do Pai (“eram teus”), e por Ele dados a Cristo, para que Ele pudesse levá-los à glória; e que estes homens eram de tão certo e imutável número, que não apenas Deus “os conhece” como sendo “Seus”, mas também que Cristo “chama-os pelo nome” (João 10:3), e atente: de forma que ninguém os arrebatasse de Sua mão. Nós nunca imaginamos antes que Cristo foi o Mediador de uma aliança incerta, pelo fato de certas pessoas não estarem na aliança, ou por haver tais pessoas que podem ou não cumprir a condição. Nós sempre pensamos que alguns tinham sido separados antes pelo propósito de Deus dentre o restante do mundo que perece, que Cristo pode dar a vida por Seus “amigos”, por Suas “ovelhas”, para os que foram “dados a Ele” por Seu Pai.

Mas agora nos dizem que Ele foi ordenado para ser um Rei, quando era totalmente incerto se Ele alguma vez teria quaisquer súditos; para ser uma Cabeça sem corpo, ou de uma tal

igreja cujo conjunto e continuidade dependem total e exclusivamente da vontade dos homens. Estas são doutrinas que eu acredito que os examinadores da Escritura dificilmente já conheceram, se não houvessem tido tal iluminação em tais expositores como aqueles que os ensinam: “Que a única razão pela qual Deus ama” (ou escolhe) “qualquer pessoa é, por causa da honestidade, fé e piedade com que, de acordo com a ordem de Deus e seu próprio dever, ele é dotado, aceitável a Deus”¹⁵. Nós admitimos que isso seja verdade quanto a consequência ou evidência do amor de Deus, mas certamente há um amor Divino com o qual Ele olha para nós de outra forma quando Ele nos dá a Cristo, de outro modo, o dom de Cristo não é por amor, ou nós somos piedosos, justos e fiéis antes de vir a Ele, ou seja, não temos necessidade dEle de modo algum. Embora possamos apagar esses testemunhos de nossos corações, ainda assim eles estarão registrados na Sagrada Escritura, a saber, que Deus assim nos amou, quando éramos seus “inimigos” (Romanos 5:10), “pecadores” (v. 8), “estando nós ainda fracos” (v. 6); de modo que “deu o seu Filho unigênito” para morrer “para que não pereçamos, mas tenhamos a vida eterna” (João 3:16). Isto é o bastante.

Em quarto lugar, outra coisa que o artigo afirma, de acordo com as Escrituras, é que não há nenhuma outra causa de nossa eleição, senão o próprio conselho de Deus. Ele não se volta a nenhum motivo em nós, nada impulsiona a vontade de Deus para escolher alguns dentre a humanidade, rejeitando outros, senão o Seu próprio decreto, ou seja, a sua absoluta e boa vontade; assim, não existe absolutamente nada, em qualquer coisa fora dEle mesmo, por que Ele criaria o mundo ou elegeria alguém, porque Ele fez todas estas coisas para Si mesmo, para o louvor da Sua glória. Portanto, não há motivo nas pessoas particulares eleitas pelo que Deus as escolheria, em vez de outros.

Ele olhou para toda a humanidade na mesma condição, investida com as mesmas qualificações, ou melhor, sem absolutamente nenhuma qualificação; porque, *não tendo os filhos ainda nascido, nem tendo feito bem ou mal, que são escolhidos ou rejeitados* [Romanos 9], a Sua livre graça abraça um e passa pelo outro. No entanto, aqui, devemos observar que, embora Deus livremente, sem nenhum merecimento deles, escolhe alguns homens para participar tanto do fim quanto dos meios, ainda assim Ele concede a fé, ou os meios, por nenhum outro senão por pelo mérito de Cristo; nem alguém alcança a finalidade ou a salvação, senão por sua própria fé, por meio daquela justiça dEle. A livre graça de Deus, não obstante, escolhendo Jacó, quando Esaú é rejeitado, é a única causa antecedente de qualquer diferença entre os eleitos e réprobos, permanece firme e inabalável; e, certamente, a menos que os homens estivessem resolvidos a confiar em si mesmos, a não receber nada de maneira gratuita das mãos de Deus, eles não se esforçariam para roubar-Lhe a Sua glória, por ter misericórdia de quem quer ter misericórdia, de nos amar, sem nossa deserção antes da fundação do mundo.

Se alegássemos ter um interesse legítimo em obter os atos temporais de Seu favor por nossos próprios esforços, mas, oh, vamos conceder-Lhe a glória por ser benigno para conosco, apenas pela Sua própria bondade, quando estávamos em Sua mão como o barro na mão do oleiro. O que tornou esse pedaço de argila apto para o serviço honroso, e não um vaso em que não há prazer, senão o poder e a vontade do Autor? É o suficiente, sim, muito, para que eles resmunguem e digam: “Por que Tu nos fizeste assim?”, os que são vasos formados para a ira. Não permita que aqueles preparados para honra se exaltem contra ele, e sacrifiquem às próprias redes deles, como os únicos fornecedores de sua glória. Mas assim é: a vileza humana ainda estará declarando e reivindicando uma dignidade que de maneira nenhuma é devida a ela, concernente a um auxílio de que alegam merecer; se os Arminianos não são culpados, permita que a seguinte declaração de suas opiniões particulares sobre este assunto determine:

“Confessamos”, dizem eles, “inequivocamente, que a fé, na consideração de Deus nos escolher para a salvação, de fato precede, e não segue como fruto da eleição”¹⁶. Assim que, enquanto Cristãos, até agora, creram que Deus concede fé àqueles que são escolhidos, parece que agora isso é anulado, pois dizem que somente àqueles que Deus encontra crendo, por suas próprias habilidades, é que Ele depois escolheria. Nem é a fé, na opinião deles, algo que necessária ocorrerá naquele que foi escolhido, mas um agente que impulsiona a vontade de Deus a eleger aquele que o obtém: “como a vontade do juiz é movida para outorgar uma recompensa àquele que de acordo com a lei o mereceu”¹⁷, como Grevinchovius fala: — embora, Corvinus se esforça para temperar, mas tudo em vão, embora ele o distorça contrariamente à intenção do autor — e com ele concordam todos os seus companheiros: “A única causa absoluta da eleição é, não a vontade de Deus, mas a consideração de nossa obediência”, diz Episcopius¹⁸. A princípio, eles não exigem nada além de fé, e esta como condição, e não como uma causa¹⁹; em seguida, a perseverança na fé, que extensamente, eles começaram a chamar a obediência, abrangendo todo o nosso dever para com os preceitos de Cristo; pois a causa, dizem eles, deste amor por qualquer pessoa, é a justiça, fé e piedade com que ele é dotado; as quais sendo todas as boas obras de um Cristão eles, de fato, afirmam que um homem é escolhido por elas, ou seja, que as nossas boas obras são a causa da eleição. Se isto algum vez foi tão grosseiramente ensinado, seja por Pelagianos ou Papistas, eu tenho algumas dúvidas.

E aqui, observe, que isso não frustra a minha afirmação anterior, onde eu mostrei que eles negam a eleição de quaisquer pessoas particulares, o que aqui eles parecem conceder sobre uma previsão de sua fé e boas obras; pois não há uma única pessoa, que como uma pessoa, não obstante tudo isso, no julgamento deles é eleito nesta vida, mas somente enquanto ele é considerado com essas qualificações as quais ele pode qualquer momento deixar de cultivá-las, e assim tornar-se mais uma vez a não ser mais eleito do que Judas.

A soma de doutrina deles, neste aspecto particular é refutada por um dos nossos em um folheto intitulado “O amor de Deus pela humanidade”, etc. Esta suma doutrinária deles é um livro cheio de ignorância palpável, sofisma grosseiro e blasfêmia abominável, cujo autor parece ter proposto nada para si, senão ajuntar todos os monturos de alguns dos Arminianos mais ofensivos, e recolher a escória mais suja e contaminação de suas injúrias para lançarem sobre a verdade de Deus; e, sob eu não sei com que pretextos auto-cunhados, bradam blasfêmias odiosas contra o Seu santo nome.

A soma, diz ele, de todos esses discursos (ele citou o seu propósito) é, “Que não existe decreto de salvar homens, senão o que é edificado sobre a presciência das boas ações dos homens de Deus”²⁰. Não há nenhum decreto? Não, não aquele pelo que Deus determina dar alguém a Cristo, para enxertar-lhes nEle pela fé, e trazê-los por meio dEle para a glória; o que lança luz à posição de Armínio, onde ele afirma: “Que Deus não ama ninguém precisamente para a vida eterna, senão os considerados justos, tanto com a justiça legal ou evangélica”²¹. Agora, amar para a vida eterna é destinar alguém para obter a vida eterna, por Cristo, e assim, isso é coincidente com o afirmação anterior, de que a nossa eleição, ou escolha para a graça e glória, está sobre a previsão de nossas boas obras; o que contém uma doutrina tão contraditória com as palavras e o significado do apóstolo (Romanos 9:11) condenado em tantos conselhos, suprimido por tantos editos e decretos dos imperadores e governadores, contrariado como uma heresia pestilenta, desde que foi idealizada à princípio, por tantos pais ortodoxos e eruditos escolásticos, tão diretamente contrária à doutrina da igreja, de modo prejudicial para a graça e o poder supremo do Deus Todo-Poderoso, que eu muito me maravilho de que alguém, tendo esta luz do Evangelho e vivendo neste próspero tempo de farto conhecimento, seria tão corajosamente ignorante ou impudente de forma trazer esta doutrina para o meio dos Cristãos. Provar que isso é uma heresia desmascarada por toda a antiguidade ortodoxa e católica seria acender uma vela no sol; pois isso não pode apenas ser conhecido por todos e cada um que já ouviu ou leu alguma coisa sobre a instituição da igreja de Cristo, após o surgimento dos tumultos Pelagianos²².

Acumular testemunhos dos antigos é completamente paralelo ao meu propósito. Apenas acrescentarei a confissão de Belarmino²³ um homem não tão apegado à verdade: “Predestinação”, ele diz, “a partir da previsão de obras, não pode ser mantida a menos que supuséssemos algo no homem justo, que deve torná-lo diferente do ímpio, que ele não tenha recebido de Deus; o que verdadeiramente todos os pais com unânime consentimento rejeitam”. Porém, temos um testemunho mais seguro, para o qual nos voltaremos com atenção: a própria Escritura sagrada, declarando fortemente a livre e imerecida graça de Deus.

Em primeiro lugar, nosso Cristo Salvador (Mateus 11:26), declarando como Deus revela o Evangelho a alguns, o qual é escondido de outros (um fruto especial da eleição), e que isso

repousa em Seu querer e boa vontade como a única causa do mesmo: “Sim, ó Pai, porque assim te aprouve”. Assim, confortando Seu “pequeno rebanho” (Lucas 12:32), Ele os convida a não temer “porque a vossa Pai agradou dar-vos o reino”. “Sua boa vontade é a única razão pela que o Seu reino está preparado para vocês em vez de para outros”. Mas não há nenhuma outra razão para esta discriminação? Não; Ele faz tudo para que o Seu “propósito... segundo a eleição, ficasse firme” (Romanos 9:11); pois nós somos “predestinados, conforme o propósito daquele que faz todas as coisas, segundo o conselho da sua vontade” (Efésios 1:11).

“Mas, este conselho de Deus não O leva a nos escolher, em vez de outros porque nós tínhamos algo para nos recomendar mais do que eles?”. Não, “o Senhor não tomou prazer em vós, nem vos escolheu, porque a vossa multidão era mais do que a de todos os outros povos, pois vós éreis menos em número do que todos os povos; mas, porque o Senhor vos amava” (Deuteronômio 7:7-8). “Porque, não tendo eles ainda nascido, nem tendo feito bem ou mal (para que o propósito de Deus, segundo a eleição, ficasse firme, não por causa das obras, mas por aquele que chama), Foi-lhe dito a ela: O maior servirá ao menor. Como está escrito: Amei a Jacó, e odiei a Esaú” (Romanos 9:11-13). Em resumo, sempre que há qualquer menção à eleição ou predestinação, isso é acompanhado com o propósito, amor ou a vontade de Deus; Sua presciência, pelo que Ele conhece os que são Seus; Seu livre poder e supremo domínio sobre todas as coisas. Sobre a nossa fé, obediência ou algo semelhante, não há nenhuma sílaba, nenhuma menção, a não ser como fruto e efeito disso.

A eleição e predestinação são unicamente atos de Sua livre graça e boa vontade: “Para que também desse a conhecer as riquezas da sua glória nos vasos de misericórdia” (Romanos 9:23). Para esta única finalidade Ele “nos salvou, e chamou com uma santa vocação; não segundo as nossas obras, mas segundo o seu próprio propósito e graça que nos foi dada em Cristo Jesus antes dos tempos dos séculos” (2 Timóteo 1:9). Até mesmo nossa chamada acontece de forma gratuita e imerecida, porque flui daquela mui livre graça da eleição, da qual somos participantes antes que fôssemos [ou seja, existíssemos]. Seria desnecessário amontoar mais testemunhos quanto a algo tão claro e evidente. Quando Deus e o homem permanecem em competição de quem deve ser considerado como a causa de um bem eterno, podemos ter certeza que a Escritura dará o veredito favorável à parte do Altíssimo. E a sentença, neste caso, pode ser derivada a partir daí por estas razões que se seguem:

Primeiramente, se a perseverança final em fé e obediência for a causa de, ou uma condição exigida quanto à eleição, então ninguém pode ser dito nesta vida ser eleito; pois nenhum homem pode ser declarado como tendo perseverado até o fim até que ele esteja morto, até que tenha termine o seu curso e tenha consumado a fé. Mas certo é que se fala de alguns

nas Escrituras, os quais são eleitos mesmo nesta vida: “poucos escolhidos” (Mateus 20:16); “mas por causa dos escolhidos serão abreviados aqueles dias” (Mateus 24:22); “se possível fora, enganariam até os escolhidos” (Mateus 24:24), onde é evidente que a eleição é necessária para fazer alguém perseverar na fé, mas em nenhum lugar a perseverança na fé é requerida à eleição; sim, e Pedro dá a todos nós um mandamento para que possamos dar toda diligência para obter uma garantia de nossa “eleição”, mesmo nesta vida (2 Pedro 1:10: e, por isso, certamente a eleição não pode ser um decreto pressupondo a fé consumada e obediência.

Em segundo lugar, considere duas coisas sobre a nossa condição, antes do primeiro ato temporal da livre graça de Deus (pois a graça já não é graça, se não for livre), que é o primeiro efeito de nossa predestinação, compreendida a nós: Em primeiro lugar, “Somos nós mais excelentes que outros?”, “De maneira nenhuma, pois já dantes demonstramos que, tanto judeus como gregos, todos estão debaixo do pecado” (Romanos 3:9). “Porque não há diferença. Porque todos pecaram e destituídos estão da glória de Deus” (vv. 22-23); estando todos “mortos em delitos e pecados” (Efésios 2:1); sendo “por natureza filhos da ira, como os outros também”, (v. 3); “separados”, “mas agora em Cristo Jesus, vós, que antes estáveis longe, já pelo sangue de Cristo chegastes perto” (vv. 12-13); éramos “inimigos” de Deus (Romanos 5:10; Tito 3:3). E observe que deserto havia em nós como é demonstrado por estas qualificações, quando se deu a nossa vocação, o primeiro efeito de nossa predestinação — como São Paulo demonstra em Romanos 8:30, e como eu provarei a seguir —, separa-nos do mundo dos descrentes. Tanto há em relação à predestinação em si; de modo que, se a temos merecido de alguma forma é por sermos pecadores, inimigos, filhos da ira, e mortos em delitos. Estes são os nossos méritos; Esta é a glória, da qual deveríamos ter vergonha.

Mas, em segundo lugar, quando eles estão no mesmo estado de verdadeira alienação de Deus, ainda assim, em seguida, em relação ao Seu propósito de salvá-los por meio de Cristo, alguns são descritos como pertencentes a Ele: “eram teus, e tu mos deste” (João 17:6). Eles eram Seus [do Pai] antes que eles viessem a Cristo pela fé; eles eram as ovelhas de Cristo, antes de serem chamados, pois Ele “chama pelo nome às suas ovelhas” (João 10:3); antes de virem para o rebanho ou congregação, pois: “Ainda tenho outras ovelhas”, Ele diz, “que não são deste aprisco; também me convém agregar estas” (João 10:16), tais pessoas são amadas de Deus, antes que elas O amem: “Nisto está o amor, não em que nós tenhamos amado a Deus, mas em que ele nos amou a nós” (1 João 4:10). Agora, tudo isso deve ser com referência ao propósito de Deus de trazê-los a Cristo, e por meio dEle à glória; o que vemos ocorrer antes de qualquer fé ou obediência de sua parte.

Em terceiro lugar, a eleição é um ato eterno da vontade de Deus: “nos elegeu nele antes

da fundação do mundo” (Efésios 1:4); consumada anteriormente a todos os nossos deveres (Romanos 9:11). Ora, naturalmente, toda causa deve preceder o seu efeito; nada possui qualquer ação como causa antes que ela tenha uma existência. A operação em todo o caso é um ato secundário, que flui da essência de uma coisa que é primária. Mas todas as nossas graças e obras, nossa fé, obediência, piedade e caridade, são todas temporais, as mesmas permanecendo conosco, e não mais; e, portanto, não podem ser a causa, nem ser uma condição necessária para a realização de um ato eterno de Deus, irrevogavelmente estabelecido antes de nós existirmos.

Em quarto lugar, se a predestinação for por fé prevista, estas três coisas, com diversos tais absurdos, necessariamente seguirão: Em primeiro lugar, que a eleição não é “por aquele que chama”, como o apóstolo fala em Romanos 9:11, ou seja, a partir do beneplácito de Deus, que nos chama com uma santa vocação, mas por aquele que é chamado; pois, se depender da fé prevista, deve ser daquele a quem pertence a fé, ou seja, de quem crê. Em segundo lugar, Deus não pode ter misericórdia de quem quer ter misericórdia, pois a própria finalidade da mesma está assim vinculada às qualidades da fé e obediência, de modo que Ele deve ter misericórdia somente dos crentes anteriormente ao Seu decreto. O que, em terceiro lugar, impede-O de ser um agente livre e absoluto, e fazer o que Ele quer com o que é Seu, também O impede de ter um tal poder sobre nós como o oleiro tem sobre o barro; pois Ele nos encontra sendo de matérias diferentes, um homem é de argila, o outro homem é de ouro e etc., quando Ele vem a nos designar para diferentes usos e fins.

Em quinto lugar, Deus não vê em qualquer homem nenhuma fé, nenhuma obediência, nem perseverança, enfim nada, senão o pecado e a maldade, e o que Ele mesmo intenciona graciosa e livremente conferir-lhes; pois “a fé não vem de vós, é dom de Deus” (Efésios 2:8); “a obra de Deus é esta: Que creiais” (João 6:29). Ele “nos abençoou com todas as bênçãos espirituais nos lugares celestiais em Cristo” (Efésios 1:3). Agora, todos esses dons e graças Deus concede apenas àqueles que Ele preordenou para a vida eterna, porque: “os eleitos o alcançaram, e os outros foram endurecidos” (Romanos 11:7); “acrescentava o Senhor à igreja aqueles que se haviam de salvar” (Atos 2:47). Portanto, certamente, Deus nos escolhe não porque Ele prevê essas coisas em nós, visto que, ao invés disso a verdade é que Ele concede aquelas graças por Ele ter nos escolhido. “Portanto”, diz Agostinho²⁴, “Cristo diz: ‘Não me escolhestes vós a mim, mas eu vos escolhi a vós’ [João 15:16], mas justamente porque eles não O escolheram é que Ele deveria escolhê-los; contudo Ele os escolheu para que eles pudessem escolhê-LO”. Nós escolhemos a Cristo pela fé; Deus nos escolhe por Seu decreto da eleição. A questão é, se nós O escolhemos porque Ele nos elegeu, ou se Ele nos escolhe porque nós O escolhemos, e se for assim, fomos nós que escolhemos a nós mesmos? Nós afirmamos o primeiro, porquanto o fato de termos escolhido a Deus é um dom que Ele mesmo concede apenas sobre aqueles que Ele anteriormente escolheu.

Em sexto lugar, e principalmente, os efeitos da eleição, infalivelmente pelo fato de eles a seguirem não podem ao mesmo tempo ser as causas da eleição, pois neste caso certamente eles a precederiam. Isto é evidente, pois nada pode ser a causa e o efeito da mesma coisa e ao mesmo tempo, antes e depois de si mesmo. Mas, toda a nossa fé, obediência, arrependimento e boas obras, são os efeitos da eleição, que fluem a partir dela como sua fonte adequada, erguidas sobre ela como a base deste edifício espiritual. E quanto a isso o artigo de nossa igreja é evidente e claro. “Aqueles”, ele diz, “que se acham dotados de um tão excelente benefício de Deus, são chamados segundo o propósito de Deus, por Seu Espírito operando em tempo devido; pela graça obedecem à vocação; são justificados gratuitamente; são feitos filhos de Deus por adoção; são criados conforme à imagem de Seu Unigênito Filho Jesus Cristo; vivem religiosamente em boas obras”, etc. Onde, em primeiro lugar, eles são ditos ser participantes deste benefício da eleição, e, em seguida, pela virtude dela, têm direito à fruição de todas as graças. Em segundo lugar, ele diz, “Aqueles que se acham dotados de um tão excelente benefício de Deus”, significando que a eleição é a regra segundo a qual Deus procede ao conceder essas graças, restringindo os objetos dos atos temporais do favor especial de Deus apenas àqueles a quem o Seu decreto eterno envolve. Estes ambos, de fato, são negados pelos Arminianos; que fazem uma descoberta mais distante de suas heterodoxias neste aspecto particular²⁵. “Você diz”, diz Armínio a Perkins, “que a eleição é a regra para conceder ou não conceder a fé; e, portanto, a eleição não é sobre a crença, mas sobre a fé dos eleitos, mas por você admitir isso, eu devo negar”. Mas ainda assim, seja o que for que o sofista herético aqui nega, seja o antecedente ou a conclusão, ele acaba se desentendendo com a Palavra de Deus: “Creram todos quantos estavam ordenados para a vida eterna” (Atos 13:48) e outra vez: “acrescentava o Senhor à igreja aqueles que se haviam de salvar” (Atos 2:47). A partir de ambas colocações, é evidente que Deus concede a fé apenas àqueles a quem Ele preordenou para a vida eterna; porém, mais claramente afirma Romanos 8: 29-30: “Porque os que dantes conheceu também os predestinou para serem conformes à imagem de seu Filho, a fim de que ele seja o primogênito entre muitos irmãos. E aos que predestinou a estes também chamou; e aos que chamou a estes também justificou; e aos que justificou a estes também glorificou”. Agostinho interpretou esta passagem, adicionando em cada elo da cadeia a seguinte afirmação: “Somente aqueles”. No entanto, as palavras diretamente implicam a precedência da predestinação antes da concessão de outras graças, e também um sistema de restrição daquelas graças apenas àqueles que são assim predestinados. Agora, a inferência a partir disso não é apenas quanto à forma lógica, mas também quanto à matéria; ela contém as próprias palavras da Escritura: “A fé dos eleitos de Deus” (Tito 1:1).

Para a outra parte da proposição, a saber, que a fé e a obediência são os frutos de nossa eleição, eles não podem ser mais peremptórios em sua negação do que a Escritura é

abundante em sua confirmação: “Como também nos elegeu nele antes da fundação do mundo, para que fôssemos santos e irrepreensíveis diante dele em amor” (Efésios 1:4); não porque éramos santos, mas para que fôssemos santos. A santidade, da qual a fé é a raiz e a obediência é o corpo, é aquilo para o quê, e não porque, somos eleitos. O fim e a causa meritória de qualquer ato não pode ser o próprio ato; eles têm diversos aspectos, e exigem condições repugnantes. Mais uma vez; “E nos predestinou para filhos de adoção por Jesus Cristo”, (Efésios 1:5). Adoção é aquilo pelo que nós somos admitidos na família de Deus, quando anteriormente éramos “estrangeiros, separados, estranhos, distantes”; o que vemos é um fruto da nossa predestinação, ainda que seja a própria entrada no estado em que começamos pela primeira vez a agradar a Deus, minimamente. Da mesma natureza são todas aquelas passagens das Escrituras Sagradas que falam sobre Deus dando alguns a Cristo; sobre as ovelhas de Cristo ouvirem a Sua voz, e outros não ouvirem porque eles não são Suas ovelhas; todas essas, e diversas outras razões invencíveis, eu intencionalmente omito, com diversas outras afirmações falsas e posições heréticas dos Arminianos sobre este artigo fundamental de nossa religião, concluindo este capítulo com o seguinte esquema:

Sola Scriptura	Livre Arbítrio
“Porque os que dantes conheceu também os predestinou para serem conformes à imagem de seu Filho, a fim de que ele seja o primogênito entre muitos irmãos. E aos que predestinou a estes também chamou; e aos que chamou a estes também justificou; e aos que justificou a estes também glorificou”. De forma que nada “nos poderá separar do amor de Deus, que está em Cristo Jesus nosso Senhor” (Romanos 8:28, 29, 39)	“Nenhuma tal vontade pode ser atribuída a Deus, pela qual Ele assim quisesse que alguém seja salvo, isso de modo que sua salvação seja segura e infalível” (Jacó Armínio).
“Como também nos elegeu nele antes da fundação do mundo, para que fôssemos santos” (Efésios 1:4).	“Eu não reconheço em nenhum sentido, nenhuma percepção de qualquer eleição nesta vida” (Nikolaas Grevinchovius: Ad Ames).
“Que nos salvou, e chamou com uma santa vocação; não segundo as nossas obras, mas segundo o seu próprio propósito e graça que nos foi dada em	“Negamos que a eleição de Deus para a salvação se estende a pessoas singulares” (Collatio Hagiensis).

Cristo Jesus antes dos tempos dos séculos” (2 Timóteo 1:9).	
“Porque, não tendo eles ainda nascido, nem tendo feito bem ou mal (para que o propósito de Deus, segundo a eleição, ficasse firme, não por causa das obras, mas por aquele que chama)” (Romanos 9:11); “Todo o que o Pai me dá virá a mim” (João 6:37).	“Como nós somos justificados pela fé, assim nós não somos eleitos, senão pela fé” (Nikolaas Grevinchovius: Ad Ames.).
“Porque muitos são chamados, mas poucos escolhidos” (Mateus 22:14).	“Nós professamos inequivocamente que a fé é considerada por Deus como uma condição precedente à eleição, e não que a segue como um fruto” (Collatio Hagiensis).
“Não temais, ó pequeno rebanho, porque a vosso Pai agradou dar-vos o reino” (Lucas 12:32).	“A causa única e exclusiva da eleição não é a vontade de Deus, mas a consideração de nossa obediência” (Simon Episcopus: Disputationes Theologicæ); “Deus resolveu conceder os meios de salvação a todos sem diferença; e de acordo como Ele prevê que os homens usarão esses meios, assim Ele determina sobre eles” (Johannes Arnoldus Corvinus); “Por causa desse amor a qualquer pessoa é, [que] a bondade, fé e piedade, com o qual, de acordo com a ordem de Deus e seu próprio dever, ele é dotado, ele está agradando a Deus” (Apologia Pró-Confissão Remonstrante).
“E que tens tu que não tenhas recebido?” (1 Coríntios 4:7); “Pois quê? Somos nós mais excelentes? De maneira nenhuma” (Romanos 3:9). Mas “nos predestinou para filhos de adoção por Jesus Cristo, para si mesmo, segundo o beneplácito de sua vontade” (Efésios 1:5; João 6:37-39, 23:18, 17:6; Atos 13:48; Tito 1:1; 2 Timóteo 2:19; Tiago 1:17-18, etc.).	A soma de sua doutrina é: Deus designou a obediência da fé a ser o meio de salvação. Se os homens cumprem esta condição, Ele determina salvá-los, e nisto consiste a sua eleição; mas se, depois de terem entrado no caminho da santidade, eles caem, eles também perdem a sua predestinação. Se eles voltarem de novo, eles são escolhidos novamente; e se eles

conseguem perseverar até o fim, então, e por essa continuidade, eles estão peremptoriamente eleitos, ou pós-destinados, depois de serem salvos.

Agora, se essas posições podem ser reunidas partir dessas passagens das Escrituras que anunciam essa doutrina, que qualquer homem julgue por si mesmo.

Notas:

[1] “Electio non est ab æterno.” — *Apol. Rem.*

[2] “Electio alia completa est, quæ neminem spectat nisi immorientem. Electio peremptoria totum salutis complementum et consummationem decernit, ideoque in objecto requirit totam consummatam fidei obedientiam.” — *Grevinch, ad Ames. p. 136, passim. dis.*

[3] “Non agnoscimus aliam prædestinationem in evangelio patefactam, quam qua Deus decrevit credentes et qui in eadem fide perseverarent, salvos facere.” — *Rem. Coll. Hag., p. 34.*

[4] “Electionis fructum aut sensum in hac vita nullum agnosco.” — *Grevinch.*

[5] *Episcop. Thes., p. 35; Epist. ad Walach., p. 38; Grevinch. ad Ames., p. 133.*

[6] “Electio alia completa est, quæ neminem spectat nisi morientem, alia incompleta, quæ omnibus fidelibus communis est; ut salutis bona sunt incompleta quæ continuantur, fide continuatâ, et abnegatâ, revocantur, sic electio est incompleta in hac vita, non peremptoria, revocabilis.” — *Grevinch, ad Ames.*

[7] “Tres sunt ordines credentium et resipiscentium in Scripturis, novitii, credentes aliquandiu, perseverantes. Duo priores ordines credentium eliguntur vere quidem, at non prorsus absolute, nec nisi ad tempus, puta quamdiu et quatenus tales sunt,” etc. — *Rem. Confess., cap. xviii. sect. 6, 7.*

[8] *Aquinas.*

[9] “Nos negamus Dei electionem ad salutem extendere sese ad singulares personas, qua singulares personas.” — *Rem. Coll. Hag., fol. 76.*

[10] “Deus statuit indiscriminatim media ad fidem administrare, et prout has, vel illas personas, istis mediis credituras vel non credituras videt, ita tandem de illis statuit.” — *Corv. ad Tilen., 76.*

- [11] “Ecclesiæ tanquam sacrosancta doctrina obtruditur, Deum absolutissimo et immutabili decreto ab omni retro æternitate, pro puro suo beneplacito, singulares quosdam homines, eosque, quoad cæteros, paucissimos, citra ullius obedientiæ aut fidei in Christum intuitum prædestinasse ad vitam.” — *Præfat. Lib. Armin. ad Perk.*
- [12] “Nulla Deo tribui potest voluntas, qua ita velit hominem ullum salvari, ut salus inde illis constet certo et infallibiliter.” — *Armin. Antip.*, p. 583.
- [13] “Prædestinatio est præparatio beneficiorum quibus certissime liberantur quicunque liberantur.” — *Aug. de Bono Per. Sen.*, cap. xiv.
- [14] “Decretum electionis nihil aliud est quam decretum quo Deus constituit credentes in Christo justificare et salvare.” — *Corv. ad Tilen.*, p. 13.
- [15] “Ratio dilectionis personæ est, quod probitas, fides, vel pietas, qua ex officio suo et præscripto Dei ista persona prædita est, Deo grata sit.” — *Apol. Rem.*, p. 18.
- [16] “Rotunde fatemur, fidem in consideratione Dei in eligendo ad salutem antecedere, et non tanquam fructum electionis sequi.” — *Rem. Hag. Coll.*, p. 85.
- [17] *Grevinch. ad Ames*, p. 24; *Corv. ad Molin.*, p. 260.
- [18] “Electionis et reprobationis causa unica vera et absoluta non est Dei voluntas, sed respectus obedientiæ et inobedientiæ.” — *Epis. Disput. viii.*
- [19] “Cum peccatum pono causam meritoriam reprobationis, ne existimato e contra me ponere iustitiam causam meritoriam electionis.” — *Armin. Antip.*; *Rem. Apol.*, p. 73.
- [20] *God’s Love [Amor de Deus]*, p. 6.
- [21] “Deum nullam creaturam præcise ad vitam, æternam amare, nisi consideratam ut iustam sive iustitia legali sive evangelica.” — *Armin. Artic. Perpend.*, fol. 21.
- [22] *Vid. Prosp. ad Excep. Gen. ad Dub.*, 8, 9. *Vid. Car. de Ingratis.*, c. 2, 3.
- [23] “Non potest defendi prædestinatio ex operibus prævisis, nisi aliquid boni ponatur in homine iusto, quo discernatur ab impio, quod non sit illi a Deo, quod sane patres omnes summa consensione rejiciunt.” — *Bellar. de Grat., et Lib. Arbit.*, cap. xiv.
- [24] “Non ob aliud dicit, ‘Non vos me eligistis, sed ego vos elegi,’ nisi quia non elegerunt eum ut eligeret eos; sed ut eligerent eum elegit eos.” — *Aug. de Bono Perse*, cap. xvi.
- [25] “Dicis electionem divinam esse regulam fidei dandæ vel non dandæ; ergo, electio non est fidelium, sed fides electorum: sed liceat mihi tua bona venia hoc negare.” — *Armin. Antip.*, p. 221.

Capítulo 7

Sobre O Pecado Original E A Corrupção Da Natureza

Herodes, o Grande, havendo prometido aos judeus que reconstruiria o templo, estes temiam muito que aquele nunca fosse capaz de cumprir a sua intenção¹, mas, como um construtor imprudente, tendo demolido o antigo antes de haver sentado e considerado se ele era capaz de erguer um novo, eles poderiam ser (por seu projeto) privados de um templo. Portanto, para satisfazer seus ciúmes, ele resolveu, logo após demolir alguma parte do templo antigo imediatamente construir uma parte do novo templo em seu lugar. Exatamente assim, os Arminianos, determinando demolir o edifício da providência, graça e favor Divinos, pelo qual os homens têm subido aos Céu, e temendo que sejamos atribulados, encontrando-nos de repente privados daquilo onde nós depositamos a nossa confiança para a felicidade, eles, aos poucos, ergueram uma torre Babilônica em seu lugar, cujo topo, eles desejam nos convencer, chega até o Céu. Em primeiro lugar, portanto, eles geram as pedras angulares, clamando: “Eia! Eia!”, a elas, e lançam-nas no terreno arenoso e podre de nossa própria natureza. Agora, porque outrora alguns sábios mestres construtores descobriram que esta terra era muito imprópria para ser a base de uma edificação tão elevada, devido a uma questão de corrupção de sangue e impureza que surge no meio dela, e espalhada por toda a plataforma, para incentivar os homens a uma associação nesta tentativa desesperada, eles proclamam a todos que não há nenhuma fonte de tamanha maldade na planície que escolheram para a fundação de seu prédio orgulhoso, estabelecendo-o claramente contra o conhecimento de Deus. Tendo rejeitado que a providência de Deus é a origem daquela bondade individual que há em nossas ações, e que Sua predestinação é a causa daquela bondade moral e espiritual com que qualquer um deles se vestem, eles se esforçam para inclinar o louvor de ambas à retidão de sua natureza e à força de seus esforços próprios. Mas essa tentativa, neste último caso, pensa-se ser completamente inútil, por causa da deficiência e da corrupção da natureza, em virtude do pecado original, propagado a todos nós pelos nossos primeiros pais, pelo que nos tornamos totalmente sem integridade e santidade, e todos nós nos tornamos sábios e capazes de fazer o mal, mas totalmente impotentes e sem entendimento para fazermos o bem; portanto, eles rejeitam totalmente esta imputação de uma inerente culpa original, e demérito de punição, como um inimigo de nossa condição ativa e benemérita. E oh, que eles fossem capazes a ponto de extirpar o pecado original dos corações de todos os homens de tal forma que ele nunca mais estivesse ali, como eles têm sido para convencer as cabeças de muitos que ele jamais esteve ali!

Se alguém não sabe o quanto esta doutrina do pecado original já tem sido considerada na

igreja de Cristo deixe-o consultar os escritos de Santo Agostinho, Próspero, Hilário, Fulgêncio ou qualquer um daqueles eruditos pais que Deus despertou e capacitou para resistir e vencerem a disseminada heresia Pelagiana, ou que considere os muitos concílios, editos, decretos dos imperadores, nos quais essa doutrina herética da negação da corrupção original foi condenada, amaldiçoada e arruinada. Agora, entre aqueles muitos motivos que os levaram a proceder de forma tão severa contra esta heresia, um especialmente incutido merece nossa consideração, a saber:

O fato de haverem negado a necessidade da vinda de Cristo ao mundo para redimir a humanidade. É somente o pecado que torna necessário um Salvador; e os Cristãos tolerarão tal erro que, por consequência direta infere que a vinda de Jesus Cristo ao mundo foi desnecessária? Meu objetivo agora não é alegar quaisquer testemunhos deste tipo; mas, manter-me próximo da minha principal intenção que é demonstrar o quanto neste assunto, assim como em outros, os Arminianos apostataram da pura doutrina da Palavra de Deus, do parecer dos teólogos ortodoxos, e da Confissão da Igreja de Inglaterra.

No nono artigo da nossa igreja, que é sobre o pecado original, observo especialmente quatro coisas: Em primeiro lugar, que a culpa da corrupção e da natureza de cada homem é um mal inerente. Em segundo lugar, que a natureza do pecado é algo que não está sujeito ou submisso à lei de Deus, mas existe no próprio homem si mesmo, mesmo após o batismo. Em terceiro lugar, que, por causa do pecado original somos avessos a Deus, e inclinados a todo o mal. Quarto lugar, que o pecado original merece a ira e a condenação da parte de Deus. Tudo isto é frequente e claramente ensinado na Palavra de Deus, e no entanto, cada um destas quatro coisas são negadas pelos Arminianos, como evidencia-se por estes exemplos, em alguns deles:

Em primeiro lugar, o pecado original é *um pecado inerente e uma contaminação da natureza, tendo uma culpa adequada de si mesmo, tornando-nos merecedores da ira de Deus*, e não a mera imputação da culpa de outro a nós, sua posteridade. E isto, pesando sobre todos nós com uma culpa de uma nativa imbecilidade e insuficiência para o bem, é por esses idólatras do eu, totalmente negado.

“As crianças estão simplesmente naquela condição em que Adão estava antes de sua queda”², diz Venator. “Nem é totalmente considerável quer sejam eles filhos de crentes ou de ateus e infiéis; pois crianças, enquanto crianças, têm todas a mesma inocência”³, dizem eles em sua *Apologia*, e são ainda mais claros: “Não pode haver culpa quando nascemos”⁴. Na última expressão esses inovadores ousados, com um traço de suas penas, já derrubaram completamente uma verdade sagrada, um artigo católico, apostólico e fundamental da Religião Cristã. Mas, realmente, para mim não há argumentos mais fortes da corrupção e

pecaminosidade da nossa natureza do que ver essas questões nefastas brotarem de corações não-santificados. Vejamos, então, a Palavra de Deus confundindo este propósito Babilônico.

Em primeiro lugar, a natureza do homem, o qual a princípio foi criado puro e santo, à imagem de Deus, dotado de tal retidão e justiça, como era necessário e devido a isso, para conduzi-lo àquele fim sobrenatural para o qual foi ordenado, agora está totalmente corrompida e tornou-se abominável, pecaminosa e avessa à bondade. E que essa corrupção ou concupiscência é originalmente inerente em nós e derivada de nossos primeiros pais, é fartamente anunciado em escritos sagrados, de modo a principalmente nos obrigar a negarmos nosso eu e nos conduzirmos para Cristo. “Eis que em iniquidade fui formado, e em pecado me concebeu minha mãe” (Salmos 51:5). Aqui, para o louvor da bondade de Deus para com ele, o salmista começa com a confissão de sua perversidade natural, e do pecado em que esteve envolvido antes dele nascer. Essa perversidade natural não era peculiar a ele somente; ele não obteve esta a partir da iniquidade particular de seus progenitores, mas por uma propagação ordinária a partir do pai comum de todos nós; [...]. “A fraqueza dos membros dos bebês é inocente, e não as suas almas”⁵; eles não precisam de nada, senão apenas que os membros de seus corpos ainda não estão prontos para se tornarem instrumentos do pecado. Os bebês não são pecaminosos apenas por denominação externa — considerados assim devido a imputação da verdadeira transgressão de Adão a eles; pois todos eles são impuros por natureza (Jó 14:4), e desta impureza eles devem ser purificados “com a lavagem da água, pela palavra” (Efésios 5:26). Toda a sua natureza está povoada com aquele tipo de contaminação que é própria apenas ao pecado inerente, e não acompanha o pecado imputado; como podemos ver no exemplo de nosso Salvador que era puro, imaculado, santo, sem mácula e ainda assim “a iniquidade de todos nós” Lhe foi imputada. Algo semelhante ocorre com aquelas sentenças sobre “lava os teus pecados” (Atos 22:16); sobre “despojamento da imundícia da carne” (1 Pedro 3:21; Tito 3:5). Há nos bebês, assim que nascem, algo que os exclui do reino dos Céus; pois, a não ser que também nasçam de novo do Espírito, não entrarão nele (João 3:5).

Em segundo lugar, a oposição que é feita entre a justiça de Cristo e o pecado de Adão (Romanos 5), a qual é a base apropriada dessa doutrina, demonstra que há em nossa natureza uma corrupção pecaminosa inata; pois o pecado de Adão detém tal relação com os pecadores, procedendo dele por propagação natural, como a justiça de Cristo faz com aqueles que nascem de novo dEle através da regeneração espiritual. Mas, nós somos verdadeira, intrínseca e inerentemente santificados pelo Espírito e pela graça de Cristo; e, portanto, não há nenhuma razão pela qual, sendo tantas vezes neste capítulo chamados de pecadores por causa deste pecado original, devamos rejeitar isso como se nos preocupássemos apenas com uma denominação externa, pois a correta instituição da comparação e da sua analogia derruba completamente esta solitária imputação.

Em terceiro lugar, todas as passagens da Escritura afirmam a propensão de nossa natureza a todo o mal, e a incapacidade absoluta que há em nós para fazermos algo bom. As Escrituras afirmam também aquela desventurada oposição ao poder da piedade que trazemos conosco desde o ventre, confirmando a mesma verdade. Todavia, sobre essas passagens terei a oportunidade de falar a seguir.

Em quarto lugar, a carne, na sentença da Escritura, é uma qualidade (se assim posso dizer) inerente a nós; pois, essa, com a sua concupiscência, é contrária ao Espírito e à Sua santidade, o que certamente é inerente a nós. Agora, todo o homem, por natureza, é carne; pois “o que é nascido da carne é carne” (João 3:6); isso é algo inerente, algo que “habita” em nós (Romanos 7:17). Em suma, esta depravação, pecado e corrupção de nossa natureza é desvelada: Em primeiro lugar, por todas as passagens que lançam a culpa, ou merecimento da punição, ou contaminação sobre a própria natureza; como está escrito em Efésios 2:1, 3, nós estamos “mortos em ofensas e pecados”, sendo “por natureza filhos da ira, como os outros também”, sendo totalmente envolvidos por um “pecado que tão de perto nos rodeia” (Hebreus 12:1). Em segundo lugar, por esta depravação arraigada no coração, na vontade, na mente e no entendimento (Efésios 4:18; Romanos 12:2; Gênesis 6:5). Em terceiro lugar, por aqueles que decifram positivamente esta depravação natural (1 Coríntios 2:14; Romanos 8:7). Ou, pela Escritura identificar a carne e a corrupção desta com o velho homem (Romanos 6:6; Gálatas 5:16). De modo que não é uma mera imputação da culpa de outro, mas uma corrupção intrínseca adjacente à nossa própria natureza, a qual chamamos de pecado original. Mas, infelizmente! parece que nós, homens, não somos grandes escultores de nós mesmos, e isso deixa muitos insatisfeitos.

Os Arminianos negam toda essa imputação, como um fardo muito pesado para o estado puro e irrepreensível em que eles supõem que os homens são trazidos a este mundo. Eles negam que são culpados do pecado de Adão, e de haverem pecado nele, ou que o seu pecado não é de forma alguma imputado a nós; este é o segundo ataque deles sobre a verdade deste artigo de fé.

“Adão pecou em sua própria pessoa, e há nenhuma razão pela qual Deus deva imputar o pecado dele às crianças”⁶, diz Boræus. A natureza do primeiro Pacto, o direito e o poder de Deus, a comparação instituída pelo apóstolo entre Adão e Cristo, a constituição Divina, segundo a qual Adão foi designado ser o cabeça, a fonte e a origem de toda a espécie humana não são para Boræus absolutamente nenhuma razão para persuadi-lo. “Pois é contra a equidade”⁷, diz a *Apologia* deles “que alguém seja considerado culpado devido a um pecado que não foi cometido por ele próprio, antes este alguém deve ser reputado por inocente, e no que diz respeito à sua própria vontade, é verdadeiramente inocente”. E aqui, leitor Cristão, contemple o evidente Pelagianismo imposto sobre nós sem qualquer disfarce⁸

ou reserva; eles proclamam repentinamente que os homens são feitos puros e verdadeiramente inocentes, apesar de toda aquela contaminação natural e corrupção que a Escritura, em toda parte, afirma que eles estão repletos. Nem a razão que eles alegam possui qualquer valor, de forma que as suas vontades não concordam com isso, e o que, um pouco antes, eles claramente advertem: “É contrário à natureza do pecado que ele seja considerado o pecado de alguém que não o cometeu por sua própria vontade”⁹, e isso sendo tudo o que eles têm a dizer, eles o repetem mais e mais neste caso: “o pecado deve ser voluntário, ou então não é pecado”. Mas eu digo que isso não tem força alguma; pois: em primeiro lugar, São João, em sua definição mais exata de pecado, não exige a voluntariedade na natureza do mesmo, mas apenas uma obliquidade, um desvio da regra. É uma anomia, uma discrepância da lei, quer seja voluntária ou não isso não importa tanto; mas com suficiente certeza existe em nossa natureza tal repugnância à lei de Deus. De modo que, em segundo lugar, se originalmente estamos livres de uma real transgressão voluntária, contudo, não estamos de uma habitual digressão voluntária e exorbitância da lei. Mas, em terceiro lugar, no que diz respeito à nossa vontade, não somos assim inocentes; porque todos pecaram em Adão, como afirma o apóstolo. Agora, todo o pecado é voluntário, dizem os Remonstrantes e, portanto, levando esta declaração deles em consideração, a transgressão de Adão foi o nosso pecado voluntário também, e isso, em diversos aspectos: em primeiro lugar, em que seu ato voluntário nos é imputado como nosso, em virtude do Pacto [de Obras] que foi feito com ele em nosso nome. Mas, devido a isso, consistindo em uma imputação, deve ser extrínseco a nós, portanto, em segundo lugar, nós dizemos que Adão, sendo a raiz e cabeça de toda a espécie humana, e nós, todos os ramos desta raiz e as partes daquele corpo em que ele era o cabeça, *sua vontade é dita ser a nossa. Éramos, então, todos um só homem*¹⁰, estávamos todos nele, e não tínhamos outra vontade senão a dele; de modo que, apesar disso ser extrínseco a nós, considerados como pessoas em particular, contudo é intrínseco, considerando que somos todos partes de uma natureza comum. Como nele nós pecamos, assim, nele nós tivemos uma vontade de pecar. Em terceiro lugar, *o pecado original é um defeito da natureza, e não desta ou daquela pessoa em particular*¹¹: nisto Alvarez fundamenta a diferença entre o pecado atual e o original, a saber, que um é sempre cometido pela vontade própria do pecador e para que o outro fosse cometido foi necessário apenas a vontade de nosso primeiro pai, que era o cabeça da natureza humana. Em quarto lugar, o pecado original é hereditário, natural e de maneira nenhuma involuntário ou colocado sobre nós contra a nossa vontade. O pecado original possui domínio sobre as nossas vontades e nos inclina para pecados voluntários.

Não vejo nenhuma razão, então, por que Corvinus deva afirmar, como ele faz, “Isso é um absurdo, que pela desobediência de um só homem, muitos devem ser feitos, de fato, desobedientes”¹², a menos que ele tenha feito isso propositalmente, para contradizer São Paulo, que nos ensinou: “Porque, como pela desobediência de um só homem, muitos foram feitos

pecadores, assim pela obediência de um muitos serão feitos justos” (Romanos 5:19). *Paulus ait, Corvinus negat; eligite cui credatis* — Escolha em quem você crerá, em São Paulo ou nos Arminianos. A soma de seus esforços neste particular é limpar a natureza do homem de ser em alguma forma culpada pelo real pecado de Adão, como sendo, então, nele um membro e parte desse corpo do qual ele era o cabeça, ou de ser desagradável a uma imputação deste pecado, devido aquela aliança que Deus fez com todos os homens nele [i.e., o Pacto de Obras]. De modo que, negando, como você viu antes, toda a corrupção inerente e depravação da natureza, e agora toda a participação, por qualquer meio, na transgressão de Adão, me parece que eles lançam uma grande calúnia sobre o Deus todo-poderoso, porém Ele lidou com Adão como se seu pecado fosse particularmente seu, ainda assim, lançou-nos, sua mui inocente posteridade, fora do Paraíso. Parece um caso difícil, que não qualquer desvio ou pecado em nossa natureza para merecê-lo, nem nenhuma participação em sua desobediência, a qual tinha sido o meio de redundar em muita felicidade para nós, contudo, ainda permanecemos envolvidos em tão grande punição como estamos; pois, que não estamos agora, pelo nascimento, sob pena de maldição e castigo, eles nunca serão capazes de convencer qualquer pobre alma que já ouviu falar do Paraíso, ou do jardim onde Deus primeiramente colocou Adão.

E, apesar de todo o restante, na sua opinião, ser de pouca importância, apenas uma enfermidade e debilidade da natureza, ou qualquer coisa assim, entretanto, seja o que for, eles confessam que isso se evidencia em nós, assim como nele. “Nós confessamos”¹³, dizem eles, “que o pecado de Adão pode ser, até agora, dito ser imputado à sua posteridade, na medida em que Deus fez com que todos nascessem como obnoxios, por causa do castigo que Adão incorreu devido ao seu pecado, ou permitiu que o mal que foi infligido a ele venha sobre sua posteridade”. Agora, se este castigo que acontecerá, nunca que seja pequenís-simo, ainda que não tenhamos nenhum demérito, nem participação no pecado de Adão, esse é um tal ato de injustiça imputado ao Santíssimo que devemos rejeitar com, com um: “Deus nos livre”! Longe do Juiz de todo o mundo punir o justo com o ímpio. Se Deus imputa o pecado de Adão a nós, e nisso nos declara obnoxios à maldição merecida por ele — se nós temos uma natureza pura, sem pecado, sem mácula —, esse mal não poderia ser conciliado com a regra de Seu procedimento em Justiça para com os filhos dos homens: “A alma que pecar, essa morrerá” [Ezequiel 18:20], esta passagem garante claramente uma impunidade a todos quantos não estão contaminados com o pecado. Pecado e punição, embora às vezes sejam separados por Sua misericórdia, que perdoa a um e por isso não inflige o outro, ainda assim, nunca por Sua justiça, pois esta nunca inflige o último onde o primeiro não existe. O pecado imputado, por si só, sem uma culpa inerente, nunca foi punido em qualquer um, exceto Cristo. A inescrutabilidade do amor e justiça de Deus, ao colocar a iniquidade de nós todos sobre Aquele que não tinha pecado, é uma exceção a esta regra geral em que Ele adota ao lidar com a posteridade de Adão. Portanto, se a punição não for devida a nós por um único pecado imputado, também não será consistente com a justiça e

a equidade de Deus imputar qualquer culpa a nós, nem poderíamos ser justamente ter sido postos debaixo de uma tal maldição e castigo, como a terrível experiência nos ensina que estamos. Agora, neste ato de injustiça, com o qual eles acusam o Todo-Poderoso, os Arminianos alocam toda a natureza do pecado original. “Nós não consideramos”¹⁴, dizem eles, “o pecado original como um pecado propriamente dito, que não deve fazer a posteridade de Adão merecer a ira de Deus, nem um mal que seja propriamente merecedor de uma punição para aquela, mas apenas como uma fraqueza da natureza”. Eles interpretam o pecado original como uma espécie de mal que, sendo infligido em Adão, Deus alcança também a posteridade dele. Assim, toda a depravação da natureza, a contaminação, a culpa e a concupiscência que derivamos de nossos primeiros pais, a imputação da transgressão real de Adão, são totalmente reduzidos a uma pequena enfermidade infligida a pobres criaturas inocentes.

Mas, deixe que eles desfrutem de sua própria sabedoria, que é terrena, sensual e diabólica. A Bíblia é clara ao afirmar que o pecado de Adão é o pecado de todos nós, não somente por propagação e comunicação (pelo que não a sua culpa singular, mas algo da mesma natureza deriva para nós), mas também por uma imputação de sua real transgressão a todos nós, e sua particular desobediência, que resultou na nossa própria. As bases dessa imputação eu mencionei antes, as quais podem todas ser reduzidas a ele sendo a comum pessoa e cabeça de toda a nossa natureza; o que nos investe de uma dupla participação em seus deméritos: 1. Enquanto nós estávamos nele, então, participávamos dele; 2. Enquanto ele esteve no lugar e representou toda a nossa natureza, na aliança que Deus fez com ele. Tudo isso que foi dito, de acordo com a exigência da justiça de Deus, demanda que sua transgressão seja também considerada como nossa. E São Paulo é claro, de modo que não apenas “pela desobediência de um só homem, muitos foram feitos pecadores” (Romanos 5:19), pela derivação de uma natureza corrompida, mas também que “por uma só ofensa veio o juízo sobre todos os homens para condenação” (v. 18). Pelo seu único pecado todos nós fomos considerados merecedores de juízo e condenação; e, assim, no versículo 12, ele afirma que por um só homem entrou o pecado e a morte sobre todo o mundo; e isso porque todos nós pecamos nele; o que de nenhuma outra forma entendemos, senão que sua transgressão, na avaliação de Deus, é contada como nossa. E a oposição que o apóstolo ali faz entre Cristo e a sua justiça e Adão e a sua desobediência suficientemente evidenciam isto, como pode ser demonstrado por meio desse esquema¹⁵:

Sicut	ex	Adamo, in	κρίμα,	redundavit,	κατάκριμα,	per	παράπτωμα
Sic		Christo, omnes	χάρις	eis	δικαίωσιν	unum	Adami,
			Θεοῦ,		ζωῆς,		δικαίωμα
							Christi.

Toda a semelhança consiste principalmente na imputação do pecado de Adão e da justiça de Cristo, à semente de um por natureza, e do outro pela graça. Mas, que sejamos conside-

rados justos pela justiça de Cristo é, entre os Protestantes (embora alguns tenham diferenças na forma de suas expressões) algo inquestionável; e, portanto, somos não menos seguramente considerados pecadores pelo, ou culpados do, primeiro pecado de Adão.

Não mostrarei a oposição deles à verdade em muitos outros casos particulares referentes a este artigo do pecado original, tendo sido há muito mui excelentemente prevenido, mesmo neste próprio método, pela oposição da Escritura e da doutrina ortodoxa da nossa igreja, pelo famoso erudito, Mestre Reynolds, em seu excelente tratado: “*Of the Sinfulness of Sin*” [Sobre a Pecaminosidade do Pecado], onde ele desvelou os seus erros, respondeu plenamente as suas objeções sofistas, e invencivelmente confirmou a verdade da Palavra de Deus. Apenas, por haver mostrado como eles transformam isso que chamamos de pecado original em pecado nenhum, nem inerente a nós, nem imputado a nós, nem nenhuma punição verdadeiramente assim chamada; assim, porque a nossa igreja diz diretamente que isso merece condenação, eu mostrarei brevemente o que eles concebem ser o merecimento disso.

Em primeiro lugar, quanto ao próprio Adão, eles afirmam “que a morte era ameaçada a ele se transgredisse o pacto, e devido a ele, por isso¹⁶, não era nem a morte física, pois antes ele era sujeito à ela, pela constituição primária de sua natureza; nem ainda uma tal morte eterna a ponto de ser acompanhada com a condenação ou o castigo eterno”. Não, então, aprendemos aqui alguma nova teologia. Os Cristãos até então criam que tudo o que pode ser compreendido sob o nome de morte, juntamente com os seus antecedentes, consequentes e atendentes, foi ameaçado a Adão nesta cominação; e os teólogos, até o dia de hoje, encontram apenas esses dois tipos de morte na Escritura, como penalidade aos homens, e propriamente assim chamada; e vamos agora ser persuadidos de que nenhuma dessas foi ameaçada a Adão? Tem que ser assim, se nós quisermos acreditar nos Arminianos; não foi nem a uma nem a outra anterior, mas desde que ele foi criado mortal, e sujeito a uma morte física, a sanção da sua obediência era uma ameaça de dissolução total da sua alma e do corpo, ou uma redução ao seu nada primitivo. Mas, e se um homem não quiser acreditar em suas palavras, mas crer, de acordo com São Paulo, que a morte entrou pelo pecado; que, se nós nunca tivéssemos pecado, nós nunca morreríamos; que o homem, no estado de inocência, era, por constituição Divina, livre até mesmo de morte física, e todas as coisas conducentes diretamente a isso? Segundo, aquela morte ameaçada aos nossos primeiros pais, compreendia também a condenação da alma e do corpo para sempre. Mas quanto àquela dissolução imaginária que eles afirmam há alguma, por menor que seja, insinuação na Palavra de Deus!? — Ora, eu confesso que eles têm atrevimento suficiente, em vários lugares, para requerer que acreditemos em suas afirmações, mas nunca confiança suficiente para se aventurarem de uma vez a provar a verdade do que eles afirmam. Agora, eles que tornam tão leve o merecimento deste pecado no próprio Adão, certamente mal permitirão que a posteridade dele tenha absolutamente qualquer demérito.

“A afirmação de que alguma vez alguém foi condenado pelo pecado original e julgado a tormentos eternos, é merecidamente duvidosa. Sim, nós não duvidamos em afirmar que nunca alguém foi assim condenado”¹⁷, diz Corvinus. E que esta não é uma opinião unicamente sua, ele declara, citando a você nada menos do que o seu mestre, Armínio: “É a mais pura verdade”, diz ele, “que Armínio ensina que é perversamente dito que o pecado original faz um homem culpado de morte”¹⁸. Isso parece se referir a qualquer morte: temporal, eterna ou aquela aniquilação que eles sonham. O que ele disse é verdade? Armínio afirmou isso, acrescentando esse motivo: “Porque este é somente o castigo do real pecado de Adão”¹⁹. Agora, de que tipo de punição eles fazem isso ser, mostrei anteriormente. Mas realmente eu me pergunto, vendo que eles são em toda parte tão peremptórios ao afirmarem que a mesma coisa não pode ser um pecado e um castigo, por que eles tão frequentemente apelidam esta “enfermidade da natureza”, e chamam-na de um pecado; que eles supõem diferir mais disso do que o fogo da água. Será que é porque eles não estão dispostos, por renomeá-lo, a contradizer São Paulo em termos expressos, nunca o propondo sob qualquer outra denominação, ou, se eles podem obter um estratagemasofística para isso para que, ao fazê-lo, os Cristãos possam mais claramente discernir a heresia deles? [...].

E assim, você vê que eles fazem desta depravação original da nossa natureza, no máximo, uma enfermidade ou fraqueza da mesma, no entanto, nem um pecado, nem o castigo do pecado propriamente dito, nem mesmo algo que mereça castigo como um pecado; cuja última afirmação, se é conforme a Sagrada Escritura ou não, estas três observações seguintes declararão:

Em primeiro lugar, não há nenhuma confusão, nenhuma desordem, nem vaidade no mundo todo, em qualquer uma das criaturas de Deus, que não seja um castigo de nosso pecado em Adão. Aquela grande e quase universal ruína da natureza, proveniente da maldição de Deus cobrindo a terra, e a ira de Deus revelando-se desde o Céu, é a retribuição adequada à transgressão dele. Foi pela grande misericórdia de Deus que toda a estrutura da natureza não foi prontamente lançada em trevas, e reduzida à sua confusão primitiva. Tivéssemos nós sido privados das restantes faíscas da imagem de Deus em nossas almas, que nos reivindicam a partir do número dos animais que perecem, teríamos todos nascidos tolos e desprovidos de razão. Por lidar assim com alguns em particular, Ele nos demonstra o que ocorreria, se tivesse a justiça apenas levado todos em geral à mesma miséria. Todas as coisas, quando Deus as criou, eram muitíssimo boas, e avaliadas assim pela sabedoria do próprio Deus; mas o nosso próprio pecado compeliu o bom e sábio Criador a odiar e amaldiçoar a obra de Suas próprias mãos. “Maldita é a terra”, disse Ele a Adão, “por causa de ti; com dor comerás dela todos os dias da tua vida. Espinhos, e cardos também, te produzirá” (Gênesis 3:17-18). Consequentemente, foi que aquele pesado fardo de “vaida-

de”, aquela “servidão da corrupção”, segundo o que até agora “toda a criação geme e está juntamente com dores de parto”, até que ela seja liberta. Agora, se o nosso pecado teve uma influência maligna tão estranha sobre as coisas que não têm nenhuma relação conosco, senão apenas que foram criadas para o nosso uso, certamente é grande a misericórdia de Deus que nós mesmos não estejamos completamente amaldiçoados, embora todos nós estejamos envolvidos com diversos tristes efeitos desta iniquidade, permanecendo, em verdade, sob várias misérias esmagadoras, e merecidamente sujeitos à destruição eterna. De modo que,

Em segundo lugar, morte temporal, com todos os seus antecedentes e atendentes — todas as enfermidades, misérias, doenças, paixões avassaladoras e destruidoras, infortúnios que são penais, todo o mal conducente a isso ou vinculado a ele — são um castigo pelo pecado original; e isso não somente porque o primeiro pecado real de Adão é imputada a nós, mas a maioria deles são questões próprias daquela corrupção nativa e contaminação do pecado, que encontra-se agitada e operante dentro de nós para a produção de tais tristes efeitos; sendo toda a nossa natureza, por meio disso, completamente contaminada. Assim, em nossas almas, nós todos somos desordenados e destemperados por causa de desejos, concupiscências, paixões, cegueira da mente, perversidade da vontade e desordem dos afetos. Estes que nos afligem e perturbam, são precisamente problemas próprios daquele pecado inerente que se apodera de toda a nossa alma.

Sobre o corpo, também, isso tem tão grande influência, em dispor à corrupção e mortalidade, como é a origem de todas essas enfermidades, doenças e males que fazem que não seja outra coisa senão um depósito de tais misérias para a própria morte. Como estes e níveis semelhantes são os passos que nos levam em ritmo acelerado na estrada que tende à morte, assim estão as causas eficientes, diretas, internas da mesma, em subordinação à justiça do Deus todo-poderoso, por tais meios infringindo-a como uma punição de nossos pecados em Adão. O homem antes de sua Queda, embora não no que diz respeito à questão pela qual ele foi criado, nem mesmo apenas no que diz respeito à sua forma vivificada, mas no que diz respeito à ordenação de Deus, era imortal, um guardião de sua própria eternidade. A morte, a que antes ele não era sujeito foi ameaçada como um castigo de seu pecado: “Porque no dia em que dela comeres, certamente morrerás” [Gênesis 2:17], a exposição destas palavras, dadas por Deus no momento de infligir este castigo, e pronunciando o homem sujeito à mortalidade, demonstra claramente que isso envolvia a morte física também: “Porquanto és pó e em pó te tornarás” [Gênesis 3:19]. Nosso retorno ao pó nada é, senão a alma deixando o corpo, segundo o que, antes, ela era preservada da corrupção. Mais adiante, São Paulo opõe aquela morte que nós tivemos pelo pecado de Adão, à ressurreição do corpo pelo poder de Cristo: “Porque assim como a morte veio por um homem, também a ressurreição dos mortos veio por um homem. Porque, assim como

todos morrem em Adão, assim também todos serão vivificados em Cristo” (1 Coríntios 15:21-22). A vida que todos receberão pelo poder de Cristo no último dia é essencialmente uma reunião da alma e do corpo; e, portanto, sua separação é uma coisa que nós incorremos pelo pecado de Adão. O mesmo apóstolo também descreve um reinado universal da morte sobre todos, em virtude da primeira transgressão (Romanos 5). Até mesmos as doenças, nas Escrituras, são atribuídas ao pecado, como sua causa meritória (João 5:14; 1 Coríntios 11:30; Apocalipse 11:22). E, em relação a todos estes, a misericórdia de Deus não se interpôs assim, mas, todos os filhos dos homens são, de alguma forma, participantes deles.

Em terceiro lugar, o merecimento final do pecado original, conforme nosso artigo fala, é tanto a condenação, — a ira de Deus deve ser derramada sobre nós em tormentos eternos do corpo e da alma. Para este fim, também, muitos julgamentos anteriores de Deus são subservientes —, como a privação da retidão original (que Ele tomou e reteve por Adão tê-la lançado fora), deserção espiritual, permissão do pecado, com todas as outras depravações destruidoras de nossa natureza, na medida em que são meramente penais; alguns dos quais são consequentes imediatos da real transgressão singular de Adão, como a privação da justiça original; outros, como a condenação em si, os próprios efeitos derivados daquele pecado e da contaminação que existe em nós. Não há ninguém condenado, senão pelo seu próprio pecado. Quando teólogos afirmam que pelo pecado de Adão somos culpados de condenação, não significa que qualquer um é exatamente condenado por este fato particular; mas isso por seu pecado, e nosso pecar nele, pela justíssima ordenação de Deus, nós contraímos aquela excessiva depravação e pecaminosidade da natureza que merece a maldição de Deus e condenação eterna. Deve haver uma impureza inerente que, em verdade, exclui do reino dos céus (Apocalipse 21:27) [...]. A alma, então, que é culpada de pecado morrerá, e isso por sua própria culpa. Se Deus nos condenasse apenas pelo pecado original, isso não seria por causa da imputação da culpa de Adão, mas pela iniquidade daquela porção da natureza da qual somos possuidores [...].

E esta é a doutrina de nossa Igreja, conforme a Escritura, afirmando que o merecimento do pecado original é a ira e condenação da parte de Deus. Como a doutrina Arminiana se opõe a isso, evidencia-se desta forma:

Sola Scriptura	Livre Arbítrio
Pois assim como por uma só ofensa veio o juízo sobre todos os homens para condenação” (Romanos 5:18).	“Adão pecou apenas em sua própria pessoa, e não há nenhuma razão para que Deus impute este pecado às crianças” (Martinus Boraesus).

Porque, como pela desobediência de um só homem, muitos foram feitos pecadores” (Romanos 5:19).	“É um absurdo que pela desobediência de um só homem muitos sejam feitos, de fato, desobedientes” (Johannes Arnoldus Corvinus).
“Eis que em iniquidade fui formado, e em pecado me concebeu minha mãe” (Salmos 51:5).	“As crianças estão simplesmente naquela condição em que Adão estava antes de sua queda” (Adolphus Venator).
[...] “Quem do imundo tirará o puro? Ninguém” (Jó 14:4). “Na verdade, na verdade te digo que aquele que não nascer de novo, não pode ver o reino de Deus” (João 3:3); “O que é nascido da carne é carne” (João 3:6).	[...] “O que nós obtemos pelo nascimento pode ser nenhuma impiedade de pecado, porque nascer é evidentemente involuntário” (Idem).
“Éramos por natureza filhos da ira, como os outros também” (Efésios 2:3); “Portanto, como por um homem entrou o pecado no mundo, e pelo pecado a morte, assim também a morte passou a todos os homens por isso que todos pecaram” (Romanos 5:12); “Porque eu sei que em mim, isto é, na minha carne, não habita bem algum” (Romanos 7:18).	“O pecado original não é um pecado propriamente dito, que torne a posteridade de Adão culpada da ira de Deus, nem mesmo uma punição de algum pecado neles” (Apologia Pró-Confissão Remonstrante); “é contra a equidade que alguém seja considerado culpado devido um pecado que não é o seu, que alguém deva ser reputado inocente, quem, no que diz respeito à sua própria vontade, é verdadeiramente inocente” (Idem).
“Porque no dia em que dela comeres, certamente morrerás” (Gênesis 2:17); “Porque, assim como todos morrem em Adão, etc” (1 Coríntios 15:22); “éramos por natureza filhos da ira” (Efésios 2:3); “E não entrará nela coisa alguma que contamine” (Apocalipse 21:27).	“Deus nem o faz nem pode em justiça nomear qualquer um para o inferno por causa do pecado original” (Apologia Pró-Confissão Remonstrante); “É perversamente dito, que o pecado original faz de qualquer um culpado de morte” (Jacó Armínio); “Nós de nenhuma maneira duvidamos ao afirmar que jamais alguém foi condenado pelo pecado original” (Johannes Arnoldus Corvinus).

Notas:

- [1] *Joseph. Antiq. Judæ., lib. xv. cap. 11, sect. 6.*
- [2] “Infantes sunt simpliees, et stantes in eodem statu in quo Adamus fuit ante lapsum.” — *Venat. Theol. re. et me., fol. 2.*
- [3] “Nec refert an infantes isti sint fidelium, an ethnicorum liberi, infantium enim, qua infantium, eadem est innocentia.” — *Apol. Rem., p. 87.*
- [4] “Malum culpæ non est, quia nasci plane est involuntarium,” etc. — *Ibid, p. 84.*
- [5] “Imbecillitas membrorum infantilium innocens est, non animus.” — *Aug.*
- [6] “Adamus in propria persona peceavit, et nulla est ratio cur Deus peccatum illud infantibus imputet.” — *Bor. in Artic. xxxi.*
- [7] “Contra æquitatem est, ut quis reus agatur propter peccatum non suum, ut vere nocens judicetur, qui quoad propriam suam voluntatem innocens est.” — *Apol. Rem., c. vii. p. 84.*
- [8] Uma antiga palavra Saxã, que denota cerca ou fronteira — Nota do Editor da obra traduzida.
- [9] “Contra naturam peccati est, ut censeatur peccatum, aut ut proprie in peccatum imputetur, quod propria voluntate commissum non est.” — *Apol. Rem., c. vii. p. 84.*
- [10] “Omnes eramus unus ille homo.” — *Aug.*
- [11] “Est voluntarium, voluntate primi originantis, non voluntate contrahentis: ratione naturæ, non personæ.” — *Thom, 1, ii., q. 81, a.*
- [12] “Absurdum est ut ex unius inobedientia multi actu inobedientes, facti essent.” — *Corv. ad Molin., cap. vii. sect. 8.*
- [13] “Fatetur peccatum Adami, a Deo posse dici imputatum posteris ejus, quatenus Deus posteros Adami eidem malo, cui Adamus per peccatum obnoxium se reddidit, obnoxios nasci voluit; sive quatenus Deus, malum, quod Adamo inflictum erat in pœnam, in posteros ejus dimanare et transire permisit.” — *Apol. Rem., p. 84.*
- [14] “Peccatum itaque originale nec habent pro peccato proprie dicto, quod posteros Adami odio Dei dignos faciat, nec pro malo, quod per modum proprie dictæ pœnæ ab Adamo in posteros dimanet sed pro infirmitate,” etc. — *Apol. Rem., fol. 84.*
- [15] *Paræus., ad Rom. v.*
- [16] “Cum de æterna morte loquuntur Remonstrantes in hac de Adamo quæstione, non intelligunt mortum illam, quæ æterna pœna sensus — dicitur,” etc. — *Apol. Rem., cap. iv. p. 57.*
- [17] “An ullus omnino homo, propter peccatum originis solum damnetur, ac æternis cruciatibus addicatur, merito dubitari potest: imo nullum ita damnari affirmare non veremur.” — *Corv. ad Molin., cap. ix. sect. 5.*
- [18] “Verissimum est Arminium docere, perverse dici peccatum originis reum facere mortis.” — *Corv. ad Tilen., p. 888.*
- [19] “Perverse dicitur peccatum originis, reum facere mortis, quum peccatum illud pœna sit peccati actualis Adami.” — *Armin. Resp. ad Quæst. ix. a. 3.*

Capítulo 8

Sobre O Estado De Adão Antes Da Queda, Ou Sobre A Justiça Original

No último capítulo mostramos a tentativa Arminiana de novamente promover o avanço da natureza corrompida do homem àquele estado de inocência e santidade que havia no início pela criação de Deus; e neste propósito — porque eles não podem apenas perceber que o sucesso não é compatível aos seus desejos, e não sendo capazes de negar, senão que para tanto bem quanto nós carecemos (tendo-o lançado fora), ou o mal do pecado a que estamos sujeitos, mais do que estávamos em nossa primeira criação, temos de ser responsáveis quanto à justiça de Deus —, eles se esforçam para rebaixar os nossos primeiros pais até mesmo desde o instante de sua formação, à mesma condição em que estamos envolvidos devido à natureza corrompida. Mas, em verdade, eu temo que eles escassamente obterão tão próspera questão de seu esforço quanto Maomé teve, quando ele prometeu ao povo que ele faria com que uma montanha viesse até ele; pessoas se reuniram para ver este milagre, mas a montanha não se movia quando ele a chamava, então ele respondeu: “Se a montanha não virá a Maomé, Maomé irá até a montanha”, e para lá ele se dirigiu. Pois, nós encontraremos que nossos Arminianos não podem nem subir a elevada montanha da inocência, nem mesmo chamá-la para o vale do pecado e da corrupção em que eles estão. Já vimos quão vã e frustrada foi a sua tentativa anterior. Agora, vamos ter uma visão de sua aspirante insolência, no sentido de tornar as criaturas de Deus, puras, santas e sem máculas de qualquer pecado, envolvidas na mesma miséria e perversidade da natureza em que nós mesmos nos encontramos.

Não é minha intenção entrar em qualquer discurso curioso sobre a condição e graça de Adão antes de sua Queda, mas apenas dar um assentimento fiel ao que o próprio Deus afirmou sobre todas as obras de Suas mãos: elas eram muitíssimo boas. Sem mal, sem deformidade, ou qualquer coisa que tende para isso, fluiu imediatamente daquela Fonte de bondade e sabedoria; e, portanto, sem dúvida, o homem, a mais excelente obra de Suas mãos, a maior glória do seu Criador, era, então, sem mancha ou defeito, dotado de todas as perfeições que a sua natureza e estado de obediência eram capazes de produzir. E, nós devemos ser cuidadosos ao lançar quaisquer calúnias de defeito sobre ele, as quais nós não atribuiríamos, com a mesma ousadia, à imagem de Deus.

Nada mais manifesta o desvio da nossa natureza, a partir de sua primeira constituição, e declara a corrupção com que estamos contaminados, do que a propensão que há em nós para tudo o que é mau; aquela inclinação da carne que cobiça sempre contra o Espírito;

aquela luxúria e concupiscência que fomenta, concebe, gera, produz e alimenta o pecado; aquela perpétua propensão, que há na natureza não-regenerada, a cada coisa que é contrária à pura e santa lei de Deus. Agora, porque nem a Escritura, nem a experiência permitirão que os Cristãos completamente neguem essa depravação de nossa natureza, esta aversão a todo bem e uma propensão para o pecado, os Arminianos buscam atenuar isto tanto quanto são capazes, afirmando que este não é grande problema, não mais do que Adão estava sujeito no estado de inocência. Mas, o quê?! Deus criou Adão com uma propensão para o mal? Era esta uma parte de Sua gloriosa imagem em cuja semelhança ele foi formado? Sim, diz Corvinus: “em razão de sua criação, o homem tinha uma afeição para o que era proibido pela lei”¹. Mas, ainda assim, parece injustiça, que “Deus deva dar a um homem uma lei para guardar, e colocar sobre sua natureza uma repugnância a essa lei”²; como um deles afirmou no *Sínodo de Dort*. “Não”, diz o autor anterior; “o homem não teria sido apropriado a ter uma lei dada a ele, se ele não fora dotado de uma propensão e inclinação naturais para o que é proibido pela lei”³. Mas, por que isso é tão necessário nos homens, em vez dos anjos? Sem dúvida, havia uma lei, uma regra para a sua obediência, dada a eles em sua primeira criação, que alguns transgrediram, quando outros a mantiveram inviolável. Eles também tinham uma tendência para pecar co-criada com a sua natureza? Eles tinham uma afeição natural estabelecida sobre eles, por Deus, que era proibida pela lei? Deixe apenas aqueles que desejam ser mais sábios do que a Palavra de Deus colocarem tal injustiça sobre o justo Juiz de toda a terra. Mas assim parece que deve ser. “Havia uma inclinação no homem para o pecado, antes da Queda, embora não totalmente, nem de modo veemente e exagerado como acontece agora”⁴, diz Armínio. Até agora nós pensamos que a justiça original, em que Adão foi criado compreendia a integridade e a perfeição do homem todo; não apenas que o corpo era obediente à alma, e todas as afeições subservientes ao império da razão para o desempenho de todas as ações naturais, mas também uma luz, retidão e santidade graciosas na mente e na vontade, pelo que ele era habilitado a prestar obediência a Deus para a consecução desse fim sobrenatural para o qual ele foi criado. Não; apenas a “justiça original”⁵, dizem os nossos novos doutores, “não passava de um freio para ajudar a manter a concupiscência desenfreada do homem dentro dos limites”, de forma que as faculdades de nossas almas nunca foram dotadas de qualquer santidade inata adequada a elas próprias. “Na morte espiritual do pecado não existem dons espirituais propriamente faltosos na vontade, porque eles nunca estiveram lá”⁶, dizem os seis interlocutores em Hague.

A suma disto é que, o homem foi criado com uma natureza não somente fraca e imperfeita, incapaz por sua força e dons naturais de atingir aquela finalidade sobrenatural para a qual ele foi criado, e que lhe era ordenado buscar, mas também depravado, com um amor e desejo pelas coisas repugnantes à vontade de Deus, em razão de uma inclinação inata para pecar. Não corretamente pertence a este lugar mostrar como eles atenuam esses dons

também que eles não podem senão negar que ele era dotado, e também negam aqueles que ele tinha, como um poder de crer em Cristo, ou consentir com alguma verdade que Deus revelasse a ele; e eles ainda concedem esse privilégio a cada um de seus descendentes, nessa condição depravada da natureza em que o pecado nos lançou. Nós todos agora temos um poder para crer em Cristo; ou seja, Adão, devido a sua Queda, obteve um dom sobrenatural muito mais excelente do que qualquer outro que ele tivesse anteriormente. E não permita que aqui eles intencionem a universalidade da Nova Aliança, até que possam prová-la; e estou certo de que isso será o suficiente. Mas isso, eu digo, não pertence a este lugar; apenas, vejamos como, a partir da Palavra de Deus, nós podemos derrubar a já mencionada e odiosa heresia:

No princípio, “criou Deus o homem à sua imagem” (Gênesis 1:27), ou seja, “reto” (Eclesiastes 7:29), dotado de uma natureza composta de obediência e santidade. Aquela graça habitual e justiça original com que foi investido era de uma forma devida a ele para a obtenção daquele fim sobrenatural para o qual ele foi criado. A retidão universal de todas as faculdades de sua alma, progrediam pelas graças sobrenaturais, o que lhe permitia o cumprimento dos seus deveres que lhes eram exigidos, isso é o que chamamos de a inocência de nossos primeiros pais. Nossa natureza era então inclinada somente para o bem, e adornada com todas aquelas qualificações que eram necessárias para torná-lo agradável a Deus, e ser capaz de fazer o que era exigido de nós pela lei, sob esta condição, para a felicidade eterna. A natureza e a graça, ou justiça original, antes da Queda, não devem ser tão distintas como se em alguma houvesse alguma propensão para o mal, a qual era resistida e suprimida pela outra; pois ambas concordantes, em uma doce união e harmonia, conduziam-nos através do caminho da obediência à bem-aventurança eterna. Não havia contendas entre a carne e o Espírito; mas como todas as outras coisas neles, assim todo o homem juntamente almejava o seu próprio bem maior, tendo em seu poder todos os meios para alcançá-lo. Que não havia então, na natureza pura do homem, nenhuma inclinação para o pecado, nenhuma concupiscência por aquilo que é mau, nenhuma repugnância à lei de Deus, pois,

Em primeiro lugar, a Escritura, ao descrever a condição de nossa natureza em sua primeira criação, não sugere nenhuma propensão para o mal, mas, sim, uma perfeição santa, completamente livre do mal. Nós fomos criados “à imagem de Deus” (Gênesis 1:27), em uma retidão tão perfeita quanto oposta a todas as más invenções (Eclesiastes 7:29); cuja imagem, quando somos novamente, em alguma medida “renovados” pela graça de Cristo (Colossenses 3:10), vemos pelos primeiros frutos que ela consistia em “verdadeira justiça e santidade” — em verdade e perfeita santidade (Efésios 4:24).

Em segundo lugar, uma inclinação para o mal, e cobiça pelo que é proibido, consiste

naquela concupiscência desordenada com que a nossa natureza está agora infectada; o que em toda parte nas Escrituras é condenado como pecado; São Paulo, em Romanos 7, afirma expressamente que isso é um pecado, e proibido pela lei (v. 7), produzindo todo tipo de mal, e se opondo a tudo que é bom: um “corpo de morte” (v. 24); e São Tiago faz disso o próprio ventre de toda a iniquidade (Tiago 1:14-15). Certamente a nossa natureza não era, a princípio, oprimida com tal malignidade inata. Onde está a honestidade e inocência que temos até agora concebido que nossos primeiros pais desfrutaram antes da Queda? A repugnância à lei deve necessariamente ser algo pecaminoso. Uma inclinação para o mal, para algo proibido, é uma *anomia*, um desvio e discrepância da pura e santa lei de Deus. Não devemos falar mais nada, então, sobre o estado de inocência, senão apenas sobre um curto espaço em que nenhuns reais pecados exteriores foram cometidos. Sua raiz adequada, se isso for verdade, foi co-criada com a nossa natureza. Esta é aquela harmonia obediente a todos os mandamentos de Deus, que é necessária a uma criatura pura e inocente, que tem uma lei prescrita a ele? Por qual dos Dez Mandamentos esta inclinação para o mal é requerida? Será por este, “não cobiçarás?”. Ou pela soma de todos eles: “Amarás o Senhor teu Deus de todo o teu coração”, e etc? É esta toda a felicidade do paraíso: ser perturbado com uma vaidosa natureza cheia de desejos vãos, e com um fluxo principal que se precipita para toda a iniquidade, se o seu apetite violento não for poderosamente retido pelo cabresto e freio da justiça original? Então, isso que vemos nas crianças agora⁷ deve ter acontecido com eles no Paraíso, se eles estivessem sujeitos a essa rebelde inclinação ao pecado.

Em terceiro lugar, e principalmente, de onde a nossa natureza primitiva deriva essa afeição pelas coisas que eram proibidas, essa rebelião e repugnância à lei, que deve, necessariamente, ser uma *anomia*, e assim uma coisa pecaminosa? Se ainda não havia nenhum demérito para que isto fosse merecido como um castigo, então de onde surgiu este defeito?⁸ A operação de qualquer coisa que deriva sua origem a partir de si mesma deve necessariamente proceder da mesma causa, como a essência ou o próprio ser; como o tender da faísca para cima revela a mesma origem do fogo: e, portanto, esta inclinação ou afeição não pode ter outro autor, senão Deus; assim Deus seria responsabilizado não apenas pelo primeiro pecado, como a causa eficiente, mas de todos os pecados que surgiram no mundo, desde então. Claramente, e sem quaisquer consequências forçadas, Ele é feito o autor do pecado; pois mesmo aquelas propriedades positivas que não podem ter nenhuma outra fonte, senão o autor da natureza, sendo estabelecidas para o mal, são diretamente pecaminosas. E aqui o ídolo do livre-arbítrio pode triunfar nesta vitória sobre o Deus do Céu. Até aqui toda a culpa pelo pecado estivesse sobre os seus ombros, mas agora ele começa a reclamar, Οὐκ ἐγὼ αἰτιός εἰμι ἀλλὰ Ζεὺς καὶ μοῖρα. “É Deus e o destino de nossa criação que nos têm colocado nesta condição de naturalmente afeiçoados ao que é mau. Retroceda com todas as suas acusações contra o mau governo dessa nova divindade dentro de seu

domínio imaginário; que dano ele faz ao somente inclinar os homens ao mal, se o próprio Deus fez não menos a princípio?”. Mas, deixe aqueles que quiserem regozijarem-se nestas blasfêmias; é suficiente que saibamos que “Deus fez ao homem reto, porém eles buscaram muitas astúcias” [Eclesiastes 7:29], assim que nesta seguinte dissonância, nos apegamos à melhor parte:

Sola Scriptura	Livre-Arbítrio
“E criou Deus o homem à sua imagem; à imagem de Deus o criou; homem e mulher os criou” (Gênesis 1:27) E vos vestistes do novo, que se renova para o conhecimento, segundo a imagem daquele que o criou” (Colossenses 3:10); “— que segundo Deus é criado em verdadeira justiça e santidade” (Efésios 4:24).	“Havia no homem, antes da Queda, uma inclinação para pecar, embora não tão veemente e exagerada, como ela é agora” (Jacó Armínio) “Deus colocou no homem uma repugnância à Sua lei” (Gesteranus, no Sínodo); “O homem, devido a sua criação, tinha uma afeição àquelas coisas que são proibidas pela lei” (Johannes Arnoldus Corvinus).
“Eis aqui, o que tão-somente achei: que Deus fez ao homem reto, porém eles buscaram muitas astúcias” (Eclesiastes 7:29); “Portanto, como por um homem entrou o pecado no mundo, e pelo pecado a morte, assim também a morte passou a todos os homens por isso que todos pecaram” (Romanos 5:12).	“A vontade do homem nunca teve dotes espirituais” (Apologia Pró-Confissão Remonstrante).
“Ninguém, sendo tentado, diga: De Deus sou tentado; porque Deus não pode ser tentado pelo mal, e a ninguém tenta. Mas cada um é tentado, quando atraído e engodado pela sua própria concupiscência” (Tiago 1:13-14).	“Não era apropriado que o homem tivesse uma lei dada a ele, a menos que ele tivesse uma inclinação natural ao que era proibido pela lei” (Johannes Arnoldus Corvinus).

Notas:

[1] “Ex ratione creationis homo habebat affectum ad ea quæ vetabantur.” — *Corv. ad Molin., cap. vi. sect. 1.*

- [2] “Deus homini repugnantiam indidit adversus legem.” — *Joh. Gest. in Synod. Confes.*
- [3] “Homo non est idoneus cui lex feratur, quando in eo, ad id quod lege vetatur, non est propensio, ac inclinatio naturalis.” — *Corv. ad Molin., cap. x. sect. 15.*
- [4] “Inclinatio ad peccandum ante lapsum in homine fuit, licet non ita vehemens ac inordinata ut nunc est.” — *Armin. ad Artic. Respon.*
- [5] “Justitia originalis instar fræni fuit, quod præstabat internæ concupiscentiæ ordinationem.” — *Corv. ad Molin., cap. viii. sect. 1.*
- [6] “In spirituali morte non separantur proprie dona spiritualia a voluntate, quia illa nunquam fuerunt ei insita.” — *Rem. Coll. Hag., p. 250.*
- [7] “Vidi ego zelantem parvulum qui nondum loquebatur, et intuebatur pallidus, amaro aspectu colluctaneum suum.” — *Aug.*
- [8] “Operatio quæ simul incipit cum esse rei, est ei ab agente, a quo habet esse, sicut moveri sursum inest igni a generante.” — *Alvar., p. 199.*

Capítulo 9

Sobre A Morte De Cristo, E Sobre A Eficácia De Seus Méritos

A soma dessas controvérsias, com as quais os Arminianos e seus cúmplices têm incomodado a Igreja, sobre a morte de Cristo, pode ser reduzida a dois pontos: Em primeiro lugar, diz respeito ao objeto de Seu mérito, ou por quem Ele morreu; em segundo lugar, quanto à eficácia e finalidade de Sua morte, ou o que Ele alcançou, adquiriu, mereceu e obteve para aqueles por quem Ele morreu. Para resolverem o primeiro ponto, afirmam que Ele morreu por todos e cada um; em relação ao segundo afirmam que Ele não morreu por nenhum homem em absoluto, naquele sentido em que os Cristãos até agora têm crido, que Cristo deu a Sua vida, e submeteu-Se a suportar o peso da ira de Seu Pai por causa deles. Parece-me um estranho esvaziamento do mérito de Cristo, ensinar que nenhum bem em absoluto redundou de Sua morte para muitos daqueles por quem Ele morreu. Que participação no benefício de Seu sofrimento teve Faraó ou Judas? Eles, neste momento e pela eternidade, não sentem e sentirão o peso e fardo de seus próprios pecados? Se eles não tiveram qualquer graça neste mundo, ou glória no outro, eles devem ser considerados como tendo alguma participação na morte de nosso Salvador? Os Cristãos até então creram — que por quem Cristo morreu, fez a expiação devida pelos pecados deles — que eles mesmos não sofrerão eternamente por estes mesmos pecados. Será que Deus é injusto a ponto de punir duas vezes pela mesma culpa? O Seu próprio Filho, uma vez foi punido, e novamente os miseráveis pecadores devem sofrer, sendo que Jesus já sofreu por eles? Eu não posso conceber que Deus desejasse que Cristo devesse satisfazer a justiça pelos pecados dos que estavam no inferno alguns milhares de anos antes, e ainda assim continuar decidido a prosseguir com a punição deles por toda a eternidade. Não, sem dúvida, Cristo dá vida a cada um por quem Ele entregou a Sua própria vida; Ele não perde nenhum daqueles que Ele comprou com o Seu sangue.

A primeira parte dessa controvérsia pode ser tratada sob estas duas perguntas: Em primeiro lugar, se Deus ao dar o Seu Filho, e Cristo, fazendo a Sua alma como resgate pelo pecado, intenciona, assim, resgatar todos e cada um de seus pecados, de forma que todos e cada um, igualmente, desde o princípio do mundo até o último dia, devam ser todos, semelhantemente, participantes dos frutos de Sua paixão e morte; que finalidade de Deus em relação a eles é mais frustrada? Em segundo lugar, se Deus não tivesse uma certa intenção infalível de reunir para Si um “povo eleito”, de recolher uma “igreja dos primogênitos”, de salvar o Seu “pequeno rebanho”, de trazer alguns certamente para a felicidade, por meio da morte de Seu Filho único; o que Ele consumou neste acontecimento?

A segunda parte também pode ser reduzida a estes dois assuntos: Primeiro, se Cristo não fez a plena satisfação por todos os pecados daqueles por quem Ele morreu, e mereceu a glória, ou bem-aventurança eterna, a qual deveria ser concedida a eles pelo cumprimento daquelas condições que Deus requer? Em segundo lugar (é nisto que propriamente reside a controvérsia, e, portanto, é nisto que insistirei principalmente), se Cristo não adquiriu para o Seu próprio povo o poder de serem feitos filhos de Deus, mereceu e obteve para eles, das mãos de Deus, a graça, a fé, a justiça e a santificação, pelos quais eles veem a tornarem-se infalivelmente habilitados a cumprir as condições da Nova Aliança, mediante o que eles serão admitidos na glória?

À primeira pergunta da primeira parte da controvérsia, os Arminianos respondem afirmativamente, a saber, que Cristo morreu por todos da mesma forma; o benefício de Sua paixão pertence igualmente a toda a posteridade de Adão. E à segunda respondem, negativamente, isto é, que Deus não teve a intenção de trazer muitos filhos eleitos para a salvação, pela morte de Cristo, mas determinou sobre sua graça e glória não mais precisamente sobre um do que sobre outro, não mais para João do que para Judas, para Abraão do que Faraó! Ambas essas posições, como o erudito Moulin observou¹, parecem ter sido inventadas para tornar o Cristianismo ridículo, e expor a nossa Religião ao escárnio de todos os homens racionais: pois, quem pode conceber que alguém, com a nomeação de Deus, deve morrer por outro, e ainda assim, aquele outro, pela mesma justiça, tenha ainda que morrer, quando apenas a morte de um era devida; de forma que Cristo fez inteira satisfação pelos pecados daqueles que devem sentir, eles próprios, eternamente o peso destes pecados; que homem racional pode conceber que Cristo mereceu e obteve a reconciliação com Deus para aqueles que vivem e morrem como Seus inimigos, que Ele obteve graça e glória para aqueles que estão sem a graça nesta vida e condenados na vindoura; que Ele obteve a remissão dos pecados para aqueles cujos pecados nunca foram perdoados!? Em resumo, se esta sentença for verdadeira, ou Cristo, pela Sua morte não nos reconcilia com Deus, nem concede satisfação por meio de Sua justiça, pelas nossas iniquidades, nem nos redime dos nossos pecados e compra um reino, uma herança eterna para nós — o que espero que nenhum Cristão dirá; ou então todos os absurdos anteriormente mencionados devem necessariamente ser consentidos — o que nenhum homem racional jamais admitirá.

Nem nós não podemos ser acusados de sermos limitadores do mérito de Cristo; pois nós proclamamos o real valor e dignidade do mesmo (como a seguir será evidenciado), muito além de tudo o que os Arminianos atribuem a ele. Confessamos que o “sangue de Deus” (Atos 20:28), do “Cordeiro imaculado e incontaminado” (1 Pedro 1:19), era tão extremamente precioso e que possuía tal infinita dignidade, que ele poderia ter salvo milhares de mundos crentes (João 3:16; Romanos 3:22). Sua morte foi de dignidade suficiente para ter se tornado um resgate por todos os pecados de cada um no mundo. E nesta suficiência

interna de Sua morte e paixão está fundamentada a universalidade das promessas evangélicas; que não têm tal restrição em sua própria natureza, como que elas não fossem feitas a todos e cada um, embora a promulgação e conhecimento delas estão vinculadas apenas à boa vontade da providência especial de Deus (Mateus 16:17); como também aquela economia e dispensação da Nova Aliança pelo que a parede de separação havendo sido derrubada, não mais permanece a diferença entre judeus e gentios, todos os confins da terra foram dados como herança a Cristo. Assim é que, em algum sentido, Cristo pode ser dito morrer por “todos” e por “todo o mundo”: primeiro, na medida em que a dignidade e valor de Sua morte foi plenamente suficiente para ter sido feita um preço por todos os seus pecados; em segundo lugar, na medida em que esta palavra “todos” é empregada no sentido de alguns de todos os tipos (não cada um de todo tipo), como é frequentemente utilizado na Sagrada Escritura, assim Cristo disse que ao ser levantado: “todos atrairei a mim” (João 12:32), ou seja, crentes de todos os tipos de homens. Os apóstolos curaram todas as doenças, ou algumas de todos os tipos, ou seja, eles não curaram cada doença em particular, contudo não houve nenhum tipo de doença que fosse alheia ao seu poder de curar. De modo que, onde se diz que Cristo “morreu por todos”, isso significa: em primeiro lugar, ou todos os fiéis; ou, em segundo lugar, alguns de todos os tipos; em terceiro lugar, não somente por judeus, mas também gentios. Pois,

Em segundo lugar, o conselho e a intenção do próprio Deus ao enviar o Seu Filho ao mundo para morrer foi, para que assim pudesse confirmar e ratificar a Nova Aliança aos Seus eleitos, e comprar para eles todas as coisas boas que estão contidas no âmbito desta Aliança, a saber, a graça e a glória; de forma que, por Sua morte, Ele pode trazer muitos (ainda assim, alguns determinados) filhos à glória, obtendo para eles aquilo que foi dado a Ele por Seu Pai (ou seja, toda a Sua Igreja) a reconciliação com Deus, a remissão dos pecados, a fé, a justiça, a santificação e a vida eterna. Essa é a finalidade para a qual eles devem ser levados, e os meios pelos quais Deus os alcançará. Ele morreu para que Ele pudesse reunir os filhos de Deus que andavam dispersos, e torná-los participantes da glória eterna: “para que dê a vida eterna a todos quantos” Deus Lhe deu (João 17:2). E, neste propósito dEle mesmo e de Seu Pai, está fundamentada a intercessão de Cristo pelos Seus eleitos e povo escolhido; realizada em parte na terra (João 17), em parte no Céu, diante do trono da graça; que nada mais é do que uma apresentação de Si mesmo e de Seus méritos, acompanhado com as orações de Sua mediação diante de Deus, de modo que Ele tem o prazer de conceder e efetivamente aplicar as boas coisas que Ele adquiriu para aqueles todos por quem Ele as obteve. Sua intercessão no Céu nada mais é do que uma oferta continuada de Si mesmo. Assim, tudo o que Cristo pretendeu, mereceu ou obteve por Sua morte e paixão, deve ser aplicado e concedido infalivelmente àqueles para quem Ele teve a intenção de obtê-lo; ou então Sua intercessão é vã, Ele não é ouvido nas orações de Sua mediação. Uma verdadeira reconciliação com Deus, e a comunicação da graça e glória,

devem ocorrer a todos aqueles que têm qualquer participação na justiça de Cristo, assim como tê-IO aceito para o bem deles. A única finalidade porque Cristo tão penosamente compraria aquelas boas coisas é uma aplicação real delas aos Seus eleitos: “Ao qual Deus propôs para propiciação pela fé no seu sangue, para demonstrar a sua justiça pela remissão dos pecados dantes cometidos, sob a paciência de Deus; para demonstração da sua justiça neste tempo presente, para que ele seja justo e justificador daquele que tem fé em Jesus” (Romanos 3:25-26). Mas esta parte da controvérsia não é aquela que eu principalmente intenciono; darei a vocês apenas uma breve soma dessas razões que derrubam a heresia deles nesse aspecto específico do mesmo:

Primeiro, a morte de Cristo é em vários lugares da Escritura restrita ao Seu “povo” e “eleitos”, à Sua “igreja” e “ovelhas” (Mateus 1:21; João 11-13; Atos 20:8; Efésios 5:25; João 6:51-52; Romanos 3:32-34; Hebreus 2:9, 14; Apocalipse 5:9; Daniel 8:26). E, portanto, o bem que foi assim adquirido não deve ser estendido para os “cães”, “reprovados” e “aqueles que ficarão de fora”.

Em segundo lugar, por quem Cristo morreu, Ele morreu como o Fiador deles, em seu lugar e como seu Substituto, para que Ele pudesse libertá-los da culpa e livrá-los da morte; isto é claramente expresso em Romanos 5:6-8: “Porque Cristo, estando nós ainda fracos, morreu a seu tempo pelos ímpios. Porque apenas alguém morrerá por um justo; pois poderá ser que pelo bom alguém ouse morrer. Mas Deus prova o seu amor para conosco, em que Cristo morreu por nós, sendo nós ainda pecadores”. “Mas ele foi ferido por causa das nossas transgressões, e moído por causa das nossas iniquidades; o castigo que nos traz a paz estava sobre ele, e pelas suas pisaduras fomos sarados”, etc. (Isaías 53:5-6). “Cristo nos resgatou da maldição da lei, fazendo-se maldição por nós” (Gálatas 3:13). “Àquele que não conheceu pecado, o fez pecado por nós”, Ele evidentemente colocou-se em nosso lugar, “para que nele fôssemos feitos justiça de Deus” (2 Coríntios 5:21). Sim, em outras coisas, é claro na Escritura que morrer por outro é tomar o seu lugar e posição, com a intenção de que ele vivesse (2 Samuel 18:33; Romanos 5). Assim, este fato de Cristo ter morrido pelos homens fez satisfação pelos pecados deles, para que eles não morressem. Agora, pelos pecados que Ele fez satisfação, quanto a estes a justiça de Deus é satisfeita; esta satisfação para com Deus certamente não é feita pelos pecados dos réprobos, porque Ele justamente os castiga por toda a eternidade, por causa dos mesmos (Mateus 5:26).

Em terceiro lugar, por quem Cristo “morreu”, por estes Ele também “ressuscitou”, para interceder por aqueles por cujos pecados Ele “foi entregue”, e “ressuscitou para a justificação” dos mesmos (Romanos 4:25, 10). Ele é um sumo sacerdote “para interceder por eles”, no Santo dos Santos. Por eles, Cristo, “por seu próprio sangue, entrou uma vez no santuário, havendo efetuado uma eterna redenção” (Hebreus 9:11-12). Estes dois atos

de Seu sacerdócio, a saber, sacrificar e orar, não devem ser separados, pois pertencem ao mesmo Mediador pelo pecado. Nossa garantia de que Ele é nosso Advogado está fundamentada no fato que Ele é a propiciação pelos nossos pecados. Ele é um “advogado” para cada um daqueles cujos pecados foram propiciados por Seu sangue (1 João 1:1-2). Cristo, porém, não intercede e ora por todos, como Ele mesmo muitas vezes testifica (João 17), Ele “intercede” apenas por aqueles que “por ele se chegam a Deus” (Hebreus 7:25). Ele não é um Mediador daqueles que se perdem, não mais do que um defensor dos que falham nestas condições; e, portanto, o benefício de Sua morte também deve ser restringido aos que são, finalmente, participantes de ambos [isto é, propiciação e intercessão]. Não devemos, então, desunir os ofícios de mediação de Cristo, de forma que um deles seja vinculado a alguns, a quem Ele não efetua o outro; muito menos deveríamos, então, separar os vários atos de um mesmo ofício. Para quem Cristo é um Sacerdote, de forma a oferecer a Si mesmo como sacrifício pelos seus pecados, Ele é certamente um Rei, para aplicar as boas coisas compradas por Sua morte para eles; como o próprio Armínio confessa; assim muito mais para quem Ele é um Sacerdote por sacrifício, Ele será um Sacerdote por intercessão. E, portanto, considerando que Ele não intercede nem ora por cada um, Ele não morreu por cada um.

Em quarto lugar, por quem Cristo morreu, Ele mereceu graça e glória, fé e salvação, e reconciliação com Deus; como mostrarei a seguir. Mas Ele não fez isso por todos e cada um. Muitos nunca creem; e a ira de Deus permanece sobre alguns, a ira de Deus permanece sobre aqueles que não creem (João 3:36). Condenando-os continuamente, em um ato ininterrupto. Agora, reconciliar-se com alguém, e ainda permanecer sob sua severa ira, parece-me ἀσύστατα — coisas que raramente iram harmonizam-se quando são colocadas juntas. As razões são muitas; eu apenas pontuei as principais delas.

Em quinto lugar, Cristo morreu por aqueles que Deus Lhe deu para que fossem salvos: “eram teus, e tu mos deste, e guardaram a tua palavra” (João 17:6). Ele dá a Sua vida pelas ovelhas confiadas à Sua guarda (Capítulo 10:11). Mas nem todos são ovelhas de Cristo, nem todos são dados a Ele por Deus para serem levados à glória; pois, daqueles que são assim dados, nenhum há que pereça, pois Ele dá a vida eterna a todos quantos Deus Lhe deu (João 17:2); “ninguém as arrebatará da minha mão. Meu Pai, que mas deu” (João 10:28-29).

Em sexto lugar, observem quem e quantos são envolvidos por este amor de Deus, o qual foi a causa de enviar o Seu Filho para redimi-los; por eles, e estes, Cristo, de acordo com o conselho de Seu pai, e em Si mesmo, intencionalmente entregou a Sua vida. Agora, esse amor não é universal, sendo a Sua “boa vontade” abençoar com bênçãos espirituais e salvar alguns em Cristo (Efésios 1:4-5); cujo Seu beneplácito evidentemente compreendem

alguns, quando outros são excluídos (Mateus 11:25-26). Sim, o amor de Deus em dar Cristo por nós possui a mesma amplitude daquela graça pela qual Ele nos chama à fé, ou nos concede a fé, porque “nos salvou, e chamou com uma santa vocação; não segundo as nossas obras, mas segundo o seu próprio propósito e graça que nos foi dada em Cristo Jesus antes dos tempos dos séculos” (2 Timóteo 1:9), o que, sem dúvida, não é universal e comum a todos.

Inúmeras outras razões existem para provar que, considerando que Deus deu a Cristo para ser o Redentor apenas dos Seus eleitos, a quem, somente, Ele amou; e considerando que o Filho ama somente aqueles que Lhe são dados por Seu Pai, e resgata somente a quem Ele ama; considerando, também, que o Espírito Santo, o amor do Pai e do Filho, santificam a todos — e somente — aqueles que são eleitos e redimidos, — não nos cabe, com uma liberalidade absurda e contra o testemunho do próprio Cristo, atribuir a salvação alcançada por Ele como devida àqueles que não são da companhia que o Pai amou e escolheu, nem daquela igreja a qual o Filho amou e por quem entregou a Sua vida, nem são do número dos membros daquele corpo santificado, do qual Cristo é o Cabeça e Salvador. Não mais insistirei, porque esta não é aquela parte da controvérsia que desejo desvelar.

Venho agora considerar a questão principal desta diferença, embora moderadamente manejada por nossos teólogos, concernente ao que o nosso Salvador mereceu e adquiriu para aqueles por quem Ele morreu. E aqui você deve encontrar o velho ídolo realizando seus joguetes, e completamente despojando o mérito de Cristo, a partir da menor capacidade ou poder para fazer a nós mesmos qualquer bem; pois, embora os Arminianos finjam, mui ilusoriamente, que Cristo morreu por todos os homens, contudo, na verdade, eles O fazem ter morrido morrer por nenhum homem em absoluto, e isso, ao negarem a operação eficaz da Sua morte, e atribuírem as próprias comunicações de Sua paixão aos vistosos esforços de sua própria divindade Pelagiana.

Nós, de acordo com as Escrituras, claramente cremos que Cristo, por Sua justiça, mereceu para nós a graça e a glória; que somos abençoados com todas as bênçãos espirituais nEle, através dEle e para Ele; de modo que Ele é feito para nós justiça, e santificação, e redenção; que Ele adquiriu para nós, e que Deus, por causa dEle, nos concede toda a graça nesta vida que nos faz diferir dos outros, e toda aquela glória que esperamos no por vir; Ele obteve para nós a remissão de todos os nossos pecados, uma real reconciliação com Deus, fé e obediência. Sim, mas essa é uma doutrina tão poderosa a ponto de esfaquear o próprio coração do ídolo [livre-arbítrio], e o tornar totalmente inútil como se ele fosse apenas um cepo de figueira. O que resta para ele fazer, se todas as coisas nesta grande obra da nossa salvação devem ser, portanto, atribuídas a Cristo e ao mérito de Sua morte? Por isso os adoradores deste grande deus, o livre-arbítrio, opõem-se com seus mecanismos contra a

tessitura acima mencionada, e bradam contra o direito e méritos de Cristo quanto a essas bênçãos espirituais, em nome de seu deus imaginário.

Agora, porque são coisas de uma denominação dupla sobre as quais contendemos diante do Rei do Céu, cada parte produzindo sua evidência, a primeira que brota do favor de Deus para conosco, a segunda a partir da real obra da Sua graça dentro de nós, eu devo lidar com eles separadamente e à parte; especialmente porque a coisas deste último tipo, dons, como os chamamos, que nos habilitam cumprir a condição necessária para a obtenção da glória, então, nós fazemos uma reivindicação dupla em nome de Deus. Primeiro, como a morte de Cristo é a causa meritória de obtê-los a partir dEle; em segundo lugar, como a Sua livre graça é a causa eficiente deles operarem em nós; eles também produzem um duplo título, em que eles desejam investir o seu mui amado [livre-arbítrio] como a única propriedade em causar esses efeitos; em primeiro lugar, em relação a eles serem os nossos próprios atos, realizados em nós e por nós; em segundo lugar, como eles sendo partes de nosso dever, os quais somos convocados a cumprir. Assim, a discussão é feita diretamente entre os méritos de Cristo e os de nosso próprio livre-arbítrio em relação à aquisição do favor de Deus, e obtenção da graça e justiça. Vejamos o que eles dizem quanto ao primeiro.

Eles afirmam que “o efeito imediato e adequado ou finalidade da paixão e morte de Cristo não é uma real oblação pelo pecado dos homens, e nem uma remissão real das iniquidades, justificação e redenção de uma alma”², ou seja, a morte de Cristo não é a causa meritória da remissão de nossos pecados, da redenção e justificação. Quanto à causa meritória da justificação, da forma como ela é realizada em nós, nós confessamos que existem outras causas de outros tipos, posto que a fé é o instrumento e o Espírito Santo, que torna a mesma eficaz; mas em relação a única causa meritória que obteve essas bênçãos espirituais, nós sempre a consideramos ser a justiça e morte de Cristo, crendo plenamente que a finalidade pelo qual Cristo morreu, e o fruto de Seus sofrimentos, foi a nossa reconciliação com Deus, a redenção do nosso pecados, a libertação da maldição, o livramento da ira de Deus e o poder do inferno — embora não sejamos participantes reais destas coisas, quanto à pacificação de nossas próprias consciências, sem a operação interventiva do Espírito Santo, e a fé por Ele operada em nós.

Mas se assim não for, perguntamos: o que é obtido por meio da morte de Cristo? Ora, “uma potencial reconciliação condicional, que não é real e nem absoluta”³, diz Corvinus. Mas, não obstante esta reconciliação potencial, sendo uma nova expressão, nunca insinuada na Escritura, e escassamente inteligível em si, queremos uma explicação mais ampla da mentalidade deles, para sabermos o que eles atribuem diretamente aos méritos de Cristo. Pelo que eles nos dizem que o fruto de Sua morte foi “tal impetração ou obtenção de reconciliação com Deus, e redenção para nós, que Deus tem, por meio disso, um poder,

Sua justiça sendo satisfeita, e por isso não o obriga do contrário, a conceder a remissão dos pecados aos homens pecadores na condição em Ele deseja”⁴, ou, como outra citação sobre isso afirma: “Houve, pelo derramamento do sangue de Cristo, um direito obtido e estabelecido em Deus, reconciliando consigo o mundo, e abrindo a todos um portão de arrependimento e fé em Cristo”⁵. Mas agora, ao passo que todas as passagens da Escritura afirmam que Cristo morreu para o nosso bem, para obter bênçãos para nós, para comprar a nossa paz, adquiriu e mereceu para nós as boas coisas contidas na promessa da Aliança, esta opinião parece restringir a finalidade e fruto disso à obtenção de um poder e liberdade em Deus para prescrever-nos uma condição pela qual possamos ser salvos. Mas, ainda assim, pode ser, que pelo menos Cristo obteve de Deus em nosso favor, que Ele atribuísse a fé nEle para ser essa a condição, e para concedê-la a nós também? Não; nem uma coisa nem outra. “Depois de tudo isso, tendo parecido bem à Sua sabedoria, Deus poderia ter escolhido os judeus, e outros, seguindo os preceitos da lei, bem como os crentes; porque Ele pode ter atribuído qualquer outra condição de salvação, além da fé em Cristo”⁶, diz Grevinchovius. Não obstante, então, a morte de Cristo por nós poderia ter sido realizada à antiga regra: “Faça isso, e viva”. Mas se isso for verdade, eu não consigo perceber como pode ser dito que Cristo morreu para nos redimir de nossos pecados, para salvar as nossas almas, e nos conduzir à glória. Nem, talvez, eles pensam que isso seja qualquer grande inconveniente; pois o mesmo autor afirma que de “Cristo não se pode, propriamente, ser dito ter morrido para salvar qualquer um”⁷. E um pouco depois, ele mesmo mais plenamente declara que “depois de Cristo ter obtido tudo o que Ele obteve com Sua morte, o direito permaneceu inteiramente em Deus para aplicá-lo, ou não aplicá-lo, como pareça bem a Ele; a aplicação de graça e glória para todo o homem não era a finalidade pela qual Cristo as obteve, mas para obter o direito e o poder a Deus de outorgar as coisas, nos tipos de homem que Ele quisesse”⁸; — esta declaração defende que não foi feita nenhuma redenção de nossos pecados para nós, mas, uma vindicação de Deus de tal condição em que Ele não tinha poder para perdoá-los; não uma obtenção de salvação para nós, mas de uma liberdade para Deus salvar-nos, em alguma condição ou outra.

Mas agora, depois de Deus ter obtido esse poder pela morte de Cristo, e de Sua graciosa boa vontade ter designado a fé como sendo o meio para que possamos alcançar essas bênçãos, Ele adquiriu para Si mesmo a liberdade de concedê-la. Será que Cristo obteve essa fé para nós a partir dEle, ou será que a fé não é algo que deve ser obtida por nosso próprio esforço e poder? Não; “a fé não é obtida pela morte de Cristo”⁹, diz Corvinus. De modo que não há nenhuma coisa boa, nenhuma bênção espiritual, em que qualquer homem no mundo tenha qualquer participação por meio da morte de Cristo; isto não pode ser um absurdo maior do que já é, senão eles estariam ainda mais dispostos a admiti-lo. Arnoldus confessa: “que ele crê que a morte de Cristo poderia ter atingido a sua finalidade, ou seu mérito em sua força total, embora jamais alguém houvesse crido”¹⁰ e, novamente: “A morte

e a satisfação de Cristo, sendo consumadas, poderia acontecer que, ninguém cumprindo a condição da Nova Aliança, ninguém fosse salvo”¹¹. Assim também diz Grevinchovius. Oh, Cristo! Como alguém fingindo professar o Teu santo nome deva, assim, desprezar a preciosa obra de Tua morte e paixão!? Certamente nunca alguém antes que tenha considerado a sua glória o ser chamado de Cristão, alguma vez assim atenuou (os seus amigos os Socinianos são a única exceção) a dignidade de Seu mérito e satisfação. Veja apenas brevemente que benefício eles permitem redundar a nós pelo derramamento do Seu sangue precioso, e você verá que tal heresia pestilenta esses homens têm se esforçado trazer à igreja. Nem a fé e nem a salvação, nem graça e nem glória, Ele comprou para nós — nenhuma bênção espiritual que possamos afirmar ser nossa, em decorrência de nosso interesse em Sua morte! Essa não é tal reconciliação com Deus, como que Ele, por ela, deleite-Se novamente em ser chamado de nosso Deus; isso não é justificação, nem justiça, nem efetivo resgate dos nossos pecados; isso não fez expiação pelas nossas iniquidades, e nem nos livrou da maldição; “isso foi apenas um meio de obter essa possibilidade de salvação, como a qual Deus, sem ofender Sua justiça, poderia nos salvar se quisesse, de uma forma ou de outra”¹². Assim, quando Cristo havia feito tudo o que podia, não havia nenhum um homem no mundo imediatamente em melhor condição por causa disso; não obstante o máximo de Seu esforço, todos poderiam ser condenados com Judas ao abismo do inferno; pois, “Ele morreu por Simão o Mago e Judas, assim como Ele morreu por Pedro e Paulo”¹³, dizem os Arminianos. Agora, se mais nenhum bem redundava para nós pela morte de Cristo do que para Simão, o Mago, não estamos muito gratos a Ele pela nossa salvação. Não, Cristo pode antes ser dito como tendo redimido mais a Deus do que a nós; pois, Jesus Cristo obteve para Ele imediatamente o poder de nos redimir se Ele quisesse; para nós, em virtude daquele poder foi obtido apenas uma possibilidade de sermos resgatados; o que esvazia a natureza do mérito anexo à Sua morte, pois mérito envolve algo que foi realmente feito, não apenas algo que poderia ser feito; o trabalhador merece que seus salários sejam dados a ele, e não aquilo que *pode ser* dado a ele. E, então, o que acontece com todo o conforto e consolação que nos são propostos na morte de Cristo?

Entretanto, agora é hora de ver como esta palha é queimada e consumida pela Palavra de Deus e pela firmeza daquilo que eles imaginam refutar.

Em primeiro lugar, é evidente que Cristo morreu para obter para nós uma verdadeira reconciliação com Deus, e não apenas um poder para nos reconciliarmos com Ele; pois “nós, sendo inimigos, fomos reconciliados com Deus pela morte de seu Filho” (Romanos 5:10). Nós desfrutamos de uma reconciliação real com Deus pela morte de Cristo. Ele se agrada em ser chamado de “nosso Deus” quando somos inimigos, sem a intervenção de qualquer condição requerida de nossa parte, embora a doçura, conforto e conhecimento desta reconciliação não seja desfrutada por nossas almas, antes de cremos nEle. Mais uma vez,

temos a remissão dos pecados pelo Seu sangue, e a justificação dos mesmos; não uma única justificação para tal estado em que, se agradar a Deus e a nós mesmos, nossos pecados são perdoáveis, pois somos “justificados gratuitamente pela sua graça, pela redenção que há em Cristo Jesus. Ao qual Deus propôs para propiciação pela fé no seu sangue, para demonstrar a sua justiça pela remissão dos pecados dantes cometidos, sob a paciência de Deus” (Romanos 3:24-25). Sim, ele obteve para nós justiça e santidade por meio de Sua morte. “Cristo amou a igreja, e a si mesmo se entregou por ela, para a santificar, purificando-a com a lavagem da água, pela palavra” (Efésios 5:25-26), “para a apresentar a si mesmo igreja gloriosa, sem mácula, nem ruga, nem coisa semelhante, mas santa e irrepreensível” (v. 27). Onde, em primeiro lugar, vemos que Cristo morreu ou Se entregou pela Sua igreja; em segundo lugar, o que Ele obteve para ela: santidade e justiça, a purificação das manchas e imperfeições do pecado, ou seja, a graça da justificação e santidade: “Àquele que não conheceu pecado, o fez pecado por nós; para que nele fôssemos feitos justiça de Deus” (2 Coríntios 5:21). E, por fim, Ele morreu para comprar para nós “uma herança eterna” (Hebreus 9:15). De modo que tanto a graça quanto a glória são concedidas àqueles por quem Ele morreu, como os frutos imediatos de Sua morte e paixão.

Em segundo lugar, veja o que a Escritura ῥητῶς, “expressamente”, assegura como a apropriada finalidade e efeito imediato (de acordo com o propósito de Deus e Sua própria intenção) do derramamento do sangue de Jesus Cristo, e você verá que Ele pretendia por meio disso retirar os pecados de muitos; fazer de Sua alma a expiação do pecado, e que Ele pudesse ver a Sua posteridade, e que por isso o bom prazer do Senhor prosperará na sua mão (Isaías 53:10); que Ele pudesse derramar Seu sangue “em resgate de muitos”, para “tirar os pecados de muitos” (Hebreus 9:28; Mateus 20:28). Ele mesmo levou “em seu corpo os nossos pecados sobre o madeiro, para que, mortos para os pecados, pudéssemos viver para a justiça” (1 Pedro 2:24); para que “nele fôssemos feitos justiça de Deus” (2 Coríntios 5:21); assim reconciliando-nos com Deus (v. 9). Ele morreu para reconciliar-nos com Deus, no corpo da Sua carne pela morte, para que pudéssemos ser “santos e irrepreensíveis, e inculpáveis (Colossenses 1:21-22); para “purificação dos nossos pecados” (Hebreus 1:3); para efetuar uma “eterna redenção eterna” (9:12). Assim que, se Cristo pela Sua morte obteve aquilo que Ele intentou, Ele comprou para nós não apenas uma possibilidade de salvação, mas a santidade, a justiça, a reconciliação com Deus, a justificação, a libertação da culpa e do poder condenatório do pecado, a eterna redenção, a vida eterna e a glória no Céu.

Em terceiro lugar, eu apelo à consciência de todos os Cristãos: Primeiro, se eles não supõem que o próprio fundamento de toda a sua consolação seria prejudicada, se eles encontrassem que aquelas passagens na Escritura¹⁴ que afirmam que Cristo morreu para tirar os nossos pecados, para nos reconciliar com Deus, para apagar ou abolir as nossas

transgressões, para nos lavar e regenerar, para nos salvar perfeitamente, e comprar para nós uma redenção eterna, pelo que Ele se tornou, para nós, justiça e redenção, e santificação, o Senhor nossa Justiça, e que nós nos tornamos a justiça de Deus nEle, fossem assim excluídas como se fosse dito que Ele apenas fez algo a partir do que estas coisas possivelmente se seguiriam?

Em segundo lugar, se eles acham que é algo que imediatamente prejudicará o seu amor e enfraquecerá a sua fé em Cristo, quando eles ensinam que Cristo não fez mais por eles do que por aqueles que são condenados ao inferno? Que, mesmo estando os mais seguros possíveis de que Cristo morreu por eles, ainda assim, eles podem ser acusados e condenados? Que embora Deus seja dito tê-los reconciliado consigo mesmo em Cristo (Colossenses 1:19-20), ainda assim, em verdade, Ele está tão irado com eles como com quaisquer dos reprovados no mundo? Que Deus não nos ama primeiro, mas enquanto nós continuamos em estado de inimizade contra Ele, antes de nossa conversão, Ele permanece nosso inimigo também, de modo que o primeiro ato de amizade ou amor deve acontecer por nossa própria iniciativa, apesar da Escritura dizer: “Porque se nós, sendo inimigos, fomos reconciliados com Deus” (Romanos 5:10)?

Em terceiro lugar, se eles não têm até aqui suposto que eles mesmo são compelidos a crer que Cristo morreu por seus pecados, e ressuscitou para a sua justificação? Eles não pensam ser lícito orar para que Deus lhes conceda graça e glória, por amor de Cristo? e creem que Jesus Cristo foi o Mediador de um Novo Pacto como adquirido para o povo da aliança, com todas as boas coisas compreendidas na promessa daquele Pacto?

Eu não insistirei mais sobre esta prevaricação contra a Religião Cristã; somente, gostaria que todos os que amam a Jesus Cristo seriamente considerem se aqueles homens realmente visam a Sua honra e proclamam a dignidade de Seu mérito, e não, antes, bradam por seus esforços próprios, considerando que a única causa de sua negação destes efeitos gloriosos do sangue de Cristo é o apropriar-se do louvor disso por eles mesmos; como veremos no próximo capítulo.

Essas acusações nunca devem ser dispensadas pela vaidade das distinções sofistas deles, como aquela sobre a impetração e aplicação; que, embora possa ser recebida em um sentido ortodoxo, ainda assim, não naquele sentido, ou melhor, absurdo, pelo qual eles abusam disso; ou seja, como se, embora Cristo tenha obtido o que para alguns nunca será transmitido a eles; que todas as bênçãos adquiridas pela Sua morte não pertencem propriamente a ninguém, mas são lançadas ao vento, de forma que eles poderão ou irão alcançá-las. A respeito disto nós objetamos¹⁵ se por isto se quer dizer que toda a eficácia do mérito de Cristo está em nosso próprio poder, eles prontamente consentem com isso, e dizem que

não poderia ser de outra forma. Deixem que aqueles que conseguem, recebam esses monstros no Cristianismo; de minha parte, no que se refere às seguintes afirmações contraditórias, escolherei aderir à autoridade da Palavra de Deus, em vez da de Armínio e de seus sectários:

Sola Scriptura	Livre-Arbítrio
“Àquele que não conheceu pecado, o fez pecado por nós; para que nele fôssemos feitos justiça de Deus” (2 Coríntios 5:21); “Cristo amou a igreja, e a si mesmo se entregou por ela, para a apresentar a si mesmo igreja gloriosa, sem mácula, nem ruga, nem coisa semelhante, mas santa e irrepreensível” (Efésios 5:25-27).	“O efeito imediato da morte de Cristo não é a remissão dos pecados, ou o efetivo resgate de qualquer um” (Jacó Armínio); “Cristo não propriamente morreu para salvar qualquer um” (Grevinchovius, Nikolaas).
“Isto é, Deus estava em Cristo reconciliando consigo o mundo” (2 Coríntios 5:19).	“A reconciliação potencial e condicional, não real e absoluta, é obtida através da morte de Cristo” (Johannes Arnoldus Corvinus).
“Quando a sua alma se puser por expiação do pecado, verá a sua posteridade, prolongará os seus dias; e o bom prazer do Senhor prosperará na sua mão” (Isaías 53:10).	“Creio que poderia ter acontecido que a morte de Cristo teria sua finalidade, embora jamais qualquer homem cresse” (Johannes Arnoldus Corvinus).
“Com o seu conhecimento o meu servo, o justo, justificará a muitos; porque as iniquidades deles levará sobre si” (Isaías 53:11).	“A morte e a satisfação de Cristo, sendo consumadas, ainda assim, pode então ocorrer que, ninguém cumprindo a condição da Nova Aliança, ninguém venha a ser salvo” (Idem).
“Assim também Cristo, oferecendo-se uma vez para tirar os pecados de muitos” (Hebreus 9:28); “por seu próprio sangue, entrou uma vez no santuário, havendo efetuado uma eterna redenção” (Hebreus 9:12); “vos reconciliou no corpo da sua carne, pela morte, para perante ele vos	“A impetração de salvação para todos, com a morte de Cristo, nada mais é que a obtenção de uma possibilidade da mesma; de modo que Deus, sem ofender a Sua justiça, pode abrir-lhes uma porta de misericórdia, a ser introduzida mediante alguma condição” (Collatio Hagiensis).

apresentar santos, e irrepreensíveis, e inculpáveis” (Colossenses 1:21-22).	
“Ao qual Deus propôs para propiciação pela fé no seu sangue, para demonstrar a sua justiça pela remissão dos pecados dantes cometidos, sob a paciência de Deus; Para demonstração da sua justiça neste tempo presente, para que ele seja justo e justificador daquele que tem fé em Jesus” (Romanos 3:25-26).	“Não obstante a morte de Cristo, Deus pode ter atribuído qualquer outra condição de salvação, bem como a fé, ou ter escolhido os judeus seguindo a justiça da lei” (Grevinchovius, Nikolaas).
“Levando ele mesmo em seu corpo os nossos pecados sobre o madeiro, para que, mortos para os pecados, pudéssemos viver para a justiça; e pelas suas feridas fostes sarados” (1 Pedro 2:24).	“Ora, então, a eficácia da morte de Cristo depende inteiramente de nós”; “Verdadeiramente; isso não poderia ser de outra forma” (Apologia Pró-Confissão Remonstrante).

Notas:

[1] *Molin. Suffrag. ad Synod. Dordra.*

[2] “Immediata morris Christi effectio, ac passionis, illa est non actualis peccatorum ab his aut illis ablatio, non actualis remissio, non justificatio, non actualis horum aut illorum redemptio.” — *Armin. Antip.*, p. 76.

[3] “Reconciliatio potentialis et conditionata non actualis et absoluta, per mortem Christi impetratur.” — *Corv. ad Molin.*, cap. xxviii. sect. 11.

[4] “Remissionis, justificationis, et redemptionis, apud Deum impetratio, qua factum est, ut Deus jam possit, utpote justitia cui satisfactum est non obstante, hominibus peccatoribus peccata remittere.” — *Armin.*, ubi sup.

[5] “Autoris mens non est alia, quam effuso sanguine Christi reconciliandi mundum Deo jus impetratum fuisse, et inito novo foedere et gratioso curn hominibus, Deum gratiæ ostium omnibus denuo, pœnitentiæ ac veræ in Christum fidei lege, adaperuisse.” — *Epistol. ad Wal.*, p. 93.

[6] “Potuisset Deus, si ita sapientiæ suæ visum fuisset, operarios, Judæos, vel alios etiam præter fideles eligere, quia potuit aliam salutis conditionem, quam fidem in Christum exigere.” — *Grevinch, ad Ames.*, p. 415.

[7] “Christus non est proprie mortuus ad aliquem salvandum.” — *Idem, ibid*, p. 8.

- [8] “Postquam impetratio præstita ac peracta esset, Deo jus suum integrum mansit, pro arbitrio suo, eam applicare, vel non applicare; nec applicatio finis impetrationis propriè fuit, sed jus et potestas applicandi, quibus et qualibus vellet.” — *p. 9.*
- [9] “Fides non est impetrata merito Christi,” etc. — *Corv. ad Molin., cap. xxviii. p. 419.*
- [10] “Se omnino credere, futurum fuisse, ut finis mortis Christi constaret, etiamsi nemo credidisset.” — *Idem, cap. xxvii. sect. 3, 4.*
- [11] “Posita et præstita Christi morte et satisfactione, fieri potest, ut, nemine novi fœderis conditionem præstante, nemo salvaretur.” — *Idem. Grevinch. ad Ames. p. 9.*
- [12] “Impetratio salutis pro omnibus, est acquisitio possibilitatis, ut nimirum Deus, illæsa sua justitia, hominem peccatorem possit recipere in gratiam.” — *Rem. Coll. Hag., p. 172.*
- [13] “Pro Juda ac Petro mortuus est Christus, et pro Simone Mago et Juda tam quam pro Paulo et Petro.” — *Rem. Synod, p. 320.*
- [14] Hebreus 9:12, 14, 15, 24, 28; Isaías 53:10; 1 João 2:2, etc.
- [15] “Sic efficacia meriti Christi tota penes nos stabit, qui vocationem alioqui inefficacem, efficacem reddimus; sane, fieri aliter non potest.” — *Apol. Rem., p. 93.*

Capítulo 10

Sobre A Causa Da Fé, Da Graça E Da Justiça

A segunda parte dessa controvérsia é, em especial, relativa à graça, à fé e à santidade, e obediência sincera aos preceitos da Nova Aliança, todos cujo louvor nós dedicamos ao Altíssimo em razão de um interesse duplo. Em primeiro lugar, pelo mérito de Cristo, que os adquiriu para nós; em segundo lugar, pelo Espírito Santo, que os opera em nós. A morte de Cristo é a causa meritória; o Espírito de Deus e a Sua graça eficaz os fazem eficientes, ao operar instrumentalmente com o poder da Palavra e das Ordenanças. Agora, porque isso privaria o ídolo de sua principal glória, e o exporia à ignomínia, como o pássaro “*furtivis coloribus nudata*”, os Arminianos avançam em sua discussão, e em nome do seu querido [livre-arbítrio] totalmente excluem tanto o mérito de Cristo quanto do Espírito de Deus de qualquer mérito de Sua realização.

Em primeiro lugar, pelo mérito de Cristo. Considerando que nós afirmamos que Deus “nos abençoou com todas as bênçãos espirituais nos lugares celestiais em Cristo”, ou por causa dEle (Efésios 1:3), entre as quais, sem dúvida, a fé não possuía o lugar inferior; que Ele “para nós foi feito por Deus sabedoria, e justiça, e santificação, e redenção” [1 Coríntios 1:30]; que Ele foi feito “pecado por nós; para que nele fôssemos feitos justiça de Deus” [2 Coríntios 5:21]; ou seja, “O SENHOR JUSTIÇA NOSSA” [Jeremias 23:6]; e nos gloriamos de sermos chamados por esse Nome (e tudo o que Ele é para nós, é principalmente pela forma de mérito); que para nós “foi concedido ὑπὲρ Χριστοῦ em relação a Cristo, não somente crer nele” (Filipenses 1:29), onde ὑπὲρ Χριστοῦ claramente refere-se a δίδοται, [ἐχαρίσθη,?] “foi concedido”. Como se o apóstolo dissesse: “Cristo é a causa meritória da concessão daqueles bons dons, fé e constância até o martírio, a vós”, quando, eu digo, nós professamos tudo isso como sendo efeitos próprios e imediatos da paixão e sangue de Cristo, esses Davusses turbulentos veem com uma proibição, e completamente O expulsam de ter qualquer participação nisso.

“Não há nada mais vão, nada mais tolo”¹, dizem eles em sua Apologia, “do que atribuir a nossa regeneração e fé à morte de Cristo; pois se Cristo for dito ter merecido a fé e regeneração por nós, então a fé não pode ser uma condição cujo desempenho Deus deve exigir das mãos dos pecadores sob pena de condenação eterna”^{*}.

^{*} Para que você possa entender melhor a relação entre a ressurreição de Cristo e regeneração dos eleitos, leia, o texto “Cristo, Sua Ressurreição e a Nossa Regeneração”, por A. W. Pink. Baixe este texto usando o seguinte link: http://issuu.com/oestandartedecristo/docs/cristo__sua_ressurrei____o_e_a_noss — N. do R.

E, novamente: “Se a fé for o efeito do mérito de Cristo, ela não pode ser o nosso dever”². Não? Suponhamos, então, que a igreja deva orar para que fosse do agrado de Deus, por amor de Cristo, chamar para o lar aquelas ovelhas que pertencem ao Seu aprisco, ainda não recolhidas, de forma que Ele concedesse fé e arrependimento, pelo mérito de Seu Filho, para os que ainda estão longe, seria esta uma oração completamente vã e tola? Deixe que os outros pensem o que quiserem, esta é uma tal vaidade da qual eu não desejo ser apartado; nem ninguém, creio eu, que ama o Senhor Jesus com sinceridade. Oh, que os Cristãos devam suportar pacientemente tal diminuição da honra do Seu Salvador, de modo que com um risco de uma caneta Arminiana os principais efeitos de Sua morte e paixão sejam completamente obliterados! Se isto é feito por amor e honra ao Filho de Deus, se isso é uma maneira de expor a preciosidade de Seu sangue, pela negação da sua eficácia em habilitar-nos à fé, para que obtenhamos uma participação na Nova Aliança, a maioria dos Cristãos no mundo estão sob a necessidade de ser novamente catequizados por esses doutores seráficos. Até quando eles nos deixarão crer, com o apóstolo, que Deus “nos abençoou com todas as bênçãos espirituais nos lugares celestiais em Cristo” (Efésios 1:3); e buscaremos explicar a fé como uma bênção espiritual, e, portanto, concedida a nós por amor de Cristo. Mais uma vez; desde que a nossa regeneração nada é senão uma purificação de nossas “consciências das obras mortas, para servirdes ao Deus vivo” (Hebreus 9:14), a qual é operada pelo “sangue de Cristo”, como o apóstolo testifica em Hebreus 9:14, atribuiremos o nosso novo nascimento, ou regeneração, à virtude da graça que é comprada pelo Seu sangue; este “sangue precioso” é o que “nos resgata da nossa vã maneira de viver” (1 Pedro 1:18-19), por cuja eficácia nós somos resgatados do estado de pecado e natureza corrupta em que nascemos.

Os Arminianos têm apenas um argumento, que já pude encontrar, pelo qual eles se esforçam para roubar de Cristo esta glória dos méritos da aquisição para nós da fé e do arrependimento, a saber, porque eles são os atos nossos, como no dever e obediência aos preceitos do Evangelho que nós somos obrigados a executar³; e, eles pressionam a isso amplamente, “*usque et usque*”. Em termos claros, eles não suportarão que o seu ídolo seja considerado defeituoso em qualquer coisa que seja necessária para levar-nos ao Céu. Agora, a respeito deste argumento, de que nada que Deus requer de nós pode ser adquirido por Cristo para nós, eu gostaria de observar duas coisas. *Em primeiro lugar*, que a força disso consiste no fato de que nenhum dom que Deus derramou sobre nós pode ser algo agradável a Ele, como estando em nós, pois todos os Seus preceitos e mandamentos significam apenas o que é agradável a Ele de forma do que devemos ser ou fazer; e não é o mérito de qualquer coisa por meio de Cristo, mas a concessão Divina disso como o seu efeito, o que o impede de ser uma coisa exigível de nós, como uma parte do nosso dever, o que considerarei a seguir. Apenas observe agora, que não havendo nada em nós, pela forma de hábito ou ato, desde o início da nossa fé até a consumação dela, do nosso novo nascimento até que nos tornemos homens perfeitos em Cristo, pela consumação de nosso

caminhar, de forma que não é exigido de nós no Evangelho, toda e qualquer graça da qual nós somos participantes nesta vida, pois se assim fosse, negaríamos que elas são dons de Deus. *Em segundo lugar*, considere a extensão deste argumento em si. Nada cujo desempenho é nosso dever por ter sido concedido a nós por Cristo, em virtude dos méritos dEle. Quando o apóstolo roga que nos “reconciliemos com Deus”, eu gostaria de saber se não faz parte do nosso dever prestar obediência à exortação do apóstolo? Se não, sua exortação é frívola e vã, em caso afirmativo, então, ser reconciliado com Deus é uma parte do nosso dever; e ainda os Arminianos às vezes parecem confessar que Cristo obteve para nós a reconciliação com Deus. Algo semelhante pode ser dito de muitos outros [casos] particulares. Assim, para que esse argumento ou prove que nós não fruímos de nenhum fruto da morte de Cristo nesta vida, ou (o que é a mais pura verdade) que isso prova nada absolutamente; pois, nem o mérito de Cristo obtém nem Deus concede qualquer graça de maneira a atrapalhar de qualquer modo, contudo a reconciliação, em seu exercício, pode ser um dever nosso, na medida em que é feito em nós e por nós. Não obstante, esta objeção — que não pode permanecer somente por si mesma, sem a ajuda de alguma outra ainda não descoberta — nós continuaremos nossas orações, como nos é ordenado, em nome de Cristo; isto é, para que Deus nos conceda essas coisas que pedimos por causa de Cristo, e isso por um acesso imediato, sim, mesmo quando clamamos com o pobre penitente: “...Senhor! ajuda a minha incredulidade” [Marcos 9:24], ou com os apóstolos: “Acrescenta-nos a fé” [Lucas 17:5].

Em segundo lugar, o segundo fundamento, em nome de Deus, para provar-Lhe ser o Autor e Consumador de todas as graças em que somos participantes nesta vida, vêm a partir do que a Escritura afirma a respeito de Seu operar estas graças em nós, e isso poderosamente, pela operação eficaz do Seu Espírito Santo. Ao que os Arminianos se opõem a uma necessidade aparente do que eles devem necessariamente ser os nossos próprios atos, distintos de Seus dons, porque eles estão em nós e somos ordenados a praticar tais atos por Ele. O principal, então, desta afirmação entre o nosso Deus e o ídolo deles sobre o vivificado filho da graça é se Ele pode operar em nós o que Ele assim requer de nós. Vamos ouvi-los pleiteando a sua causa:

“É mui certo que não deve ser ordenado, aquilo que é operado em nós; e que não pode ser operado em nós o que é comandado, [pois se tal fosse] Ele tolamente ordenaria o que deve ser feito de outras pessoas que trabalharão nelas o que Ele ordena”⁴, diz a Apologia deles. O tolo São Próspero** que pensava que que pensava que isto era tudo uma heresia Pelagi-

** Próspero de Aquitânia foi um escritor Cristão e discípulo de Agostinho de Hipona. Próspero era um leigo, mas impôs a si mesmo o ardor das controvérsias religiosas de sua época, defendendo Agostinho e propagando a ortodoxia. Os Pelagianos foram atacados num apaixonante poema de cerca de 1000 linhas, *Adversus ingratos*, escrito em cerca de 430 (Wikipedia.org).

ana, disse “que não há nem louvor nem valor, como nosso, naquilo que Cristo concede a nós!”⁵. Tolo Santo Agostinho, orando: “Concede-nos, oh Senhor, o que Tu ordenas e ordena o que quiseses!”⁶. Tolo Benedito, bispo de Roma, que orou como se necessitasse que sua insensatez fosse remida pelo Altíssimo: “Oh, Senhor”⁷, diz ele, “ensina-nos o que devemos fazer; mostram-nos para onde devemos ir; opera em nós o que devemos fazer”; Oh, tolos Pais do segundo Concílio Arausicano que afirmaram: “Que muitas coisas boas são feitas no homem as quais não é ele mesmo que faz; antes um homem não faz nada de bom que Deus não tenha assim operado para que ele o fizesse!”⁸. E, novamente, “Todas as vezes que fazemos o bem, Deus opera em nós e conosco, para que possamos assim fazer”. Em uma palavra, isso torna tolos todos os doutores da igreja que alguma vez se opuseram à heresia Pelagiana, na medida em que todos eles sustentaram por unanimidade, que não somos participantes de nenhuma coisa boa nisto sem que haja a poderosa operação eficaz da onipotente graça de Deus, e ainda a nossa fé e obediência, devem ser assim operadas em nós, para serem mui aceitáveis a Ele. Sim, o que havemos de dizer ao próprio Senhor, em um lugar ordenando-nos a temê-IO e em outro prometendo que Ele colocará o temor dEle em nossos corações, para que não nos apartemos dEle? É o Seu mandamento tolo, ou a Sua promessa falsa? Os Arminianos devem afirmar um ou renunciar à heresia deles. Mas falaremos sobre isso, após eu ter introduzido um pouco mais sobre esse erro monstruoso a partir das próprias palavras e escritos deles.

Dizem eles: “Qualquer um pode, sábia e seriamente prescrever o desempenho de uma condição para outra pessoa, sob a promessa de uma recompensa e ameaça de punição, que afetará isso dentro daquele a quem se dirige esta prescrição? Esta é uma ação ridícula, que malmente é digna de um palco”⁹, ou seja, considerando que Cristo afirmou que “aquele que crê será salvo; mas quem não crer será condenado” (Marcos 16:16), pelo que a fé é estabelecida como a condição para a salvação, e a incredulidade ameaçada com o inferno, se Deus pelo Seu Espírito Santo gera fé nos corações de alguém, levando-os assim a cumprir a condição, seria uma mera zombaria, vinda de um teatro como uma ficção improvável. O que isso lança sobre todo o Evangelho de Cristo, sim, em todos os líderes de Deus para com os filhos dos homens, desde que, em razão da Queda, eles se tornaram incapazes de cumprir as Suas ordens por si mesmos, eu deixo para o julgamento silencioso de todos os homens.

Bem, então, vendo que eles devem ser considerados ἀσύστατα, coisas inconsistentes, que Deus seja tão justo a ponto de mostrar-nos o nosso dever, e ainda assim tão bom e misericordioso como a conceder as Suas graças a nós, ouçamos mais isso: “A fé e a conversão não podem ser a nossa obediência, se elas são operadas por Deus em nós”¹⁰, dizem eles, em Hague; e Episcopius: “Isso é algo mui absurdo, a saber, afirmar que Deus ou efetua por Seu poder, ou busca com a Sua sabedoria, que os eleitos façam as coisas que Ele requer deles”¹¹.

Assim que, quando a Escritura chama a fé de dom e obra de Deus, eles dizem que esta é uma expressão imprópria, pois na medida em que Ele a ordena, propriamente, é um ato ou obra de nós mesmos. E quanto ao renomado dizer de Santo Agostinho, a saber: “Deus coroou Seus próprios dons em nós”, eles dizem, “isso não deve ser recebido sem um grão de sal”¹², ou seja, algo assim brilha, com o que eles corrompem a Escritura. A suma do que eles pretendem é afirmar que Deus conceder quaisquer graças sobre nós, ou efetivamente efetuá-las em nós, contradiz a Sua palavra, que ordena a fazê-las como nosso dever e obediência. Pelo que significa que eles têm erguido seu ídolo no trono da livre graça e misericórdia de Deus, e atribuído a ele todo o louvor devido àquelas muitas qualificações celestiais que os servos de Deus são dotados [...]; tudo o que eles têm ou são é apenas [provindo da execução] do seu dever; quão depreciativo isso é ao mérito de Cristo, o que eles mesmos parecem reconhecer, quando afirmam que Ele não é de outro modo dito ser um Salvador mais do que são todos os que confirmaram o caminho da salvação através da pregação, milagres, martírio e exemplo. De modo que, tendo quase aniquilado os méritos de Cristo, eles dizem: “eles nos concedem ser os nossos próprios salvadores em um amplo sentido”¹³ — *Apologia Pró-Confissão Remonstrante* p. 96. Todas as afirmações as quais são contrárias à Palavra expressa de Deus serão agora demonstradas por mim.

Não há um único de todos os textos claros da Escritura — nenhum daqueles argumentos inumeráveis e invencíveis, em que a obra eficaz da graça de Deus na conversão de um pecador, Seu poderoso transportar-nos da morte para a vida, a partir do estado de pecado e escravidão para a liberdade dos filhos de Deus — que não derrube esse erro prodigioso. Contentar-me-ei com a exemplificação em alguns poucos dos que estão diretamente em oposição a este erro, até mesmo aos termos:

Primeiro, em Deuteronômio 10:16 o Senhor ordena aos israelitas: “Circuncidai, pois, o prepúcio do vosso coração, e não mais endureçais a vossa cerviz”, de forma que a circuncisão de seus corações era uma parte de sua obediência; era o dever deles fazer assim, em obediência ao mandamento de Deus. E ainda, no capítulo 30, verso 6, Ele afirma que: “o Senhor teu Deus circuncidará o teu coração, e o coração de tua descendência, para amares ao Senhor teu Deus com todo o coração”. Assim o que parece a mesma coisa em diversos aspectos pode ser um ato de Deus em nós e nosso dever para com Ele. E como o Senhor aqui escapa daquela censura Arminiana, que, se Suas palavras são verdade na última afirmação, o Seu comando na primeira é vão e tolo, “*ipse viderit*” — que Ele pleiteie a Sua causa, e vingue-se daqueles que se levantam contra Ele.

Em segundo lugar, Ezequiel 18:31: “Fazei-vos um coração novo e um espírito novo; pois, por que razão morreríeis, ó casa de Israel?”. A feitura de um novo coração e um novo espírito é aqui exigida sob uma promessa de uma recompensa de vida, e uma grande

ameaça de morte eterna; de modo que assim o fazer necessariamente deve ser uma parte de seu dever e obediência. E, no entanto, no capítulo 36, versículos 26 e 27, Ele afirma que Ele fará isso mesmo que aqui Ele exige deles: “E dar-vos-ei um coração novo, e porei dentro de vós um espírito novo; e tirarei da vossa carne o coração de pedra, e vos darei um coração de carne. E porei dentro de vós o meu Espírito, e farei que andeis nos meus estatutos, e guardeis os meus juízos, e os observeis”. Em quantos lugares também somos ordenados a “temer ao Senhor!”, o que, quando o fazemos, espero que ninguém negará ser um desempenho de nosso dever; e ainda assim em Jeremias 32:40, Deus promete: “porei o meu temor nos seus corações, para que nunca se apartem de mim”.

Em terceiro lugar, esses dois contra os quais eles estabelecem exceções particulares, fé e arrependimento também são atribuídos expressamente à doação gratuita de Deus: “Na verdade até aos gentios deu Deus o arrependimento para a vida” (Atos 11:18), e a fé diretamente: “não vem de vós, é dom de Deus” (Efésios 2:8). A esta afirmação do Espírito Santo, eu assim afirmarei minha crença em vez da dos Arminianos, que afirmam que a fé não é dom de Deus, porque é de nós mesmos; e, embora isso não o impeça, apenas isso pode ser citado: “vossa santíssima fé” (Judas 1:20). Deixem aqueles que quiserem negar que algo que Deus nos concede pode ser propriamente nosso; o profeta não o considera inconsistente quando ele declarou que o Senhor faz “em nós todas as nossas obras” (Isaías 26:12). Elas são as nossas obras, mas feitas por Ele. O apóstolo trabalhou; todavia não ele, “mas a graça de Deus” que estava com ele (1 Coríntios 15:10). Ele “opera em nós καὶ τὸ θέλει καὶ τὸ ἐνεργεῖν segundo a sua boa vontade” (Filipenses 2:13); e ainda o desempenho do nosso dever pode consistir nesses atos de nossas vontades e as boas ações, das quais Ele é o autor. De modo que, de acordo com o conselho de Agostinho¹⁴, ainda oraremos para que Ele nos conceda o que Ele nos ordena fazer.

Em quarto lugar, 1 Coríntios 4:7: “Porque, quem te faz diferente? E que tens tu que não tenhas recebido?”. Tudo o que nos faz diferentes de outros é recebido da parte de Deus; portanto, o fundamento de toda a diferença nas coisas espirituais entre os filhos de Adão, sendo a fé e o arrependimento, eles também devem necessariamente ser recebidos do alto. Em resumo, Deus “circuncidando os nossos corações” (Colossenses 2:11), e Ele também nos vivifica quando estamos mortos (Efésios 2:1-2), gerando-nos de novo (João 1:13), operando em nós tudo aquilo que Ele quer que sejamos; tudo isto está contido na promessa da Nova Aliança, Jeremias 32:40: “E farei com eles uma aliança eterna de não me desviar de fazer-lhes o bem; e porei o meu temor nos seus corações, para que nunca se apartem de mim”, e de nenhuma maneira é repugnante à Escritura Sagrada, declarar que o nosso dever seja tudo isso que o Senhor requer que façamos. E agora, que todos os homens julguem se, contra muitos e claros testemunhos do Espírito Santo, as razões Arminianas, emprestadas dos antigos filósofos possuem qualquer valor. A suma de todos eles você

pode encontrar em Cícero, em seu terceiro livro *De Natura Deorum*: “Cada um”, diz ele, “obtem virtude de si mesmo; nunca nenhum homem sábio agradeceu a Deus por isso, por nossa virtude nós somos elogiados; na virtude nos gloriamos, o que não poderia ocorrer se isso fosse um dom de Deus”¹⁵. E realmente isso, em termos mais suaves, é a suma dos argumentos Remonstrantes neste caso em particular.

Por último, observe que esse erro é aquele que, dentre todos os outros, os pais ortodoxos mais se opuseram aos hereges Pelagianos; sim, e neste tempo, os escolásticos¹⁶ mais eruditos resolutamente mantêm a verdade aqui contra os inovadores Jesuítas. Com alguns poucos dos testemunhos dos antigos concluirei esse discurso. “É certo que, quando fazemos qualquer coisa, nós o fazemos”, diz Agostinho, “mas é Deus que opera em nós para que assim o façamos”¹⁷. E em outro lugar: “Não consideraremos ser dom de Deus por que isso é exigido de nós sob a promessa da vida eterna? Deus não permita que isso pareça assim, para ambos, participantes ou defensores da graça”¹⁸, onde alguém rejeita isso, tanto com erro quanto com sofisma ele o sustenta. Assim também Coelestius, bispo de Roma, em sua epístola aos bispos da França, diz: “Tão grandiosa é a bondade de Deus para com os homens, que Ele nos concederá essas coisas boas para serem os nossos bons deveres” (ele os chama de mérito, de acordo com a linguagem daqueles dias) “que são os Seus próprios dons”¹⁹; para o propósito que citei antes dois cânones além do concílio Arausicano. E São Próspero, em seu tratado contra Cassianus, o semi-Pelagiano, afirma que seria uma queixa tola de homens orgulhosos, dizer “que o livre-arbítrio é destruído, se o início, o progresso e a continuidade no bem forem ditos ser dons de Deus”²⁰. E assim é com a imputação da insensatez com a qual os Arminianos, em minha primeira citação, acusam os seus opositores, sendo replicada por este erudito pai, eu encaminho você para estes seguintes excertos, para uma conclusão:

Sola Scriptura	Livre Arbítrio
“Circuncidai, pois, o prepúcio do vosso coração, e não mais endureçais a vossa cerviz” (Deuteronômio 10:16); “E o Senhor teu Deus circuncidará o teu coração, e o coração de tua descendência” (Deuteronômio 30:6) — “fazei-vos um coração novo e um espírito novo; pois, por que razão morreríeis, ó casa de Israel?” (Ezequiel 18:31); “E dar-vos-ei um coração novo, e porei dentro de vós um espírito novo” (Ezequiel 36:26).	“É mui certo que não deve ser ordenado, aquilo que é operado em nós; e que não pode ser operado em nós o que é comandado, [pois se tal fosse] Ele tolamente ordenaria o que deve ser feito de outras pessoas que trabalharão nelas o que Ele ordena” (Apologia Pró-Confissão Remonstrante).

<p>“Se temerdes ao Senhor, e o servirdes, e derdes ouvidos à sua voz, e não fordes rebeldes ao mandado do Senhor, assim vós, como o rei que reina sobre vós, seguireis o Senhor vosso Deus” (1 Samuel 12:14); “E farei com eles uma aliança eterna de não me desviar de fazer-lhes o bem; e porei o meu temor nos seus corações, para que nunca se apartem de mim” (Jeremias 32:40).</p>	<p>“É um absurdo afirmar que Deus opera por Seu poder, ou busca por Sua sabedoria, que os eleitos devam fazer aquelas coisas que Deus requer deles” (Simon Episcopius).</p>
<p>“Senhor... tu és o que fizeste em nós todas as nossas obras” (Isaías 26:12); “Porque Deus é o que opera em vós tanto o querer como o efetuar, segundo a sua boa vontade” (Filipenses 2:13).</p>	<p>“A fé e a conversão não podem ser atos de nossa obediência se elas são operadas por Deus em nós” (Collatio Hagiensis); “Que Deus deve requerer de nós o que Ele mesmo operará em nós é uma ação ridícula, escassamente digna de um palco” (Apologia Pró-Confissão Remonstrante).</p>
<p>“Bendito o Deus e Pai de nosso Senhor Jesus Cristo, o qual nos abençoou com todas as bênçãos espirituais nos lugares celestiais em Cristo” (Efésios 1:3).</p>	<p>“Essa frase de Agostinho, que ‘Deus coroou os Seus dons em nós’, não deve ser admitida facilmente” (Idem).</p>
<p>“Porque a vós vos foi concedido, em relação a Cristo, não somente crer nele, como também padecer por ele” (Filipenses 1:29); “Quanto mais o sangue de Cristo, que pelo Espírito eterno se ofereceu a si mesmo imaculado a Deus, purificará as vossas consciências das obras mortas, para servirdes ao Deus vivo?” (Hebreus 9:14).</p>	<p>“Não há nada mais inútil e tolo do que atribuir a fé e regeneração aos méritos de Cristo” (Ibidem).</p>

Notas:

[1] “Nihil ineptius, nihil vanius, quam regenerationem et fidem merito Christi tribuere; si enim Christus nobis meritis dicatur fidem et regenerationem, tum fides conditio esse non poterat

quam a peccatoribus Deus sub comminatione mortis æternæ exigeret.” — *Apol. Rem., cap. viii. p. 95.*

[2] “Si fides sit effectum meriti Christi, non potest esse actus officii nostri.” — *Idem.*

[3] *Apol. Rem., ubi sup.; Corv. ad Molin., cap. xxviii. sect. 9.*

[4] “Illud certissimum est, nec jubendum esse quod efficitur, nec efficiendum quod jubetur. Stulte jubet et vult ab alio fieri aliquid, qui ipse quod jubet in eo efficere vult.” — *Apol. Rem., cap. ix. p. 105, a.*

[5] “At exigua conclusione pene tu totum Pelagianum dogma confirmas, dicendo, nullius laudis esse ac meriti; si id in eo Christus quod ipse donaverat prætulisset.” — *Prosp. ad Collat., cap. xxxvi.*

[6] “Da, Domine, quod jubes, et jube quod vis.” — *Aug.*

[7] “O Domine, doce nos quid agamus; quo gradiamur ostende; quid efficiamus operare.” — *Ben. Pap. in Concil. Legunstad.*

[8] “Multa in homine bona fiunt, quæ non facit homo: nulla vero facit homo bona, quæ non Deus præstet ut faciat.” — *Consil. Arau. ii. can. 20.* “Quoties enim bona agimus, Deus in nobis et nobiscum, ut operemur, operatur.” — *Can. 9.*

[9] “Anne conditionem quis serio et sapienter præscribet alteri, sub promisso præmii et pœnæ gravissimæ comminatione, qui eam, in eo cui præscribit efficere vult? Hæc actio tota ludicra, et vix scenâ digna est.” — *Apol. Rem., cap. ix. p. 105, a.*

[10] “Fides et conversio non possunt esse obedientia, si tantum ab aliquo, in alio, efficiantur.” — *Rem. Coll. Hag., p. 196.*

[11] “Absurdem est statuere Deum aut efficere per potentiam, aut procurare per sapientiam, ut electi ea faciant, quæ ab ipsis, ut ipsi ea faciant, exigat et postulat.” — *Episcop., Disp. Pri. viii. thes. 7.*

[12] *Apol., cap. ix. ubi sup.* — “Deum dona sua in nobis coronare, dictum hoc Augustini nisi cum grano salis accipiatur, neutiquam est admittendum.” — *Idem, ibid p. 115.*

[13] “Atqui dices, sic servatores nostri essent omnes,” — eodem sensu quo Christus, — “saltem ex parte qui præconio, miraculis, et exemplo salutis viam, confirmant; esto, quid tum?” — *Rem. Apol., cap. viii. [p. 94.]*

[14] “Petamus ut det quod ut habeamus jubet.” — *Aug.*

[15] “Virtutem autem nemo unquam acceptam deo retulit. Nimirum rectè: propter virtutem enim jure laudamur, et in virtute rectè gloriamur. Quod non contingeret, si id donum à Deo, non à nobis haberemus.” — *Cicero De Nat. Deor. iii. 36.*

[16] *Alvarez, Disput. lxxxvi., ubi Aug., Thom., alios, citat.*

[17] “Certum est nos facere cum facimus; sed ille facit ut faciamus.” — *Aug. de Grat., et Lib. Arbit., cap. xvi.*

[18] “— Neque id donum Dei esse fateamur, quoniam exigi audivimus a nobis, præmio vitæ si hoc fecerimus oblato? Absit, ut hoc placeat participibus et defensoribus gratiæ.” — *Aug. de Prædest. Sanc., cap. xx.*

[19] “Tanta est erga homines bonitas Dei, ut nostra velit esse merita quæ sunt ipsius dona.”
— *Cœlest. Epist. ad Ep. Gal., cap. xii.*

[20] “Non enim conturbat nos superbientium inepta querimonia; quia liberum arbitrium causantur auferri: si et principia, et profectus, et perseverantia in bonis usque ad finem Dei dona esse dicantur.” — *Prosp. ad Collat., p. 404.*

Capítulo 11

A Salvação Pode Ser Obtida Sem O Conhecimento Ou A Fé Em Jesus Cristo?

Concluirei todo esse discurso a respeito da causa meritória da salvação, com as exclusões deles quanto a Cristo ser o único e absolutamente necessário meio para nos trazer até o céu, para fazer-nos felizes. Esta é a última pilha que erguem sobre a fundação Babilônica deles, o que torna o ídolo da autossuficiência humana de todo perfeito, e apto para ser sacrificado nela. Até que esses construtores orgulhosos, para obter materiais para o seu próprio templo, coloquem o machado à raiz do Cristianismo, nós tomamos como certo que “não há salvação em nenhum outro”, porque “debaixo do céu nenhum outro nome há, dado entre os homens, pelo qual devamos ser salvos” (Atos 4:12). Nem suas tentativas nefastas nos assustam quanto ao nosso credo, nem nos tornam carentes quanto à defesa da honra do nosso Salvador. Mas, serei muito breve na consideração desta heterodoxia, nada duvidando, apenas tendo repetido o que está inteiramente refutado, no julgamento de todos os Cristãos devotos.

Primeiro, então, Eles admitem a salvação dos antigos patriarcas e judeus, antes da vinda de Cristo, sem qualquer conhecimento ou fé nEle; mais que isso, eles negam que tal fé em Cristo fora prescrita para eles ou era exigida deles. “É certo que não há nenhuma passagem no Antigo Testamento, em que possa parecer que a fé em Cristo como Redentor sempre foi ordenada ou encontrada em qualquer delas”¹, eles dizem em conjunto em sua *Apologia*; a verdade sobre esta afirmação que veremos a seguir. Eles apenas admitem uma fé geral, envolvida sob protótipos e sombras, e olhando para a promessa, enquanto que se encontrava escondida na bondade e providência de Deus, o que indiretamente pode ser chamado de fé em Cristo: de qual tipo de fé eu não vejo nenhuma razão para que milhares de infiéis pagãos devam ser excluídos. De acordo com estas afirmações são os ditames de seu patriarca Armínio, afirmando: “que toda a descrição da fé de Abraão, em Romanos 4, não faz qualquer menção de Jesus Cristo, expressa ou implicitamente, assim como sendo de fácil compreensão para qualquer um”². E, ao testemunho do próprio Cristo em contrário, João 8:56, “Abraão, vosso pai, exultou por ver o meu dia, e viu-o, e alegrou-se” (João 8:56), ele respondeu: “Ele alegrou-se por ver o nascimento de Isaque, que era um tipo de mim” — uma vistosa, polida corrupção do texto.

Em segundo lugar, o que eles ensinam sobre os judeus, que também admitem sobre os gentios que viveram antes da encarnação de Cristo; eles também podem alcançar a salva-

ção, e ser justificados sem o conhecimento dEle. “Pois embora”, diz Corvinus, “o pacto não foi revelado a eles pelo mesmo meio que foi aos judeus, ainda assim não devemos supô-los excluídos da aliança” (da graça), “nem estando excluídos da salvação; pois de uma forma ou de outra eles foram chamados”³.

Em terceiro lugar, porque eles vêm por um tempo considerável para aquela perfeição em criar esta mancha do Cristianismo, o que Bertius⁴, em boa consideração, negou esta proposição: “Que nenhum homem pode ser salvo, o que não foi enxertado em Cristo por uma verdadeira fé”, e Venator⁵ quanto a esta questão: “Se o único meio de salvação é a vida, paixão, morte, ressurreição e ascensão de Jesus Cristo?”, respondeu com: “Não”. Assim eles colocam homens no seio de Abraão, os quais nunca creram no Filho de Abraão; fazendo-os superar a serpente que nunca ouviu falar da Semente da mulher; trazem os bodes para o céu, os quais nunca foram do rebanho de Cristo, nunca entraram por Ele, a porta; tornam os homens agradáveis a Deus sem fé, e obterem o perdão dos pecados sem a aspersão do sangue do Cordeiro, — serem salvos sem um Salvador, resgatados sem Redentor, — tornarem-se filhos de Deus, e nunca conhecerem o seu Irmão mais velho; Que erro prodigioso pode ainda ser perdoado, e atribuído a imbecilidade humana, tem casualmente escorregado de suas canetas, como o fez da de alguns outros⁶. Mas, vendo que isso tinha base em todos os fundamentos da nova doutrina deles, e é mantido por eles em deliberação madura⁷ deve ser encarado por todos os Cristãos como uma heresia a ser detestada e amaldiçoada. Pois, em primeiro lugar, negam o contágio e demérito do pecado original; em seguida, fazem o pacto da graça ser universal, e compreendendo todos e cada um da posteridade de Adão; em terceiro lugar, concedem um poder em nós mesmos para chegarmos a Deus por todos os meios que Ele indicará, e afirmam que Ele atribui alguns meios a todos, e seguirá naturalmente que o conhecimento de Cristo não é absolutamente necessário para a salvação, e tão baixamente cai a preeminência do Cristianismo; sua coroa do alcance do céu sendo colocada ao nível dos serviços dos deuses de monturo⁸.

É verdade, de fato, alguns dos antigos pais, antes do nascer da heresia Pelagiana, — que assim representou a Cristo, como Lipsius fala, os quais não tinham totalmente se despedido Platão, — inadvertidamente soltaram alguns discursos que pareciam garantir que vários homens, antes da encarnação, vivendo μετὰ λόγου, “de acordo com os ditames da reta razão”, podem ser salvo sem a fé em Cristo; como é bem demonstrado pelo erudito Casaubon em sua *primeira prática em Baronius*. Mas, deixe isto ser considerado parte daquela palha que arderá no último dia, com o qual os escritos de todos os homens não divinamente inspirados podem ser manchados. Isso foi também uma vez (como, o que não foi?) arrastado para disputa entre os escolásticos; e, no entanto, o que é raramente visto, seus veredictos nesta particularidade quase passam por unanimidade por verdade. Aquino⁹ nos conta uma história sobre o cadáver de um pagão, que deve ser considerado no tempo da

Imperatriz Irene e seu filho Constantino, com uma placa de ouro sobre o peito, onde havia esta inscrição: “Cristo nasceu de uma virgem, e eu creio nEle. Oh sol, tu me verás de novo nos dias de Irene e Constantino”. Mas a questão não é se um Gentio crente em Cristo pode ser salvo? Ou se Deus não se revelou e a Seu Filho extraordinariamente para alguns deles? Por que devemos estreitar o peito e encurtar o braço do Todo-Poderoso, como se Ele não pudesse fazer o que quisesse com o que é dEle; mas, se um homem pela condução da natureza, sem o conhecimento de Cristo, pode vir para o céu? A afirmação disso nós condenamos como ímpia, Pelagiana, herética, e pensamos que foi bem dito por Bernardo: “Muitos que se esforçam para fazer de Platão um Cristão, provam ser ateus”¹⁰. E se olharmos para os diversos ramos desta estranha doutrina Arminiana, atenuando o precioso valor e necessidade da fé em Cristo, vamos encontrá-los decepados pela espada de dois gumes da Palavra de Deus.

Primeiro, por negarem que os patriarcas e os judeus obtiveram fé “*Christum exhibendum et moriturum*”, como nós nEle “*exhibitum et mortuum*”, isso é refutado:

Em primeiro lugar, por todas as promessas evangélicas feitas desde o início do mundo até o nascimento do nosso Salvador; como aquela em Gênesis 3:15: “E porei inimizade entre ti e a mulher, e entre a tua semente e a sua semente; esta te ferirá a cabeça” [Gênesis 3:15], e capítulo 12:3, Salmos 2:7-8; com inúmeros outros a respeito de Sua vida, ofício, e redenção de Seu povo, certamente eles seriam obrigados a acreditar nas promessas de Deus.

Em segundo lugar, por essas muitas manifestações claras de Sua morte, paixão e sofrimento por nós, como em Gênesis 3:15; Isaías 53:6-10, etc., 63:1-3; Daniel 9: 26. Todavia, o que mais precisamos considerar? Nosso Salvador ensinou aos Seus discípulos que todos os profetas desde Moisés falaram a respeito dEle, e que a única razão pela qual eles não tão prontamente abraçam a fé de Sua paixão e ressurreição foi porque não creram nos profetas, Lucas 24:25, 26; mostrando claramente que os profetas requereram fé em Sua morte e paixão.

Em terceiro lugar, pela fé explícita de muitos judeus, a partir do velho Simeão, Lucas 2:34; da mulher samaritana, que procurava por um Messias, e não como um rei terreno, mas como Aquele que lhe “anunciará tudo”, resgatando-os do pecado, e anunciando-lhes todas as coisas como Cristo fez, nessa ocasião, discorrendo sobre a adoração a Deus, João 4:25.

Em quarto lugar, pelo o testemunho expresso do próprio Cristo. “Abraão”, diz Ele, “exultou por ver o meu dia, e viu-o, e alegrou-se” (João 8:56). Seu tempo, Sua hora, na Escritura, principalmente denota Sua paixão. E aquilo que ele viu certamente creu, ou então o pai dos fiéis era mais desconfiado do que Tomé, o mais incrédulo dos Seus filhos.

Em quinto lugar, por estes seguintes, e semelhantes passagens das Escrituras: Cristo é um “Cordeiro que foi morto desde a fundação do mundo” (Apocalipse 13:8); morto nas promessas, morto na consideração de Deus e na fé dos crentes. Ele é “nenhum outro nome há, dado entre os homens, pelo qual devemos ser salvos” (Atos 4:12). Nunca alguém, então, sem o conhecimento do Redentor, participação em Sua paixão, comunicação de Seus méritos, jamais chegou à vista de Deus; nenhum homem jamais chegou ao Pai senão por Ele. Por isso, Paulo diz aos Efésios que eles estavam “sem Cristo”, porque eles estavam “separados da comunidade de Israel” (Efésios 2:12); dando a entender que a aliança de Deus com os judeus incluía Cristo Jesus e Sua justiça não menos do que inclui agora conosco. Por estes motivos, Inácio chamou Abel: “Um mártir de Cristo”¹¹, ele morreu por sua fé na Semente prometida. E em outro lugar, “Todos os santos foram salvos por Cristo; em esperança nEle, e esperando nEle, obtiveram salvação por Ele”¹². Assim Próspero, também, “Devemos crer que nunca alguém foi justificado por qualquer outra fé, ou perante a lei ou nos termos da lei, do que pela fé em Cristo vindo para salvar o que estava perdido”¹³. De onde Eusébio afirma¹⁴ que todos os antigos patriarcas podem propriamente ser chamados de Cristãos; todos comeram do mesmo alimento espiritual e todos beberam da mesma bebida espiritual, da mesma Rocha que os seguiu, e a Rocha era Cristo.

Segundo, se o antigo povo de Deus, não obstante ter tido várias revelações especiais de Sua vontade e instruções celestiais, não obteve a salvação sem a fé em Cristo, muito menos podemos admitir essa felicidade sem Ele para aqueles que também foram privados daquelas outras ajudas. Assim, apesar de confessarmos que os pobres esforços naturais dos pagãos não obtiveram a sua recompensa (positiva nesta vida, pela prosperidade exterior e serenidade interior da mente, em que eles não estavam todos perplexos e agitados com fúria, como Nero e Calígula; ou negativa na vida futura, por uma diminuição dos graus de seus tormentos — eles não devem ser castigados com tantos açoites), ainda sim, absolutamente negamos que haja qualquer misericórdia salvífica de Deus em relação a eles revelada na Escritura, que nos conceda a menor insinuação de que eles alcançaram a bem-aventurança eterna. Pois, não consideram a corrupção e incapacidade universal da natureza para fazer tudo o que é bom (sem Cristo nada podemos fazer, João 15:5), nem ainda a pecaminosidade de suas melhores obras e ações, “O sacrifício dos ímpios é abominável ao Senhor, mas a oração dos retos é o seu contentamento” (Provérbios 15:8) (árvores más não produzem bons frutos; os homens não colhem uvas dos espinheiros, ou figos dos abrolhos, Mateus 7:16-17). A palavra de Deus é clara, de forma que “sem fé é impossível agradar a Deus” (Hebreus 11:6); “quem não crer será condenado” (Marcos 16:16); nenhuma nação ou pessoa pode ser abençoada, se não for da descendência de Abraão (Gênesis 12:3). E a “bênção de Abraão” chega aos Gentios apenas “por Jesus Cristo” (Gálatas 3:14). “Ele é “o caminho, a verdade e a vida” (João 14: 6). Ninguém vem ao Pai senão por Ele. Ele é a “porta”, pela qual aqueles que não entram ficam “de fora”,

com “os cães e idólatras”, Apocalipse 22:15. De modo que “ninguém pode pôr outro fundamento além do que já está posto, o qual é Jesus Cristo” (1 Coríntios 3:11). Em suma, compare estas duas passagens de Paulo, Romanos 8:30, onde ele mostra que ninguém é glorificado além daqueles que são chamados; e capítulo 10:14-15, onde ele declara que todo chamado o é instrumentalmente pela pregação da Palavra e do Evangelho; e, evidentemente, parecerá que não há salvação possível para aquele sobre quem o Senhor até agora derramou a Sua indignação privando-o do conhecimento do único meio já citado, Cristo Jesus. E para aqueles que pensam de outra maneira, eu dou apenas este necessário alerta: Que eles tenham cuidado, para que, enquanto se esforçam para inventar novos caminhos para o Céu para os outros, ao fazê-lo, eles não percam o verdadeiro caminho para eles mesmos.

Sola Scriptura	Livre-Arbítrio
“E ele lhes disse: Ó néscios, e tardos de coração para crer tudo o que os profetas disseram! Porventura não convinha que o Cristo padecesse estas coisas e entrasse na sua glória?” (Lucas 24:24-26).	“Não há nenhuma passagem no Antigo Testamento, onde pareça que a fé em Cristo como Redentor foi tanto prescrita ou encontrada em alguém naquela época” (Apologia Pró-Confissão Remonstrante).
“Abraão, vosso pai, exultou por ver o meu dia, e viu-o, e alegrou-se” (João 8:56); “Ele verá o fruto do trabalho da sua alma, e ficará satisfeito; com o seu conhecimento o meu servo, o justo, justificará a muitos; porque as iniquidades deles levará sobre si” (Isaías 53:11). Veja as passagens antes citadas.	“A fé de Abraão não teve referência a Cristo” (Jacó Armínio).
“Que naquele tempo estáveis sem Cristo, separados da comunidade de Israel, e estranhos às alianças da promessa, não tendo esperança, e sem Deus no mundo” (Efésios 2:12).	“Os Gentios vivendo sob o Antigo Testamento, embora isso não fora revelado para eles como aos judeus, ainda assim, não estavam excluídos do pacto da graça, e da salvação” (Johannes Arnoldus Corvinus).
“E em nenhum outro há salvação, porque também debaixo do céu nenhum outro nome há, dado entre os homens, pelo qual devamos ser salvos” (Atos 4:12).	“Eu nego essa proposição, que ninguém pode ser salvo, que não esteja enxertado em Cristo por uma verdadeira fé” (Petrus Bertius).

“Para que a bênção de Abraão chegasse aos gentios por Jesus Cristo” (Gálatas 3:14); “Aquele que não crer será condenado” (Marcos 16:16); “Sem fé é impossível agradar a Deus” (Hebreus 11:6); “Porque ninguém pode pôr outro fundamento além do que já está posto, o qual é Jesus Cristo” (1 Coríntios 3:11).

“Quanto a esta questão, se a única forma de salvação é a vida, paixão, morte, ressurreição e ascensão de Jesus Cristo? Eu respondo: Não” (Adolphus Venator).

Notas:

- [1] “Certum est locum nullum esse, unde appareat fidem istam, sub Vet. Test., præceptam fuisse aut viguisse.” — *Apol. Rem., cap. vii. p. 91.*
- [2] “Consideretur omnis descriptio fidei Abrahæ, Rom. iv.; et apparebit in illa Jesu Christi non fieri mentionem, expresse, sed illa tantum implicatione, quam explicare cuivis non est facile.” — *Armin.* “Gavisus est videre natalem Isaac, qui fuit typus mei.” — *Idem.*
- [3] “Gentes sub Veteri Testamento viventes licet ipsis ista ratione qua Judæis non fuit revelatum, non tamen inde continuo ex fædere absolute exclusæ sunt, nec a salute præcise exclusi judicari debent, quia aliquo saltem modo vocantur.” — *Corv. Defens. Armin. ad Tilen., p. 107.*
- [4] “Nego hanc propositionem: neminem posse salvari, quam qui Jesu Christo per veram fidem sit insitus.” — *Bert. ad Sibrand., p. 133.*
- [5] “Ad hanc queestionem an unica via salutis, sit vita, passio, mors, resurrectio, et ascensio Jesu Christi? respondeo, Non.” — *Venat., apud Fest. Hom. et Peltium.*
- [6] *Zuing. Profes. Fid. ad Reg. Gall.*
- [7] *Art. Da Igreja da Inglaterra., art. XVII.*
- [8] “Nihil magis repugnat fidei, quam sine fide salvum esse posse quempiam hominum.” — *Acost. de Indo. Salu. Proc.*
- [9] *Aquin. 2, 2æ q. 2, a. 7, c.* — “Christus nascitur ex virgine, et ego credo in eum. O sol, sub Irenæ et Constantini temporibus iterum me videbis.”
- [10] “Dum multum sudant nonnulli, quomodo Platonem faciant Christianum, se probant esse ethnicos.” — *Bern. Epist.*
- [11] Παραδοθείς γε, τῶν διὰ Χριστὸν ἀναιρουμένων, ἀπὸ τοῦ αἵματος Ἰησοῦ τοῦ δικαίου. — *Ignat. Epist. ad Ephes. [cap. xii.]*
- [12] Πάντες οὖν οἱ ἅγιοι ἐν Χριστῷ ἐσώθησαν, ἐλπίσαντες εἰς αὐτὸν καὶ αὐτὸν ἀναμείναντες, καὶ δι’ αὐτοῦ σωτηρίας ἔτυχον. — *Epist. ad Philippians [cap. v.]*

[13] “Non alia fide quemquam hominum, sive ante legem sive legis tempore, justificatum esse, credendum est, quam hac eadem qua Dominus Jesu,” etc. — *Prosp. ad Ob. viii., Gallorum.*

[14] “Omnes ergo illos qui ab Abraham sursum versus ad primum hominem, generationis ordine conscribuntur, etsi non nomine, rebus tamen, et religione Christianos fuisse, si quis dicat, non mihi videtur errare.” — *Euseb. Hist. Eccles., lib. i. cap. 4.*

Capítulo 12

Sobre O Livre-Arbítrio, Sua Natureza E Poder

Nossa próxima tarefa é ter uma visão do próprio ídolo, desta grande divindade do livre-arbítrio, cuja origem sendo desconhecida, finge-se que ele, como a imagem de Diana de Éfeso, caiu do céu, e tem seus dotes a partir do alto. Mas, ainda assim, considerando que ele nada era em sua primeira descoberta, em comparação àquela vasta imensidão que ele agora se tornou, podemos dizer sobre ele como o pintor disse sobre sua imagem monstruosa, que ele havia consertado ou melhor maculado de acordo com a fantasia de todos “*Hunc populus fecit*” — esta é a questão do cérebro das pessoas. Orígenes¹ foi supostamente quem primeiramente trouxe esta divindade para à igreja; mas, entre os muitos adoradores sinceros da graça Divina, este pregador de novos demônios encontrou somente uma pequena recepção. Isso foi visto apenas como o tronco de Dagon, com a cabeça e as mãos fixadas diante da arca de Deus, sem cuja ajuda ele não poderia nem saber nem fazer o bem de qualquer tipo, permanecia descrito apenas como “*truncus ficulnus, lignum inutile*” — “um cepo de figueira, um pedaço inútil de madeira”. “*Incerti patres scamnum facerentne?*”. Os pais dos séculos subsequentes tiveram muito debate sobre em que uso eles o colocariam, e apesar de alguns o exaltarem em um ou dois níveis acima de seus méritos, ainda assim a maioria concluiu mantê-lo excluído da igreja; até que finalmente surgiu um campeão forte², desafiando toda a igreja de Deus, e, como um cavaleiro andante, viajando do oeste ao leste para lutar contra qualquer um que se opusesse ao seu ídolo; que, apesar de ele ter se encontrado com diversos adversários³, um especialmente⁴ em nome da graça de Deus, continuamente o frustrou e o lançou ao chão, e isto no julgamento de todos os juízes legais reunidos em conselhos⁵, e na opinião da maioria dos espectadores Cristãos⁶; ainda assim, por sua astuta insinuação, ele plantou tal opinião sobre a divindade de seu ídolo e autossuficiência nos corações de muitos, de forma que até hoje isto nunca foi erradicado.

Agora, após o falecimento de seus adoradores Pelagianos, alguns dos corruptos escolásticos, vendo-o, assim, desde o seu nascimento, exposto sem abrigo ao vento e ao relento, a todos os assaltos, por mera caridade e amor-próprio lhe edificaram um templo, e a ardam com luzes naturais [i.e., razão natural — N. do R.], mérito, operações independentes não controladas, com muitos outros serviços alegres. Mas, no início da Reforma — aquele tempo fatal para a idolatria e superstição, e igualmente às abadias e mosteiros —, o zelo e a erudição de nossos antepassados, com a ajuda da Palavra de Deus, demoliu este templo, e o derrubou ao solo; no lixo em que nós também esperávamos que o próprio ídolo tivesse sido muito profundamente enterrado, de forma que a sua cabeça nunca mais fosse exalta-

da, para atribular a Igreja de Deus, até não muito tempo desde que algumas testemunhas curiosas, cujos fracos estômagos estavam enfatiados com o maná e detestavam o leite puro da Palavra, ajuntaram-se todos nos monturos das novidades, tristemente iluminados por este ídolo, e atualmente, com não menos alegria do que o matemático com a descoberta de uma nova proporção geométrica, exclamam: “Nós o encontramos! Nós o encontramos!”. E sem mais delongas, eles logo ergueram um santuário, e até hoje continuam a ofertar louvor e gratidão por todo o bem que eles fazem a esta obra de suas próprias mãos.

E que o ídolo possa estar livre da ruína, o que em si mesmo eles encontraram pela experiência que ele está sujeito, eles o têm vinculado à contingência, uma nova deusa de sua própria criação, que, tendo-se revelado muito frutífera em nascimentos monstruosos no momento de suas conjunções, eles em nada duvidam que jamais careceram de um para colocar no trono e fazer presidente de todas as ações humanas, de modo que depois que ele tem, com vários sucessos, pelo menos 1.200 anos, disputado com a providência e a graça de Deus, ele se gaba agora como se tivesse obtido uma vitória total. Mas ainda assim, toda a sua prevalência deve ser atribuída ao empenho e verniz de seus novos cúmplices, juntamente com (para nossa vergonha isso é dito!) a negligência de seus adversários. Nele e sua causa não há mais real dignidade do que havia quando, pelos pais antigos, ele fora arruinado, amaldiçoado e lançado para fora da Igreja, de modo que aqueles que podem conseguir, através dos muitos labirintos sinuosos de distinções curiosas, olhar para a coisa em si, veem que eles têm sido, como os aprendizes egípcios, trazidos por muitos imponentes frontispícios e tecidos preciosos, com muita demonstração de zelo e devoção, até a imagem de um repulsivo imitador.

Ainda assim, aqui observamos, que nós não nos opomos absolutamente ao livre-arbítrio, como se ele fosse “*nomen inane*”, uma mera invenção, quando não existe tal coisa no mundo, mas apenas no sentido que os Pelagianos e os Arminianos o afirmam. A respeito de palavras, nós não lutaremos. Nós consentimos que o homem, na substância de todas as suas ações, tem tanto poder, liberdade e independência como uma mera natureza criada é capaz disto. Consentimos que ele seja livre em sua escolha de todas as suas ações exteriores, ou interiores necessidades naturais, a agir de acordo com a sua escolha e deliberação, abraçando espontaneamente o que bem lhe parecer. Agora, chame esse poder de livre-arbítrio ou do que você quiser, de forma a fazê-lo não supremo, nem independente e sem limites, e nós não somos atribulados de modo algum. A imposição de nomes depende do critério de seus inventores. Mais uma vez; mesmo nas coisas espirituais, negamos que nossas vontades sejam de todo impedidas ou privadas de liberdade adequada, mas dizemos aqui que, de fato, nós não somos propriamente livres até que o Filho nos liberte. Não há grande uso da liberdade naquilo em que não podemos fazer absolutamente. Nós não reivindicamos tal liberdade, como a que nos faça desprezar a graça de Deus⁷, pela

qual podemos alcançar, de fato, a verdadeira liberdade; que adiciona a, mas não toma na e nem a partir da, nossa liberdade original. Mas, sobre isso mostrarei que ídolo os Arminianos fazem do livre-arbítrio. Apenas observem a introdução disso que falamos agora, não como ele era no início pela criação de Deus, mas como é agora pela corrupção do pecado; ainda assim, sendo considerado nessa condição também, eles atribuem mais ao livre-arbítrio do que ele alguma vez ele já foi capaz de fazer. Como agora se ergue, de acordo com o meu anterior método proposto, demonstrarei, em primeiro lugar, que pura virtude natural eles atribuem ao livre-arbítrio, e que absoluto domínio e soberania sobre todas as nossas ações ele atribuem ao livre-arbítrio; em segundo lugar, o poder que eles dizem que o livre-arbítrio tem em preparar-nos para a graça de Deus; em terceiro lugar, quão efetivamente operativo ele é na recepção da referida graça, e quão pouca ajuda dele é requerida na grande obra da nossa conversão; tudo dito de maneira breve, com tantas observações quanto serão suficientes para desvelar os seus erros orgulhosos em cada particular.

“Nisso”, diz Armínio, “consiste a liberdade da vontade, que todas as coisas necessárias para habilitá-la a querer qualquer coisa que venha a ser feita, isso ainda permanece indiferente quanto a questão de querer ou não”⁸. E todos eles no Sínodo, dizem: “há”, dizem eles, “inerente à vontade do homem, uma propriedade inseparável, a qual chamamos de liberdade, a partir da qual a vontade é chamada de um poder, de forma que, quando todas as coisas pré-requeridas como necessárias para o funcionamento forem cumpridas, pode querer ou não qualquer coisa”⁹, ou seja, os nossos livres-arbítrios têm um poder tão absoluto e incontrolável no território de todas as ações humanas, que nenhuma influência da providência de Deus, nenhuma certeza de Seu decreto, nenhuma imutabilidade do Seu propósito, pode influenciá-los de modo algum, em suas livres determinações, ou têm qualquer poder com a sua *alteza* para levá-la a querer ou deliberar sobre qualquer coisa, mesmo que Deus por meio dele intencione efetuar. Tome um exemplo na grande obra da nossa conversão. “Todos os homens não-regenerados”, diz Armínio, “têm, em virtude de seu livre-arbítrio, o poder de resistir ao Espírito Santo, de rejeitar a graça oferecida de Deus, de restringir o conselho de Deus concernente a si mesmos, de recusar o Evangelho da graça, de não abrir o coração para Aquele que bate”¹⁰, que forte ídolo é este, a quem nem o Espírito Santo, a graça e o conselho de Deus, o chamado do Evangelho e o bater à porta do coração podem movê-lo, em absoluto, ou minimamente prevalecer contra ele! Ai de nós, então, se quando Deus nos chama nosso livre-arbítrio não estiver de bom humor e bem disposto a escutar-Lhe! Pois, parece que não há negociação com ele por quaisquer outros meios, mesmo sendo poderosos e todo-poderosos. “Concede-se”, diz Corvinus, “todas as operações da graça que Deus pode usar em nossa conversão, ainda assim a conversão permanece grandemente em nosso próprio livre poder, de forma que podemos não ser convertidos; ou seja, podemos converter-nos ou não”¹¹, aqui o ídolo claramente desafia o Senhor a operar o Seu melhor, e diz a Ele que depois que Ele assim o fez, que ele ainda

fará o que quiser. Sua presciência infalível, Sua poderosa predeterminação, a eficácia moral do Evangelho, a infusão da graça, a operação eficaz do Espírito Santo, todos são como nada, nem um pouco disponíveis para ajudar ou favorecer nossas vontades independentes em seus processos. Bem, então, em que condição você colocará o ídolo? “Em tal lugar, em que ele pode pecar ou fazer o que é bom, conforme o queira”¹², como o mesmo autor indica.

Parece, então, assim como para pecar nada é requerido dele para que seja capaz de fazer o bem, senão a permissão de Deus? Não! Pois, os Remonstrantes¹³, (como eles falam de si mesmos) “sempre supõem um poder livre de obedecer ou de não obedecer, tanto naqueles que obedecem como naqueles que não obedecem”; Assim, segundo os Remonstrantes, aquele que é obediente pode, portanto, ser considerado obediente porque ele obedece quando ele poderia desobedecer, e da mesma forma acontece com o contrário: todo o louvor pela nossa obediência, pela qual somos feitos diferentes dos outros, é atribuído a nós mesmos, e ao livre poder que há em nós. Ora, isso não significa qualquer ato de obediência, senão a própria fé, e toda a consumação da mesma. “Porque, se um homem dissesse, que cada homem no mundo tem um poder de crer, se ele quiser, e de alcançar a salvação, e que esse poder está baseado em sua natureza, que argumento você tem para refutá-lo?”¹⁴, diz, triunfalmente, Armínio a William Perkins; assim o inovador sofístico tão claramente confunde a graça e a natureza, como sempre o fez Pelágio. Isso, então, que os Arminianos afirmam aqui em nome do seu livre-arbítrio é uma independência absoluta da providência de Deus em fazer qualquer coisa, e de Sua graça para fazer o que é bom, a autossuficiência em todas as suas operações, a plena indiferença de fazermos o que quisermos, isto ou aquilo, como não sendo nem determinado a um, nem inclinado ao outro por qualquer influência prevaiente do Céu. Assim para os Arminianos os bons atos de nossas vontades não dependem da providência de Deus e nem de Sua graça; mas, ambos os aspectos procedem de tal princípio dentro de nós que de modo algum são movidos por qualquer agente superior. Agora, o primeiro destes, negamos quanto às nossas vontades, porque elas são criadas; e o segundo, quanto aos nossos atos, porque eles estão corrompidos. A criação deles os impede de fazer qualquer coisa de si mesmos, sem a ajuda da providência de Deus; e sua corrupção, de fazer algo de bom, sem a Sua graça. A autossuficiência para o efetuar, sem o movimento eficaz do Deus todo-poderoso, a causa primeira de todas as coisas, não podemos permitir nem aos homens nem aos anjos, a não ser que intencionemos torná-los deuses; e um poder de fazer o bem, igual ao poder que eles têm de fazer o mal, não devemos consentir ao homem, por natureza, a menos que neguemos a Queda de Adão, e imaginemos nós mesmos ainda no Paraíso. Mas, consideremos estas coisas separadamente.

Em primeiro lugar, eu não me alongarei em decifrar a natureza da liberdade humana, pois para isso, talvez, seria necessário um discurso maior do que o meu método proposto

possibilite. É suficiente que, de acordo com a minha afirmação anterior, consintamos tão grande a liberdade e o domínio de nossas vontades sobre seus próprios atos como uma criatura, sujeita à regra suprema da providência de Deus, é capaz. Somos dotados com uma liberdade da vontade, livre de toda compulsão exterior e necessidade interior, tendo uma faculdade eletiva de aplicar-se ao que parece bom a ela, é nisto que reside a liberdade de escolha; não obstante, isso é subserviente ao decreto de Deus, como eu mostrei anteriormente (Capítulo 4). Mui livre ela é em todos os seus atos, tanto no que diz respeito ao objeto que escolhe e no que diz respeito àquele poder vital e faculdade em que opera, infalivelmente cumprindo a providência de Deus, e opera em virtude da ação da mesma; mas, seguramente afirmar tal independência suprema de todas as formas alheia a limitações como os Arminianos afirmam, segundo os quais, todas as outras coisas necessitam ser pressupostas, permanecendo absolutamente em nosso próprio poder o querer ou não querer fazer alguma coisa ou não fazê-lo, é claramente negar que nossas vontades são sujeitas à regra do Altíssimo. É bem verdade que, em tal consideração quimérica e imaginativa sobre o livre-arbítrio, em que ele é encarado como não possuindo nenhuma relação com qualquer ato de Deus, mas apenas a sua criação, e isto abstraída de Seu decreto, poderia ser dito ter tal liberdade relativa ao objeto; mas a verdade é que esta divisão é um claro absurdo, uma mera ficção de tal propriedade como que nunca existiu, nem nunca existirá, enquanto os homens confessarem qualquer Divindade, senão eles mesmos, a cujas determinações eles estejam subordinados. Até então, termos mais significativos podem ser inventados para esse livre poder em nossa natureza, que a Escritura jamais consentiu nomear, eu estarei contente em chamá-lo, como Próspero, de um “desejo espontâneo do que parece bom a ele”¹⁵, livre de toda compulsão, mas subserviente à providência de Deus. E contra a exaltação do livre-arbítrio e a exaltação da independência, eu objeto,

Em primeiro lugar, cada coisa que é independente de qualquer outra ao operar é puramente ativa, e assim, conseqüentemente, um deus; pois nada, senão a vontade Divina pode ser um ato puro, possuindo uma tal liberdade em virtude de sua própria essência. Toda vontade criada deve ter uma liberdade por participação, que inclui uma potencialidade tão imperfeita como que não seja posta em ação sem alguma pré-ação (se posso dizer assim) de um agente superior. Nem esta ação, sendo extrínseca, prejudica de qualquer forma a verdadeira liberdade da vontade, que requer, de fato, que o princípio interno de funcionamento seja ativo e livre, mas não que este princípio não seja movido por aquela operação, por meio de um agente externo superior. Nada neste sentido pode ter um princípio independente de operação que não tenha uma existência independente. Não é necessário para a natureza da causa livre, supondo que uma ação livre venha a proceder, que ela seja o princípio de si mesma, mais do que é necessário para a natureza uma causa que seja a causa primeira.

Em segundo lugar, se os atos livres de nossas vontades são assim subservientes à provi-

dência de Deus de forma que Ele se serve deles para o fim que Ele intenciona, e por eles efetua muitos de Seus propósitos, então, eles não podem, de si mesmos, ser tão absolutamente independentes de modo que tenham em seu próprio poder todas as necessárias circunstâncias e condições para que possam usar ou não usar segundo o que bem lhe parecer. Agora, o primeiro é provado por todas aquelas razões e textos da Escritura que antes citei para mostrar que a providência de Deus prevalece sobre as ações e determina vontades dos homens para fazerem livremente o que Ele designou. E, verdadeiramente, se fosse o contrário, o domínio de Deus sobre a maioria das coisas que estão no mundo seria completamente anulado; Ele não teria poder para determinar qualquer coisa que alguma vez ocorresse, caso isso tivesse qualquer relação com às vontades dos homens.

Em terceiro lugar, todos os atos da vontade, sendo entidades positivas, se não fossem movidas anteriormente pelo próprio Deus, em Quem “vivemos, e nos movemos, e existimos”, deve necessariamente ter a sua essência e existência apenas a partir da própria vontade; que assim transforma a *ὁν αὐτὸ*, na causa primeira e suprema, dotada de uma existência não-derivada. E isto muito suficiente para este particular.

Vamos agora, em segundo lugar, olhar para o poder de nosso livre-arbítrio, em fazer o que é moralmente bom; onde encontraremos não somente uma imperfeição essencial, na medida em que ele é criado, mas também um defeito contraído, na medida em que ele é corrompido. A capacidade que os Arminianos atribuem a ele de fazer o que é moral e espiritualmente bom, é tão amplo quanto eles mesmos confessarão apropriado a ele no estado de inocência, mesmo um poder de crer e um poder de resistir ao Evangelho, de obedecer e não obedecer, de converter-se ou de não ser convertido.

A Escritura, como observei antes, não apresenta tal termo em lugar algum, nem nada semelhante a ele. Mas as expressões que usa a respeito de nossa natureza e todas as faculdades da mesma, neste estado de pecado e não-regeneração, parecem implicar totalmente o contrário: que nós estamos em “servidão” (Hebreus 2:15); “mortos em ofensas e pecados” (Efésios 2:1); “livres da justiça” (Romanos 6:20); “servos do pecado” (v. 17); sob o reino e domínio do mesmo (vv. 12, 14); todos os nossos membros sendo “instrumentos de iniquidade” (v. 13); não verdadeiramente livres, até que o Filho nos liberte. Assim que este ídolo do livre-arbítrio, no que diz respeito às coisas espirituais, não é nem um pouco melhor do que os outros ídolos dos pagãos. Apesar de parecer ser “prata e ouro”, é a “obra das mãos dos homens”. “Têm boca, mas não falam; olhos têm, mas não veem. Têm ouvidos, mas não ouvem; narizes têm, mas não cheiram. Têm mãos, mas não apalparam; pés têm, mas não andam; nem som algum sai da sua garganta. A eles se tornem semelhantes os que os fazem, assim como todos os que neles confiam. Israel, confia no Senhor” (Salmos 115:5-9). Que essa é a obra das mãos dos homens, ou uma invenção humana, eu mostrei

anteriormente. Sobre o restante, ele tem uma boca ignorante quanto ao “mistério da piedade”, “cheia de maldição e amargura” (Romanos 3:14); “cuja boca diz coisas mui arrogantes” (Judas 1:16); “grandes coisas e blasfêmias” (Apocalipse 13:5); uma boca que faz pecar a carne (Eclesiastes 5:6). Os olhos são cegos, não são capazes de perceber as coisas que são de Deus, nem de conhecer as coisas que se discernem espiritualmente (1 Coríntios 2:4); “Não há temor de Deus diante de seus olhos” (Romanos 3:18); “Entenebrecidos no entendimento, separados da vida de Deus pela ignorância que há neles, pela dureza do seu coração” (Efésios 4:18); “são sábios para fazer mal, mas não sabem fazer o bem” (Jeremias 4:22); de modo que, sem mais luz, todo o mundo são apenas meras “trevas” (João 1:5). Ele tem ouvidos, mas eles são como os ouvidos da “víbora surda” em relação à palavra de Deus “para não ouvir a voz dos encantadores, do encantador sábio em encantamentos” (Salmos 58:5); estando “morto” quando a Sua voz o chama inicialmente (João 5:25); “ensurdecaram os seus ouvidos, para que não ouvissem” (Zacarias 7:11); fizeram “pesados os ouvidos” para que não ouvissem (Isaías 6:10). Ao seu nariz o Evangelho é “cheiro de morte para morte” (2 Coríntios 2:16). Têm “mãos cheias de sangue” (Isaías 1:15); e dedos contaminados com iniquidade (Capítulo 59:3). Eles têm pés, mas, como os de Mefibosete, ambos aleijados por causa de uma queda, de modo que ele não pode de modo algum estar de pé no caminho do bem; antes são “ligeiros para derramar sangue. E não conheceram o caminho da paz” (Romanos 3:15-17). Estes, e vários outros tais dotes e excelentes qualificações, a Escritura atribui ao ídolo, que ela chama de “velho homem”, como desvelarei mais plenamente no próximo capítulo. E não é esta uma graciosa cana sobre a qual confiar nos caminhos da piedade? Uma poderosa divindade a quem podemos recorrer para um poder de nos tornarmos filhos de Deus, e alcançarmos a felicidade eterna? As habilidades do livre-arbítrio, em particular, considerarei a seguir; agora irei, por um ou dois motivos, mostrar que isso não pode ser a causa única e adequada de qualquer ato verdadeiramente bom e espiritual, agradável a Deus.

Em primeiro lugar, todos os atos espirituais agradáveis a Deus tais como a fé, o arrependimento e a obediência são sobrenaturais; carne e sangue não produzem essas coisas: “Os quais não nasceram do sangue, nem da vontade da carne, nem da vontade do homem, mas de Deus” (João 1:13). “O que é nascido da carne é carne, e o que é nascido do Espírito é espírito” (3:6). Agora, para a realização de qualquer ato sobrenatural, é necessário que o poder produtivo da mesma seja igualmente sobrenatural; pois nada tem o poder de causar algo que esteja acima de sua própria esfera. “*Nec imbelles generant feroces Aquilas columbae*”. Mas o nosso livre-arbítrio é uma faculdade meramente natural; entre o livre-arbítrio e aqueles sobrenaturais atos espirituais não há proporção, a menos que ele seja exaltado acima de sua própria esfera, como se possuísse uma graça inerente. Virtudes teológicas Divinas, diferindo até mesmo na substância do ato daquelas performances morais sobre as mesmas coisas as quais a força da natureza pode alcançar (pois a diferença dos atos surge

de seus objetos formais, que para ambos, estes são diversos), devem ter outro princípio e causa acima de todo o poder da natureza em coisas civis e ações moralmente boas, na medida em que elas estão sujeitas a uma percepção natural e não excedem a força de nossas próprias vontades. Esta faculdade do livre-arbítrio pode estar presente, mas ainda assim, não sem essas seguintes limitações: *Primeiro*, que ele sempre requer a concordância geral de Deus, pelo que todo *suppositum* em que o livre-arbítrio tem sua subsistência pode ser sustentado (Mateus 10:29-30). *Segundo*, que nós fazemos todas estas coisas imperfeitamente e com muita fraqueza; todos os níveis de excelência nestas coisas também devem ser considerados um dom especial de Deus (Isaías 26:12). *Terceiro*, que as nossas vontades são determinadas pela vontade de Deus, quanto a todos os seus atos e ações, em particular; mas para fazer o que é espiritualmente bom, não temos nenhum entendimento, nenhum poder.

Segundo, algo acerca do qual eu dei um exemplo especial, em cuja produção os Arminianos atribuem muito ao livre-arbítrio, é a fé. Isso, eles afirmam (como eu mostrei anteriormente) ser pura na natureza, todos tendo em si, desde o seu nascimento, um poder natural para crer em Cristo e em Seu Evangelho; pois Episcopius nega que “qualquer ação do Espírito Santo sobre o entendimento ou a vontade é necessária, ou prometida nas Escrituras, de modo a fazer um homem capaz de crer na Palavra anunciada a ele”¹⁶. Assim, parece que cada homem tem, em todos os momentos, um poder para crer, para produzir o ato da fé à medida que o objeto desta é revelado. Contra este Pelagianismo grosseiro opõe-se:

Em primeiro lugar, à doutrina da Igreja da Inglaterra, alertando que um homem não pode preparar-se por sua própria força para a fé e para atender ao chamado de Deus, até que a graça de Deus, por Cristo, opere de modo a criar nele uma boa vontade — Artigo X da Igreja da Inglaterra.

Em segundo lugar, à Escritura, ensina que “A obra de Deus é esta: Que creiais” (João 6:29); “não vem de vós, é dom de Deus” (Efésios 2:8). Pois a alguns “é dado conhecer os mistérios do reino dos céus” (Mateus 13:11). E o que é particularmente dado a alguns não pode estar no poder de todos: “Porque a vós vos foi concedido, em relação a Cristo, não somente crer nele, como também padecer por ele” (Filipenses 1:29). A fé é o nosso acesso ou vir a Cristo; o que ninguém pode fazer “se o Pai não o trazer” (João 6:44); e Ele assim atrai, ou “compadece-se de quem quer” (Romanos 9:18). E, embora Episcopius rejeite qualquer ação imediata do Espírito Santo para a geração da fé, ainda assim São Paulo afirma que não existe poder menos eficaz necessário para isso do que aquele que ressuscitou Cristo dentre os mortos; o que, certamente, foi uma ação de Deus todo-poderoso. “Para que saibais”, ele diz, “qual a sobreexcelente grandeza do seu poder sobre nós, os que cremos, segundo a operação da força do seu poder, que manifestou em Cristo, ressuscitando-o

dentre os mortos” (Efésios 1:18-20). De modo que, deixe que os Arminianos digam o que quiserem, lembrando que eu escrevo para Cristãos, pouparei meu esforço de provar mais que a fé é um dom gratuito de Deus; e a oposição deles à verdade da Escritura neste particular é tão evidente que a capacidade mais mediana não precisa de recapitulação para resumir isso à sua compreensão.

Notas:

[1] *Hieron. ad Ruf.*

[2] “Pelagius: Dogma quod — Pestifero vomuit coluber sermone Britannus.” — *Prosper. de Ingrat., cap. i.*

[3] “Adfuit, exhortante Deo provisa per orbem, Sanctorum pia cura patrum:— 1. Pestem subeuntem Prima recidit, Sedes Roma Petri. 2. Non segnior inde, orientis Rectorum cura emicuit. Synod. Palest. 3. Hieronymus libris valde excellentibus hostem Dissecuit. 4. Atticus Constantinop. 5. Duæ Synodi Africanæ.” — *Prosper. de Ingrat.*

[4] “Concilium cui dux Aurelius ingeniumque Augustinus erat. Quem Christi gratia cornu Uberiore rigans, nostro lumen dedit ævo.” — *Prosp., ibid.*

[5] “Dixit Pelagius, quis est mihi Augustinus? Universi acclamabant blasphemantem in episcopum, ex cujus ore, dominus universæ Africæ, unitatis indulserit felicitatem, non solum a conventu illo, sed ab omni ecclesia pellendum.” — *Oros. Apologet., p. 621, de Synod. Palest.* “Præ omnibus studium gerite libros. S. Aug. quos ad Prosp. et Hilar. scripsit, memoratis fratribus legendos ingerere,” etc. — *Epist. Synod. Byzac.*

[6] “Imo noverunt, non solum Romanam Africanamque ecclesiam, sed per omnes mundi partes, universæ promissionis filios, cum doctrina hujus viri, sicut in tota fide, ita in gratiæ confessione congruere.” — *Prosp. ad Rufin.* “Augustinum sanctæ recordationis virum pro vita sua, et meritis, in nostra communione semper habuimus, nec unquam hunc sinistræ suspicionis saltem rumor suspexit.” — *Cœlest., Epist. ad Gal. Episcop.* These I have cited to show what a heavy prejudice the Arminian cause lies under, being professedly opposite to the doctrine of St Austin, and they continually slighting of his authority.

[7] “Homo non libertate gratiam, sed gratia libertatem, assequitur.” — *Aug.*

[8] “Libertas Arbitrii consistit in eo, quod homo, positus omnibus requisitis ad volendum, indifferens tamen sit, ad volendum vel nolendum, hoc vel illud.” — *Armin. Art. Perpend., p. 11.*

[9] “Voluntatem comitatur proprietas quædam inseparabilis, quam libertatem vocamus; a qua voluntas dicitur potentia, quæ positus omnibus prærequisitis ad agendum necessariis, potest velle et nolle, aut velle et non velle.” — *Remon. in Act. Synod, p. 16.*

[10] “Omnes irrogeniti habent Lib. Arbit. et potentiam Spiritui Sancto resistendi, gratiam Dei oblatam repudiandi, consilium Dei adversus se contemnendi, evangelium gratiæ repudiandi, ei qui cor pulsat non aperiendi.” — *Armin. Artic. Perpend.*

[11] “Positis omnibus operationibus gratiæ, quibus Deus in conversione nostri uti possit, manet tamen conversio ita in nostra potestate libera, ut possimus non converti; hoc est, nosmet ipsos convertere vel non convertere.” — *Corv. ad Bog.*, p. 263.

[12] “Non potest Deus Lib. Arbit. integrum servare, nisi tam peccare hominem sineret, quam bene agere.” — *Corv. ad Molin.*, cap. vi.

[13] “Semper Remonstrantes supponunt liberam obediendi potentiam et non obediendi; ut qui obediens est idcirco obediens censeatur, quia cum possit non obedire obedit tamen, et e contra.” — *Apol. Rem.*, p. 70.

[14] “Quod si quis dicat omnes in universum homines, habere potentiam credendi si velint, et salutem consequendi: et hanc potentiam esse naturæ hominum divinitus collatam, quo tuo argumento eum confutabis?” — *Armin. Antip.*, p. 272.

[15] “Lib. Arbit. est rei sibi placitæ spontaneus appetitus.” — *Prosp, ad Collat.*, cap. xviii. p. 379.

[16] “An ulla actio S. S. immediata in mentem aut voluntatem necessaria sit, aut in Scriptura promittatur ad hoc, ut quis credere possit verbo extrinsecus proposito, negativam tuebimur.” — *Episcop.*, *Disput. Privat.*

Capítulo 13

Sobre O Poder Do Livre-Arbítrio Em Preparar-Nos Para A Nossa Conversão A Deus

O julgamento dos Arminianos relativo ao poder do livre-arbítrio quanto às coisas espirituais em um homem não-regenerado — meramente no estado da natureza corrompida, antes e sem a ajuda da graça —, pode ser desvelado por estas seguintes posições:

Em primeiro lugar, que todos os homens no mundo, réprobos e outros, têm em si mesmos o poder e a capacidade de crer em Cristo, de se arrepender e render obediência devida à Nova Aliança; e isso porque eles não perderam este poder com a Queda de Adão. “Adão depois de sua queda”, diz Grevinchovius, “manteve um poder de crer; e assim ocorre com todos os réprobos nele”¹. “Ele não perdeu”² (como eles falam no sínodo) “o poder de prestar essa obediência que é exigida na Nova Aliança, considerada formalmente, como é exigida pela Nova Aliança; ele não perdeu o poder de crer, nem o poder de abandonar o pecado pelo arrependimento”. E aquelas graças que ele não perdeu ainda estão em nosso poder. A partir disso, eles afirmam que “a fé é chamada a obra de Deus somente porque Ele requer que nós a cumpramos”³. Agora, depois de terem se apropriado desse poder para si mesmos, por terem certeza de que a graça de Deus é completamente excluída, a qual antes eles tinham feito desnecessária, eles ensinam:

Em segundo lugar, que por usar este seu poder e agir, os homens podem tornar-se crentes verdadeiros, mesmo que não haja nenhuma graça especial infundida, nenhum princípio vital espiritual necessário concedido a eles; mas todos os homens individualmente, pelo uso de seus dons naturais, assim fazem-se diferentes uns dos outros. “Essas coisas que são ditas sobre a infusão de graça especial antes que possamos exercer o ato da fé, nós rejeitamos”⁴, diz a epístola aos Walachians. “Que o princípio interno da fé exigida no Evangelho é uma graça Divinamente infundida, por cuja força e eficácia a vontade será determinada, eu rejeito”⁵, disse outro deles. Bem, então, se devemos admitir que o princípio vital interno de uma graça espiritual sobrenatural é uma mera faculdade natural, não elevada por qualquer ação Divina — como se não fosse Deus que começasse a boa obra em nós, mas os nossos próprios livres-arbítrios. Vejamos que consideráveis implicações provêm disto: Um homem por seus próprios meros esforços, sem o auxílio de qualquer dom recebido, se faz diferente de outro. “Que problema há em um homem fazer-se diferente dos outros? Não há nada mais verdadeiro; aquele que consente a fé que Deus lhe ordenou, faz-se diferente daquele que não exerce fé, quando Ele ordena”⁶. Estas são palavras da

Apologia deles, o que, sem dúvida, seria uma verdade irrefutável, se a fé não fosse um dom recebido do alto; pois, somente sobre este fundamento, o apóstolo propõe estas perguntas: “Porque, quem te faz diferente? E que tens tu que não tenhas recebido? E, se o recebeste, por que te glorias, como se não o houveras recebido?” [1 Coríntios 4:7]. O único motivo pelo qual ele nega que qualquer um, por seu próprio poder, faça-se diferente de outro é, porque aquilo em que a diferença consiste é “recebido”, sendo livremente concedido a ele. Negue isso, e você logo se desviará para a opinião dos Arminianos. Mas, até que a autoridade deles seja igual a dos apóstolos, eles fariam bem em guardar a aberta intromissão de suas afirmações tão contraditórias para si mesmos, e assim, eles não perturbariam a igreja. Deixe que eles tomem toda a glória para si mesmos, como faz Grevinchovius: “Eu mesmo me faço”, disse ele, “diferente de outro quando eu não resisto a Deus e à Sua predeterminação Divina; aos quais eu poderia ter resistido. E por que eu não me gloriaria sobre isso como sendo meu próprio? O fato de eu poder fazer isso, é por misericórdia de Deus” — dotando a sua natureza com tal habilidade que você ouviu antes — “Mas se faço isto, quando eu poderia ter feito de outra forma, isto se dá pelo meu poder”⁷. Agora, quando, depois de tudo isso, eles são forçados a confessar alguma graça evangélica, embora consistindo apenas em uma persuasão moral pela pregação externa da palavra, eles ensinam:

Em terceiro lugar, que Deus envia o Evangelho, e revela Cristo Jesus aos homens, à medida que eles também se dispõem favoravelmente a tal bênção. “Às vezes”, dizem eles em seus escritos sinodais: “Deus chama esta ou aquela nação, povo, cidade ou pessoa, para a comunhão da graça evangélica, a quem Ele mesmo pronuncia dignos dela, em comparação a outros”⁸. Assim que em Atos 18:10, Deus encoraja Paulo a pregar em Corinto, afirmando que Ele tinha “muito povo nesta cidade (o que, sem dúvida, eram Seu povo, então, somente em virtude de Sua eleição), nos julgamentos desses homens “eles foram assim chamados porque assim temiam a Deus, e serviam-Lhe de todo o coração, de acordo com o conhecimento que tinham dEle, e assim, estavam prontos para obedecer a pregação de São Paulo”⁹. Estranha doutrina, que os homens temam a Deus, O conheçam, O sirvam com sinceridade, antes que eles alguma vez tenham ouvido o Evangelho, e por estes meios, mereçam que o Evangelho seja pregado a eles! É este agradar a Deus antes da fé, a que eles pleiteiam, Atos Sínod., p. 66; de forma que “a preparação e a disposição para crer, os homens alcançam pela lei e educação virtuosa”¹⁰; que “há algo nos pecadores”¹¹, segundo o que, embora eles não sejam justificados, ainda assim eles são dignos da justificação”. Pois, “a conversão e o desempenho de boas obras é, ‘em sua apreensão’, uma condição pré-requerida para a justificação”¹², assim pois falam os filhos de Armínio; o que é isso, se não uma expressão que não tem paralelo nos escritos de qualquer Cristão, ou estou errado? A soma de sua doutrina, então, neste particular, relativo ao poder do livre-arbítrio, no estado de pecado e não-regeneração, é que todo homem tem um poder natural e inato de crer em Cristo mediante a revelação do Evangelho, tendo também a capacidade

de fazer tanto bem como adquirir da parte de Deus que o Evangelho seja pregado a ele; a que, sem qualquer assistência interna da graça, ele pode prestar assentimento e obediência; os atos preparatórios da sua própria vontade continuam ao ponto de fazê-lo sobressair aos outros que não os realizam, e, portanto, são excluídos de mais graça — Ora estas declarações constituem um mais grave Pelagianismo, ao ponto de que o próprio Pelágio jamais as justificaria.

Portanto, rejeitamos todas as posições anteriores, como sendo monstruosidades na Religião Cristã, no lugar disso, afirmamos estas que seguem:

Em primeiro lugar, que nós, sendo por natureza, mortos em nossos delitos e pecados, não temos poder para nos preparar para o recebimento da graça de Deus, nem possuímos a menor capacidade de crer e nos entregarmos a Ele. Não que negamos que existam condições pré-requeridas em nós para a nossa conversão, disposições que nos preparam em alguma medida para o nosso novo nascimento ou regeneração; mas afirmamos que todos estes são também os efeitos da graça de Deus, relativos a Ele somente como a causa adequada, pois de nós mesmos, sem Ele, nada podemos fazer (João 15:5). “Não que sejamos capazes, por nós, de pensar alguma coisa, como de nós mesmos; mas a nossa capacidade vem de Deus” (2 Coríntios 3:5), muito menos fazer o que é bom. Em relação a isso: “que toda a boca esteja fechada”, pois “todos pecaram e destituídos estão da glória de Deus” (Romanos 3:23). Nós somos por natureza filhos da ira, mortos em delitos e pecados (Efésios 2:1-3; Romanos 8:6). Nosso novo nascimento é uma ressurreição da morte, operada pela grandeza do poder de Deus. E que capacidade, eu pergunto, tem um homem morto para se preparar para a sua ressurreição? Ele pode juntar seu pó disperso, ou renovar os seus sentidos que pereceram? Porventura se o leopardo puder mudar as suas manchas, e o etíope a sua pele, então poderemos fazer o bem, sendo ensinados por natureza a fazer o mal (Jeremias 13:23). Somos todos considerados “ímpios”, e “sem força”, quando Cristo morreu por nós (Romanos 5:6). “Sábios para fazer o mal”, mas “para fazer o bem não temos força, nem entendimento”. Sim, todas as faculdades da nossa alma, em razão daquela morte espiritual, sob a qual estamos presos, pela corrupção da natureza, são completamente inúteis, em relação a qualquer poder para o fazer o que é verdadeiramente bom. Nossos entendimentos são cegos ou: “Entenebrecidos no entendimento, separados da vida de Deus pela ignorância que há neles, pela dureza do seu coração” (Efésios 4:18), pelo que nos tornamos mesmo as próprias “trevas” em si mesmas (Efésios 5:8). Tão destituído é o entendimento do verdadeiro conhecimento, que “o homem natural não compreende as coisas do Espírito de Deus, porque lhe parecem loucura” (1 Coríntios 2:14). Ele nada é, senão confuso e assombrado quanto as coisas espirituais; e, se não zombam, não podem fazer nada, senão maravilharem-se, e dizer: “Que quer isto dizer?” (Atos 2:12-13). Em segundo lugar, somos não somente cegos em nosso entendimento, mas também cativos do pecado em nossas vontades (Lucas 4:18); segundo o que somos servos do pecado

(João 8:34). “Livres” apenas em nossa obediência a esse tirano (Romanos 6:20). Sim, em terceiro lugar, todas as nossas afeições estão totalmente corrompidas, pois “toda a imaginação dos pensamentos de seu coração era só má continuamente” (Gênesis 6:5). Enquanto estamos “na carne, as paixões dos pecados, que são pela lei, operam em nossos membros para darem fruto para a morte” (Romanos 7:5).

Estas são as qualificações da nossa natureza, estas são as preparações do nosso coração para a graça de Deus, que temos dentro de nós mesmos. Não só isso, mas também:

Em segundo lugar, não há apenas uma impotência, mas uma inimizade na natureza corrompida, em relação a qualquer coisa espiritualmente boa: As coisas de Deus são loucura ao homem natural (1 Coríntios 2:14). E não há nada que os homens mais odeiem do aquilo que eles consideram como loucura. Eles zombam disso como uma embriaguez ridícula (Atos 2:13). E quisera Deus que os nossos dias não nos dessem provas tão evidentes daquela oposição universal que há entre a luz e as trevas, Cristo e Belial, a natureza e a graça, de forma que não pudéssemos ver todos os dias as comunicações prodigiosas desta protuberante corrupção inata ultrapassando todos os limites e irrompendo em um desprezo ao Evangelho e a todas as formas de piedade! Então é verdade que “a inclinação da carne é inimizade contra Deus, pois não é sujeita à lei de Deus, nem, em verdade, o pode ser” (Romanos 8:7). De forma que:

Em terceiro lugar, como um homem natural, pela força de seu próprio livre-arbítrio, nem conhece nem quer, por isso é totalmente impossível que ele faça alguma coisa agradável a Deus. “Porventura pode o etíope mudar a sua pele, ou o leopardo as suas manchas? Então podereis vós fazer o bem” (Jeremias 13:23). “Não pode... a árvore má dar frutos bons”. Sem fé é impossível agradar a Deus (Hebreus 11:6); e “isto não vem de vós, é dom de Deus” (Efésios 2:8). Assim que se Deus todo-poderoso, de acordo com a inescrutabilidade de Sua sabedoria, opera diversas maneiras e em várias formas, para transportar os Seus escolhidos do poder das trevas para a Sua maravilhosa luz — chamando alguns poderosamente em meio à sua marcha no caminho da impiedade, como fez com Paulo, preparando outros por meios exteriores e ajuda da graça restritiva comum, moralizando a natureza antes de serem gerados de novo pela semente imortal da palavra, — é certo, que todo bem deste tipo se origina de Sua livre graça; não há nada em nós mesmos, como propriamente nosso, senão pecado. Sim, e todas aquelas disposições anteriores com que nossos corações estão preparados, em virtude da graça comum, não nos capacitam, em absoluto, a cooperar, por qualquer operação vital, juntamente com aquela poderosa e bendita graça renovadora da regeneração, pela qual nos tornamos filhos de Deus.

Também não há qualquer disposição à graça, mesmo a mais remota, que possivelmente decorra de uma mera faculdade da natureza, pois cada disposição deve ser da mesma

ordem daquilo que a está induzindo; mas a natureza, em relação a graça, é uma coisa de uma qualidade inferior, entre as quais não há proporção. Um bom uso dos dons pode ter uma promessa de uma adição, visto que aquele seja algo da mesma ordem desta. Não há uma regra, lei ou promessa que faça a graça ser devida ao bom uso dos dons naturais.

Mas, você dirá que aqui eu derrubo completamente o livre-arbítrio, com o qual antes eu parecia consentir. Ao que eu respondo: no que diz respeito ao objeto sobre o qual agora lidamos, o homem natural absolutamente não tem tal coisa como livre-arbítrio, se você o considera como um poder de fazer o que é bom e agradável a Deus nas coisas espirituais, como uma capacidade que prepara os nossos corações para a fé e a comunhão com Deus, uma autossuficiência nativa, anterior à mudança de nossa vontade pela graça onipotente de Deus, pela qual qualquer bem deve ser dito habitar em nós — Negamos que haja qualquer coisa como isso no mundo. A vontade, embora em si mesma seja radicalmente livre, ainda assim, em relação ao termo ou objeto que consideramos, é corrompida, cativa e jaz sob uma escravidão miserável; ligada geralmente a uma necessidade de pecar, de forma que, apesar de que os homens não-regenerados não sejam limitados a este ou aquele pecado em particular, ainda assim, quanto ao principal, eles não podem fazer nada, senão pecar. Todas as suas ações em que há alguma moralidade são realizadas com maldade: “Não pode... a árvore má dar frutos bons”; mesmo “o sacrifício dos ímpios é abominável ao Senhor” [Provérbios 15:8]. Estas coisas, estando assim evidenciadas na Escritura, os anteriores posicionamentos Arminianos cairão por eles mesmos ao chão, não tendo nenhum fundamento, senão a própria autoridade deles; pois, quanto a qualquer pretensão de prova, eles não a fazem a partir da palavra de Deus. Os dois primeiros eu considere no último capítulo, e agora acrescento apenas sobre o terceiro, que a única razão pela qual o Evangelho é enviado a alguns e não a outros não é por causa de qualquer dignidade, valor ou mérito daqueles a quem ele é enviado, mais do que no restante daqueles que padecem permanecendo na sombra da morte, a razão disto é somente o beneplácito único de Deus, para que ele seja um meio subserviente para a execução de Seu decreto da eleição: “tenho muito povo nesta cidade” (Atos 18:10). “Naquele tempo, respondendo Jesus, disse: Graças te dou, ó Pai, Senhor do céu e da terra, que ocultaste estas coisas aos sábios e entendidos, e as revelaste aos pequeninos. Sim, ó Pai, porque assim te aprouve” (Mateus 11:25-26). De modo que a oposição Arminiana em relação à verdade do Evangelho neste particular, é claramente manifesta:

Sola Scriptura	Livre-Arbítrio
“Porque sem mim nada podeis fazer” (João 15:5); “Não que sejamos capazes, por nós, de pensar alguma coisa, como de	“Nós ainda conservamos, após a Queda, um poder para crermos e nos arrependermos, porque Adão não perdeu

nós mesmos” (2 Coríntios 3:5); “E vos vivificou, estando vós mortos em ofensas e pecados, etc.” (Efésios 2:1-3).	essa capacidade” (Declar. Rem. Sen. no Sínodo).
“Porque pela graça sois salvos, por meio da fé; e isto não vem de vós, é dom de Deus” (Efésios 2:8).	“A fé é dita ser a obra de Deus, porque Ele requer que nós a cumpramos” (Apologia Pró-Confissão Remonstrante); “Não há infusão de qualquer hábito ou princípio vital espiritual necessário para conceder que um homem creia” (Johannes Arnoldus Corvinus).
(Porque, quem te faz diferente? E que tens tu que não tenhas recebido? E, se o recebeste, por que te glorias, como se não o houveras recebido?” (1 Coríntios 4:7).	“Não há nada mais verdadeiro; aquele que consente a fé que Deus lhe ordenou, faze-se diferente daquele que não exerce fé, quando Ele ordena” (Apologia Pró-Confissão Remonstrante).
“Porventura pode o etíope mudar a sua pele, ou o leopardo as suas manchas? Então podereis vós fazer o bem, sendo ensinados a fazer o mal” (Jeremias 13:23).	“Posso gabar-me de mim mesmo, quando eu obedeço a graça de Deus, a qual estava em meu poder não obedecer, bem como obedecer” (Nikolaas Grevinchovius).
“Mas crê naquele que justifica o ímpio” (Romanos 4:5); “Sendo justificados gratuitamente pela sua graça, pela redenção que há em Cristo Jesus” (Romanos 3:24).	“A verdadeira conversão e realização de boas obras é condição necessária de nossa parte antes da justificação” (Filii Attain.)
“Naquele tempo, respondendo Jesus, disse: Graças te dou, ó Pai, Senhor do céu e da terra, que ocultaste estas coisas aos sábios e entendidos, e as revelaste aos pequeninos. Sim, ó Pai, porque assim te aprouve” (Mateus 11:25-26).	“Deus envia o evangelho a tais pessoas ou nações, que, em comparação aos outros podem ser ditos ser dignos dele” (Apologia Pró-Confissão Remonstrante).

Notas:

[1] “Adamus post lapsum potentiam credendi retinuit, et reliqui reprobi etiam in illo.” — *Grevinch. ad Ames., p. 188.*

- [2] “Adamus non amisit vires eam obedientiam præstandi quæ in novo fœdere exigitur, prout puta ea consideratur formaliter, hoc est, prout novo fœdere exacta est, nec potentiam credendi amisit; nec amisit potentiam, per resipiscentiam, ex peccato resurgendi.” — *Rem. Declar. Sent. in Synod.*, p. 107.
- [3] “Fides vocatur opus Dei, quia Deus ipse id a nobis fieri postulat.” — *Apol. Rem.*, cap. x. p. 112.
- [4] “Ea quæ de habituum infusione dicuntur, ante omnem fidei actum, rejiciuntur a nobis.” — *Epist. ad Wal.*, p. 67.
- [5] “Principium internum fidei a nobis in evangelio requisitum, esse habitum quendam divinitus infusum, cujus vi ac efficacitate voluntas determinetur; hoc negavi.” — *Grevinch, ad Ames.*, p. 324.
- [6] “Quid in eo positum est, quod homo discriminare seipsum dicitur? Nihil verius; qui fidem Deo præcipienti habet, is discriminat se ab eo qui Deo præcipienti fidem habere non vult.” — *Apol. Rem.*, cap. xiv. p. 144.
- [7] “Ego meipsum discerno, cum enim Deo ac divinæ prædeterminationi resistere possem, non restiti tamen. Atqui in eo quidni liceat mihi tanquam de meo gloriari? Quod enim potui Dei miserentis est, quod autem volui cum possem nolle, id meæ potestatis est.” — *Grevinch, ad Ames.*, p. 253.
- [8] “Interdum Deus hanc vel illam gentem, civitatem, personam, ad evangelicæ gratiæ communionem vocat, quam ipse dignam pronuntiat comparative,” etc. — *Rem. Declarat. Sent. Synod.*
- [9] “Illi, in quorum gratiam, Dominus Paulum in Corinthum misit, dicuntur Dei populus, quia Deum turn timebant, eique, secundum cognitionem quam de eo habebant, serviebant ex animo, et sic ad prædicationem Pauli,” etc. — *Corv. ad Molin. iii. sect. 27.*
- [10] “Per legem, vel per piam educationem vel per institutionem — per hæc enim hominem præparari et disponi ad credendum, planissimum est.” — *Rem. Act. Synod.*
- [11] “Præcedit aliquid in peccatoribus, quo quamvis nondum justificati sunt, digni efficiantur justificatione.” — *Grevinch, ad Ames.*, p. 434.
- [12] “Tenendum est, veram conversionem præstationemque bonorum operum esse conditionem prærequisitam ante justificationem.” — *Filii Arm. Præf. ad cap. vii. ad Rem.*

Capítulo 14

Sobre A Nossa Conversão A Deus

Quão pouco ou absolutamente nada os Arminianos atribuem à graça de Deus a realização da grande obra da nossa conversão, isso pode claramente ser evidenciado a partir do que eu já mostrei que eles a atribuem ao *nosso próprio livre-arbítrio*, de forma que eu devo passar por isso brevemente, o que, de outra forma, é tão copiosamente anunciado nas Sagradas Escrituras, que isso exigiria uma discussão muito maior. A confirmação prolixa da verdade que professamos não atenderá tão bem a minha intenção; que é apenas desvelar os erros deles, por não conhecerem as profundezas em que muitos são enganados e persuadidos.

Duas coisas, nesta grandiosa combinação de graça e natureza, os Arminianos atribuem ao livre-arbítrio: primeiro, um poder de cooperação e colaboração com a graça, para torná-la eficaz de algum modo; em segundo lugar, poder de resistir à operação da graça, tornando-a completamente ineficaz; Deus, entretantes, não concede nenhuma graça, senão a que espera um ato consumado de uma dessas duas habilidades, e tem seu efeito conforme. Se um homem cooperar, então a graça alcança o seu fim; se ele resistir, ela retorna vazia. Para esta finalidade, eles inventam que toda a graça de Deus derramada sobre nós para a nossa conversão é apenas uma persuasão moral por Sua palavra, e não uma infusão de um novo princípio vital pela poderosa obra do Espírito Santo. E, de fato, admitindo isso, eu concordarei com eles, mui voluntariamente, em atribuir ao livre-arbítrio um dos dons antes recitados: um poder de resistir à operação da graça; mas quanto ao outro, deve-se atribuir a toda a nossa natureza corrompida, e todos os que são participantes da mesma, uma deficiência universal de obedecê-lo, ou cooperar nesta obra que Deus tenciona por Sua graça.

Se a graça da nossa conversão não for nada além de uma persuasão moral, não temos mais poder para obedecê-la nesse estado em que estamos, mortos em pecado, do que um homem em seu túmulo, tem em si mesmo, para viver de novo e sair assim que lhe chamarem. As promessas de Deus e as orações dos santos na Sagrada Escritura parecem designar tal tipo de graça que deve conceder-nos uma real capacidade interna para fazermos aquilo que é espiritualmente bom. Mas parece que não existe tal questão; pois se um homem deve convencer-me de saltar sobre o rio Tâmis, ou voar como pássaro, seja ele tão eloquente quanto puder, sua persuasão em si não me faz mais capaz de fazer isso do que eu era antes de vê-lo. Se o dom graça de Deus não conferir nada além de uma doce

persuasão (embora nunca tão poderosa), é algo extrínseco, que consiste na proposta de um objeto desejado, mas não nos dá, em absoluto, uma nova força para fazer algo, que não tínhamos antes poder para fazer. Mas vamos ouvi-los pleiteando, eles mesmos, a cada um desses elementos relativos à graça e à natureza. E,

Primeiro, pela natureza da graça: “Deus destinou salvar os crentes pela graça — ou seja, uma persuasão suave e doce, conveniente e concordante com o livre-arbítrio deles — e não por qualquer ação todo-poderosa”¹, diz Armínio. Parece algo estranho, que “a mente carnal sendo inimizada contra Deus”, e a vontade dominada pelo pecado, e cheia de miserável oposição a todos os caminhos de Deus, ainda assim Deus não tenha outros meios para conduzi-los a Ele, a não ser alguma persuasão que é doce, agradável e congruente a eles nesse estado em que estão. E, é uma pequena exaltação da dignidade e poder da graça, quando o principal motivo pelo qual ela é eficaz, como Alvarez observa, é reduzida a um jantar bem digerido ou um sono tranquilo, em que alguns homens podem ser levados a um melhor temperamento que o normal, para dar cumprimento à presente graça conveniente.

Mas, no momento, vamos aceitar isso, e admitir que Deus chama alguns por uma tal convicção conveniente, em tal data e local que Ele sabe que eles consentirão com ela. Eu pergunto, se Deus chama assim todos os homens, ou apenas alguns? Se todos, porque não são todos convertidos? pois a própria concessão disso, sendo adequada, a torna eficaz. Se apenas alguns, então por que eles, e não outros? Isso é a partir de uma intenção especial para fazê-los obedientes? Mas, deixe-os tomar cuidado, pois isso chegará perto de estabelecer o decreto da eleição; e a partir de que outra intenção disso deve ocorrer, eles nunca serão capazes de determinar. Portanto, Corvinus² nega que tal adequação seja necessária para a graça pela qual somos convertidos, mas apenas que seja uma persuasão moral; a qual podemos obedecer se quisermos, e assim a tornamos eficaz. Sim, e o próprio Armínio, depois de ter defendido isso, tanto quanto ele foi capaz, coloca-o fora de si mesmo, e falsamente coloca isso como originado por Agostinho. De modo que, como eles juntamente afirmam: “eles confessam que nenhuma graça para a geração de fé seja necessária, mas somente a que é moral”³, o que um deles interpreta ser “uma declaração do Evangelho a nós”⁴, exatamente como seu antigo mestre, Pelágio, que disse: “Deus opera em nós tanto o querer o que é bom e querer o que é santo, ao passo que Ele nos desperta com a promessa de recompensa e da grandeza da glória futura, aos que antes estavam entregues a desejos terrenos, como animais irracionais, não amando nada além das coisas do presente século, incitando nossas vontades estúpidas a um desejo por Deus, por meio de uma revelação da sabedoria, e por convencer-nos de tudo o que é bom”⁵. Ambos afirmam que a graça de Deus nada é, senão a *persuasão moral*, operando pela maneira de poderosos argumentos convincentes; mas ainda aqui Pelágio parece atribuir maior eficácia a

ela do que os Arminianos, consentindo que ela opera sobre nós quando o nosso estado é como o dos animais irracionais, estando posta somente nas coisas terrenas. Mas estes, como eles confessam que para que a fé seja produzida⁶, é necessário que esses argumentos sejam propostos da parte de Deus para que nada provavelmente esteja em oposição pelo que eles não pareçam credíveis. Assim é — dizem eles — necessário da nossa parte uma piedosa docilidade e dignidade de espírito. Assim, [segundo os Arminianos] toda a graça que Deus nos concedeu consiste em argumentos persuasivos a partir da Palavra, e, então, se eles encontram mentes que sejam ensináveis podem operar a sua conversão.

Em segundo lugar, tendo assim atenuado a graça de Deus, eles afirmam: “que a operação da eficácia dela depende do livre-arbítrio”⁷; assim, então os Remonstrantes em sua *Apologia*⁸ dizem: “E, para falar confiantemente”, diz Grevinchovius “eu digo que o efeito da graça, em um curso normal, depende de algum ato de nosso livre-arbítrio”. Suponhamos, então, que dois homens sejam feitos participantes da mesma graça, ou seja, que tenham o Evangelho pregado a eles pelos mesmos meios, e um é convertido e outro não, o que pode ser a causa desta tão grande diferença? Houve alguma intenção ou propósito de Deus que um fosse transformado e o outro não? “Não; Ele igualmente deseja e intenciona a conversão de todos e de cada um”. Será que, então, Deus opera pelo Espírito Santo mais fortemente no coração de um do que do outro? “Não; a mesma operação do Espírito sempre acompanha a mesma pregação da palavra”. Mas não foi um, por alguma ação todopoderosa, feito participante da real graça infundida, a qual o outro não alcançou? “Não; porque isso destruiria a liberdade de sua vontade, e o privaria de todo o louvor pela crença”. Como, então, ocorreu essa diferença extrema de efeitos? Porque, quem fez um diferente do outro? O que tem ele que não tenha recebido? “Ora, tudo isso procede apenas da força de seu próprio e obediente livre-arbítrio, cedendo ao convite da graça de Deus, que, como os outros, ele poderia ter rejeitado. Esta é a causa imediata de sua conversão, de forma que todos os louvores são devidos a ele”, e aqui o velho ídolo pode gloriar-se perante todo o mundo, que se ele pode, apenas obter que seus adoradores prevaleçam nisto, ele tem excluído completamente a graça de Cristo, e fez dela “nomen inane”, um mero título, ao passo que não existe tal coisa no mundo.

Em terceiro lugar, eles ensinam, que, apesar de todo o propósito e intenção de Deus para converter e, assim, salvar um pecador, não obstante a operação mui poderosa e eficaz do bendito Espírito, com a mais atraente e persuasiva pregação da Palavra, ainda assim está no poder de um homem frustrar o efeito, resistir a essa operação e rejeitar aquela pregação do Evangelho. Não precisarei provar isso, porque isso é o que, em termos diretos, eles pleiteiam; o que eles também devem fazer, se eles concordarão com seus princípios anti-gos. Pois, consentindo que todos esses não têm influência sobre qualquer homem, a não ser por meio de persuasão moral, nós não devemos apenas consentir que ela pode ser

resistida, mas também negar totalmente que ela pode ser obedecida. Podemos resistir a isso, eu digo, como tendo tanto uma incapacidade para o bem e repugnância contra ele; mas quanto a obedecê-lo, a menos que neguemos toda a corrupção inerente e depravação da natureza, não podemos atribuir tal suficiência a nós mesmos.

Agora, a respeito desta fraqueza da graça, que ela não seja capaz de superar o poder da natureza pecaminosa, um testemunho de Armínio é suficiente: “Sempre permanece no poder do livre-arbítrio rejeitar a graça que é dada e recusar aquilo que a segue; pois a graça não é uma ação onipotente de Deus, de forma que o livre-arbítrio não possa resisti-la”⁹. Não que eu afirmasse, em oposição a isso, como se uma operação da graça devesse, por assim dizer, violentamente superar a vontade do homem, e força-lo à obediência, o que deve necessariamente ser prejudicial à nossa liberdade; mas apenas que consiste em uma obra eficaz tão doce a ponto de promover infalivelmente a nossa conversão, nos tornando dispostos, a quem antes não éramos dispostos e obedientes, a quem não obedecíamos de forma a criar corações puros e renovar espíritos retos dentro de nós.

Isso, então, que nós afirmamos, em oposição a essas heterodoxias Arminianas, é: *que a graça eficaz que Deus usa na grandiosa obra da nossa conversão, em razão de sua própria natureza, — sendo também o instrumento e intenção de Deus para este propósito, — certamente produz o efeito pretendido, sem resistência bem sucedida, e sozinha, sem qualquer considerável cooperação de nossas próprias vontades, até que elas sejam preparadas e transformadas por essa mesma graça.* A infalibilidade do seu efeito depende principalmente do propósito de Deus. Quando, por qualquer meio que Ele intenciona a conversão de um homem, esses meios devem ter tal eficácia adicionada a elas, a ponto de torná-los instrumentos próprios para a realização desse propósito, de forma que o conselho do Senhor possa prosperar, e a Sua palavra não volte vazia. Mas, o modo de sua operação — o que não requer assistência humana, e é capaz de superar toda repugnância — é própria à essência de tal ato. Esta natureza e eficácia da graça se opõe a uma influência indiferente do Espírito Santo, a um movimento metafórico, a uma obra pela forma de persuasão moral, apenas propondo um objeto desejável, fácil de ser combatida, e não efetiva a menos que seja ajudada por uma capacidade inata de nós mesmos (que é a graça Arminiana), confirmarei brevemente, tendo como premissa essas poucas coisas:

Primeiro, embora Deus não utilize as vontades dos homens, em sua conversão, como espíritos malignos usam os membros dos homens, em êxtases, por um movimento abrupto violento, mas doce e agradavelmente à própria natureza deles; ainda assim, no primeiro ato de nossa conversão a vontade é meramente passiva, como um sujeito capaz de uma tal obra, não concorrendo cooperativamente para a nossa conversão de modo algum. Isso não é, eu digo, a causa da obra, mas o sujeito em que ela é operada, tendo apenas uma

capacidade passiva para o recebimento dessa essência sobrenatural, que é introduzida pela graça. O início desta “boa obra” é de Deus somente (Filipenses 1:6). Sim, a fé é atribuída à graça, não por meio de cooperação com a nossa vontade, mas em oposição a ela: “isto não vem de vós, é dom de Deus” (Efésios 2:8). “Não que sejamos capazes, por nós, de pensar alguma coisa, como de nós mesmos; mas a nossa capacidade vem de Deus” (2 Coríntios 3:5). “Converte-nos a ti, Senhor, e seremos convertidos” (Lamentações 5:21).

Em segundo lugar, embora a vontade do homem não dê qualquer consentimento na ocasião em que a graça é inicialmente infundida, contudo há uma recepção subjetiva dela, ainda no primeiro ato, que é feita na e pela vontade, e então, ela coopera mui livremente (a propósito de subordinação) com a graça de Deus; e o mais efetivamente a vontade é movida pela graça, e mui voluntariamente ela opera com a graça. Então, assim, o homem que está sendo convertido pela graça, converte-se voluntariamente.

Em terceiro lugar, nós não afirmamos que a graça seja *irresistível*, como se ela viesse sobre a vontade com uma violência tal que subjuga e elimina a vontade humana, e a sujeite por compulsão, ao que ela não é de nenhuma maneira inclinável. Mas quando usamos este termo, temos em mente apenas uma eficácia tão invencível da graça que sempre e infalivelmente produz o seu efeito; pois, quem é que pode “resistir a Deus?” (Atos 11:17). Como também, isso pode ser usado quanto à vontade em si, a qual não resistirá à graça, pois, todo aquele que o Pai dá a Cristo virá a Ele (João 6:37). A operação da graça é não resistida por nenhum coração duro, porque ela pacifica o próprio coração. Ela não tanto tira um poder de resistir, como concede uma vontade de obedecer, pelo que a *poderosa impotência* da resistência é removida.

Em quarto lugar, em relação à graça em si, ou é comum ou especial. A graça comum ou geral consiste na revelação externa da vontade de Deus através da Sua Palavra, com alguma iluminação da mente para percebê-la, e correção dos afetos, não tanto para desprezá-los; e isso, em algum grau ou outro, para alguns mais, para outros menos, é comum a todos os que são chamados. A graça especial é a graça da regeneração, compreendendo a primeira, porém, acrescentando mais atos espirituais, porém especialmente pressupondo o propósito de Deus do que a sua eficácia principalmente depende.

Em quinto lugar, esta graça salvífica, pela qual o Senhor converte ou regenera um pecador, transportando-o da morte para a vida, é externa ou interna. A externa consiste na pregação da Palavra e etc., cujo funcionamento é pela forma de persuasão moral, quando por meio dela rogamos aos nossos ouvintes “da parte de Cristo, que vos reconcilieis com Deus” (2 Coríntios 5:20); e isso em nossa conversão é o agente instrumental da mesma, e pode ser

considerada uma causa suficiente da nossa regeneração, na medida em que nenhum outro, de mesmo tipo, é necessário. Ela também pode ser resistida *in sensu diviso*, abstraindo a partir da consideração em que é vista como o instrumento de Deus para tal fim.

Em sexto lugar, a graça interna é distinguida, por teólogos, da graça inicial ou de prevenção, ou a seguinte graça cooperante. A primeira é aquele princípio espiritual vital que é infundido em nós pelo Espírito Santo, aquela nova criação e concessão de uma nova força, pelo que somos conduzidos à capacidade para realizar ações espirituais, crer e prestar obediência evangélica: “Porque somos feitura sua, criados em Cristo Jesus para as boas obras” (Efésios 2:10). Por esta graça interna Deus nos dá um coração novo, e põe dentro de nós um espírito novo, ele tira de nós o coração de pedra, e nos dá um coração de carne; ele põe dentro de nós o Seu Espírito, para que andemos nos Seus estatutos (Ezequiel 36:26-27).

Agora, esta primeira graça não é própria e formalmente um ato vital, mas somente *causaliter* [casualmente], sendo um princípio de movimento para tais atos vitais dentro de nós. O hábito da fé é concedido a um homem, para que ele seja capaz de suscitar e praticar os atos de fé, dando nova luz à compreensão, novas inclinações à vontade, e novas afeições ao coração, pois a eficácia infalível desta graça é o que nós pleiteamos contra os Arminianos. E entre aquelas inúmeras passagens da Sagrada Escritura que confirmam esta verdade, farei uso apenas de um número pequeno, reduzido a estes três tópicos:

Em primeiro lugar, nossa conversão é operada por uma ação Divina onipotente, a que a vontade do homem não resistirá, e portanto, não pode resistir. A impotência da mesma não deve se opor a esta graça onipotente, que certamente efetuará a obra para a qual foi ordenada, sendo uma ação não inferior à “sobreexcelente grandeza do Seu poder sobre nós, os que cremos, segundo a operação da força do seu poder, que manifestou em Cristo, ressuscitando-o dentre os mortos, e pondo-o à sua direita nos céus” (Efésios 1:19-20). E, este poder que pode superar o inferno, e desatar os laços da morte, não será eficaz para levantar um pecador da morte no pecado, quando, pela intenção de Deus, ela é designada a esta obra? Deus cumpre a “obra da fé com poder” (2 Tessalonicenses 1:11). É o “seu divino poder nos deu tudo o que diz respeito à vida e piedade” (2 Pedro 1:3). Certamente, a persuasão moral resistível não seria tantas vezes chamada de: o “poder” de Deus, o que denota uma eficácia real, a qual nenhuma criatura é capaz de resistir.

Em segundo lugar, posto que esta graça consiste em uma eficácia real — não pode de modo algum ser considerada assim, senão quando e onde ela realmente opera o que intenciona, e não pode ser resistida a ponto de tornar-se inoperante —, toda a sua natureza constitui uma operação real. Agora, que a própria essência da Divina graça consiste em um

ato tão formal pode ser provado por todas as passagens da Escritura que afirmam que Deus, por Sua graça, ou a graça de Deus, na verdade, efetua a nossa conversão, refiro-me a passagens como Deuteronômio 30:6: “E o Senhor teu Deus circuncidará o teu coração, e o coração de tua descendência, para amares ao Senhor teu Deus com todo o coração, e com toda a tua alma, para que vivas”. A circuncisão de nossos corações, para que possamos amar o Senhor com todo o nosso coração, e com toda a nossa alma, é nossa conversão, a qual o Senhor aqui afirma que Ele mesmo fará; não somente nos permite fazê-la, mas Ele mesmo, real e efetivamente a realizará. E, novamente: “Porei a minha lei no seu interior, e a escreverei no seu coração” (Jeremias 31:33). “Porei o meu temor nos seus corações, para que nunca se apartem de mim” (Jeremias 32:40). Ele não oferecerá o Seu temor para eles, mas, na verdade, o porá dentro deles. E, mais claramente, Ezequiel 36:26-27: “E dar-vos-ei um coração novo, e porei dentro de vós um espírito novo; e tirarei da vossa carne o coração de pedra, e vos darei um coração de carne. E porei dentro de vós o meu Espírito, e farei que andeis nos meus estatutos, e guardeis os meus juízos, e os observeis”. Estas expressões são apenas uma persuasão moral? Porventura Deus afirma aqui que Ele *fará* o que Ele intenciona apenas *persuadindo-nos*, e que podemos recusar fazê-lo se quisermos? Está no poder de um coração de pedra o remover a si mesmo? Que pedra ativa é esta que tira a si mesma? Em que este coração de pedra difere do coração de carne que Deus promete? Podemos dizer que um coração de pedra tem o poder de transformar-se em um coração de carne, de modo a fazer com que andemos nos estatutos de Deus? O fato é que, a menos que os homens fossem deliberadamente cegos, eles necessariamente perceberiam aqui a indicação de tal ação de Deus, de modo a operar a nossa conversão de maneira eficaz, única e infalível; abrindo os nossos corações para que estivéssemos atentos à Palavra (Atos 16:14) e concedendo que nós crêssemos em Cristo (Filipenses 1:29). Agora, estas e outras passagens semelhantes provam que a natureza da graça de Deus consiste em uma real eficácia e, portanto, a sua operação é seguramente eficaz.

Em terceiro lugar, nossa conversão é uma “nova criação”, uma “ressurreição”, um “novo nascimento”. Ora, Aquele que criou um homem não o convence a criar a si mesmo, e mesmo se este fosse o caso, o homem não conseguiria, se Ele assim o fizesse. O homem não tem qualquer poder para resistir Àquele que deseja criá-lo, ou seja — como nós agora o consideramos —, transformando-o de algo que ele é em algo que ele não é. Quais argumentos você acha que seriam suficientes para convencer um homem morto a ressuscitar-se? Ou com que grande auxílio ele pode contribuir para a sua própria ressurreição? Nenhum homem gera a si mesmo; nenhuma verdadeira nova criação foi alguma vez introduzida em qualquer questão por meio de argumentos sutis. Estes são os termos que a Escritura tem o prazer de usar a respeito de nossa conversão: “Assim que, se alguém está em Cristo, nova criatura é” (2 Coríntios 5:17). “E vos revistais do novo homem, que segundo Deus é criado em verdadeira justiça e santidade” (Efésios 4:24). Este é o nosso novo nascimento: “Na verdade, na verdade te digo que aquele que não nascer de novo, não pode

ver o reino de Deus” (João 3:3). “Segundo a sua vontade, ele nos gerou pela palavra da verdade” (Tiago 1:18). E, assim, nós somos “de novo gerados, não de semente corruptível, mas da incorruptível, pela palavra de Deus, viva, e que permanece para sempre” (1 Pedro 1:23). Esta é a nossa vivificação e ressurreição: “o Filho vivifica aqueles que quer” (João 5:21), mesmo aqueles “mortos”, que ouvem a Sua voz e vivem (versículo 25). “Estando nós ainda mortos em nossos delitos e pecados”, nós somos vivificados “juntamente com Cristo (pela graça sois salvos)” (Efésios 2:5); pois, “Sepultados com ele no batismo, nele também ressuscitastes pela fé no poder de Deus” (Colossenses 2:12). E “Bem-aventurado e santo aquele que tem parte na primeira ressurreição; sobre estes não tem poder a segunda morte; mas serão sacerdotes de Deus e de Cristo, e reinarão com ele mil anos” [Apocalipse 20:6].

Τῷ Θεῷ ἀριστομεγίστῳ δόξα.

Notas:

[1] “Deus statuit salvare credentes per gratiam, id est, lenem ac suavem liberoque ipsorum arbitrio convenientem seu congruam suasionem, non per omnipotentem actionem seu motionem.” — *Armin. Antip.*, p. 211.

[2] *Corv. ad Molin.* — “His ita expositis ex mente Augustini,” etc. — *Armin. Antip. De Elec.*

[3] “Fatemur, aliam nobis ad actum fidei eliciendum necessariam gratiam non agnosci quam moralem.” — *Rem. Act. Synod. ad Art. iv.*

[4] “Annuntiatio doctrinæ evangelicæ.” — *Popp. August. Port.* p. 110.

[5] “Operatur in nobis velle quod bonum est, velle quod sanctum est, dum nos terrenis cupiditatibus deditos mutorum more animalium, tantummodo præsentia diligentes, futuræ gloriæ magnitudine et præmiorum pollicitatione, succendit: dum revelatione sapientiæ in desiderium Dei stupentem suscitatur voluntatem, dum nobis suadet omne quod bonum est.” — *Pelag., ap. Aug. de Grat. Ch. cap. x.*

[6] “Ut autem assensus hic eliciatur in nobis, duo in primis necessaria sunt:— 1. Argumenta talia ex parte Dei, quibus nihil verisimiliter opponi potest cur credibilia non sint. 2. Pia docilitas animique probitas.” — *Rem. Declar., cap. xvii. sect. 1.*

[7] “Ut gratia sit efficax in actu secundo pendet a libera voluntate.” — *Apol. Rem., p. 164.*

[8] “Imo ut confidentius agum, dico effectum gratiæ, ordinaria lege, pendere ab actu aliquo arbitrii.” — *Grevinch, ad Ames., p. 198.*

[9] “Manet semper in potestate Lib. Arbit. gratiam datam rejicere et subsequentam repudiare, quæ gratia non est omnipotentis Dei actio, cui resisti a libero hominis arbitrio non possit.” — *Armin. Antip., p. 243.*

Índice de Citações

Acosta, Jose de: De procurandâ Indorum salute
Acta et Scripta Synodalia Dordracena Ministrorum Remonstrantium in Fœderato Belgio
Alvarez, Didacus: De Auxiliis Gratiae
Ames, William: Anti-synodalia Scripta
Apologia pro Confessione Remonstrantium
Aquinas, Thomas
Aquinas, Thomas: Summa Theologica
Arminius, Jacobus
Arminius, Jacobus: Articuli nonnulli diligenti examine perpendendi
Arminius, Jacobus: De vero et genuino sensu cap. vii. epistolæ ad Romanos dissertatio
Arminius, Jacobus: Declaratio sententiæ
Arminius, Jacobus: Examen modestum libelli Perkinsiani
Arminius, Jacobus: Responsio ad Questiones Novem
Articles of the Church of England
Augustine, Bishop of Hippo
Augustine, Bishop of Hippo: Commentary on Psalms
Augustine, Bishop of Hippo: De Civitate Dei
Augustine, Bishop of Hippo: De Dono Perseverantiæ
Augustine, Bishop of Hippo: De Gratia et Libero Arbitrio
Augustine, Bishop of Hippo: De Prædestinatione Sanctorum
Augustine, Bishop of Hippo: De Trinitate
Augustine, Bishop of Hippo: Enchiridion ad Laurentium
Augustine, Bishop of Hippo: Epistles
Belgic Confession
Bellarmine, Cardinal Robert: De Amissione Gratiae
Bellarmine, Cardinal Robert: De Gratia et Libero Arbitrio
Bernard: Epistles
Bertius, Petrus
Bertius, Petrus: Ad Sibrand.
Boræus, Martinus
Bucer, Martin: Commentary on Romans
Caelestine: Epistle to the Bishops of France
Casaubon, Isaac: Exercitationes in Baronium
Cicero: De Natura Deorum
Collatio Hagiensis
Collegiate Suffrage of the Divines of Great Britain
Concio ad Clerum

Confessio Remonstrantium
Corvinus, Johannes Arnoldus
Corvinus, Johannes Arnoldus: Ad Molinæum
Corvinus, Johannes Arnoldus: Defensio sententiæ Arminii, de prædestinatione, gratia Dei, libero arbitrio, etc. adversus ejusdem a Tileno ed. considerationem
Corvinus, Johannes Arnoldus: Responsio ad Ioannis Bogermanni
Council of Arausica
Council of Legunstad.
Damascene, John
Davenant, Bishop John: Críticas em um Tratado intitulado Sobre o Amor de Deus pela Humanidade [God's Love to Mankind]
Durandus, William: Rationale divinatorum officiorum
Episcopius, Simon
Episcopius, Simon: Disputationes Theologicæ
Episcopius, Simon: Thes.
Epistle to the Walachians
Eusebius Pamphilus: Ecclesiastical History
Ferrius, Paulus: Scholastici Orthodoxi Specimen
Fulgentius: Epistles
Gesteranus, Joh.
Gregory Nazianzen, Archbishop of Constantinople
Gregory the Great: Moraliū
Grevinckhoven, Nikolaas
Grevinckhoven, Nikolaas: Ad Ames
Hoard, Samuel: God's Love to Mankind
Homer
Hommius, Festus: Belgic Confession
Ignatius, Bishop of Antioch: Epistle to the Ephesians
Ignatius, Bishop of Antioch: Epistle to the Philippians
Of the Divine Essence and Attributes
Jansenius, Cornelius: Augustinus
Jerome: Apologeticum adversus Rufinum
Jerome: Commentary on Habakkuk
Jerome: Dialogue against the Pelagians
Josephus, Titus Flavius: Antiquities of the Jews
Luther, Martin: De Servo Arbitrio
Molina: The Concord of Grace and Free-will
Neal, Daniel: History of the Puritans
Orosius: Historiarum Adversum Paganos Libri VII

Ovid

Owen, John: A Display of Arminianism

Paræus, David: Commentary on Romans

Pelagius

Plotinos

Poppius, Eduard: August. Port.

Prosper: Carmen de Ingratis

Prosper: De Gratia Dei et libero arbitrio; liber contra collatorem

Prosper: Epistola ad Rufinum de gratia et libero arbitrio

Prosper: Pro Augustino responsiones ad excerpta Genuensium

Prosper: Responsiones ad Capitula Gallorum

Reynolds, Edward: Of the Sinfulness of Sin

Rutherford, Samuel: Exercitationes de Gratia

Second Council of Arausica

Seneca: De Providentia

Sleidanus, Johannes: Commentariorum de statu religionis et republicæ

Spanheim, Friedrich: Elenchus Controversiarum

Synod of Dort

Theophrastus

Tilenus, Daniel: Syntagma disputationum theologicorum in Academia Sedanensi habitarum

Twisse, Dr William: Vindiciæ Gratiæ. Potestatis, ac Providentiæ Divinæ

Venator, Adolphus

Venator, Adolphus: Theologia vera et mera

Vorst, Konrad

Vorst, Konrad: Parasceue ad amicam collationem cum Jo. Piscatore

Vorst, Konrad: Tractatus Theologicus de Deo

Welsingius, Isaac

Welsingius, Isaac: De Officio Hominis Christiani

Zanchius, Jerome: Ad Wilhelm Holderum Responsia

Zanchius, Jerome: De Natura Dei

Zanchius, Jerome: De Scientia Dei

Zwingli, Huldrych: Professio Fidei

Índice de Nomes

Aeneas Sylvius
Alphonsus
Alvarez, Didacus
Aquinas, Thomas
Arminius, Jacobus
Arnauld, Antoine
Arnold, Nikolaus
Augustine, Bishop of Hippo
Balcanquhal, Dr Walter
Bellarmine, Cardinal Robert
Benedict
Bernard
Bertius, Petrus
Boræus, Martinus
Caelestine
Caligula, Emperor
Calvin, John
Carleton, Bishop George
Casaubon, Isaac
Cassianus
Cicero
Constantine, Emperor
Corvinus, Johannes Arnoldus
Damascene, John
Davenant, Bishop John
Diazius
Du Moulin, Pierre
Durandus, William
Epicurus
Episcopus, Simon
Eusebius Pamphilus
Fulgentius
Gomar, François
Goodwin, John
Gottschalk of Orbais
Gregory the Great, Pope
Grevinckhoven, Nikolaas

Hall, Bishop Joseph
Herod the Great
Hilary, Bishop of Poitiers
Hill, George
Hoard, Samuel
Homer
Ignatius, Bishop of Antioch
Irene, Empress
Jackson, Dr Thomas
James I., King
Jansenius, Cornelius
Jerome
Junius, Franciscus
Laud, Archbishop William
Lipsius, Justus
Maurice of Nassau, Prince of Orange
Milton, John
Mohammed
Molina, Louis
Nero, Emperor
Origen
Ostorodius, Christopherus
Owen, John
Pascal, Blaise
Pelagius
Perkins, William
Plato
Prosper
Reynolds, Edward
Simon Magus
Socinus, Faustus
Spanheim, Friedrich
Venator, Adolphus
Voidovius, Andrew
Vorst, Konrad
Ward, Bishop Samuel
Welsingius, Isaac
White, John
Zanchius, Jerome

Apêndices

A Soberania de Deus na Salvação dos Homens

Um Sermão por Jonathan Edwards

“Logo, pois, compadece-se de quem quer, e endurece a quem quer.” (Romanos 9:18)

O apóstolo, no início deste capítulo, expressa sua grande preocupação e tristeza de coração pela nação dos judeus, que foram rejeitados por Deus. Isso o leva a observar a diferença que Deus fez por eleição entre alguns e outros dentre os judeus, e entre a maior parte daquele povo e os Cristãos gentios. Ao falar isso, ele entra em uma discussão no ponto mais específico da soberania de Deus na eleição de alguns para a vida eterna, e rejeição dos outros, que é encontrado em qualquer outra parte da Bíblia. Durante seu discurso Paulo cita várias passagens do Antigo Testamento, confirmando e ilustrando esta doutrina.

No versículo 9, ele nos remete ao que Deus disse a Abraão, mostrando a eleição de Isaque ao invés de Ismael: “Porque a palavra da promessa é esta: Por este tempo virei, e Sara terá um filho”, então o que Deus disse a Rebeca, mostrando a sua eleição de Jacó ao invés de Esaú: “O maior servirá ao menor”. No verso 13, há uma passagem de Malaquias: “Amei a Jacó, e odiei a Esaú”. No verso 15, para o que Deus disse a Moisés: “Compadecer-me-ei de quem me compadecer, e terei misericórdia de quem eu tiver misericórdia”. E o verso anterior do texto, para o que Deus diz a Faraó: “Porque diz a Escritura a Faraó: Para isto mesmo te levantei; para em ti mostrar o meu poder, e para que o meu nome seja anunciado em toda a terra”. Isto que o apóstolo diz no texto, parece referir-se especialmente aos dois últimos trechos citados: o que Deus disse a Moisés no versículo 15, e o que Ele disse a Faraó no versículo imediatamente anterior. Deus disse a Moisés: “Terei misericórdia de quem eu tiver misericórdia”. A isso o apóstolo se refere na primeira parte do texto. E nós sabemos o quão frequentemente é dito que Deus endureceu o coração de Faraó. É a isso que o apóstolo parece ter se referido na última parte do texto: “e endurece a quem quer”. Podemos observar no texto:

1. O tratamento diferente de Deus para com os homens. Ele se compadece de alguns, e endurece a outros. Quando Deus é mencionado aqui como endurecendo alguns dos filhos dos homens, não devemos entender que Deus por alguma eficiência positiva endurece o coração de qualquer homem. Não há ato positivo em Deus, por meio do qual Ele empregue Seu poder para endurecer o coração. Supor tal coisa seria fazer de Deus o autor imediato do pecado. É dito que Deus endurece o coração dos homens de duas formas: através da retenção das poderosas influências do Seu Espírito, sem a qual o coração do homem permanecerá endurecido, e endurecendo cada vez mais; neste sentido, Ele os endurece, isto é, não impede que os homens endureçam. E, também, ao ordenar as coisas na Sua providência, de modo que, por meio do abuso de sua própria corrupção, os homens tenham oca-

siões para seu endurecimento. Assim, Deus envia Sua Palavra e ordenanças aos homens que, pelo seu abuso, provocam uma ocasião de seu próprio endurecimento.

Por isso, o apóstolo disse, que para alguns ele era “um cheiro de morte para morte” [2 Coríntios 2:16]. Assim, Deus é representado enviando Isaías sobre esta incumbência, a saber, engordar o coração do povo, e fazer-lhe pesados os ouvidos, e fechar-lhe os olhos; para que ele não veja com os seus olhos, e não ouça com os seus ouvidos, nem entenda com o seu coração, nem se converta e seja sarado (Isaías 6:10). A pregação de Isaías era, em si mesma, de uma tendência contrária, ou seja, tendia a torná-los melhores. Porém o fato do povo ter abusado da pregação de Isaías, tornava esta uma ocasião de seu endurecimento. Como Deus é dito aqui endurecendo os homens, assim é dito que Ele pôs um espírito de mentira na boca dos falsos profetas (2 Crônicas 18:22). Ou seja, Ele tolerou um espírito de mentira entrar neles. E assim Ele se diz ter ordenado Simei amaldiçoar Davi (2 Samuel 16:10). Não que Ele diretamente lhe ordenara, pois é contrário aos mandamentos de Deus. Deus proíbe expressamente amaldiçoar o governante do povo (Êxodo 22:28). Mas Ele, naquele tempo, suportou a corrupção das obras de Simei, e ordenou aquela ocasião agitada como uma manifestação do seu descontentamento contra Davi.

2. O fundamento de Seu diferente tratamento para com a humanidade: a saber, Sua soberana vontade e prazer. “Terei misericórdia de quem eu tiver misericórdia”. Isso não significa, simplesmente, que Deus nunca mostra misericórdia ou a nega contra a Sua vontade, ou que Ele está sempre disposto a fazê-lo quando Ele faz isso. Um sujeito disposto ou servo, quando ele obedece as ordens de seu senhor, ele pode nunca fazer qualquer coisa contra a sua vontade, mas ele pode não fazer de bom grado e com prazer; embora ele não possa dizer que fez a sua vontade no sentido do texto. Mas a expressão implica que é mera vontade de Deus, vontade soberana, que supremamente ordena este acontecimento. A vontade Divina não possui restrição, limitação ou obrigação.

Doutrina. Deus exerce Sua soberania na salvação eterna dos homens. Ele não somente é soberano e tem o direito soberano de dispor e ordenar cada acontecimento; e Ele não somente pode proceder de uma maneira soberana, se quiser, e ninguém pode acusar este Seu direito como excessivo; mas Ele realmente faz isso, Ele exerce o direito que Ele tem. No seguinte discurso, proponho a mostrar:

- I. O que é a soberania de Deus.
- II. Em que a soberania de Deus na salvação dos homens implica.
- III. Que Deus realmente exerce Sua soberania neste caso.
- IV. As razões para este exercício.

I. Irei mostrar o que é a soberania de Deus.

A soberania de Deus é o Seu direito absoluto e independente de dispor de todas as criaturas de acordo com Seu próprio prazer. Vou considerar esta definição por suas partes:

A vontade de Deus é chamada de: o Seu mero prazer.

1. Em oposição a qualquer restrição. Os homens podem fazer as coisas de forma voluntária, e ainda pode haver um grau de restrição. De um homem pode ser dito fazer uma coisa voluntariamente, isto é, ele mesmo faz, considerando todas as coisas, ele pode optar por fazê-la; no entanto, ele pode fazê-la por medo, e a coisa em si pode ser considerada cansativa para ele, e dolorosamente contra a sua inclinação. Quando os homens fazem coisas assim, não pode ser dito que eles as fizeram de acordo com seu mero prazer.

2. Em oposição a ela estar sob a vontade de outrem. Um servo pode cumprir as ordens de seu mestre, e pode fazer isto por vontade própria, e alegremente, e pode deleitar-se em fazer a vontade do seu senhor; mas quando ele faz isso, ele não o faz de seu próprio mero prazer. Os santos fazem a vontade de Deus voluntariamente. Eles optam por fazê-la; ela é sua comida e bebida. No entanto, eles não fazem isto por seu mero prazer e vontade arbitrária, porque a sua vontade está sob a direção de uma vontade superior.

3. Em oposição a qualquer obrigação própria. Um homem pode fazer muito voluntariamente uma coisa que ele é obrigado a fazer, mas não pode ser dito que ele agiu a partir de sua própria mera vontade e prazer. Aquele que age a partir de seu próprio mero prazer está em plena liberdade, mas aquele que está sob qualquer obrigação propriamente dita, não está em liberdade, mas está obrigado.

Ora, a soberania de Deus supõe, que Ele tem o direito de dispor de todas as Suas criaturas de acordo com Seu mero prazer no sentido explicado. E o Seu direito é absoluto e independente. Os homens podem ter o direito de dispor de algumas coisas de acordo com seu prazer. Entretanto este direito não é absoluto e nem ilimitado. Os homens podem dizer que têm o direito de dispor de seus próprios bens como bem entenderem. Mas o direito não é absoluto, antes possui limites e obrigações. Eles têm o direito de dispor de seus próprios bens como bem entenderem, desde que não façam isso de forma contrária à lei do Estado a que estão sujeitos, ou contrária à Lei de Deus. O direito dos homens de dispor de suas coisas como querem, não é absoluto, porque não é independente. Eles não possuem um direito independente, mas em algumas coisas dependem da comunidade a que pertencem, para o direito que eles têm, e em tudo dependem de Deus. Eles recebem todo o direito que eles têm de qualquer coisa a partir de Deus. Mas a soberania de Deus implica que Ele tem um direito absoluto, ilimitado e independente de dispor das Suas criaturas como Ele quiser.

Agora, me proporei a inquerir:

II. Em que a soberania de Deus na salvação dos homens implica.

Em resposta a esta questão, eu observo: implica que Deus pode conceder a salvação a qualquer um dos filhos dos homens, ou recusá-la, sem qualquer prejuízo para a glória de qualquer um de Seus atributos, exceto quando Ele tem se agradado de declarar, que Ele vai ou não concedê-la. Isto não pode ser dito absolutamente, como o caso está agora, que Deus pode, sem qualquer prejuízo para a honra de qualquer um de Seus atributos, conceder a salvação para qualquer um dos filhos dos homens, ou recusá-la; porque, em relação a alguns, Deus se agradou de declarar que Ele quer ou não conceder a salvação a eles; e assim obriga a Si mesmo em relação à Sua própria promessa. E em relação a alguns Ele se agradou de declarar, que Ele nunca vai conceder salvação a eles; a saber, aqueles que cometeram o pecado contra o Espírito Santo. Assim, conforme o caso está agora, Deus está obrigado; Ele não pode dar a salvação em um caso, ou recusá-lo em outro, sem prejuízo para a honra de Sua verdade.

Porém, Deus exerceu Sua soberania ao fazer estas declarações. Deus não era obrigado a prometer que iria salvar todos os que creem em Cristo; nem Ele foi obrigado a declarar que aquele que cometeu o pecado contra o Espírito Santo nunca será perdoado. Mas agradou-Lhe assim declarar. E se não fosse por isso, isto é, que Deus tomou prazer de obrigar-Se, nestes casos, Ele ainda podia conceder ou recusar a salvação, sem qualquer prejuízo de qualquer um de Seus atributos. Se o conceder ou recusar a salvação fosse por si só prejudicial a qualquer um dos Seus atributos, então Deus não faria este ato como Soberano absoluto. Porque então deixa de ser uma coisa meramente arbitrária. Isto deixaria de ser uma questão de liberdade absoluta, e tornar-se-ia uma questão de necessidade ou obrigação. Pois Deus não pode fazer qualquer coisa em detrimento de qualquer um de Seus atributos, ou contrário ao que Ele é em Si mesmo, excelente e glorioso. Portanto,

1. Deus pode, sem prejuízo para a glória de qualquer um de Seus atributos, conceder a salvação para qualquer um dos filhos dos homens, exceto para aqueles que cometeram o pecado contra o Espírito Santo.

Semelhante foi o caso quando o homem caiu, e diante disso Deus revelou o Seu eterno propósito e um plano para resgatar os homens por Jesus Cristo. Provavelmente o ato de salvar qualquer um dos filhos dos homens era visto pelos anjos como uma coisa totalmente inconsistente com os atributos de Deus. Era totalmente inconsistente com a honra dos atributos Divinos salvar qualquer um dos filhos caídos dos homens, como eram em si mesmos. Isto não poderia ter sido feito se Deus não tivesse idealizado uma forma consistente com a honra de Sua santidade, majestade, justiça e verdade. Mas uma vez que Deus no Evangelho, revelou que nada é demasiado difícil para Ele fazer, nada está além do alcance

de Seu poder, sabedoria e suficiência; e uma vez que Cristo operou a obra da redenção, e cumpriu a Lei, obedecendo-a, não há ninguém da humanidade a quem não possa salvar sem qualquer prejuízo de qualquer de Seus atributos, exceto aqueles que cometeram o pecado contra o Espírito Santo.

E aqueles que cometeram o pecado contra o Espírito Santo, Deus poderia salvar sem contrariar qualquer de Seus atributos, se Ele não tivesse tido o prazer de declarar que Ele não o faria. Não era porque Ele não poderia tê-los salvo de forma consistente com a Sua justiça, e de forma consistente com a Sua Lei, ou porque o Seu atributo da misericórdia não era grande o suficiente, ou o sangue de Cristo não é suficiente para purificar deste pecado. Mas aprovou a Ele por razões sábias declarar que este pecado nunca será perdoado neste mundo nem no mundo por vir. E agora é contrário à verdade de Deus salvar tais.

Mas por outro lado, não há pecador que seja tão grande, que Deus não possa salvá-lo, sem prejuízo de qualquer dos Seus atributos; se alguém tem sido um assassino, adúltero, perjuro, idólatra ou blasfemo, Deus pode salvá-lo, se Ele quiser, e em nenhum aspecto prejudicar a Sua glória. Embora as pessoas tenham pecado por muito tempo, tenham sido obstinadas; tenham cometido pecados hediondos mil vezes; até mesmo se eles tiverem envelhecido no pecado, e tenham pecado com grandes agravos, deixem os agravos serem o que puderem; se eles pecaram mesmo sob tão grande luz; se eles se desviaram, e pecaram até mesmo contra as numerosas e solenes advertências e esforços do Espírito, e misericórdias de Sua providência comum; embora o perigo de tais seja muito maior do que o de outros pecadores, ainda assim Deus pode salvá-los se isto Lhe agradar, por causa de Cristo, sem qualquer prejuízo a qualquer um de Seus atributos.

Deus pode ter misericórdia de quem Ele tiver misericórdia. Ele pode ter misericórdia do maior dos pecadores, se Ele quiser, e a glória de nenhum de Seus atributos será minimamente manchada. Tal é a suficiência da satisfação e justiça de Cristo, que nenhum dos atributos Divinos se interpõe no caminho da salvação de qualquer um deles. Assim, a glória de qualquer atributo não sofre absolutamente nenhum dano por Cristo salvar alguns daqueles que O crucificaram.

2. Deus pode salvar qualquer um deles, sem prejuízo da honra de Sua santidade. Deus é um ser infinitamente santo. Os céus não são puros aos seus olhos. Ele é tão puro de olhos que não pode contemplar o mal, e não pode olhar para a iniquidade. E se Deus devesse, de qualquer maneira tolerar o pecado, e não desse testemunhos próprios de Seu ódio, e desprazer em relação a ele, seria um prejuízo para a honra da Sua santidade. Mas Deus pode salvar o maior pecador, sem dar a menor aprovação ao pecado. Se Ele salva alguém, que por muito tempo ficou sob os apelos do Evangelho, e pecou em agravos terríveis; se

Ele salva aquele que, contra a luz, tem sido um roubador ou blasfemo, Ele pode fazê-lo sem dar qualquer aprovação de sua maldade; porque sua aversão e descontentamento contra ela já foram suficientemente manifestados nos sofrimentos de Cristo. Foi um testemunho suficiente da aversão de Deus contra a maior maldade, o fato de que Cristo, o Filho Eterno de Deus, morreu por conta dela. Nada pode demonstrar a aversão infinita de Deus por qualquer maldade mais do que isso. Se o próprio homem ímpio deverá ser lançado no Inferno, e deverá suportar os tormentos mais extremos que sempre serão sofridos ali, isto não seria uma maior manifestação da aversão de Deus pelo pecado, do que os sofrimentos do Filho de Deus por causa do pecado.

3. Deus pode salvar qualquer um dos filhos dos homens, sem prejuízo da honra de Sua majestade. Se os homens têm afrontado Deus, sempre e tanto; se lançaram sempre tanto desprezo em Sua autoridade, ainda assim, Deus pode salvá-los, se Ele quiser, e a honra de Sua Majestade não sofre o mínimo dano. Se Deus salvar aqueles que O têm ofendido, sem satisfação, a honra de Sua majestade sofreria dano. Pois, quando o desprezo é lançado sobre Sua infinita majestade, Sua honra sofre dano e o desprezo deixa uma obscuridade sobre a honra da majestade Divina, caso o dano não seja reparado. Mas os sofrimentos de Cristo repararam integralmente o dano. Deixe o desprezo ser muitíssimo grande, no entanto se tão honrável pessoa como Cristo se compromete a ser um Mediador para o ofensor, e na mediação sofrer em seu lugar, é totalmente reparado o dano causado pelo maior pecador à Majestade do Céu.

4. Deus pode salvar qualquer pecador em consistência com a Sua justiça. A justiça de Deus exige a punição do pecado. Deus é o Juiz Supremo do mundo, e Ele deve julgar o mundo de acordo com as regras da justiça. Não é o papel de um juiz mostrar favor à pessoa julgada; mas Ele deve julgar de acordo com a regra da justiça, sem se afastar para a direita nem para a esquerda. Deus não mostra misericórdia como Juiz, mas como um Soberano. E, portanto, quando a misericórdia procurou a salvação dos pecadores, a questão era a forma de fazer concordar o exercício da misericórdia de Deus como um Soberano, e de Sua estrita justiça como Juiz. E isso é feito através dos sofrimentos de Cristo, nos quais o pecado é punido completamente, e a justiça satisfeita. Cristo sofreu o suficiente para a punição dos pecados do maior pecador que já viveu. Para que Deus, quando julgar, possa agir de acordo com uma regra de estrita justiça, e ainda assim absolver o pecador, se este está em Cristo. A justiça não pode exigir mais pelos pecados de qualquer homem, do que os sofrimentos de uma das pessoas da Trindade, como Cristo sofreu: “Ao qual Deus propôs para propiciação pela fé no seu sangue, para demonstrar a sua justiça pela remissão dos pecados dantes cometidos, sob a paciência de Deus; para demonstração da sua justiça neste tempo presente, para que ele seja justo e justificador daquele que tem fé em Jesus” (Romanos 3:25-26).

5. Deus pode salvar qualquer pecador, sem qualquer prejuízo para a honra de Sua verdade. Deus aprovou em Sua palavra, que o pecado deve ser punido com a morte, que deve ser entendida não apenas como a primeira, mas também como a segunda morte. Deus pode salvar o maior pecador de forma consistente com esta Sua verdade ameaçadora. Porque o pecado é punido nos sofrimentos de Cristo, na medida em que Ele é o nosso Fiador, e por isso é legalmente a mesma pessoa, e carrega a nossa culpa, e nos Seus sofrimentos suportou o nosso castigo. Pode-se objetar que Deus disse: “Se tu comeres, tu morrerás” [Gênesis 2:17]; como se a mesma pessoa que pecou deve ser punida; e, portanto, por que a verdade de Deus não O obriga a isso? Eu respondo, que a palavra, então, não se destinava restritamente a ele, que em sua própria pessoa pecou. Adão provavelmente compreendeu que a sua posteridade foi incluída, se eles pecassem na sua própria pessoa ou não. Se eles pecaram em Adão, a veracidade dessas palavras, “se comeres”, significava, se comeres em ti mesmo, ou confiando em ti mesmo. E, portanto, a última palavra, “morrerás”, também suficientemente permite uma tal construção como: “tu morrerás em ti mesmo, ou na tua garantia”. “O Senhor se agradava dele por amor da sua justiça; engrandeceu-o pela lei, e o fez glorioso” (Isaías 42:21). Mas,

Deus pode recusar a salvação a qualquer pecador que seja, sem prejuízo à honra de qualquer um de seus atributos.

Não há uma pessoa qualquer que esteja em uma condição natural, a quem Deus não pode recusar-Se a conceder a salvação, sem prejuízo de qualquer parte da Sua glória. Deixe que uma pessoa natural seja sábia ou insensata, de um temperamento natural bom ou mau, de parentesco inferior ou honroso, seja nascido de pais ímpios ou piedosos; que ela seja uma pessoa moral ou imoral, tudo de bom que ela possa ter feito, embora esta pessoa tenha sido religiosa, tenha feito muitas orações, e quaisquer sofrimentos que tenha tido para que ele pudesse ser salva; qualquer que seja a preocupação e angústia que essa pessoa tema de que ela será condenada; ou qualquer circunstância em que ela possa estar; Deus pode negar-lhe a salvação sem o menor menosprezo a nenhuma das Suas perfeições. Sua glória não irá em qualquer instância ser minimamente obscurecida por isto.

1. Deus pode negar a salvação a qualquer pessoa natural, sem qualquer prejuízo para a honra de Sua justiça. Se Ele faz isso, não há injustiça nem deslealdade nEle. Não há homem natural vivo, deixe seu caso ser o que quiser, contudo, Deus pode negar-lhe a salvação, e lançá-lo no inferno, e ainda assim não ser acusado da menor injustiça ou deslealdade em qualquer aspecto que seja. Isto é evidente, porque todos eles merecem o inferno, e não há qualquer injustiça em um juiz justo infligir a qualquer homem o que ele merece. E como o homem natural tem merecido a condenação, e ele nunca fez qualquer coisa para remover sua culpa, ou para expiar o pecado; ele nunca fez qualquer coisa pela qual ele colocasse quaisquer obrigações em Deus para não puni-lo como ele merece.

2. Deus pode negar a salvação a qualquer pessoa não-convertida seja ela quem for, sem qualquer prejuízo para a honra da Sua bondade. Os pecadores são, por vezes, prontos para vangloriarem-se que, embora possa não ser contrário à justiça de Deus condená-los, contudo, isto não será consistente com a glória da Sua misericórdia. Eles pensam que será desonroso para a misericórdia de Deus lançá-los no inferno, e não ter nenhuma piedade ou compaixão deles. Eles pensam que isso seria muito duro e severo, e que não seria consistente com um Deus de infinita graça e terna compaixão. Entretanto, Deus pode negar a salvação a qualquer pessoa natural, sem qualquer depreciação à Sua misericórdia e bondade. Aquilo que não é contrário à justiça de Deus também não é contrário à Sua misericórdia. Se a condenação for justa, então a misericórdia pode escolher Seu próprio objeto. Eles confundem a natureza da misericórdia de Deus, e pensam que é um atributo, que, em alguns casos, está contrário à Sua justiça. Não, a misericórdia de Deus é adornada por ela, como está no vigésimo terceiro versículo do contexto. “Para que também desse a conhecer as riquezas da sua glória nos vasos de misericórdia, que para glória já dantes preparou”.

3. Negar a salvação para pessoas naturais e não-convertidas não é de forma alguma prejudicial para a honra da fidelidade de Deus. Porque Deus não tem, de modo algum obrigado a Si mesmo em relação ao homem natural, pela Sua Palavra, para conceder salvação a ele. Homens em uma condição natural não são os filhos da promessa; mas estão expostos à maldição da Lei, o que não seria o caso se tivessem qualquer promessa à qual apegarem-se.

III. Deus realmente exerce a Sua soberania na salvação dos homens.

Mostrarei como Deus exerce esse direito em diferentes particularidades.

1. Ao chamar um povo ou nação, e dar-lhes os meios da graça, e deixando outros sem estes. De acordo com a determinação Divina, a salvação é oferecida em conexão com os meios de graça. Às vezes, Deus pode fazer uso de meios muito improváveis, e conceder a salvação dos homens que estão sob mui grandes desvantagens; mas Ele não concede graça sem absolutamente nenhum meio, antes Deus exerce Sua soberania ao conceder esses meios.

Toda a humanidade está, por natureza, em circunstância semelhante diante de Deus. No entanto, Deus distingue grandemente alguns dos outros pelos meios e vantagens que Ele de concede. Os selvagens, que vivem em partes remotas do continente e estão sob a mais grosseira escuridão pagã, bem como os habitantes da África, estão, naturalmente, em circunstâncias exatamente semelhantes para com Deus, como nós nesta terra. Eles não estão mais alienados ou distantes de Deus em sua natureza do que nós; e Deus não tem mais causas para acusá-los do que a nós. E, contudo, que grande diferença Deus fez entre nós e eles! Nisso, Ele exerceu Sua soberania.

Ele fez isso no passado, quando Ele escolheu apenas um povo, para torná-los Seu povo da Aliança, e dar-lhes os meios de graça, e deixou todos os outros, e os entregou à escuridão pagã e à tirania do Diabo, Deus os deixou a perecer de geração em geração por muitas centenas de anos. A terra que no passado estava povoada por muitas grandes e poderosas nações. Havia os egípcios, um povo famoso por sua sabedoria. Havia também os assírios e caldeus, que eram nações grandes, sábias e poderosas. Havia os persas, que por sua força e política sujeitaram uma grande parte do mundo. Havia as nações renomadas dos gregos e romanos, que eram famosos por todo o mundo por seus excelentes governos civis, por sua sabedoria e habilidade nas artes da paz e da guerra, e que por sua destreza militar subjugarão e reinaram sobre o mundo. Porém, todos aqueles foram rejeitados. Deus não os escolheu para serem o Seu povo, mas deixou-os por muitas eras na grosseira escuridão pagã, a perecer por falta de visão; e escolheu um único povo, a posteridade de Jacó, para ser o Seu próprio povo, e para dar-lhes os meios de graça: “Mostra a sua palavra a Jacó, os seus estatutos e os seus juízos a Israel. Não fez assim a nenhuma outra nação; e quanto aos seus juízos, não os conhecem” (Salmo 147:19-20). Esta nação era um povo pequeno e desprezível em comparação com muitas outras pessoas: “O Senhor não tomou prazer em vós, nem vos escolheu, porque a vossa multidão era mais do que a de todos os outros povos... Sabe, pois, que não é por causa da tua justiça que o Senhor teu Deus te dá esta boa terra para possuí-la, pois tu és povo obstinado” (Deuteronômio 7:7; 9:6). Deus lhes dá a entender, que não era por nenhuma outra causa, senão o Seu livre amor eletivo, que O levou a escolhê-los para ser Seu povo. A razão dada ao porquê Deus os amava foi: porque Ele os amava (Deuteronômio 7:8). Que é o mesmo que dizer que foi agradável à Sua vontade soberana, colocar o Seu amor sobre você.

Deus também mostrou a Sua soberania na escolha das pessoas, quando outras nações foram rejeitadas, que vieram dos mesmos progenitores. Assim, os filhos de Isaque foram escolhidos, quando a posteridade de Ismael e dos outros filhos de Abraão foram rejeitadas. Assim os filhos de Jacó foram escolhidos, quando a posteridade de Esaú foi rejeitada; como o apóstolo observa em Romanos 9:7: “Nem por serem descendência de Abraão são todos filhos; mas: Em Isaque será chamada a tua descendência”. E novamente nos versículos 10-13. “E não somente esta, mas também Rebeca, quando concebeu de um, de Isaque, nosso pai; porque, não tendo eles ainda nascido, nem tendo feito bem ou mal (para que o propósito de Deus, segundo a eleição, ficasse firme, não por causa das obras, mas por aquele que chama), foi-lhe dito a ela: O maior servirá ao menor. Como está escrito: Amei a Jacó, e odiei a Esaú”. O apóstolo não se refere apenas à eleição das pessoas de Isaque e de Jacó ao invés de Ismael e Esaú; mas de sua posteridade. Na passagem, já citada de Malaquias, Deus tem o respeito às nações, que foram os descendentes de Esaú e Jacó; Malaquias 1:2-3: “Eu vos tenho amado, diz o Senhor. Mas vós dizeis: Em que nos tens amado? Não era Esaú irmão de Jacó? disse o Senhor; todavia amei a Jacó, e odiei a Esaú; e fiz dos seus montes uma desolação, e dei a sua herança aos chacais do deserto”.

Deus mostrou a Sua soberania, quando Cristo veio, ao rejeitar os judeus, e chamar os gentios. Deus rejeitou essa nação que eram os filhos de Abraão segundo a carne, e que tinha sido seu povo peculiar por tantos séculos, e que exclusivamente possuía o único Deus verdadeiro, e escolheu o pagão idólatra ao invés deles, e os chamou para ser Seu povo. Quando o Messias veio e nasceu de sua nação, e a quem tanto esperavam, Ele foi rejeitado por eles. Ele veio para os seus, e os seus não o receberam (João 1:11). Quando a dispensação gloriosa do Evangelho veio, Deus passou pelos judeus, e chamou aqueles que tinham sido pagãos, para desfrutar dos privilégios do mesmo. Eles foram cortados, para que os gentios fossem enxertados em seu lugar (Romanos 11:17). Agora é chamada amada, a que não era amada. E mais são os filhos da mulher solitária, do que os filhos da casada (Isaías 54:1). Os filhos naturais de Abraão, são rejeitadas, e Deus suscita das pedras filhos a Abraão. Essa nação, que foi tão honrada por Deus, tem sido agora, por muitas eras, rejeitada, e permanece dispersa por todo o mundo, um monumento notável da vingança Divina. E agora Deus distingue grandemente algumas nações dos gentios em relação a outras, e tudo de acordo com a Sua vontade soberana.

2. Deus exerce Sua soberania nas vantagens que Ele concede a pessoas particulares. Todos precisam de salvação da mesma forma, e todos são, naturalmente, não merecedores dela; mas Ele dá algumas vantagens maiores para a salvação a uns do que a outros. Para alguns, Ele designa o seu lugar em famílias piedosas e religiosas, onde eles podem ser bem instruídos e educados, e têm pais religiosos para dedicar-lhes a Deus, e fazer muitas orações por eles. Deus coloca alguns sob um ministério mais poderoso do que os outros, e em locais onde há mais das efusões do Espírito de Deus. Para alguns, Ele dá muito mais dos esforços e influências despertadoras do Espírito, do que para outros. Isto acontece de acordo com a Sua mera vontade soberana.

3. Deus exerce Sua soberania algumas vezes concedendo salvação aos pequenos e medíocres, e a nega aos sábios e grandes. Cristo em Sua soberania passa pelas portas de príncipes e nobres, e entrar em alguma casa e ali faz morada, e tem comunhão com os seus obscuros habitantes. Deus em Sua soberania reteve a salvação do homem rico, que se regalava esplendidamente todos os dias, e a concedeu ao pobre Lázaro, que estava sentado mendigando em seu portão. Deus desta forma lança o desprezo sobre os príncipes, e em todo o seu esplendor fulgurante. Então, Deus às vezes passa por homens sábios, homens de grande entendimento, eruditos e grandes estudiosos, e dá salvação aos outros de pouco conhecimento, que só compreendem algumas das partes mais claras das Escrituras, e os princípios fundamentais da Religião Cristã. Sim, parece haver poucos grandes homens que são chamados, em relação aos outros. E Deus em Sua ordenação faz que assim se manifeste a Sua soberania: “Porque, vede, irmãos, a vossa vocação, que não são muitos os sábios segundo a carne, nem muitos os poderosos, nem muitos os nobres que são chamados. Mas Deus escolheu as coisas loucas deste mundo para confundir as sábias;

e Deus escolheu as coisas fracas deste mundo para confundir as fortes; e Deus escolheu as coisas vis deste mundo, e as desprezíveis, e as que não são, para aniquilar as que são” (1 Coríntios. 1:26–28)

4. Concedendo salvação a pessoas que tiveram poucas vantagens. Às vezes Deus vai abençoar meios fracos para produzir efeitos surpreendentes, quando os mais excelentes meios não são bem sucedidos. Deus, às vezes, retêm a salvação daqueles que são os filhos de pais muito piedosos, e a concede a outros, que foram criados em famílias ímpias. Assim, lemos de um bom Abias na família de Jeroboão, e de um piedoso Ezequias, filho de ímpio Acáz; e de um piedoso Josias, filho de um ímpio Amon. Mas, ao contrário, também lemos a respeito dos perversos Amnon e Absalão, filhos do santo Davi, e de um vil Manassés, filho de um bom Ezequias. Às vezes, alguns, que tiveram meios eminentes de graça, são rejeitados, e deixados a perecer, e outros, sob muito menos vantagens, são salvos. Assim, os escribas e fariseus, que tinham tanta luz e conhecimento das Escrituras, foram em sua maioria rejeitados, e os pobres publicanos ignorantes foram salvos.

A maior parte das pessoas, entre os quais Cristo estava muito familiarizado, e que O ouviram pregar, e O viram fazer milagres cotidianamente, foram deixados; e a mulher de Samaria foi tomada, e muitos outros samaritanos, ao mesmo tempo, que só ouviram pregar Cristo quando Ele ocasionalmente passou por sua cidade. Assim, a mulher de Canaã, que não era do país dos judeus, foi tomada e viu Jesus Cristo uma única vez. Então os judeus, que tinham visto e ouvido Cristo, e visto Seus milagres, e por quem os apóstolos trabalharam tanto, não foram salvos. Mas os gentios, muitos deles, que, por assim dizer, não ouviram as boas novas de salvação senão transitoriamente, abraçando-as, foram convertidos.

5. Deus exerce Sua soberania em chamar alguns para a salvação, que têm sido muito horrendamente ímpios, e deixando outros, que foram pessoas morais e religiosas. Os fariseus eram uma seita muito rigorosa entre os judeus. Sua religião era extraordinária. Eles não eram como os demais homens, roubadores, injustos ou adúlteros (Lucas 18:11). Havia moralidade neles. Eles jejuavam duas vezes por semana, e davam o dízimo de tudo que possuíam. Eles eram religiosos. Mas ainda assim eles foram, em sua maioria, rejeitados, e os publicanos, as meretrizes e um tipo abertamente vicioso de pessoas entraram no reino de Deus diante deles (Mateus 21:31). O apóstolo descreve a sua justiça, enquanto fariseu: “segundo o zelo, perseguidor da igreja, segundo a justiça que há na lei, irrepreensível” (Filipenses 3:6).

O jovem rico veio e ajoelhou-se diante de Cristo, dizendo: “Bom Mestre, que farei para herdar a vida eterna?”. Ele era uma pessoa moral. Quando Cristo ordenou-lhe guardar os mandamentos, ele disse, e em seu próprio ponto de vista com sinceridade: “Mestre, tudo isso

guardei desde a minha mocidade” [Marcos 10:20]. Ele, obviamente, tinha sido criado em uma boa família, e era um jovem de tais maneiras amáveis e conduta correta, que é dito: “E Jesus, olhando para ele, o amou” [Marcos 10:21]. Ainda assim, ele foi deixado; enquanto o ladrão, que foi crucificado com Cristo, foi escolhido e chamado, mesmo na cruz. Às vezes Deus mostra Sua soberania, mostrando misericórdia para com o principal dos pecadores, por aqueles que foram assassinos, profanadores e blasfemos. E mesmo quando eles estão velhos, alguns são chamados na última hora. Deus, por vezes, mostra a soberania de Sua graça ao mostrar misericórdia para com alguns, que passaram a maior parte de suas vidas a serviço de Satanás, e tem pouco para gastar no serviço de Deus.

6. Na salvação de alguns daqueles que buscam a salvação, e não outros. Alguns dos que buscam a salvação, como se sabe, tanto a partir das Escrituras e da observação destas são logo convertidos; enquanto outros procuram por longo tempo, e, contudo, não a obtêm por fim. Deus ajuda alguns a atravessarem as montanhas e as dificuldades que estão no caminho, Ele subjuga Satã, e os livra de suas tentações, mas os outros são arruinados pelas tentações com as quais eles se encontram. Alguns nunca são completamente despertados; enquanto para outros, Deus tem o prazer de dar as convicções completas. Alguns são deixados aos seus corações inconstantes; a outros, Deus os sustenta até o fim. Alguns são libertos de uma confiança em sua justiça própria; outros nunca superam essa obstrução em seu caminho, enquanto eles vivem. E alguns são convertidos e salvos sem nunca terem empregado tão grandes esforços como alguns que, não obstante, perecem.

IV. Venho agora dar as razões, por que Deus, assim, exerce Sua soberania na salvação eterna dos filhos dos homens.

1. É agradável para o desígnio de Deus na criação do universo exercer cada atributo, e, assim, manifestar a glória de cada um deles. O desígnio de Deus na criação foi o de glorificar a Si mesmo, ou fazer manifesta a glória essencial de Sua natureza. Foi ajustado que Sua infinita glória deveria brilhar; e era o desígnio original de Deus fazer uma manifestação de Sua glória, como ela é. Não que era Seu desígnio manifestar toda a Sua glória para a apreensão das criaturas; pois é impossível que as mentes das criaturas possam compreendê-la. Mas foi o Seu desígnio fazer uma verdadeira manifestação de Sua glória, como representante de todos os Seus atributos. Se Deus glorifica um atributo, e não outro, quão defeituosa seria a manifestação da Sua glória; e a representação não estaria completa. Se todos os atributos de Deus não são manifestados, a glória de nenhum deles se manifesta como ela é; pois os atributos Divinos refletem a glória uns dos outros.

Assim, se a sabedoria de Deus se manifestar, e não a Sua santidade, a glória de Sua sabe-

doria não iria se manifestar como ela é; pois uma parte da glória do atributo da sabedoria Divina é que ela é uma sabedoria santa. Semelhantemente, se a Sua santidade se manifestar, e não a Sua sabedoria, a glória de Sua santidade não iria se manifestar como ela é; pois uma coisa que pertence a glória da santidade de Deus é que ela é uma santidade sábia. Assim é com relação aos atributos de misericórdia e justiça. A glória da misericórdia de Deus não aparece como ela é, a não ser que seja manifesta como uma misericórdia justa, ou como uma misericórdia consistente com a justiça. E assim é com respeito à soberania de Deus, ela reflete a glória de todos os Seus outros atributos. E esta mesma soberania de Deus faz parte da glória da misericórdia de Deus, que é uma misericórdia soberana. Portanto, todos os atributos de Deus refletem a glória uns dos outros.

A glória de um atributo não pode ser manifestada, como ela realmente é, sem a manifestação de outro atributo. Um atributo é defeituoso sem outro, e, por conseguinte, a manifestação será defeituosa. Por isso, foi da vontade de Deus manifestar todos os Seus atributos. A glória declarativa de Deus nas Escrituras é muitas vezes chamada de: o nome de Deus, porque ele declara Sua natureza. Mas, se o Seu nome não significar a Sua natureza como ela é, ou não declarar qualquer atributo, ele não é um nome verdadeiro. A soberania de Deus é um dos Seus atributos, e uma parte da Sua glória. A glória de Deus eminentemente aparece em Sua soberania absoluta sobre todas as criaturas, grandes e pequenas. Assim como a glória de um príncipe está em seu poder e domínio, assim também a glória de Deus é a Sua soberania absoluta. Aqui aparece a infinita grandeza e majestade de Deus acima de todas as criaturas. Portanto, é da vontade de Deus manifestar a Sua soberania. E a Sua soberania, assim como seus outros atributos, é manifestada nos exercícios do mesmo. Ele glorifica o Seu poder no exercício do poder. Ele glorifica Sua misericórdia no exercício da misericórdia. Da mesma forma, Ele glorifica a Sua soberania no exercício da soberania.

2. A mais excelente criatura está sob Deus, que é soberano; e quanto maior for a posição em que ela aparece, mais gloriosa é a Sua soberania. A soberania de Deus em seu ser soberano sobre os homens, é mais gloriosa do que o ser soberano sobre as criaturas inferiores. E a Sua soberania sobre anjos é ainda mais gloriosa que a Sua soberania sobre os homens. Pois quanto mais nobre a criatura é, ainda maior e mais alta foi a manifestação de Deus em Sua soberania sobre ela.

É uma honra maior para um homem ter o domínio sobre outros homens do que sobre animais; e uma honra ainda maior ter domínio sobre príncipes, nobres e reis, do que sobre os homens comuns. Então a glória da soberania de Deus é demonstrada em Seu ser soberano sobre as almas dos homens, que são criaturas tão nobres e excelentes. Deus, portanto, vai exercer a Sua soberania sobre eles.

E quanto mais o domínio de alguém se estende sobre um outro, maior será a honra. Se um

homem tem domínio sobre outro apenas em alguns casos, ele não está ali muito exaltado, como em ter domínio absoluto sobre sua vida e fortuna, e tudo o que ele tem. Assim, a soberania de Deus sobre os homens se mostra gloriosa por se estender a todas as coisas que lhes dizem respeito. Ele pode dispor delas em relação a tudo o que lhes diz respeito, de acordo com o Seu próprio prazer. Sua soberania se mostra gloriosa no que abrange as suas questões mais importantes, até mesmo o estado eterno e condição das almas dos homens. Aqui vemos que a soberania de Deus é sem obrigações ou limites, na medida em que abrange a um caso de tamanha e infinita importância. Deus, portanto, em conformidade com o Seu desígnio manifestar a Sua própria glória, irá exercer a Sua soberania em relação aos homens, sobre as Suas almas e corpos, mesmo na mais importante questão de sua salvação eterna. Ele tem misericórdia de quem quer ter misericórdia, e endurece a quem quer.

APLICAÇÃO.

1. Assim aprendemos que somos absolutamente dependentes de Deus nesta grande questão da salvação eterna de nossas almas. Somos dependentes não só da Sua sabedoria para planejar uma maneira de realizá-la, e de Seu poder para efetuar-la, mas nós somos dependentes de Sua mera vontade e prazer em fazer isto. Nós dependemos da vontade soberana de Deus para todas as coisas que pertencem a ela, desde a fundação até à pedra do pináculo. Foi da vontade soberana de Deus, que Ele planejasse uma maneira de salvar qualquer um dentre a humanidade, e nos desse Jesus Cristo, Seu Filho unigênito, para ser o nosso Redentor. Por que Ele olhou para nós, e nos enviou um Salvador, e não aos anjos caídos? Foi por causa da vontade soberana de Deus. Foi de Seu soberano prazer escolher que meios empregar. O fato de Ele ter nos concedido a Bíblia, e as ordenanças da Religião, foi por Sua soberana graça. O Seu oferecimento destes meios para nós, mais do que quaisquer outros, o Seu oferecimento de influências de despertamento por meio de Seu Espírito, e Sua concessão de graça Divina, todos se dão apenas por Seu soberano prazer. Quando Ele diz: “Haja luz na alma de um alguém”, esta é uma palavra de poder infinito e graça soberana.

2. Vamos com a maior humildade adorar a terrível e absoluta soberania de Deus. Como acabamos de mostrar, é um atributo eminente do Ser Divino, a saber, que Ele é soberano sobre esses excelentes seres tais como as almas dos homens, e que, em todos os aspectos, inclusive no de sua salvação eterna. A grandeza infinita de Deus, e a Sua exaltação acima de nós, não aparece em nada mais do que em Sua soberania. Fala-se dela na Escritura como uma grande parte da Sua glória: “Vede agora que eu, eu o sou, e mais nenhum deus há além de mim; eu mato, e eu faço viver; eu firo, e eu saro, e ninguém há que escape da minha mão” (Deuteronômio 32:39). “Mas o nosso Deus está nos céus; fez tudo o que

lhe agradou” (Salmo 115:3). “Cujo domínio é um domínio sempiterno, e cujo reino é de geração em geração. E todos os moradores da terra são reputados em nada, e segundo a sua vontade ele opera com o exército do céu e os moradores da terra; não há quem possa estorvar a sua mão, e lhe diga: Que fazes?” (Daniel 4:34-35).

Nosso Senhor Jesus Cristo louvou e glorificou o Pai pelo exercício de Sua soberania na salvação dos homens: “Naquele tempo, respondendo Jesus, disse: Graças te dou, ó Pai, Senhor do céu e da terra, que ocultaste estas coisas aos sábios e entendidos, e as revelaste aos pequeninos. Sim, ó Pai, porque assim te aprouve” (Mateus 11:25-26). Vamos, portanto, dar a Deus a glória da Sua soberania, assim como adorar Aquele, cuja soberana vontade ordena todas as coisas, vendo a nós mesmos como sendo nada em comparação com Ele. Domínio e soberania exigem reverência humilde e honra. A soberania absoluta, universal e ilimitada de Deus requer que devamos adorá-LO com toda a humildade possível e reverência. É impossível que possamos exceder em humildade e reverência diante deste Ser, que pode dispor de nós, por toda a eternidade, da maneira que Lhe agradar.

3. Aqueles que estão em um estado de salvação atribuem à graça soberana somente, e dão todo o louvor Ele, que os faz diferente dos outros. Piedade não é motivo para se gloriar, a não ser em Deus: “Para que nenhuma carne se glorie perante ele. Mas vós sois dele, em Jesus Cristo, o qual para nós foi feito por Deus sabedoria, e justiça, e santificação, e redenção; para que, como está escrito: Aquele que se gloria glorie-se no Senhor” (1 Coríntios 1:29-31). Tal não é, por qualquer meio, em qualquer grau atribuído à sua piedade, seu estado e condições seguras e felizes, a qualquer diferença natural entre eles e os outros homens, ou a qualquer força ou justiça própria. Eles não têm nenhum motivo para exaltar-se, no mínimo grau; mas Deus é o Ser a quem eles devem exaltar. Eles devem exaltar a Deus, o Pai, que os escolheu em Cristo, que pôs o Seu amor sobre eles, e deu-lhes a salvação, antes deles nascerem e mesmo antes que o mundo existisse. Se perguntarem, por que Deus colocou Seu amor sobre eles, e os escolheu, em vez de outros, se eles pensam que podem ver qualquer causa fora de Deus estão muito enganados. Eles devem exaltar a Deus o Filho, que levou seus nomes em Seu coração, quando Ele veio ao mundo, e foi pendurado na cruz, e em Quem somente eles possuem justiça e força. Eles devem exaltar a Deus, o Espírito Santo, que por graça soberana os chamou das trevas para a Sua maravilhosa luz; que por Sua própria operação imediata e livre, levou-os a uma compreensão do mal e do perigo do pecado, e os resgatou de sua justiça própria, e abriu-lhes os olhos para contemplarem a glória de Deus, e as maravilhosas riquezas de Deus em Jesus Cristo, e os santificou, e os fez novas criaturas.

Quando eles ouvirem da maldade dos outros, ou olharem para pessoas viciosas, eles devem pensar quão ímpios uma vez foram, e quanto eles provocaram a Deus, e como eles

mereciam para sempre serem deixados por Ele a perecer no pecado, e que é somente a graça soberana que tem feito a diferença. Em 1 Coríntios 6:10 estão enumerados muitos tipos de pecadores: fornicadores, idólatras, adúlteros, efeminados, abusadores de si mesmos com a humanidade. E então, no versículo décimo primeiro, o apóstolo lhes diz: “E é o que alguns têm sido; mas haveis sido lavados, mas haveis sido santificados, mas haveis sido justificados em nome do Senhor Jesus, e pelo Espírito do nosso Deus”. O povo de Deus tem o maior motivo de gratidão, e a maior razão para amar a Deus, que tem lhes concedido tão grande e inefável misericórdia meramente por Sua vontade soberana.

4. Assim aprendemos por que causa temos de admirar a graça de Deus, pois Ele condescendeu a se ligar a nós por Pacto; pois Ele, que é, naturalmente, em Seu supremo domínio sobre nós, o nosso proprietário absoluto, e pode fazer conosco o que Lhe agrada, e não tem qualquer obrigação para conosco; pois deve, por assim dizer, abrir mão de Sua liberdade absoluta, e deixar de ser meramente soberano em Suas dispensas para com os crentes, quando uma vez eles têm crido em Cristo, e para sua mais abundante consolação, se ligam a Deus. Para que eles possam pleitear a salvação deste soberano; eles podem exigi-la por meio de Cristo, como uma dívida. E seria prejudicial para a glória dos atributos de Deus, negá-la a eles; seria contrário à Sua justiça e fidelidade. Que condescendência maravilhosa é a de tal Ser, ao assim, tornar-se vinculado a nós, vermes do pó, para o nosso consolo! Ele se comprometeu, por Sua Palavra e por Sua promessa. Mas Ele não ficou satisfeito; mas para que possamos ter consolação ainda mais forte, Ele obrigou a Si mesmo por Seu juramento: “Porque, quando Deus fez a promessa a Abraão, como não tinha outro maior por quem jurasse, jurou por si mesmo, dizendo: Certamente, abençoando te abençoarei, e multiplicando te multiplicarei. E assim, esperando com paciência, alcançou a promessa.

Porque os homens certamente juram por alguém superior a eles, e o juramento para confirmação é, para eles, o fim de toda a contenda. Por isso, querendo Deus mostrar mais abundantemente a imutabilidade do seu conselho aos herdeiros da promessa, se interpôs com juramento; para que por duas coisas imutáveis, nas quais é impossível que Deus minta, tenhamos a firme consolação, nós, os que pomos o nosso refúgio em reter a esperança proposta; a qual temos como âncora da alma, segura e firme, e que penetra até ao interior do véu, onde Jesus, nosso precursor, entrou por nós, feito eternamente sumo sacerdote, segundo a ordem de Melquisedeque” (Hebreus: 6:13-20).

Vamos, portanto, nos esforçar para nos submetermos à soberania de Deus. Deus insiste, que a Sua soberania seja reconhecida por nós mesmo neste grande assunto, um assunto que tão de perto e infinitamente nos interessa, como a nossa própria salvação eterna. Esta é a pedra de tropeço na qual milhares caem e perecem; e se continuarmos discutindo com Deus sobre a Sua soberania, isto será nossa ruína eterna. É absolutamente necessário que

nós venhamos a nos submeter a Deus, como nosso soberano absoluto, e o soberano sobre as nossas almas; como alguém que pode ter misericórdia de quem quer ter misericórdia, e endurecer a quem Ele quiser.

5. E, por último. Podemos fazer uso dessa doutrina para proteger aqueles que buscam a salvação de dois extremos opostos: presunção e desânimo. Não presuma sobre a misericórdia de Deus, para deste modo incentivar a si mesmo a continuar no pecado. Muitos ouvem que a misericórdia de Deus é infinita, e, portanto, acham que, se eles demorarem a procurar a salvação no presente, poderão buscá-la futuramente, pois assim Deus concederá Sua graça a eles. Mas considero que, embora a graça de Deus seja suficiente, contudo, Ele é soberano, e agirá por Seu próprio prazer se Ele irá salvar ou não. Se você adiar a salvação até daqui por diante, a salvação não estará em Seu poder. E se você deverá obtê-la ou não, será como um Deus soberano se agradar. Vendo, pois, que neste caso você está tão absolutamente dependente de Deus, é melhor seguir sua direção na busca, isto é, ouvir a Sua voz hoje: “Hoje, se ouvirdes a sua voz, não endureçais seu coração”.

Cuidado também com o desânimo. Acautele-se dos pensamentos de desespero, porque você é um grande pecador, porque você tem continuado por tanto tempo no pecado, tem se desviado, e resistido ao Espírito Santo. Lembre-se disto, que seja qual for o seu caso, e você um tão grande pecador, se você não tiver cometido o pecado contra o Espírito Santo, Deus pode conceder misericórdia a você sem o menor prejuízo para a honra da Sua santidade, que você tem ofendido; ou à honra de Sua majestade, que você tem insultado; ou à Sua justiça, que você se tem feito seu inimigo; ou de Sua verdade; ou de qualquer um de Seus atributos. Seja você o que puder, pecador, Deus pode, se Ele quiser, glorificar grandemente a Si mesmo na Sua salvação.

[Sermão IV de Dezesete Sermões Ocasionais, nas Obras de Jonathan Edwards, Volume II, The Banner of Truth Trust, Reimpresso 1995, pp 849-854].

O Que é Calvinismo?

O grande teólogo de Princeton, B. B. Warfield, descreve o Calvinismo da seguinte maneira:

“Calvinismo é o evangelismo em sua pura e única expressão estável, e quando dizemos evangelismo, nós falamos sobre pecado e salvação. Isso significa total dependência de Deus para a salvação. Implica, portanto, na necessidade de salvação e um profundo senso de essa necessidade, juntamente com uma igualmente profunda percepção de impotência na presença dessa necessidade, e total dependência de Deus para a sua satisfação. Seu tipo é encontrado no publicano que bateu no peito e clamou: “Ó Deus, tem misericórdia de mim, pecador!” [Lucas 18:13]. Nenhuma contestação sobre salvar a si mesmo, ou cooperação.

Deus salva-o, ou abre o caminho para Deus para salvá-lo. Não questiona-se qualquer coisa, mas “eu sou um pecador, e toda a minha esperança está em Deus, meu Salvador!”. Isso é o Calvinismo, e não apenas algo como o Calvinismo, ou uma aproximação do Calvinismo, mas o Calvinismo em sua manifestação vital. Onde quer que esta atitude do coração é encontrada e é dada expressão em termos diretos e inequívocos, há Calvinismo. Onde esta atitude da mente e do coração ausente, mesmo que em pequena medida, ali o Calvinismo tornou-se impossível”.

“O Calvinista, em uma palavra, é o homem que vê a Deus. Ele contemplou a Visão inefável, e ele não a deixará desaparecer por um momento de diante de seus olhos. Deus na natureza, Deus na história, Deus em graça. Em todo lugar ele vê Deus em Suas poderosas pegadas, em todos os lugares ele percebe a obra de Seu poderoso braço, o pulsar do Seu poderoso coração... Calvinismo é apenas o Cristianismo.”

John A. Broadus, um dos grandes e respeitados pais Batista do Sul, ao descrever o Calvinismo de Dr. James P. Boyce, seu companheiro-fundador do Seminário do Sul, disse:

“Esse sistema exaltado da verdade Paulina que é tecnicamente chamado de Calvinismo, compele um estudante sério à consideração profunda, e quando perseguido com uma combinação de pensamento sistemático e experiência fervorosa, enche seu peito dos pontos de vista mais inspiradores e enobrecedores sobre Deus e sobre o universo que Ele criou.”

Um Ensaio Sobre O Calvinismo

Patrick Hues Mell

Lido Perante O *Georgia Baptist Ministers' Institute*,

Em Marietta, GA., 13 de agosto de 1868.

Publicado por voto do Instituto Atlanta, GA: GEO. C. Connor, 1868.

“Calvinismo” foi designado a mim como o tema para um ensaio. Embora o assunto é abraçado em uma única palavra, os temas que ele contém são numerosos demais para admitir uma discussão detalhada dentro dos limites que me foram atribuídos. Meu ensaio, portanto, destacará apenas a dignidade das observações sobre o Calvinismo.

O que é o Calvinismo? É um sistema de doutrinas cridas estarem contidas na Bíblia, desenvolvido pela primeira vez de forma mais elaborada e consistente por João Calvino, e, portanto, chamado pelo seu nome. Este termo, no entanto, é usado como designação deste sistema de doutrinas unicamente por uma questão de conveniência, e não implica, de forma alguma, que qualquer uma dessas doutrinas se originaram com o Reformador de Genebra, ou que os Calvinistas são responsáveis por todos os sentimentos defendidos por ele.

A característica distintiva do Calvinismo é que ele sustenta a Soberania de Deus sobre todas as coisas, e o pecado não é uma exceção; e que Sua vontade é demonstrada ou de forma eficiente ou permissivamente em todas as existências e todos os eventos na terra. Deus não é apenas um Criador e Preservador, mas um Governante soberano e eficiente. Sua providência e Sua graça, portanto, controlam todas as coisas e eventos, grandes e pequenos, bons e maus, materiais e mentais. A partir de uma escolha inteligente, Ele permite que cada coisa nos homens seja moralmente errada, e por Sua graça, de forma eficiente opera neles tudo o que é moralmente certo. Como Criador, Preservador e Governador, Ele tem bastante inteligência para saber que Ele criaria; e Sua sabedoria e poder são adequados a todas as exigências do empreendimento em Sua incipiência, seu processo e sua consumação.

O mundo, portanto, em todos os seus detalhes físicos e morais, é exatamente como Deus projetou que fosse; e em todos os termos de sua história, em casos especiais, bem como os seus resultados gerais, ele vai realizar o que Ele projetou em sua criação, na sua preservação, e em seu governo. Ele não cometeu nenhum erro em Seu plano; portanto, nada acontece no Seu sistema de forma inesperada para Ele. Deus não é deficiente em poder, portanto, nada funciona ali à parte dEle. “Deus dispõe de e direciona para algum fim particular, cada pessoa e coisa a que ele deu, ou ainda está a dar, existência, e faz com que toda a criação seja subserviente a declarativa de sua própria glória”. “O Senhor fez

todas as coisas para atender aos seus próprios desígnios, até o ímpio para o dia do mal” (Provérbios 16:4). “Tudo o que o Senhor quis, fez, nos céus e na terra, nos mares e em todos os abismos” (Salmo 135:6). “O Senhor dos Exércitos jurou, dizendo: Como pensei, assim sucederá, e como determinei, assim se efetuará. Este é o propósito que foi determinado sobre toda a terra; e esta é a mão que está estendida sobre todas as nações. Porque o Senhor dos Exércitos o determinou; quem o invalidará? E a sua mão está estendida; quem pois a fará voltar atrás?” (Isaías 14:24-27). “Porque dele e por ele, e para ele, são todas as coisas; glória, pois, a ele eternamente. Amém” (Romanos 11:36).

Quanto às particularidades, e limitando nossa visão para o esquema de salvação, o Calvinismo ensina,

I. Em primeiro lugar, em relação aos homens em estado natural.

1. Que eles são totalmente depravados, totalmente destituídos de qualquer bem natural remanescente, ou qualquer centelha de graça. Esta depravação total não deve ser confundida com a corrupção, nem deve ser dito que os homens são tão depravado quanto eles podem ser; pois essa depravação total é consistente com a admissão de que eles têm sentimentos amáveis e conduta nobre entre si; mas esta depravação total deve ser entendida como uma destituição total de qualquer princípio de conformidade à Lei de Deus, que requer amor supremo a Deus, e conduta para com os homens reguladas por um objetivo de agradar a Deus e glorificá-LO. Deus não está em nenhum dos pensamentos do homem natural. “Porque eu sei que em mim, isto é, na minha carne, não habita bem algum” (Romanos 7:18).

2. Quanto à origem desta depravação, o Calvinismo ensina que foi a consequência do pecado de Adão. O progenitor da raça foi o cabeça federal dos seus descendentes, submetendo-se ao teste por todos. Seu pecado, portanto, foi imputado à sua posteridade; e em sua queda, eles também caíram. “Pela ofensa de um, veio o juízo sobre todos os homens para condenação” (Romanos 5:16).

3. Quanto aos meios de restauração, o Calvinismo ensina a total incapacidade do homem ajudar a si mesmo. Sendo pecador por caráter e conduta, nenhum homem é capaz de renovar os seus corações, nem fazer expiação pelos seus pecados. Mesmo após a expiação de Cristo ser oferecida no Evangelho para a sua aceitação, nenhum homem, sem a influência Divina, estará disposto a aceitar a Cristo como Salvador, nem ele é capaz de compreender experimentalmente a verdade como ela é em Jesus. “Ora, o homem natural não compreende as coisas do Espírito de Deus, porque lhe parecem loucura; e não pode entendê-las, porque elas se discernem espiritualmente” (1 Coríntios 2:14). Nesta condição,

e sem a influência Divina, ele nunca tentará glorificar a Deus e nada que eles possam fazer pode agradá-LO; pois “os que estão na carne não podem agradar a Deus” (Romanos 8:8).

4. Quanto à justificação, ensina que os homens são justificados para com Deus, através da justiça de Cristo imputada a eles. Nada do que eles podem fazer será aceito como fundamento da justificação; pois “pelas obras da lei nenhuma carne será justificada” [Gálatas 2:16, Romanos 3:20]. “Mas, àquele que não pratica, mas crê naquele que justifica o ímpio, a sua fé lhe é imputada como justiça” (Romanos 4:5). “Pela obediência de um muitos serão feitos justos” (Romanos 5:19). “Logo muito mais agora, tendo sido justificados pelo seu sangue, seremos por ele salvos da ira” (5:9). “Àquele que não conheceu pecado, o fez pecado por nós; para que nele fôssemos feitos justiça de Deus” (2 Coríntios 5:21). Assim também Davi declara bem-aventurado o homem a quem Deus imputa a justiça sem as obras” (Romanos 4:6). “Creu Abraão a Deus, e isso lhe foi imputado como justiça” (4:3). “Nós, a quem será tomado em conta, os que cremos naquele que dentre os mortos ressuscitou a Jesus nosso Senhor” (4:24).

Em segundo lugar, quanto à agência Divina no esquema da redenção, o Calvinismo ensina,

1. Que Deus é o autor eficiente de tudo que é moralmente bom na criatura. Tudo o que Ele faz em favor do homem, é feito de acordo com um propósito entretido desde a eternidade. Este propósito encontrou o seu desenvolvimento no pacto da redenção assumido pelas pessoas da Trindade, e sua execução na obra, assim, atribuído a eles distintamente. O Pai, como representante da Divindade, elaborou o plano e enviou seu Filho para executá-lo; o Filho, como o Substituto do pecador, fez expiação e efetuou uma justiça completa; e o Espírito aplica a obra de Cristo na regeneração, justificação, santificação e salvação do pecador.

O Calvinismo ensina também:

2. Que Deus prossegue na salvação dos pecadores em um plano definido que se estende a todos os detalhes. Na aliança da redenção que Ele deu ao Seu Filho um número definitivo da raça humana para ser Seu povo, a quem ele redimiria da maldição da Lei, os conduziria à novidade de vida pela regeneração, justificaria gratuitamente pela Sua graça, guardaria por Seu poder por meio da fé para a salvação, guiaria por Seu conselho, e depois os receberia na glória. “E aos que predestinou a estes também chamou; e aos que chamou a estes também justificou; e aos que justificou a estes também glorificou” [Romanos 8:30]. Aqueles, portanto, escolhidos e salvos, são designados não por causa da fé e boas obras previstas neles; mas, em parte, para que tenham fé e possam realizar boas obras. Os não escolhidos não são reprovados no sentido de que, eles são proibidos de buscar os benefí-

cios da salvação; nem no sentido de que qualquer influência seja transmitida a eles induzindo-os a rejeitar o Evangelho; mas no sentido em que, eles são simplesmente deixados e autorizados a seguir as suas próprias inclinações, sem qualquer influência invencível adequada para torná-los dispostos no dia do Seu poder. Nesta eleição e rejeição, Deus não é influenciado por qualquer diferença de caráter natural percebida em ambas as partes, nem por qualquer conduta prevista; mas apenas por Sua vontade, soberana e infinitamente sábia; e isso, também, para a manifestação de Suas gloriosas perfeições. “Pois diz a Moisés: Compadecer-me-ei de quem me compadecer, e terei misericórdia de quem eu tiver misericórdia” (Romanos 9:15). “E que direis se Deus, querendo mostrar a sua ira, e dar a conhecer o seu poder, suportou com muita paciência os vasos da ira, preparados para a perdição; para que também desse a conhecer as riquezas da sua glória nos vasos de misericórdia, que para glória já dantes preparou?” (9:22-23).

II. Embora este sistema, como um todo, seja sustentado pelo teor geral das Escrituras, e em todas as suas partes em passagens definidas, os homens às vezes hesitam em recebê-lo porque sérias objeções parecem estar contra ele. Todas essas objeções podem ser determinadas entre as três seguintes:

1. O sistema calvinista parece fazer de Deus o autor do pecado:
2. O Calvinismo parece mostrar Deus como um Ser parcial:
3. O Calvinismo parece dizer que Deus cria homens apenas para condená-los.

Antes de abordá-las em ordem, é bom ressaltar que essas objeções não caem exclusivamente contra o sistema Calvinista. Elas podem se mostrar tão fortemente contra o Arminiano, com outras tão graves objeções acrescentadas [Isto o presente escritor tem demonstrado em um trabalho publicado sobre a predestinação; a parte destinada a responder essas objeções pode ser lida neste contexto, se o Instituto desejá-lo]. A única maneira de escapar das objeções é negando, como fazem os Pelagianos e Socinianos, a presciência de Deus; e se a presciência for negada, então acarretará uma enxurrada de outras objeções mais urgentes e mais pesados ainda.

A grande dificuldade que encontram no sistema Calvinista é a soberania que ele atribui a Deus sobre o pecado; e a ocasião que oferece, portanto, para a objeção plausível que se o pecado existe por Sua vontade de propósito, ele é, então, se não o autor, pelo menos em algum sentido o favorecedor do mesmo. É fácil e seguro admitir que a Sua vontade é todopoderosa em tudo o que é moralmente bom; e que a Sua agência pode fazer com que Ele

seja eficiente na obtenção de tal bem sem violentar a liberdade humana; pois podemos facilmente ver como Ele pode legítima e filosoficamente operar nos homens tanto o querer como o efetuar, segundo a Sua boa vontade. Mas como podemos, de forma consistente com a visão correta de Seu caráter, dizer que de qualquer forma os homens maus executam ações perversas de acordo com a Sua vontade? Algo que pode nos ajudar a elucidar essa questão, é considerarmos ela em conexão com os dois exemplos mais proeminentes de pecado registrados na Bíblia:

1. O primeiro exemplo registrado: O pecado de Adão. Será que Deus não tem nenhuma volição a respeito de que este ocorresse? Será que Ele foi pego de surpresa? Tendo falhado em Sua primeira intenção, a saber, não ter nada, senão o bem em Seu sistema, Ele relutantemente se submeteu à existência do mal, e fazendo o melhor que podia nas circunstâncias, estabelece contra isso uma influência antagônica que deve travar uma luta, que depois de guerra precária de seis mil anos, deixa o pecado, se não triunfante, pelo menos não subjugado e não expulso. Será que Deus não sabia, antes de haver criado Adão, e o ter colocado no Jardim do Éden, que ele pecaria e cairia? Somos obrigados a responder afirmativamente, não só porque admitimos a infinita presciência de Deus, mas porque somos informados (2 Timóteo 1:9) que uma provisão foi feita na eternidade na expectativa deste evento; pois havia um propósito e uma graça que nos foi dada em Cristo Jesus antes dos tempos eternos. Será, então, que Ele não permitiu que Adão caísse em pecado? Temos que responder afirmativamente; pois, ao prever o evento, Ele poderia ter se recusado a criá-lo; ou Deus poderia ter mantido o tentador longe dele; ou Deus poderia tê-lo fortalecido contra seus ardis. Tendo permitido que Adão pecasse, este não irá fazê-lo? E tendo desejado permitir que ele pecasse, ele não assim o quis por necessidade; ou seja, como uma escolha de males que Ele não poderia escapar totalmente, ou Ele tem algum fim infinitamente glorioso a atingir, do que o pecado de Adão deveria ser a ocasião?

Nós não escapamos desta dificuldade negando que Adão era um agente livre, cuja natureza não foi o propósito de Deus violar; que ele foi colocado no Jardim do Éden, dotado de razão e de uma constituição moral, possuindo toda a luz necessária para discernir entre o certo e o errado, e depois de ter sido advertido com todos os motivos para impeli-lo a escolher o certo e rejeitar o mal, contudo Adão, em seguida, no exercício de sua liberdade nativa, em princípios muito naturais, por sua própria escolha voluntária, apesar da vontade de Deus por preceito, perversamente transgrediu e caiu. Tudo isso nós também admitimos e sustentamos; mas isso não remove a dificuldade. Deus não sabia, antes de o haver criado, que este agente voluntário ao qual Ele criaria, quando submetido a este teste que Ele iria impor-lhe, agindo sobre estes princípios naturais, transgrediria e cairia? Admitindo a presciência de Deus, temos que admitir que, antes que Ele criasse Adão, Ele já sabia que ele cairia, e quis permitir que isso acontecesse.

Pode qualquer razão ser sugerida pela qual Deus por Sua vontade de propósito deve ordenar que um evento tão hediondo e, em alguns aspectos, tão desastroso como o pecado de Adão viesse a ocorrer? Nós podemos, pelo menos, ver isso, a saber, que se o pecado não tivesse entrado no mundo, nem teria havido um Salvador. Deus não teria sido manifestado em carne. Cristo não teria sido anunciado como o Salvador dos pecadores. Os atributos de Deus não teriam sido exibidos e harmonizadas perante o universo inteligente pela cruz de Cristo, na qual a misericórdia e a verdade se reúnem, e justiça a paz se beijam. Sabemos que o universo inteligente ganhou infinitamente mais pela aquisição de Cristo do que perdeu pelo pecado de Adão. Agora, se Deus sabia desde a eternidade o valor infinito da missão de Cristo, e viu que o pecado do homem era necessário como sendo a ocasião para esta missão, por causa disso Deus necessariamente seria o autor ou o favorecedor do pecado pelo fato de que Ele resolveu permitir que Adão o cometesse?

O Calvinismo, ao mesmo tempo que afirma a soberania de Deus sobre o pecado, abominavelmente rejeita a suposição de que Ele tenta os homens, ou que opera sobre eles para influenciá-los a pecar. Em que sentido, então, é filosófico ou não-bíblico dizer que Deus, olhando para operação de Adão em seu caráter como um pecador, por Sua vontade de preceito, o proibiu, e, por Sua dispensação judicial, o castigou; mas considerando esta como a ocasião indispensável para a concessão da Sua gloriosa graça, pela Sua vontade de propósito, ordenou Deus, e em Sua providência, forneceu a ocasião para isso? E não é Calvinismo filosófica e bíblicamente sustentado, então, quando se discrimina entre a vontade de preceito de Deus e a Sua vontade de propósito, e afirmar que a primeira é a regra prescrita para o governo de Suas criaturas, e que quando violada, justamente traz condenação e punição sobre seus infratores, enquanto a última é uma regra para governar a Si mesmo, pela qual Ele irá infalivelmente assegurar se os homens obedecem ou pecam contra Ele? Se o simples fato de que Deus quis permitir que Adão pecasse, faz dEle o autor ou o favorecedor do pecado, então nenhum sistema de doutrina poderia escusá-LO de tal constrangimento exceto um que atribuímos a Ele profunda ignorância acerca deste acontecimento, tanto antes quanto no momento da sua execução, e isso seria bani-LO, como o Deus dos Epicureus, para alguma parte remota do Seu universo, longe de todo conhecimento dos assuntos humanos.

2. Um outro caso: passando sobre os muitos outros casos registrados na Bíblia que ilustram a doutrina da soberania de Deus sobre o pecado, vamos ao caso da crucificação de Cristo. Em relação a isso, sem hesitar, devemos admitir duas coisas: primeiro que a crucificação de Cristo foi o crime mais atroz, e um dos maiores desafios ao Céu, já registrado nos anais da Terra; e segundo, que, mesmo tão maligno como este ato foi, Deus ordenou que Ele deveria ocorrer justamente como aconteceu. Se os judeus não desprezassem e rejeitassem a Cristo, Ele não teria sido crucificado; e se Ele não tivesse morrido no lugar, no momento

e da forma em que Ele morreu, multidões de profecias teriam falhado em sua realização. O plano de resgate da misericórdia de Deus teria sido frustrado; e todos os homens teriam perecido em seus pecados. Devemos, portanto, hesitar em dizer que Deus ordenou a crucificação de Cristo, mesmo sendo este o ato mau que foi? E, devemos dizê-lo, será que de fato isso acusa a Deus de ser o autor ou o favorecedor desse crime horrível? Será que os apóstolos deturparam o Deus santo, ou admitiram que Ele era o autor ou favorecedor deste pecado atroz, quando eles disseram: “Porque verdadeiramente contra o teu santo Filho Jesus, que tu ungiste, se ajuntaram, não só Herodes, mas Pôncio Pilatos, com os gentios e os povos de Israel; para fazerem tudo o que a tua mão e o teu conselho tinham anteriormente determinado que se havia de fazer” (Atos 4:27-28)? será que Pedro fala imprudentemente, e admite com a sua interpretação terrível de que Deus foi o autor ou o favorecedor deste grande pecado, quando ele afirmou: “A este que vos foi entregue pelo determinado conselho e presciência de Deus, prendestes, crucificastes e matastes pelas mãos de injustos” (Atos 2:23)?

A afirmação de Pedro, quando analisada, contém três proposições. Primeiro, que os judeus agiram com perfeita liberdade quando crucificaram Cristo. Segundo, que Deus exerceu soberania total sobre o pecado deles. E terceiro, que a sua maldade não sofreu redução porque estava em harmonia com determinado conselho e presciência de Deus. E isso, de forma resumida, é a doutrina do Calvinismo. Mas como pode a soberania de Deus sobre o pecado e a livre-agência do homem serem ambas verdadeiras, e ainda Deus estar livre de toda cumplicidade para com o pecado? O Pelagianismo e o Socinianismo escapam desta dificuldade, apartando o Ser Supremo, em alguma forma de alguma ligação com as Suas criaturas, e banindo-O para alguma região remota do Seu universo, onde Ele é mantido em profunda ignorância dos pecados, pelo menos até depois de terem sido cometidos. O Arminianismo, ao mesmo tempo que admite a presciência de Deus, e admite que Ele permite a comissão do pecado, pensa que se escusa da vergonha por negar a soberania de Deus sobre o pecado. De acordo com este sistema, Deus torna o homem um agente livre, dá-lhe uma constituição que lhe permite fazer distinções morais, coloca diante dele o certo como distinto do errado, e oferece a ele motivos em forma de argumentos, convicções, avisos, ameaças e promessas de recompensa; mas Ele não tem de antemão nenhum propósito que se serve dos pecados dos homens. Tudo o que Ele faz, agindo simultaneamente com o pecado, é contê-lo; sobrepô-lo para o bem; e da melhor, maneira possível combatê-lo; e, em última instância, puni-lo. Mas o sistema Arminiano fecha estranhamente seus olhos para o fato de que, ao admitir a presciência de Deus e sua permissão do pecado, concede logicamente Sua soberania sobre ele. Antes que o mundo existisse, Ele sabia de antemão que Adão pecaria, e que os judeus crucificariam Cristo; e, na eternidade, resolveu permitir esses atos pecaminosos. Agora, se Ele assim resolveu por causa de objetivos inescrutáveis, como o Calvinismo afirma, ou por nenhuma razão além da mera determina-

ção em si, na visão do objetor para o Arminianismo, Ele está seriamente complicado com aqueles pecados. Se Ele resolveu permitir o pecado para fins ulteriores, então, aquele que se opõe ao Arminianismo pode culpá-lo de que ele retrata Deus como favorecendo o pecado, quanto ao bem de que isso é feito ocasião. Se Deus resolveu permitir o pecado sem nenhum motivo além da mera resolução em si, então o opositor poderá denunciar o Arminianismo por insinuar a proposição horrível que Deus resolveu permitir o pecado pelo simples prazer que Ele encontrou nele.

1. O Calvinismo defende que a livre-agência do homem ao praticar o pecado e que soberania de Deus sobre isto são verdadeiras, embora harmonizar estas duas coisas esteja acima das faculdades humanas. A consciência e a Palavra de Deus tanto nos asseguram de que quando pecamos contra Deus, nós o fazemos não por compulsão, mas de livre e espontânea vontade; e com razão as Escrituras ensinam que Deus é o soberano do universo, cumprindo os Seus propósitos nas coisas grandes e nas pequenas, por meio coisas ruins, tanto quando por meio de coisas boas, fazendo com que a ira do homem O louve, e restringindo o restante desta [veja Salmos 76:10]. Será que Deus, que por Seu determinado conselho e presciência entregou a Cristo, autorizou os judeus a crucificá-LO ou colocou em seus corações que eles fizessem isto? O Calvinismo, abominavelmente e com ênfase, responde que não! Como, então, Deus pode assegurar o Seu determinado conselho nas ações perversas de agentes livres sem influenciá-los nessas ações? O Calvinismo não tem resposta para dar. Esta é uma das coisas profundíssimas que a mente humana não pode sondar; uma coisa altíssima de modo que ela não pode alcançar. Mas a nossa falta de capacidade não deve corromper a verdade. Que mente humana pode formar uma concepção do Deus Uno e Trino que poderá ser transferida para a tela? Mas Aquele que renovou o coração não demonstrou, em sua experiência, a subsistência da Divindade nas pessoas do Pai, do Filho e do Espírito Santo? Assim, sabendo por meio da consciência e da Palavra de Deus que somos agentes livres; crendo por meio da razão e da Escritura que Deus é soberano e todo-poderoso, que realiza todo o Seu beneplácito; e vendo, o que Deus diz a partir de Seu tratamento para com o pecado, e entendendo que Ele não é nem o autor nem o favorecedor do mesmo; nós podemos muito bem nos recusarmos a refutar qualquer ou todas estas verdades, tão claramente reveladas e tão facilmente compreendidas, porque ali brota de sua combinação outra questão relativa ao funcionamento da Mente Infinita, e as operações do Infinito Agente, que as nossas mentes ignorantes e finitas não podem resolver.

2. A segunda objeção, a saber: O Calvinismo representa a Deus como um Ser parcial, e se deriva de uma confusão de ideias, ou de uma má compreensão dos termos. Parcialidade resulta de alguma qualidade no objeto, ou ligada a ele, para atrair favor. Agora, o Calvinismo ensina que todos os homens são igualmente destituídos de tal qualidade; e todos são

igualmente objetos da condenação e desfavor de Deus. Ele sente que, por isso, não faz acepção de qualquer um; pois todos são, por natureza, filhos da ira. Ele escolhe alguns para a salvação e vida eterna; não porque ele sente qualquer complacência peculiar em relação a eles, mas influenciado unicamente pelo beneplácito de Sua vontade, para louvor e glória da Sua graça. Ele tem uma razão, infinitamente sábia, para escolher um e rejeitar o outro; mas essa razão, não deve ser encontrada no caráter do escolhido. A própria declaração da doutrina Calvinista, portanto, é uma resposta suficiente para a oposição. Se isso não for satisfatório, vamos expor a falácia da objeção de outra maneira. Deus tem, para com alguns, um amor de benevolência, que é exibido em escolhê-los para a vida eterna. É isso, pode, propriamente, ser chamado de parcialidade? Muito bem chame-o assim, se você o quiser. Então, isto torna-se uma proposição a ser refutada, se negada, e não uma série de palavras a serem moldadas em forma de uma oposição a si mesmas.

3. A objeção de que Deus parece, segundo a visão deste sistema, criar homens meramente para condená-los, não está contra o Calvinismo, por causa de qualquer diferença essencial entre ele e o Arminianismo. Na verdade, nenhum sistema, reconhecendo punições futuras, pode inteiramente escapar, exceto por uma negação da presciência de Deus. Se decretar, desde a eternidade, permitir que os homens sigam as suas próprias inclinações, e puni-los por seus pecados, é equivalente a resolver criar homens apenas para condená-los, então, saber de antemão desde a eternidade, que se eles fossem criados, eles iriam, assim perecer, e resolver criá-los, não obstante, ainda que não houvesse necessidade invencível de fazê-lo, é equivalente à mesma coisa. Nós não nos esquivamos desta dificuldade, ao abandonar a nossa base e ir para o Arminianismo. A única maneira de escapar é acreditar como os universalistas que não há punições futuras; ou, com os Pelagianos que não há presciência Divina. Mas, nenhuma dessas opiniões é a que podemos receber, posto que a Bíblia nos ensina que aqueles que não creem serão condenados; e, que Deus conhece todas as todas as Suas obras, desde o princípio.

III. Enquanto o apoio bíblico para o sistema Calvinista é amplo e completo, e a razão pode fornecer argumentos mui irrefutáveis, a partir de premissas admitidas, para sustentá-lo, o sistema encontra não pouca confirmação a partir do caráter de sua influência e os efeitos.

Deverá, sem dúvida, ser admitido que, em suas vidas, os Calvinistas, como uma classe, não ficam abaixo do padrão de moralidade e piedade, atingido pelos defensores de outros sistemas; e, que em boas obras, e em empreendimentos de benevolência, eles não são ultrapassados por aqueles que discordam deles. Nós renunciemos, portanto, a todos os argumentos sobre este ponto. Pois, sem dúvida, ele será prontamente admitido por todas as pessoas inteligentes e sinceras, que Antinomianos e Fatalistas são tão essencialmente diferentes de Calvinistas, como o são de Arminianos ou Pelagianos.

1. Qual é a influência do Calvinismo sobre os não-convertidos? Sua tendência é produzir neles essa convicção, sem a qual não podem ser induzidos a dar o primeiro passo no sentido de alcançar a salvação operada por Cristo. A grande dificuldade no caminho de sua rápida ação é a esperança oculta, se não a crença, de que o seu caso não é desesperado; que os seus pecados não são tão abomináveis, mas que eles podem ser evitados, muito facilmente. Em seu delírio, eles supõem que só é necessário que eles usem a sua vontade e queiram, o que eles podem facilmente fazer a qualquer momento; e pôr em execução sua resolução, que está também, completamente em seu poder; e sua salvação está ao mesmo tempo garantida. Eles, portanto, agem de acordo com o princípio de que durante a sua caminhada não há grande risco por adiarem a salvação para uma época mais conveniente. “Dá-me”, dizem eles, “mas um dia de advertência, quando eu estiver no meu leito de morte, e eu me reconciliarei e farei a minha paz com Deus”. Agora, deixe que a doutrina que o Calvinismo ensina seja recebida pelo pecador, e sua auto-complacência chegará ao fim, e seu senso de segurança se vai. Vendo que ele é totalmente destituído de qualquer bem e que ele está indesculpavelmente complicado devido aos seus pecados terríveis e que ele é totalmente desamparado, então, ele se abomina e se arrepende no pó e na cinza, e clama a Deus por ajuda. Não há compensação a isso a dizer que os pecadores que ouvem as doutrinas Calvinistas alegam que se tais coisas são verdadeiras, não há, de modo algum, necessidade de qualquer ação de sua parte; uma vez que, se quiserem ser salvos, eles serão, de qualquer forma. Esta não é a língua de um homem sincero, que crê na doutrina de sua própria pecaminosidade, e desamparo, mas a de um descrente, que pensa que por este fingimento *reductia ad absurdum*, ele pode melhor neutralizar os golpes da verdade, e melhor, manter-se na determinação de adiar a sua salvação, e continuar no pecado. Alguém que está em águas profundas, longe da costa, sentirá pouca ou nenhuma preocupação, desde que ele esteja convencido de que a água não é profunda, ou que por alguns golpes musculares, dirigidos por sua própria vontade, ele pode chegar onde seu pé pode ser firmar. Mas, deixe-o sentir que ele está em profundezas insondáveis, e que sua habilidade e força são menos do que nada; e ele fará ecoar seus gritos de socorro debaixo da abóbada celeste. Então o Calvinismo ensina que o pecador está totalmente perdido, e que somente em Deus está a sua ajuda; e o exorta a olhar para Deus, e a clamar por Ele.

2. O pecador despertado está em perigo de ser levado a um refúgio da mentira. O mais comum é a tentação de tornar a si mesmo o objeto de sua confiança. Ele está em perigo de fazer do que ele faz, ou do que ele sente, ou de ambos, um substituto para o seu Salvador. Ele tem feito certas coisas, ele tem experimentado certos sentimentos, e ele está em um determinado estado. Ele se sentiu, a princípio, muito mau, e, em seguida, por uma transição súbita, muito bom, por isso, ele foi aceito. O Calvinismo diz a ele, que nem atos e nem sentimentos, e nem circunstâncias, mas somente Cristo é o seu Salvador; que, neste momento, não há nada para ele fazer, senão crer em Jesus. Assim como ele está, ele deve

aceitar a Cristo como seu Salvador; pois, “àquele que não pratica, mas crê naquele que justifica o ímpio, a sua fé lhe é imputada como justiça” [Romanos 4:5]. A partir daqui, se não na teoria, pelo menos experimentalmente, ele pode receber as doutrinas Calvinistas a respeito de sua pecaminosidade e impotência; da graça soberana de Deus; e de uma justiça adquirida para ele por Cristo, e imputada a ele por meio de sua crença, ele pode obter conforto das Escrituras, e a vida eterna.

3. O sistema encontra confirmação na experiência do Cristão. Apenas enquanto ele admite, em toda a sua força, a depravação total do seu coração, por natureza, ele experimenta o que é a humildade e humilhação. Então ele não tem dúvida de que Deus, por Sua própria graça soberana, sem qualquer mérito previsto ou percebido nele, o regenerou pelo Seu Espírito, e o adotou para a Sua família, e, assim, ele experimenta as profundezas da gratidão, e atribui louvor a Deus por sua salvação. Portanto, longe de ser paralisado por um sentimento de dependência de Deus, é somente quando ele admite, em toda a sua força, que é Deus quem opera nele o querer e o efetuar, que ele passa a operar a sua própria salvação com temor e tremor. Ele sabe, e demonstra, em sua própria experiência, o paradoxo de Paulo: “Quando estou fraco então sou forte” [2 Coríntios 12:10]. Posto sobre seus joelhos, ele nunca usa a linguagem do fariseu: “Deus, graças te dou porque não sou como os demais homens” [Lucas 18:11]; mas, sim, o sentimento do poeta:

*Porque eu fui levado a ouvir a Sua voz,
E entrar enquanto havia espaço;
Enquanto milhares fazem uma escolha infeliz,
E, preferem morrer de fome do que vir?
Foi o mesmo amor que preparou a festa,
Que docemente me forçou a entrar;
De outro modo eu teria recusado,
E perecido em meu pecado.*

Em suas confissões, ele admite a sua ignorância, sua depravação natural, e seu desamparo, e olha para Deus, não só buscando o perdão, mas para ajuda-lo, nas suas petições ele reconhece a soberania de Deus. Será que ele pede bênçãos confiando em si mesmo? Ele não baseia a sua confiança em nenhum mérito próprio, nem mesmo minimamente, mas somente nos méritos de Cristo, e sobre o livre e imerecido favor de Deus. Será que ele suplica bênçãos a outros? Ele apela a Deus baseado na suposição de que Ele governa sobre todas as coisas. Sem reserva, ele Lhe pede para renovar os corações dos seus amigos não-convertidos; para dar-lhes convicção, e arrependimento, e fé; e para atraí-los por cordas de amor. Qualquer que seja a crença teórica do Cristão, em suas orações, ele age sobre o pressuposto de que a salvação dele mesmo, e dos outros, pertence completamente a Deus.

4. As doutrinas do Calvinismo, se cridas, são um remédio soberano contra as duas grandes heresias no assim chamado mundo Cristão, a saber: o ritualismo, ou salvação sacramental, por um lado, e o racionalismo, por outro; o primeiro brota da superstição, e o outro é produto da infidelidade. No primeiro, um mero exercício corporal, a cerimônia e as manipulações do sacerdote, substituem a obra do Espírito e a experiência do coração: o último faz da religião um mero exercício intelectual, e exalta a razão acima da autoridade da Palavra de Deus. Rejeitando tudo na Bíblia que está acima da compreensão humana, ele seleciona, do compreensível, só o que ratifica o entendimento racional e adequado. Uma salvaguarda infalível contra cada um deles é o Calvinismo, se suas doutrinas forem cordialmente abraçadas. Ninguém que aceita, em sua plenitude, as doutrinas da depravação humana e da necessidade de uma mudança operada por uma agência sobrenatural, ninguém que crê na regeneração efetuada pelas operações misteriosas do Espírito de Deus, e na justificação pela justiça imputada de Cristo, em suma, ninguém que acredita em uma religião espiritual e que a graça reina pela justiça para a vida eterna, por Jesus Cristo, nosso Senhor, pode jamais ser tolo o suficiente para arriscar a salvação de sua alma confiando em formalidades e cerimônias; ou tornar-se presunçoso o suficiente a ponto de prescrever o que Deus deve ensinar ou rejeitar qualquer coisa que Ele revelou, pelo fato disto não atender às demandas de sua razão finita. Em vez disso este homem diria: “Seja Deus verdadeiro, e todo o homem mentiroso” [Romanos 3:4]. É verdade que algumas das “igrejas Reformadas”, que possuem o sistema Calvinista, têm, em seus formulários, expressões que parecem indicar que o batismo, administrado a crianças inconscientes, de alguma forma, operará a regeneração de suas almas. Mas isso resulta do fato de que, inconsistente, trouxeram com eles, a partir de Roma, esta relíquia do Papado. Sob a influência, no entanto, do Calvinismo pregam que estas afirmações tornaram-se letra morta; pois seus defensores inteligentes buscam dar-lhes explicações, e com indignação negam, que, em sua prática, eles são influenciados por qualquer dogma antibíblico e inconsistente.

5. Este não é argumento a ser ignorado a favor do sistema Calvinista de que, como um de seus efeitos, ele apresenta Deus em um aspecto digno e honrado. É certamente uma visão digna de Deus, ao mostrá-LO como um governante soberano e eficiente, que realiza tudo o que Lhe apraz e nunca é frustrado; que é o autor de todo o bem que há em seu sistema e que é especialmente quem tem o mérito e todo o louvor da nossa salvação. Que contraste há entre este sistema e aquele que representa a Deus como ansioso e impotente, como quem espera com solicitude para que os homens deem a Ele um pretexto para interpor, fazendo, passando um decreto a seu favor, sobre a suposição de que eles forneceram ocasião justificável para isso, e, em seguida, reconsiderando reverter o mesmo decreto, quando Ele descobrisse que havia agido por motivos insuficientes; e todo o tempo, cercado por confusão inextricável, que uma necessidade invencível O impedia de diminuir, e que Ele deve contentar-se com a relutância humana, e passar a buscar resultados que são

atingíveis, já que Ele não pode assegurar algo maior e melhor. Tal Deus, impotente, e subordinado, e mutável, e dependente de contingências que Ele não ordenou, e distraído pela confusão que Ele não pode controlar, não é o Deus do Calvinismo. O nosso Deus está nos Céus; faz tudo o que Lhe agrada. Porque dEle e por Ele, e para Ele, são todas as coisas; glória, pois, a Ele eternamente. Amém.

Em conclusão, torna-se uma questão séria e prática, que nós devemos fazer dessas doutrinas a base de todas as nossas ministrações no púlpito. Se isto é, de fato, o sistema evangélico, sustentado por tais argumentos, e atestado por tais efeitos, cada ministro deve ser imbuído com o seu espírito, e adornado com a sua panóplia. Não é necessário, de fato, que devemos apresentar as suas verdades sempre em forma de dogmática ou polêmica teológica, porém, mesmo estas não devem ser totalmente negligenciadas, se nosso povo não é, ainda, totalmente doutrinado, contudo nossos ouvintes nunca devem ser deixados com alguma dúvida quanto às verdades fundamentais, de que os pecadores são totalmente depravados, e totalmente desamparados; que os homens devem ser regenerados pelo Espírito de Deus; e serem justificados pela justiça de Cristo imputada a eles, antes que eles possam obter o favor de Deus; que o povo de Deus foi criado por Ele, em Cristo Jesus, para as boas obras, as quais Ele de antemão Deus preparou para que andássemos nelas, e que eles são preservados pelo poder de Deus, mediante a fé, para a salvação por este Deus que é o soberano do universo, e autor de todas as coisas, moralmente boas, na criatura. Em suma, que o pecador arruinou a si mesmo, mas em Deus está a sua ajuda. E, certamente, não prejudicará a eficiência do próprio ministro, o fato dele lembrar-se sempre de que sua capacidade vem de Deus.

Savannah, Georgia:
J. H. Estill, Impressora Pública.
1875.

Uma Defesa do Calvinismo

Por C. H. Spurgeon

[Nota: Esta mensagem foi extraída da Autobiografia de C. H. Spurgeon, Volume 1]

É algo grandioso iniciar a vida Cristã crendo em boa e sólida doutrina. Algumas pessoas têm recebido vinte diferentes “evangelhos” em alguns anos; quantos mais eles aceitarão antes de chegar ao final de sua jornada, seria difícil de prever. Agradeço a Deus que Ele cedo me ensinou o Evangelho, e eu tenho estado tão perfeitamente satisfeito com ele, que eu não careço de qualquer outro. A mudança constante de credo resultará certamente em perdas. Se uma árvore tiver que ser arrancada duas ou três vezes por ano, você não precisará construir um grande depósito para armazenar as maçãs. Quando as pessoas estão sempre mudando seus princípios doutrinários, elas não são susceptíveis de produzir muito fruto para a glória de Deus. É bom que os jovens crentes comecem com um firme apego àquelas grandes doutrinas fundamentais que o Senhor nos ensinou em Sua Palavra. Por que, se eu cresse no alguns pregam sobre a salvação temporária, passageira, que dura apenas por um momento, eu dificilmente seria grato por isso; mas quando sei que aqueles a quem Deus salva, Ele salva com uma salvação eterna, quando sei que Ele lhes dá uma justiça eterna, quando eu sei que Ele estabelece-os sobre um eterno fundamento de amor sem fim, e que Ele os trará para o Seu reino eterno, oh! então maravilho-me, e assombro-me que uma bênção como esta pudesse ter sido alguma vez dada a mim!

*“Silêncio, minh'alma! Adore, e maravilhe-se!
Pergunte: 'Oh! por que tão grande amor para comigo?'
A graça colocou-me no número
Da família do Salvador: Aleluia!
Graças, graças eternamente, a Ti!”*

Eu suponho que haja algumas pessoas cujas mentes naturalmente se inclinam em direção à doutrina do livre-arbítrio. Eu apenas posso dizer que a minha se inclina mui naturalmente para as Doutrinas da Graça Soberana. Às vezes, quando vejo na rua algumas das piores pessoas, eu sinto como se meu coração devesse irromper em lágrimas de gratidão por Deus nunca ter me deixado agir como aquelas pessoas! Eu tenho pensado que se Deus tivesse me deixado sozinho e não tivesse me tocado por Sua graça, que grande pecador eu teria sido! Eu teria ido o mais longe possível no pecado, mergulhado nas profundezas do mal, nem eu teria parado qualquer vício ou loucura se Deus não me tivesse impedido. Eu sinto que eu teria sido um rei dos pecadores, se Deus me tivesse deixado sozinho. Eu não consigo entender a razão pela qual sou salvo, exceto sobre o fundamento que Deus

quis que fosse assim. Eu não posso, mesmo se eu buscar mui sinceramente, descobrir qualquer tipo de razão em mim mesmo pela qual eu deveria ser um participante da Divina graça. Se não estou neste momento sem Cristo, é somente porque Cristo Jesus cumpre a Sua vontade em mim, e esta vontade foi que eu estivesse com Ele onde Ele está, e devesse compartilhar de Sua glória. Eu não posso colocar a coroa em nenhum outro lugar, senão sobre a cabeça dAquele cuja graça poderosa me salvou de ir para dentro do abismo.

Olhando para o meu passado, eu posso ver que o alvorecer de tudo foi a partir de Deus e de Deus eficazmente. Eu não tomei nenhuma tocha para acender o sol, foi o sol que me iluminou. Eu não comecei a minha vida espiritual, não, antes, eu preferia recalcitrar e lutar contra as coisas do Espírito, quando Ele me chamou, em um tempo que eu não corria após Ele; havia um ódio natural em minha alma em relação a tudo que é santo e bom. Advertências eram ineficazes quanto a mim, alertas eram lançados ao vento, trovões eram desprezados; e quanto aos sussurros de Seu amor, eles foram rejeitados como sendo menos do que nada e vaidade. Mas, seguro estou, eu posso dizer agora, falando em nome de mim mesmo, “Ele somente é a minha salvação”. Foi Ele Quem transformou meu coração, e me trouxe de joelhos diante dEle. Eu posso, verdadeiramente, dizer com Doddridge e Toplady:

*“A graça ensinou minha alma a orar,
E fez meus olhos transbordarem,”*

E, chegando a este ponto, posso acrescentar:

*“Esta graça tem me preservado até hoje,
E não me abandonará.”*

Bem posso lembrar-me da maneira pela qual eu aprendi as Doutrinas da Graça em um único instante. Como todo homem, por natureza, eu nasci Arminiano, eu ainda acreditava nas velhas coisas que eu ouvira continuamente a partir do púlpito, e não via a graça de Deus. Quando eu estava vindo para Cristo, eu pensei que estava fazendo tudo sozinho, e embora eu buscasse ao Senhor sinceramente, eu não tinha ideia de que o Senhor estava me buscando. Eu não acho que o jovem convertido é a princípio consciente disso. Lembro-me de no mesmo dia e hora em que eu primeiramente recebi aquelas verdades em minha própria alma, quando elas foram, como diz John Bunyan, queimadas em meu coração como com um ferro quente, e lembro-me como eu senti que eu havia crescido, de repente, de um bebê a um homem; que eu havia feito progressos no conhecimento das Escrituras, por ter encontrado, de uma vez por todas, a chave para a verdade de Deus. Em uma noite, durante a semana, quando eu estava sentado na casa de Deus, eu não estava pensando muito sobre o sermão do pregador, porque eu não cria naquilo. O pensamento me ocorreu: “Como

você veio a ser um Cristão?”, “Busquei ao Senhor”, respondi eu. “Mas como você veio a buscar o Senhor?”. A verdade passou pela minha mente em um momento, eu não teria procurado por Ele, a menos que tivesse havido alguma influência prévia em minha mente para me fazer buscá-IO. “Eu orei”, pensei eu, mas então eu me perguntei: “Como cheguei a orar?”, “Fui induzido a orar pela leitura das Escrituras”, repliquei comigo mesmo. “Como vim a ler as Escrituras? Eu li, mas o que me levou a fazer isso?”. Então, em um momento, eu vi que Deus estava no princípio de tudo isso, e que Deus era o Autor da minha fé, e assim toda a Doutrina da Graça se abriu para mim, e desta Doutrina eu não me afastei até o presente, e desejo fazer desta a minha confissão constante: “Eu atribuo a minha conversão inteiramente a Deus”.

Uma vez fui a um culto onde o texto era: “Escolherá para nós a nossa herança” [Salmos 47:4]; e o bom homem que ocupava o púlpito era um Arminiano. Assim, quando ele começou, disse: “Esta passagem se refere totalmente à nossa herança física, ela não tem relação com o nosso destino eterno, pois”, disse ele, “nós não carecemos que Cristo escolha para nós na questão do Céu ou inferno. É tão simples e fácil, que todo homem que tem um pouco de senso comum escolherá o Céu, e qualquer pessoa compreenderia que não deve escolher o inferno. Nós não temos nenhuma necessidade de alguma inteligência superior, ou de qualquer grandioso Ser, para escolher o Céu ou o Inferno por nós. Isso é deixado ao nosso próprio livre-arbítrio, e temos bastante sabedoria dada a nós, e meios corretos para julgar por nós mesmos”, e, portanto, como ele muito logicamente inferiu, não havia necessidade de que Jesus Cristo, ou que qualquer outra pessoa, fizesse uma escolha por nós. Nós poderíamos escolher a herança por nós mesmos sem qualquer auxílio. “Ah!”, eu pensei, “mas, meu bom irmão, pode ser bem verdade que nós poderíamos, mas eu acho que nós precisaríamos de algo mais do que o senso comum antes que pudéssemos escolher corretamente”.

Em primeiro lugar, deixe-me perguntar: não devemos, todos nós, admitir uma soberana providência, e a designação da mão de Jeová, como os meios pelos quais nós viemos a este mundo? Aqueles homens que pensam que, posteriormente, nós somos deixados em nosso livre-arbítrio para escolher isso ou aquilo para dirigir os nossos passos, devem admitir que nossa entrada no mundo não ocorreu a partir de nossa própria vontade, mas que Deus teve, então, que escolher por nós. Que circunstâncias eram aquelas em nosso poder que nos levaram a eleger certas pessoas para serem nossos pais? Ele não poderia me fez nascer com a pele de um africano, nascido de uma mãe ímpia que cuidaria de mim em sua “tribo”, e me ensinaria a curvar-me diante de deuses pagãos, tão facilmente como me concedeu a uma mãe piedosa, que a cada manhã e noite dobraria seus joelhos em oração por mim? Ou, talvez Ele, se tivesse do Seu agrado, não poderia dar-me algum libertino para ter sido meu pai, de cujos lábios eu poderia ter desde cedo ouvido temerosas e imundas

obscenidades? Deus não poderia ter me colocado onde eu poderia ter tido um pai bêbado, que teria me enclausurado no próprio calabouço da ignorância, e me conduzido às cadeias do crime? Não foi a providência de Deus que eu tivesse uma tão feliz porção, que os meus pais fossem Seus filhos, e se que se esforçaram para me educar no temor do Senhor?

John Newton costumava contar e rir de uma história curiosa sobre uma boa mulher que disse, a fim de provar a doutrina da eleição: “Ah! senhor, o Senhor deve ter me amado antes de eu nascer, ou então Ele não teria visto nada em mim para me amar depois”. Tenho certeza de que isso é verdade no meu caso; eu creio na doutrina da eleição, porque estou certo de que, se Deus não me tivesse escolhido, eu nunca O teria escolhido; e tenho certeza que Ele me escolheu antes de eu nascer, ou caso contrário Ele nunca teria me escolhido depois; e Ele deve ter me eleito por razões desconhecidas para mim, pois eu nunca poderia encontrar qualquer razão em mim mesmo pela qual Ele deveria ter olhado para mim com amor especial. Então, eu sou obrigado a aceitar esta grande doutrina bíblica.

Lembro-me de um irmão Arminiano me dizendo que ele tinha lido as Escrituras por muitas e muitas vezes, e nunca conseguiu encontrar a doutrina da eleição nelas. Ele acrescentou que ele estava certo de que ele a teria encontrado se ela estivesse ali, pois ele lia a Palavra de joelhos. Eu disse a ele: “Eu acho que você lê a Bíblia em uma postura muito desconfortável, e se você tivesse lido em sua poltrona, teria sido mais provável que você a compreendesse. Ore por todos os meios, e quanto mais, melhor, mas é uma certa superstição pensar que há alguma coisa na postura em que o homem se coloca para a leitura, e quanto a ter lido toda a Bíblia vinte vezes sem ter encontrado nada sobre a doutrina da eleição, a maravilha é se você encontrou alguma coisa em absoluto. Você deve ter galopado através dela a um ritmo tal que não era susceptível de ter qualquer ideia inteligível sobre o sentido das Escrituras”.

Se seria maravilhoso ver um rio saltar caudaloso da terra, o que seria contemplar um vasto manancial do qual todos os rios da terra imediatamente irrompessem borbulhando, um milhão deles emergindo? Que visão isso seria! Quem pode concebê-lo? E ainda assim, o amor de Deus é aquela fonte, a partir da qual todos os rios da misericórdia têm alegrado a nossa raça, da qual todos os rios da graça no tempo, e de glória no porvir têm a sua origem. Minha alma, detém-te naquele manancial sagrado, e adore, e magnifique, para todo o sempre a Deus, o nosso Pai, que nos amou!

No início, quando este grande universo estava na mente de Deus, como florestas não nascidas; muito tempo antes dos ecos acordarem as solidões; antes que os montes nascessem; e longo antes que a luz brilhasse através do céu, Deus amou as Suas criaturas escolhidas. Antes que houvesse algum ser criado, quando o éter não era agitado pela asa

de um anjo, quando o espaço em si não tinha uma existência, quando havia nada exceto Deus somente, mesmo então, naquela solidão da Deidade, e naquela intensa calma e profundidade, as Suas entranhas se moviam com amor por Seus eleitos. Seus nomes estavam escritos em Seu coração, e, Eles eram, então, queridos de Sua alma. Jesus amou Seu povo antes da fundação do mundo, desde a eternidade! e quando Ele me chamou pela Sua graça, Ele me disse: “Porquanto com amor eterno te amei, por isso com benignidade te atraí” (Jeremias 31:3).

Depois, na plenitude do tempo, Ele me comprou com o Seu sangue; Ele deixou que o Seu coração sangrasse em uma profunda ferida aberta por mim, muito antes que eu O amasse. Sim, quando Ele veio pela primeira vez até mim, eu não O desprezei? Quando Ele bateu na porta e pediu para entrar, eu não O afastei, e desprezei, apesar de Sua graça? Ah, eu posso me lembrar que eu muitas vezes o fiz, até que, finalmente, pelo poder de Sua graça eficaz, Ele disse: “Eu devo, eu entrarei”, e então Ele converteu o meu coração, e me fez amá-IO. Mas, mesmo até agora eu teria resistido a Ele, se não fosse por Sua graça. Bem, em seguida, uma vez que Ele me comprou quando eu estava morto em pecados, não se segue, como consequência necessária e lógica, que Ele deve ter me amado primeiro? Será que meu Salvador morreu por mim, porque eu cria em Deus? Não; eu nem existia, então; eu tinha nenhuma existência nessa ocasião. Poderia o Salvador, portanto, ter morrido, porque eu tinha fé, quando eu ainda não havia nascido? Isso seria possível? Isso poderia ter sido a origem do amor do Salvador por mim? Oh! não; meu Salvador morreu por mim muito antes que eu crescesse. “Mas”, diz alguém, “Ele previu que você teria fé, e, portanto, Ele te amou”. O que Ele previu sobre a minha fé? Ele previu que eu deveria ter fé de mim mesmo, e que eu deveria crer nEle a partir de mim mesmo? Não; Cristo não poderia prever isso, porque nenhum Cristão alguma vez dirá que sua fé se originou em si mesmo sem o dom e sem a ação do Espírito Santo. Encontrei-me com um grande número de crentes, e conversei com eles sobre este assunto; mas eu nunca conheci alguém que poderia colocar a sua mão em seu coração, e dizer: “Eu cri em Jesus sem a assistência do Espírito Santo”.

Apego-me à doutrina da depravação do coração humano, porque eu me encontro depravado de coração, e tenho provas diárias que na minha carne não habita bem algum. Se Deus entra em aliança com o homem antes da queda, o homem é uma tão insignificante criatura que isso deve ser um ato de graciosa condescendência da parte do Senhor; mas se Deus entra em aliança com o homem pecador, ele é, então, uma tão ofensiva criatura que isso deve ser, da parte de Deus, um ato de pura, abundante e soberana graça. Quando o Senhor entrou em aliança comigo, tenho certeza de que foi tudo por graça, nada mais do que graça. Quando me lembro que covil de feras e aves impuras que era meu coração, e quão forte era a minha vontade não-regenerada, quão obstinado e rebelde contra a soberania do governo Divino, sempre me sinto inclinado a tomar o menor lugar na casa de meu Pai, e

quando eu entrar no Céu, isso será entre o menor dos menores de todos os santos, e com o principal dos pecadores.

O saudoso Sr. Denham colocou, na legenda de seu retrato, um texto admirável: “A salvação pertence ao Senhor”. Este é apenas um epítome do Calvinismo, é a soma e a substância do mesmo. Se alguém perguntar-me o que eu quero dizer por um Calvinista, eu respondo: “Ele é alguém que diz que a salvação pertence ao Senhor”. Não consigo encontrar nas Escrituras nenhuma outra doutrina além desta. É a essência da Bíblia. “Só ele é a minha rocha e a minha salvação” [Salmos 62:6]. Diga-me qualquer coisa contrária a esta verdade, e será uma heresia; diga-me uma heresia, e encontrarei a sua essência aqui, ou seja, que ela se afastou desta grande, desta fundamental rocha da verdade: “Deus é a minha rocha e a minha salvação”.

Qual é a heresia de Roma, senão a adição de algo aos perfeitos méritos de Jesus Cristo, a propositura de que as obras da carne auxiliam em nossa justificação? E qual é a heresia do Arminianismo, senão a adição de algo à obra do Redentor? Cada heresia, se trazida à pedra de toque, se desvelará aqui. Eu tenho minha própria opinião particular de que não há tal coisa como pregar Cristo e Ele crucificado, a menos que nós preguemos o que hoje é chamado Calvinismo. Calvinismo é um apelido; Calvinismo é o Evangelho, e nada mais. Eu não acredito que nós podemos pregar o Evangelho, se não pregarmos a justificação pela fé, sem obras; nem a menos que nós preguemos a soberania de Deus em Sua dispensação da graça; nem a menos que exaltemos o eletivo, imutável, eterno, inabalável, conquistador amor de Jeová; nem penso que podemos pregar o Evangelho, a menos que nos baseemos no resgate especial e particular do Seu povo eleito e escolhido, o que Cristo operou na cruz; nem posso eu compreender um Evangelho que permite que os santos venham a cair depois de serem chamados, e consente que os filhos de Deus sejam queimados no fogo da condenação após terem uma vez crido em Jesus. Tal evangelho eu abomino.

*“Se alguma vez pudesse ocorrer,
Que as ovelhas de Cristo se perdessem,
Minha inconstante e fraca alma, infelizmente!
Cairia mil vezes por dia.”*

Se algum querido santo de Deus pudesse perecer, então, todos poderiam; se um dos participantes do Pacto fosse perdido, então todos poderiam se perder; e então não há nenhuma promessa evangélica verdadeira, a Bíblia é apenas uma mentira, e não há nada nela que seja digno de minha aceitação. Eu serei um infiel no momento em que eu creia que um santo de Deus alguma vez pode cair finalmente. Se Deus me amou uma vez, então Ele me amará para sempre. Deus tem uma mente controladora; Ele organizou tudo em Seu gigantesco intelecto, muito antes de fazê-lo; e uma vez tendo estabelecido, Ele nunca o

alterará. “Isso será feito”, diz Ele, e a mão de ferro do destino o determina, e é trazido à existência. “Este é o meu propósito”, e isso permanece, nem a terra ou o inferno podem alterá-lo. “Este é o meu decreto”, diz Ele, “promulguem isso, vós, santos anjos, arranquem da porta do Céu, ó, demônios, se puderem; mas vocês não podem alterar o decreto, ele será estabelecido para sempre”. Deus não revoga os Seus planos; por que Ele deveria? Ele é Todo-Poderoso, e, portanto, pode realizar a Sua vontade. Por que deveria? Ele é o Todo-sábio, e, portanto, não pode ter planejado de forma errada. Por que deveria? Ele é o Deus eterno, e, portanto, não pode morrer antes de Seu plano ser realizado. Por que Ele mudaria? Vós átomos inúteis da terra, coisas efêmeras de um dia, vós insetos rastejantes sobre este jardim da existência, vós podeis mudar os vossos planos, mas Ele nunca, nunca mudará os Seus. Ele me disse que Seu plano é salvar-me? Se for assim, eu estou seguro para sempre.

*“Meu nome das palmas das Suas mãos
A eternidade não apagará;
Gravado em Seu coração permanece,
Em marcas de indelével graça.”*

Eu não sei como algumas pessoas, que acreditam que um Cristão pode cair da graça, conseguem ser felizes. Deve ser algo muito louvável que eles sejam capazes de passar um dia sem desespero. Se eu não cresse na doutrina da perseverança final dos santos, eu acho que seria de todos os homens o mais miserável, porque eu careceria de qualquer fundamento do conforto. Eu não poderia dizer, seja qual fosse a condição de meu coração, que eu seria como um manancial de água, cujo fluxo não falha; antes, eu teria que comparar-me com uma nascente intermitente, que pode parar de repente, ou um reservatório, que eu não teria nenhuma razão para esperar que estaria sempre cheio. Acredito que os mais felizes dos Cristãos e os mais verdadeiros dos Cristãos são aqueles que nunca se atrevem a duvidar de Deus, mas quem tomam a Sua Palavra simplesmente como é, e creem, e não fazem perguntas, apenas sentem a certeza de que se Deus disse algo, assim será. Presto de boa vontade o meu testemunho, que eu não tenho nenhuma razão, nem mesmo uma sombra de uma razão, para duvidar de meu Senhor, e eu desafio o céu, e a terra, e o inferno, para trazerem qualquer prova de que Deus não é verdadeiro. Das profundezas do inferno eu chamo os demônios, e desta terra eu convoco os crentes experimentados e aflitos, e ao Céu apelo, e desafio a longa experiência da hoste lavada pelo sangue, e não há de ser encontrado nos três domínios, uma única pessoa que possa testemunhar um fato que refute a fidelidade de Deus, ou enfraqueça a Sua reivindicação pela confiança de Seus servos. Há muitas coisas que podem ou não podem acontecer, mas isso eu sei que acontecerá:

*“Ele deve apresentar a minha alma,
Sem mancha e completa,*

*Diante da glória de Sua face,
Com alegrias divinamente grandiosas.”*

Todos os propósitos do homem têm sido derrotados, mas não os propósitos de Deus. As promessas do homem podem ser quebradas, muitas delas são feitas para serem quebrados, mas todas as promessas de Deus serão cumpridas. Ele é um fazedor de promessa, mas Ele nunca foi um quebrador de promessa; Ele é um Deus que guarda a promessa, e cada um de Seu povo provará que é assim. Esta é a minha grata confiança pessoal, “O Senhor aperfeiçoará o que me toca” [Salmos 138:8], eu sou indigno, perdido pecador e arruinado em mim mesmo, mas Ele, ainda assim, me salvará, e

*“Eu, no meio da multidão lavada pelo sangue,
Agitarei a palma, e usarei a coroa,
E bradarei a vitória.”*

Eu vou para a terra que o arado nunca orou, um lugar que é mais verde do que os melhores pastos da terra, e mais rico do que as suas colheitas mais abundantes já vistas. Irei para um edifício de arquitetura mais lindo do que alguém alguma vez edificou; ele não é de projeto mortal, é “de Deus um edifício, uma casa não feita por mãos, eterna, nos céus” [2 Coríntios 5:1]. Tudo o que conhecerei e desfrutarei no céu, será dado a mim pelo Senhor, e eu direi, quando finalmente comparecer perante Ele:

*“A graça toda a obra deve coroar
Ao longo de dias eternos;
Ela estabelece no Céu a pedra do pináculo,
E bem merece o louvor.”*

Eu sei que há alguns que pensam que é necessário para o seu sistema de teologia limitar o mérito do sangue de Jesus, se o meu sistema teológico necessitasse de tal limitação, gostaria de lançá-lo aos ventos. Eu não posso, eu não me atrevo a permitir o pensamento de encontrar uma acomodação em minha mente, isso parece tão perto da semelhança de blasfêmia. Na obra consumada de Cristo, eu vejo um oceano de mérito; meu prumo não encontra fundo, meu olho não descobre nenhum litoral. Deve haver eficácia suficiente no sangue de Cristo, se Deus assim o quisesse, para ter salvado não somente a todos neste mundo, mas a totalidade de dez mil mundos, se eles tivessem transgredido a lei de seu Criador. Uma vez admitida a infinitude do assunto, e o limite está fora de questão. Tendo uma Pessoa Divina por uma oferta, não é consistente conceber um valor limitado; limitações e medida são termos inaplicáveis ao sacrifício Divino. A intenção do propósito Divino fixa a aplicação da oferta infinita, mas não a transforma em uma obra finita.

Pense a quantos Deus já concedeu a Sua graça. Pense nas incontáveis hostes do Céu; se tu fosses introduzido hoje, tu encontrarias tão fácil contar as estrelas, ou as areias do mar, como contar as multidões dos que estão diante do trono mesmo agora. Eles vieram do Oriente e do Ocidente, do Norte e do Sul, e eles estão sentados à mesa com Abraão, e com Isaaque, e com Jacó no Reino de Deus; e ao lado daqueles no Céu, pense sobre os salvos na terra. Bendito seja Deus, que os Seus escolhidos na terra devem ser contados por milhões, eu creio, e os dias estão chegando, dias melhores do que estes, quando haverá multidões sobre multidões levadas a conhecer o Salvador, e a alegrarem-se nEle. O amor do Pai não é para alguns apenas, mas para uma mui grande companhia. “Uma multidão, a qual ninguém podia contar”, será encontrada no Céu.

Um homem pode contar até valores muito elevados; coloquem os Newtons para trabalhar, as calculadoras mais poderosas, e eles podem contar grandes números, mas Deus e só Deus pode contar a multidão de Seus remidos. Eu acredito que haverá mais no Céu do que no inferno. Se alguém me pergunta por que eu acho que sim, eu respondo, porque Cristo, em tudo, deve “ter a preeminência”, e eu não posso conceber como Ele poderia ter a preeminência se deverá haver mais pessoas nos domínios de Satanás do que no Paraíso. Além disso, eu nunca li que haverá no inferno uma grande multidão, que ninguém podia contar. Alegro-me em saber que as almas de todos os infantes, assim que eles morrem, logo seguem o seu caminho para o Paraíso. Pense em que multidão deles há! Então, já existem no Céu miríades inumeráveis dos espíritos dos justos aperfeiçoados, os remidos de todas as nações, e tribos, e povos, e línguas, até agora; e há melhores tempos próximos, quando a Religião de Cristo será universal; quando:

*“Ele reinará de um extremo ao outro,
Com influência ilimitada.”*

Quando reinos inteiros se prostrarão diante dEle, e as nações nascerão em um dia, e nos mil anos do grande estado milenar haverá salvos suficientes para compensar todas as deficiências dos milhares de anos que se passaram anteriormente. Cristo será Mestre em todos os lugares, e o Seu louvor ecoará em todas as terras. Cristo terá a preeminência, por fim; Seu cortejo será maior do que aquele que assistirá a carruagem do sombrio monarca do inferno.

Algumas pessoas amam a doutrina da expiação universal, porque elas dizem: “É tão bonita. É uma bela ideia a que Cristo teria morrido por todos os homens; ela recomenda a si mesma”, dizem eles, “pois, em relação instintos da humanidade, há algo nela cheio de alegria e beleza”. Admito que existe, mas a beleza pode estar muitas vezes associada com a falsidade. Há muito que eu possa admirar na teoria da redenção universal, mas apenas

mostrarei o que a suposição envolve necessariamente. Se Cristo, em Sua cruz, intencionou salvar todos os homens, então Ele pretendia salvar os que estavam perdidos antes dEle morrer. Se a doutrina for verdadeira, que Ele morreu por todos os homens, então Ele morreu por alguns que estavam no inferno antes que Ele viesse a este mundo, pois, sem dúvida, havia até então miríades que foram lançadas ali por causa de seus pecados. Mais uma vez, se fosse a intenção de Cristo salvar todos os homens, quão deploravelmente Ele tem sido decepcionado, pois temos Seu próprio testemunho de que existe um lago que arde com fogo e enxofre, e nesse abismo de aflição têm sido lançadas algumas das próprias pessoas que, segundo a teoria da redenção universal, foram compradas com o Seu sangue. Isso me parece uma concepção mil vezes mais repugnante do que qualquer uma dessas consequências que dizem ser associadas com a Doutrina Cristã e Calvinista da redenção especial e particular. E pensar que meu Salvador morreu pelos homens que estavam ou estão no inferno, parece uma suposição horrível demais para eu sustentar.

Imagine por um momento que Cristo fosse o Substituto para todos os filhos dos homens, e que Deus, após ter punido o Substituto, posteriormente venha a punir os próprios pecadores, parece entrar em conflito com todas as minhas noções sobre a justiça Divina. Que Cristo tenha oferecido uma expiação e satisfação pelos pecados de todos os homens, e que depois alguns desses mesmos homens sejam punidos pelos pecados os quais Cristo já havia expiado, parece-me ser a iniquidade mais monstruosa que jamais poderia ter sido imputada a Saturno, a Juno, à deusa dos Thugs, ou às divindades pagãs mais diabólicas. Que Deus não permita que alguma vez pensemos assim sobre Jeová, que é justo, sábio e bom!

Não há nenhuma alma vivente que apegue-se mais firmemente as Doutrinas da Graça do que eu, e se algum homem me pergunta se eu me envergonho de ser chamado Calvinista, eu respondo: Desejo ser chamado de nada, senão de Cristão; mas se você me perguntar se eu compartilho das compressões doutrinárias que foram sustentadas por João Calvino, eu respondo, que eu sustento a maioria delas, e me regozijo em reconhecer isso. Mas longe esteja de mim, mesmo imaginar que Sião não contém nada, senão Cristãos Calvinistas dentro de seus muros, ou que não há nenhum salvo que não sustente nossos pontos de vista. Coisas mui terríveis foram ditas sobre o caráter e a condição espiritual de John Wesley, o príncipe moderno dos Arminianos. Apenas posso dizer a respeito dele que, enquanto eu detesto muitas das doutrinas que ele pregou, ainda assim, quanto ao homem em si, eu tenho uma reverência ao segundo que não era Wesleyano; e se houvesse necessidade de dois apóstolos serem adicionado ao número dos doze, acredito que não poderiam ser encontrados dois homens mais aptos para isso, do que George Whitefield e John Wesley. O caráter de John Wesley permanece além de qualquer imputação de auto-sacrifício, zelo, santidade e comunhão com Deus; ele viveu muito acima do nível normal dos Cristãos comuns, e foi um “dos quais o mundo não era digno”. Creio que há multidões de homens

que não conseguem ver estas verdades, ou, pelo menos, não podem vê-las na maneira em que as colocamos, os quais, apesar disso, receberam a Cristo como seu Salvador, e são tão queridos ao coração do Deus da graça, como o firme Calvinista, dentro ou fora do Céu.

Eu acho que não sou diferente de qualquer um dos meus irmãos Hiper-Calvinistas quanto ao que eu creio, mas eu discordo deles no que eles não acreditam. Eu não sustento nada menos do que eles, mas eu sustento um pouco mais, e, eu acho, um pouco mais da verdade revelada nas Escrituras. Não só existem algumas doutrinas fundamentais, pelas quais podemos orientar o nosso navio Norte, Sul, Leste ou Oeste, mas à medida que estudamos a Palavra, começaremos a aprender algo sobre o Noroeste e Nordeste, e tudo o mais que fica entre os quatro pontos cardeais. O sistema da verdade revelada nas Escrituras não é simplesmente uma única linha reta, mas duas; e nenhum homem jamais terá um entendimento correto do Evangelho até que ele saiba como olhar para as duas linhas ao mesmo tempo. Por exemplo, eu li em um livro da Bíblia: “E o Espírito e a esposa dizem: Vem. E quem ouve, diga: Vem. E quem tem sede, venha; e quem quiser, tome de graça da água da vida” [Apocalipse 22:17]. No entanto, eu sou ensinado, em outra parte da mesma Palavra inspirada, que “isto não depende do que quer, nem do que corre, mas de Deus, que se compadece” [Romanos 9:16]. Eu vejo, em uma passagem, Deus, em providência, presidindo tudo, e ainda assim eu vejo, e eu não posso deixar de ver, que o homem age como lhe agrada, e que Deus deixou as suas ações, em grande medida, à sua própria livre-agência.

Agora, se eu declarasse que o homem era tão livre para agir que não havia controle de Deus sobre suas ações, isso seria ir muito perto do ateísmo. E se, por outro lado, devo declarar que Deus controla todas as coisas de tal maneira que o homem não é livre o bastante para ser responsável, eu seria conduzido neste exato momento ao Antinomia-nismo ou fatalismo. Que Deus predestina, e ainda assim o homem é responsável, são dois fatos que poucos podem ver claramente. Acredita-se que estas duas verdades são inconsistentes e contraditórias, uma em relação a outra. Se, então, eu encontro ensinado em uma parte da Bíblia que tudo é predestinado, isso é verdade; e se eu encontro, em outra Escritura, que o homem é responsável por todas as suas ações, isso é verdadeiro; e é apenas a minha tolice que me leva a imaginar que essas duas verdades alguma vez podem se contradizer. Eu não acredito que elas podem alguma vez ser fundidas transformando-se em uma, em qualquer bigorna terrena, mas elas certamente serão apenas uma na eternidade. Elas são duas linhas que são quase tão paralelas, que a mente humana que as segue mais à distância nunca descobrirá que elas convergem, mas elas convergem, e elas se encontrarão em algum lugar na eternidade, perto do trono de Deus, de onde procede toda a verdade.

Costuma-se dizer que as doutrinas que cremos têm uma tendência a levar-nos a pecar. Eu ouvi afirmado mui positivamente, que aquelas grandes doutrinas que amamos, e que

encontramos nas Escrituras, são doutrinas licenciosas. Não sei quem terá a audácia de fazer esta afirmação, quando eles considerarem que os mais santos dos homens têm crido nelas. Peço ao homem que se atreve a dizer que o Calvinismo é uma Religião licenciosa, o que ele pensa sobre o caráter de Agostinho, ou de Calvino, ou de Whitefield, os quais, em eras sucessivas foram os grandes expoentes do sistema da graça; ou o que ele dirá sobre os Puritanos, cujas obras estão cheias destas doutrinas? Se um homem fosse um Arminiano naqueles dias, ele seria considerado como o mais vil dos hereges, mas agora nós somos vistos como hereges, e eles como ortodoxos. Nós voltamos à velha escola; podemos traçar nossa descendência desde os apóstolos. É aquela veia de livre graça, correndo através da pregação dos Batistas, que nos preservou como uma denominação. Se não fosse por isso, não permaneceríamos onde estamos hoje. Nós podemos traçar uma linha dourada até o próprio Jesus Cristo, através de uma santa sucessão de poderosos pais, os quais todos sustentaram estas verdades gloriosas; e podemos perguntar a respeito deles: “Onde você encontrará homens mais santos e melhores no mundo?”.

Nenhuma doutrina é tão projetada para preservar o homem do pecado quanto a doutrina da graça de Deus. Aqueles que a chamaram de “uma doutrina licenciosa” não conheciam nada sobre ela. Pobres criaturas ignorantes, eles pouco sabiam que a sua própria vil doutrina era a mais licenciosa debaixo do Céu. Se eles conhecessem a graça de Deus verdadeiramente, eles logo veriam que não havia nada que conservasse da apostasia como um conhecimento de que somos eleitos de Deus desde a fundação do mundo. Não há nada como uma crença em minha perseverança eterna, e na imutabilidade da afeição de meu Pai, que possa manter-me perto dEle por um simples motivo de gratidão. Nada faz um homem tão virtuoso quanto a crença na verdade. A doutrina apóstata em breve gerará uma prática apóstata. Um homem não pode ter uma crença errônea sem, aos poucos, ter uma vida errônea. Eu creio que uma coisa naturalmente gera a outra. De todos os homens, os que têm a mais desprendida piedade, a mais sublime reverência e a mais ardente devoção são aqueles que creem que eles são salvos pela graça, sem as obras, por meio da fé, e isto não vem deles mesmos, é dom de Deus. Os Cristãos devem tomar cuidado, e perceber que isso é sempre assim, a menos que Cristo seja crucificado novamente e exposto ao vitupério.

Contra o Arminianismo e Seu Ídolo Dourado, o Livre-Arbítrio

Por Augustus Toplady

**“Não a nós, SENHOR, não a nós, mas ao teu nome dá glória,
por amor da tua benignidade e da tua verdade.” (Salmos 115:1)**

Alguns expositores têm suposto que este Salmo foi escrito pelo profeta Daniel; por ocasião da libertação milagrosa de Sadraque, Mesaque e Abednego, quando saíram ilesos da fornalha de fogo ardente, para a qual foram levados segundo a ordem do rei Nabucodonosor.

E, de fato, não há passagens insuficientes, no próprio Salmo, que pareçam apoiar esta conjectura. Como, onde lemos, no quarto versículo (falando sobre os ídolos dos pagãos, e, talvez, com especial referência àquela imagem de ouro que Nabucodonosor ordenou ser adorada): “Os ídolos deles são prata e ouro, obra das mãos dos homens. Têm boca, mas não falam; olhos têm, mas não veem” [vv. 4-5].

Eu ousou dizer que, em tal auditório como este, uma quantidade de Arminianos estão presentes. Eu temo que todas as nossas assembleias públicas têm muitos deles. Talvez, no entanto, mesmo essas pessoas, idólatras como elas são, podem estar aptas a censurar, e, em verdade, com justiça, o absurdo daqueles que adoram ídolos de prata e ouro, obra das mãos dos homens. Mas, permitam-me perguntar: Se assim é tão absurdo adorar a obra das mãos de outros homens, o que deve ser adorar as obras de nossas mãos? Talvez, você possa dizer: “Deus não permita que eu faça isso”. No entanto, permita-me dizer-lhe, que esperança, confiança, fé e dependência para a salvação, são todos atos, e estes também muito solenes, de culto Divino, e sobre o que você depende, no todo ou em parte, para sua aceitação diante de Deus, e para sua justificação diante de Seus olhos, seja o que for, em que você descansa, e confia, para a obtenção de graça ou glória; se for algo menos do que Deus em Cristo, você é um idólatra, quanto a todos os intentos e propósitos.

Muito diferente é a ideia que a Escritura nos dá, sobre o Deus para sempre bendito, em relação àqueles falsos deuses adorados pelos pagãos; e a partir desta representação degradante do verdadeiro Deus, o Arminianismo gostaria de corromper a humanidade. Nosso Deus (diz o Salmo 115, versículo 3) está nos céus; fez tudo o que lhe agradou. Esta não é a ideia Arminiana sobre Deus: pois os nossos defensores do livre-arbítrio e nossos negociadores de mudanças nos dizem que Deus não faz tudo o que Ele quer; que há um grande número de coisas que Deus quer fazer, e busca e se esforça para fazê-las, e ainda assim não consegue efetuar-las; eles nos dizem, como alguém engenhosamente o expre-

sa: Que toda a humanidade, Ele de bom grado salvaria, mas, anseia pelo que Ele não pode ter. Esforça-se assim, para ressoar exteriormente, um Deus desapontado, cam-biante.

Como isso é compatível com aquela descrição majestosa: “O nosso Deus está nos céus”? Ele está sentado no trono, pesando e distribuindo o destino dos homens; detendo todos os eventos em Sua própria mão; e dirigindo todos os elos da cada cadeia das causas secundárias, desde o início até o fim dos tempos. O nosso Deus está no céu, possuindo todo o poder; e (o que é a consequência natural disso) Ele fez tudo o que Lhe aprouve; ou como o Apóstolo expressa: (as palavras são diferentes, mas o sentido é o mesmo) “Aquele que faz todas as coisas, segundo o conselho da sua vontade” (Efésios 1:11).

Por isso é que nós tanto trabalhamos, e sofremos reprovação: mesmo porque dizemos (e o máximo que nós podemos dizer sobre o assunto, eleva-se a não mais do que isso: a saber, que) o nosso Deus está nos céus, e tudo fez como Lhe agradou. E, segundo a Sua própria vontade soberana Ele o fará, até o fim; embora todos os Arminianos sobre a terra procurem derrotar a intenção Divina, e obstruir as rodas do governo Divino. Ele, que está no céu, ri deles com desprezo, e faz ocorrer os Seus próprios propósitos, às vezes, até mesmo através daqueles mesmos meios incidentes, que os homens se esforçam para arremessar em Seu caminho, com uma perspectiva insensata para desapontá-LO de Seus propósitos. “Todos”, diz o Salmista, “são teus servos” (Salmos 119:91). Eles têm, todos, uma tendência direta, seja de forma efetiva ou permissiva, para prosseguir em Seus desígnios inalteráveis da providência e graça. Observe: efetivamente, ou permissivamente. Pois nós nunca dizemos, nem queremos dizer, que Deus é o autor do mal, nós apenas sustentamos, que por razões desconhecidas para nós, mas bem conhecidas para Deus, Ele é o permissor eficaz (não o agente, mas o permissor) de tudo o que acontece. Mas quando falamos sobre o bem, então, nós ampliamos o termo; e afirmarmos, com o Salmista, que todo o auxílio que é feito sobre a terra foi feito pelo próprio Deus.

Lembro-me de uma citação do grande Monsieur Du Moulin, em seu admirável livro, intitulado *Anatome Arminianismi*. Sua observação é, que os ímpios, não menos que os eleitos, cumprem os sábios e santos e justos decretos de Deus; mas, ele diz, com esta diferença: O próprio povo de Deus, depois de serem convertidos, esforçam-se para obedecer à Sua vontade a partir de um princípio de amor, enquanto os que são deixados na perversidade de seus próprios corações (que é toda a reprovação que disputamos), os quais não se importam com Deus, nem está Deus em todos os seus pensamentos; essas pessoas se assemelham a homens remando em um barco, os quais vão para o mesmo lugar em que eles viram as costas. Eles viram as costas para o decreto de Deus; e ainda assim, voltam para esse mesmo ponto, sem o saber.

Uma grande disputa, entre a religião do Arminianismo e a religião de Cristo, é: quem permanecerá com o direito de louvor e glória pela salvação de um pecador? A conversão

decide este ponto de uma vez; pois eu penso que, sem qualquer imputação de falta de caridade, eu arrisco dizer, que cada pessoa realmente despertada, pelo menos quando ela está sob o brilho da face de Deus em sua alma, cairá de joelhos, com este hino de louvor ascendente a partir de seu coração: “Não a nós, SENHOR, não a nós, mas ao teu nome dá glória: Eu sou salvo, não pela minha justiça, mas por amor da Tua misericórdia e da Tua verdade” [Salmos 115:1].

E isso é verdadeiro mesmo quanto às bênçãos da vida que agora há. É Deus quem exalta um e abate outro (veja Salmos 75:7). A vitória, por exemplo, quando príncipes rivais guerreiam, é toda de Deus. “Não é dos ligeiros a carreira, nem dos fortes a batalha” (Eclesiastes 9:11), como tal. É o decreto, a vontade, o poder e a providência de Deus que efetivamente, embora às vezes de forma invisível, ordena e dispõe todos os eventos.

Na famosa batalha de Azincourt, na França, onde, se não me engano, 80.000 franceses foram totalmente derrotados por cerca de 9.000 Ingleses, sob o comando do nosso imortal rei Henrique V, depois que o grande negócio do momento acabou, e Deus tinha dado àquele renomado príncipe a vitória, ele ordenou que o Salmo anterior (ou seja, o 114), e parte deste Salmo de onde eu li aquela passagem agora considerada, fosse cantado no campo de batalha, como forma de reconhecimento que todo o sucesso, e todas as bênçãos, seja de que tipo for, vem descendo do Pai das luzes. Alguns de nossos historiadores nos contam que, quando o Inglês triunfante veio àquelas palavras que tomei para o meu texto, todo o exército vitorioso caiu de joelhos, como um só homem, no campo da conquista; e clamou, com um só coração e uma só voz: “Não a nós, SENHOR, não a nós, mas ao teu nome dá glória, por amor da tua benignidade e da tua verdade”.

E assim será quando Deus reunir o número dos Seus eleitos, e completamente ajuntá-los na plenitude do Seu reino redimido. Qual você acha que será a sua canção quando você vier para o céu? “Bendito seja Deus, pois Ele me deu o livre-arbítrio; e bendito seja o meu querido eu, que fez um bom uso dele”? Oh não, não. Tal canção como essa ainda nunca foi ouvida no céu, nem nunca será, enquanto Deus for Deus, e o céu for céu. Olhe para o Livro do Apocalipse, e ali você encontrará o serviço dos bem-aventurados, e a força com que eles cantam. Eles lançam as suas coroas diante do trono, dizendo: “Digno és de tomar o livro, e de abrir os seus selos; porque foste morto, e com o teu sangue nos compraste para Deus de toda a tribo, e língua, e povo, e nação” (Apocalipse 5:9).

Há graça distinguidora para você! “Nos compraste... de toda a tribo” e etc., ou seja, dentre o restante da humanidade. Esta eleição não é particular e a redenção limitada?

A Igreja abaixo pode ser passível de errar, e se qualquer igreja visível na terra finge ser

infalível, a própria pretensão muito demonstra que ela não é assim. Mas há uma Igreja, que me arrisco dizer ser infalível. E que Igreja é essa? A Igreja dos glorificados, que brilham como estrelas à mão direita de Deus. E, sobre o testemunho infalível desta Igreja infalível; um depoimento gravado nas infalíveis páginas da inspiração; ousa afirmar, que nem um grão de Arminianismo jamais acompanhou um santo para o céu. Se aqueles do povo de Deus, que estão em laços da iniquidade, não são explicitamente convertidos do Arminianismo, enquanto eles vivem e permanecem entre os homens; ainda assim eles deixam tudo para trás, no Jordão (ou seja, o rio da morte), quando eles passam. Eles podem ser comparados a Paulo, quando ele descia de Jerusalém para Damasco, e a graça de Deus o feriu, ele caiu como um defensor do livre-arbítrio, mas ele se levantou como um defensor da livre graça. Portanto, ainda que o bolor do orgulho farisaico (este é um bolor maldito que o Espírito de Deus retire-o de todas as nossas almas); apesar daquele bolor poder ter aderido a nós no presente; no entanto, quando viermos a estar diante do trono e diante do Cordeiro, tudo isso findará, e cantaremos, em um coro eterno e pleno, com anjos eleitos e os homens eleitos: “Não a nós, SENHOR, não a nós, mas ao teu nome dá glória”.

E por que não cantaríamos esse cântico agora? Por que não devemos procurar, sob a influência do Espírito, antecipar a linguagem dos céus, e ser tão celestiais quanto pudermos, antes de irmos para o céu? Por que devemos condenar essa canção sobre a terra, a qual nós esperamos cantar para sempre, diante do trono de Deus, acima? É, para mim, realmente surpreendente, que os Protestantes e a Igreja dos homens da Inglaterra, considerados meramente como criaturas racionais, e como pessoas de bom senso, que professam estar familiarizado com as Escrituras, e reconhecem o poder de Deus, tenham objecções quanto a cantar essa canção, “Não a nós, SENHOR, não a nós, mas ao teu nome dá glória, por amor da tua benignidade e da tua verdade”.

Ainda mais assombroso e deplorável é que alguns, que até mesmo fazem profissão de religião espiritual, e falam sobre uma obra interior de Deus em seus corações, até agora percam de vista a humildade e a verdade a ponto de sonharem: ou que o seu próprio braço ajudou o Todo-Poderoso a salvá-los, ou pelo menos que o seu próprio braço seria capaz de tê-los impedido de salvá-los. O que pode refletir mais profunda desonra a Deus, que tal ideia? E o que pode ter uma tendência mais direta para gerar e nutrir o orgulho do coração, o qual engana os homens?

Aprouve a Deus livrar-me da armadilha Arminiana, antes que eu tivesse dezoito anos. Antes desse período não houve (com a mais baixa auto-humilhação confesso isso) um defensor do livre-arbítrio mais arrogante e violento dentro do limite dos quatro mares. Um exemplo de meu zelo ardente e amargo, ocorre exatamente agora à minha memória. Por volta de 12 meses antes da bondade Divina conceder-me olhos para discernir, e um coração para

abraçar a verdade, eu estava discursando um dia, em companhia, (pois julguei-me capaz de lidar com todos os predestinarianos do mundo), sobre a universalidade da graça, e os poderes do livre-arbítrio humano. Um bom velho cavalheiro (agora com Deus) se levantou da cadeira, e vindo a mim, me segurou por um dos meus botões do casaco, enquanto ele suavemente me dirigia estas palavras: “Meu caro senhor, há algumas marcas de espiritualidade em sua conversação; embora machadas com uma mistura infeliz de orgulho e autojustiça. Você tem falado, em grande parte, em favor do livre-arbítrio, mas, a partir de seus argumentos, vamos à experiência. Permita-me fazer uma pergunta. Como foi com você, quando o Senhor o resgatou na chamada eficaz? Você teve qualquer participação na obtenção daquela graça? Não; você não teria resistido e lutado contra isso, se o Espírito de Deus houvesse deixado você na mão de seu próprio conselho?”.

Senti a conclusividade dessas simples, porém convincentes interrogações, mais fortemente do que eu estava, então, disposto a reconhecer. Mas, bendito seja Deus, desde então eu fui capacitado a reconhecer a gratuidade e a onipotência de Sua graça, vezes inumeráveis; e a cantar (o que eu confio será minha canção eterna quando o tempo mais existir): “Não a nós, SENHOR, não a nós, mas ao teu nome dá glória”.

Nós nunca conhecemos muito sobre o céu em nossas próprias almas, nem permanecemos tão alto sobre o monte da comunhão com Deus, como quando o Seu Espírito, soprando em nosso coração, faz que fiquemos quietos no escabelo da graça soberana, e inspire-nos com este clamor: “Ó Deus, seja meu consolo de salvação, mas seja Teu todo o louvor disso”.

Apliquemos brevemente a regra e compasso da Palavra de Deus, às várias partes das quais a salvação se compõe; e logo perceberemos que todo o edifício é feito de graça, e de graça somente. Você pergunta: em que sentido eu aqui considero a palavra ‘graça’? Quero dizer, por este importante termo, a voluntária, soberana e gratuita bondade de Deus; completamente incondicional e totalmente independentemente de toda e qualquer sombra de dignidade humana, seja antecedente, concomitante ou subsequente. Esta é, precisamente, a noção bíblica de graça, a saber, que ela (ou seja, a salvação em todos os seus ramos) “não depende do que quer, nem do que corre, mas de Deus, que se compadece” (Romanos 9:16). E assim é, que a graça reina, para a vida eterna dos pecadores, através da justiça de Jesus Cristo, nosso Senhor (cf. Romanos 5:21).

1. Examinando esta solene verdade, comecemos onde o próprio Deus começou, ou seja, com a eleição. A quem estamos em débito, pela primeira de todas as bênçãos espirituais? O orgulho me diz: “A mim”. A justiça própria diz: “A mim”. A vontade não-convertida do homem diz: “A mim”. Mas a fé se une à Palavra de Deus, dizendo: “Não a nós, SENHOR, não a nós, mas ao Teu nome seja toda a glória, pelo Teu designado amor eletivo: Tu não

nos escolheste na suposição de que nós primeiro escolhermos a Ti, mas, por meio da operação vitoriosa do Teu poderoso Espírito, nós escolhemos a Ti como nossa porção e nosso Deus, em consequência da Tua primeira e livre escolha para sermos o Teu povo”.

Ouçá o testemunho daquele Apóstolo que recebeu os acabamentos de sua educação espiritual no terceiro céu: “Assim, pois, também agora neste tempo ficou um remanescente, segundo a eleição da graça. Mas se é por graça, já não é pelas obras; de outra maneira, a graça já não é graça. Se, porém, é [ou seja, a eleição] pelas obras, já não é mais graça; de outra maneira a obra já não é obra” (Romanos 11:5-6).

Esquadrinhemos esse raciocínio; e o encontraremos invencível. Há “um remanescente”, ou seja, alguns da humanidade caída, que serão eternamente salvos por Cristo. Este remanescente é “segundo a eleição”. A própria vontade e escolha de Deus são a regra determinada, pelo que o remanescente salvo é medido e numerada. Esta eleição é uma “eleição da graça”, ou um ato livre, soberano e imerecido da parte de Deus. O Apóstolo não quis deixar de fora a palavra graça, para que as pessoas não imaginassem que Deus os elegeu em consideração de algo que Ele viu neles acima dos outros.

“Bem, mas” (alguns podem dizer) “admitindo que a eleição seja pela graça, as nossas boas obras previstas não têm um pouco de participação na questão? Deus não teria alguma pequena recompensa em relação ao nosso bom futuro comportamento?”, “Não”, responde o Apóstolo, “de modo nenhum”. Se a eleição é por “graça”, ou seja, a partir de mera misericórdia e amor soberano; então não é mais por “obras”, direta ou indiretamente, no todo ou em parte; “de outra maneira, a graça já não é graça”. Se alguma coisa humana, mesmo que pequena, fosse misturada com a graça, como um motivo para que Deus mostre favor a Pedro (por exemplo) acima de Judas; a graça evaporaria completamente e seria aniquilada, a partir daquele momento. Pois, como Agostinho observa: A graça deixa de ser graça, a menos que ela seja total e absolutamente independentemente de qualquer coisa e de tudo, seja bom ou ruim, no objeto da mesma.

De modo que, como o Apóstolo acrescenta, se fosse possível a eleição ser “pelas obras”, então “já não é mais” um ato de “graça”, mas um pagamento, em vez de um dom: “de outra maneira a obra já não é obra”. Por um lado, a “obra” deixa de ser considerada como influente na eleição, se a eleição é a filha da “graça”; por outro lado, a “graça” não tem nenhuma relação na eleição, se as “obras” têm alguma participação nela. Graça e condicionalidade são dois opostos incompatíveis; um totalmente destrói o outro; e não mais podem subsistir juntos, do que duas partículas de matéria podem ocupar o mesmo espaço ao mesmo tempo.

Qual, portanto, dessas canções contrárias, vocês cantam (pois toda a arte e esforço dos

homens, unidos, nunca poderiam unir as duas canções em uma)? Vocês são a favor de queimar incenso a vocês mesmos, dizendo: “Nossa justiça, e o poder de nosso próprio braço, nos obtiveram essa riqueza espiritual”? Ou, com os anjos e santos na luz, vocês depositam as suas mais brilhantes honras no estrado do trono de Deus: “Não a nós, SENHOR, não a nós, mas ao teu nome dá glória, por amor da tua benignidade e da tua verdade” (Salmos 115:1).

Certamente, a eleição não é o ato do homem, mas de Deus: fundamentado, apenas, no soberano e gracioso deleite de Sua própria vontade. Ela “não vem das obras, para que ninguém se glorie” (Efésios 2:9); mas unicamente dEle, Quem disse: “Compadecer-me-ei de quem me compadecer, e terei misericórdia de quem eu tiver misericórdia” (Romanos 9:15). Deus tem mérito sobre nós, não nós sobre Ele: e foi o Seu livre-arbítrio, não o nosso, que desenhou a linha intransponível entre os eleitos e predestinados.

2. A aliança do amor de Deus por nós em Cristo é um outro ribeiro, que flui a partir da fonte da graça sem mistura. E aqui, como no exemplo anterior, cada pessoa verdadeiramente despertada se isenta de qualquer título de louvor; lança isso para longe de si mesmo, com as duas mãos; e não apenas com as mãos, mas com o coração também; enquanto seus lábios reconhecem, “Não a nós, ó Tu, Divino e Coeterno Trino, não a nós, mas ao Teu nome dá glória!”.

Como é possível, que ou os propósitos de Deus, ou Sua aliança a nosso respeito, sejam, em qualquer aspecto, suspensos pela vontade ou pelas obras dos homens; considerando que tanto os Seus propósitos e Sua aliança foram estabelecidos, e fixados, e acordados, pelas Pessoas da Trindade, não só antes que os homens existissem, mas antes que os próprios anjos fossem criados, ou do próprio tempo ter iniciado? Tudo era vasta eternidade, quando a graça nos foi dada, federalmente, em Cristo, antes que o mundo existisse (veja 2 Timóteo 1:9). Portanto, bem pode o Apóstolo, no próprio texto onde ele faz a afirmação acima, observar, que a santa vocação, com o qual Deus efetivamente converte e santifica o Seu povo no tempo, foi derramada sobre nós “não segundo as nossas obras”, mas de acordo com o próprio livre propósito e destinação eterna de Deus.

O arrependimento e a fé, nova obediência e perseverança, não são condições de participação na aliança da graça (pois, então, seria um pacto de obras); antes são as consequências e evidências de participação no pacto, pois, “não tendo eles ainda nascido, nem tendo feito bem ou mal (para que o propósito de Deus, segundo a eleição [que é o padrão da misericórdia pactual], ficasse firme, não por causa das obras, mas por aquele que chama), Foi-lhe dito a ela: O maior servirá ao menor. Como está escrito: Amei a Jacó, e odiei a Esaú” (Romanos 9:11-13).

Agora, se você considera essa passagem como referindo-se à posteridade de Jacó e Esaú, ou a Jacó e Esaú, eles mesmos, ou (que é, evidentemente, o significado do Apóstolo) como referindo-se a ambos; o argumento ainda virá para o mesmo ponto, por fim; ou seja, que os conselhos e determinações Divinos, em qualquer perspectiva que você os considere, são absolutamente independentes das obras, porque os decretos imanes de Deus e transações da aliança ocorreram antes que os objetos houvessem feito bem ou mal. Naturalmente, todo o bem que é feito nos homens, vem de Deus, como o gracioso efeito, e não como a causa de Seu favor; e todo o mal, que Deus permite (tais são a Sua sabedoria e poder) é subserviente a promover, em vez de interferir para impedir, a realização de Sua santíssima vontade. Menciono a permissão Divina do mal, apenas incidentalmente neste lugar: pois, propriamente, isso pertence a um outro argumento. Meu presente empreendimento é mostrar que o bem, e as graças que Deus opera (não permissivamente, mas eficazmente) nos corações de Seu povo da aliança, são o fruto, não a raiz, do amor que Ele tem por eles.

3. A quem estamos em débito pela expiação de Cristo, e pela redenção, por Seu sangue, mesmo pela remissão dos pecados? Aqui, semelhantemente, “Não a nós, Senhor, não a nós!”. Foi Deus quem disse: “já achei resgate” (Jó 33:24). Foi Deus Quem satisfez a Sua própria justiça com um Cordeiro para o holocausto. Foi Deus quem aceitou a Expição da mão do nosso Fiador, em vez da nossa. Foi Deus Quem concedeu livremente as bênçãos desta redenção completamente consumada, para o consolo e resgate eternos de todos aqueles que são capacitados a confiarem e gloriarem-se na cruz de Cristo. Contra tais pessoas a justiça Divina não tem nada a alegar, e sobre eles, não há penalidade a infligir. A espada da vingança, já tendo atingido a natureza humana sem pecado dAquele semelhante a Jeová, torna-se, para os que creem, um *curtana*¹, uma espada de misericórdia, uma espada sem corte. Graças à misericórdia reconciliadora de Deus, o Pai, e da graça sangrante de nosso Senhor Jesus Cristo! O livre-arbítrio humano e mérito não tiveram nenhuma relação com o assunto, do início ao fim.

4. Como o perdão nos isenta da punição, assim a justificação (ou seja, a aceitação de Deus em relação a nós como perfeitos cumpridores de toda a Lei) nos credencia para o reino dos céus. O primeiro é *παπεις* de Deus, ou o passar por nossas transgressões, de modo a não tomar conhecimento deles; e *αθεας* de Deus, ou deixar-nos seguir, finalmente, impunes. Mas a justificação (que é o concomitante inseparável do perdão) não é meramente negativa, mas carrega em si mais de positividade, e nos exalta a um estado mais elevado de felicidade, do que o mero perdão (se fosse possível ser conferido sem justificação) faria.

[1] Curtana: uma espada sem corte colocada diante de um soberano Inglês, em uma coroação, como um emblema de misericórdia.

Ἐ οὐκατοατς de Deus, ou declarar-nos positiva e realmente justos, não apenas inocentes, mas também justos. São Bernardo, em algum lugar, preserva essa distinção óbvia e justa. Suas palavras, lembro-me, são que Deus é: “Não menos poderoso para justificar, do que rico em misericórdia para perdoar”.

Agora, a grande pergunta é: a Deus é dado todo o louvor por este dom inefável? Devemos, como pessoas justificadas, cantar o louvor e glória a nós mesmos; ou o louvor e glória a Deus?

A Bíblia determinará essa questão, em um momento; e nos mostrará que o Pai, o Filho e o Espírito Santo, são os únicos autores, e, conseqüentemente, devem receber toda a glória por nossa justificação: “É Deus [o Pai] quem os justifica” (Romanos 8:33); ou seja, quem nos aceita para a vida eterna; e isso “gratuitamente pela sua graça, pela redenção que há em Cristo Jesus”, e “Deus imputa a justiça [de Cristo] sem as obras” (Romanos 3:24;4:6), ou seja, sem ser movido a isso por qualquer consideração de boas obras, e sem ser impedido a partir de por qualquer consideração de más obras, feitas pela pessoa ou pessoas a quem a justiça de Cristo é imputada, e que são declarados justos apenas em consequência daquela justiça imputada.

A justificação é também o ato de Deus o Filho, em concordância com o Pai. São Paulo declara expressamente, que ele buscava ser justificado em Cristo (veja Gálatas 2:17). A segunda Pessoa na Divindade vincula, como tal, a aceitação de Seu povo através daquele mérito transferido, o qual, como Homem, Ele operou para este fim. Agora, deixe-me perguntar-lhe, se você ajudou Cristo a pagar o preço de sua redenção, e na realização de uma sequência de perfeita obediência para a sua justificação? Se você o fez, você tem direito a uma parte proporcional de louvor. Mas, se Cristo tanto obedeceu, e morreu, e ressuscitou, sem a sua ajuda, segue invencivelmente que não há nenhum tipo de reivindicação da menor partícula daquele louvor, que resulta dos benefícios adquiridos e garantidos por Sua obediência, morte e ressurreição. Os próprios benefícios são todos seus próprios, se Ele te concede fé para abraçá-los; mas a honra, a glória e as ações de graça você não pode atribuir a si mesmo, sem extrema impiedade e sacrilégio.

Deus o Espírito Santo une-Se na justificação dos remidos do Senhor. Nós somos, declarativa e evidentemente, justificados “pelo Espírito do nosso Deus” (1 Coríntios 6:11). Cujo condescendente e cativante ofício é revelar um Salvador ferido ao coração quebrantado e um Salvador de um pecador auto-esvaziado, e derramar o amor justificador de Deus na alma humana (cf. Romanos 5:5). Aqui o adorável Espírito nem precisa, nem recebe, qualquer ajuda dos pecadores que Ele visita. Sua graciosa influência é soberana, livre e independente. Não podemos mais ordenar, ou proibir o Seu agir, do que podemos ordenar, ou proibir, o brilho do sol.

A conclusão, a partir do todo, é: que não a nossa bondade, mas a misericórdia de Deus; não a nossa obediência, mas a justiça de Cristo; não a nossa suscetibilidade, mas a beneficência do Espírito Santo; devem ser agradecidos por toda a nossa justificação.

E, não é lição fácil dizer, do fundo do coração: “Não a nós, Senhor, não a nós!”. A auto-justiça, se apegando a nós, tão natural e apegado a nós como a nossa pele, nem pode qualquer poder, senão aquele de uma mão Todo-Poderosa, esfolar-nos dele. Lembro-me de um exemplo, de um clérigo, agora vívido e eminente, acima de muitos, pelos seus trabalhos e utilidade. Esta digna pessoa assegurou-me, há um ano ou dois, que ele uma vez visitou um criminoso, que estava sob sentença de morte, por uma ofensa capital (acho que por assassinato). Meu amigo se esforçou para apresentar-lhe o mal que fizera; e convencê-lo de que ele estava perdido e arruinado, a menos que Cristo o salvasse por Seu sangue, justiça e graça. “Eu não estou muito preocupado com isso”, respondeu o malfeitor hipócrita, “eu, certamente, não tenho levado uma vida tão boa como alguns têm; mas, tenho certeza, que muitos foram para Tyburn², os quais eram homens muito piores do que eu”. Então você vê, um assassino pode ir para a forca, confiando na sua justiça própria! E você e eu iríamos para o inferno, confiando em nossa justiça própria, se Cristo não tivesse nos interrompido no caminho.

Ouso crer, que o criminoso acima mencionado, se o assunto fosse iniciado, também teria valorizado a si mesmo quanto ao seu livre-arbítrio. E livre-arbítrio, é verdade, ele tinha; e ele foi deixado em poder dele, e arruinou-se em consequência. O livre-arbítrio tem levado muitos homens a Tyburn, e (deve ser temido) de Tyburn para o inferno, mas ainda não levou uma única alma à santidade e ao céu. “Para a tua perda, ó Israel, te rebelaste contra mim”, o livre-arbítrio pode fazer isso por nós; mas Deus é o seu “ajudador” (Oséias 13:9). Sua livre graça deve ser o nosso refúgio e nosso abrigo de nosso próprio livre-arbítrio, ou seria bom que a melhor pessoa que há dentre nós nunca tivesse nascido.

Em uma palavra, toda a glória por nosso perdão e justificação pertence à Trindade, e não ao homem. Esta é uma das joias da coroa de Deus, inalienável de Si mesmo; a qual Ele nunca renunciará, nem compartilhar com quaisquer outros seres. É impossível, na própria natureza das coisas, que Ele jamais o faça, assim como pode qualquer um da humanidade depravada ser justificado pelas obras, e sendo assim justificado, não possa participar de

[2] Tyburn era um vilarejo no condado de Middlesex, próximo à localização do Marble Arch da atual Londres. Seu nome vem de um tributário do rio Tâmesa, que hoje é completamente coberto desde sua nascente até seu desembocar no Tâmesa. Durante muitos séculos, seu nome foi sinônimo de pena capital, tendo sido o principal local de execução dos criminosos de Londres, além de traidores e mártires religiosos. Sua notoriedade ficou ainda maior depois da construção em 1571 de um grande cadafalso, conhecido como “A árvore de Tyburn”.

nenhuma parte do louvor? Como, eu digo, pode qualquer um de nós ser justificado por nossas próprias ações, vendo que somos totalmente incapazes até mesmo de pensar um bom pensamento até que o próprio Deus sobre-o em nossos corações (2 Coríntios 3:5)?

Permita-me observar mais uma coisa, sob este artigo, a saber, que, se o Espírito de Deus tem despidido você de sua justiça própria, Ele não o despiu a fim de deixá-lo nu, mas vai vesti-lo com “vestes finas” (Zacarias 3:4). Ele lhe dará uma veste, pelos seus trapos; a justiça de Deus, pela podre justiça do homem. Estragada, de fato, a encontraremos, se nós a tornarmos um pilar de confiança. Direi sobre isso, como Dr. Young diz sobre o mundo: “Não se apoie sobre ela”; não se apoie em tua justiça própria, pois caso se debruce, “ela perfurará o teu coração; na melhor das hipóteses, ela é uma cana quebrada; mas, frequentemente, uma lança que em sua ponta mais afiada, a paz sangra e a esperança expira”.

A autossuficiência é o próprio vínculo da incredulidade. Isso é infidelidade essencial, e um dos seus ramos mais mortais. Você é um infiel, caso você confie na sua justiça própria. Você é Cristão? Você é um homem da Igreja? Não; você não tem, aos olhos de Deus, nem parte nem sorte neste assunto. Você está morto espiritualmente, enquanto você finge viver. Até que você seja dotado de fé na justiça de Cristo, seu corpo (como um grande homem expressa) não é melhor que “o caixão vivo de uma alma morta”. O Cristão é um crente (e não em si mesmo, mas) em Cristo. E qual é a língua de um crente? “Senhor, eu, em mim, sou um pecador pobre, arruinado, perdido. Pela mão de Teu bom Espírito sobre mim, eu me lanço aos pés da Tua cruz; e olho para Teu sangue, para que me lave; por justiça, para que me justifique; por graça, para que me faça santo; por consolo, para fazer-me feliz; e por força para manter-me em Teus caminhos”.

5. Pela santidade, o princípio interior das boas obras; e pelas boas obras, elas próprias, as evidências exteriores de santidade interior; somos compelidos à graça, somente, e poder do Deus Altíssimo. Nós não fazemos dEle um devedor para nós, por amar e realizar os Seus mandamentos; mas nós nos tornamos, adicionalmente, devedores a Ele, ao coroarmos Seus outros dons da graça, pela concessão de operar em nós o que “perante ele é agradável por Cristo Jesus” (Hebreus 13:21).

Não digam: “Nesta perspectiva, a santificação é expulsa da questão, e as boas obras são colocadas à deriva”. Nada pode ser mais palpável e flagrantemente falso. A renovação de coração e de vida são tão essenciais, e constituem uma tão vasta parte do esquema evangélico da salvação, que se fosse possível que a santidade e os seus frutos morais fossem realmente desconsiderados, a corrente seria, de uma só vez, dissolvida e toda a tessitura se tornaria uma casa de areia. Os Arminianos, têm, nos últimos tempos, feito um enorme clamor sobre: “Antinomianos! Antinomianos!”. A partir da vasta experiência, a boca é capaz

de falar. Os modernos Arminianos veem tanto real Antinomianismo entre eles mesmos, e em suas próprias tendas, que o Antinomianismo torna-se a ideia predominante do partido, e a palavra de vigilância favorita. Porque eles têm a praga, eles acham que cada corpo também a tem. Como a lepra está em suas paredes, eles imaginam que nenhuma casa está sem ela. Assim: “Tudo parece contaminado, àquele de olhar corrompido; como tudo parece amarelo, ao olho invejoso”.

[...]

No que diz respeito à santificação e obediência, verdadeiramente assim chamadas; estas somente podem fluir, e não podem deixar de fluir, a partir de um novo coração. Este novo coração é da própria autoria de Deus, e dom do próprio Deus: “E dar-vos-ei um coração novo, e porei dentro de vós um espírito novo; e tirarei da vossa carne o coração de pedra, e vos darei um coração de carne [um suave coração crente, penitente]. E porei dentro de vós o meu Espírito, e farei que andeis nos meus estatutos, e guardeis os meus juízos, e os observeis” (Ezequiel 36:26-27).

Agora, Deus cumpre esta promessa, segundo a operação de Seu bendito Espírito, pelo fogo místico, cuja ação derreteu nossos corações em fé penitencial; Ele, então, aplica-lhes o selo de Sua própria santidade; a partir deste momento, começamos a ter a imagem e a inscrição de Deus sobre nosso temperamento, palavras e ações.

Esta é a nossa doutrina “licenciosa”, ou seja, uma doutrina que (sob a influência do Espírito Santo) conforma a alma, cada vez mais, a Deus, cuidadosamente referindo, ao mesmo tempo, todo o louvor desta conformidade ativa e passiva, ao próprio Deus, a Quem o dom pertence; cantando com os santos do passado: “Senhor... tu és o que fizeste em nós todas as nossas obras” (Isaías 26:12); e quanto a todas as obras assim operadas, pela vontade de agradar-Te, pelo esforço de agradar-Te, pela capacidade de agradar-Te, e por cada ato pelo que nós Te agradamos: “Não a nós, SENHOR, não a nós, mas ao teu nome dá glória, por amor da tua benignidade e da tua verdade” (Salmos 115:1).

E, de fato, se não fosse essa a verdade do caso, ou seja, se a conversão e a santificação e boas obras não fossem dons de Deus e de Sua operação; os homens teriam, não somente um pouco, mas muito, mesmo, muitíssimo, que vangloriarem-se de ser seus próprios conversores, santificadores e salvadores. Diretamente contrário à letra clara da Escritura, que questiona: “Porque, quem te faz diferente? E que tens tu que não tenhas recebido?” (1 Coríntios 4:7), a saber, do alto. Isso não é menos contrário à diretriz das Escrituras; “Aquele que se gloria glorie-se no Senhor” (1 Coríntios 1:31).

6. Uma vez mais. A quem devemos agradecer pela perseverança em santidade e boas

obras até o fim? “Oh!”, talvez diga um velho Fariseu: “os agradecimentos são devidos à minha própria vigilância, minha fidelidade, ao meu próprio esforço, e aos meus próprios aperfeiçoamentos”. Sua suposta vigilância atende a um propósito muito ruim, se você fizer disso um mérito. O inimigo das almas não se importa com a conversões de palha, se você perecer por libertinagem aberta, ou por uma confiança enganosa em sua imaginária justiça própria. Se você irá para o inferno com um casaco preto ou um branco, é tudo o mesmo para ele. Não, por mais branco que você possa tecer será encontrado preto, e um mero “são Bento” a equipá-lo para as chamas, se Deus não vestir-lhe na justiça imputada de Seu bendito Filho.

Mas, para o presente, deixando os Fariseus e legalistas às mãos dAquele que por si só é capaz, e tem o direito, de salvar ou destruir; permita-me falar com o verdadeiro crente em Cristo. Você foi chamado, pode ser, há dez ou vinte anos atrás, ou mais, para o conhecimento de Deus; e você ainda é encontrado, morando sob o gotejar do santuário e andando nEle, o seu Senhor; às vezes fraco, mas sempre desejando avançar; perseguido, mas não desamparado; abatido, mas não destruído. Como isso ocorre? Como se dá que muitos professores ardentes que resplandeciam exteriormente, por um tempo, como luminares de primeira grandeza, apagaram-se, extinguíram-se, desapareceram; enquanto o pavio que fumega e a débil faísca da graça, continua a sobreviver e, por vezes, concede luz e calor? Enquanto mais que uns poucos, talvez, que uma vez pareciam estar enraizados como rochas, e estáveis como pilares na casa de Deus, se fizeram como a água que corre em ritmo acelerado. Por que você está de pé, embora em si mesmo, seja tão ou mais fraco do que eles? Um filho de Deus pode rapidamente responder a esta pergunta. E ele responderá assim: “Mas, alcançando socorro de Deus, ainda até ao dia de hoje permaneço...” (Atos 26:22). Não por minha própria força e poder, mas pelo Espírito do Senhor dos Exércitos (veja Zacarias 4:6).

E Aquele que o manteve até hoje, o sustentará todos os dias. O Seu Espírito que Ele dá gratuitamente ao Seu povo é uma fonte de água que jorra, não por um ano, e não por toda a vida, somente; mas para “a vida eterna” (João 4:14). A fidelidade de Deus a você é a fonte de sua fidelidade a Ele. Cristo ora por você, e por isso Ele o mantém vigiando em oração. Ele preserva você de cair; ou, quando caído, Ele restaura a sua alma, e te conduz adiante novamente no caminho da justiça, por amor do Seu nome. Ele decretou, e pactuou, e prometeu, e jurou, dar-lhe a coroa da vida; e, para isso, Ele, não menos solenemente, engajou-se e irrevogavelmente vinculou a Si mesmo, para tornar você fiel até a morte.

“Bem, então”, diz um Arminiano, “se estas coisas são assim, estou seguro em todos as ocasiões. Eu posso dobrar meus braços, e ainda me deitar para dormir. Ou, se eu escolher levantar-me e ser ativo, eu posso viver como eu desejar”. Satanás foi o iniciador deste raciocínio: e ele o ofereceu, como dinheiro corrente e verdadeiro ao Messias, mas Cristo

rejeitou-o como dinheiro falso. “Se Tu és o Filho de Deus”, disse o inimigo: “Se tu és de fato o Messias a Quem Deus sustenta, e Seus eleitos, em Quem a Sua alma se deleita, lança-Te daqui a baixo; é impossível que Tu pereças, faça o que Tu quiseres, nenhuma queda pode prejudicar-te; e teu Pai, absolutamente prometeu que os Seus anjos te guardariam em todos os Teus caminhos; lança-te, portanto, corajosamente, do pináculo, e não tema mal algum”.

A argumentação do Diabo foi igualmente insolente e absurda, em todos os pontos de vista. Ele argumentou, não como uma serpente em sua astúcia, mas como uma serpente cuja cabeça estava machucada (veja Gênesis 3:15), e que não tinha mais de compreensão do que modéstia. Cristo silenciou esta pilha de palha, com uma única frase: “Não tentarás o Senhor teu Deus” (Mateus 4:7). Assim disse o Messias. E assim, nós dizemos. E essa é a resposta suficiente a este sofisma, cuja palpável irracionalidade cortaria a sua própria garganta, sem a ajuda de qualquer resposta.

Os filhos de Deus ficariam muito feliz, se eles pudessem “viver como eles quisessem”, pois a vontade, o desejo, o anelo, de uma alma renovada (ou seja, do novo homem, ou a parte regenerada do crente, pois o velho Adão nunca foi um santo, nem nunca será) é, digo eu, a vontade e o desejo de uma alma renovada, agradar a Deus em todas as coisas, e nunca ao pecado, em qualquer ocasião ou em qualquer grau. Este é o estado a que nossos suspiros aspiram; e em que (se a imperfeição da natureza humana admitisse tal felicidade abaixo) nós “desejamos” andar. Pois, cada pessoa verdadeiramente regenerada pode sinceramente juntar-se ao apóstolo Paulo, ao dizer: “Assim que eu mesmo com o entendimento sirvo à lei de Deus” (Romanos 7:25), e gostaria de melhor obedecê-la.

A preservação de Deus é a perseverança do bom homem. “Os pés dos seus santos [Deus] guardará” (1 Samuel 2:9). O Arminianismo representa o Espírito de Deus como se Ele agisse como guarda de uma carruagem, que vê os passageiros em segurança, fora da cidade por alguns quilômetros; e, em seguida retorna e volta atrás, e deixa-os prosseguir o resto de suas próprias viagens. Mas a graça Divina não lidará assim com os peregrinos de Deus. Ela os acompanha até o fim de sua jornada, e eternamente. Assim que o peregrino mais mediano de Sião pode clamar com Davi, em plena certeza de fé: “Certamente que a bondade e a misericórdia me seguirão todos os dias da minha vida; e habitarei na casa do Senhor por longos dias” (Salmos 23:6). Portanto, pela graça preservadora, pela preservação da graça: “Não a nós, SENHOR, não a nós, mas ao teu nome dá glória, por amor da tua benignidade e da tua verdade” (Salmos 115:1).

7. Depois que Deus conduziu o Seu povo através do deserto da vida, e os trouxe para a beira daquele rio que fica entre eles e Canaã celestial, Ele suspende o Seu cuidado deles nesta questão de mais profunda necessidade? Não, bendito seja o Seu Nome. Pelo contrá-

rio, Ele (sempre, com segurança, e de forma geral, confortavelmente) os acompanha até o outro lado; para a boa terra que está muito longe, para aquela boa montanha, e o Líbano!

Eu sei, há alguns Arminianos fervorosos que nos dizem que “um homem pode perseverar até que ele venha a morrer, e ainda quase perecer no próprio momento da morte”; e eles ilustram essa miserável desonra a Deus e doutrina que abala a alma, pelo símile do “atolar de um navio na entrada do porto”.

É bem verdade, que algumas embarcações de madeira têm perecido assim. Mas não é menos verdade, que vasos escolhidos de Deus são infalivelmente salvos de perecerem assim. Pois, através da Sua bondade, cada um deles é sustentado por Aquele que os ventos e mares, tanto literais e metafóricos, obedecem. E a segurança deles é esta: “Quando passares pelas águas estarei contigo, e quando pelos rios, eles não te submergirão” (Isaías 43:2).

“E os resgatados do Senhor voltarão; e virão a Sião com júbilo, e alegria eterna haverá sobre as suas cabeças” (Isaías 35:10); ora, os regatados do Senhor estão longe de afundarem na lama diante da vista da terra firme.

Mesmo um pai terreno é particularmente cuidadoso e terno por uma criança moribunda, e, certamente, quando os filhos de Deus estão nessa situação, Ele (falando à maneira dos homens) tem duplamente misericórdia de Sua prole indefesa, os quais são Seus por eleição, por adoção, por pacto, pela redenção, pela regeneração, e por milhares de outros laços indissolúveis.

Não há marcas de naufrágios, nenhuns restos de embarcações perdidas, flutuando sobre aquele mar, que flui entre a Jerusalém de Deus abaixo e a Jerusalém que é de cima. O excelente Dr. William Gouge fez uma observação completa sobre a presente questão:

Se um homem fosse lançado em um rio, devemos considera-lo como seguro, enquanto ele for capaz de manter a cabeça acima da água. A Igreja, corpo místico de Cristo, é lançado no mar do mundo [e, posteriormente, no mar da morte]; e Cristo, seu Cabeça, mantém-Se no alto, mesmo no céu. Existe, então, qualquer temor, ou a possibilidade, que se afogue um membro deste corpo? Se alguém deve ser afogado, então ou o próprio Cristo deve ser afogado em primeiro lugar, ou então esse membro deve ser retirado de Cristo: ambos são impossíveis. Em virtude, portanto, desta união, vemos que sobre a segurança de Cristo, depende a nossa. Se Ele está seguro, assim nós estamos. Se nós perecemos, então Ele deve perecer.

Bem, portanto, os crentes moribundos podem cantar: “Não a nós, Senhor, mas ao Teu

nome, dá glória! Teu amor misericordioso nos conduz, quando não conseguimos prosseguir, e, pelo amor de Tua verdade, Tu nos salva completamente sem que nem mesmo um se perca”.

8. Quando a alma resgatada for realmente trazida à glória, que música ela cantará, então? O conteúdo do texto ainda será a linguagem dos céus: “Não a nós, SENHOR, não a nós, mas ao teu nome dá glória”.

Enquanto estamos na terra, temos necessidade daquele cuidado notável, que Moisés deu aos filhos de Israel: Quando, pois, o Senhor teu Deus os lançar fora de diante de ti, não fales no teu coração, dizendo: Por causa da minha justiça é que o Senhor me trouxe a esta terra para a possuir; porque pela impiedade destas nações é que o Senhor as lança fora de diante de ti. Não é por causa da tua justiça, nem pela retidão do teu coração que entras a possuir a sua terra... Sabe, pois, que não é por causa da tua justiça que o Senhor teu Deus te dá esta boa terra para possuí-la, pois tu és povo obstinado” (Deuteronômio 9:4-6).

Agora, se a Canaã terrenal, que era apenas uma herança transitória, era inatingível por mérito humano; se até mesmo os bens materiais não nos são dados pelo nosso próprio bem a justiça; quem ousará dizer que o próprio céu é a compra de nossa justiça própria? Se as nossas obras não podem merecer até mesmo as conveniências de escape e suprimentos temporais, como é possível, que sejamos capazes de merecer as riquezas infinitas da eternidade? Não precisaremos de nenhum alerta contra a justiça própria, quando chegarmos seguros àquele melhor país. A linguagem de nossos corações e das nossas vozes, será; e os anjos se unirão ao concerto; e todos os eleitos, os anjos e os homens, para sempre e sempre, tocarão em suas harpas essa nota: “Não a nós, SENHOR, não a nós, mas ao teu nome dá glória, por amor da tua benignidade e da tua verdade”.

Oh! que um senso desta amorosa misericórdia e verdade possam ser, de forma calorosa e transformadora, experimentadas por nossos corações! Porque, na verdade, meus queridos irmãos, é a experiência de sentir o poder de Deus sobre a alma que faz com que o Evangelho seja cheiro de vida para vida. Não obstante o propósito de Deus seja firme como o seu trono; apesar de que toda a justiça e redenção de Cristo estejam consumadas e completas, como um agente Divino e onipotente poderia fazê-lo; não obstante estou convencido de que Deus sempre será fiel, a cada alma a quem Ele chamou das trevas para a Sua maravilhosa luz; e embora ninguém possa arrancar o povo de Cristo de Suas mãos; ainda assim, eu não sou menos satisfeito, que esse deve ser sentimento percebido sobre tudo isso, qual seja, uma percepção operada em nossos corações pelo Espírito Santo, que dará a você e a mim o conforto dos decretos graciosos do Pai, e da obra consumada do Messias. Eu sei que está crescendo mui popularmente o falar contra sentimentos espirituais. Mas não me atrevo a participar deste clamor. Pelo contrário, adoto a oração do apóstolo, que o

nosso amor a Deus, e as manifestações de Seu amor por nós, cresçam mais e mais “em ciência e em todo o sentimento” (Filipenses 1:9 – tradução literal). E, não é desejo entusiástico, em nome de vocês e de mim mesmo, que sejamos do número daqueles “homens piedosos”, que, como a nossa Igreja justamente expressa, “sentem em si mesmos as obras do Espírito de Cristo, mortificando as obras da carne, e inclinado as suas mentes para coisas elevadas e celestiais”. Na verdade, o grande empreendimento do Espírito de Deus é elevar e abaixar. Elevar as nossas afeições a Cristo, e abaixar as insondáveis riquezas da graça comunicando-as aos nossos corações. O conhecimento disso, e desejo sincero por isso, são todos os sentimentos pelos quais eu pleiteio. E, por estes sentimentos, desejo sempre pleitear. Satisfeito como eu sou, que, sem alguma experiência e deleites deles, não podemos ser felizes, vivendo ou morrendo.

Deixe-me perguntar-lhe, por assim dizer, um por um; o Espírito Santo começou a revelar essas coisas profundas de Deus à sua alma? Se assim for, dê a Ele a glória por isso. E, assim como você valoriza a comunhão com Ele; à medida que você valoriza o consolo do Espírito Santo; esforce-se para ser encontrado no caminho de Deus, até mesmo o alto caminho da fé humilde e do amor obediente, sentado aos pés de Cristo, e desejoso de absorver aquelas doces, arrebatadoras e santificadoras comunicações da graça, que são ao mesmo tempo um penhor, e uma preparação para o pleno céu completo, quando você vier a morrer. Deus me livre, que alguma vez pensemos levemente sobre os sentimentos religiosos! Pois, se, em algum grau, não nos sentimos pecadores, nem sentimos que Cristo é precioso; eu duvido que o Espírito de Deus tenha alguma vez operado salvificamente em nossas almas.

Não, longe de serem limitadas a isso, nossos desejos pelo sentimento interior da presença de Deus, deveria aumentar continuamente, quanto mais perto chegamos do fim de nossa peregrinação terrena, e à semelhança da expansão progressiva de um rio, o qual, embora estreito e apertado quando primeiro começa a fluir, nunca deixa de alargar-se e aumentar, na proporção em que se aproxima do oceano em que desagua.

Deus nos conceda uma graciosa e grande maré de Seu Espírito, a fim de reabastecer nossos canais sedentos, transbordar nosso fluxo escasso e acelerar o nosso curso lânguido! Se este não for o nosso grito, é um sinal, ou que a obra da graça ainda não foi iniciada em nós; ou que ela está, de fato, em maré baixa, e desbotada com aqueles sedimentos que tendem a desonrar a Deus, eclipsar a glória do Evangelho, e espalhar nuvens e escuridão em nossas almas.

Alguns Cristãos são como marcos deteriorados; que permanecem, é verdade, no caminho direito, e carregam alguns traços de impressão apropriada, mas tão miseravelmente mutilados e desfigurados, que eles quase não consegue ler ou saber o que se fará com eles. Que

o bendito Espírito de Deus faça com que todos os nossos corações, nesta manhã, se submetam a uma renovada impressão; e sacie-nos com uma nova edição de nossas evidências para o céu! Oh! que chuvas de bênçãos desçam sobre você, a partir do alto! Que você possa ver, que Cristo, e a graça de Deus nEle, é tudo em todos! Enquanto você está na terra, você pode nunca atribuir toda a glória a Ele! E, tenho certeza, que quando você for para o céu, você nunca a atribuirá a qualquer outro.

O Mito do Livre-Arbítrio

Walter J. Chantry

A maioria das pessoas diz que acredita em “livre-arbítrio”. Você tem alguma ideia do que isso significa? Eu acredito que você encontrará uma grande quantidade de superstição sobre este assunto. A vontade é tida como o grande poder da alma humana que é completamente livre para dirigir as nossas vidas. Mas de que ela é livre? E qual é o seu poder?

O MITO DA LIBERDADE CIRCUNSTANCIAL

Ninguém nega que o homem tem uma vontade, ou seja, a faculdade de escolher o que ele quer dizer, fazer e pensar. Mas você já refletiu sobre a fraqueza lamentável de sua vontade? Embora você tenha a capacidade de tomar uma decisão, você não tem o poder de levar a cabo o seu propósito. A vontade pode elaborar um plano de ação, mas não tem poder para executar sua intenção.

Os irmãos de José o odiavam. Eles o venderam para ser um escravo. Mas Deus usou suas ações para fazer dele um governante sobre eles mesmos. Eles escolheram agir daquela maneira para prejudicar José. Mas Deus, em Seu poder, direcionou os eventos que aconteceram com José para o seu bem. Ele disse: “Vós bem intentastes mal contra mim; porém Deus o intentou para bem” (Gênesis 50:20).

E como muitas de suas decisões são miseravelmente frustradas? Você pode optar por ser um milionário, mas a providência de Deus provavelmente o impedirá. Você pode optar por ser um estudioso, mas problemas de saúde, um lar instável ou a falta de recursos financeiros podem frustrar a sua vontade. Você escolhe sair de férias, mas um acidente de automóvel pode mandá-lo para o hospital em vez disso.

Ao dizer que sua vontade é livre, nós certamente não queremos dizer que ela determina o curso da sua vida. Você não escolheu a doença, a tristeza, a guerra e a pobreza que têm estragado a sua felicidade. Você não escolheu ter inimigos. Se a vontade do homem é tão potente, por que não escolhe viver para sempre? Antes, você deve morrer. Os principais fatores que moldam sua vida não se dão por causa de sua vontade. Você não escolheu seu status social, cor, inteligência e etc.

Qualquer reflexão sóbria sobre a sua experiência produzirá a conclusão: “O coração do homem planeja o seu caminho, mas o Senhor lhe dirige os passos” (Provérbios 16:9). Ao

invés de exaltar a vontade humana, deveríamos humildemente louvar ao Senhor cujos propósitos moldam nossas vidas. Como Jeremias confessou: “Eu sei, ó Senhor, que não é do homem o seu caminho; nem do homem que caminha o dirigir os seus passos” (Jeremias 10:23).

Sim, você pode escolher o que você quer, e você pode planejar o que você fará. Mas sua vontade não é livre para realizar nada contrário aos propósitos de Deus. Nem você tem algum poder para alcançar seus objetivos, senão aqueles que Deus lhe permite. A próxima vez que você estiver tão encantado com a sua própria vontade, lembre-se da parábola de Jesus sobre o homem rico. O homem rico disse: “Farei isto: Derrubarei os meus celeiros, e edificarei outros maiores, e ali recolherei todas as minhas novidades e os meus bens... Mas Deus lhe disse: Louco! esta noite te pedirão a tua alma” (Lucas 12:18-21). Ele era livre para planejar, mas não era livre para realizar; a mesma coisa acontece com você.

O MITO DA LIBERDADE ÉTICA

Mas a liberdade da vontade é citada como um fator importante na tomada de decisões morais. A vontade do homem é dita ser livre para escolher entre o bem e o mal. Mas devemos perguntar novamente, a partir do que ela é livre? E o que a vontade do homem é livre para escolher?

A vontade do homem é o seu poder de escolha entre alternativas. Sua vontade decide suas ações a partir de uma série de opções. Você tem a faculdade de dirigir seus próprios pensamentos, palavras e ações. Suas decisões não são formadas por uma força externa, mas por uma força que está dentro de você mesmo. Nenhum homem é compelido a agir contra a sua vontade, nem forçado a dizer o que ele não deseja. Sua vontade guia suas ações.

No entanto, isso não significa que o poder de decidir está livre de qualquer influência. Você faz escolhas com base no seu entendimento, seus sentimentos, seus gostos e desgostos e seus apetites. Em outras palavras, sua vontade não é livre de você mesmo! Suas escolhas são determinadas por seu próprio caráter básico. A sua vontade não é independente de sua natureza, antes é escrava dela. Suas escolhas não moldam o seu caráter, mas o seu caráter é que orienta as suas escolhas. A vontade é bastante parcial para o que você sabe, sente, ama e deseja. Você sempre escolhe com base em sua disposição, de acordo com a condição do seu coração.

É apenas por esta razão que a sua vontade não é livre para fazer o bem. Sua vontade é escrava do seu coração, e seu coração é mau. “E viu o Senhor que a maldade do homem

se multiplicara sobre a terra e que toda a imaginação dos pensamentos de seu coração era só má continuamente” (Gênesis 6:5). “Não há quem faça o bem, não há nem um só” (Romanos 3:12). Nenhum poder força o homem a pecar contra a sua vontade, antes os descendentes de Adão são tão maus que sempre escolhem o mal.

Suas decisões são moldadas pelo seu entendimento, e a Bíblia diz o seguinte a respeito de todos os homens: “o seu coração insensato se obscureceu” (Romanos 1:21). O homem só pode ser justo quando ele deseja ter comunhão com Deus, mas, “não há ninguém que busque a Deus” (Romanos 3:11). Seus apetites anseiam o pecado, e assim você não pode escolher o bem. Pois escolher o bem é contrário à natureza humana. Se você escolhe obedecer a Deus, isto é o resultado de uma compulsão externa. Mas você é livre para escolher, e, portanto, sua escolha está escravizada à sua própria natureza maligna.

Se carne fresca e uma salada mista fossem colocados diante de um leão faminto, ele escolheria a carne. Isto porque sua natureza dita a sua escolha. É exatamente assim com o homem. A vontade do homem é livre de força exterior, mas não da inclinação da natureza humana. Essa inclinação é contrária a Deus. Os poderes de decisão do homem são livres para escolher o que o coração humano dita; portanto, não há possibilidade de um homem escolher agradar a Deus sem uma obra prévia da graça Divina.

O que a maioria das pessoas entende por livre-arbítrio é a ideia de que o homem é, por natureza, neutro e, portanto, capaz de escolher o bem ou o mal. Isso simplesmente não é verdade. A vontade humana e de toda a natureza humana é inclinada para o mal continuamente. Jeremias perguntou: “Porventura pode o etíope mudar a sua pele, ou o leopardo as suas manchas? Então podereis vós fazer o bem, sendo ensinados a fazer o mal” (Jeremias 13:23). É impossível. É contrário à natureza. Assim os homens precisam desesperadamente da transformação sobrenatural de suas naturezas, do contrário as suas vontades são escravizadas para escolher o mal.

Apesar do grande louvor que é dado ao “livre-arbítrio”, vimos que a vontade do homem não é livre para escolher agir de forma contrária aos propósitos de Deus, nem livre para agir contra a sua própria natureza moral. Sua vontade não determina os acontecimentos de sua vida, nem as circunstâncias da mesma. Escolhas éticas não são formadas por uma mente neutra, mas sempre ditadas pela sua personalidade.

O MITO DA LIBERDADE ESPIRITUAL

No entanto muitos afirmam que a vontade humana faz a escolha final da vida espiritual ou morte espiritual. Aqui a vontade é totalmente livre para escolher a vida eterna oferecida em

Jesus Cristo ou rejeitá-la. Diz-se que Deus dará um novo coração a todos que escolherem receber a Jesus Cristo pelo poder de seu próprio livre-arbítrio.

Não pode haver dúvida de que receber Jesus Cristo é um ato da vontade humana. É muitas vezes chamado de “fé”. Mas como os homens vêm a receber o Senhor de boa vontade? É geralmente respondido: “a partir do poder de seu próprio livre-arbítrio”. Mas como pode ser isso? Jesus é um profeta. Recebê-LO significa crer em tudo o que Ele diz. Em João 8:41-45 Jesus deixou claro que você nasceu de Satanás. Este pai maligno odeia a verdade e transmitiu a mesma inclinação ao seu coração por natureza. Assim disse Jesus: “Mas, porque vos digo a verdade, não me credes” [João 8:45]. Como a vontade humana salta da escolha do homem para crer no que a mente humana odeia e rejeita?

Receber a Jesus também significa abraçá-LO como um sacerdote, ou seja, confiar e depender dEle para pleitear a paz com Deus por meio de Seus sacrifícios e intercessão. Paulo nos diz que a mente com a qual nascemos é hostil a Deus (Romanos 8:7). Como poderei escapar da influência da natureza humana, que nasce com uma violenta inimizade para com Deus? Seria insano para a vontade escolher a paz quando cada osso e gota de sangue clamam por rebelião.

Outrossim, receber a Jesus significa recebê-LO como um rei. Isso significa escolher obedecer Seus comandos, confessar o Seu direito de governar e adorar diante do Seu trono. Mas a mente humana, as emoções e os desejos todos clamam: “Não queremos que este reine sobre nós” (Lucas 19:14).

Se todo o meu ser odeia a Sua verdade, odeia o Seu governo e odeia a paz com Deus, como minha vontade pode ser responsável por receber a Jesus? Como pode um pecador ter fé?

Não é a vontade do homem, mas é por causa da graça de Deus que um pecador alcança um novo coração. A menos que Deus mude o coração, crie um novo espírito de paz, verdade e submissão, o homem não optará por receber a Jesus Cristo e a vida eterna nEle. Um novo coração deve ser dado antes que um homem venha a crer, ou então a vontade humana está irremediavelmente escravizada à maligna natureza humana, mesmo no que diz respeito à conversão. Jesus disse: “Não te maravilhes de te ter dito: Necessário vos é nascer de novo” (João 3:7). A menos que você nasça de novo, você jamais verá o Seu reino.

Leia João 1:12 e 13. Ali é dito que aqueles que creem em Jesus têm “nascido, não da vontade do homem, mas de Deus”. Assim como sua vontade não é responsável pela sua própria

vinda a este mundo, assim também não é responsável pelo novo nascimento. É o Seu Criador, que deve ser agradecido por sua vida, e se alguém está em Cristo, é uma nova criatura (2 Coríntios 5:17). Quem já escolheu ser criado? Quando Lázaro ressuscitou dos mortos, ele escolheu atender à chamada de Cristo, mas ele não escolheu ressuscitar. Então Paulo disse em Efésios 2:4-5: “Estando nós ainda mortos em nossas ofensas, nos vivificou juntamente com Cristo (pela graça sois salvos)”. A fé é o primeiro ato de uma vontade renovada pelo Espírito Santo. Receber a Cristo é um ato do homem, assim como a respiração o é, no entanto Deus deve primeiramente dar-lhe a vida.

Não admira que Martinho Lutero escreveu um livro intitulado “A Escravidão da Vontade”, que ele considerava um de seus mais importantes tratados. A vontade está presa nas cadeias da maligna natureza humana. Vocês, que exaltam o livre-arbítrio como uma grande força estão se agarrando a uma raiz de orgulho. O homem, como caído no pecado, está totalmente desamparado e sem esperança. A vontade do homem não oferece nenhuma esperança. Foi a vontade de escolher o fruto proibido que nos trouxe à miséria. A poderosa graça de Deus oferece libertação. Lance-se à misericórdia de Deus para a salvação. Peça ao Espírito da graça para criar um espírito novo dentro de você.

Objecções à Soberania de Deus Respondidas

A. W. Pink

Uma das crenças mais populares de hoje é que Deus ama a todos, e o próprio fato de que isso é tão popular entre todas as classes deve ser o suficiente para despertar as suspeitas daqueles que são sujeitos à Palavra da verdade. O amor de Deus por todas as Suas criaturas é o princípio fundamental e favorito dos Universalistas, Unitarianos, Teosofistas, Cientistas Cristãos, Espíritas, Russellitas e etc. Não importa como um homem possa viver em desafio aberto ao Céu, sem nenhuma preocupação com os interesses eternos de sua alma, e menos ainda para a glória de Deus, morrendo, talvez com uma blasfêmia nos lábios — não obstante, somos informados que Deus o ama. Tão amplamente este dogma tem sido proclamado, e é tão reconfortante para o coração que está em inimizade contra Deus que temos pouca esperança de convencer muitos de seus erros. Que Deus ama a todos é, podemos dizer, uma crença bastante moderna. Os escritos dos pais da Igreja, dos Reformadores ou dos Puritanos serão (nós acreditamos) procurados em vão por qualquer conceito como este. Talvez o recente D. L. Moody cativado por “A Melhor Coisa do Mundo”, de Drummond, mais do que qualquer outra pessoa no século passado, popularizou esse conceito.

Tem-se habitualmente dito que Deus ama o pecador, embora Ele odeie o seu pecado. Mas essa é uma distinção sem sentido. O que há em um pecador, senão o pecado? Não é verdade que “toda a cabeça está enferma e todo o coração fraco. Desde a planta do pé até a cabeça não há nele coisa sã”? (Isaías 1:5-6). É verdade que Deus ama a pessoa que está desprezando e rejeitando o Seu Filho bendito? Deus é luz, bem como amor, e, portanto, Seu amor deve ser um amor santo. Dizer a quem rejeita a Cristo que Deus o ama é cauterizar a sua consciência, bem como fornecer-lhe uma sensação de segurança em seus pecados. O fato é: o amor de Deus é uma verdade apenas para os santos, e apresentá-lo para os inimigos de Deus é tomar o pão dos filhos e lançá-lo aos cachorrinhos.

Com a exceção de João 3:16, nenhuma vez lemos nos quatro Evangelhos sobre o Senhor Jesus, o Mestre perfeito, dizendo aos pecadores que Deus os ama! No livro de Atos, que registra os trabalhos evangelísticos e mensagens dos apóstolos, o amor de Deus nunca é referente a todos! Mas quando chegamos às Epístolas, que são dirigidas aos santos, temos uma apresentação completa desta preciosa verdade: o amor de Deus é para os Seus. Busquemos manejar bem a Palavra de Deus e, então, não seremos achados tomando as verdades que são dirigidas aos crentes e as aplicando mal para os incrédulos. O que os pecadores precisam que seja trazido diante deles é a inefável santidade, a exigente retidão, a inflexível justiça e a terrível ira de Deus. Arriscando o perigo de que sejamos mal interpretados, permita-nos dizer, e nós gostaríamos de dizer isso a cada evangelista e pregador

no país: há demasiada apresentação de Cristo aos pecadores atualmente (por aqueles que são saudáveis na fé), e pouquíssima demonstração aos pecadores de sua necessidade de Cristo, ou seja, a sua condição absolutamente arruinada e perdida; o perigo iminente e terrível de sofrer a ira vindoura; a temível culpa pendente sobre eles, aos olhos de Deus; apresentar Cristo a quem nunca foi demonstrado a sua necessidade dEle, parece-nos ser culpável de lançar pérolas aos porcos.

Se é verdade que Deus ama a todos os membros da família humana, então por que nosso Senhor disse aos discípulos: “Aquele que tem os meus mandamentos e os guarda esse é o que me ama; e aquele que me ama será amado de meu Pai”, “Se alguém me ama, guardará a minha palavra, e meu Pai o amará” (João 14:21, 23). Por que dizer: “Aquele que me ama será amado de meu Pai?” se o Pai ama a todos? A mesma delimitação é encontrada em Provérbios 8:17: “Eu amo aos que me amam”. Mais uma vez, lemos: “odeias a todos os que praticam a maldade” — não apenas as obras de maldade. Aqui, então, está um preciso repúdio do ensino atual que Deus odeia o pecado, mas ama o pecador, a Escritura diz: “odeias a todos os que praticam a maldade” (Salmos 5:5)! Deus está irado com o ímpio todos os dias (Salmos 7:11). “Aquele que crê no Filho tem a vida eterna; mas aquele que não crê no Filho não verá a vida, mas”, não “permanecerá”, mas mesmo agora, “a ira de Deus sobre ele permanece” (João 3:36). Pode Deus “amar” alguém sobre quem a Sua “ira” permanece?

Mais uma vez, não é evidente que as palavras: “amor de Deus, que está em Cristo Jesus nosso Senhor” (Romanos 8:39), assinalam uma limitação, tanto na abrangência e objetos de Seu amor? Novamente, não é claro a partir das palavras: “Amei a Jacó, e odiei a Esaú” (Romanos 9:13), que Deus não ama a todos? Mais uma vez, está escrito: “Porque o Senhor corrige o que ama, e açoita a qualquer que recebe por filho” (Hebreus 12:6). Esse versículo não ensina que o amor de Deus é restrito aos membros de Sua própria família? Se Ele ama a todos os homens, sem exceção, então, a distinção e limitação aqui mencionadas são completamente sem sentido. Finalmente, nós gostaríamos de perguntar, é concebível que Deus amará os condenados ao Lago de Fogo? Ainda assim, se Ele os ama agora, Ele os amará depois, sendo que o Seu amor não conhece mudança. NEle “não há mudança nem sombra de variação”!

Passando agora para João 3:16, deveria ser evidente a partir das passagens que acabamos de citar que este versículo não carrega a interpretação que é geralmente colocada sobre ele. “Porque Deus amou o mundo”; muitos supõem que isso significa toda a raça humana. Mas “toda a raça humana” inclui toda a humanidade desde Adão até o fim da história terrena: isto abrange o passado e o que está adiante! Considerem, então, a história da humanidade antes de Cristo nascer. Incontáveis milhões viveram e morreram antes do Salvador

vir até a terra, viveram aqui “não tendo esperança, e sem Deus no mundo”, e, portanto, adentraram em uma eternidade de aflição. Se Deus os “amou”, onde há a menor prova disso? A Escritura declara: “O qual [Deus] nos tempos passados [da torre de Babel até depois de Pentecostes] deixou andar todas as nações em seus próprios caminhos” (Atos 14:16). A Escritura declara: “E, como eles não se importaram de ter conhecimento de Deus, assim Deus os entregou a um sentimento perverso, para fazerem coisas que não convêm” (Romanos 1:28). Para Israel, Deus disse: “De todas as famílias da terra só a vós vos tenho conhecido” (Amós 3:2). Considerando estas claras passagens, quem será tão tolo a ponto de insistir que Deus, no passado, amou toda a humanidade! O mesmo se aplica com igual força ao futuro. Leiam o livro de Apocalipse, observando especialmente os capítulos de 8 a 19, onde temos a descrição dos julgamentos que serão derramados do Céu sobre a terra. Leiam sobre as desgraças temíveis, as pragas terríveis, os cálices da ira de Deus que serão esvaziados sobre os ímpios. Por fim, leiam o vigésimo capítulo de Apocalipse, o julgamento do grande trono branco, e vejam se podem descobrir ali o mínimo vestígio deste amor.

Mas o objetor volta para João 3:16 e diz: “Mundo significa mundo”. É verdade, mas nós mostramos que “o mundo” não significa toda a família humana. O fato é que “o mundo” é usado de uma forma geral. Quando os irmãos de Cristo disseram “manifesta-te ao mundo” (João 7:4), eles quiseram dizer “manifesta-te a toda a humanidade”? Quando os fariseus disseram “Eis aí vai o mundo após ele” (João 12:19, ARA), eles quiseram dizer que “toda a família humana” estava reunida após ele? Quando o apóstolo escreveu: “em todo o mundo é anunciada a vossa fé” (Romanos 1:8), ele quis dizer que a fé dos santos em Roma, foi o tema da conversação de cada homem, mulher e criança na Terra? Quando Apocalipse 13:3 nos informa que “toda a terra se maravilhou após a besta”, nós devemos entender que não haverá exceções? Estas e outras passagens que poderiam ser citadas mostram que o termo “o mundo” frequentemente tem uma força relativa, em vez de absoluta.

Agora, a primeira coisa a observar em conexão com João 3:16, é que o nosso Senhor estava ali falando com Nicodemos, um homem que acreditava que as misericórdias de Deus estavam limitadas à sua própria nação. Cristo ali anunciou que o amor de Deus em dar Seu Filho tinha um objeto maior em vista, de forma que fluiu para além da fronteira da Palestina, chegando a “regiões além”. Em outras palavras, este foi o anúncio de Cristo: que Deus tinha um propósito de graça tanto gentios quanto para judeus. “Porque Deus amou o mundo”, então, significa que o amor de Deus é internacional em seu escopo. Mas isso significa que Deus ama cada indivíduo entre os gentios? Não necessariamente, pois, como vimos, o termo “mundo” é o geral em vez de específico, relativo em vez de absoluto. O termo “mundo” em si não é conclusivo. Para verificar quem são os objetos do amor de Deus, outras passagens em que o Seu amor é mencionado devem ser consultadas.

Em 2 Pedro 2:5 lemos sobre “o mundo dos ímpios”. Assim, se há um mundo dos ímpios,

deve haver também um mundo dos piedosos. É este último que está em vista nas passagens que consideraremos agora, brevemente. “Porque o pão de Deus é aquele que desce do céu e dá vida ao mundo” (João 6:33). Agora, observem bem isso, Cristo não disse, “oferece vida ao mundo”, mas “dá”. Qual é a diferença entre os dois termos? Esta: uma coisa que é “oferecida” pode ser recusada, mas uma coisa “dada” implica, necessariamente, em sua aceitação. Se Ele não é aceito, não é “dado”, é simplesmente oferecido. Aqui, então, é uma Escritura que afirma positivamente que Cristo dá vida (espiritual, a vida eterna) “para o mundo”. Agora, Ele não dá a vida eterna ao “mundo dos ímpios”, pois eles não a terão, eles não a querem. Por isso, somos obrigados a compreender a referência em João 6:33 como sendo para “o mundo dos piedosos”, a saber, o próprio povo de Deus.

Mais uma: Em 2 Coríntios 5:19, lemos: “Isto é, Deus estava em Cristo reconciliando consigo o mundo”. O que se entende por isso é claramente definido nas palavras imediatamente seguintes: “não lhes imputando os seus pecados; e pôs em nós a palavra da reconciliação”. Aqui, novamente, “o mundo” não pode significar “o mundo dos ímpios”, pois seus “pecados” são “imputados” a eles, como o julgamento do grande trono branco ainda mostrará. Mas, 2 Coríntios 5:19 ensina claramente que há um “mundo” que é “reconciliado”, reconciliado com Deus porque os seus pecados não são imputados em sua conta, tendo sido suportados pelo seu Substituto. Quem, então, são eles? Apenas uma resposta é razoavelmente possível: o mundo do povo de Deus!

De forma semelhante, o “mundo” em João 3:16 deve, em última análise, referir-se ao mundo do povo de Deus. Deve, dizemos, pois não há outra solução alternativa. Isto não pode significar toda a raça humana, pois uma parte da raça já estava no inferno, quando Cristo veio à terra. É incorreto insistir que isto significa todo o ser humano vivendo agora, pois toda outra passagem no Novo Testamento, onde o amor de Deus é mencionado, o limita ao Seu próprio povo; examinem e vejam! Os objetos do amor de Deus em João 3:16 são precisamente os mesmos objetos do amor de Cristo em João 13:1: “Ora, antes da festa da páscoa, sabendo Jesus que já era chegada a sua hora de passar deste mundo para o Pai, como havia amado os seus, que estavam no mundo, amou-os até o fim”. Nós podemos admitir que a nossa interpretação de João 3:16 não é um romance inventado por nós, mas uma interpretação quase uniformemente feita pelo Reformadores e Puritanos, e muitos outros desde então.

É estranho, mas é verdade, que muitos que reconhecem o governo soberano de Deus sobre as coisas materiais contestarão e tergiversarão quando insistimos que Deus também é soberano no reino espiritual. Mas a contenda é com Deus e não conosco. Nós oferecemos a Escritura em apoio a tudo que foi desenvolvido nestas páginas, e se isso não satisfará os nossos leitores, é ocioso para nós que busquemos convencê-los. O que escrevemos agora é designado para aqueles que se curvam à autoridade da Sagrada Escritura, e para o be-

nefício destes, nos propomos a examinar várias outras porções da Escritura que foram propositalmente mantidas para este capítulo.

Talvez a única passagem que tem apresentado a maior dificuldade para aqueles que viram que passagem após passagem a Sagrada Escritura ensina claramente a eleição de um número limitado para a salvação, é 2 Pedro 3:9: “não querendo que alguns se percam, senão que todos venham a arrepender-se”.

A primeira coisa a ser dita sobre a passagem acima é que, como toda Escritura, deve ser entendida e interpretada à luz de seu contexto. O que citamos no parágrafo anterior é apenas uma parte do versículo, e a última parte dele! Certamente deve ser consentido por todos que a primeira metade do versículo precisa ser levada em consideração. A fim de estabelecer o que essas palavras são presumidas significar por muitos, a saber, que as palavras “alguns” e “todos” devem ser aceitas sem qualquer qualificação, deve ser mostrado que o contexto está se referindo a toda a raça humana! Se isso não puder ser mostrado, se não houver uma premissa para justificar isso, então a conclusão também deve ser injustificada. Vamos, então, refletir sobre a primeira parte do versículo.

“O Senhor não retarda a sua promessa”. Observem, “promessa”, no singular, e não “promessas”. Que promessa está em vista? A promessa de salvação? Onde, em toda a Escritura, Deus alguma vez prometeu salvar toda a raça humana? Onde, de fato? Não, a “promessa” aqui referida, não é sobre salvação. Sobre o que é então? O contexto nos diz.

“Sabendo primeiro isto, que nos últimos dias virão escarnecedores, andando segundo as suas próprias concupiscências, E dizendo: Onde está a promessa da sua vinda?” (vv. 3-4). O contexto, então, refere-se à promessa de Deus de enviar de volta o Seu Filho amado. Porém, muitos séculos se passaram e essa promessa ainda não foi cumprida. É verdade, todavia, longa como a demora pode parecer para nós, o intervalo é curto na consideração de Deus. Como prova disso, somos lembrados: “Mas, amados, não ignoreis uma coisa, que um dia para o Senhor é como mil anos, e mil anos como um dia” (v. 8). Em consideração ao tempo de Deus, menos de dois dias já se passaram desde que Ele prometeu enviar de volta a Cristo.

Ainda mais, o atraso do Pai no envio de volta de Seu Filho amado não é devido a nenhuma “negligência” de Sua parte, mas é também ocasionada por Sua “longanimidade”. Sua longanimidade em relação a quem? O versículo que estamos considerando agora nos diz: “mas é longânimo para conosco”. E quem é o “conosco”? A raça humana, ou o próprio povo de Deus? À luz do contexto, esta não é uma questão em aberto sobre a qual cada um de nós é livre para formar uma opinião. O Espírito Santo a definiu. O versículo de introdução

do capítulo diz: “Amados, escrevo-vos agora esta segunda carta”. E, novamente, o versículo imediatamente anterior declara: “Mas, amados, não ignoreis uma coisa” (v. 8). O “conosco”, então, são os “amados” de Deus. Aqueles a quem a sua epístola é dirigida são os que “alcançaram fé [não “exerceram”, mas “alcançaram” como um dom da soberania de Deus] igualmente preciosa pela justiça do nosso Deus e Salvador Jesus Cristo” (2 Pedro 1:1). Portanto, dizemos que não há espaço para uma dúvida, um trocadilho ou um argumento: o “conosco” são os eleitos de Deus.

Citaremos agora o verso como um todo: “O Senhor não retarda a sua promessa, ainda que alguns a têm por tardia; mas é longânimo para conosco, não querendo que alguns se percam, senão que todos venham a arrepender-se”. Poderia algo ser mais claro? Os “alguns” a quem Deus não quer que pereçam são os “conosco” por quem Deus é “longânimo”, os “amados” dos versículos anteriores. 2 Pedro 3:9 significa, então, que Deus não enviará de volta o Seu filho, “até que a plenitude dos gentios haja entrado” (Romanos 11:25). Deus não enviará de volta a Cristo até que aquele “povo” a quem Ele está agora “tomando dentre os gentios” (Atos 15:14) seja reunido. Deus não enviará de volta o Seu Filho até que o corpo de Cristo esteja completo e isto não ocorrerá até que aqueles a quem Ele elegeu para serem salvos nesta dispensação sejam trazidos a Ele. Agradeço a Deus por Sua “longanimidade” para “conosco”. Se Cristo tivesse voltado há 20 anos, o escritor havia sido deixado para trás a perecer em seus pecados. Mas isso não poderia ocorrer, de modo que Deus graciosamente atrasou a Segunda Vinda. Pela mesma razão, Ele ainda está atrasando Seu advento. Seu propósito e decreto é que todos os Seus eleitos venham a arrepender-se, e arrepender-se eles irão. O presente intervalo de graça não findará até que a última das “outras ovelhas” de João 10:16 seja seguramente agregada, então Cristo voltará.

Ao expor a soberania de Deus o Espírito na salvação, nós expusemos que o Seu poder é irresistível, que, por meio de Suas operações graciosas sobre eles e neles, Ele “compele” os eleitos a virem a Cristo. A soberania do Espírito Santo é apresentada não apenas em João 3:8, onde nos é dito: “O vento assopra onde quer (Lhe agrada) [...] assim é todo aquele que é nascido do Espírito”, mas é também afirmada em outras passagens. Em 1 Coríntios 12:11 lemos: “Mas um só e o mesmo Espírito opera todas estas coisas, repartindo particularmente a cada um como quer”. E, novamente, lemos em Atos 16:6-7: “E, passando pela Frígia e pela província da Galácia, foram impedidos pelo Espírito Santo de anunciar a palavra na Ásia. E, quando chegaram a Mísia, intentavam ir para Bitínia, mas o Espírito não lho permitiu”. Assim, vemos como o Espírito Santo interpôs Sua vontade imperial, em oposição à determinação dos apóstolos.

Mas, é objetado contra a afirmação que a vontade e poder do Espírito Santo são irresistíveis, que há duas passagens, uma no Antigo Testamento e outra no Novo, que parecem

militar contra tal conclusão. Deus disse no passado: “Não contenderá o meu Espírito para sempre com o homem” (Gênesis 6:3); e aos judeus, Estevão declarou: “Homens de dura cerviz, e incircuncisos de coração e ouvido, vós sempre resistis ao Espírito Santo; assim vós sois como vossos pais. A qual dos profetas não perseguiram vossos pais? (Atos 7:51-52). Se, então, os judeus “resistiram” ao Espírito Santo, como podemos dizer que o Seu poder é irresistível? A resposta é encontrada em Neemias 9:30: “Porém estendeste a tua benignidade sobre eles por muitos anos, e testificaste contra eles pelo teu Espírito, pelo ministério dos teus profetas; porém eles não deram ouvidos”. Foram às operações externas do Espírito que Israel “resistiu”. Foi ao Espírito falando por e através dos profetas a que eles “não deram ouvidos”. Não foi a nada que o Espírito Santo operou neles a que “resistiram”, mas aos motivos que lhes foram apresentados pelas mensagens inspiradas dos profetas.

Talvez, ajudará o leitor a compreender melhor o nosso pensamento, se compararmos Mateus 11:20-24: “Então começou ele a lançar em rosto às cidades onde se operou a maior parte dos seus prodígios o não se haverem arrependido, dizendo: Ai de ti, Corazim!...”. Nosso Senhor aqui pronuncia um ai sobre estas cidades pela sua incapacidade de se arrepender por causa dos “grandes prodígios” que Ele havia operado à sua vista, e não por causa de qualquer operação interna de Sua graça! O mesmo é verdade sobre Gênesis 6:3. Pela comparação com 1 Pedro 3:18-20, será visto que foi por e através de Noé que o Espírito de Deus “contendeu” com os antediluvianos. A distinção observada acima foi hábilmente assim resumida por Andrew Fuller (outro escritor falecido há muito, de quem nossos modernos poderiam aprender bastante): “Há dois tipos de influência pelas quais Deus opera nas mentes dos homens. Em primeiro lugar, a que é comum, e que é efetuada pelo uso normal dos motivos apresentados à mente, para apreciação; em segundo lugar, a que é especial e sobrenatural. A primeira não contém nada de misterioso, mais do que a influência de nossas palavras e ações sobre o outro; a outra é um mistério da qual não conhecemos nada, senão por seus efeitos. A primeira pode ser eficaz; a última assim o é”. A obra do Espírito Santo sobre ou em direção aos homens é sempre “resistida” por eles; Sua obra interior é sempre bem sucedida. O que dizem as Escrituras? Isto: “Aquele que em vós começou a boa obra a aperfeiçoará” (Filipenses 1:6).

A próxima questão a ser considerada é: Por que pregar o Evangelho a toda criatura? Se Deus Pai predestinou apenas um número limitado para ser salvo, se Deus o Filho morreu para efetuar a salvação de apenas aqueles dados a Ele pelo Pai, e se Deus o Espírito não está buscando vivificar a ninguém, exceto os eleitos de Deus, então qual é a utilidade de anunciar o Evangelho amplamente, e onde está a razão de dizer aos pecadores: “Todo aquele que crer em Cristo não perecerá, mas terá a vida eterna”?

Em primeiro lugar, é de grande importância que devemos ser claros sobre a natureza do

próprio Evangelho. O Evangelho são as boas novas de Deus a respeito de Cristo e não a respeito dos pecadores: “Paulo, servo de Jesus Cristo, chamado para apóstolo, separado para o Evangelho de Deus... acerca de seu Filho... Jesus Cristo, nosso Senhor” [Romanos: 11-3-4]. Deus teria proclamado em toda parte e amplamente o fato surpreendente de que o Seu próprio filho bendito foi “obediente até à morte, e morte de cruz” [Filipenses 2:8]. Um testemunho universal deve ser trazido pelo valor incomparável da Pessoa e Obra de Cristo. Observem a palavra “testemunho” em Mateus 24:14. O Evangelho é o “testemunho” de Deus sobre as perfeições de Seu Filho. Observem as palavras do apóstolo: “Porque para Deus somos o bom perfume de Cristo, nos que se salvam e nos que se perdem” (2 Coríntios 2:15)!

Em relação ao caráter e conteúdo do Evangelho, a mais extrema confusão prevalece hoje. O Evangelho não é uma “oferta”, a ser atirada ao redor pelos mascates evangélicos. O Evangelho não é um mero convite, mas uma proclamação a respeito de Cristo; verdadeira quer os homens acreditem ou não. Nenhum homem é convidado a crer que Cristo morreu por ele em particular. O Evangelho, em resumo, é isto: Cristo morreu pelos pecadores, você é um pecador, creia em Cristo, e você será salvo. No Evangelho, Deus simplesmente anuncia os termos pelos quais os homens podem ser salvos (ou seja, arrependimento e fé) e, de forma indiscriminada, todos são ordenados a cumpri-los.

Em segundo lugar, o arrependimento e a remissão dos pecados devem ser pregados em o nome do Senhor Jesus “a todas as nações” (Lucas 24:47), pois os eleitos de Deus estão “dispersos” (João 11:52) entre todas as nações, e é pela pregação e ouvir do Evangelho que eles são chamados para fora do mundo. O Evangelho é o meio que Deus usa na salvação de Seus próprios escolhidos. Por natureza, os eleitos de Deus são filhos da ira “como os outros homens também”, eles são pecadores perdidos que necessitam de um Salvador, e à parte de Cristo não há solução para eles. Assim, o Evangelho deve ser crido por eles antes que eles possam regozijar-se no conhecimento dos pecados perdoados. O Evangelho é o joeirar de Deus: ele separa o joio do trigo, e reúne este último ao Seu celeiro.

Em terceiro lugar, deve ser notado que Deus tem outros fins na pregação do Evangelho além da salvação de Seus escolhidos. O mundo existe por amor dos eleitos, e ainda assim, outros têm o benefício dele. Assim, a Palavra é pregada por causa dos eleitos, contudo, outros têm o benefício de uma chamada exterior. O sol brilha embora os cegos não o vejam. A chuva cai sobre montanhas rochosas e desertos dispersos, bem como sobre os vales fecundos; assim também, Deus faz com que o Evangelho caia nos ouvidos dos não-eleitos. O poder do Evangelho é uma das agências de Deus para refrear a impiedade do mundo. Muitos que nunca foram salvos por ele são reformados, suas concupiscências são freadas, e eles são impedidos de se tornarem piores. Além disso, a pregação do Evangelho aos não-eleitos é feita uma prova admirável de seus caracteres. Ela exhibe a obstinação de seu

pecado; demonstra que o seu coração está em inimizade contra Deus; justifica a declaração de Cristo de que “os homens amaram mais as trevas do que a luz, porque as suas obras eram más” (João 3:19).

Finalmente, é suficiente que nós saibamos que somos ordenados a pregar o Evangelho a toda criatura. Não devemos argumentar sobre a consistência entre isto e o fato de que “poucos são escolhidos”. Devemos obedecer. É uma questão simplória o fazer perguntas relacionadas aos caminhos de Deus, que nenhuma mente finita pode sondar plenamente. Nós, também, podemos voltar e recordar ao objetor o que nosso Senhor declarou: “Na verdade vos digo que todos os pecados serão perdoados aos filhos dos homens, e toda a sorte de blasfêmias, com que blasfemarem; qualquer, porém, que blasfemar contra o Espírito Santo, nunca obterá perdão, mas será réu do eterno juízo” (Marcos 3:28-29), e não pode haver qualquer dúvida de que alguns dos judeus eram culpados deste mesmo pecado (ver Mateus 12:24, e etc.) e, portanto, a sua destruição era inevitável. No entanto, não obstante, menos de dois meses depois, Ele ordenou aos Seus discípulos a pregar o Evangelho a toda criatura. Quando o opositor conseguir nos mostrar a consistência dessas duas coisas — o fato de que alguns dos judeus haviam cometido o pecado imperdoável, e o fato de que o Evangelho devia ser pregado para eles — nós nos comprometemos a fornecer uma solução mais satisfatória do que a acima indicada para a harmonia entre a proclamação universal do Evangelho e uma delimitação do Seu poder salvífico somente para aqueles que Deus predestinou para serem conformes à imagem de Seu Filho.

Mais uma vez, podemos dizer, não devemos discutir sobre o Evangelho; o nosso empreendimento é pregá-lo. Quando Deus ordenou a Abraão que oferecesse seu filho em holocausto, ele poderia ter objetado que esta ordem era inconsistente com a Sua promessa: “Em Isaque será chamada a tua descendência”. Mas em vez de argumentar ele obedeceu, e deixou que Deus harmonizasse Sua promessa e Seu preceito. Jeremias poderia ter argumentado que Deus lhe pedira para fazer o que era totalmente irracional, quando disse: “Dir-lhes-ás, pois, todas estas palavras, mas não te darão ouvidos; chamá-los-ás, mas não te responderão” (Jeremias 7:27), mas em vez disso, o profeta obedeceu. Ezequiel, também, poderia ter se queixado de que o Senhor estava lhe pedindo para fazer uma coisa difícil, quando Ele disse: “E disse-me ainda: Filho do homem, vai, entra na casa de Israel, e dize-lhe as minhas palavras. Porque tu não és enviado a um povo de estranha fala, nem de língua difícil, mas à casa de Israel; nem a muitos povos de estranha fala, e de língua difícil, cujas palavras não possas entender; se eu aos tais te enviara, certamente te dariam ouvidos. Mas a casa de Israel não te quererá dar ouvidos, porque não me querem dar ouvidos a mim; pois toda a casa de Israel é de frente obstinada e dura de coração” (Ezequiel 3:4-7).

“Mas, ó minha alma, se a verdade tão resplandecente

*Ofuscasse e confundisse teus olhos,
No entanto, ainda obedeça a Sua Palavra escrita,
E espere o grandioso dia decisivo.” — Watts*

Isto foi bem dito:

“O Evangelho não perdeu nada de seu antigo poder. Ele é, tanto hoje como quando foi pregado primeiramente, ‘o poder de Deus para a salvação’. Ele não precisa de compaixão, nem da ajuda de nenhum servo. Ele pode superar todos os obstáculos, e quebrar todas as barreiras. Nenhum dispositivo humano precisa ser experimentado para preparar o pecador para recebê-lo, pois se Deus o enviou, nenhum poder consegue impedi-lo; e se Ele não o enviou, nenhum poder consegue torná-lo eficaz”
— Dr. Bullinger.

Eleição Particular

(Sermão Nº 123)

Pregado na manhã de Sabbath, 22 de março de 1858.

Por C. H. Spurgeon, no Music Hall, Royal Surrey Gardens.

“Por isso, irmãos, procurai, com diligência cada vez maior, confirmar a vossa vocação e eleição; porquanto, procedendo assim, não tropeçareis em tempo algum. Pois desta maneira é que vos será amplamente suprida a entrada no reino eterno de nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo.” (2 Pedro 1:10-11 — ARA)

É extremamente desejável que nas horas de adoração e na Casa de Oração nossas mentes estejam, tanto quanto possível, despojadas de todo pensamento mundano. Embora os negócios da semana lutarão muito naturalmente conosco para atentar contra o Sabbath, é o nosso negócio guardar o Dia do Senhor da intrusão de nossas preocupações mundanas, como guardaríamos um oásis da erupção esmagadora da areia. Tenho sentido, no entanto, que hoje devemos estar rodeados por circunstâncias de dificuldade peculiar no esforço para trazer nossas mentes para questões espirituais, pois de todos os tempos, talvez, os tempos eleitorais sejam os piores. Quão importantes, nas mentes da maioria dos homens, são as questões políticas que, muito naturalmente, após a pressa da semana, combinadas com a prossecução envolvente das eleições, estamos aptos a trazer os mesmos pensamentos e os mesmos sentimentos para a Casa de Oração e especular, talvez, mesmo no local de culto, se um conservador ou um liberal retornará para o nosso município. Ou se para a cidade de Londres não deverá ser devolvido Lord John Russell, Barão de Rothschild ou o Sr. Currie. Eu pensei, esta manhã: “Bem, é inútil minha tentativa de parar este grande trem em seu progresso! As pessoas só agora estão indo em um ritmo expresso sobre estas questões. Acho que será sábio e, em vez de me se esforçar para virá-los em cima da linha, eu vou virar os pontos de sinalização, de modo que eles ainda possam continuar as suas atividades com a mesma rapidez de sempre, mas em uma nova direção! Deverá ser a mesma linha. Eles ainda devem estar viajando seriamente para a eleição, mas, talvez, eu possa ter alguma habilidade para virar os pontos para que eles tenham a possibilidade de considerar a eleição de uma forma bastante diferente!”.

Quando o Sr. Whitefield foi uma vez solicitado a usar sua influência em uma eleição geral, ele respondeu ao seu senhorio que lhe solicitou que ele sabia muito pouco sobre eleições gerais, mas que, se o seu senhorio tomasse o seu conselho, ele faria sua própria “vocação e eleição firme”, o que foi uma observação muito adequada. Eu não iria, no entanto, dizer a quaisquer pessoas aqui presentes, para desprezarem o privilégio que vocês têm como

cidadãos. Longe esteja de mim fazê-lo! Quando nós nos tornamos Cristãos, nós não deixamos de sermos Ingleses! Quando nós nos tornamos professantes da religião, nós não cessamos de ter os direitos e privilégios que a cidadania nos tem concedido. Sempre tere-mos a oportunidade de usar o direito de votar, usemo-lo como que diante do Deus Todo-Poderoso, sabendo que por todas as coisas, seremos levados a prestar contas e para que entre os demais seja visto que confiamos nisto. E lembremo-nos de que somos os nossos próprios governantes, em grande parte, e que, se na próxima eleição escolhermos governa-dores errados, não teremos ninguém para culpar além de nós mesmos; porém de forma errada podemos agir depois, a menos que exercitemos toda a prudência e a oração ao Deus Todo-Poderoso para dirigir nossos corações a uma escolha certa neste assunto. Que Deus assim nos ajude e que o resultado seja para a Sua Glória, embora esse resultado possa ser inesperado para qualquer um de nós!

Tendo dito tanta coisa, deixe-me, então, voltar aos pontos e trazê-los para uma reflexão sobre a sua própria vocação particular e eleição, ordenando-lhes, nas palavras do Apóstolo: “Por isso, irmãos, procurai, com diligência cada vez maior, confirmar a vossa vocação e eleição; porquanto, procedendo assim, não tropeçareis em tempo algum. Pois desta manei-ra é que vos será amplamente suprida a entrada no reino eterno de nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo”. Temos aqui, em primeiro lugar, dois pontos fundamentais na reli-gião: “Vocação e eleição”; temos aqui, em segundo lugar, um bom conselho: “confirmar a vossa vocação e eleição”, ou melhor, assegurar-nos de que somos vocacionados e eleitos. E, em seguida, em terceiro lugar, temos algumas razões dadas pelas quais devemos usar esta diligência para ter a certeza de nossa eleição, porque, por um lado, devemos assim ser conservados de cair e, por outro lado, vamos ter “amplamente suprida a entrada no reino eterno de nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo”.

I. Em primeiro lugar, então, estão as DUAS QUESTÕES IMPORTANTES NA RELIGIÃO, as duas secretas para o mundo, apenas para serem entendidas por aqueles que foram vivificados pela graça Divina: “Vocação e eleição”.

Pela palavra “vocação”, nas Escrituras, entendemos duas coisas: uma, o chamado geral, que na pregação do Evangelho é dado a toda criatura debaixo do céu. O segundo chamado (o qual aqui se tem em mente) é o chamado especial, o que chamamos de chamado eficaz, através do qual Deus secretamente, no uso de meios, pelo poder irresistível do Espírito Santo, chama dentre a humanidade um determinado número dos que Ele tinha antes eleito. Ele os chama de seus pecados, para os tornar justos, desde a sua morte em delitos e pecados para tornarem-se homens de vida espiritual e de seus interesses mundanos para se tornarem amantes de Jesus Cristo. Os dois chamados diferem muito. Como Bunyan

muito belamente coloca: “Por Sua chamada comum, Ele não dá nada. Por sua chamada especial, Ele sempre tem algo para dar. Ele também tem uma voz chocante para eles que estão sob Sua asa e Ele tem um clamor para dar o alarme quando vê o inimigo vir”. O que temos que obter como absolutamente necessário para nossa salvação é uma vocação especial, feita em nós — não aos nossos ouvidos, mas aos nossos corações — e não para o nosso mero entendimento carnal, mas para o homem interior, pelo poder do Espírito. E então a outra coisa importante é a eleição. Como sem vocação não há salvação, assim, sem eleição não há vocação! A Sagrada Escritura nos ensina que Deus nos escolheu desde o princípio, para que sejamos salvos para a santificação através de Jesus Cristo. Diz-nos que todos os que são ordenados para a vida eterna, crerão; e que sua crença é o efeito de serem ordenados para a vida eterna, desde antes de todos os mundos! Por mais que isso possa ser contestado, pois frequentemente é, primeiro você deve negar a autenticidade e Inspiração plena das Escrituras Sagradas antes que você possa legítima e verdadeiramente negar isso. E uma vez que, sem dúvida, eu tenho muitos aqui que são membros da Igreja Episcopal, permita-me dizer-lhes o que eu tenho dito muitas vezes anteriormente: “Vocês, de todos os homens, são os mais inconsistentes no mundo a menos que vocês acreditem na Doutrina de Eleição, pois se ela não é ensinada nas Escrituras, não existe esta coisa de uma certeza absoluta, que é ensinada em seus artigos”. Nada pode ser mais fortemente expresso, nada mais definitivamente estabelecido que a Doutrina da Predestinação no Livro de Oração Comum. Embora nos seja dito o que já sabemos, que a Doutrina é um alto mistério e só deve ser cuidadosamente manipulada por homens que são iluminados.

No entanto, sem dúvida, é a Doutrina da Escritura que aqueles que são salvos são salvos porque Deus os escolheu para serem salvos e são chamados como o efeito de da primeira escolha de Deus! Se algum de vocês contesta isto, eu estou sobre a autoridade das Sagradas Escrituras. Sim, e se fosse necessário recorrer à tradição, que tenho a certeza que não é, e nenhum Cristão jamais faria isso, então eu o conduziria sobre essa questão. Para que eu possa traçar esta Doutrina através dos lábios de uma sucessão de homens santos, a partir deste momento presente até os dias de Calvino. De lá para Agostinho e de lá para Paulo, ele mesmo, e até mesmo para os lábios do Senhor Jesus Cristo! A Doutrina é, sem dúvida ensinada nas Escrituras e não fossem os homens orgulhosos demais para se humilhar a ela, seria universalmente crida e recebida como sendo não outra senão a Verdade manifesta de Deus! Ora, senhores, vocês não acreditam que Deus ama Seus filhos? E vocês não sabem que Deus é imutável? Portanto, se Ele os ama, agora, Ele deve sempre os amar! Você não acredita que se os homens são salvos, é Deus quem os salva? E se assim for, você pode ver qualquer dificuldade em admitir que, porque Ele os salva, deve ter havido um propósito para salvá-los, um propósito que existia antes de todos os mundos? Será que vocês não me concedem isso? Se vocês não vão, eu tenho que deixá-

los com as Escrituras, elas mesmas. E se elas não os convencerem sobre esta questão, então eu devo deixá-los não convencidos! Será perguntado, no entanto, por que está “vocaçã” aqui colocada antes de “eleiçã”, visto que a eleiçã é eterna e a vocaçã acontece no tempo? Eu respondo, porque vocaçã é a primeira para nós. A primeira coisa que você e eu podemos conhecer é a nossa vocaçã; não podemos dizer se estamos eleitos até que sintamos que somos chamados! Devemos, antes de tudo, provar a nossa vocaçã, e, em seguida, nossa eleiçã é certamente firmada. “E aos que predestinou, a esses também chamou; e aos que chamou, a esses também justificou; e aos que justificou, a esses também glorificou” [Romanos 8:30]. A vocaçã vem em primeiro lugar em nossa apreensã. Somos pelo Espírito de Deus chamados a partir de nosso mau estado, regenerados e transformados em novas criaturas, e, em seguida, olhando para trás, vemos a nós mesmos como sendo mais seguramente eleitos porque fomos chamados!

Aqui, então, eu penso ter exposto o texto. Há duas coisas que você e eu devemos provar para saber se estamos seguros de nós mesmos: se somos chamados e se somos eleitos. E ó, queridos amigos, este é um assunto sobre o qual você e eu deveríamos estar muito ansiosos, pois considere que coisa honrosa é ser eleito! Neste mundo julga-se uma coisa poderosa ser eleito para a Casa do Parlamento. Mas quanto mais honroso é ser eleito para a vida eterna? Ser eleito para a “igreja dos primogênitos, que estão inscritos nos céus”. Ser eleito para ser um companheiro dos anjos, para ser um dos favoritos do Deus vivo, para habitar com o Altíssimo entre os mais belos dos filhos da luz, mais próximo do Trono eterno! A eleiçã neste mundo é apenas uma coisa de curta duração, mas a eleiçã de Deus é eterna. Que um homem seja eleito para uma cadeira na Câmara, sete anos deve ser o período mais longo que ele pode manter a sua eleiçã. Mas se você e eu somos eleitos de acordo com o Propósito Divino, vamos manter nossos assentos quando a estrela da manhã cessar de brilhar! Quando o sol tiver escurecido pela idade e quando as colinas eternas se prostrarão de fraqueza, se somos escolhidos de Deus e preciosos, então somos escolhidos para sempre, pois Deus não muda nos objetos da Sua eleiçã! Aqueles a quem Ele ordenou, Ele ordenou para a vida eterna: “Jamais perecerão, e ninguém as arrebatará da minha mão” [João 10:28].

Vale a pena sabermos se nós mesmos somos eleitos, pois nada neste mundo pode fazer um homem mais feliz ou mais valente do que o conhecimento de sua eleiçã. “Não obstante”, disse Cristo aos Apóstolos, “alegrai-vos, não porque... e sim porque o vosso nome está arrolado nos céus” [Lucas 10:20], este é o consolo mais doce, o mel que cai com as gotas mais preciosas de todos, o conhecimento de sermos escolhidos por Deus! E isto, também, amados, faz um homem valente. Quando um homem pela diligência tenha atingido a garantia de sua eleiçã, você não pode torná-lo um covarde. Você nunca pode fazê-lo chorar, [nem] “sair”, mesmo na batalha mais pesada. Ele detém o padrão firme e corta seus

inimigos com a espada da Verdade de Deus. “Não fui eu ordenado por Deus para ser o porta-estandarte desta Verdade? Eu devo, eu vou apoiá-la, apesar de todos vocês”, ele diz a todos os inimigos! “Eu não sou um rei escolhido? Inundações de água podem lavar a unção sagrada da brilhante fronte de um rei? Não, nunca! E se Deus me escolheu para ser um rei e um sacerdote diante dEle para todo o sempre, aconteça o que acontecer ou venha o que vier — os dentes do leão, a fornalha ardente, a lança, a tortura, a estaca — todas essas coisas são menos do que nada, sabendo que eu sou escolhido de Deus para a salvação!”.

Tem sido dito que a doutrina da eleição naturalmente faz os homens fracos. É uma mentira! Pode parecer assim, em teoria, mas na prática sempre tem sido encontrado ser o inverso. Os homens que acreditaram na predestinação e se mantêm firmes e seguros por ela sempre fizeram as obras mais valentes. Há um ponto em que esta é semelhante até com a fé de Maomé, as obras que eram feitas por ele foram feitas principalmente a partir de uma firme confiança de que Deus lhe havia ordenado o seu trabalho. Nunca teria Cromwell impulsionado seus inimigos para sua frente se não tivesse sido na força severa desta onipotente verdade. Escassamente será encontrado um homem forte o suficiente para fazer grandes e valorosos feitos a menos que, confiante no Deus da providência, ele olhe para os acontecimentos da vida como sendo guiados por Deus! Ele então se entrega à firme predestinação de Deus, para ser preservado pela corrente de Sua vontade, contrário a todas as vontades e todos os desejos do mundo! “Por isso, irmãos, procurai, com diligência cada vez maior, confirmar a vossa vocação e eleição”.

II. Venham, então, aqui ao segundo ponto: UM BOM CONSELHO. “Fazer firme a vossa vocação e eleição”. Não para Deus, pois elas são certas para Ele; façam com que elas sejam seguras para vocês mesmos! Assegurem-se delas. Estejam plenamente satisfeitos com elas. Em muitos de nossos lugares dissidentes de culto, muitíssimo incentivo é feito para que duvidem. Uma pessoa vem perante o pastor e diz: “Ó, senhor, eu estou com muito medo que eu não estou convertido. Eu tremo que eu não seja um filho de Deus. Oh! eu temo que eu não sou um dos eleitos do Senhor”. O pastor estenderá as mãos para ele e dirá: “Querido irmão, você está certo, desde que você possa duvidar”. Agora, eu defendo que isto é totalmente errado! A Escritura nunca diz: “Aquele que dúvida será salvo”, mas, “aquele que crê”. Pode ser verdade que o homem está em bom estado. Pode ser verdade que ele precisa de um pouco de conforto. Mas as dúvidas não são coisas boas, nem deveríamos encorajá-lo em suas dúvidas; nosso negócio é para o encorajar para longe de suas dúvidas e, pela graça de Deus, para instá-lo a “fazer cada vez mais firme a vossa vocação e eleição”, não duvidar, mas para ter certeza disso! Ah, eu ouvi alguns cétricos hipócritas dizerem: “Oh, eu tive tais dúvidas se eu sou do Senhor”, e eu pensei comigo mesmo: “Então tenho muitas grandes dúvidas a seu respeito”. Tenho ouvido alguns dizerem

que tremem assim porque eles têm medo que não sejam do povo de Deus e os companheiros preguiçosos se sentam nos bancos no Domingo e apenas ouvem o sermão, nunca pensando em serem diligentes! Eles nunca fazem bem, talvez sejam inconsistentes em suas vidas e, depois, falem sobre duvidar. É bem certo que eles deveriam duvidar; é bom que duvidem e se não duvidassem, poderíamos começar a duvidar por eles! Homens óciosos não têm direito a segurança. A Escritura diz: “Por isso, irmãos, procurai, com diligência cada vez maior, confirmar a vossa vocação e eleição”.

Plena segurança é uma excelente aquisição. É proveitoso para um homem estar certo nesta vida e absolutamente seguro de sua própria vocação e eleição. Mas como ele pode ter certeza? Agora, muitos de nossos ouvintes mais ignorantes imaginam que a única maneira que eles têm de assegurarem-se de sua eleição é por alguma revelação, um sonho e algum mistério! Tenho gozado de muitas fartas risadas à custa de algumas pessoas que confiaram em suas visões! Realmente, se você tivesse passado entre tantos tons de ignorantes Cristãos professos como eu, e tivesse que resolver muitas dúvidas e medos, você estaria tão infinitamente enjoado de sonhos e visões que você diria, tão logo que uma pessoa comesse a falar sobre eles, “agora, apenas segure sua língua!”. “Senhor”, disse uma mulher, “eu vi luzes azuis na sala da frente, quando eu estava em oração e eu pensei que eu vi o Salvador no canto e disse para mim mesma que eu estou salva”. [O Sr. Spurgeon aqui narrava uma notável história de uma pobre mulher que teve uma ilusão singular]. E ainda há dezenas de milhares de pessoas em todas as partes do país e membros, também, de entidades Cristãs, que não têm melhores fundamentos de sua crença de que eles são chamados e eleitos, do que uma visão igualmente ridícula, ou a audição igualmente absurda de uma voz!

Uma jovem veio até mim há algum tempo. Ela queria se unir à Igreja e quando lhe perguntei como ela sabia ser convertida, ela disse que estava em baixo na parte inferior do jardim e ela pensou ter ouvido uma voz e ela pensou ter visto algo nas nuvens que diziam para ela tal-e-tal. “Bem”, eu disse a ela, “essa coisa pode ter sido o meio de fazer o bem para você, mas se você colocar qualquer confiança nisso, isto acabará com você”. Um sonho, sim, e uma visão muitas vezes podem levar os homens a Cristo. Tenho conhecido muitas pessoas que foram trazidas a Ele por eles, além de uma dúvida, embora tenha sido misterioso para mim como ocorreu. Mas quando os homens expressam isso como uma prova de sua conversão, é um erro; você pode ter 50 mil sonhos e 50.000 visões e você pode ser um tolo por tudo isso, e de todos ser o maior pecador por tê-los visto! Não há melhor evidência para se ter do que tudo isso: “procurai, com diligência cada vez maior, confirmar a vossa vocação e eleição”.

“Como, então”, diz alguém, “devo confirmar minha vocação e eleição?”. Desta maneira: se você quer sair de um estado de dúvida, saia de um estado de ociosidade. Se você quer sair

de um estado de tremor, saia de um estado de mornidão indiferente, pois tibieza, e dúvida, e preguiça, e tremor muito naturalmente andam de mãos dadas! Se você quiser desfrutar da eminente graça da plena certeza de fé sob a influência e assistência do Bendito Espírito, faça o que a Escritura diz a você: “Procurai, com diligência cada vez maior, confirmar a vossa vocação e eleição”. Em que você será diligente? Note como a Escritura nos deu uma lista. Seja diligente em sua fé. Tome cuidado que a sua fé seja do tipo correto, que não seja um credo, mas uma crença; que não seja uma mera crença da doutrina, mas um recebimento da Doutrina em seu coração e a iluminação prática da Doutrina em sua alma! Tome cuidado que a sua fé resulte da necessidade, que você creia em Cristo, porque não há nada mais para se acreditar. Cuide para que esta fé seja simples, pendurada sozinha em Cristo, sem qualquer outra dependência, senão em Jesus Cristo e nEle crucificado. E quando você tiver sido diligente sobre isso, empregue diligência ao lado de sua coragem.

Trabalhe para obter virtude. Suplique a Deus que Ele lhe conceda o rosto de um leão, que você nunca tenha medo de qualquer inimigo, por mais que ele possa zombar ou ameaçá-lo, mas que você possa, com a consciência reta, ir em frente, corajosamente confiando em Deus e tendo, com a ajuda do Espírito Santo, conseguido isto, estude bem as Escrituras e obtenha conhecimento. Pois um conhecimento da doutrina tende muito a confirmar a fé. Tente entender a Palavra de Deus. Obtenha uma ideia sensata, espiritual dela. Obtenha, se puder, uma Teologia Sistemática além da Bíblia de Deus. Junte as Doutrinas. Obtenha conhecimento real, teológico, fundado sobre a Palavra infalível. Obtenha um conhecimento da ciência que é mais desprezada, mas que é a mais necessária de todas, a ciência de Cristo e dEle crucificado e das grandes Doutrinas da Graça.

E quando você tiver feito isso, “adicione à sua temperança conhecimento”. Tome cuidado como o seu corpo, seja temperado ali. Tome cuidado com a sua alma, seja temperado aqui. Não se embriague com orgulho. Não se exalte com a autoconfiança. Seja temperado. Não seja cruel com os seus amigos, nem amargo com os seus inimigos. Obtenha a temperança dos lábios, a temperança da vida, a temperança do coração, a temperança do pensamento. Não seja apaixonado, não se deixe levar por qualquer vento de doutrina. Obtenha temperança e, em seguida, adicione a isto, pelo Espírito Santo de Deus, a paciência. Peça-Lhe para dar-lhe a paciência que resiste às aflições, que, quando for provada, sairá como o ouro. Estabeleça-se com paciência, para que você não murmure em suas enfermidades, para que você não amaldiçoe a Deus em suas perdas, nem fique deprimido em suas aflições. Ore sem cessar, até que o Espírito Santo tenha lhe encorajado com paciência a perseverar até o fim!

E quando você tiver isso, obtenha a piedade. Piedade é algo mais do que religião. A maioria dos homens religiosos podem ser os homens mais ímpios e às vezes um homem de Deus

pode parecer irreligioso. Deixe-me explicar este aparente paradoxo. Um homem realmente *religioso* é um homem que suspira por sacramentos, frequenta igrejas e capelas e é aparentemente bom, mas não vai mais longe. Um homem piedoso é um homem que não olha muito para a veste como para a pessoa, ele não olha para a forma exterior, mas a graça interior e espiritual. Ele é um homem piedoso, bem como atento à religião. Alguns homens, no entanto, são piedosos e, em grande medida, desprezam a forma. Eles podem ser piedosos sem nenhum grau de religião. Mas um homem não pode ser integralmente justo sem ser piedoso, no verdadeiro significado de cada uma dessas palavras, embora não no sentido vulgar geral delas.

Adicione à sua paciência um olhar para Deus. Viva diante de Sua vista, habite perto dEle! Busque por comunhão com Ele e você terá piedade. E depois disso, adicione amor fraternal. Seja amoroso em relação a todos os membros da Igreja de Cristo. Tenha um amor por todos os santos de todas as denominações. E, em seguida, adicione a isso caridade, que abra os braços para todos os homens e os ame. E quando você tiver tudo isso, então você conhecerá a sua vocação e eleição! E apenas na proporção em que vocês praticarem essas regras celestiais de vida, desta forma celestial, vocês virão a saber que são vocacionados e que vocês são eleitos. Mas por nenhum outro meio vocês podem alcançar este conhecimento a não ser pelo testemunho do Espírito, testemunhando com o vosso espírito que vocês são nascidos de Deus e então, testemunhando em vossa consciência que vocês não são o que vocês eram, mas são um novo homem ou mulher em Cristo Jesus e são, portanto, chamados e eleitos.

Um homem ali diz que ele é eleito. Ele se embriaga. Sim, você é eleito pelo Diabo, senhor. Essa é a sua única eleição. Outro homem diz: “Bendito seja Deus, eu não me importo com evidências [nem] um pouquinho. Eu não sou tão legalista como você é!” Não, eu ousa dizer que você não é. Mas você não tem nenhum grande motivo para bendizer a Deus sobre isso, pois, meu caro amigo, se você não tem aquelas evidências de um novo nascimento, olhe por si mesmo, “de Deus não se zomba, o que o homem semear, isso também ceifará”. “Bem”, diz o outro, “mas eu acho a Doutrina da Eleição uma Doutrina muito licenciosa”. Pense nisto o tempo que quiser, mas, por favor, testemunhe sobre como eu a tenho pregado hoje, não há nada de licencioso nela! Muito provavelmente você é licencioso e gostaria de tornar a Doutrina licenciosa, se você acreditou nela. Mas “para o puro todas as coisas são puras”. Aquele que recebe a Verdade de Deus em seu coração não costuma pervertê-la e desviar-se para maus caminhos.

Ninguém, repito, ninguém tem o direito de acreditar ser um eleito de Deus a menos que ele tenha sido regenerado por Deus! Nenhum homem tem o direito de acreditar ser alguém que foi vocacionado a menos que a sua vida esteja, em grande parte, de acordo com a sua

vocação e ele ande dignamente de acordo com sua vocação! Fora com uma eleição que lhe permite viver em pecado! Fora com ela! Fora com ela! Isso nunca foi o desígnio da Palavra de Deus e nunca foi a Doutrina dos Calvinistas também! Ainda que tenhamos sido enganados e nossos ensinamentos pervertidos, nós sempre estivemos mantidos de pé por isto: estas boas obras, apesar de não adquirirem nenhum grau de mérito para a salvação, no entanto, são evidências necessárias para a salvação! E a menos que elas ocorram nos homens, a alma ainda está morta, sem vocação e não regenerada. Quanto mais você vive para Cristo, mais você O imitará. Quanto mais sua vida se conforma a Ele e mais simplesmente você se pendura sobre Ele pela fé, o mais seguro você estará de sua eleição em Cristo e da sua vocação, pelo Seu Espírito Santo. Que o Santo de Israel conceda a doce garantia da graça proporcionando-lhe “sinais para o bem” nas graças que Ele permite que você manifeste!

III. E agora, concluirei, dando-lhes A JUSTIFICATIVA DO APÓSTOLO sobre o motivo pelo que você deve confirmar a sua vocação e eleição.

Eu coloco um dos meus próprios para começar. É porque, como eu disse, isto fará você muito feliz. Os homens que duvidam de sua vocação e eleição não podem estar cheios de alegria. Os santos mais felizes são aqueles que conhecem e acreditam nisto. Você sabe que os nossos amigos dizem que este é um imenso deserto e você sabe a minha resposta para eles é que eles mesmos fazem todo o barulho. Não seria muito uivante se eles olhassem para cima um pouco mais e olhassem para baixo um pouco menos, pois pela fé eles iriam fazê-lo florescer como a rosa e dar a ela a excelência e glória do Carmelo e Sarom! Mas, eles uivam tanto porque eles não creem. Nossa felicidade e nossa fé são, em grande medida, proporcionais. Elas são gêmeas siamesas para o Cristão. Elas devem florescer ou decair juntas:

*“Quando eu posso dizer que o meu Deus é meu,
Então posso a todas as minhas mágoas renunciar!
Posso percorrer o mundo debaixo dos meus pés,
E tudo o que a terra chama bom ou excelente.”*

Mas ah,

*“Quando prevalecem dúvidas sombrias,
Tenho medo de chamá-IO de meu,
Os fluxos de consolo parecem falhar,
E todas as minhas esperanças declinam.”*

Só a fé pode fazer um Cristão ter uma vida feliz. Mas agora, pelas razões de Pedro. Pri-

meiro, “porquanto, procedendo assim, não tropeçareis em tempo algum”. “Talvez”, diz alguém: “em atenção à eleição podemos esquecer nossa caminhada diária e, como o velho filósofo que olhou para as estrelas, podemos andar e cair em uma vala!”. “Não, não”, diz Pedro, “se você cuidar da sua vocação e eleição, você não tropeçará, mas com os olhos lá em cima, à procura de sua vocação e eleição, Deus cuidará de seus pés e você nunca cairá!” Não é muito notável que, em muitas igrejas e capelas, você não ouve muitas vezes um sermão sobre o dia de hoje? É sempre sobre a velha eternidade, ou então sobre o milênio; ou sobre o que Deus fez antes que o homem foi feito, ou então sobre o que Deus fará quando todos estiverem mortos e enterrados. É uma pena que eles não nos dizem algo sobre o que devemos fazer hoje, agora, em nossa caminhada diária e conversação! Pedro remove essa dificuldade. Ele diz: “Este ponto é um ponto de vista prático, pois você só pode responder à sua eleição por si mesmo, tomando cuidado com sua prática. E enquanto você está tão cuidando de sua prática e assegurando-se de sua eleição, você está fazendo o melhor possível para se preservar de cair”. E não é desejável que um verdadeiro Cristão seja preservado de cair? Observe a diferença entre cair e sair do caminho. O verdadeiro crente nunca pode cair e perecer caído, mas ele pode cair e ferir-se. Ele não deverá cair e quebrar o pescoço. Porém uma perna quebrada é ruim o suficiente, [mesmo] sem o pescoço quebrado. “Ainda que caia, não ficará prostrado” [Salmos 37:24]. Mas isso não é razão pela qual ele deva correr contra uma pedra! Seu desejo é que a cada dia ele possa crescer em santidade, que de hora em hora, ele possa ser mais completamente renovado até ser conformado à imagem de Cristo, que ele possa entrar em eterna bem-aventurança! Se, então, você cuidar de sua vocação e eleição, você está fazendo a melhor coisa do mundo para evitar que você caia, pois ao fazê-lo você nunca cairá.

E agora, o outro motivo e então terei quase concluído. “Pois desta maneira é que vos será amplamente suprida a entrada no reino eterno de nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo”. Uma “ampla entrada” por vezes tem sido ilustrado desta maneira: Você vê o navio acolá? Depois de uma longa viagem, ele se aproximava do porto, mas está muito danificado, as velas estão rasgadas em tiras e ele está em uma condição tão desamparada que não pode chegar ao porto, um rebocador a vapor está puxando-o com a maior dificuldade possível. Isso é justamente como o que está sendo “difícilmente salvo”. Mas você vê que outro navio? Ele fez uma viagem próspera e agora, carregado até a beira da água, com as velas todas levantadas com as lonas brancas preenchidas pelo vento, ele atraca no porto alegre e nobremente. Essa é uma “ampla entrada”! E se você e eu somos ajudados pelo Espírito de Deus para acrescentar à nossa fé, virtude e assim por diante, teremos, no final, “amplamente suprida a entrada no reino eterno de nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo”.

Há um homem que é Cristão. Mas, infelizmente, há muitas inconsistências em sua vida pelas quais ele tem que lamentar. Ele está ali, morrendo em sua cama. O pensamento de

sua vida passada corre sobre ele. Ele clama: “Ó Senhor, tem piedade de mim, pecador”, e a oração é atendida. Sua fé está em Cristo e ele será salvo. Mas, oh, ele tem dores na sua cama: “Ah se eu tivesse servido melhor o meu Deus! E estes meus filhos, se eu os tivesse criado melhor, na disciplina e na admoestação do Senhor!”. “Estou salvo”, diz ele, “mas, infeliz, muito infeliz! Embora seja uma grande salvação, não posso apreciá-la ainda. Estou morrendo em tristeza, e nuvens, e escuridão. Eu confio, eu espero ser reunido aos meus pais, mas eu não tenho obras que me sigam, ou muito poucas, de fato, pois embora eu esteja salvo, eu estou somente salvo, salvo ‘como pelo fogo’”. Aqui está outro. Ele, também, está morrendo. Pergunte a ele em quem a sua dependência está, ele lhe diz: “Eu não descanso em nenhum outro lugar senão em Jesus”. Mas observe como ele olha para trás para sua vida passada. “Em tal lugar”, ele diz, “eu preguei o Evangelho e Deus me ajudou”. E, embora sem orgulho sobre si, ele não vai elogiar-se pelo que ele fez; ainda assim, ele levanta as mãos para o céu e bendiz a Deus que, durante uma vida longa ele tem sido capaz de manter as suas vestes brancas. Que ele serviu o seu Mestre. E agora, como um pé de milho totalmente maduro, ele está prestes a ser recolhido ao celeiro de seu Mestre. Ouça-o! Não é sua frágil língua presa em tremor, mas “Vitória! Vitória! Vitória!”, é o seu grito de morte, ele fecha os olhos e morre como um guerreiro em sua glória. Essa é a “ampla entrada”. Agora, o homem que “com diligência cada vez maior, [procura] confirmar a sua vocação e eleição”, deve assegurar para si “uma ampla entrada no reino eterno de nosso Senhor Jesus Cristo”.

Que imagem terrível é sugerida nestas palavras do Apóstolo, “salvos como pelo fogo”! Deixe-me tentar apresentá-la a você. O homem chegou à borda do Jordão. O tempo chegou para ele morrer. Ele é um crente, apenas um crente. Mas sua vida não foi o que ele poderia desejar. Nem tudo o que ele agora deseja que ela fosse. E agora a severa morte vem até ele, e ele tem que dar o seu primeiro passo rumo ao Jordão. Julgue seu horror quando as chamas cercam seus pés! Ele pisa na areia quente das correntes. Ele dá o próximo passo. Seu cabelo está bem próximo do fim. Embora seus olhos estejam fixos no céu, do outro lado da costa, o rosto ainda está marcado com horror. Ele dá mais um passo e ele é todo banhado no fogo. Outro passo e até seus próprios lombos estão em chamas, “salvo, assim como pelo fogo”. Uma mão forte lhe agarra e lhe arrasta para frente através da corrente. Mas quão terrível deve ser a morte, mesmo do Cristão, quando ele é salvo “como pelo fogo”! Lá na beira do rio, atônito, ele olha para trás e vê as chamas líquidas através do qual ele foi chamado a andar como consequência de sua indiferença nesta vida. Salvo ele está, graças a Deus! E seu Céu será grande, e sua coroa será dourada, e sua harpa será doce, e seus hinos serão eternos e sua felicidade imperecível, mas o seu momento moribundo, o último artigo da morte, foi obscurecido pelo pecado. E ele foi salvo “como pelo fogo”!

Observe o outro homem. Ele também tem que morrer. Ele frequentemente temia a morte.

Ele mergulha o primeiro pé no Jordão. Enquanto seu corpo treme, seus fracos pulsos se encerram e até mesmo seus olhos estão quase fechados. Seus lábios mal podem falar, mas ele ainda diz: “Jesus, Tu estás comigo, estás comigo, passando pela corrente”; ele dá mais um passo e as águas começam agora a refrescá-lo. Ele mergulha sua mão e prova a corrente e diz para aqueles que estão o assistindo em lágrimas, que morrer é abençoado. “A corrente é doce”, diz ele, “não é amargo, é uma bênção morrer!”. Então, ele dá mais um passo e quando ele está bem próximo de ser submergido no córrego e perder a visão, diz ele:

*“E quando você ouvir a corda do meu olho quebrar,
Como é doce o meu rolar dos minutos,
Uma palidez mortal em minha face,
Mas glória em minha alma!”*

Essa é a “ampla entrada” do homem que corajosamente serviu o seu Deus, que, pela graça Divina, teve um caminho sem nuvens e sereno, que, por diligência, tem “feito firme a sua vocação e eleição” e, portanto, como uma recompensa, não de dívida, mas da Graça, entrou Céu com mais altas honras e com maior facilidade do que outros igualmente salvos, mas não salvos de forma tão esplêndida!

Apenas mais um pensamento. Diz-se que a entrada deve ser “ministrada para nós”. Isso me dá uma doce sugestão que, acho, foi colocada por Doddridge. Cristo abrirá as portas do céu, mas o trem celeste das virtudes — as obras que nos seguem — subirão conosco e ministrarão uma entrada para nós. Às vezes penso que se Deus me permitir viver e morrer para o bem dessas congregações, de modo que muitos deles sejam salvos, quão doce será entrar no céu e quando eu for para lá, ter uma entrada ministrada a mim não por Cristo, sozinho, mas por alguns de vocês a quem eu tenho ministrado! Alguém deve me encontrar no portão e dizer: “Ministro, você causou a minha salvação!”. E outra e outro e outro virão todos a excluir o mesmo! Quando Whitefield entrou no Céu, aquele servo altamente honrado do Senhor, eu acho que posso ver os anfitriões correndo para o portão ao seu encontro! Existem milhares de lá que foram trazidos a Deus por ele! Oh! como eles escancararam os portões! E como eles louvam a Deus que ele tenha sido o meio de trazê-los para o Céu! E como a eles ministram uma entrada abundante! Haverá alguns de vocês, talvez, no Céu, com coroas sem estrelas, pois que vocês nunca fizeram bem aos seus semelhantes. Você nunca foi o meio de salvar almas, você terá coroas sem estrelas. Mas “os que a muitos ensinam a justiça”, “vocês são estrelas, sempre e eternamente”. E uma entrada será abundantemente ministrada a eles. Eu quero obter uma coroa pesada no céu, não para usar, mas para ter todo o presente mais caro para dar a Cristo! E você deve desejar o mesmo, que você possa ter todas as maiores honras e assim ter mais para lançar aos Seus pés,

com: “Não a nós, mas ao Teu Nome, ó, Cristo, seja a glória”. “Por isso, irmãos, procurai, com diligência cada vez maior, confirmar a vossa vocação e eleição”.

E agora, para concluir. Há alguns de vocês com os quais este texto não tem nada a fazer. Você não pode “fazer firme a sua vocação e eleição”, pois você não foi vocacionado! E você não tem o direito de acreditar que você é eleito, se você nunca foi chamado. Para alguns de vocês, deixe-me dizer, não perguntem se vocês estão eleitos, em primeiro lugar, mas perguntem se vocês são chamados. E vão para a Casa de Deus e dobrem os joelhos em oração. E que Deus, em Sua infinita misericórdia, os chamem! E observem isto, se algum de vocês pode dizer:

*“Nada em minhas mãos eu trago,
Simplesmente a Tua Cruz me agarro.”*

Se algum de vocês, renunciando à sua autojustiça, agora puder vir a Cristo e tomá-LO para ser o seu Tudo-em-Todos, você é chamado, você é eleito! “Fazei firme a sua vocação e eleição”, e siga o seu caminho regozijando-se! Que Deus o abençoe. E ao Pai, Filho e Espírito Santo, seja a glória para sempre! Amém.

As Doutrinas da Graça Não Levam Ao Pecado

(Sermão Nº 1735)

Pregado na manhã do Dia do Senhor, 19 de agosto de 1883.

Por C. H. Spurgeon, no Exeter Hall.

“Porque o pecado não terá domínio sobre vós, pois não estais debaixo da lei, mas debaixo da graça. Pois que? Pecaremos porque não estamos debaixo da lei, mas debaixo da graça? De modo nenhum.” (Romanos 6:14-15)

Na última manhã de Sabath eu tentei mostrar que a substância e essência do verdadeiro Evangelho é a doutrina da graça de Deus; de fato, se você tirar a graça de Deus do Evangelho você terá extraído dele seu próprio sangue vital e não há mais nada que valha a pena pregar nem acreditar, ou que valha a pena lutar. A graça é a alma do Evangelho, sem ela, o Evangelho está morto. A graça é a música do Evangelho, sem ela o Evangelho é silenciado quanto a todo o consolo. Eu também procurei expor a Doutrina da Graça, em termos breves, ensinando que Deus trata com os pecadores sobre a base da pura misericórdia, considerando-os culpados e condenados, Ele concede livre perdão, completamente independente do caráter passado, de quaisquer boas obras que possam ser previstas. Movido apenas por piedade, Ele elaborou um plano para o resgate do pecado e de suas consequências, um plano em que graça é a característica principal.

Por favor gratuito, Ele providenciou na morte de Seu Filho amado, uma expiação através da qual a Sua misericórdia pode ser justamente concedida. Ele aceita todos aqueles que depositam a sua confiança nesta expiação, a escolha da fé como o caminho da salvação, para que possa ser totalmente por graça. Nisto, Ele atua, por um motivo encontrado dentro de Si mesmo, e não por causa de qualquer motivo encontrado na conduta do pecador — passado, presente ou futuro. Tentei mostrar que esta graça de Deus flui para o pecador desde os tempos antigos e começa suas operações sobre ele quando não há nada de bom nele, operando nele o que é bom e aceitável, e continua a operar nele assim, até que a ação da graça é consumada e o crente é recebido na glória para a qual ele foi feito para alcançar.

A graça começa a salvar e continua até que tudo seja consumado. Do princípio ao fim, de “A” a “Z” do alfabeto celestial, tudo na salvação é por graça e graça somente! Tudo é livre favor, nada por mérito. “Porque pela graça sois salvos, mediante a fé, e isto não vem de vós, é dom de Deus”. “Assim, pois, não é daquele que quer, nem daquele que corre, mas de Deus que usa de misericórdia”. Tão logo esta doutrina é posta em uma luz clara, os

homens começam a tergiversar. Ela é o alvo de ataque para toda a lógica carnal. A mente não renovada nunca gostou e nunca gostará dela; é demasiado humilhante para o orgulho humano que enfatiza a nobreza da natureza do homem. Que os homens são salvos pela caridade Divina, que eles devem ser salvos como criminosos condenados recebem o perdão pelo exercício da prerrogativa real, ou então perecem em seus pecados, é um ensinamento que eles não podem suportar!

Somente Deus é exaltado na soberania de Sua misericórdia, o pecador não pode fazer melhor do que humildemente tocar o cetro de prata e aceitar o favor imerecido apenas porque Deus quer dar-lhe! Isso não é agradável para as grandes mentes dos nossos filósofos e para os grandes filactérios dos nossos moralistas e, por isso, eles se voltam dão meia volta e combatem contra o império da graça. Imediatamente o homem não regenerado procura artilharia com a qual lutar contra o Evangelho da graça de Deus! E uma das maiores armas que ele já inventou foi a declaração de que as Doutrinas da graça de Deus conduzem à libertinagem! Se grandes pecadores são salvos gratuitamente, logo, os homens mais facilmente tornar-se-ão grandes pecadores, e se, quando a graça de Deus regenera um homem, ela permanece com ele, então os homens irão inferir que podem viver como eles quiserem e ainda serão salvos.

Esta é a objeção constantemente repetida, a qual já me fizeram até que ela me fatigou com seu ruído vão e falso. Tenho quase vergonha de ter que refutar tão detestável argumento! Eles se atrevem a afirmar que os homens terão licença para se fazerem culpados, porque Deus é misericordioso! E eles não hesitam em dizer que, se os homens não são salvos por suas obras, eles vão chegar à conclusão de que o seu comportamento é algo indiferente e que eles podem muito bem pecar para que a graça abunde! Nesta manhã, eu quero falar um pouco sobre essa noção, pois em parte é um grande erro e em parte é uma grande mentira. Em parte, é um erro, porque provêm de uma concepção errônea e em parte é uma mentira, porque os homens conhecem melhor, ou poderiam conhecer melhor se eles quisessem.

Gostaria de começar por admitir que a acusação parece algo provável. Parece muito provável que, se quisermos ir para cima e para baixo do país e dizer: “O próprio chefe dos pecadores pode ser perdoado através da fé em Jesus Cristo, pois Deus está mostrando misericórdia até ao mais vil dos vis”, então o pecado parecerá ser uma coisa sem valor. Se estamos em todos os lugares a clamar: “Venham, pecadores, venham e sejam bem-vindos, e recebam perdão gratuito e imediato através da graça soberana de Deus”, parece provável que alguns podem vilmente responder: “Vamos pecar sem cessar, para que possamos facilmente obter o perdão”. Mas o que parece ser provável não é, por isso, certo! Ao contrário, o improvável e o inesperado mui frequentemente acontecem. Em questões de influência moral, nada é mais enganoso do que a teoria. Os caminhos da mente humana não devem ser estabelecidos com um lápis e compassos, o homem é um ser singular.

Mesmo aquilo que é lógico, nem sempre é inevitável, pois as mentes dos homens não são regidas pelas regras das escolas. Eu acredito que a inferência de que os homens seriam levados a pecar por causa da graça soberana não tem lógica, mas, sim o próprio inverso; e atrevo-me a afirmar que, como uma questão de fato, homens ímpios, via de regra, não defendem a graça de Deus como uma desculpa para o seu pecado! Como regra geral, são demasiado indiferentes para se preocuparem com razões para tudo! E se eles oferecem uma desculpa, que geralmente é muito frágil e superficial. Pode haver alguns homens de mentes perversas que usaram esse argumento, mas não há contabilização para os loucos de entendimento caído. Eu sagazmente suspeito que em todos os casos em que tal raciocínio tem sido apresentado, foi um mero pretexto e de nenhuma maneira um fundamento que satisfizesse a própria consciência do pecador.

Se os homens se desculpam, é geralmente de alguma maneira velada, para a maioria deles seria totalmente vergonhoso declarar o argumento em termos simples. Eu questiono se o próprio Diabo teria encontrado raciocínio semelhante: “Deus é misericordioso, portanto, sejamos mais pecaminosos”. Essa inferência é tal que eu não gosto de acusar meus semelhantes com ela, apesar de que nossos opositores moralistas não hesitam em rebaixarem-se a este ponto! Seguramente, nenhum ser inteligente pode realmente convencer-se de que a bondade de Deus é uma razão para ofendê-lo mais do que nunca! A insanidade moral produz raciocínio estranho, mas é minha convicção solene de que muito raramente os homens consideram praticamente a graça de Deus como sendo um motivo para o pecado. Aquilo que parece tão provável à primeira vista não é assim, quando chegamos a considerá-lo.

Eu admito que alguns seres humanos transformaram a graça de Deus em libertinagem, mas confio quem ninguém jamais vá argumentar contra qualquer doutrina por conta do uso perverso feito pelos vadios. Toda a verdade de Deus não pode ser pervertida? Existe uma única doutrina das Escrituras que mãos desgraçadas não têm distorcido para o mal? Será que não existe uma alegada ingenuidade quase infinita em homens maus para fazerem o mal a partir do bem? Se devemos condenar uma verdade por causa do mau comportamento de indivíduos que professam crer nela, nós iríamos ter que condenar nosso Senhor, Ele próprio, pelo que Judas fez isso, e nossa santa fé morreria nas mãos dos apóstatas e hipócritas!

Vamos agir como homens racionais. Nós não encontramos falha nas cordas porque pobres criaturas insanas têm-se enforcado com elas! Nem pedimos que as mercadorias de Sheffield possam ser destruídas porque as ferramentas afiadas são instrumentos de assassinos. Pode parecer provável que a doutrina da livre graça será feita uma licença para o pecado, mas uma melhor convivência com o funcionamento curioso da mente humana corrige a noção. Caída como a natureza humana é, ainda é humana e, portanto, não têm a amabilidade para com certas formas do mal, como, por exemplo, com a ingratidão desumana. Difícil-

mente um homem apresentaria um comportamento de ferir aqueles que continuamente lhes concedem benefícios.

O caso faz-me lembrar da história de uma meia-dúzia de meninos que tiveram pais severos, acostumados a açoitá-los a cada passo de suas vidas. Outro rapaz estava com eles, que era carinhosamente amado por seus pais e conhecido por ser assim. Esses jovens cavaleiros se reuniram para realizar um conselho sobre roubar um pomar. Eles estavam, todos eles, ansiosos a respeito disso com exceção do jovem agraciado, que não concordou com a proposta. Um deles gritou: “Você não precisa ter medo! Se nossos pais nos pegarem nesta ação, estaremos quase mortos, mas seu pai não colocará a mão sobre você”. O menino respondeu: “E você acha que porque o meu pai é bom para mim, portanto, eu farei o que é errado e o aborrecerei? Eu não farei nada disso ao meu querido pai! Ele é tão bom para mim que eu não posso maltratá-lo”.

Parece que o argumento dos vários meninos não era demasiado convincente para seu companheiro, a conclusão oposta era tão lógica e evidentemente carregava peso com ela. Se Deus é bom para quem não merece, alguns homens irão para o pecado, mas há outros de ordem mais nobre aos quais a bondade de Deus os leva ao arrependimento. Eles desprezam o argumento semelhante ao de um animal, a saber, que quanto mais amoroso Deus é, mais rebelde nós poderemos ser, e eles sentem que é uma coisa má rebelar-se contra o Deus de bondade. A propósito, não posso deixar de observar que tenho conhecido pessoas que objetam a má influência das Doutrinas da Graça que não estavam de modo algum qualificadas, por sua própria moralidade, para serem juízes do assunto! A moral assumirá uma forma pobre quando pessoas imorais se tornam suas guardiãs!

A doutrina da justificação pela fé é frequentemente contestada como prejudicial para a moral. Um jornal, há algum tempo, citou um verso de um de nossos hinos populares:

*“Alguém cansado, trabalhando, se arrastando,
Por que labutas tanto?
Cesse seu fazer, tudo foi feito
Há muito, muito tempo atrás!*

*Até que à obra de Jesus você se agarre
Por uma fé simples,
Fazer é uma coisa mortal,
Fazer termina em morte.”*

Isto é denominado ensino pernicioso! Quando li o artigo, senti um profundo interesse nele que corrige Lutero e Paulo, e eu me perguntei quanto ele havia bebido, a fim de elevar sua

mente a tal ponto de conhecimento teológico! Eu encontrei homens pleiteando contra as Doutrinas da Graça sobre o fundamento de que elas não promovem a moralidade, a quem eu poderia ter justamente respondido: “O que a moralidade tem a ver com você, ou você com ela?”. Estes paladinos de boas obras não são, muitas vezes, os que as praticam! Vamos legalistas olhem para suas próprias mãos e línguas, e deixem o Evangelho da graça e seus advogados responderem por si mesmos!

Olhando para trás na história, vejo sobre suas páginas uma refutação desta calúnia muitas vezes repetida. Quem se atreve a sugerir que os homens que acreditavam na graça de Deus foram mais pecadores do que outros pecadores? Com todos os seus defeitos, aqueles que jogam pedras contra eles seriam poucos, se eles primeiro provarem ser superiores a eles em caráter, quantos deles foram os patronos do vício, ou os defensores da injustiça? Passo sobre o ponto na história Inglesa, quando esta doutrina era muito forte na terra; quem eram os homens que sustentavam estas doutrinas mais firmemente? Homens como Owen, Charnock, Manton, Howe! E eu não hesito em adicionar Oliver Cromwell! Que tipo de homens eram esses? Será que eles cederam à licenciosidade de uma corte? Será que eles inventaram um Livro de Esportes para diversão nos Sabaths? Será que eles viviam em cervejarias e em locais de folia?

Todo historiador irá dizer-lhe que a maior culpa desses homens, aos olhos de seus inimigos, era que eles eram muito precisos para a geração em que viviam, por isso eles os chamavam Puritanos e os condenavam como detentores de uma teologia sombria! Senhores, se houve maldade na terra, naquele dia, ela deveria ser encontrada com o partido teológico que pregava a salvação pelas obras! Os cavalheiros com suas tranças efeminadas e os cabelos perfumados, cujo discurso era temperado de palavrões, foram os defensores da salvação pelas obras e todos, embebidos com luxúria, defenderam o mérito humano!

Mas os homens que criam na graça somente eram de outro estilo. Eles não estavam nas câmaras de tumultos e libertinagem! Onde estavam? Eles podiam ser encontrados em seus joelhos clamando a Deus por ajuda em tentação e em tempos de perseguição eles podiam ser encontrados na prisão, alegremente sofrendo a perda de todas as coisas por amor à verdade de Deus! Os Puritanos foram os homens mais piedosos sobre a face da terra! Os homens não são muito incoerentes ao apelidá-los por sua pureza e ainda dizerem que as suas doutrinas levam ao pecado? Nem este é um exemplo solitário nesta instância do Puritanismo; toda a história confirma esta regra, e quando se diz que estas doutrinas produzem pecado, eu apelo aos fatos, e deixo o oráculo responder como isto ocorreu. Se queremos alguma vez ver uma Inglaterra pura e piedosa, devemos ter uma Inglaterra evangelizada! Se queremos acabar com a embriaguez e os males sociais, deve ser pela proclamação da graça de Deus!

Os homens devem ser perdoados pela graça de Deus, renovados pela graça de Deus, transformados pela graça de Deus, santificados pela graça de Deus e preservados pela graça de Deus! E quando isso acontecer, a era de ouro alvorecerá! Mas enquanto eles estão apenas ensinando suas regras e fazendo de si mesmo sua própria força, é trabalho em vão! Você pode chicotear um cavalo morto por muito tempo antes que ele se mova; você precisa vivificá-lo, ou então todas as suas chicotadas falharão. Ensinar a andar aos homens que não têm pés é trabalho vão; e assim é a instrução moral antes da graça conceder um coração para amar a santidade! O Evangelho, por si só, supre os homens com motivação e força, portanto, é o Evangelho que devemos ver como o reformador real dos homens!

Lutarei, nesta manhã, com a objeção diante de nós conforme eu encontrar força. As Doutrinas da Graça, todo o plano de salvação pela graça, é mormente promotor da santidade. Onde quer que ele venha, nos ajuda a dizer: “De modo nenhum”, para a pergunta: “Havemos de pecar porque não estamos debaixo da lei, mas debaixo da graça?”. Isso eu colocarei à clara luz do sol. Gostaria de chamar a atenção para cerca de seis ou sete pontos.

I. Em primeiro lugar, você verá que o Evangelho da graça de Deus promove a verdadeira santidade nos homens, lembrando que A SALVAÇÃO QUE É OPERADA É A SALVAÇÃO DO PODER DO PECADO. Quando pregamos a salvação para o mais vil dos homens, alguns supõem que queremos dizer por isto uma mera libertação do inferno e uma entrada no céu. Isto inclui tudo aquilo e resulta nisso, mas isso não é o que queremos dizer! O que queremos dizer por salvação é o seguinte: a libertação do amor ao pecado, o resgate do hábito do pecado, a libertação do desejo de pecar. Agora escute. Se é assim, que aquele dom da libertação do pecado é o dom da graça Divina, de que forma esse dom, ou a distribuição gratuita dele, produzirá pecado? Não vejo qualquer perigo. Pelo contrário, eu digo ao homem que proclama uma graciosa promessa de vitória sobre o pecado: “Faça tudo rapidamente, vá para cima e para baixo em todo o mundo e conte aos mais vis dos homens que Deus está disposto, por Sua graça, a libertá-los do amor ao pecado e fazer deles novas criaturas”.

Suponha que a salvação que pregamos é esta: “Vocês que vivem vidas ímpias e perversas podem desfrutar de seus pecados e ainda escapar do castigo”? Isso seria verdadeiramente maldoso! Mas se é isso: “Vocês que vivem as vidas mais ímpias e perversas podem ainda, por crer no Senhor Jesus, ter a possibilidade de mudar suas vidas de modo que vocês deverão viver para Deus em vez de servir o pecado e Satanás”? Que mal pode vir para a moral mais pudica? Portanto, eu digo espalhe tal Evangelho e deixe-o circular por todas as partes do nosso vasto império! Que todos os homens o ouçam, se eles governam na Câmara dos Lordes ou sofrem na casa da servidão! Diga-lhes em todos os lugares que a livre e infinita graça de Deus está disposta a renovar os homens e as mulheres e torná-los novas

criaturas em Cristo Jesus! É possível quaisquer más consequências virem da proclamação mais livre desta notícia? Os piores homens estariam, tão alegres que iríamos vê-los abraçando esta verdade de Deus, pois estes são os que mais precisam dela!

Digo a cada um de vocês, quem quer que seja, qualquer que seja a sua condição passada: Deus pode renovar você de acordo com o poder de Sua graça para que você que está vindo a Ele, como morto, como ossos secos, possa ser vivificado por Seu Espírito! Essa renovação será vista em pensamentos santos, palavras puras e atos de justiça para a glória de Deus. Em grande amor, Ele está preparado para operar todas estas coisas em todos os que creem. Por que deveria alguém estar com raiva de tal declaração? Que mal pode vir dela? Eu desafio o adversário mais astuto a se opor, sobre o fundamento da moral, à vontade de Deus dando aos homens novos corações e espíritos retos, mesmo como Lhe apraz!

II. Em segundo lugar, não deixe que seja esquecido, como uma questão de fato que O PRINCÍPIO DO AMOR TEM SIDO RECONHECIDO COMO TENDO GRANDE PODER SOBRE OS HOMENS. Na infância da história, as nações sonharam que o crime poderia ser abatido pela severidade e depositaram confiança em castigos atrozes, mas a experiência corrige o erro. Nossos antepassados temiam a falsificação, que é uma fraude problemática que interfere na confiança que deve existir entre homem e homem. Para eliminá-la, eles fizeram da falsificação um crime capital. Ai dos assassinos condenados por essa lei! No entanto, o uso constante da força nunca foi suficiente para acabar com o crime. Muitos crimes foram criados e multiplicados pela penalidade que deveria suprimi-los.

Alguns crimes quase cessaram quando a pena contra eles foi iluminada. É um fato notável a respeito de homens que se eles são proibidos de fazerem uma coisa, eles logo se dispõem a fazê-la, embora nunca tinha pensado em fazer isso antes! A lei ordena a obediência, mas não a promove — muitas vezes cria desobediência — e uma penalização excessivamente pesada tem sido conhecida por provocar um crime. A lei falha, mas o amor vence! O amor em qualquer caso torna o pecado infame. Se alguém roubar outro, seria suficientemente ruim. Mas suponha que um homem roubou o seu amigo que o ajudou muitas vezes quando estava em necessidade? Todo mundo diria que seu crime foi mais vergonhoso. O amor marca o pecado na testa com um ferro em brasa. Se um homem matasse um inimigo, o crime seria grave, mas se ele matasse seu pai, a quem ele deve a sua vida, ou a sua mãe, em cujas mamas ele foi amamentado na infância, então todos clamarão contra o monstro! À luz do amor, o pecado é visto como excessivamente maligno.

E isso não é tudo. O amor tem um grande poder de constrangimento para a mais elevada forma de virtude. Atos aos quais um homem não pode ser compelido no terreno da lei, os homens têm feito com alegria por causa do amor. Será que os nossos bravos marinheiros

do barco salva-vidas obedecem uma lei do Parlamento? Não, eles iriam com indignação se revoltar contra serem forçados a arriscar suas vidas! Mas eles vão fazer isso livremente para salvar seus semelhantes. Lembre-se que o texto do apóstolo: “Porque apenas alguém morrerá por um justo”, diz ele, “pois poderá ser que pelo bom alguém ouse morrer” [Romanos 5:7]. A bondade ganha o coração e a pessoa está pronta para morrer pelo amável e generoso! Veja como os homens têm jogado fora suas vidas por grandes líderes. Este foi um provérbio imortal de um soldado francês ferido. Ao procurar a bala o cirurgião cortou profundamente e o paciente gritou: “Um pouco mais baixo e você tocará o imperador”, querendo dizer que o nome do imperador estava escrito em seu coração!

Em vários casos notáveis, os homens têm-se jogado nas garras da morte para salvar um líder a quem amavam. O dever detém o forte, mas o amor lança seu corpo no caminho da bala mortal! Quem pensaria em sacrificar a sua vida no fundamento da lei? Só o amor não reputa a vida tão cara quanto o serviço do bem-Amado! O amor a Jesus cria um heroísmo do qual a lei não sabe nada. Toda a história da Igreja de Cristo, quando ela foi fiel ao seu Senhor, é uma prova disso. A bondade, também, operando pela lei do amor, muitas vezes transformou o mais indigno, e nisso provou-se que não é um fator do mal.

Temos ouvido muitas vezes a história do soldado que havia sido reduzido para o nível mais baixo, açoitado e preso, e, no entanto, apesar de tudo isso ele ainda se embebedava e se portava mal. O comandante um dia disse: “Eu tentei quase tudo com esse homem e não pude fazer nada com ele. Vou tentar mais uma coisa”. Quando ele foi trazido, o oficial se dirigiu a ele e disse: “Você parece incorrigível, de forma que já se tentou de tudo com você; não parece haver nenhuma esperança de uma mudança na sua má conduta. Estou determinado a ver se outro plano terá algum efeito. Embora você mereça flagelação e longo encarceramento, vou perdoá-lo livremente”. O homem ficou muito comovido com o perdão inesperado e imerecido, e tornou-se um bom soldado. A história usa a verdade em sua testa, todos nós percebemos que isso provavelmente acabaria assim! Essa anedota é um bom argumento de tal forma que eu vou lhe dar outra.

Um bêbado acordou numa manhã de seu sono de embriaguez com suas roupas sobre ele assim como ele rolou abaixo na noite anterior. Ele viu sua única criança, sua filha, Millie, colocando seu café da manhã. Voltando aos seus sentidos, ele disse a ela: “Millie, por que você permanece comigo?”, ela respondeu, “porque você é meu pai, e porque eu te amo”. Ele olhou para si mesmo e viu que criatura embrutecida pelo álcool, áspera, inútil, ele era, e respondeu-lhe: “Millie, você realmente me ama?”, clamou a criança, “sim, pai, eu amo, e eu nunca vou te deixar, porque quando a mamãe morreu, ela disse: ‘Millie, permaneça com o seu pai e sempre ore por ele, e um dia desses, ele vai parar de beber e ser um bom pai para você’, assim eu nunca vou te deixar”. Será maravilhoso quando eu acrescentar que,

como a história tem dito, o pai de Millie lançou fora sua bebida e se tornou um homem Cristão? Teria sido mais impressionante se não tivesse! Millie estava tentando a livre graça, não era? De acordo com nossos moralistas o que ela deveria ter dito: “Pai, você é um desgraçado horrível! Eu fiquei com você por tempo suficiente! Agora eu tenho que deixá-lo, ou então eu vou estar incentivando outros pais a ficarem bêbados”. Sob tal negociação adequada eu temo que pai de Millie teria continuado um bêbado até que ele se embebedaria no inferno. Mas o poder do amor fez um homem melhor. Não provam esses casos que o amor imerecido tem uma grande influência para o bem?

Ouçá outra história. Nos antigos tempos das perseguições, vivia em Cheapside uma pessoa temente a Deus e participante das reuniões secretas dos santos. E perto dele, morava um sapateiro pobre cujas necessidades eram muitas vezes aliviadas pelo comerciante. Mas o pobre homem era um ser problemático para lidar e, mui ingrato, pela esperança de recompensa, denunciou uma informação contra seu amável amigo a respeito da religião. Essa acusação teria trazido o comerciante à morte na fogueira, se não tivesse encontrado um meio de fuga. Retornando para sua casa, o homem ferido não mudou seu comportamento generoso para com o sapateiro maligno, mas, ao contrário, era mais liberal do que nunca! O sapateiro estava, no entanto, em um clima de mal e evitou o bom homem com toda sua força, fugindo em sua aproximação.

Um dia, ele foi obrigado a encontra-lo face a face e o homem Cristão perguntou-lhe, delicadamente: “Por que você me evita? Eu não sou seu inimigo. Eu sei de tudo o que você fez para me prejudicar, mas eu nunca tive um pensamento de raiva contra você. Espero ter ajudado você e eu estou disposto a fazê-lo, enquanto eu viver, apenas sejamos amigos”. Você se maravilha que eles apertaram as mãos? Será que você questiona se, em pouco tempo, o pobre homem foi encontrado na reunião dos Lolardos? Todas essas histórias repousarão sobre o fato certo de que a graça tem um estranho poder de subjugar e levar os homens à bondade, atraindo-os com cordas de amor [...]. O Senhor sabe que maus como os homens são, a chave do seu coração está pendurada no prego do amor. Ele sabe que sua bondade toda-poderosa, embora muitas vezes cause perplexidade, triunfará no final! Acredito que meu ponto está provado. Para mim é assim. No entanto, temos de prosseguir.

III. Não há temor de que as Doutrinas da Graça levarão os homens ao pecado, porque SUAS OPERAÇÕES SÃO CONECTADAS COM UMA REVELAÇÃO ESPECIAL DA MALIGNIDADE DO PECADO. A iniquidade é feita para ser extremamente amarga antes de ser perdoada ou quando é perdoada. Quando Deus começa a lidar com um homem visando apagar seus pecados e fazê-lo Seu filho, Ele geralmente faz com que ele veja seus maus caminhos em toda a sua hediondez. Ele o faz olhar para o pecado com os olhos fixos, até que ele clame

como Davi: “Meu pecado está sempre diante de mim!”. No meu caso, quando sob a convicção do pecado, meu olho mental não conheceu nenhum objeto animador, a minha alma viu apenas escuridão e uma tempestade horrível. Parecia que uma mancha horrível fora pintada em meus olhos!

A culpa, como um mordomo sombrio, fechou as cortinas da minha cama, pelo que eu não descansei, mas em meus sonos antecipava a ira vindoura. Eu senti que eu tinha ofendido a Deus e que essa era a coisa mais terrível que um ser humano poderia fazer. Eu estava fora de ordem com o meu Criador, fora de ordem com o universo, eu tinha amaldiçoado a mim mesmo para sempre, e me perguntei por que eu não senti imediatamente o roer do verme imorredouro. Mesmo a essa hora uma visão do pecado faz com que as emoções mais terríveis habitem em meu coração. Qualquer homem ou mulher aqui que tenha passado por essa experiência, ou algo parecido, sempre sentirá um profundo horror do pecado. A criança queimada teme o fogo. “Não”, diz o pecador ao seu tentador, “você me enganou uma vez e eu então sofri em consequência, mas não voltarei a ser iludido. Eu já fui liberto, como um tição tirado do fogo, e eu não posso voltar para as chamas”.

Pelas operações da graça somos levados a nos cansarmos do pecado, nós detestamos tanto ele quanto os seus prazeres imaginários. Gostaríamos de exterminá-lo totalmente do solo de nossa natureza. É um anátema, assim como Amaleque era a Israel. Se você, meu amigo, que não detesta cada coisa pecaminosa, temo que ainda estás em fel de amargura, pois certamente um dos frutos do Espírito é um amor à santidade e um ódio a todo caminho de falsidade. A experiência interior profundamente proíbe o filho de Deus de pecar; ele conheceu dentro de si o seu julgamento e sua condenação e, portanto, é uma coisa abominável para ele. Existe uma inimizade tanto feroz quanto sem fim, entre a semente escolhida e a prole da serpente do mal, portanto, o medo que a graça será abusada é abundantemente salvaguardado.

IV. Lembre-se, também, que não somente o homem é perdoado, consequentemente colocado contra o pecado pelo processo de convicção, **PORÉM TODO HOMEM QUE PROVA DA GRAÇA SALVADORA DE DEUS É FEITO UMA NOVA CRIATURA EM CRISTO JESUS.** Agora, se as Doutrinas da Graça nas mãos de um homem comum podem ser perigosas, ainda elas deixam de ser assim nas mãos de alguém que é vivificado pelo Espírito e criado novamente à imagem de Deus. O Espírito Santo vem sobre o eleito e transforma-o, sua ignorância é removida, suas afeições são alteradas, o seu entendimento é iluminado, a sua vontade é subjugada, seus desejos são refinados, sua vida é transformada, na verdade, ele é como um recém-nascido, para quem todas as coisas se tornaram novas. Esta mudança é comparada nas Escrituras à ressurreição dentre os mortos, a uma criação e um novo nascimento.

Isso acontece em todos os homens que se tornam um participante da livre graça de Deus. “Necessário vos é nascer de novo”, disse Cristo a Nicodemos, e os homens graciosos nasceram de novo! Alguém disse outro dia: “Se eu acreditasse que eu estou eternamente salvo, eu viveria em pecado”. Talvez você fizesse isso, mas se você fosse renovado no coração, você não o faria! “Mas”, diz alguém, “se eu acreditasse que Deus me amou desde antes da fundação do mundo e que, portanto, eu serei salvo, gostaria de aproveitar completamente o pecado”. Talvez você e o Diabo o fariam, mas os regenerados filhos de Deus não são assim baseados na natureza! Para eles, a graça abundante do Pai é um vínculo para a justiça que eles nunca pensam em quebrar, eles sentem os doces constrangimentos da sagrada gratidão e o desejo de aperfeiçoar a santidade no temor do Senhor.

Todos os seres vivem de acordo com a sua natureza e o homem regenerado apresenta os instintos sagrados de sua mente renovada! Clamando por santidade, guerreando contra o pecado, esforçando-se por ser puro em todas as coisas, o homem regenerado coloca em-prega todas as suas forças para alcançar o que é puro e perfeito. Um novo coração faz toda a diferença! Dada uma nova natureza, todas as propensões funcionam de uma forma diferente, e as bênçãos de amor Todo-poderoso não envolvem perigo, mas conduzem às mais elevadas aspirações!

V. Uma das principais garantias para a santidade do perdoado é encontrada no caminho da PURIFICAÇÃO ATRAVÉS DA EXPIAÇÃO. O sangue de Jesus santifica, assim como o perdoa. O pecador descobre que seu perdão gratuito custou a vida de seu melhor Amigo e, para sua salvação, o próprio Filho de Deus agonizou até mesmo em suor de sangue e morreu aban-donado por Seu Deus. Isso lhe causa uma lamentação sagrada pelo pecado como se ele olhasse para o Senhor a quem ele traspassou. O amor a Jesus arde dentro do peito do pe-cador perdoado, pois o Senhor é o seu Redentor e, por isso, ele sente uma indignação queimando contra o malvado assassino, o pecado. Para alguém, todo o mal é detestável, uma vez que ele mesmo foi aspergido com o sangue do Salvador.

Como o pecador penitente ouve o grito: “*Eloí, sabactâni*”, ele fica horrorizado ao pensar que Alguém tão puro e bom fosse abandonado pelo Céu por causa do pecado que Ele carregou no lugar de Seu povo. A partir da morte de Jesus a mente chega à conclusão de que o pecado é excessivamente maligno aos olhos do Senhor, pois se a justiça eterna não poupou nem mesmo o bem-Amado Jesus quando o pecado foi imputado sobre Ele, quanto menos ela poupará os homens culpados? Deve ser uma coisa indizivelmente cheia de veneno o que pode fazer até mesmo o Imaculado Jesus sofrer tão terrivelmente!

Nada pode ser imaginado ter maior poder sobre as mentes graciosas do que a visão de um

Salvador crucificado denunciando o pecado por meio de todas as Suas feridas, e por cada gota de sangue. O quê? Viver no pecado que matou Jesus? Encontrar prazer naquilo que causou a Sua morte? Brincar com aquilo que colocou Sua glória no pó? Impossível! Assim, você vê que os dons da livre graça, quando comunicados por um lado traspassado, jamais tendem a sugerir autoindulgência em relação ao pecado, mas o contrário.

VI. Em sexto lugar, um homem que se torna participante da graça Divina e recebe a nova natureza é após isso sempre UM PARTICIPANTE DA DIÁRIA AJUDA DO ESPÍRITO SANTO DE DEUS. Deus, o Espírito Santo se digna a habitar no peito de cada homem a quem Deus salva por Sua graça. Isso não é um excelente meio de santificação? Pois, por qual processo pode o homem ser mais bem guardado do pecado do que por ter o Espírito Santo, habitando nele como vice-regente dentro de seus corações? O Espírito, sempre bendito, conduz os crentes a vigiarem mais em oração, e que tal poder de santidade é encontrado no filho da graça que fala com o Pai celestial! O homem tentado corre para o seu quarto, derrama a sua tristeza em Deus, olha para as feridas que fluem de seu Redentor e sai forte para resistir à tentação.

A Palavra de Deus, também, com seus preceitos e promessas, é uma fonte inesgotável de santificação. Se não fosse que nós, todos os dias, tomássemos banho na fonte sagrada da força eterna, poderíamos em breve ficar enfraquecidos e indecisos, mas a comunhão com Deus nos renova para nossa guerra vigorosa contra o pecado. Como é possível que as Doutrinas da Graça poderiam sugerir pecado aos homens que constantemente se aproximam de Deus? O homem renovado também é, pelo Espírito de Deus, muitas vezes vivificado em sua consciência, de maneira que aquilo que antes não o incomodava como pecador, é visto em uma luz mais clara e é, conseqüentemente, condenado. Sei que certos assuntos são pecaminosos para mim, hoje, que não pareciam assim há 10 anos atrás, o meu juízo, eu confio, tem se tornado cada vez mais limpo da cegueira do pecado.

A consciência natural é insensível e dura, mas a consciência graciosa cresce mais e mais em sensibilidade até que, por fim, torna-se tão sensível como uma ferida aberta. Aquele que tem mais graça é mais consciente de sua necessidade de mais graça. O agraciado muitas vezes tem medo de colocar um pé diante do outro, com medo de agir errado. Você nunca sentiu este santo temor, essa cautela sagrada? É por este meio que o Espírito Santo impede que sua liberdade Cristã nunca se transforme em licenciosidade, ou se atreva a fazer da graça de Deus um argumento para a loucura! Então, além disso, o bom Espírito nos conduz à alta e sagrada comunhão com Deus, e eu desafio qualquer homem a viver no monte com Deus e, em seguida, descer a transgredir como homens mundanos! Se você já caminhou no piso do palácio da glória e viu o Rei em Sua formosura, até que a luz de Seu semblante foi o seu céu, você não pode se contentar com a tristeza e escuridão das tendas da maldade!

Mentir, enganar, fingir, como os homens do mundo fazem, já não será mais para você. Você é de outra raça e sua conversa está acima deles, “sua fala te denuncia”. Se você, de fato, viver com Deus, o perfume dos palácios de marfim estará sobre você e saberão que você tem estado em habitações diferentes das deles. Se o filho de Deus se conduz mal, em qualquer grau, ele perde, até certo ponto, a doçura de sua comunhão e somente enquanto ele caminha cuidadosamente com Deus é que ele goza de plena comunhão, de modo que estar aumentando ou diminuindo na comunhão se torna uma espécie de disciplina paternal na casa do Senhor. Nós não temos nenhum tribunal com um juiz, mas temos uma casa com Sua paternidade, Seu sorriso e Sua vara! Nós não estamos sem ordem na família do amor, pois o nosso Pai nos trata como filhos. Assim, de mil maneiras, todo o perigo da nossa presunção sobre a graça de Deus é efetivamente removido.

VII. A INTEIRA ELEVAÇÃO DO HOMEM QUE É FEITO PARTICIPANTE DA GRAÇA DE DEUS é também um conservante especial contra o pecado. Atrevo-me a dizer, embora possa ser controvertido, que o homem que acredita nas gloriosas Doutrinas da Graça geralmente é um homem de modos muito mais elevados do que a pessoa que não tem opinião sobre o assunto. O que a maioria dos homens pensa? Pão e manteiga, aluguel de casa e roupas. Mas os homens que consideram a beleza das doutrinas do Evangelho pensam sobre a Aliança eterna, a predestinação, o amor imutável, o chamado eficaz, Deus em Cristo Jesus, a obra do Espírito, a justificação, a santificação, a adoção e semelhantes temas nobres! Ora, é um refrigério apenas olhar para o catálogo destas grandes verdades de Deus!

Os outros são como crianças brincando com pequenos montes de areia na praia. Mas o que crê na livre graça caminha entre colinas e montanhas! Os temas dos pensamentos em torno desta torre são ascendentes, alpes sobre alpes! A estatura mental do homem aumenta com sua proximidade e ele se torna um ser pensativo, comungando com sublimidades. Isso não é pouca coisa, para algo tão apto a rastejar como o medíocre intelecto humano! Desta forma a libertação dos vícios vulgares e das paixões degradantes deverá ser promovida, eu digo que não é pouca coisa! Irreflexão é a mãe prolífica de pecado! É um sinal de esperança quando as mentes começam a vaguear entre as verdades sublimes de Deus.

O homem que foi ensinado por Deus a pensar não vai tão facilmente pecar como o ser cuja mente está enterrada debaixo de sua carne. O homem já obteve uma visão diferente de si mesmo da que o levava ao caminho do desperdício do seu tempo com a ideia de que não havia nada melhor para ele do que ser feliz enquanto podia. Ele diz: “Eu sou um dos escolhidos de Deus, ordenado para ser Seu filho, Seu herdeiro, coerdeiro com Jesus Cristo! Estou separado para ser um rei e sacerdote para Deus e, como tal, não posso ser ateu, nem viver para objetivos comuns da vida”. Ele se eleva no objetivo de sua busca, ele não pode viver

para si mesmo, pois ele não é seu, ele é comprado por um preço. Agora, ele vive na presença de Deus e viver para ele é real, sério e sublime! Ele cuida para não juntar ouro com o ancinho do avarento, pois ele é imortal e deve buscar bens eternos.

Aquele que sente que nasceu para propósitos Divinos e pergunta: “Senhor, o que queres que eu faça?”, sente que Deus o amou de modo que o seu amor pode fluir para os outros. A escolha de Deus em relação a qualquer homem tem uma influência sobre todo o restante. Ele elegeu um José dentre uma família inteira, uma nação inteira, não, o mundo inteiro pôde ser preservado vivo quando a fome havia rompido o sustento do pão. Nós somos, cada um, como uma lâmpada acesa para que possamos brilhar no escuro e acender outra luz. Novas esperanças unem-se ao homem que é salvo pela graça. Seu espírito imortal goza vislumbres do eterno. Como Deus o amou no tempo, ele acredita que o mesmo amor o abençoará na eternidade. Ele sabe que seu Redentor vive e que nos últimos dias ele deve contemplá-lo e, portanto, ele não tem medo do futuro.

Mesmo enquanto aqui embaixo ele começa a cantar as canções dos anjos, pois seus espíritos veem ao longe o vislumbre da glória que ainda está para ser revelada! Assim, com corações alegres e luminosos passos eles vão para o futuro desconhecido como alegremente vão a uma festa de casamento! Existe um pecador aqui, um pecador culpado, alguém que não tem mérito, nenhuma pretensão de misericórdia que seja? Existe alguém disposto a ser salvo pela livre graça de Deus através da fé em Jesus Cristo? Então deixe-me dizer-lhe, pecador, não há uma palavra no livro de Deus contra você, e nem uma linha ou sílaba, mas tudo está a seu favor! “Esta é uma palavra fiel, e digna de toda a aceitação, que Cristo Jesus veio ao mundo para salvar os pecadores”, mesmo o principal! Jesus veio ao mundo para salvar você! Apenas confie e descanse nEle!

Vou dizer-lhe aquilo que deveria fazer você buscar a Cristo de uma vez: é o pensamento de Seu maravilhoso amor! Um filho libertino tinha sido uma grande tristeza para seu pai. Ele lhe havia roubado e desonrado e, finalmente, acabou por trazer suas cãs com tristeza à sepultura. Ele era um filho horrível e desgraçado, ninguém poderia ter sido mais desgraçado! No entanto, ele participou do funeral de seu pai e ele ficou para ouvir o que seria lido. Talvez tenha sido a principal razão pela qual ele estava lá. Ele havia totalmente concebido em sua mente que seu pai iria vedá-lo até mesmo de um xelim, e ele quis fazer disso algo muito desagradável para o restante da família. Para sua grande surpresa, quando o testamento foi lido, ele transcorreu mais ou menos assim: “Quanto ao meu filho, Richard, embora ele tenha temerariamente desperdiçado minhas posses, e embora ele tenha muitas vezes entristecido meu coração, eu queria que ele soubesse que eu o considero como sendo ainda meu querido filho e, portanto, em sinal do meu amor eterno, deixo-lhe a mesma participação que ao restante de seus irmãos”.

Ele saiu da sala. Ele não podia suportar. O amor surpreendente de seu pai o havia dominado! Ele desceu para o executor na manhã seguinte e disse: “Você está certo de que leu corretamente?”, “Sim, eu li. Está lá”. “Então”, ele disse, “eu me sinto pronto para me amaldiçoar, pois eu sempre entristeci meu querido velho pai. Oh, que eu pudesse trazê-lo de volta!”. O amor nasceu neste coração baseado em uma exibição inesperada de amor. O seu caso não pode ser semelhante? Nosso Senhor Jesus Cristo morreu, mas Ele deixou em Seu Testamento que os principais dos pecadores são objetos escolhidos de Sua misericórdia! Ao morrer, Ele orou: “Pai, perdoa-lhes”. Ressuscitado, Ele intercede pelos transgressores. Os pecadores estão sempre em Sua mente, a sua salvação é o Seu grande objetivo. Seu sangue é para eles, o Seu coração é para eles, a Sua justiça é para eles, Seu Céu é para eles!

Venha, ó culpado, e receba a sua parte! Estenda a mão da fé e agarre a sua porção! Confie em Jesus, com sua alma e Ele te salvará! Deus o abençoe. Amém.

Eleição e Santidade

(Sermão Nº 303)

Pregado numa manhã de Sabbath, 11 de março de 1860.

Por C. H. Spurgeon, em Exeter Hall, Strand.

“Eis que os céus e os céus dos céus são do Senhor teu Deus, a terra e tudo o que nela há. Tão-somente o Senhor se agradou de teus pais para os amar; e a vós, descendência deles, escolheu, depois deles, de todos os povos como neste dia se vê. Circuncidai, pois, o prepúcio do vosso coração, e não mais endureçais a vossa cerviz.” (Deuteronômio 10:14-16)

Aquele que prega toda a verdade de Deus como ela é em Jesus irá trabalhar sob desvantagens contínuas, embora a grande vantagem de ter a presença e a bênção de Deus mais do que compensará a maior perda! Tem sido meu sério esforço, desde que eu tenho pregado a Palavra, nunca deixar de sustentar uma única doutrina que eu acredito ser ensinada por Deus. Este é o momento que deveríamos ter findado com velhos e enferrujados sistemas que há tanto tempo restringem a liberdade do discurso religioso. O Arminiano treme por ir um centímetro além de Armínio ou Wesley e muitos Calvinistas se referem a John Gill ou João Calvino, como a autoridade final. Esta é a hora em que os sistemas foram divididos e que não havia graça suficiente em todos os nossos corações para cremos em tudo que é ensinado na Palavra de Deus, tenha sido ensinado por qualquer um destes homens ou não. Tenho frequentemente encontrado, quando eu prego, o que é chamado de Alta Doutrina, porque eu encontrei no meu texto, que algumas pessoas tendo sido ofendidas, não poderiam apreciá-la, não poderiam suportá-la e foram embora. Geralmente, foi melhor que essas pessoas tenham ido. Eu nunca me arrependi de sua ausência. Por outro lado, quando eu tomei meu texto por algum convite doce e preguei a gratuidade do amor de Cristo ao homem, quando eu adverti os pecadores que eles são responsáveis, enquanto ouvem o Evangelho e que, se eles rejeitam a Cristo, o seu sangue será sobre suas próprias cabeças, acho que uma outra classe de, sem dúvida, excelentes pessoas, não conseguem ver como essas duas coisas se agregam. E, portanto, eles também se desviam a percorrer os pântanos lamacentos e enganosos do Antinomianismo! Só posso dizer em relação a eles, que eu também preferiria que eles saíssem para a sua própria sorte do que eles deveriam permanecer com a minha congregação.

Procuramos manter a verdade de Deus. Não conhecemos diferença entre Alta Doutrina e a Baixa Doutrina. Se Deus ensina algo, é o suficiente! Se não está na Palavra fora com isto! Fora com isto! Mas se está na Palavra, agradável ou desagradável, sistemática ou desor-

denada, eu acredito! Pode parecer-nos como se uma verdade de Deus estivesse em oposição à outra, mas estamos plenamente convencidos de que isto não pode ser assim, isto é um erro em nosso julgamento. Que as duas coisas concordam nós somos bastante claros, embora onde elas se encontram não sabemos ainda, mas espero saber futuramente. Que Deus tem um povo que Ele escolheu para Si mesmo e que deve mostrar o Seu louvor, acreditamos ser uma doutrina legível na Palavra de Deus para todo homem que se preocupa em ler esse Livro com um julgamento honesto e sincero. Que, ao mesmo tempo, Cristo é livremente apresentado a toda criatura debaixo do céu e que os convites e exortações do Evangelho são convites honestos e verdadeiros, e não ficções ou mitos, não enganações e zombarias, mas realidades e fatos, nós também acreditamos sem temor! Nós concordamos com ambas as verdades de Deus, com o nosso assentimento caloroso e consentimento!

Agora, nesta manhã, pode ser que alguns de vocês não aprovem o que eu tenho a dizer. Vocês devem lembrar, porém, que eu não procuro a sua aprovação, que será suficiente para mim se eu tiver limpado minha consciência a respeito de uma grande verdade de Deus e pregado o Evangelho com fidelidade. Eu não sou responsável por você, nem você por mim! Você é responsável perante Deus, se você rejeita a Sua verdade. Eu sou responsável diante dEle se eu pregar um erro. Eu não tenho medo de estar diante de seu tribunal em relação às grandes doutrinas que pregarei a você neste dia.

Agora, duas coisas nesta manhã. Em primeiro lugar, tentarei expor a eleição de Deus. Em segundo lugar, mostrarei os seus aspectos práticos. Vocês têm a ambos no texto “Eis que os céus e os céus dos céus são do Senhor teu Deus, a terra e tudo o que nela há. Tão-somente o Senhor se agradou de teus pais para os amar; e a vós, descendência deles, escolheu, depois deles, de todos os povos como neste dia se vê”, e então, em segundo lugar seus aspectos práticos, “Circuncidai, pois, o prepúcio do vosso coração, e não mais endureçais a vossa cerviz”.

I. Na exposição sobre a ELEIÇÃO, você deve observar, em primeiro lugar, a sua singularidade extraordinária.

Deus escolheu para Si um povo que nenhum homem pode contar, dentre os filhos de Adão, para fora dos caídos e da raça apóstata que surgiu a partir dos lombos de um homem rebelde! Agora, isso é a maravilha das maravilhas, quando passamos a considerar que o Céu, o céu dos céus, é do Senhor. Se Deus deve ter uma raça escolhida, por que Ele não selecionou uma das ordens majestosas dos anjos, ou a partir dos querubins e serafins flamejantes que estão em torno de Seu trono? Por que isso não foi estabelecido sobre Gabriel? Por que

ele não constituiu que a partir de seus lombos poderia surgir uma poderosa raça de anjos e por que não foram estes os escolhidos de Deus desde antes da fundação do mundo? O que poderia haver no homem, uma criatura menor que os anjos, para que Deus o escolhesse ao invés dos espíritos angelicais? Por que os querubins e serafins não foram dados a Cristo? Por que Ele não tomou os anjos? Por que Ele não assumiu a sua natureza e os levou à união com Ele? Um corpo angelical pode estar mais de acordo com a Pessoa da Divindade, do que um corpo de franqueza e sofrimento de carne e osso!

Haveria algo congruente se Ele tivesse dito aos anjos: “Vocês serão meus filhos”. Mas, não! Embora todos estes eram Seus, Ele passa pela hierarquia dos anjos e se inclina para o homem! Ele toma um verme apóstata e diz-lhe: “Você será meu filho”, e para miríades da mesma raça Ele clama: “sereis para mim filhos e filhas, por meio de uma Aliança eterna”. “Mas”, diz alguém, “parece que Deus pretendia escolher um povo caído para que pudesse neles manifestar Sua graça. Agora, os anjos, é claro, seriam inadequados para isso, uma vez que eles não caíram”, eu respondo: “há anjos que caíram; havia anjos que não guardaram o primeiro estado, mas caíram de sua dignidade! E como que estes são consignados à escuridão das trevas para sempre? Responda-me, vocês que negam a soberania de Deus e odeiam a Sua eleição: como é que os anjos estão condenados ao fogo eterno, enquanto para vocês, os filhos de Adão, o Evangelho de Cristo é pregado livremente?”. A única resposta que pode, eventualmente, ser dada é esta: a vontade de Deus fez assim! Ele tem o direito de fazer o que quiser com a Sua própria misericórdia! Anjos não merecem misericórdia, e nós também não! No entanto, Ele a deu a nós e Ele negou a eles. Eles estão presos em correntes, reservados ao fogo eterno para o último grande dia, mas nós somos salvos! Perante a Sua soberania, eu me curvo, grande Deus, e reconheço que será como Tu o farás e que Tu não dás conta de Teus assuntos. Por que, se houvesse alguma razão para mover Deus em relação às Suas criaturas, Ele certamente teria escolhido demônios ao invés de homens! O pecado do primeiro dos anjos caídos não foi maior do que o de Adão!

Não é o momento de entrarmos nesta pergunta. Eu poderia, se a oportunidade fosse necessária, provar que é um pouco menos do que o maior, se houvesse graus no pecado. Se os anjos fossem tomados, eles poderiam ter glorificado a Deus mais do que nós. Eles poderiam ter cantado louvores mais alto do que podemos, obstruídos como estamos pela carne e o sangue. Mas passando pelo maior, Ele escolheu o menor, para que pudesse manifestar a Sua soberania, que é a mais brilhante joia da coroa da Sua Divindade! Nossos antagonistas Arminianos sempre deixam os anjos caídos fora de questão, pois não é conveniente para eles recordarem essa antiga instância da eleição. Eles chamam isso de injusto, que Deus deve escolher um homem e não o outro. Por qual razão isso pode ser injusto quando eles admitirão que era justo o suficiente Deus escolher uma raça, a raça dos

homens e deixar uma outra raça, a raça dos anjos, a serem afundados na miséria por causa do pecado? Irmãos e irmãs, vamos nos fazer como acusadores Deus em nosso pobre tribunal falível? Ele é bom e faz justiça! O que quer que Ele faça, podemos saber que é certo, quer possamos ver a justiça ou não.

Eu dei-lhe, então, algumas razões, no início, pelas quais devemos considerar a eleição de Deus como sendo singular. Mas eu tenho que lhe oferecer outras. Observe, o texto não apenas diz: “Eis que o céu, o céu dos céus é do Senhor”, mas acrescenta: “a terra e tudo o que nela há”. Agora, quando pensamos que Deus nos escolheu, quando vocês, meus irmãos e irmãs, a quem pela graça têm colocado vossa confiança em Cristo, leiam o seu “título claro nas mansões nos céus”, vocês podem muito bem fazer uma pausa e dizer na linguagem desse hino:

*“Silêncio, minh'alma! Adore e admire!
Pergunte: 'oh, por que tal amor para comigo?'”*

Reis passaram e mendigos foram escolhidos; sábios deixados, mas os insensatos feitos conhecedores das maravilhas do Seu amor redentor, e os publicanos e as meretrizes docemente compelidos a vir para a festa da misericórdia, enquanto os fariseus orgulhosos autorizados a confiar em sua própria justiça e perecer em suas vãs jactâncias! A escolha de Deus sempre parece ser, aos olhos dos homens não regenerados, muito estranha. Ele tem passado por aqueles a quem nós teríamos selecionados e Ele escolheu apenas as probabilidades e extremidades do universo, os homens que se achavam os menos prováveis de alguma vez provar de Sua graça! Por que fomos escolhidos como um povo que têm o privilégio do Evangelho? Não há outras nações tão grandes como temos sido? Um povo cheio de pecado como esta nação Inglesa tem manifestado a ser, por que Deus escolheu a raça anglo-saxã para receber a pura verdade de Deus, enquanto as nações que poderiam ter recebido a Luz de Deus com alegria ainda maior do que nós mesmos, ainda estão envoltas na escuridão, o sol do Evangelho nunca subiu sobre eles? Porque, mais uma vez, eu digo, no caso de cada um, por que o homem escolhido é escolhido? Poderia qualquer resposta ser dada, senão apenas a resposta de nosso Salvador: “Sim, ó Pai, porque assim te aprouve”?

No entanto, um outro pensamento, faz a eleição de Deus maravilhosa, de fato. Deus tem poder ilimitado de criação. Agora, se Ele quis fazer pessoas que deveriam ser Seus favoritos, que deveriam ser unidas à Pessoa de Seu Filho e que deveriam reinar com Ele, por que Ele não fez uma nova raça? Quando Adão pecou, isso teria sido fácil o suficiente para tirar o mundo da existência. Tivesse Ele apenas falado, e esta terra redonda teria sido dissolvida, como a bolha morre na onda que a carrega. Não teria havido nenhum traço de

pecado deixado de Adão, todos poderiam ter morrido distantes e sido esquecidos para sempre. Mas não! Em vez de fazer um novo povo, um povo puro, que não poderia pecar, em vez de tomar para Si criaturas que eram puras, imaculadas, sem manchas, Ele toma um povo depravado e caído e os levanta e isso, também, por meios caros: pela morte de seu próprio Filho; pelo trabalho de Seu próprio Espírito! E pensar que estas devem ser as joias da Sua coroa para refletir a Sua glória para sempre, oh, escolha surpreendente! Oh, eleição estranha, a minha alma se perde em Suas profundezas e só posso parar e clamar: “Oh! a bondade, a misericórdia, a soberania da graça de Deus!”

Tendo assim falado sobre sua singularidade, dirijo-me a outro assunto. Observe a gratuidade irrestrita da eleição do amor. Em nosso texto isso é sugerido pela palavra, “SOMENTE”. Por que Deus ama seus pais? Porque, somente porque Ele assim o fez! Não há outra razão. “Somente o Senhor se afeiçoou a teus pais para os amar e escolheu a sua descendência depois deles, a vós, dentre todos os povos, como hoje se vê”. Houve, sem dúvida, alguma razão sábia para os atos do Senhor, pois Ele faz todas as coisas segundo o conselho de Sua vontade, mas certamente não poderia haver qualquer razão relativa à excelência ou virtude da criatura a quem Ele escolheu! Agora, apenas me debruço sobre isso por um momento. Observemos que não há nenhuma bondade original naqueles a quem Deus escolhe. O que havia em Abraão para que Deus o escolhesse? Ele saiu de um povo idólatra e diz-se sobre a sua posteridade: um Sírio pronto a perecer era seu pai. Como se Deus quisesse mostrar que não era a bondade de Abraão, Ele diz: “Olhai para a rocha de onde fostes cortados, e para a caverna do poço de onde fostes cavados. Olhai para Abraão, vosso pai, e para Sara, que vos deu à luz; porque, sendo ele só, o chamei, e o abençoei e o multipliquei”.

Não havia mais nada em Abraão do que em qualquer um de nós por que Deus deveria tê-lo escolhido, pois qualquer bem que estava em Abraão Deus o colocou ali! Agora, se Deus o colocou ali, o motivo deste ato não pode ser o fato da mesma ação! Você não pode encontrar um motivo para um fato em si mesmo, deve haver algum motivo encontrado maior do que qualquer coisa que pode ser encontrada no simples ato de Deus. Se Deus escolheu um homem para fazer aquele homem santo, justo e bom, Ele não pode tê-lo escolhido porque era bom e justo. Seria absurdo raciocinar assim! Ele estaria fazendo de uma causa um efeito e fazendo um efeito de uma causa! Se eu alegasse que o botão da rosa fosse o autor da raiz, bem, eu poderia, de fato, ser ridicularizado! Porém, se eu insistisse que qualquer bondade no homem é o fundamento da escolha de Deus, quando eu lembro que a bondade é o efeito da escolha de Deus, eu seria tolo de fato! Assim, o eleito não pode ser a causa. Mas que bem original está ali em algum homem? Se Deus nos escolhesse por algo de bom em nós mesmos, todos nós seríamos deixados não-eleitos! Não temos nós todos um coração perverso de incredulidade? Não temos nós todos nos apartado de seus

caminhos? Não somos todos nós, pela natureza corrupta, inimigos de Deus por obras más? Se Ele nos escolhe, não pode ser por causa de alguma bondade original em nós.

“Mas”, diz alguém, “talvez, seja por causa da bondade prevista. Deus escolheu o Seu povo porque Ele prevê que eles crerão e serão salvos”. Uma ideia singular, de fato! Aqui estão um certo número de pessoas pobres e um príncipe entra no lugar. Para cerca de 90 dos 100 ele distribui ouro. Alguém faz a pergunta: “Por que o príncipe deu este ouro aos noventa? Um louco em um canto, cujo rosto nunca deveria ser visto, responde: “Ele deu a eles porque ele previu que iriam tê-lo!”. Mas como ele poderia prever que eles teriam isso além do fato de que ele deu a eles? Agora, você diz que Deus dá a fé, o arrependimento, a salvação, porque Ele previu que os homens os teriam. Ele não previu isso além do fato de que Ele pretendia lhes dar! Ele previu que Ele lhes daria graça. Mas qual foi a razão pela qual deu a eles? Certamente, não Sua previsão! Na verdade, isso seria absurdo! E ninguém senão um louco iria raciocinar assim. Ó Pai, se Tu me deste vida, luz, alegria e paz, a razão, o motivo só é conhecido a Ti mesmo, por razões que em mim que eu nunca poderia encontrar, porque eu ainda sou um errante em relação a Ti e muitas vezes a minha fé oscila e meu amor cresce escurecido. Não há nada em mim para merecer estima ou dar-Lhe deleite, é tudo por Sua graça, Sua graça somente, que eu sou o que sou! Assim dirá cada Cristão. Assim, cada Cristão de fato confessará!

Mas não é tudo conversa vã, até mesmo contestar por um único momento, com a ideia absurda de que o homem pode algemar o seu Criador? Deverá o propósito do Eterno ser deixado dependente da vontade do homem? Pode o homem ser realmente o senhor de seu Criador? Deverá seu livre-arbítrio tomar o lugar do poder Divino? Pode o homem tomar o Trono de Deus e definir o que lhe agrada em todos os propósitos de Jeová, obrigando-O por mérito a escolhê-lo? Haverá algo que o homem possa fazer que deverá controlar as ações de Jeová? Diz-se por alguém que os homens dão livre-arbítrio para todos menos para Deus e falam como se Deus devesse ser o escravo dos homens. Sim, nós cremos que Deus deu ao homem o livre-arbítrio, o que não negamos, mas nós teremos que Deus tem uma livre-arbítrio também, o que, aliás, Ele tem o direito de exercê-lo e não exercê-lo! E assim nenhum mérito do homem pode ter qualquer compulsão para com o Criador. Mérito, por um lado, é impossível, e mesmo se o possuísse, não poderia ser possível que possamos possuí-lo em tal grau de modo a merecer o dom de Cristo! Lembre-se, se nós merecemos a salvação, o homem deve ter virtude suficiente para merecer o céu, mérito para a união com Jesus, mérito, de fato, para a glória eterna! Você voltará para a velha ideia Romana, uma vez que você desliza sua âncora e corta o cabo, e fala sobre qualquer coisa no homem que poderia ter movido a misericórdia de Deus. “Bem”, diz alguém, “este é o vil Calvinismo!” Que assim seja, se você quiser chamá-lo desta forma. Calvino encontrou sua doutrina nas Escrituras. Sem dúvida, ele também pode ter recebido alguma instrução das

obras de Agostinho, mas aquele poderoso doutor da graça aprendeu com os escritos de São Paulo. E São Paulo, o apóstolo da graça, a recebeu por inspiração de Jesus, o Senhor! Podemos traçar nossa linhagem diretamente ao próprio Cristo! Portanto, não temos vergonha de qualquer título que possa ser anexado a uma verdade gloriosa de Deus! A eleição é livre e não tem nada a ver com qualquer bondade original do homem, ou bondade prevista, ou qualquer mérito que o homem possa, eventualmente, trazer diante de Deus!

Eu venho para a parte mais difícil da minha tarefa nesta manhã; eleição em sua justiça. Agora, defenderei esta grande verdade, que Deus escolheu homens para Si mesmo e vou considerá-la a partir de um ponto de vista diferente daquele que normalmente é tomada. Minha defesa é apenas isso. Você me diz que, se Deus escolheu alguns homens para a vida eterna, então Ele foi injusto. Peço-lhe para provar isso. O ônus da prova recai sobre você, pois eu gostaria que você se lembre que ninguém merecia tudo isso. Há um homem em todo o mundo que teria a impertinência de dizer que ele merece alguma coisa de seu Criador? Se assim for, seja conhecido de vós que ele deverá ter todos os méritos! E sua recompensa será as chamas do inferno, para sempre, pois esse é o máximo que qualquer homem já mereceu de Deus; Deus não está em dívida para com nenhum homem e, no último grande dia todo homem deve ter tanto amor, tanta piedade e tanta bondade, quanto ele merece! Até mesmo os perdidos no inferno terão o que todos eles merecem, sim, e aí, o dia para eles quando eles terão a ira de Deus, que será o ápice do que eles merecem!

Se Deus dá a cada um tanto quanto ele merece, Ele é, por isso, acusado de injustiça, porque Ele dá a alguns infinitamente mais do que eles merecem? Onde está a injustiça de um homem que faz o que quiser com o que é seu próprio? Ele não tem o direito de dar o que lhe agrada? Se Deus está em dívida para com alguém, então haveria injustiça, mas Ele não está em dívida com ninguém e se Ele dá Seus favores de acordo com a sua vontade Soberana, que é este que deve encontrar a falha? Você não foi injuriado, Deus não o ofendeu, traga as suas reivindicações e Ele as executará até o último jota. Se você é justo e pode reivindicar algo de seu Criador, se levante e pleiteie suas virtudes e Ele te responderá! Embora vocês cinjam os seus lombos como homens, e diante dEle pleiteiem sua própria justiça, Ele fará vocês tremerem e abominarem-se e rolarem em pó e cinzas, porque a vossa justiça é uma mentira e suas melhores obras como como trapo da imundícia! Deus não prejudica nenhum homem para abençoar alguns. Estranho é que haja qualquer acusação movida contra Deus, como se Ele fosse injusto!

Eu a defendo novamente em outro fundamento. Pois a qual de vocês Deus alguma vez já recusou a Sua misericórdia e amor, quando vocês buscaram a Sua face? Será que Ele não proclamou livremente o Evangelho a todos vocês? Não é Sua Palavra oferecida para que vocês venham a Jesus? E Ele não disse solenemente: “Quem quiser, venha”? Vocês não

são, todos os Sabaths, convidados a vir e colocar a vossa confiança em Cristo? Se vocês não farão isso, mas destruirão as suas próprias almas, de quem é a culpa? Se vocês colocaram a sua confiança em Cristo, vocês serão salvos, Deus não vai voltar atrás em Sua promessa. Prove-O, experimente-O! No momento que você renunciar ao pecado e confiar em Cristo, naquele momento você pode conhecer a si mesmo como sendo um dos Seus escolhidos, mas se você vai colocar maldosamente o que é seu no Evangelho, que é diariamente pregado, se você não será salvo, então, sobre a sua própria cabeça está o seu sangue. A única razão pela qual você pode se perder é porque você vai continuar em pecado e não clamará para ser salvo dele. Vocês O rejeitaram, vocês O colocaram para longe de vocês e para trás de vocês mesmos, vocês não querem recebê-LO. “Bem, mas”, diz alguém, “eu não posso ir a Deus”. Sua impotência para vir reside no fato de que você não tem vontade de vir. Se você fosse, porém, uma vez disposto, você não careceria de nenhum poder. Você não pode vir, porque você está tão apegado às suas paixões, gosta tanto de seu pecado, é por isso que você não pode vir. Naquela mesma sua incapacidade está o seu crime, a sua culpa! Você poderia vir se o seu amor ao mal e a si mesmo fossem quebrados. A incapacidade não está na sua natureza física, mas em sua natureza moral depravada. Oh, se você estivesse apenas disposto a ser salvo! Esse é o ponto, este é o ponto! Você não está disposto, nem você nunca estará, até que a graça faça com que você queira! Mas de quem é a culpa, porque você não está disposto a ser salvo? De ninguém a não ser de você mesmo, você tem toda a culpa. Se você se recusar à vida eterna, se você não vai olhar para Cristo, se você não vai confiar nEle, lembre-se que a sua própria vontade condena você! Já houve um homem que tinha uma vontade sincera de ser salvo à maneira de Deus, a quem foi negada a salvação? Não, não, mil vezes NÃO, pois é um homem já ensinado por Deus! Aquele que concede a vontade, não negará o poder! Incapacidade reside principalmente na vontade. Quando uma vez que um homem é feito disposto no dia do poder de Deus, ele também é feito capaz. Portanto, a sua destruição está à sua própria porta.

Então deixe-me fazer outra pergunta. Você diz que é injusto que alguns deverão ser perdidos enquanto outros são salvos. Quem faz se perderem aqueles que estão perdidos? Será que Deus os leva a pecar? Será que o Espírito de Deus já convenceu você a fazer uma coisa errada? Será que a Palavra de Deus alguma vez reforçou a sua justiça própria? Não! Deus nunca exerceu qualquer influência sobre você para fazê-lo ir para o lado errado. Toda a tendência da Sua Palavra, toda a tendência da pregação do Evangelho, é persuadi-lo a abandonar o pecado para a justiça, a partir de seus maus caminhos para o Senhor! Digo mais uma vez, Deus é justo. Se você rejeitar o Salvador proclamado a você, se você se recusa a confiar nEle, se você não vier a Ele e for salvo, você está perdido! Deus é soberanamente justo em sua perdição, mas se Ele quiser exercer a influência sobrenatural do Espírito Santo sobre alguns de vocês, Ele é certamente justo em conceder a misericórdia

a qual ninguém pode reivindicar, e assim que através dos séculos eternos nunca deve ser encontrado nada de novo em Seus atos, mas o “Santo, Santo, Santo” Deus deve ser louvado pelos redimidos e por querubins e serafins, e até mesmo os perdidos no inferno podem ser obrigados a proferir um involuntário grave à essa canção de pavor: “Santo, Santo, Santo, Senhor Deus dos Exércitos”.

Tendo, assim, tentado defender a justiça de eleição, dirijo-me agora a observar a veracidade. Eu possivelmente tenho aqui alguns homens de Deus que não podem receber esta doutrina. Bem, meus amigos, eu não estou com raiva de vocês por não serem capazes de recebê-la, porque nenhum homem pode recebê-la, a menos que lhe seja concedido por Deus. Nenhum Cristão jamais se alegrará nisto a menos que ele tenha sido ensinado pelo Espírito. Mas, afinal, meus irmãos e irmãs, se você é um homem regenerado, você acredita nela. Você está se levantando para discutir comigo. Venha e eu me permitirei argumentar com você mesmo e antes de cinco minutos se passarem você vai, com sua própria boca, provar o meu ponto! Venha, meu querido irmão, você não acredita que Deus pode justamente dar a alguns homens mais graça do que para os outros. Muito bem. Vamos, nos ajoelhemos e oremos juntos. Você deve orar primeiro. Você nem bem começa a orar e você diz:

“Ó Senhor, se agrade, em Sua infinita misericórdia, em enviar o Seu Espírito Santo para salvar esta congregação e se agrade em abençoar os meus parentes segundo a carne.”

Pare! Pare! Você está pedindo a Deus para fazer algo que, de acordo com sua teoria, não está certo! Você está pedindo-Lhe para dar-Lhes mais graça do que eles têm! Você está pedindo a Ele para fazer algo especial! Positivamente, você está rogando a Deus para que Ele dê graça aos seus parentes e amigos e à esta congregação! Como você pode fazer isso e estar certo em sua teoria? Se seria injusto Deus dar mais graça a um homem do que para o outro, quão extremamente injusto é você pedir a Ele para fazer isso!

Se tudo é deixado ao livre-arbítrio do homem, por que você pede ao Senhor para interferir?

Você clama: “Senhor, atraia-os Senhor; quebrante seus corações, renove seus espíritos”.

Agora, eu muito sinceramente uso esta oração, mas como você pode fazer isso, se você pensa ser injusto que o Senhor conceda a este povo mais graça do que Ele concede para o restante da raça humana? “Oh, mas”, você diz, “eu sinto que é certo e eu vou pedir-Lhe”. Muito bem, então, se é certo que você peça, deve ser certo que Ele o conceda! Deve estar correto nEle conceder misericórdia aos homens e a alguns homens tais misericórdia, de modo que eles serão compelidos a serem salvos. Assim, você tem provado meu ponto e eu não preciso de uma prova melhor. E agora, meu irmão, nós cantaremos uma música

juntos e vamos ver como podemos chegar lá. Abra o seu hinário e cante na língua de seu hinário Wesleyano:

*“Oh, sim, eu amo Jesus
Porque Ele me amou primeiro.”*

Não, irmão, isto é Calvinismo! Você tem que deixá-lo fora novamente, você ama Jesus porque Ele primeiro amou você. Bem, como é que você vem a amá-IO, enquanto outros são deixados a não amá-IO? Isso é a sua honra ou a honra dEle? Você diz: “É para o louvor da graça. Deixe a graça ter o louvor”. Muito bem, irmão. Vamos começar muito bem, depois de tudo, pois, embora não possamos concordar na pregação, contudo estamos de acordo, como você vê, na oração e no louvor!

Pregando há alguns meses, no meio de uma grande congregação de Metodistas, os irmãos e irmãs estavam vivos, dando todos os tipos de respostas ao meu sermão, balançando a cabeça e clamando: “Amém!”, “Aleluia”, “Glória a Deus!” e semelhantes. Eles completamente concordaram comigo! Meu espírito foi agitado e eu preguei com uma força e vigor incommuns. E quanto mais eu pregava, mais eles gritavam: “Amém!”, “Aleluia”, “Glória a Deus!”. Finalmente, uma parte do texto me levou ao que é denominado Alta Doutrina. “Então”, eu disse, “isso me leva à doutrina da eleição”. Puxei o fôlego profundamente. “Agora, meus amigos, vocês acreditam nisso”, eu disse. Eles pareciam dizer: “Não, nós não”. Sim, vocês acreditam e vou fazer vocês cantarem “Aleluia” a respeito desta doutrina. Então, vou pregar isto para que vocês a reconheçam e creiam!

Então eu o coloquei assim: “Será que não há diferença entre você e os outros homens?”, “Sim, sim! Glória a Deus, glória!”, “Há uma diferença entre o que você era e o que você é agora?”, “Sim! Sim!”. Não está sentado ao seu lado um homem que foi à mesma capela que vocês; ouviu o mesmo Evangelho, porém ele não é convertido e vocês são convertidos. Quem fez a diferença, você ou Deus?” “O Senhor!”, disseram, “o Senhor! Glória! Aleluia”. Sim, clamei, e isto é a doutrina da eleição!

Isso é tudo pelo que eu pleiteio, se há uma diferença, o Senhor fez a diferença. Um bom homem veio até mim e disse: “Você está certo, rapaz! Você tem razão. Acredito na sua doutrina da eleição. Eu não acredito nisso, como é pregado por algumas pessoas, mas eu acredito que devemos dar a glória a Deus, devemos colocar a coroa sobre a cabeça dEle, certamente”. Afinal, há um instinto em cada coração Cristão que faz com que ele receba a substância desta doutrina, mesmo que ele não vá recebê-la na forma peculiar em nossa colocação. Isso é suficiente para mim. Eu não me importo com as palavras ou a fraseologia, ou a forma de credo, em que eu possa ter o hábito de afirmar a doutrina.

Eu não quero que você subscreva o meu credo, mas eu quero que você subscreva um

credo que dá glória a Deus por Sua salvação. Cada santo no Céu canta: “A graça fez isso”. E eu quero que todos os santos na terra a cantem a mesma canção: “Àquele que nos amou e nos lavou de nossos pecados no Seu sangue, a Ele seja a glória para todo o sempre”. As orações, os louvores, a experiência daqueles que acreditam nesta doutrina prova ser uma doutrina melhor do que qualquer coisa eu posso dizer! Eu não me importo em prová-la melhor, e eu a deixo como ela é.

II. Passamos agora para ELEIÇÃO EM SUAS INFLUÊNCIAS PRÁTICAS.

Você verá que preceito é anexado à doutrina: Deus te amou acima de todas as pessoas que estão sobre a face da terra, portanto, “circuncidai, pois, o prepúcio do vosso coração, e não mais endureçais a vossa cerviz”. Sussurra-se que eleição é uma doutrina licenciosa. Diga em voz alta e então eu te responderei! Eleição é uma doutrina licenciosa? Como você prova isso? É o meu negócio provar para você que é o inverso. “Bem, mas”, grita alguém, “eu conheço um homem que acredita na eleição e ainda vive em pecado”. Sim e eu suponho que você desaprova isso? De modo que se eu posso passar por Londres e encontrar algum companheiro bêbado maltrapilho que acredita nesta doutrina e vive em pecado, o fato de sua crença nela desaprova-a? Lógica surpreendente, essa! Eu me comprometerei a refutar qualquer verdade de Deus no mundo, se somente eu tomar isso como a minha regra! Por que, eu posso trazer alguma criatura vil e imunda que duvida da bondade universal de Deus. Então, eu acho que irei desaprová-la? Eu poderia trazer até você algum infeliz que está deitado no pecado, que ainda acredita que, se ele estivesse a clamar: “Senhor, tem piedade de mim, pecador”, a partir de seu coração, ele seria salvo, mesmo que ele estivesse em seu leito de morte! Suponho que a sua crença o desaprove, é isso? Não! Você sabe muito bem, apesar de você usar essa lógica como que contra nós, você não iria usá-la contra você mesmo! O fato de que são más ou boas as vidas de alguns indivíduos não pode ser tomado como uma prova a favor ou contra qualquer conjunto de doutrinas. Há homens santos que estão enganados. Há homens ímpios que recebem a verdade de Deus! Isso pode ser visto em qualquer dia por qualquer homem que vai candidamente fazer a observação. Se, no entanto, qualquer uma seita fosse peculiarmente cheia de professores ímpios e hipócritas, então eu gostaria de admitir a força de seu argumento! Mas eu te desafio a provar.

Os homens que acreditaram nesta doutrina têm sido por todo o mundo — embora, talvez, não é minha função dizer, exceto que eu vou gloriar-me nisso como Paulo o fez — os mais zelosos, mais sinceros, os mais santos dos homens! Lembrem-se, senhores, vocês que zombam desta doutrina, que vocês devem suas liberdades aos homens que a sustentaram! Quem esculpiu para a Inglaterra as suas liberdades? Eu não hesito em dar a palma da mão para os braços fortes de Ironsides e a poderosa vontade de Oliver Cromwell! Mas o que os

fez correr para a batalha como eles fizeram, senão uma firme convicção de que eles eram os escolhidos de Deus e poderiam varrer tudo diante deles, porque o Senhor, seu Deus estava com eles? Dizia-se de Charles, do segundo período, que, se você queria encontrar crentes no Arminianismo, você poderia encontrá-los em todas as tavernas, mas se você quisesse encontrar aqueles que acreditavam nas Doutrinas da Graça, você deveria ir para as masmorras onde os santos de Deus foram trancafiados, devido à rigidez de suas vidas e da austeridade peculiar de sua conversa. Nunca houve homens mais celestiais de espírito do que os Puritanos. E que Puritano você pode encontrar que detém qualquer outra doutrina além da que eu prego hoje? Você pode encontrar algum doutor moderno que ensina o contrário, mas marchem através dos séculos e com poucas exceções, onde estão os santos que negavam a eleição de Deus? O estandarte tem sido passado de uma mão para outra. Mártires morreram por isso! Eles selaram a verdade de Deus com o seu sangue, e esta verdade de Deus subsistirá, quando rolamento dos anos deixar de se mover; esta verdade de Deus deve ser crida quando cada erro e superstição deve desintegrar-se ao pó de onde surgiu!

Mas eu volto para a minha prova. Está estabelecido como uma questão de teoria que esta doutrina é licenciosa. Nós nos opomos a essa teoria. A aptidão das coisas prova que não é assim. A eleição ensina que Deus escolheu alguns para serem reis e sacerdotes para Deus. Quando um homem acredita que ele é escolhido para ser um rei, seria uma inferência legítima ouvir dele: “Eu sou escolhido para ser um rei, por isso serei um mendigo, eu sou escolhido para sentar em um trono, portanto vou usar trapos”? Assim, você poderia dizer: “Não haveria nenhum argumento, não há sentido nisso”. Mas há tanto sentido nisto quanto em sua em sua suposição, que Deus escolheu o Seu povo para ser santo e contudo o conhecimento deste fato fará com que seja profano. Não! O homem, sabendo que uma dignidade peculiar foi colocada sobre ele por Deus, sente operar em seu peito um desejo de viver de acordo com a sua dignidade. “Deus me amou mais do que outros”, diz ele, “então, eu vou amá-LO mais do que outros. Ele me colocou acima do restante da humanidade por Sua graça soberana, deixe-me viver acima deles, deixe-me ser mais santo, deixe-me ser mais eminente em graça do que qualquer um deles”. Se há um homem que pode abusar da dignidade da graça que Cristo lhe deu e que a perverte em um argumento para a licenciosidade, ele não é deve ser encontrado entre nós! Ele deve ser algo menos do que o homem, caído como o homem é, quem inferir, a partir do fato de que ele tornou-se um Filho de Deus pela livre graça de Deus, que, portanto, ele deve viver como um filho do diabo! Ou, quem deve dizer: “Porque Deus ordenou-me a ser santo, por isso serei profano”. Isso seria o mais estranho, incomum, mais pervertido, mais abominável raciocínio que jamais poderia ser utilizado. Eu não acredito que há uma criatura viva, que poderia ser capaz de usá-lo.

Mais uma vez, não somente a aptidão das coisas, mas a coisa, em si, prova que não é assim. A eleição é uma separação. Deus separou aquele que é piedoso para Si mesmo;

separou um povo para fora da massa da humanidade. Será que a separação nos permitem extrair a inferência assim: “Deus me separou, portanto, viverei como os outros homens vivem”. Não! Se eu acredito que Deus tem me escolhido pelo Seu amor distintivo e me separou, então eu ouço o brado: “Saí do meio deles, e apartai-vos, diz o Senhor; e não toqueis nada imundo, E eu vos serei por Pai”. Seria estranho se o decreto de separação gerasse uma união profana. Não pode ser! Eu nego, de uma vez por todas, em nome de todos os que defendem a verdade de Deus, eu nego solenemente, como na presença de Deus, que nós tenhamos qualquer pensamento que, porque Deus nos separou, por isso devemos viver como os outros vivem. Não, Deus me livre! Nossa separação é um fundamento e motivo da nossa separação completa dos pecadores. Eu ouvi um homem dizer uma vez: “Senhor, se eu acreditasse nesta doutrina, eu viveria em pecado”. Minha resposta a ele foi esta: “Eu ousa dizer que você viveria! Ouso dizer que você iria!”, “E por que”, ele perguntou, “eu o faria mais do que você. Simplesmente porque você é um homem e eu confio que eu sou um *novo homem* em Cristo Jesus. Para o homem que é renovado pela graça, não há nesta doutrina o que poderia fazê-lo amar o pecado! Se um homem, por natureza, é como um porco que chafurda na lama, transforme-o em uma ovelha e não há nenhuma doutrina que você possa ensinar a ele que possa fazê-lo ir e chafurdar na lama de novo! Sua natureza é alterada. Há um corvo transformado em uma pomba. Eu darei a pomba para você e você pode ensiná-la o que quiser, mas a pomba não mais comerá carne. Ela não pode suportar isto, sua natureza está totalmente mudada! Aqui está um leão rugindo por sua presa. Vou transformá-lo em um cordeiro, e eu desafio você a fazer esse cordeiro, por qualquer doutrina, avermelhar seus lábios com sangue. Ele não pode fazê-lo, a sua natureza está transformada.

Um amigo a bordo de um barco a vapor, quando estávamos chegando em frente à Irlanda, perguntou a um dos marinheiros, “você gostaria de uma música picante?”. “Não”, ele disse, “eu não gosto dessas coisas”. “Gostaria de uma dança?”, “Não” ele disse, “Eu tenho uma graça que me permite jurar e estar bêbado tão frequentemente quanto me agrada, e isto é nunca, porque eu odeio todas essas coisas com ódio perfeito. Cristãos evitam o pecado, porque a sua natureza abomina o pecado, não imagino que são guardados de voltar ao pecado porque estão aterrorizados com ameaças de condenação; não temos medo, exceto o medo de ofender o nosso Pai amoroso. Nós não queremos pecar, a nossa sede é por santidade e não pelo vício. Mas se você tem uma espécie de religião, que sempre mantém você em restrição, de modo que você diz: “Eu gostaria de ir ao teatro esta noite, se eu ousasse, se é isso que você diz, depender dela, de sua religião não é de muito valor! Você deve ter uma graça que faz você odiar as coisas que você uma vez amou e amar o que uma vez você odiou, uma graça que o atrai para fora de sua antiga vida e o coloca em uma nova vida! Agora, se um homem tiver uma nova natureza, o que a doutrina da eleição pode fazer para que essa nova natureza aja de forma contrária aos seus instintos? Ensine o homem que você quiser, o homem não tornará à vaidade. A eleição de Deus dá uma nova

natureza, por isso, mesmo que a doutrina fosse perigosa, a nova natureza iria mantê-la sob controle.

Mas, mais uma vez, me traga aqui o homem, eu devo chamá-lo? Traga-me a besta ou o diabo que dizia: “Deus colocou Seu amor sobre mim desde antes de todos os mundos, o meu nome está sobre o coração de Jesus, Ele me comprou com o Seu sangue, meus pecados estão todos perdoados; verei a face de Deus com alegria e aceitação, por isso, eu odeio a Deus, por isso eu vivo no pecado”. Traga-me o monstro, eu digo, e quando você tiver trazido o tolo, mesmo assim, eu não admitirei que há uma razão nesta mentira vil, essa calúnia condenável, que você tem lançado sobre esta doutrina, que ela faz os homens viverem em licenciosidade. Não há verdade de Deus, que possa, assim encorajar um homem à piedade como o fato de que ele foi escolhido por Deus antes dos tempos começaram! Amado por Ti com um amor ilimitado que nunca se move e que persevera até o fim, ó, meu Deus! Eu desejo gastar-me em Seu serviço:

*“O amor, tão admirável, tão Divino,
Requer minha vida, minha alma, meu tudo.”*

A gratidão a Deus, por esta rica misericórdia, nos compele a andarmos no temor de Deus e a amá-LO e servi-LO com toda a nossa vida!

Agora, duas lições e, em seguida, eu lhes deixarei seguir o seu caminho.

A primeira lição é esta: irmãos e irmãs Cristãos, escolhidos por Deus e ordenados para a salvação, lembrem-se que esta é uma doutrina que em toda parte se fala contra ela. Não a esconda, não a oculte, pois lembrem-se, Cristo disse: “Porque, qualquer que de mim e das minhas palavras se envergonhar, dele se envergonhará o Filho do homem”. Mas tome cuidado para que você não a desonre. Seja você santo, assim como Ele é santo. Ele o chamou, permaneça em sua vocação, seja diligente para fazer firme a sua vocação e eleição! Estabeleça, como eleito de Deus, coração de compaixão, santidade e amor, e deixe que o mundo veja que os escolhidos de Deus são feitos, pela graça, os mais preciosos dos homens; os quais vivem mais perto de Cristo e são mais semelhantes a Cristo, do que qualquer outro povo sobre a face da terra. E deixe-me acrescentar, se o mundo zomba de você, você pode olhar o seu inimigo no rosto e nunca tremer, pois este é um grau de nobreza, uma patente da dignidade Divina pelo que você nunca precisa corar, mas que irá guarda-lo sempre de ser um covarde, ou curvar o joelho ante a pompa e o status, quando eles estão associados com o vício. Esta doutrina nunca foi apreciada, porque é um martelo contra os tiranos! Homens escolhem os seus próprios eleitos, seus reis, duques e condes e a eleição de Deus interfere com eles. Há alguns que não dobrarão os joelhos diante de

Baal, que sustentarão ser a verdadeira aristocracia de Deus, que não renunciarão às suas consciências pelo ditado de outro. Homens xingam, falam irracionalmente e se enfurecem porque esta doutrina faz um bom homem forte em seus lombos, e não vai deixá-lo dobrar o joelho, ou voltar e ser um covarde. Os Ironsides foram feitos poderosos porque mantiveram-se como sendo homens destinados. Eles se curvaram diante de Deus, porém diante dos homens não podiam e não iriam se curvar! Permanecei firmes, portanto, nisto, a sua liberdade, e não sejam movidos da esperança da vossa vocação.

Uma outra palavra de exortação é a segunda lição. Há alguns de vocês que estão fazendo uma desculpa para rechaçarem a doutrina da eleição, uma desculpa, uma apologia para seus próprios corações incrédulos e ímpios. Agora lembre-se a doutrina da eleição não exerce nenhuma restrição qualquer que seja sobre vocês! Se vocês são ímpios, vocês serão assim, porque vocês irão ser assim. Se vocês rejeitarem o Salvador, vocês o farão, porque você irão fazê-lo. A doutrina não faz você rejeitá-LO! Você pode fazer disto uma desculpa, mas é uma inútil, é uma peça de roupa de teia de aranha que será arrancada no Último Dia! Rogo-vos, coloquem-na de lado e lembrem-se que é a verdade de Deus, que o que vocês têm a fazer é isso: “Crê no Senhor Jesus Cristo e serás salvo”. Se vocês creem, vocês estão salvos.

Se você confiar em Cristo, seja você quem você for, ou o que você possa ser, o vasto mundo acabou, você está salvo! Não diga: “Eu não vou crer, porque eu não sei se sou eleito”. Você não pode saber que até que você tenha crido. Seu negócio é com a crença. “Quem”, não há nenhuma limitação nisto, “quem crê em Cristo será salvo”. Você, assim como qualquer outro homem! Se você confiar em Cristo, seus pecados serão perdoados, as suas iniquidades apagadas. Oh, que o Espírito Santo sople uma nova vida em você! Curve o joelho, eu te suplico, beije o Filho para que Ele não se ire. Receba a Sua misericórdia, agora, não endureça seu coração contra a influência graciosa de Seu amor. Renda-se a Ele e você deve então descobrir que você se rendeu porque Ele fez você se render, que você veio a Ele, porque Ele chamou você! E que Ele chamou você, porque Ele te amou com um amor eterno.

Que Deus possa ordenar a Sua bênção por amor de Jesus. Amém.

Uma Carta de George Whitefield a John Wesley

Sobre a Doutrina da Eleição

Prefácio

Estou muito bem ciente de que diferentes efeitos esta publicação da presente carta contra o sermão do querido Sr. Wesley produzirá. Muitos dos meus amigos que são árdios defensores da redenção universal serão imediatamente ofendidos. Muitos dos que são zelosos, do outro lado serão muito alegrados. Aqueles que são mornos, em ambos os lados, e são levados por raciocínio carnal, desejarão que esse assunto nunca tivesse sido trazido em debate. As razões pelas quais iniciei a carta, eu acho que são suficientes para corresponder a toda a minha conduta aqui. Desejo, portanto, que aqueles que sustentam a eleição não queiram triunfar, ou fazer uma festa, de um lado (pois eu detesto tal coisa) e que aqueles que têm preconceito contra esta doutrina, não sejam tão ofendidos, por outro lado. Conhecidos de Deus são todos os Seus caminhos, desde o início do mundo. O grande dia desvelará por que o Senhor permite que o caro Sr. Wesley e eu tenhamos uma maneira diferente de pensar. No momento, eu não farei nenhuma investigação sobre esse assunto, além do relato que ele mesmo deu sobre isso na seguinte carta, que recentemente recebi de suas próprias mãos queridas:

Meu querido irmão, eu agradeço por você, 24 de Maio. O caso é bastante simples. Há fanáticos, tanto pela predestinação e contra ela. Deus está enviando uma mensagem para aqueles, em ambos os lados. Mas também não a receberão, a não ser da parte de alguém que seja de sua própria opinião. Portanto, por um momento, você sofre por ser de uma opinião, e eu de outra. Mas quando Seu tempo chegar, Deus fará o que o homem não pode, ou seja, nos fará de uma mente. Então, a perseguição se extinguirá, e será visto se nós consideramos as nossas vidas queridas para nós mesmos, assim, que possamos terminar nossa jornada com júbilo. Eu sou, meu queridíssimo irmão, — sempre seu, John Wesley.

Assim meu honrado amigo, eu sinceramente peço a Deus que apresse o tempo, sendo por Ele claramente iluminado, em todas as doutrinas da revelação Divina, para que possamos, assim, estar estreitamente unidos em princípio e julgamento, bem como em coração e afeição. E então, se o Senhor nos chamou para isso, eu não me importo se eu for com ele para a prisão ou à morte. Pois, como Paulo e Silas, espero que cantemos louvores a Deus, e consideremos isso a nossa maior honra: sofrer por amor de Cristo, e dar a nossa vida pelos irmãos. — George Whitefield, Londres, 09 de agosto de 1740.

CARTA DE WHITEFIELD PARA WESLEY SOBRE A DOUTRINA DA ELEIÇÃO

“E, chegando Pedro à Antioquia, lhe resisti na cara, porque era repreensível.” (Gálatas 2:11)

Introdução

Reverendo e mui querido irmão,

Somente Deus sabe a indizível tristeza de coração que eu senti por sua causa desde que eu deixei a Inglaterra pela última vez. Quer seja debilidade minha, ou não, eu francamente confesso que Jonas não poderia ir com mais relutância contra Nínive, do que eu agora tomo a pena na mão para escrever contra você. Foi essencial falar, eu preferiria morrer a fazê-lo; e, ainda assim, se eu sou fiel a Deus, e a mim mesmo e às almas dos outros, eu não devo permanecer neutro por mais tempo. Estou muito apreensivo de que nossos adversários comuns se regozijarão ao verem diferenças entre nós mesmos. Mas o que eu posso dizer? Os filhos de Deus estão em perigo de cair em erro! Não, muitos foram enganados, a quem Deus tem se agradado de operar sobre o meu ministério, e um número maior ainda está clamando em voz alta sobre mim, para que eu expresse também a minha opinião. Devo então mostrar, que eu não conheço nenhum homem segundo a carne, e que eu não tenho respeito às pessoas, além do que é consistente com o meu dever para com o meu Senhor e Mestre, Jesus Cristo.

Esta carta, sem dúvida, me fará perder muitos amigos, e por este motivo, talvez, Deus colocou essa difícil tarefa sobre mim, mesmo para ver se eu estou disposto a abandonar tudo por Ele, ou não. A partir de tais considerações como estas, eu acho que é o meu dever sustentar um testemunho humilde, e sinceramente pleitear as verdades das quais estou convencido serem claramente reveladas na Palavra de Deus. Na defesa das quais eu devo usar da maior simplicidade no falar, e tratar meus mais queridos amigos sobre a terra com a maior simplicidade, fidelidade e liberdade, deixando as consequências de tudo a Deus.

Por algum tempo antes, e especialmente desde a minha última partida da Inglaterra, tanto em público e privado, através da pregação e impressão, você tem propagado a doutrina da redenção universal. E quando eu me lembro de como Paulo repreendeu Pedro por sua dissimulação (Gálatas 2:11), temo que eu tenha permanecido pecaminosamente em silêncio por muito tempo. Oh, então, não fique com raiva de mim, querido e honrado senhor, se agora eu entrego a minha alma, dizendo-lhe que eu o considero nisto grandemente errado.

Não é meu plano adentrar em um longo debate sobre os decretos de Deus. Refiro-me ao

Dr. Edwards, seu *Veritas Redux*, que eu acho que é incontestável, exceto em um certo ponto, sobre uma espécie intermediária entre eleitos e réprobos, que ele mesmo efetivamente condena depois.

Eu apenas farei algumas observações sobre o seu sermão, intitulado “Livre Graça”. E antes que eu entre no discurso em si, permita-me tomar uma pequena nota de que, em seu prefácio, você expressa uma obrigação indispensável para torná-lo público para todo o mundo. Eu devo confessar que eu sempre pensei que você estava muito enganado sobre aquele ponto. O caso (você sabe) permanece assim: quando você estava em Bristol, eu acho que você recebeu uma carta de uma mão secreta, ordenando-lhe a não pregar o Evangelho, porque você não pregava a eleição. Sobre isso, você tomou partido: a resposta foi “pregar e imprimir”. Tenho muitas vezes questionado, como eu faço agora, se ao fazê-lo, você não tentou o Senhor. Um oportuno exercício de prudência religiosa, sem uma sorte, o teria conduzido nesse assunto. Além disso, eu nunca ouvi falar que você consultou a Deus, se a eleição era ou não uma doutrina evangélica. Mas temo que, considerando isto como certo que não era, você só perguntou se deveria ficar em silêncio, ou pregar e imprimir contra ela. Seja isso o que for, a sorte saiu “pregar e imprimir”; conseqüentemente, você pregou e imprimiu contra a eleição. A meu desejo, você suprimiu a publicação do sermão, enquanto eu estava na Inglaterra; mas logo o enviou ao mundo após a minha partida. Oh, que você o mantivesse guardado! No entanto, se esse sermão foi impresso em resposta a uma sorte, estou apto a pensar uma razão pela qual Deus deve fazer com que você esteja enganado, por isso, uma obrigação especial pode ser colocada sobre mim, para fielmente declarar a doutrina bíblica da eleição, para que assim o Senhor possa me dar uma nova oportunidade de ver o que estava em meu coração, e se eu seria fiel à sua causa ou não, como você não poderia admitir. Ele fez uma vez, anteriormente, dando-lhe um outra tal sorte em Deal. Na manhã em que eu parti de Deal para Gibraltar [1 de Fevereiro de 1738], você chegou da Geórgia. Em vez de conceder-me a oportunidade de conversar com você, apesar de que o navio não estava muito longe da costa, você lançou uma sorte, e imediatamente seguiu em direção a Londres. Você deixou uma carta para atrás, na qual havia palavras para esse efeito: “Quando eu vi a Deus, pelo vento que o levou para fora, trazido a mim, pedi conselho de Deus. Sua resposta você a tem lacrada”. Isto era um pedaço de papel, em que foram escritas estas palavras: “Faça-o voltar para Londres”.

Quando recebi isto, fiquei um pouco surpreso. Aqui estava um bom homem me dizendo que ele havia lançado uma sorte, e que Deus queria que eu voltasse para Londres. Por outro lado, eu sabia que o meu chamado era para a Geórgia, e que eu havia partido de Londres, e não conseguiria justamente sair dos soldados que estavam comprometidos com o meu encargo. Dirigi-me, com um amigo, em oração. Aquela passagem no primeiro Livro de Reis, Capítulo 13, foi fortemente impressa em minha alma, onde nos é dito que o profeta

que foi morto por um leão foi tentado a voltar devido a outro profeta dizer-lhe que Deus queria que ele fizesse isso [mesmo que fosse contrário à ordem expressa de Deus]. Eu escrevi-lhe a palavra que eu não poderia voltar para Londres. Nós navegamos imediatamente. Alguns meses depois, recebi uma carta sua na Geórgia, onde você escreveu palavras para esse efeito: “Ainda que Deus nunca houvesse me dado antes uma sorte errada, ainda assim, talvez, Ele me deixou ter tal sorte naquela época, para provar o que estava em seu coração”. Eu nunca deveria ter publicado esta conversa particular para o mundo, não houvesse a glória de Deus me convocado a isso. É claro que você tinha uma sorte errada concedida a você aqui, e com justiça, porque tentou a Deus na elaboração de uma, e assim, eu acredito que é no presente caso. E se assim for, não faça com que os filhos de Deus, que são meus e seus amigos íntimos, e também partidários da redenção universal, pensem que a doutrina é verdadeira, porque você a pregou em conformidade a uma sorte concedida da parte de Deus!

Isso, eu penso, pode servir como uma resposta a essa parte do prefácio em seu sermão impresso, onde você diz: “nada, senão a mais forte convicção, não apenas de que o que é aqui desenvolvido é a verdade como está em Jesus, mas também estou indispensavelmente obrigado a declarar essa verdade para todo o mundo”. Que você creia que o que você escreveu seja a verdade, e que você honestamente vise a glória de Deus por ter escrito, eu não tenho a menor dúvida. Mas então, honrado senhor, não posso deixar de pensar que você tem sido muito enganado, ao imaginar que sua tentação a Deus, lançando uma sorte da maneira que você fez, poderia colocar-lhe sob a obrigação indispensável a respeito de qualquer ação, muito menos para publicar seu sermão contra a doutrina da predestinação para a vida.

Devo observar, a seguir, que como você foi infeliz ao imprimir, em absoluto, sob tal mandado imaginário, assim você foi infeliz na escolha de seu texto. Honrado senhor, como poderia entrar em seu coração o escolher um texto para refutar a doutrina da eleição a partir do Capítulo 8 de Romanos, onde esta doutrina é tão claramente afirmada. Uma vez que, ao falar com um Quaker sobre este assunto, ele não teve outra maneira de fugir à força da afirmação do apóstolo, do que dizendo: “Creio que Paulo estava errado”. E um outro amigo, ultimamente, que já foi altamente preconceituoso contra a eleição, ingenuamente confessou: “que ele costumava pensar que o próprio São Paulo estava enganado, ou que ele não era corretamente traduzido”.

Na verdade, honrado senhor, é claro, além de toda a contradição, que São Paulo, através de todo o oitavo [Capítulo] de Romanos, está falando dos privilégios apenas daqueles que estão realmente em Cristo. E deixe que qualquer pessoa sem preconceitos leia o que vem antes e o que segue o seu texto, e ele deve confessar que a palavra “todos” significa apenas

aqueles que estão em Cristo; e a última parte do texto claramente prova, o que, eu creio, caro Sr. Wesley não cederá de maneira alguma. Quero dizer, a perseverança final dos filhos de Deus. “Aquele que nem mesmo a seu próprio Filho poupou, antes o entregou por todos nós [isto é, todos os santos], como nos não dará também com ele todas as coisas?” (Romanos 8:32). Graça, em particular, para nos capacitar a perseverar, e tudo o mais necessário para nos conduzir para casa, para o reino celestial de nosso Pai.

Tivesse alguém uma mente para provar a doutrina da eleição, bem como a perseverança final, ele dificilmente poderia desejar um texto mais apropriado para o seu propósito do que aquele que você escolheu para refutá-la. Aquele que não o conhece, suspeitaria se você mesmo era consciente disso: pois, após o primeiro parágrafo, eu mal sabia se você o havia mencionado isto tal como outrora, através de todo o seu sermão.

Mas o seu discurso, em minha opinião, é tão pequeno para o propósito quanto o seu texto, e em vez de distorcer, faz apenas mais e mais confirmar-me na crença da doutrina da eleição eterna de Deus.

Não mencionarei quão illogicamente você procedeu. Se você tivesse escrito claramente, você deveria primeiro, honrado senhor, ter provado a sua proposição: “que a graça de Deus é livre para todos”. E, a seguir, por meio de inferência, exclamado contra o que vocês chamam de terrível decreto. Mas você sabia que as pessoas (porque o Arminianismo, ultimamente, tem abundado tanto entre nós) eram geralmente preconceituosas contra a doutrina da reprobção, e, portanto, pensei que se você mantivesse a sua antipatia por ela, você derrubaria a doutrina da eleição inteiramente. Pois, sem dúvida, as doutrinas da eleição e da reprobção devem permanecer ou cair juntas.

Mas, passando por isso, como também a sua definição equivocada da palavra “graça”, e a sua falsa definição da palavra “livre”, e para que eu possa ser o mais breve possível, eu francamente reconheço, eu acredito na doutrina da reprobção, neste ponto de vista: que Deus intenciona conceder graça, através de Jesus Cristo, apenas para um determinado número, e que o restante da humanidade, depois da Queda de Adão, sendo justamente deixado por Deus a continuar no pecado, finalmente sofrerá aquela morte eterna, que é o seu salário apropriado (Romanos 6:23). Esta é a estabelecida doutrina da Escritura, e reconhecida como tal Septuagésimo artigo da Igreja da Inglaterra, como o próprio Bispo Burnet confessa. Ainda assim, o querido Sr. Wesley absolutamente a nega!

Mas as objeções mais importantes, que você instigou contra esta doutrina como as razões pelas quais você a rejeita, sendo seriamente consideradas e fielmente provadas pela Palavra de Deus, parecem, absolutamente, não possuir nenhuma força. Permita que o assunto seja humilde e calmamente revisto, como nos seguintes princípios.

1. Toda a Pregação aos Eleitos é Vã ou Inútil?

Em primeiro lugar, você diz, “se isto é assim [ou seja, se há uma eleição de Deus], então pregar é totalmente vão. É desnecessário para os que são eleitos, pois eles, seja com ou sem a pregação, infalivelmente serão salvos. Portanto, a finalidade de pregar para salvar almas é nula no que diz respeito a eles. E, é inútil para os que não são eleitos, pois eles não podem ser salvos, eles, seja com ou sem a pregação, infalivelmente serão condenados. A finalidade da pregação é, portanto, nula semelhantemente em relação a eles. De modo que em ambos os casos a nossa pregação é vã, e sua audição também é vã” (página 10, parágrafo 9).

Ó caro senhor, que tipo de raciocínio, ou melhor, de sofisma, é este! Deus, Quem indicou a salvação a um certo número, também não indicou a pregação da Palavra, como um meio de trazê-los a isso? Será que alguém sustenta a eleição em qualquer outro sentido? E se assim, como a pregação é inútil para aqueles que são eleitos, quando o Evangelho é designado pelo próprio Deus para ser o poder de Deus para a salvação eterna deles? E desde que nós não sabemos quem são eleitos e quem são os réprobos, devemos pregar sem distinção a todos. Pois, a Palavra pode ser útil até mesmo para os não-eleitos, ao restringi-los de tanta impiedade e do pecado. No entanto, é suficiente exercitar a máxima diligência na pregação e audição, quando consideramos que por estes meios, alguns, mesmo, a todos quantos o Senhor tem ordenado para a vida eterna, devem certamente ser vivificados e habilitados a crer. E aquele que atende, especialmente com reverência e cautela, porventura, não pode dizer que ele pode ser encontrado dentre o bem-aventurado número?

2. Ela Destrói a Santidade e as Ordenanças de Deus?

Em segundo lugar, você diz, “que ela [a doutrina da eleição e reprovação] diretamente tende a destruir a santidade, que é o fim de todas as ordenanças de Deus”. Pois, diz o querido enganado Sr. Wesley, “são totalmente retirados aqueles primeiros motivos para seguir a ela, tão frequentemente proposto nas Escrituras. A esperança da recompensa futura, e temor da punição, a esperança do céu e o temor do inferno, etc.”.

Eu pensei que aquele que conduz a perfeição, a tal alto nível, como o caro Sr. Wesley o faz, saberia que um verdadeiro amante do Senhor Jesus Cristo esforça-se para ser santo, por amor de ser santo, e trabalha para Cristo, por amor e gratidão, sem qualquer relação com as recompensas do céu ou com o medo do inferno. Você se lembra, meu caro senhor, o que Scougal diz: “O amor é o motivo mais poderoso que os impulsiona”. Mas passando por isso, e admitindo que recompensas e punições (como certamente o são) podem ser

motivos a partir dos quais um Cristão seja honestamente compelido a agir para Deus, como é que a doutrina da eleição destrói esses motivos? Os eleitos não sabem que quanto mais boas obras eles fizerem, maior será o seu galardão? E não é este incentivo o suficiente para firmá-los, e levá-los a perseverar em trabalhar para Jesus Cristo? E como é que a doutrina da eleição destrói a santidade? Quem mais pregou qualquer outra eleição além da que o apóstolo pregou, quando ele disse: “Elegido [...] em santificação do Espírito, e fé da verdade” (2 Tessalonicenses 2:13). Não, não é a santidade feita uma marca de nossa eleição por todos que a pregam? E como pode, então, a doutrina da eleição destruir a santidade?

O exemplo que você traz para ilustrar sua afirmação, de fato, meu caro senhor, é muito impertinente. Pois você diz: “Se um homem doente sabe que ele deve inevitavelmente morrer ou inevitavelmente recuperar-se, embora ele não saiba o que, não é razoável tomar qualquer medicamento, em absoluto”. Caro senhor, que raciocínio absurdo é feito aqui? Você esteve alguma vez doente em toda a sua vida? Se assim for, a mera probabilidade ou possibilidade de sua recuperação, embora você saiba que era inalteravelmente fixo que você deva viver ou morrer, não o encorajaria a tomar o remédio? Pois, como você saberia se, porventura, o próprio medicamento não fosse o meio de Deus destinado a recuperá-lo? Exatamente assim é com a doutrina da eleição. Eu sei que está inalteravelmente estabelecido, pode alguém dizer, que eu devo ser condenado ou salvo; mas desde que eu não sei, com certeza, por que eu não me esforçaria, embora no momento em um estado natural, já que eu não sei, senão que esse esforço pode ser o meio que Deus tenha a intenção de abençoar, a fim de me pôr em um estado de graça? Caro senhor, considere estas coisas. Faça uma aplicação imparcial e, em seguida, julgue que pouca razão você tinha para concluir o décimo parágrafo, página 12, com estas palavras: “Então esta doutrina diretamente tende a fechar a própria porta da santidade em geral, impedir os homens profanos de alguma vez se aproximarem dela, ou se esforçarem para entrar por ela”.

“Como diretamente”, você diz, “a doutrina tende a destruir vários ramos particulares da santidade, como mansidão, amor, etc.”. Eu devo dizer pouco, querido senhor, em resposta a este parágrafo. O prezado Sr. Wesley talvez tenha disputado com alguns homens mornos de espírito estreito que sustentavam a eleição, e então, infere que a sua mornidão e estreiteza de espírito eram devidas aos seus princípios? Mas o caro Sr. Wesley não conhece muitos filhos amados de Deus que são predestinarianos, e que ainda assim, são mansos, humildes, piedosos, corteses, compassivos, amáveis, de um espírito universal, e que esperam ver o mais vil e devasso dos homens convertido? E por quê? Porque eles sabem que Deus os salvou por um ato de Seu amor eletivo, e eles não conhecem nada, senão que Ele pode ter elegido aqueles que agora parecem ser os mais perdidos. Mas, meu caro senhor, não devemos julgar a verdade dos princípios, em geral, nem este da eleição em particular, inteiramente a partir da prática de alguns que professam sustenta-los. Se assim for,

tenho certeza que muito pode ser dito contra o seu próprio. Pois eu apelo para o seu próprio coração, se você sentiu ou não em si mesmo, ou observou em outros, um espírito estreito, e alguma desunião de alma, em relação àqueles que sustentam a redenção universal. Se assim for, então de acordo com sua própria regra, a redenção universal está errada, porque destrói vários ramos da santidade, como mansidão, amor, etc. Mas para não insistir nisso, peço-lhe que observe, que a sua inferência é inteiramente posta de lado pela força do argumento do apóstolo, e da linguagem que ele expressamente utiliza em Colossenses 3:12-13: “Revesti-vos, pois, como eleitos de Deus, santos e amados, de entranhas de misericórdia, de benignidade, humildade, mansidão, longanimidade; Suportando-vos uns aos outros, e perdando-vos uns aos outros, se alguém tiver queixa contra outro; assim como Cristo vos perdoou, assim fazei vós também”. Aqui vemos que o apóstolo os exorta a revestirem-se de entranhas de misericórdia, de benignidade, humildade, mansidão, longanimidade e etc. sobre esta consideração, a saber, porque eles eram eleitos de Deus. E todos os que experimentalmente sentiram essa doutrina em seus corações, encontram que essas graças são os efeitos genuínos de serem eleitos de Deus.

Mas, talvez, o querido Sr. Wesley pode estar enganado neste ponto, ao chamar de paixão, o que é apenas zelo pelas verdades de Deus. Você sabe, meu caro senhor, o apóstolo nos exorta “a batalhar pela fé que uma vez foi dada aos santos” (Judas 1:3), e, portanto, você não deve condenar todo aquele que parece zeloso da doutrina da eleição, como estreito de espírito ou perseguidor, porque eles acham que é dever deles se opor a você. Tenho a certeza de que eu te amo nas entranhas de Jesus Cristo, e acho que eu poderia dar a minha vida por sua causa. Mas, ainda assim, meu caro senhor, eu não posso ajudar tenazmente a oposição de seus erros sobre este importante assunto, porque eu penso que você calorosamente, embora não intencionalmente, se oponha à verdade, como está em Jesus. Que o Senhor remova as escamas de preconceito dos olhos de seu espírito, e lhe conceda um zelo de acordo com o verdadeiro conhecimento Cristão!

3. Isto Destrói Consolos e Felicidade?

Em terceiro lugar, diz seu sermão: “Esta doutrina tende a destruir os consolos da religião, a felicidade do Cristianismo, etc.”.

A experiência real

Mas, como é que o Sr. Wesley sabe disso, alguém que nunca acreditou na eleição? Eu acredito que aqueles que já passaram por isso concordarão com o nosso Artigo XVII:

“Que a piedosa consideração da predestinação e eleição em Cristo, é plena de doçura, deleite e conforto indescritível para pessoas piedosas, e tal como sentem em si mes-

mas o operar do Espírito de Cristo, mortificando as obras da carne, e seus membros terrenos, e inclinando os seus espíritos às coisas altas e elevadas, bem como porque isso grandemente estabelece e confirma a sua fé e salvação eterna, a ser desfrutada por meio de Cristo, por esta causa veemente arde o seu amor em direção a Deus, etc.”

Isso claramente demonstra que os nossos reformadores piedosos não pensaram que a eleição destrói a santidade, ou o consolo da religião. Quanto a mim, esta doutrina é o meu apoio diário: Eu totalmente afundaria sob o temor de minhas iminentes tribulações se eu não estivesse firmemente persuadido que Deus me escolheu em Cristo antes da fundação do mundo; e que agora sendo eficazmente chamado, Ele não permitirá que ninguém me arrebathe de Sua mão onipotente.

Consolo

Você prossegue assim: “Isso é evidente como a todos aqueles que acreditam ser reprovados, ou apenas suspeitam ou temem isso; todas as grandes e preciosas promessas estão perdidas para eles; elas não lhes fornecem nenhum raio de consolo”.

Em resposta a isso, deixe-me observar, que nenhum vivificado, especialmente ninguém que é desejoso por salvação, pode conceber que eles não são do número dos eleitos de Deus. Ninguém, senão o não-convertido pode ter qualquer motivo justo ao ponto de temer isso. E, caro Sr. Wesley, daria consolo, ou se atreveria a aplicar as preciosas promessas do Evangelho, sendo o pão dos filhos, para os homens em um estado natural, enquanto eles continuam assim? Deus me livre! E, se a doutrina da eleição e reprovação suscita alguma dúvida? Assim ocorre com a da regeneração. Mas, não é esta dúvida um bom meio para instá-los a investigar e se esforçar; e esta luta, um bom meio para fazer firme a sua vocação e sua eleição? Esta é uma razão, entre muitas outras, pelo que eu admiro a doutrina da eleição, e estou convencido de que ela deve ter um lugar na ministração do Evangelho, e deve ser apregoada com fidelidade e cautela. Ela apresenta uma tendência natural para elevar a alma de sua segurança carnal. E, portanto, muitos homens carnis clamam contra ela. Enquanto que a redenção universal é uma noção tristemente adaptada para manter a alma em sua condição de sono letárgico, e, portanto, muitos homens naturais a admiram e a aplaudem.

Escuridão e dúvidas

O seu décimo terceiro, décimo quarto e décimo quinto parágrafos veem em seguida a ser considerados. “O testemunho do Espírito, (você diz) demonstra ser muito obstruído por esta

doutrina”. Mas, meu querido senhor, a experiência de quem? Não é a sua própria; pois, no seu Diário, a partir de seu embarque para a Geórgia, ao seu retorno a Londres, você parece reconhecer que você não o tem, e, portanto, você não é juiz competente nesta matéria. Você deve querer dizer, então, a experiência de outros. Por que você diz no mesmo parágrafo: “Mesmo aqueles que provaram desta boa dádiva, ainda em breve a perdiam novamente [eu suponho que você queira dizer, perdiam a percepção disso novamente], e caíram de volta para as dúvidas, e os medos e as trevas, mesmo terrível escuridão pôde ser sentida e etc.”.

Agora, quanto à escuridão da deserção, não foi esse o caso do próprio Jesus Cristo, depois de ter recebido a unção imensurável do Espírito Santo? Não esteve a Sua alma cheia de tristeza até a morte, no jardim? E Ele não foi rodeado de uma escuridão horrível, até mesmo uma escuridão que pôde ser sentida, quando na Cruz Ele clamou: “Meu Deus! Meu Deus! por que me desamparaste” (Mateus 27:46)? E que todos os Seus seguidores são passíveis ao mesmo, não é evidente a partir das Escrituras? “Porque”, diz o apóstolo: “naquilo que Ele mesmo, sendo tentado, padeceu, pode socorrer aos que são tentados” (Hebreus 2:18). E não é a sua suscetibilidade a isso consistente com a conformidade a Ele no sofrimento, que Seus membros devem suportar?

Por que então as pessoas caem em escuridão, depois de terem recebido o testemunho do Espírito, seria qualquer argumento contra a doutrina da eleição? “No entanto”, você diz, “muitos, muitíssimos daqueles que não a sustentam, em todas as partes da terra, têm desfrutado o testemunho ininterrupto do Espírito, a luz contínua da face de Deus, a partir do momento em que eles acreditaram, primeiramente, por muitos meses ou anos, até o dia de hoje”. Mas como é que o caro Sr. Wesley sabe disso? Será que ele consultou a experiência de muitos, muitíssimos em todas as partes da terra? Ou ele pode ter certeza de que ele antecipou-se em fundamentos suficientes, seguiria que eles mantiveram esta luz porque não acreditaram na doutrina da eleição? Não, ela, de acordo com os sentimentos de nossa igreja “grandemente confirma e estabelece uma verdadeira fé Cristã da salvação eterna, por Cristo”, e é uma âncora de esperança, segura e firme, quando ele caminha nas trevas e não vê nenhuma luz, como certamente ocorre, mesmo depois de haver recebido o testemunho do Espírito, seja o que for que você ou outros possam imprudentemente afirmar em contrário. Então, estimar a aliança eterna de Deus, e lançar-se sobre o distintivo livre amor daquele Deus que não muda, fará com que ele erga as mãos pendentes e fortaleça os joelhos enfraquecidos. Mas, sem a crença na doutrina da eleição, e na imutabilidade do amor gratuito de Deus, eu não consigo ver como é possível que alguém tenha uma garantia consoladora da salvação eterna.

O que isso poderia significar para um homem, cuja consciência está completamente des-

pertada, e que é alertado a buscar livramento da ira vindoura, embora ele tenha certeza de que todos os seus pecados passados foram perdoados, e que ele é agora um filho de Deus, se, não obstante isso, ele venha a tornar-se um filho do Diabo, e ser lançado no inferno, por fim? Poderia tal garantia conceder qualquer consolo duradouro sólido para uma pessoa convencida da corrupção e da traição de seu próprio coração, e da malícia, astúcia e poder de Satanás? Não! Apenas o que merece o nome de uma plena segurança de fé, é uma tal garantia que encoraja o crente, sob o sentido de sua participação no amor distintivo, para desafiar a todos os seus adversários, sejam homens ou demônios, e que, com relação a destruição de todas as tentações futuras, bem como do presente, digam com o apóstolo:

“Quem intentará acusação contra os escolhidos de Deus? É Deus quem os justifica. Quem é que condena? Pois é Cristo quem morreu, ou antes quem ressuscitou dentre os mortos, o qual está à direita de Deus, e também intercede por nós. Quem nos separará do amor de Cristo? A tribulação, ou a angústia, ou a perseguição, ou a fome, ou a nudez, ou o perigo, ou a espada? Como está escrito: Por amor de ti somos entregues à morte todo o dia; Somos reputados como ovelhas para o matadouro. Mas em todas estas coisas somos mais do que vencedores, por aquele que nos amou. Porque estou certo de que, nem a morte, nem a vida, nem os anjos, nem os principados, nem as potestades, nem o presente, nem o porvir, Nem a altura, nem a profundidade, nem alguma outra criatura nos poderá separar do amor de Deus, que está em Cristo Jesus nosso Senhor” (Romanos 8:33-39).

Isto, meu querido senhor, é a linguagem triunfante de cada alma que atingiu uma plena certeza da fé. E essa garantia só pode surgir a partir de uma crença no eletivo amor eterno de Deus. Que muitos têm uma garantia de que eles estão em Cristo hoje, mas não se preocupam, ou não tem a certeza de que estarão nEle amanhã, ou melhor, por toda a eternidade, é mais a sua imperfeição e infelicidade do que seu privilégio. Eu oro a Deus para trazer todos esses a um sentimento de Seu amor eterno, para que eles já não possam mais edificar sobre a sua fidelidade, mas sobre a imutabilidade daquele Deus, cujos dons e vocação são sem arrependimento. Pois aqueles a quem Deus uma vez justificou, Ele também glorificará (Romanos 8:30).

Eu observei antes, caro senhor, que nem sempre é uma regra segura julgar a verdade dos princípios a partir da prática das pessoas. E, portanto, supondo que todos os que defendem a redenção universal em sua maneira de explicá-la, depois de terem recebido a fé, fruíram de visão contínua, ininterrupta da face de Deus, isso não quer dizer que este é um fruto do seu princípio. Pois esse, eu tenho certeza, apresenta uma tendência natural a manter a alma na escuridão para sempre, porque a criatura é assim ensinada, que a sua permanência no estado de salvação é devida ao seu próprio livre-arbítrio. E que alicerces de areia é este, sobre o qual uma pobre criatura constrói as suas esperanças de perseverança (Ma-

teus 7:26-27)? Cada recaída no pecado, cada surpresa pela tentação, deve lança-lo “em dúvidas e medos, na horrível escuridão, mesmo em trevas que se podem sentir”.

Por isso, é, que as cartas que têm sido ultimamente enviadas a mim por aqueles que sustentam a redenção universal, são mortas e sem vida, secas e inconsistentes, em comparação àquelas que eu recebo das pessoas do lado contrário. Aqueles que se estabeleceram no esquema universal, embora possam começar no Espírito (seja o que for que eles possam dizer do contrário), estão terminando na carne, e edificando uma justiça fundamentada em sua própria vontade, enquanto os outros triunfam na esperança da glória de Deus, e edificam sobre a promessa de Deus que nunca falha, e amor imutável, mesmo quando Sua presença sensível é retirada deles.

Mas eu não julgaria a verdade da eleição pela experiência de qualquer pessoa em particular: se eu o fizesse (oh, suporte comigo esta loucura de jactância), eu acho que eu mesmo poderia gloriar-me na eleição. Pois nesses cinco ou seis anos, tenho recebido o testemunho do Espírito de Deus; desde que, bendito seja Deus, eu não duvidei por um quarto de hora de uma participação salvífica em Jesus Cristo; mas com tristeza e humilde vergonha eu reconheço, eu tenho caído em pecado, muitas vezes, desde então. Embora eu não me atrevo licenciar a qualquer uma única transgressão, ainda assim, até agora eu não fui (nem espero, enquanto eu estiver neste mundo que jamais serei) capaz de viver um dia perfeitamente livre de todos os defeitos e pecados. E uma vez que as Escrituras declaram: “não há homem justo sobre a terra”, não, nem dentre aqueles que mais altamente cresceram na graça, “que faça o bem e não peque” (Eclesiastes 7:20), nós temos a certeza de que este será o caso de todos os filhos de Deus.

A experiência universal e o reconhecimento disto entre os piedosos de todos os tempos são abundantemente suficientes para refutar o erro daqueles que defendem, em sentido absoluto, que depois que um homem nasce de novo não pode cometer pecado, especialmente, uma vez que o Espírito Santo condena as pessoas que dizem que não pecam, como enganando a si mesmos, como sendo privadas da verdade, e como fazendo de Deus um mentiroso (1 João 1:8, 10). Eu também estive contristado por várias provações, e espero estar muitas vezes assim antes de morrer. Assim ocorreu com os próprios apóstolos e Cristãos primitivos. Assim foi com Lutero (1546), aquele homem de Deus, que, tanto quanto eu posso encontrar, não categoricamente, pelo menos, defendeu a eleição; e o grande John Arndt (1621), esteve em extrema perplexidade, apenas um quarto de hora antes de morrer, e ainda assim ele não era predestinariano. E se eu devo falar livremente, eu acredito que sua luta tão árdua contra a doutrina da eleição, e suplica tão veemente por uma perfeição sem pecado, estão entre as razões ou causas culpáveis, pelo que você está mantido fora das liberdades do Evangelho e, daquela plena segurança da fé que fruem aqueles que experimentalmente provaram, e diariamente alimentam-se do amor eterno, eletivo de Deus.

Mas, talvez, você possa dizer que Lutero e Arndt não eram Cristãos, pelo menos, dos mais fracos. Eu sei que você pensa mesquinhamente de Abraão, embora ele fora eminentemente chamado de amigo de Deus, e, creio eu, também de Davi, o homem segundo o coração de Deus. Não é de admirar, portanto, que em uma carta que você me enviou uma vez, há não muito tempo, [tenha escrito]: “que nenhum escritor Batista ou Presbiteriano que havia lido, sabiam algo sobre as liberdades em Cristo”. O quê! nem Bunyan (1688), Henry (1714), Flavel (1691), Halyburton (1712), nem os teólogos da Nova Inglaterra e Escócia? Veja, meu caro senhor, que espírito estreito e falta de caridade emergem de seus princípios, e então, também, não reclame mais contra a eleição por considerá-la sendo “destrutiva da mansidão e do amor”.

4. Há Milhares e Milhões de Homens sem Culpa Condenados ao Fogo Eterno?

Em quarto lugar, prosseguirei agora a outro tópico. Diz o caro Sr. Wesley: “Quão desconfortável é este pensamento, que milhares e milhões de homens, sem qualquer ofensa precedente ou culpa deles, foram imutavelmente condenados ao fogo eterno?”

Mas, quem alguma vez afirmou que milhares e milhões de homens, sem qualquer precedente ofensa ou culpa deles, foram imutavelmente condenados ao fogo eterno? Eles não acreditam que os homens condenados por Deus ao fogo eterno, também creem que Deus olhou para eles como homens caídos em Adão? E que o decreto que instituiu a punição, primeiro considerou o crime pelo qual foi merecida? Como, então, eles são condenados sem qualquer culpa anterior? Certamente o Sr. Wesley confessará a justiça de Deus, ao imputar o pecado de Adão à sua posteridade; e, também, que, depois que Adão caiu, e a sua posteridade nele (Romanos 5; 1 Coríntios 15), Deus poderia justamente ter passado por todos eles, sem enviar o Seu próprio Filho para ser um Salvador para qualquer um. A menos que você concorde plenamente com esses dois pontos, você não acredita no pecado original corretamente. Se você os confessar, então você confessará a doutrina da eleição e reprobção sendo altamente justa e razoável. Porque, se Deus pode justamente imputar o pecado de Adão a todos, e depois passou por todos, então Ele pode justamente passar por alguns. Vire à direita ou à esquerda, você está reduzido a um dilema inextricável. E, se você fosse consistente, você deveria ou abandonar a doutrina da imputação do pecado de Adão, ou receber a amável doutrina da eleição, com uma santa e justa reprobção como sua consequente. Pois, se você pode acreditar ou não, a Palavra de Deus permanece fiel: “os eleitos o alcançaram, e os outros foram endurecidos” (Romanos 11:7).

Seu décimo sétimo parágrafo, página 16, eu passo por cima. O que foi dito no nono e décimo parágrafos, com uma pequena alteração, responderá a isso. Direi apenas: é a doutrina

da eleição que mais me pressiona a abundar em boas obras. Estou disposto a sofrer todas as coisas por causa dos eleitos. Isto me faz pregar com consolo, porque eu sei que a salvação não depende do livre-arbítrio do homem, mas o Senhor os torna dispostos no dia do Seu poder, e pode usar-me para trazer alguns eleitos para casa, quando e onde Ele se agradar. Mas,

5. Isto Subverterá a Totalidade da Religião Cristã?

Em quinto lugar, você diz: “Esta doutrina tem uma direta tendência manifesta para subverter toda a religião Cristã. Pois”, você diz, “supondo aquele eterno decreto imutável, uma parte da humanidade deve ser salva, embora a revelação Cristã não seja presente”.

Meios, não Causa e Efeito

Mas, querido senhor, como é que isto ocorre? Uma vez que é apenas pela revelação Cristã que somos familiarizados com o plano de salvação de Sua igreja pela morte de Seu Filho. Sim, é estabelecido na aliança eterna, que esta salvação deve ser aplicada aos eleitos através do conhecimento e da fé nEle. Como diz o profeta: “com o seu conhecimento o meu servo, o justo, justificará a muitos” (Isaías 53:11). Como, então, a doutrina da eleição tem uma tendência direta para subverter toda a revelação Cristã? Quem alguma vez pensou que a declaração de Deus a Noé que o tempo de plantio e colheita nunca cessaria, poderia permitir um argumento para a negligência de lavrar ou semear? Ou que o imutável propósito de Deus que a colheita não falharia tornou o calor do sol ou a influência dos corpos celestes desnecessário para produzi-la? Não mais o propósito absoluto de Deus de salvar Seus escolhidos exclui a necessidade da revelação do Evangelho, ou o uso de qualquer um dos meios através do qual Ele determinou que o decreto fosse efetuado. Nem o entendimento correto ou a crença reverente do decreto de Deus, jamais permitirá ou fará com que um Cristão, em qualquer circunstância, separe os meios do fim, ou o fim dos meios. E já que somos ensinados pela própria revelação, que isto [a pregação do Evangelho] foi concebido e dado por Deus como um meio de trazer para casa os Seus eleitos, nós, portanto, recebemos com alegria, o valorizamos grandemente, a usamos em fé e esforçamo-nos para espalhá-lo por todo o mundo, em plena certeza que aonde quer que Deus o envie, mais cedo ou mais tarde, será salvificamente útil a todos os eleitos em sua chamada. Como, então, em sustentar esta doutrina, nos unimos com os incrédulos modernos em considerar a revelação Cristã desnecessária? Não, caro senhor, você errou. Infiéis de todos os tipos estão do seu lado da questão. Deístas, Arianos e Socinianos acusam a soberania de Deus, e apoiam a redenção universal. Peço a Deus, que o querido sermão do Sr. Wesley, como este tem entristecido o coração de muitos dos filhos de Deus, não possa também fortalecer as mãos de muitos de Seus inimigos mais declarados! Aqui eu quase poderia deitar e chorar. “Não

o notíciéis em Gate, não o publiqueis nas ruas de Ascalom, para que não se alegrem as filhas dos filisteus, para que não saltem de contentamento as filhas dos incircuncisos” (2 Samuel 1:20)!

Romanos 9:13

Além disso, você diz: “Esta doutrina faz que a revelação em si mesma se contradiga”. Por exemplo, você diz: “Os defensores desta doutrina interpretam aquele texto da Escritura: “Amei a Jacó, mas odiei a Esaú” (Romanos 9:13), como indicando que Deus, num sentido literal, odiou a Esaú e todos os réprobos desde a eternidade! E, quando considerados como caídos em Adão, não eram objetos de Seu ódio? E Deus não pode, de Sua própria boa vontade, amar ou demonstrar misericórdia a Jacó e aos eleitos, e ainda, ao mesmo tempo não fazer nada errado ao réprobo? Mas você diz: “Deus é amor”. E Deus não pode ser amor, a menos que Ele demonstre a mesma misericórdia a todos?

Romanos 9:15

Mais uma vez, diz o querido Sr. Wesley: “Eles inferem daquele texto: “Terei misericórdia de quem eu quiser ter misericórdia” (Romanos 9:15), que Deus é misericordioso apenas para alguns homens, a saber, os eleitos; e que Ele apenas tem misericórdia para aqueles, ao contrário do que é categoricamente todo o teor da Escritura, como é esta expressa declaração, em especial: “O Senhor é bom para todos, e as suas misericórdias são sobre todas as suas obra” (Salmos 145:9).

E assim é, mas não a Sua misericórdia salvífica. Deus é amor para todos os homens: Ele envia a Sua chuva sobre o mal e sobre o bom. Mas você diz: “Deus não faz acepção de pessoas”. Não! Pois cada um, seja judeu ou gentio, que crê em Jesus, e pratica a justiça, é aceito por Ele: “mas quem não crê já está condenado” (João 3:18). Porque Deus não faz acepção de pessoas, em relação a qualquer condição externa ou circunstância de vida que seja; nem a doutrina da eleição no mínimo supõe que Ele seja assim. Mas, como o Senhor soberano sobre tudo, Aquele que não é devedor de ninguém, Ele tem o direito de fazer o que quer com o que é Seu, e dispensar Seus favores para com os objetos que Ele escolhe, apenas por Sua vontade. E o Seu supremo direito é clara e fortemente afirmado aqui nestas passagens da Escritura, onde Ele diz: “Terei misericórdia de quem eu quiser ter misericórdia, me compadecerei de quem eu me compadecer” (Romanos 9:15, Êxodo 33:19).

Além disso, você nos representa como inferindo do texto: “Porque, não tendo eles ainda nascido, nem tendo feito bem ou mal (para que o propósito de Deus, segundo a eleição, ficasse firme, não por causa das obras, mas por aquele que chama), foi-lhe dito a ela: O

maior servirá ao menor” (Romanos 9:11-12); que a nossa predestinação para a vida de nenhuma maneira depende da presciência de Deus. Mas quem infere isso, caro senhor? Pois se a presciência significa aprovação, como acontece em várias partes da Escritura, então nós confessamos que predestinação e eleição de fato dependem da presciência de Deus. Mas se por presciência de Deus, você entende a previsão de algumas boas obras de Deus feitas por Suas criaturas como o fundamento ou razão de escolhê-las, e, portanto, de elegê-las, então nós dizemos que, neste sentido, a predestinação não depende de maneira nenhuma da presciência de Deus. Mas eu encaminho você, no início desta carta, ao Veritas Redux do Dr. Edwards, que eu lhe recomendei em uma carta recente, com Elisha Coles (1688) sobre a soberania de Deus. Agrade-se em ler estes, e também os excelentes sermões do Sr. Cooper de Boston em Nova Inglaterra, que eu também lhe envio, e eu não duvido, senão que você verá todas as suas objeções respondidas. Todavia, eu gostaria de observar que, depois de toda a nossa leitura em ambos os lados da questão, nunca nesta vida seremos capazes de investigar os decretos de Deus em perfeição. Não, antes devemos humildemente adorar o que não podemos compreender, e com o grande apóstolo no final de nossas investigações clamar: “Ó profundidade, etc.”, ou com o nosso Senhor, quando Ele estava admirando a soberania de Deus: “Sim, ó Pai, porque assim te aprouve” (Romanos 11:33; Mateus 11:26).

Ninguém condenado?

No entanto, não pode ser deixado de tomar conhecimento, de que, se estes textos: “O Senhor [...] não querendo que alguns se percam” (2 Pedro 3:9), “Porque não tenho prazer na morte do que morre” (Ezequiel 18:32, veja também 33:11), e tais semelhantes, forem considerados em seu sentido estrito, então, ninguém será condenado. Mas aqui está a distinção. Deus não tem nenhum prazer na morte do pecador, de modo a deleitar-se simplesmente em sua morte; mas Ele tem prazer em magnificar a Sua justiça, ao infligir o castigo que suas iniquidades têm merecido. Como um justo juiz, que não tem prazer em condenar um criminoso, ainda pode, com justiça lhe ordenar a ser executado, para que a lei e a justiça sejam satisfeitas, mesmo que esteja em seu poder conceder-lhe um indulto.

Reprovação Sobre Deus

Gostaria de ir mais longe e sugerir que você injustamente acusa a doutrina da reprovação de blasfêmia, ao passo que a doutrina da redenção universal, como você a expressa, é realmente a maior reprovação sobre a dignidade do Filho de Deus e o mérito do Seu sangue. Considere se não é um tanto blasfemo dizer como você o faz: “Cristo não somente morreu por aqueles que são salvos, mas também por aqueles que perecem”. O texto que você mal aplicou para comentar isso, veja explicado por Ridgely, Edwards, Henry e eu

propositalmente omito responder seus textos eu mesmo, para que você possa ser conduzido a ler esses tratados, que, abaixo de Deus, lhe anunciarão o seu erro. Você não pode tornar boa a afirmação: “Que Cristo morreu por aqueles que perecem”, sem sustentar (como Peter Bohler, um dos irmãos da Morávia, a fim de compreender a redenção universal, recentemente francamente confessou em uma carta), “que todas as almas condenadas, futuramente serão retiradas do inferno”. Eu não posso pensar que o Sr. Wesley está assim inclinado. E, no entanto, sem que isto possa ser provado, esta redenção universal, considerada no sentido literal, cai totalmente por terra. Pois, como podem todos ser universalmente resgatados, se todos não são finalmente salvos?

Livre Graça ou Livre-Arbítrio

Prezado senhor, pelo amor de Jesus Cristo, considere como você desonra a Deus, negando a eleição. Você claramente faz a salvação depender não somente da livre graça de Deus, mas do livre-arbítrio do homem; e se assim, isto é mais do que provável, Jesus Cristo não teria tido a satisfação de ver o fruto de Sua morte na salvação eterna de uma alma. A nossa pregação seria, então, vã, e todos os convites para as pessoas crerem nEle também seriam em vão. Mas, bendito seja Deus, nosso Senhor sabia por quem Ele morreu. Houve um Pacto eterno entre o Pai e o Filho. Um determinado número foi nessa ocasião dado a Ele, como a compra e recompensa de Sua obediência e morte. Por estes Ele orou (João 17), e não pelo mundo. Por estes, e estes somente, Ele agora está intercedendo, e com a salvação deles, Ele estará plenamente satisfeito.

Eu propositalmente omiti fazer quaisquer observações particulares sobre as várias últimas páginas de seu sermão. Na verdade, não tinham o seu nome, caro senhor, estando prefixados ao sermão, eu não poderia ter sido tão desamoroso a ponto de pensar que você foi o autor de tal sofisma. Você suplica o questionamento, dizendo: “Que Deus declarou [se bem que para você próprio, eu suponho, alguns serão condenados] que Ele salvará a todos”, ou seja, cada pessoa individualmente. Você toma isto por garantido (pois, você não tem nenhuma prova sólida) que Deus é injusto, se Ele passa por alguém, e então você exclama contra o decreto horrível. E, ainda assim, como antes eu sugeri, ao manter a doutrina do pecado original, você professa crer que Ele poderia justamente ter passado por todos.

Querido, caro senhor, oh, não se ofenda! Por amor de Cristo não seja imprudente! Dê-se à leitura. Estude o pacto da graça. Rebaixe o seu raciocínio carnal. Seja uma pequena criança; e então, em vez de penhorar a sua salvação, como você fez em um hinário recente, se a doutrina da redenção universal não for verdadeira; em vez de falar de perfeição sem pecado, como você fez no prefácio daquele livro de hinos, e fazendo com que a salvação do homem dependa de seu próprio livre-arbítrio, como você o fez neste sermão; você com-

porá um hino em louvor ao distintivo amor soberano. Você alertará os fiéis contra esforços para operar uma perfeição fora de seus próprios corações, e imprimirá outro sermão inverso àquele, e o intitulará deveras: a livre graça. Livre, não porque gratuita a todos; mas livre, porque Deus pode retê-la ou concedê-la a quem e quando Lhe aprouver.

Até que você faça isso, eu tenho que duvidar se você conhece ou não a si mesmo. Entretanto, não posso senão culpa-lo por censurar o clero de nossa igreja por não manter os seus artigos, quando você mesmo por seus princípios, nega positivamente o nono, décimo e décimo sétimo. Caro senhor, essas coisas não deveriam ser assim.

Deus conhece o meu coração; como eu lhe disse antes, assim eu declaro novamente, nada além de unicamente considerar a honra de Cristo obrigou esta minha carta. Eu amo você e o honro por causa dEle; e quando eu vier a juízo agradecerei diante dos homens e dos anjos, pelo que você tem feito, abaixo de Deus, à minha alma. Não, eu estou persuadido, o verei, caro Sr. Wesley, convencido da eleição e do amor eterno. E muitas vezes me enche de deleite, pensar como eu o verei lançando sua coroa aos pés do Cordeiro, e como isto será cheio de um santo corar por se opor à soberania Divina na forma que você o fez.

Mas eu espero que o Senhor lhe mostrará isso antes que você se vá daqui. Oh, como eu anelo por esse dia! Se o Senhor se agradasse em fazer uso desta carta para essa finalidade, seria abundantemente alegre o coração, querido e honrado senhor, do seu afeiçoado, embora indigno, irmão e servo em Cristo,

George Whitefield; Bethesda, Geórgia,
24 de dezembro de 1740.

Referências da Biografia e dos Apêndices:

Todas as seguintes obras foram traduzidas e publicadas em Português pelo website oEstandarteDeCristo.com, sob a licença Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International Public License.

Você está autorizado e incentivado a reproduzir e/ou distribuir este material em qualquer formato, desde que informe o autor, as fontes originais e o tradutor, e que também não altere o seu conteúdo nem o utilize para quaisquer fins comerciais.

Salvo indicação em contrário, as citações bíblicas usadas nesta tradução são da versão Almeida Corrigida Fiel | ACF • Copyright © 1994, 1995, 2007, 2011 Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil.

BIOGRAFIA:

Reflexões Sobre a Vida e Pensamento de John Owen – John Piper

Via: DesiringGod.org • Copyright © 2015 Desiring God Foundation • Título em Inglês: *The Chief Design of My Life: Mortification and Universal Holiness. Reflections on the Life and Thought of John Owen* • Tradução por Camila Almeida • Revisão por William Teixeira

APÊNDICES:

A Soberania de Deus na Salvação dos Homens – Jonathan Edwards

Via: www.CCEL.org • Título em Inglês: *God's Sovereignty in the Salvation of Men*
Tradução por William Teixeira • Revisão por Camila Almeida

O que é o Calvinismo?

Via: www.ReformedReader.org • Título em Inglês: *What is Calvinism?*
Tradução por William Teixeira • Revisão por Camila Almeida

Um Ensaio Sobre o Calvinismo – Patrick Hues Mell

Via: PBMinistries.org • Título em Inglês: *Calvinism, An Essay*
Tradução por William Teixeira • Revisão por Camila Almeida

Uma Defesa do Calvinismo – C. H. Spurgeon

Via: SpurgeonGems.org • Título em Inglês: *A Defense of Calvinism*

Tradução por Camila Almeida • Revisão por William Teixeira

Contra o Arminianismo e Seu Ídolo Dourado, o Livre-Arbitrio – Augustus Montague Toplady

Via: PBMinistries.org • Título em Inglês: *Arminianism: The Golden Idol of Freewill*

Tradução por Camila Almeida • Revisão por William Teixeira

O Mito do Livre-Arbitrio – Walter J. Chantry

Via: APuritansMind.com • Título em Inglês: *Myth of Free Will*

Tradução por William Teixeira • Revisão por Camila Almeida

Objecções à Soberania de Respondidas – A. W. Pink

Via: ChapelLibrary.org • © Copyright 1998 Chapel Library • Título em Inglês: *Objections To God's Sovereignty Answered* • Tradução por Camila Almeida • Revisão por William Teixeira

Eleição Particular, Sermão Nº 123 – C. H. Spurgeon

Via: SpurgeonGems.org • Título em Inglês: *Particular Election*

As citações bíblicas desta tradução foram retiradas da versão ARA (Almeida Revista e Atualizada)

Tradução por William Teixeira • Revisão por Camila Almeida

As Doutrinas da Graça Não Levam ao Pecado, Sermão Nº 1735 – C. H. Spurgeon

Via: SpurgeonGems.org • Título em Inglês: *The Doctrines Of Grace Do Not Lead To Sin*

Tradução por William Teixeira • Revisão por Camila Almeida

Eleição e Santidade, Sermão Nº 303 – C. H. Spurgeon

Via: SpurgeonGems.org • Título em Inglês: *Election and Holiness*

Tradução por William Teixeira • Revisão por Camila Almeida

Uma Carta de George Whitefield a John Wesley Sobre a Doutrina da Eleição

Via: ChapelLibrary.org • © Copyright 1999 Chapel Library • Título em Inglês: *Whitefield's Letter To Wesley On Election* • Tradução por Camila Almeida • Revisão por William Teixeira

Sola Scriptura!
Sola Gratia!
Sola Fide!
Solus Christus!
Soli Deo Gloria!

OUTRAS LEITURAS QUE RECOMENDAMOS

Baixe estes e outros e-books gratuitamente no site oEstandarteDeCristo.com.

- 10 Sermões — R. M. M'Cheyne
- Adoração — A. W. Pink
- Agonia de Cristo — J. Edwards
- Batismo, O — John Gill
- Batismo de Crentes por Imersão, Um Distintivo Neotestamentário e Batista — William R. Downing
- Bênçãos do Pacto — C. H. Spurgeon
- Biografia de A. W. Pink, Uma — Erroll Hulse
- Carta de George Whitefield a John Wesley Sobre a Doutrina da Eleição
- Cessacionismo, Provando que os Dons Carismáticos Cessaram — Peter Masters
- Como Saber se Sou um Eleito? ou A Percepção da Eleição — A. W. Pink
- Como Ser uma Mulher de Deus? — Paul Washer
- Como Toda a Doutrina da Predestinação é corrompida pelos Arminianos — J. Owen
- Confissão de Fé Batista de 1689
- Conversão — John Gill
- Cristo É Tudo Em Todos — Jeremiah Burroughs
- Cristo, Totalmente Desejável — John Flavel
- Defesa do Calvinismo, Uma — C. H. Spurgeon
- Deus Salva Quem Ele Quer! — J. Edwards
- Discipulado no Tempo dos Puritanos, O — W. Bevins
- Doutrina da Eleição, A — A. W. Pink
- Eleição & Vocação — R. M. M'Cheyne
- Eleição Particular — C. H. Spurgeon
- Especial Origem da Instituição da Igreja Evangélica, A — J. Owen
- Evangelismo Moderno — A. W. Pink
- Excelência de Cristo, A — J. Edwards
- Gloriosa Predestinação, A — C. H. Spurgeon
- Guia Para a Oração Fervorosa, Um — A. W. Pink
- Igrejas do Novo Testamento — A. W. Pink
- In Memoriam, a Canção dos Suspiros — Susannah Spurgeon
- Incomparável Excelência e Santidade de Deus, A — Jeremiah Burroughs
- Infinita Sabedoria de Deus Demonstrada na Salvação dos Pecadores, A — A. W. Pink
- Jesus! — C. H. Spurgeon
- Justificação, Propiciação e Declaração — C. H. Spurgeon
- Livre Graça, A — C. H. Spurgeon
- Marcas de Uma Verdadeira Conversão — G. Whitefield
- Mito do Livre-Arbitrio, O — Walter J. Chantry
- Natureza da Igreja Evangélica, A — John Gill
- Natureza e a Necessidade da Nova Criatura, Sobre a — John Flavel
- Necessário Vos é Nascer de Novo — Thomas Boston
- Necessidade de Decidir-se Pela Verdade, A — C. H. Spurgeon
- Objeções à Soberania de Deus Respondidas — A. W. Pink
- Oração — Thomas Watson
- Pacto da Graça, O — Mike Renihan
- Paixão de Cristo, A — Thomas Adams
- Pecadores nas Mãos de Um Deus Irado — J. Edwards
- Pecaminosidade do Homem em Seu Estado Natural — Thomas Boston
- Plenitude do Mediador, A — John Gill
- Porção do Ímpios, A — J. Edwards
- Pregação Chocante — Paul Washer
- Prerrogativa Real, A — C. H. Spurgeon
- Queda, a Depravação Total do Homem em seu Estado Natural..., A, Edição Comemorativa de Nº 200
- Quem Deve Ser Batizado? — C. H. Spurgeon
- Quem São Os Eleitos? — C. H. Spurgeon
- Reformação Pessoal & na Oração Secreta — R. M. M'Cheyne
- Regeneração ou Decisionismo? — Paul Washer
- Salvação Pertence Ao Senhor, A — C. H. Spurgeon
- Sangue, O — C. H. Spurgeon
- Semper Idem — Thomas Adams
- Sermões de Páscoa — Adams, Pink, Spurgeon, Gill, Owen e Charnock
- Sermões Graciosos (15 Sermões sobre a Graça de Deus) — C. H. Spurgeon
- Soberania da Deus na Salvação dos Homens, A — J. Edwards
- Sobre a Nossa Conversão a Deus e Como Essa Doutrina é Totalmente Corrompida Pelos Arminianos — J. Owen
- Somente as Igrejas Congregacionais se Adequam aos Propósitos de Cristo na Instituição de Sua Igreja — J. Owen
- Supremacia e o Poder de Deus, A — A. W. Pink
- Teologia Pactual e Dispensacionalismo — William R. Downing
- Tratado Sobre a Oração, Um — John Bunyan
- Tratado Sobre o Amor de Deus, Um — Bernardo de Claraval
- Um Cordão de Pérolas Soltas, Uma Jornada Teológica no Batismo de Crentes — Fred Malone



2 Coríntios 4

¹ Por isso, tendo este ministério, segundo a misericórdia que nos foi feita, não desfalecemos;

² Antes, rejeitamos as coisas que por vergonha se ocultam, não andando com astúcia nem falsificando a palavra de Deus; e assim nos recomendamos à consciência de todo o homem, na presença de Deus, pela manifestação da verdade. ³ Mas, se ainda o nosso evangelho está encoberto, para os que se perdem está encoberto. ⁴ Nos quais o deus deste século cegou os entendimentos dos incrédulos, para que lhes não resplandeça a luz do evangelho da glória de Cristo, que é a imagem de Deus. ⁵ Porque não nos pregamos a nós mesmos, mas a Cristo Jesus, o Senhor; e nós mesmos somos vossos servos por amor de Jesus.

⁶ Porque Deus, que disse que das trevas resplandecesse a luz, é quem resplandeceu em nossos corações, para iluminação do conhecimento da glória de Deus, na face de Jesus Cristo. ⁷ Temos, porém, este tesouro em vasos de barro, para que a excelência do poder seja de Deus, e não de nós.

⁸ Em tudo somos atribulados, mas não angustiados; perplexos, mas não desanimados.

⁹ Perseguidos, mas não desamparados; abatidos, mas não destruídos; ¹⁰ Trazendo sempre por toda a parte a mortificação do Senhor Jesus no nosso corpo, para que a vida de Jesus se manifeste também nos nossos corpos; ¹¹ E assim nós, que vivemos, estamos sempre entregues à morte por amor de Jesus, para que a vida de Jesus se manifeste também na nossa carne mortal.

¹² De maneira que em nós opera a morte, mas em vós a vida. ¹³ E temos portanto o mesmo espírito de fé, como está escrito: Cri, por isso falei; nós cremos também, por isso também falamos. ¹⁴ Sabendo que o que ressuscitou o Senhor Jesus nos ressuscitará também por Jesus, e nos apresentará convosco. ¹⁵ Porque tudo isto é por amor de vós, para que a graça, multiplicada por meio de muitos, faça abundar a ação de graças para glória de Deus.

¹⁶ Por isso não desfalecemos; mas, ainda que o nosso homem exterior se corrompa, o interior, contudo, se renova de dia em dia. ¹⁷ Porque a nossa leve e momentânea tribulação produz para nós um peso eterno de glória mui excelente; ¹⁸ Não atentando nós nas coisas que se veem, mas nas que se não veem; porque as que se veem são temporais, e as que se não veem são eternas.